Pedro Pomar

A história de um revolucionário do Partido Comunista do Brasil

---

Para Candi, Murilo, Isabela e Lais, minhas fontes de luz

Com a verdade, não ofendo nem temo.

José Gervasio Artigas

Porque queremos que se cumpra a verdade da Terra, que dá seus frutos para todos.

Federico Garcia Lorca

Prefácio

Haroldo Lima*

A biografia de Pedro Pomar está sendo publicada neste ano de 2013, quando se comemora o seu centenário de nascimento e o nonagésimo primeiro aniversário do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ela conta a história de um vulto presente em mais de quarenta dos noventa e um anos desse Partido, personagem dos mais marcantes da saga comunista brasileira. Sua edição é uma das homenagens à passagem de tão importante efeméride.

Pedro Pomar foi um dirigente comunista, um marxista convicto, um homem de pensamento fértil, destemido, um revolucionário. Quando viveu, em uma época prenhe de contradições no mundo e no Brasil, não se furtava às polêmicas nem flanqueava os desafios. Contar a sua história implica revisitar algumas dessas polêmicas, nem todas pacificadas. Daí o risco de apresentações unilaterais, supostamente objetivas, que podem até, na pretensão de elogiar Pomar, tomar partido precisamente do lado combatido por ele.

Osvaldo Bertolino teve presente esse risco e, cuidadoso, aprofundou pesquisas, ouviu depoimentos variados e partiu do entendimento de que Pedro Pomar não foi um líder político “neutro”, não ficava “em cima do muro” e tampouco sacrificava sua visão de conjunto de um determinado fenômeno ou acontecimento a apreciações de partes do todo. O trabalho de Bertolino ajuda assim a esclarecer a gênese e a evolução de posições-chave da história do Partido Comunista do Brasil, desde a época em que este usava a sigla PCB (os 40 anos que vão de 1922 a 1961) até quando passou a usar a marca PCdoB (os 51 anos que vêm de 1962 a 2013).

Ademais, não é possível uma justa apreciação do papel de Pedro Pomar em mais de quarenta anos da história do Partido sem a referência a momentos cruciais dessa própria

história que, por sua vez, evoluiu em íntima ligação com a do Brasil — o que também não pode ser compreendido fora do contexto internacional, nem fora daquele em que se desenvolveu, no período indicado, a corrente marxista a que pertencemos.

Acompanhando dessa forma contextualizada as batalhas teóricas e práticas vividas por Pedro Pomar, o livro é lauto no registro e análise dos fatos que enriqueceram a extensa militância do dirigente, e é específico ao pontuar fatos centrais da trajetória do revolucionário.

Pedro Pomar acabara de completar 17 anos quando eclodiu a Revolução de 1930, a partir de onde começam suas primeiras movimentações políticas. O Partido Comunista do Brasil não reconheceu o caráter progressista desse movimento, o que foi um equívoco, e por isso não o apoiou. Pomar, na oportunidade, não era do Partido, mas, como ativista estudantil, perfilou-se, por razões locais, contra o representante paraense do governo central, o militar de tradição "tenentista" Magalhães Barata.

Em 1934, aos 21 anos, já tendo estado no Rio de Janeiro e já membro do Partido, Pomar integrou, em Belém, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Tomou conhecimento, em novembro de 1935, do levante então ocorrido em Natal, Recife e Rio de Janeiro, dirigido pelo Partido, conhecido como Insurreição de 1935. Ficou sabendo da repressão brutal desencadeada contra os insurretos e o PCB. E, com outros líderes da juventude, articulou mensagens e telegramas a autoridades, protestando contra as medidas repressivas.

Ainda em 1935, Pomar se casa, em 5 de dezembro, com uma jovem de dezessete anos, Catharina Patrocínia Torres, com quem formaria família e com quem percorreria longo caminho, ela também do Partido, enfrentando juntos a vida atribulada de comunistas naquela época, até o fim da sua existência.

O ano de 1935 não terminaria sem que Pomar conhecesse outro jovem paraense, apenas um ano mais velho que ele, que viria a ser seu amigo e companheiro de militância no Partido Comunista do Brasil pelas quatro décadas seguintes, João Amazonas de Souza Pedroso.

Nos primeiros meses de 1936, os recém-camaradas Pomar e Amazonas experimentam desde logo o primeiro teste da luta que assumem: a prisão. Soltos, voltam a ser presos, em 1940. Na cadeia, tomam conhecimento de que a Alemanha nazista invadira a União Soviética socialista, em junho de 1941, fato que incendiou a indignação dos jovens prisioneiros e os atiçou na busca por romper com os grilhões para retornarem à luta.

E, assim, em 5 de agosto de 1941, Amazonas e Pomar, com mais alguns outros comunistas, evadem-se do presídio do Umarizal e os dois, se escondendo, se esquivando e fugindo da perseguição, vão parar, dois meses depois, na então capital federal, Rio de Janeiro. A camaradagem entre eles passara por um batismo de fogo.

A biografia feita por Bertolino vai desdobrando os acontecimentos que cronologicamente se sucedem no Brasil, no Partido Comunista e na vida pessoal de Pedro Pomar.

A repressão que se seguiu ao movimento insurrecional de 1935 foi implacável e se alastrou. Desarticulou o Partido. Luiz Carlos Prestes, o líder mais conhecido dos comunistas, que tinha ingressado no Partido no exterior e liderara os insurretos de 1935, continuava na cadeia. Diversos camaradas também lá estavam.

Foi quando despontaram moços de grande valor, como Maurício Grabois, um paulista que viveu na Bahia; Diógenes de Arruda Câmara, um pernambucano que também esteve na Bahia; e outros. Das iniciativas dessa turma surge a Comissão Nacional de Organização Provisória, a CNOP, que promove a Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, quando o Partido reestrutura sua direção, elegendo Prestes para secretário-geral – apesar de preso –, e uma Comissão Executiva, da qual faziam parte, entre outros, Arruda, Grabois, Amazonas e Pomar.

Em 1945, com a derrota do nazi-fascismo em escala mundial, o Estado Novo se enfraquece, Vargas encaminha-se para uma abertura política, promove uma anistia, Prestes é solto, e o Partido volta a ações de massa – a mais ressoante das quais foi o grande comício "São Paulo a Luiz Carlos Prestes", de 15 de julho, no Pacaembu. Este foi um evento notável. O Pacaembu, então maior estádio de futebol da América do Sul, ficou lotado. O Partido levou grupos organizados, portando faixas e sustentando palavras de ordem. E havia um convidado especialíssimo, o grande poeta chileno, o marxista recém-eleito senador, Pablo Neruda.

Muitas pessoas ilustres também lá estavam, como o general Miguel Costa, que com Prestes dirigiu a Coluna Invicta – também chamada de Coluna Miguel Costa-Prestes, ou simplesmente Coluna Prestes; o escritor Oswald de Andrade; e conhecidos membros do Partido Comunista do Brasil, como o romancista Jorge Amado, o ferroviário Mario Scott, a feminista Luiza Pessanha, os intelectuais Caio Prado Junior, Milton Caires Brito, o cientista Mário Schenberg e outros. Enfermo, Monteiro Lobato fez-se ouvir por transmissão telefônica. O comício foi um êxito. A presença de Neruda causou ao evento um prestígio suplementar. O poema que leu no ato, escrito especificamente para aquele momento, intitulado "Dito no Pacaembu", impressionou vivamente a intelectualidade e o povo em geral. O Partido aproveitou a oportunidade e realizou uma conferência de intelectuais com Pablo Neruda. Pedro Pomar, que se empenhara a fundo na preparação do comício e foi um dos quadros destacados para recepcionar e acompanhar Neruda, proferiu palestra na conferência com os intelectuais.

Na continuidade, Bertolino aborda diversas questões: o golpe que derrubou Vargas do governo, em 29 de outubro de 1945; a confirmação do direito do Partido de participar das eleições convocadas; a candidatura própria do Partido à Presidência da República; e a decisão do Partido de privilegiar a campanha pela Assembleia Nacional Constituinte, sem descurar das eleições parlamentares nos diversos estados.

Yedo Fiúza foi o candidato lançado pelo Partido à Presidência da República. Era um líder político de respeito, tinha sido prefeito de Petrópolis, bom profissional de engenharia, mas não pertencia às fileiras comunistas. Nas condições postas, candidato de um Partido recém-clandestino, sem apoios e sem recursos, teve um surpreendente desempenho, quase 10% dos votos válidos. Mas a grande vitória dos comunistas foi a eleição de uma bancada federal com 14 deputados para a Constituinte de 1946 e a de um senador com enorme votação, Luiz Carlos Prestes, pelo Rio de Janeiro.

Comunistas de expressão foram eleitos, como Maurício Grabois, que seria o líder após os trabalhos constituintes; João Amazonas, deputado com a maior votação entre todos da bancada do Rio de Janeiro; Carlos Marighella, Jorge Amado, Milton Caires de Brito e Claudino José da Silva, o único negro de toda a Constituinte.

A bancada teve atuação destacada. Em geral sustentou posições pelo aprofundamento da democracia, pelos direitos dos trabalhadores e pela soberania nacional. Defendeu o sistema parlamentarista de governo, o livre exercício de cultos religiosos, o divórcio, a reforma agrária, o controle de lucros de empresas estrangeiras, a participação dos trabalhadores no lucro das empresas, liberdade sindical, direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo, direito de greve para o funcionalismo público, fim de censura para livros e jornais etc.

Paralelamente ao funcionamento da Constituinte, acirravam-se os conflitos na sociedade. Forças retrógradas reagiam com violência aos avanços democráticos, de tal sorte que eram quase cotidianos na Constituinte os protestos, principalmente dos comunistas, contra atentados à imprensa popular, incêndios de jornais do Partido, agressões a sindicalistas, prisões arbitrárias e espancamentos. A Constituinte funcionava sob a égide da chamada Constituição de 1937, a "polaca", da ditadura do Estado Novo.

Promulgada a Constituição, os comunistas na Câmara Federal viram suas forças crescerem em 1947: em eleições suplementares, em São Paulo, foram eleitos pela legenda do Partido Social Progressista (PSP), Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara.

Por outro lado, o reacionarismo também se arregimentava. De tal sorte que, em maio de 1947, em manobra sórdida, a legenda do Partido Comunista do Brasil foi cassada e, em janeiro de 1948, foram extintos os mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido. Era um golpe sério no Partido e na democracia. Por terem sido eleitos pela legenda do PSP, Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara não foram atingidos por essa medida discricionária.

Como a contradição é universal, enquanto a reação conseguia, em 1948, tentos no Brasil, em 1949, do outro lado do mundo, os comunistas chegavam ao poder na China e Mao Tse-tung, o comandante maior dessa epopeia, anunciava que "de hoje em diante a China vai se colocar de pé". Logo em seguida, em junho de 1950, com a intervenção americana na península coreana, outra guerra começava a se desenvolver, a Guerra da Coreia. Os americanos deslocaram para lá numerosas tropas e convocaram governos subservientes de diversos países para participarem também, enviando soldados – e o Brasil foi um deles.

O Partido Comunista do Brasil posicionou-se contra o envio de tropas para a Coreia. Mobilizou suas bases e seus aliados para impedir que se realizasse aquela pretensão americana, apoiada pelo governo servil de Dutra. O livro de Bertolino acompanha uma passeata de mulheres, realizada em 7 de setembro de 1950, no Anhangabaú, em São Paulo, liderada por Elisa Branco, aberta com uma faixa onde se lia "Os soldados nossos filhos não irão para a Coreia". E registra que não deu outra: a repressão baixou e prendeu Elisa Branco. Justificou com a informação de que o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista havia proibido manifestações pela paz.

Pedro Pomar, que dirigiu os principais jornais do Partido, logo em seguida estampou em artigo na *Imprensa Popular* um chamamento enérgico: "Imitemos e multipliquemos o exemplo de Elisa Branco". Terminou o Brasil não enviando tropas para a Guerra da Coreia, cujo armistício foi assinado em 27 de julho de 1953. Sob a direção do seu partido comunista, o Partido do Trabalho da Coreia, liderado por Kim Il-sung, e depois que os chineses enviaram um milhão de voluntários para apoiar a Coreia do Norte, os americanos foram fragorosamente derrotados – a primeira derrota militar dos Estados Unidos.

Nesta batalha, como em diversas outras, os americanos fizeram uma guerra suja, com bombardeios a populações civis, destruição de cidades inteiras e de povoados e lançamento de bombas bacteriológicas. Os Estados Unidos só sofreriam derrota mais desmoralizante bem depois, na Guerra do Vietnã, concluída em 1975, de onde saíram esbaforidos, correndo. Mas, em termos de baixas, as perdas americanas na Coreia foram quase três vezes mais que no Vietnã, 150 mil para 58 mil soldados abatidos.

Em 5 de março de 1953, quatro meses antes de ser assinado o armistício que suspendeu a Guerra da Coreia, morria na União Soviética Josef Stálin, o principal responsável pela grande vitória dos povos contra Hitler. A lástima dos comunistas do mundo inteiro foi enorme. O livro de Bertolino registra que no Brasil, no jornal *A Classe Operária*, vários artigos comentaram o ocorrido, assinados por alguns dos mais destacados dirigentes do Partido: Prestes, Amazonas, Grabois, Pomar, Arruda, Gorender e Mário Alves.

A tarefa de formação dos quadros partidários sempre foi muito importante para o Partido. Naquela época, cursos eram realizados na União Soviética e uma primeira turma já tinha voltado. Uma segunda, com 42 camaradas, estava pronta e, chefiada por João Amazonas, embarcou para Moscou em setembro desse mesmo ano da morte de Stálin – com duração prevista para mais de um ano. Nela estava também Pedro Pomar.

Frente a novas medidas nacionalistas e populares do segundo governo de Vargas, a direita agitava-se. Depois de uma campanha memorável, chamada "O petróleo é nosso", com grande participação dos comunistas, a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) foi criada. Houve um aumento de 100% no valor do salário mínimo e a criação da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) estava sendo proposta. A campanha contra Vargas foi raivosa e ruidosa, uma onda de calúnias e difamações foi levantada contra o presidente, orquestrada pela grande mídia da época e pelos políticos reacionários. O país foi levado a uma grande crise, e Getúlio Vargas ao suicídio.

Os comunistas não esperavam que o ataque direitista chegasse àquele ponto e Bertolino relata como o Partido se deu conta de que estava em posição tática equivocada, pois também fazia oposição a Vargas, se bem que pela esquerda. Internamente, o Partido preparava seu IV Congresso.

Pomar e os camaradas que estavam em Moscou, ao chegarem ao Brasil, no início de 1955, encontraram um quadro bem diferente do que deixaram. No horizonte político estava a eleição presidencial de 3 de outubro de 1955, e o Partido iria apoiar as candidaturas de Juscelino Kubitscheck e João Goulart. Bertolino relata curioso encontro de Amazonas com Kubitscheck sobre o assunto.

De qualquer sorte, a situação interna brasileira evoluía com os solavancos não tão imprevistos: JK eleito, tentativa de golpe para inviabilizar sua posse, contragolpe dirigido pelo general Henrique Lott, em novembro de 1955, para garantir a posse do presidente eleito, empossado em 31 de janeiro de 1956.

Eis que, entre 14 e 25 de fevereiro de 1956, espalhando estilhaços por todo o mundo, uma "bomba" estoura em Moscou: no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética Kruschev apresenta um "relatório secreto" desancando Stálin, a experiência socialista na URSS e revendo conceitos básicos até então assentados, como o de "partido do proletariado", substituído pelo de "partido de todo o povo".

O "relatório secreto" causou grande impacto no mundo e no Brasil. Com certo atraso, um debate sobre o relatório foi aberto no Partido. O livro conta com minúcias como os problemas de dentro do Brasil se somaram aos externos e uma luta interna se desenvolveu de 1956 até 1962.

Este período é seguramente o mais importante da longa trajetória política de Pedro Pomar, como de resto o foi para outros dirigentes. Aí é que vai aparecer sua têmpera ideológica, sua visão consequente de classe, sua percepção histórica do que estava em jogo, sua coragem para a defesa de ideias, tudo aquilo que vai fazer dele, como de alguns outros, dos maiores dirigentes comunistas do Brasil.

Com a demora da direção partidária em regulamentar o debate sobre o "informe secreto" e as novas posições do XX Congresso, setores do Partido começaram a se posicionar, enxergando no Partido no Brasil os mesmos erros denunciados em Moscou, e tendo sobre a fase anterior da vida partidária a mesma visão negativista que o "informe" de Kruschev demonstrou face à experiência de construção do socialismo na URSS. No livro, Osvaldo Bertolino discorre sobre o que sucedeu. Talvez possamos, para simplificar, agrupar em três momentos, a luta interna então desenvolvida.

O primeiro momento começa com a aprovação, pela direção, da Resolução de 20 de outubro de 1956, autorizando o início do debate e regulamentando-o. O órgão para tanto era o jornal *Voz Operária*. Bertolino mostra como foram divulgados textos de João Amazonas, Pedro Pomar e Carlos Danielli, constatando problemas, questões a serem examinadas e corrigidas, mas, todos, contestando a visão negativista sobre a fase anterior da vida do Partido.

O segundo momento é caracterizado pela divulgação, em 13 de julho de 1957, na *Voz Operária*, da *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética*, que destituía de funções executivas Molotov, Malenkov e Kaganovitch, o que significava um endurecimento na posição soviética e um fortalecimento da linha de Kruschev, autor do "informe secreto". A esse endurecimento em Moscou, seguiu-se um endurecimento aqui no Brasil: um mês depois, em agosto de 1957, o Comitê Central do PC do Brasil destituiu da Comissão Executiva João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda e Sérgio Holmos. Pomar, na época, não era da Executiva.

O terceiro momento é marcado pela convocação do V Congresso, em agosto de 1957, e em seguida pela publicação, em 22 de março de 1958, de um documento sobre a política do Partido, conhecido como *Declaração de Março*, que já assumia posições do XX

Congresso do PCUS. Mais à frente, em 15 de abril de 1960, são divulgadas as *Teses para Discussão*, documento preparatório para o V Congresso.

O livro realça o primeiro artigo publicado no debate, de Maurício Grabois, sintomaticamente intitulado "Duas Concepções, duas Orientações Políticas". Uma semana depois aparece um artigo de Pedro Pomar, também com o sugestivo título "Análise marxista ou apologia do capitalismo?" Nele, Pomar critica a *Declaração de Março* e as *Teses para Discussão*, aproveita para protestar contra os afastamentos de Amazonas, Grabois, Arruda e Sérgio Holmos da Comissão Executiva e adverte: "na prática", "somos obrigados (...) a travar a luta contra os erros de direita e as concepções revisionistas". Finalmente, o livro de Osvaldo Bertolino dá relevo ao último artigo publicado no debate, também de Pomar, onde refuta opiniões de Prestes, lamenta que o mesmo só tenha entrado no debate nos momentos finais e sem tomar posição sobre as questões centrais.

Ocorre o V Congresso. E acontece a primeira surpresa. Enquanto no debate preparatório, como diz o livro, mais da metade dos artigos divergia das posições de Prestes e das *Teses*, ao abrir o Congresso a representação dessas posições era diminuta. Na eleição do novo Comitê Central, doze dos vinte e cinco titulares anteriores e diversos suplentes ficaram de fora. Grabois, Amazonas e Arruda não foram reeleitos. Pomar, Danielli, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, José Duarte, Walter Martins e Calil Chade, algum tempo depois, também foram afastados.

Eis que, à revelia das decisões do próprio V Congresso, o jornal *Novos Rumos*, de 11 de agosto de 1961, inesperadamente publica um Programa e os Estatutos de um chamado Partido Comunista Brasileiro, que supostamente seria o novo nome do antigo Partido Comunista do Brasil. O novo Programa apresentado e os novos Estatutos tinham diferenças essenciais em relação àqueles do Partido Comunista do Brasil. Além do mais, só um Congresso do Partido poderia alterá-los. Na verdade, anunciava-se a criação de um novo partido no Brasil, com Programa e Estatutos próprios, e que se chamava Partido Comunista Brasileiro.

Incontinenti, no mesmo mês de agosto, um grupo que criticara a *Declaração* e as *Teses* articula uma carta ao Comitê Central, subscrita por cerca de cem quadros e militantes, chamada *Carta dos 100*, e que era aberta com a consigna *Em defesa do Partido*. A *Carta*, em primeiro lugar, bate firme na ilegalidade das decisões anunciadas, mostra que o Comitê Central havia violado os Estatutos do Partido. Depois, verbera contra o Programa apresentado, "menos avançado do que os programas do PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] e do PSB [Partido Socialista Brasileiro]". Por fim, conclama o Comitê Central (CC) a substituir aqueles documentos por outros condizentes com as decisões do V Congresso, ou convocar um "congresso extraordinário" para resolver a questão.

O grupo que já assumia o Partido Comunista Brasileiro não recuou. Ao contrário, em janeiro de 1962, investe publicamente contra o que chamou de "grupo fracionista encabeçado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar", e do qual "fazem parte também José Duarte, Ângelo Arroyo, Walter Martins (Pepe), Calil Chade, Carlos Danielli e Lincoln Oest", anunciando que todos estavam "expulsos de nossas fileiras". Que fileiras? Do PC Brasileiro? Mas como aqueles dirigentes poderiam ser expulsos de um partido do qual nunca participaram?

Então, no mês seguinte, em fevereiro de 1962, esses dirigentes realizam em São Paulo uma Conferência Extraordinária do Partido Comunista do Brasil e reorganizam o Partido. Aprovam um *Manifesto-Programa*, que retoma, corrige e desenvolve conclusões do IV Congresso; votam os Estatutos, resgatando o princípio do internacionalismo proletário e a base teórica do marxismo-leninismo; elegem um Comitê Central, à frente do qual estavam João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar; e levantam a tradicional bandeira de combate dos comunistas brasileiros, gravada com o nome de Partido Comunista do Brasil.

O livro descreve este processo com detalhes. O certo é que foi um processo decisivo. O núcleo mais conhecido do Partido antes da reorganização era formado por Prestes, Arruda, Amazonas, Grabois, Pomar e Marighella. Destes, somente Prestes ficou decididamente com o PC Brasileiro, Marighella mais à frente romperia e Arruda viria a incorporar-se ao Partido reorganizado. Prestes, contudo, acreditava na força mobilizadora de seu grande prestígio e chegou a dizer que o pessoal do PC do Brasil "não tinha futuro". Foi exatamente o contrário.

Hoje, ao se contar essa história, atendo-se aos fatos, não há como deixar de se reconhecer que o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, foi reorganizado em 1962. E as maiores homenagens devem ser feitas aos três grandes baluartes desse processo: Amazonas, Grabois e Pomar.

A biografia continua seguindo as pegadas de Pomar na nova fase do Partido Comunista do Brasil, a fase PCdoB. Aí, muita coisa mudou. O Partido, reorganizado, alterou substancialmente sua maneira de proceder e enveredou pelo caminho de se ligar cada vez mais à problemática brasileira concreta, fazendo política no curso dos acontecimentos, acompanhando as mudanças, no Brasil e no mundo — mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e de correlação de forças e, também, e, sobretudo, mudanças nas formas de construir o socialismo e de lutar por ele.

Diversos são os fatos vivenciados por Pomar nessa nova fase. Vale a pena aqui fazer referência a três deles: sua posição frente à Revolução Cultural da China, frente à incorporação da Ação Popular Marxista Leninista (APML) ao PCdoB e frente à Guerrilha do Araguaia. Tudo de forma breve.

A Revolução Cultural, quando surgiu na China, por volta de 1966, seguida por multidões de jovens, erguendo a bandeira da modernização, levantando bem alto o nome de Mao Tse-tung, grande revolucionário marxista, e com palavras de ordem mobilizadoras como "ousar lutar, ousar vencer", recebeu o apoio de vastos setores no mundo, especialmente o pessoal de esquerda. Contribuiu para impulsionar as grandes manifestações de massa, em escala mundial, que ocorreram no ano de 1968.

Mas não havia informações precisas sobre como na China as coisas se desenvolviam. As notícias eram esparsas e insuficientes. Muitas pessoas escreveram, nesse momento, sobre a Revolução Cultural, defendendo-a de forma geral, pelo sentido que ela parecia ter. Foi nesse contexto que saiu o artigo de Pomar n'*A Classe Operária*, saudando a Revolução Cultural, no ano altamente efervescente de 1968.

O Partido Comunista da China (PCCh), bem depois, fez um balanço da Revolução Cultural. Mostrou que foi um grande erro e se constituiu em um atraso para a China. Muitos que a tinham reviram sua posição. Pomar foi assassinado antes disso.

A incorporação da APML ao PCdoB foi um dos episódios mais importantes da construção do Partido na segunda metade do século 20. Ela foi a maior organização de origem pequeno-burguesa que atuava no Brasil desde antes do golpe de 1964 até os primeiros anos da década de 1970. Fazia oposição radical à ditadura militar e tinha penetração social, especialmente no meio estudantil, onde era, de longe, a força preponderante. Chegou ao marxismo-leninismo em processo sério e complexo.

Surgida como Ação Popular, transformou-se em Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil e, nesta medida, começou a tratar da questão do partido unificado do proletariado brasileiro quando entra em contato com o PCdoB. Este começa a acompanhar, em reuniões espaçadas e encontros de rua, o intricado debate que se desenvolvia e opinar sobre o mesmo.

Quando a APML apresentou, em março de 1971 — através de seu *Programa Básico* aprovado na III Reunião Ampliada da Direção Nacional –, sua proposta de construção no Brasil de um "partido de tipo inteiramente novo", tomando por base o PCdoB e "outras forças marxistas-leninistas", o Partido, através de *A Classe Operária* de novembro de 1971, deu uma resposta no artigo "A proposta da AP", escrito por Pedro Pomar.

Naquele tempo, as organizações e partidos revolucionários viviam na mais completa clandestinidade. Quando Pomar redigiu esse artigo, não sabia que a situação da luta interna dentro da AP tinha evoluído muito favoravelmente ao grupo que defendia a incorporação da APML ao PCdoB, a chamada "maioria". Assim, o artigo, se por um lado não defendeu posição incorreta, por outro, perdeu a oportunidade de fortalecer a corrente marxista que na APML caminhava para levá-la ao próprio Partido.

Houve percalços, mas o processo de incorporação continuou até o fim. Quando ele se consumou, depois do início do Araguaia, João Amazonas e Pedro Pomar receberam Zé Antonio e Raul da APML (Haroldo Lima e Renato Rabelo) para formalizar o sucedido, e o fizeram com enorme entusiasmo.

As questões estratégicas relativas ao Araguaia eram as seguintes:

1) Na situação brasileira pós-golpe militar de 1964, com o endurecimento da ditadura, a resistência armada ao regime era um correto caminho para as forças que queriam lutar pela liberdade no Brasil;

2) no nosso país — continental, com certa tradição de luta camponesa, com regiões distantes e relativamente inacessíveis, e com enorme concentração de Forças Armadas nas proximidades das grandes aglomerações urbanas — o caminho da luta armada popular era o da resistência guerrilheira rural, sabidamente o que permite a sobrevivência e o desenvolvimento de forças incomparavelmente menores que as forças regulares;

3) em um país já tão urbanizado e industrializado, com numerosa massa de trabalhadores e cidadãos em grandes cidades, a perspectiva da luta guerrilheira não deveria ser a de um "cerco das cidades a partir do campo", como foi na China, mas a de uma articulação entre a frente guerrilheira, baseada no campo, com a luta nas cidades;

4) na preparação da zona guerrilheira, a orientação geral deveria ser a que terminou sendo expressa no documento *Guerra popular, caminho da luta armada no Brasil*, que levava em conta as condições do Brasil e lições gerais da experiência chinesa;

5) a preparação guerrilheira de forma alguma prescindiria do Partido, como formulava o "foquismo", ou seja, não seria a "coluna guerrilheira" que iria criar o Partido, mas o Partido é que criaria a guerrilha;

6) o Partido, durante a preparação, deveria se empenhar na integração com as massas locais e fazer um trabalho político prévio, suficientemente discreto para não chamar a atenção para a preparação em curso; e

7) a região do Araguaia foi a principal área escolhida para, sob o maior sigilo, se promover a preparação pretendida.

Esses pontos, que podem ser mais bem formulados e mais bem expostos, foram defendidos por toda a direção do Partido sem exceção.

Quando a Guerrilha foi derrotada, e quando, na direção do PCdoB, análises começaram a ser feitas, divergências surgiram, mas não em relação a algum dos pontos estratégicos acima apontados, e sim quanto à avaliação do nível em que foi feito o trabalho político junto às massas no período preparatório.

Nas discussões, quem mais insistia no que achava ser insuficiência do trabalho político prévio no Araguaia era o camarada Pedro Pomar. Considerava o trabalho político preparatório débil, chegando até mesmo a admitir que, face àquela debilidade, talvez não se devesse ter partido para a resistência. Essa questão – do nível a que chegou o trabalho político prévio – esteve no centro dos debates e era difícil de ser resolvida, pois não era passível de uma avaliação objetiva.

João Amazonas defendia firmemente que o trabalho político preparatório feito no Araguaia tinha sido, nos marcos da clandestinidade, o possível e o suficiente; realçava estarem os comunistas, naquela região, havia anos, trabalhando e vivendo como vivia o pessoal local, sendo que alguns já despontavam como lideranças do lugar; e salientava que, depois da primeira campanha do Exército, o trabalho político passou a um nível superior de intensidade.

Com o passar do tempo, o Araguaia se firmou como uma das páginas mais valorosas da resistência do povo brasileiro à ditadura implantada em 1964. Certa feita, em uma entrevista, João Amazonas observou que depois de tanta informação nova que havia surgido sobre o Araguaia e depois da repercussão que a luta passava a ter, como marco da resistência antiditatorial, ninguém poderia assegurar que até então Pomar ainda mantivesse as mesmas opiniões.

Como se sabe, o debate foi drasticamente interrompido pela ação violenta das forças da repressão, na Chacina da Lapa, em 1976, quando executaram, na hora, dois dos mais destacados dirigentes do Partido, coincidentemente, dois representantes centrais da polêmica em curso: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Trinta e sete anos já se passaram depois da morte desses dois bravos camaradas.

A polêmica não foi concluída. O estágio em que ela se encontrava ficou registrado em uma pasta que estava sendo organizada com depoimentos sobre o Araguaia de membros da direção; e diversos dirigentes já tinham escrito sobre o assunto. Pelas condições da época, esse material não foi copiado. Tudo indica que o antigo I Exército — sediado no Rio de Janeiro, que coordenou a Chacina da Lapa — tenha se apossado dessa pasta. A história do Brasil se enriqueceria se a Comissão da Verdade, hoje em atividade, pudesse recuperá-la para os brasileiros.

Pedro Pomar foi um desses personagens da história do Brasil que vinculou, galhardamente, toda sua vida à luta incessante do povo brasileiro por uma Nação soberana, progressista, socialmente justa. Acompanhar os caminhos que ele trilhou no século 20 é acompanhar uma vereda importante da história de nosso país nessa fase, pois, através de seu Partido, Pomar outra coisa não fez senão ir na linha de frente abrindo, por terrenos ásperos, as picadas que demandavam liberdade, direitos, democracia, afirmação da nacionalidade, caminho socialista.

Para escrever este livro Osvaldo Bertolino teve, em primeiro lugar, que percorrer esse caminho, com denodo, pesquisando os fatos, lendo muito, inquirindo, escutando, valorando os depoimentos, até os controversos. Resultou nesta obra redigida em estilo direto e simpático, que faz o leitor sentir a trama urdida nos episódios relatados. É uma justa homenagem aos cem anos de Pedro Pomar e uma contribuição de mérito à história das lutas políticas do povo brasileiro no século 20, sob o ângulo dos trabalhadores e dos comunistas. Parabéns!

—

***Haroldo Lima é membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), um dos fundadores da Ação Popular (AP) em 1961-62, trabalhava com Pedro Pomar na Comissão de Organização quando ocorreu a Chacina da Lapa.**

Prólogo

Uma manhã de terror e execuções sem perdão. Até troar de bombas de canhão foi ouvido.

1976

Como sempre fazia, Margarida Rodrigues levantara-se por volta das seis e meia da manhã. Na casa ao lado, Rita da Glória ainda dormia sem saber que às seis e trinta e cinco seria despertada por uma cena de terror. Trabalhavam como empregadas domésticas em frente ao número 767 da Rua Pio XI, no bairro da Lapa, na cidade de São Paulo. Sebastião Dias Chaves, mestre de obras, nesse mesmo horário estava

trancafiado com seis trabalhadores em um quartinho de despejo da construção no terreno que fazia fundos com a casa 767, enquanto outros, deitados no chão sob a mira de armas de grosso calibre, também eram feitos reféns.

A rua estava deserta. O silêncio foi quebrado por rajadas de metralhadoras. O picotar das balas era entremeado por um barulho seco, duro. Bombas de canhão, na definição do mestre de obras, que troaram na casa que fazia fundos com a construção, despejadas por uma poderosa carabina calibre doze milímetros. Rita da Glória acordou sobressaltada e correu até a porta que dá para a rua. Viu várias pessoas atirando, umas fardadas, outras não. Os atiradores fizeram sinais com as mãos para ela entrar; ordem de pronto obedecida diante do arsenal que vira cuspindo fogo.

Na casa ao lado, Margarida Rodrigues teve a sensação de que latas caíam de algum lugar. Os estampidos da carabina fizeram-na correr para a janela e viu, apavorada, uma fuzilaria sem trégua. Na sua visão turvada pelo impacto da cena, divisou seis homens protegendo-se no muro e operando metralhadoras dispostas uma ao lado da outra. Alvejavam a porta da casa 767. Apesar da barulheira, Margarida pôde observar que não houve revide. Ela, Rita da Glória e Sebastião Dias Chaves, trêmulos, descreveram, em várias entrevistas, o que viram naquela manhã dantesca. Era o começo do dia 16 de dezembro de 1976.

***

Alertado, o pessoal dos noticiários correu para o local do crime e foi recebido com hostilidade. O repórter Nelson Veiga, da *TV Bandeirantes*, viu, sem nada poder fazer, a destruição de filmes e o confisco de equipamentos. Um de seus técnicos levou um safanão e ambos foram encaminhados à delegacia, de onde saíram por intervenção do secretário de Segurança Pública, Erasmo Dias, que, bem relacionado com a mídia, pediu desculpas à emissora pelo ocorrido.

Um morador da vizinhança, não identificado, disse ao jornal *O Estado de S. Paulo* que foram vinte minutos de verdadeiro pânico no quarteirão. Outro disse que eram duas vozes de comando e se ouvia o "cantar" dos pneus das viaturas disfarçadas. Um terceiro descreveu a sonoplastia do arsenal em minúcias — os estrondos de uma poderosa carabina doze milímetros, as ininterruptas rajadas de metralhadoras, os estampidos secos das eficientes *luggers* nove milímetros. A orquestra macabra afastava as pessoas e assustava as crianças, detalhou. Um quarto informou que foram retirados da residência, após o fogo cerrado, papéis diversos, livros, roupas e até uma velha espingarda Winchester, toda enferrujada. Um cinegrafista disse à *Folha de S. Paulo* que nunca vira tanta papelada na vida. Até o começo da tarde, veículos do serviço de segurança foram carregados com livros, roupas, jornais, manuscritos e objetos diversos.

Pouco antes das onze horas, chegou ao local Harry Shibata, diretor da Divisão de Perícias Médicas. Entrou pela porta lateral da casa, transformada em peneira nas primeiras horas da manhã, e saiu pela da frente. Os fotógrafos do Instituto de Polícia Técnica registraram as adulterações da cena do crime. Uma perua Kombi com placas de São Bernardo do Campo, estacionada na lateral, evitava que curiosos lançassem olhares para o interior da casa.

***

Quinze minutos depois da saída de Harry Shibata, dois corpos acondicionados em gavetões de zinco foram retirados do local. Dispostos em outra Kombi, sem placas, os mortos, conduzidos em alta velocidade, sumiram da vista dos curiosos e do mapa. Ninguém sabia para onde estavam sendo levados e que fim teriam. Eram os corpos de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, que levaram para o túmulo uma história singular, odiada pelo regime implantado no país com o golpe de 1964. O crime foi executado com requintes de crueldade por homens ensandecidos e envenenados pela ideologia da violência.

O primeiro fogo da artilharia estilhaçou vidros das janelas, varou a madeira das portas e abriu caminho para a concentração de tiros no interior da casa a partir do jardim de entrada. Pedro Pomar foi atingido na cabeça, depois em todo o corpo, por balas dundum, iguais a bolas de gude — um total estimado em mais de cinquenta petardos. Calçava sandálias e vestia camisa de mangas curtas. Ao perceber a movimentação dos agentes, voltava da cozinha para a sala a fim de providenciar a queima de documentos. Ângelo Arroyo, saindo do banheiro em direção à cozinha, foi alvejado nas costas. A violência das balas o fez voar, batendo a cabeça no teto do corredor. Uma mancha de sangue ficou no local como testemunha da força com que fora atingido.

Oficiais do II Exército — noticiou o jornal *O Globo* — receberam "numerosos" telefonemas de pessoas ligadas a todas as atividades sociais do estado de São Paulo cumprimentando-os pelo êxito da operação, efetuada sem pôr em risco a integridade física dos moradores da vizinhança. Do Quartel General onde estavam, no arborizado bairro do Ibirapuera, eles divulgavam falsas informações, diligentemente reproduzidas pela mídia. As fotos da cena adulterada mostravam Pedro Pomar deitado ao lado de um revólver e os óculos caídos sobre o rosto; Ângelo Arroyo estava acompanhado de um fuzil e uma espingarda.

Nelson Veiga, o repórter da *TV Bandeirantes*, não vira o revólver e o fuzil quando chegou, por volta das oito horas e quinze minutos. A requisição do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para o exame da casa foi entregue ao Instituto de Criminalística às oito horas e trinta e cinco minutos, mas os técnicos só chegaram ao local pouco antes das onze horas. Durante esse tempo, agentes vasculharam a cena do crime. Não se sabe se os tiros dados "de dentro para fora", como consta do laudo assinado pelo perito Alceu Almeida Proença, foram inventados ou disparados pelos próprios agentes com a finalidade de incriminar as vítimas.

O documento afirma que os "ocupantes da moradia" dispararam com revólver calibre trinta e oito e carabina Winchester calibre quarenta e quatro, modelo 1892. No entanto, conforme diz a perita Eliana Menezes Sansoni no laudo específico das armas, a pesquisa de resíduos de combustão de pólvora mostrou que os tiros eram de revólveres das marcas Taurus e OH (Orbea Hermanos). Outro dado de Eliana Menezes Sansoni que contradiz a versão de Proença é o exame em um revólver INA calibre trinta e dois, em um rifle Castelo calibre vinte e dois e em três facas — todos arrolados no auto de apreensão e ignorados pelo perito. Nas sessenta e nove fotos que ilustram a descrição da cena, apenas o Taurus e a Winchester aparecem.

Outro indício flagrante da fraude é a data requerida pelo DOPS para a perícia, 21 de dezembro, quase uma semana depois do ocorrido. No laudo do perito, não constam

detalhes prosaicos, como a distância entre a posição dos corpos e as armas. Os mortos não foram examinados para constatar a presença de resíduos de pólvora nas mãos e o laudo dos legistas que fizeram a autópsia tampouco comenta a existência de vestígios de explosivo.

Os comandantes da operação não desconheciam o que havia dentro da casa. Foram para o local com ordens deliberadas para a encenação. A preparação do massacre, segundo a versão da ditadura, durara três meses e os idealizadores da ação sabiam minúcias daquela casa frágil, com uma sala, dois quartos de nove metros quadrados cada, banheiro e cozinha. Nos fundos, havia uma área envidraçada; na frente, um alpendre em forma de arco descrito pelo perito como "área coberta". O pequeno jardim e o quintal amplo fazendo divisa com o terreno onde havia a construção completavam a aparência de uma residência comum, como tantas outras que existiam na Rua Pio XI.

Erasmo Dias, o então secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, reconheceu, em entrevista concedida em seu gabinete de vereador na Câmara Municipal de São Paulo em 2001, que as únicas armas portadas pelos dirigentes do PCdoB assassinados eram canetas. Segundo ele, a matança não teve justificativa nenhuma e a explicação para a chacina, que corria à boca pequena, era a de que a reunião fora organizada pelo PCdoB, que havia dado cinco anos de trabalho à repressão com a Guerrilha nas selvas do Araguaia.

Duas figuras centrais da trama estavam no comando da operação: o tenente-coronel Rufino Ferreira Neves e o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que participou da fuzilaria. Eles sabiam, é claro, o que representavam os que estavam na casa. Havia uma determinação de não tolerar qualquer ação de dirigentes das organizações "subversivas" e uma reunião como aquela, nas barbas da repressão, era uma atitude inaceitável. A preparação do massacre envolveu uma engenhosa teia de comunicações e foi montada de forma a evitar qualquer falha.

***

O aparelho repressivo no estado de São Paulo carregava nas costas uma galeria de crimes repugnantes e o presidente da República, o ditador Ernesto Geisel, prometeu discipliná-lo. Mas enfrentaria resistências e usaria a força para tentar rompê-las. Na rígida hierarquia militar, desobedecer a um superior constitui indisciplina gravíssima. Condutas indóceis à autoridade devem ser castigadas de modo severo, assim determina a lei da caserna.

O II Exército fora louvado nos tempos do presidente Emílio Garrastazu Médici, quando montou a Operação Bandeirantes (Oban) e serviu de exemplo para os demais Comandos na criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Mas estava na hora de mudar. A Oban unificou as ações de todos os órgãos da repressão e foi oficializada como modelo nacional pela "Diretriz Presidencial de Segurança Interna", assinada por Médici em setembro de 1970. Era a certidão de nascimento do terrorismo oficial de Estado.

O comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira, nomeou para a direção da Oban o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, que seria personagem de atos bárbaros na

prática de torturas e assassinatos. A linha dura, que ganhou plenos poderes com Médici, não aceitou as promessas de abrandamento de Geisel.

Em 1974, quando Geisel assumiu a Presidência da República, o II Exército já era comandado pelo general Ednardo D'Ávila, da chamada linha dura. Seus abusos foram relatados em carta do ministro da Justiça, Armando Falcão, ao presidente, enviada dia 19 de março de 1975. Nela, Falcão disse que o ministro do Exército, Silvio Frota, havia manifestado "preocupações com as observações que recebeu do comandante do II Exército" sobre o "ambiente que se está criando em São Paulo, no meio militar, devido à sistemática campanha de jornais". Desaparecimento de "subversivos" e "prisões de elementos ligados à subversão", além de "supostos maus tratos (torturas) que seriam infligidos a eles", estariam sendo explorados "tendencialmente".

A resistência às palavras de Geisel chegaria às vias de fato quando Ustra — já radicado em Brasília como instrutor da Escola Nacional de Informações e servindo no gabinete do ministro do Exército, Silvio Frota — usou a força para tentar levar os comandantes de Exércitos ao Ministério e anunciar um golpe de Estado. Ele e os demais integrantes do grupo de Frota imaginavam que conquistariam ampla adesão, mas o general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar, antecipou-se e foi para o aeroporto, conseguindo levar todos à presença de Geisel para prestar solidariedade ao presidente. Ustra, agressivo no cumprimento da determinação de Frota, apelou para a força física contra o general Dilermando Monteiro, que havia assumido o II Exército.

A troca de comando em São Paulo revelava a profundidade da fenda que se abrira no regime. Geisel tentava demonstrar um anticomunismo menos rombudo, diferenciando-se do modelo selvagem que vinha desde o combate à Insurreição de 1935. Em entrevista a Maria Celina d'Aquino e Celso Castro, da Fundação Getúlio Vargas, ele descreveu um diálogo com Frota sobre o combate à "subversão". O ministro do Exército disse que desde o Levante na Praia Vermelha o comunismo estava cada vez mais ativo, mais forte e perigoso. Então, o método de luta adotado — de matar, esfolar, brigar — não servia, replicou o presidente. Estudasse outra maneira de enfrentar o adversário. No fundo, não era um problema militar, mas social e político, avaliara Geisel.

Suas manifestações nessa entrevista, contudo, não passaram de jogo retórico para tentar se diferenciar do seu antecessor, o general Emílio Garrastazu Médici — Geisel também era um ditador comprometido com os crimes do regime. Foi dele a orientação para matar e desaparecer com os membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB). As ações criminosas no Araguaia, onde ocorreu a Guerrilha dirigida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), já no seu governo, foram firmemente apoiadas por ele. Geisel também deu aval à Chacina da Lapa. O que o ditador apresentava como abrandamento da repressão era na verdade ações para pôr os porões repletos de criminosos sob as suas rédeas.

***

A chamada linha dura reagiu e bateu de frente com o presidente. Frota foi demitido e tentou o golpe. No seu manifesto golpista, falou de infiltração de comunistas "nos órgãos do governo", levantando ainda mais as labaredas da cizânia. Geisel reagiu dizendo que lutava contra os comunistas e contra os que combatiam o comunismo. Um acontecimento inaudito, porém, apanhou a contenda no meio do caminho. Quando

Geisel dava por realizada a tarefa de combater a "subversão", em outubro de 1975 o jornalista Wladimir Herzog morreu sob torturas nas dependências do DOI-CODI paulista.

Preso no dia 25 por volta das oito horas da manhã, no final da tarde estava morto. A versão oficial dizia que ele havia se enforcado com o cinto do macacão de presidiário. Herzog recebera uma intimação para que se apresentasse e esclarecesse o envolvimento com o PCB. O pretexto foi uma produção da *BBC* de Londres levada ao ar no telejornal do meio dia da *TV Cultura*, da qual ele era diretor de jornalismo, sobre a vida do líder comunista vietnamita Ho Chi Minh. Fosse ao DOI-CODI explicar o caso, como fizeram outros jornalistas da emissora que também foram recepcionados com torturas. Saiu de lá morto.

Geisel atribuiu a morte de Herzog ao Estado-Maior do II Exército. Ednardo D'Ávila descentralizou o comando e deixou o pessoal subordinado agir, enquanto se dedicava às relações sociais. Nos fins de semana, saía da cidade para desfrutar da vida campestre oferecida por amigos. Aí os "elementos radicais" agiam. Na tramitação do inquérito, o presidente notou resistência de Ednardo D'Ávila em apurar o caso. Mas contemporizou.

O episódio comoveu o país e representou um divisor de águas — catalisou ações vigorosas para iniciar o processo de redemocratização. A pedido da família e do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, um culto ecumênico na Catedral da Sé, co-celebrado pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns, pelo reverendo Jaime Wrigth e pelo rabino Henry Sobel, homenageou Herzog.

Mais de oito mil pessoas ouviram o rabino dizer que "Wladimir Herzog era um homem de visão, de percepção e dedicação". O reverendo Wrigth afirmou: "Quando cai a noite, o pastor não vai para casa e jamais abandona suas ovelhas. Quando a noite vem, o perigo é maior. É durante a noite que elas precisam mais deles." E o cardeal Arns disse que "ninguém mata um homem e fica impune." Mas os mesmos que mataram o jornalista logo matariam outro homem. Foi no dia 17 de janeiro de 1976, um sábado.

***

Manoel Fiel Filho trabalhava havia dezenove anos na fábrica Metal Arte, no bairro paulistano da Mooca. Na sexta-feira, não mostrou nenhuma preocupação quando dois homens lhe disseram que ele precisava ir ao DOPS "para fazer um reconhecimento". No dia seguinte, sábado, um táxi parou em frente à residência número 155 da Rua Coronel Rodrigues, no bairro de Sapopemba. Um homem desceu, jogou no quintal um saco de lixo e um envelope, e berrou: O *seu* Manoel tentou o suicídio! No saco azul de vinte litros, com o emblema da Lixeira Ideal, estavam a calça e a camisa de brim, o cinto e um par de sapatos. No envelope, com o timbre do Exército, os documentos de Manoel. O corpo apresentava sinais evidentes de torturas, em especial hematomas generalizados, principalmente na região da testa, pulsos e pescoço.

Ao receber a notícia, Geisel tomou a decisão de demitir Ednardo D'Ávila. A demissão desagradou profundamente aos generais da linha dura. O ditador relata ter falado grosso com Frota, determinando que demitisse também o chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), general-de-brigada Confúcio Danton de Paula Avelino. Deveria saber o que estava acontecendo em São Paulo. Informasse o ministro do Exército, que

informasse Geisel. Como não fez, fosse substituído. Ednardo D'Ávila estava fora irremediavelmente — sua atração pelo *society*, seduzido pelos magnatas para doces *week-ends* nas fazendas, em sítios e chácaras, deixava o Exército, segundo o ditador, "à matroca" (ao acaso, à toa) nos finais de semana, e a linha dura de mãos livres. Sobrou até para o ministro Frota, também demitido.

Geisel passou a caminhar na corda bamba. De um lado, a oposição ganhava impulso e exigia velocidade na abertura. De outro, a linha dura lutava para sobreviver — o gesto tresloucado de Frota, no episódio da tentativa de golpe, foi um típico ato de sobrevivência. Hábil, o ditador recompôs o seu poder e saiu fortalecido. Quando a operação da Chacina da Lapa começou a ser montada, ele demonstrou que a abertura estava rigorosamente limitada aos seus ditames.

Geisel apoiou o plano do general Dilermando Gomes Monteiro, que assumira o II Exército no lugar de Ednardo D'Ávila, em conluio com o I Exército do Rio de Janeiro. A "grande reunião dos chefes comunistas", disse o ditador, não representava mais a força de antes, mas poderia ser o inaceitável "recrudescimento do comunismo". No comando do trabalho do II Exército estava o chefe do DOI-CODI paulista, o tenente-coronel Rufino Ferreira Neves.

***

O outro braço da repressão em São Paulo era liderado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, diretor da Divisão de Ordem Social do DOPS, famoso por suas ações bandoleiras. Conhecido como Esquadrão da Morte, o grupo desse delegado apresentava uma extensa folha corrida. Não foram poucas as vezes em que Fleury se viu na condição de réu, mesmo sendo fiel serviçal do regime e submetido às leis frouxas para quem era do mundo da repressão. A partir de 1974, ganhou mais um protetor, vindo das hostes militares — o coronel Erasmo Dias, que assumiu o comando da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

A indicação decorria de um acordo do governo federal com o governador do estado, Laudo Natel. A operação envolveu autoridades militares e até o então ministro do Exército, general Dale Coutinho, que antecedeu Silvio Frota. Havia choques entre as esferas militar e civil; a presença de Erasmo Dias na Secretaria de Segurança seria uma tentativa de encontrar um ponto de equilíbrio. Foi bem na função. Tanto que se manteve no cargo quando Paulo Egydio Martins substituiu Laudo Natel.

Comprometido com o regime até a medula, quando comentava assuntos daquele período Erasmo Dias se exaltava, fazia caretas, gritava, exasperava e oscilava bruscamente o tom de voz. Discordava da linha dura, apesar de ter participado de ações terroristas em nome do Estado, mas nutria admiração confessa pelas atrocidades cometidas pelo bando de Fleury. As farsas montadas para divulgar as mortes no DOI-CODI também precisavam de autorizadas mãos civis — como demonstraria o desdobramento do massacre da Lapa. Os inquéritos derivados da Lei de Segurança Nacional eram atribuição do DOPS.

***

A operação que resultaria no fuzilamento de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo foi montada com a técnica desse arranjo repressivo de São Paulo. Quando os caminhos da ação já estavam traçados, com todos os detalhes mapeados, o chefe do Estado-Maior do II Exército, general-de-brigada Carlos Xavier de Miranda, enviou um ofício para Erasmo Dias informando "que o comandante do II Exército tomou conhecimento de que estariam havendo reuniões clandestinas na área com o comparecimento de elementos ligados à subversão". A operação de informação "em curso das investigações" levantou "atividades subversivas de elementos sobejamente conhecidos por suas ações junto ao PCdoB", entre eles citou Pedro Pomar.

No mesmo dia, o delegado Fleury baixou uma portaria instaurando "autos de investigação policial, de caráter confidencial, para o devido acompanhamento das diligências que estão em andamento, uma vez que o ofício foi despachado para esta Divisão". Carlos Xavier de Miranda, o general-de-brigada que chefiava o Estado-Maior do II Exército, voltou a falar com Erasmo Dias, quatro dias depois. Dilermando Monteiro pediu-lhe que comunicasse detalhes da operação que seria realizada em 16 de dezembro na casa 767. Faltavam dois dias.

O ofício pedia ao secretário da Segurança Pública que a partir das seis horas da manhã fosse montado um esquema, "com a finalidade de tranquilizar os moradores vizinhos da citada residência e os transeuntes, bem como seja o trânsito desviado das proximidades do local onde será realizada a operação". Erasmo Dias despachou o ofício ao DOPS, "para as providências", e Fleury providenciou, no mesmo dia, sua incorporação à portaria por ele instaurada quatro dias antes.

***

Enquanto os papéis transitavam de mão em mão, Dilermando Monteiro discursava para oficiais que chefiavam as principais unidades do II Exército em uma confraternização de Natal. Ele se preparava para as férias, que começariam dia 27. O *Jornal do Brasil* reproduziu, em 15 de dezembro, trechos do discurso. "Qualquer um de nós, que praticamos a doutrina cristã, também saberá vibrar o chicote contra aqueles que são os vendilhões da pátria e expulsá-los do templo cívico de nossa nação", ameaçou.

O general estava com o espírito bélico aflorado. "Não se deve confundir, portanto, amizade, camaradagem e boa vontade com fraqueza ou medo de agir. É preciso não confundir, como muitos fazem, a serenidade com medo, o bom humor com falta de agressividade, a alegria com tibieza, porque o próprio Jesus nos deu um exemplo quando expulsou dos templos aqueles que perturbavam o ambiente com ideias malsãs, de fundo materialista (...). Ainda permanece válido o *se vis pacem para bellum* (se queres a paz, prepara a guerra)", disse.

O tom profético era entremeado por recados que denotavam advertência aos vacilantes e cumplicidade dos altos escalões do governo com a chacina que se avizinhava. "Ainda temos de estar preparados para enfrentar os ambiciosos, os desejosos de poder que querem infiltração para dominar e subjugar. Enquanto isso permanecer, temos de estar prontos para a luta, para empunhar o chicote. Por isso, estamos unidos em torno de nossos chefes, porque eles sabem o terreno em que estão pisando, conhecem o modo de enfrentar os obstáculos e de vencê-los. Sabem nos levar ao melhor destino", discursou.

Aos sessenta e três anos de idade, a hora de Pedro Pomar estava chegando. Sua voz seria silenciada para sempre e sua história impedida de começar a ser contada até que os primeiros raios de luz fulminassem as trevas da noite de terror que se abateu sobre o país entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964. Caiu, literalmente, quando fazia sua última defesa do Partido Comunista do Brasil, caminhando em direção aos papéis que registravam opiniões de dirigentes comunistas em debates intensos sobre rumos para conduzir o Brasil à democracia e à justiça social. A pátria perdia um de seus filhos que jamais fugira à luta. Faltavam nove dias para o Natal.

Capítulo 1

Óbidos e Belém se rebelam. Pedro Pomar ajuda a pôr oficiais para correr com jorros d'água.

1915-1935

Quando alguém morre, não se costuma perguntar de quê. A frase seca de Rosa Araújo expressava mais uma indignação do que uma informação. Referia-se a Felipe Cossio y Pomar, deixado na Filadélfia, Pensilvânia, nos Estados Unidos, em meados de 1920. Levara os filhos Pedro e Roman e trouxera, além dos dois, Eduardo, ou Edward Mary. Felipe havia deixado na pequena Óbidos, no interior do estado do Pará, em 1915, o primeiro filho e a mulher grávida do segundo para seguir os caminhos da pintura, arte a que se dedicava desde 1908 quando estudou em Paris e Bruxelas.

Nasceu no Peru, vindo de uma família aristocrática espanhola, estudou história na Universidade de San Marcos, em Lima, e decidiu seguir os passos de um parente distante, o famoso pintor Paul Gauguin, nascido em Paris, que viveu os primeiros sete anos na capital peruana para onde seus pais se mudaram após a chegada de Napoleão III ao poder. Em suas andanças, conviveu com Diego Rivera, Pablo Picasso, Modigliani e muitos outros pintores famosos.

A Revolução comandada por Emiliano Zapata e Pancho Villa estimulou Felipe a aderir à Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra), criada por Víctor Raúl Haya de la Torre, pensador e líder político peruano, exilado no México. Mas o que fazia a sua cabeça mesmo era a pintura. A versão mais corrente para a chegada em Óbidos é a de um convite para a restauração dos afrescos da Igreja Matriz de Santa Ana, mas há quem diga que ele fugia de seu país por razões políticas. Foi ficando e se encantou por Rosa Araújo, filha de Pedro Araújo, um militar piauiense que a cada degrau na carreira mudava-se de cidade, até chegar a subtenente e fixar-se em Óbidos, e Henriqueta Rosa Procópio, descendente de espanhóis da Catalunha.

Felipe e Rosa se casaram no Natal de 1912. Em 23 de setembro de 1913 nasceu Pedro Ventura Felippe de Araújo Pomar — ou simplesmente Pedro Pomar, como ficaria conhecido, o primeiro filho. No entanto, a harmonia da família estava minada pelas origens díspares do casal. Felipe se inquietava com o formato limitado da cidade, dinamizada por um dos muitos portos fluviais da região que serviam à exploração da borracha. O nome Óbidos vem de uma vila portuguesa homônima no distrito de Leiria,

e, ao contrário do que se possa pensar, não deriva do parônimo óbitos, mas do termo latino *oppidum*, que significa “cidadela”, “cidade fortificada”.

Foi ali que, em 1697, os portugueses instalaram um forte para colonizar a Amazônia. As ruas estreitas e ladeirosas, as mercearias de esquina, os amplos sobrados e casarios erguidos do século 17 ao 20 são alguns dos retratos de Portugal em plena Amazônia. O Forte Pauxis, símbolo da fundação do município, é um dos prédios históricos. Foi erguido onde existia uma tribo de índios Pauxis e de longe pode ser avistado por quem chega de barco. O local — a parte mais estreita do rio Amazonas (1,8 quilômetro) e mais profunda (cerca de 75 metros) — era estratégico para a consolidação do domínio português na Amazônia.

Quando Felipe deixou a cidade, em 1915, a Amazônia ainda era uma miragem para pobres sertanejos nordestinos impelidos a trocar o cabo da enxada pela morte em suas florestas exuberantes e sustentar nababos com o trabalho excruciante nos seringais a troco de charque, farinha de mandioca, rapadura e cachaça. Belém, Manaus e cidades europeias ostentavam luxo e riqueza extraídos do “ciclo da borracha” que, no seu apogeu, respondia por cerca de 30% do valor da exportação nacional. O estado do Ceará, de onde partia a maioria dos trabalhadores, viu sair pelo porto de Fortaleza, naquele ano, oito mil e quinhentas pessoas em direção ao Sul, enquanto trinta mil foram para o Norte.

***

Óbidos já era uma cidade em franca decadência, abatida pela entrada da produção de borracha da Malásia no mercado internacional. A condição de polo entre Manaus e Belém havia sido ocupada por Santarém. Desapareceram os jornais, o teatro, o clube literário, a biblioteca e até o Tiro de Guerra. Em compensação, Belém, embora também fulminada pela decadência econômica, ainda ostentava uma vida cultural ativa, agitada por artistas, escritores, poetas e jornalistas. O Teatro da Paz, símbolo da face pujante da cidade, vivia lotado. Considerada a porta de entrada da Amazônia, a capital paraense também seduzia por seu traçado desenhado com vias amplas e arborizadas, que fizeram sua fama como a cidade das mangueiras. Com mais de cem mil habitantes, era considerada uma das melhores localidades para se viver no Brasil.

No entanto, Felipe considerou Belém também pequena para seus projetos. Nem esperou o nascimento do segundo filho, em 2 de fevereiro de 1916, e viajou para os Estados Unidos. Rosa, evidentemente, não gostou nada daquela situação. Ele saiu de casa dizendo que participaria de uma exposição na capital e de lá esticou a viagem. As correspondências eram esparsas. Nas cartas enviadas à mãe, no Peru, onde uma espécie de comunidade com diversos sobrenomes formava sua família — inclusive o do pintor famoso Paul Gauguin —, ele nada dizia sobre a mulher e os filhos deixados em Óbidos.

Rosa e as crianças rumaram para os Estados Unidos em 1918 — não se sabe se por vontade própria ou por algum arranjo do marido. A sofrida viagem incluiu uma parada em Belém, onde pegaram um navio a vapor, à época considerado moderno, até o Rio de Janeiro, chamado “paquete Campos Sales”. A então capital da República passava por uma onda de greves que subira a picos nunca antes vistos e a gripe espanhola, com fome insaciável, não parava de arrebanhar almas — estima-se que entre outubro e dezembro

de 1918, período oficialmente reconhecido como pandêmico, 65% da população adoeceram. Só no Rio de Janeiro, foram registradas 14.348 mortes.

Foi nesse cenário aterrador que Rosa desembarcou. Assustada com as notícias, não via a hora de sair dali. Embarcou logo em outro vapor, com destino a Nova Iorque. Não sabia bem para onde ia — o marido dissera apenas que havia alugado um estúdio para trabalhar com pinturas de retratos e murais. De lá, foram para a Filadélfia, Pensilvânia, onde Felipe havia assumido um lugar de professor de história da arte peruana na Universidade de Villanove. Também pintaria um mural em Harrisburg, a capital do estado.

O relacionamento do casal estava comprometido. Rosa e Felipe viam o mundo com lentes diferentes. Ela apegada à família, dedicada aos filhos e próxima dos pais; ele independente e solerte. O fio da discórdia chegou ao ponto máximo de tensão e se rompeu em meados de 1920. Rosa, agora também com o filho Eduardo — Edward Mary, no documento que registrou o nascimento nos Estados Unidos —, voltou a Óbidos. Decidida e altiva, depois de ajeitar a vida por algum tempo morando com os pais providenciou a sua própria casa. Manuelinha, uma sobrinha, foi adotada para ajudá-la nos afazeres da família e perguntou a Rosa sobre o marido. Morreu, disse ela secamente. A sobrinha insistiu: De quê? Rosa respondeu a queima-roupa: Quando alguém morre, não se costuma perguntar de quê.

***

A revolta converteu-se em doença psicológica, que deixava a pele seca, escamada e, nas crises mais agudas, ulceradas. Costureira de mão-cheia, passou a receber encomendas até do decadente baronato da região. O sucesso na profissão resgatou sua auto-estima e Pedro Pomar assumiu o posto de seu principal auxiliar. Depois da aula de manhã no Colégio Brasil, ajudava nos deveres domésticos e fazia as entregas. A avó, exímia cozinheira, preparava doces que Pedro Pomar aproveitava para vender nas ruas e no porto. A carga de trabalho não o impediu despertar para uma de suas paixões, o futebol — embora a distração juvenil tenha lhe rendido severas reprimendas da mãe por trocar o trabalho pela bola de seringa, chamada na região de péla.

Influenciado pelo avô materno, que assumiu a condição de pai, Pedro Pomar cedo aprendeu lições de caráter e compostura. Na escola, o professor José Barroso Tostes, muito conceituado na cidade, foi outra influência que marcaria sua personalidade. O ambiente de estímulo intelectual, proporcionado pela mãe, pelo avô e pelo professor, formou um menino ativo, que também participava de atividades culturais.

O poeta e compositor Ruy Barata, mais tarde integrante do Partido Comunista do Brasil, conta que na infância fora amigo de Pedro Pomar. “Óbidos é uma terra onde deixei grandes amigos. Ali foi a vida de meus primeiros amores, das minhas primeiras composições para o carnaval, de dona Rosa, que costurava as fantasias que vesti e que outra não era senão a mãe de Pedro Pomar”, lembra. Ruy Barata era de Santarém, mas a família mudou-se para Óbidos.

O dinheiro que pingava no bolso de Rosa, embora minguado e contado para as três bocas que precisava sustentar, era suficiente para ela pensar, com a ajuda do pai, na continuidade do estudo do filho em Belém. Não havia ginásio em Óbidos.

***

Rosa não teria meio para sobrevir na capital e apelou para os préstimos de um conhecido — o major Philadelpho Cunha, que quando tenente fora testemunha de seu casamento. Pediu que abrigasse Pedro Pomar. No início de 1926, aos treze anos, ele deixou para trás a família e a pequena Óbidos para se internar na imensa Belém. Foi estudar no Ginásio Nazareth, onde fez o que se chamava na época de "curso de humanidades" a fim de se preparar para uma vaga no Ginásio Paraense, mais tarde Colégio Estadual Paes de Carvalho. Terminou os preparativos em 1931.

Não havia muito o que fazer além de estudar. O gosto pela leitura foi aguçado pela sortida estante da casa do major. Aos poucos, Pedro Pomar foi descobrindo as livrarias da cidade e passava horas mergulhado no mundo dos livros. O futebol no time "Paes de Carvalho" e os passeios com os amigos completavam suas atividades de lazer.

As notícias sobre o Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, e sua legendária Coluna Invicta, estimulavam a curiosidade sobre os embates travados. A Revolução de 1930 representou o auge de uma ascensão de novas forças e Pedro Pomar passou a ter contato direto com os agitos das atividades políticas que varavam o Brasil de alto a baixo. Já não era mais aquele garoto imberbe dos primeiros anos no Ginásio Paraense e acompanhava com reservas a liderança do interventor Joaquim Magalhães Barata, egresso dos levantes tenentistas da década de 1920.

Havia quem dizia que ele lera o *ABC do Comunismo* — uma espécie de manual do socialismo escrito pelo soviético Nikolai Bukharin —, mas não se aproximara do Partido Comunista do Brasil (então PCB). Os fatos aparentemente dão razão a essa versão. Pedro Pomar foi para o centro da engrenagem do movimento que combatia as medidas autoritárias de Magalhães Barata entre 1931 e 1932 quando atuava no movimento estudantil secundarista. A única voz que arriscou dizer que ele poderia já estar no Partido, fundado no estado do Pará em 1931, foi a de Henrique Felipe Santiago, motorneiro de bonde e histórico comunista paraense que seria eleito deputado estadual em 1945 pelo PCB. Segundo ele, o Partido designara representantes para a preparação de um movimento revoltoso em Belém.

Seja como for, quando estourou o levante de 1932 no estado de São Paulo Pedro Pomar apareceu como um dos líderes do movimento de apoio que brotou no Pará na seara de descontentamentos com as ações do interventor. Em 12 de julho daquele ano, Magalhães Barata fez uma "proclamação ao povo", por meio dos jornais, atacando a "nefasta politicagem dos decaídos, que num trabalho infame só tem concorrido para derrubar a obra ingente que a Revolução de Outubro iniciou aos destinos do Brasil". Dois dias depois, o jornal *Folha do Norte* informava que "a maior data da democracia francesa, a Queda da Bastilha", uma festa tradicional em Belém desde que a República fora proclamada, deixara de ser comemorada como feriado, suprimido pela Revolução. Outra medida impopular, disse a publicação, era a suspensão dos jogos de futebol, "por medida de ordem pública".

Para alguns, o bafejo civilizatório da Revolução liderada por Getúlio Vargas, que enterrou a República Velha dos oligarcas, não chegara ao Pará. Ou, se tivesse chegado, não tinha ido além de uma brisa passageira. Magalhães Barata não pertencia à elite

local, mas já era bem conhecido por sua participação nos movimentos tenentistas. Abriu os portões do Palácio do Governo para o povo e assumiu os papéis de governador, prefeito, juiz, promotor, advogado e o que mais fosse necessário para imprimir sua marca pessoal como interventor.

Quando Magalhães Barata despachou para São Paulo, em 1º de agosto de 1932, noventa e cinco praças, cinquenta guardas-civis e dez bombeiros a fim de defender o governo central, na presença de sessenta mil pessoas, segundo cálculos dele próprio, a revolta estudantil ganhou mais fermento.

No dia seguinte de manhã, estudantes do Paes de Carvalho fizeram uma manifestação de solidariedade ao movimento de São Paulo. Reprimidos por bombeiros, responderam com pedras. Apoiados por um carro-tanque, os repressores avançaram de sabres em punho, mas não foram páreo para a bem organizada manifestação — os estudantes, que bateram em retirada em um primeiro momento temendo ser atingidos por água quente, perceberam que estavam correndo à toa e expulsaram os bombeiros do local. Alguns oficiais fugiram debaixo de jorros d'água do carro-tanque que levaram para atacar a manifestação. Pedro Pomar foi um dos líderes da reviravolta.

***

À tarde, a movimentação estudantil continuou, liderada por estudantes de medicina, em protesto contra a violência dos bombeiros. Engrossaram a manifestação alunos das faculdades de direito, odontologia, agronomia e veterinária. Populares também participaram, demonstrando quão impopular Magalhães Barata se tornara. Para piorar, quando a marcha se preparava para sair a polícia civil e a cavalaria investiram contra os estudantes. Houve feridos e presos.

Atiçado, o autoritarismo do interventor se exacerbou — no dia seguinte ele mandou fechar o Paes de Carvalho e todas as faculdades. Em 4 de agosto, "a bem da disciplina do ensino" cinco "ginasianos reincidentes" foram "excluídos da matrícula". Outros tantos foram suspensos. A mão pesada do regime imposto por Magalhães Barata atingiu também os jornais *A Crítica* e *O Imparcial*, suspensos por insistirem na divulgação de "notícias tendenciosas contra a proibição expressa do governo".

Estava aceso o estopim para a explosão de uma trama articulada secretamente entre lideranças estudantis — com João Botelho, amigo de Pedro Pomar, à frente —, militares e lideranças políticas. A intenção era iniciar a revolta no dia do embarque do apoio de Magalhães Barata ao governo central. Uma divergência adiou o início — os militares se recusaram a dar o primeiro tiro, ciosos de seus deveres legalistas. Os estudantes secundaristas participavam do Tiro de Guerra, por onde Pedro Pomar possivelmente passou, e caberia a eles tomar a frente do levante. Não se sabe quem começou, no final das contas, mas o certo é que na tarde de 6 de setembro estourou a guerra em Belém.

Ela havia começado em 19 de agosto, exatamente em Óbidos, quando militares e civis constitucionalistas sublevaram o Batalhão do Exército local. O chefe militar rebelde, chamado coronel Pompa — seu nome verdadeiro era Alderico de Oliveira, advogado baiano estabelecido na cidade, comissionado no posto de coronel pelo general Bertholdo Klinger, um militar gaúcho que se uniu ao grupo de revoltosos paulistas —, enviou um

telegrama a Magalhães Barata dizendo que chegaria a Belém e, havendo resistência, bombardearia a cidade. A resposta foi contundente e em poucos dias a rebeldia de Óbidos sucumbiu. Levados para Belém no vapor Poconé, os prisioneiros chegaram bem no dia em que a trama da capital entrava em ebulição.

Às dezoito horas, conduzidos pela senha do apito de uma usina de luz, os revoltosos renderam o Batalhão de Infantaria. Canhões foram arrastados para a rua e disparados, indicando que o Quartel dos Bombeiros poderia ser tomado. A central de Polícia também foi ocupada e os presos libertados. Estudantes, militares e gente do povo mantiveram a luta por quinze horas, com um saldo de cinco mortos e muitos feridos.

No dia seguinte, às nove horas da manhã, as tropas do governo retomaram o prédio da Guarda Civil e puseram ponto final na batalha. Era 7 de setembro, o único Dia da Independência do Brasil em que os militares não desfilaram em Belém. Pedro Pomar passou a noite liderando uma trincheira no bairro do Reduto, protegido por sacas de cal e armado de fuzil. Não se sabe bem como conseguiu furar o cerco do começo do dia e fugir. Há quem diz que ele e outros combatentes se abrigaram na zona do meretrício.

O movimento revoltoso, comandado por uma direção precária — Botelho, o líder dos estudantes, fora preso nas primeiras horas do levante —, apesar de heroico não demonstrara estar estruturado o suficiente para enfrentar a reação governista. O PCB, que apoiava a luta contra Magalhães Barata, se recusara a dar aval ao levante no plano nacional, com reflexos na contenda local. Tudo somado, ficou relativamente fácil para as forças legalistas retomarem o controle da situação.

***

Pedro Pomar não deveria ficar em Belém. A constatação era da mãe, já morando na capital. Fosse para o Rio de Janeiro e ficasse por lá até a fumaça se dissipar. A escritora paraense Eneida Costa de Moraes, amiga das jornadas pelo conhecimento literário do jovem estudante, receberia o revoltoso procurado pela polícia. Ela apoiara os estudantes em suas batalhas e ensinou aos jovens líderes secundaristas os rudimentos da arte da política. A consolidação do regime de Magalhães Barata fechou-lhe as portas e a escritora partiu para o Rio de Janeiro. Recebia correspondência dos amigos e acompanhou os passos dos revoltosos em sua luta armada.

Quando Pedro Pomar chegou, Eneida vivia com o advogado trabalhista Benigno Fernandes e o irmão Guilherme, conhecido como Guilhito, em um casarão no bairro da Lapa. As sobras de quartos eram alugadas para estudantes. Os anfitriões já eram militantes do PCB e iniciaram Pedro Pomar na leitura marxista. Por conta própria, ele mapeou a cidade e descobriu maravilhas literárias que mexeriam com a sua cabeça. Em 1934, retornou a Belém com a convicção de que o futuro da humanidade era o comunismo — ingressara no PCB.

Procurou de imediato o conhecido dirigente comunista Henrique Felipe Santiago e anunciou a novidade. Foi informado de que Belém estava calma. Poderia retomar os estudos e tocar a vida tranquilamente. Pedro Pomar arrumou emprego no Departamento de Agricultura do Estado, terminou os estudos preparativos e ingressou na faculdade de medicina. Entrou para a juventude comunista e assumiu de imediato a tarefa de organizar os estudantes universitários. Retomou a prática do futebol, jogando no time da

faculdade, e chegou a ser um atacante com algum destaque do Clube do Remo. A vida seguia feliz, até ser atingido pela notícia fulminante da morte do irmão mais novo, Eduardo, que não resistiu aos castigos do tifo.

A perda irreparável foi amenizada pela conquista de Catharina Patrocínia Torres, uma jovem de dezessete anos que ganhou o apelido de Santa por ter, segundo os que a conheceram mais de perto, impressionantes atributos premonitórios. Ela teria visões sobre acontecimentos inexplicáveis no mundo material. O casamento saiu em 5 de dezembro de 1935. Entre os padrinhos estava o agora advogado João Botelho, que liderara os estudantes na revolta de 1932.

O casal foi morar com a mãe de Catharina, Luiza Cardoso de Figueiredo, de origem portuguesa, em um casarão nas proximidades da residência da família de Pedro Pomar. Luiza deixara parentes em Portugal e sempre que voltava àquele país, fazendo longas viagens de navio, levava Catharina. As responsabilidades de Pedro Pomar se acumulavam — assumira a função de dirigente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e logo seria o secretário político (o cargo máximo do PCB) do Comitê Regional do estado do Pará.

Capítulo 2

O mistério da bandeira na caixa d'água. Comunistas dão um nó na repressão.

1935

Mãos misteriosas içam pela calada da noite nos mastros dos reservatórios da Lauro Sodré, uma flâmula comunista com legendas subversivas e ainda dispõem de tempo para deixar inscrições do mesmo gênero nas paredes do reservatório. A notícia do jornal *Folha do Norte* de 19 de dezembro de 1935 explicava o fato notado pelo público desde a manhã do dia anterior. Uma multidão de curiosos comentava o feito ousado e olhava para a cena com incredulidade. "Abaixo a pena de morte — Aliança Nacional Libertadora", dizia a mensagem em letras de vinte centímetros dispostas na bandeira vermelha de três metros de comprimento por dois de largura.

O tenente Armando Souza abriu o embrulho que lhe fora passado à força pelo diretor de Repartição de Água, André Benedetto, e todos puderam ler a mensagem que acabara de ser retirada de um dos pontos mais altos da cidade. Além da curiosidade natural, as trapalhadas da equipe responsável por desfazer o protesto divertiam o público. A *Folha do Norte* conta que "a turma de bombeiros comandada pelo capitão Mesquita, com a assistência do diretor André Benedetto, esforçava-se para arriar a bandeira comunista, nada conseguindo devido a ter sido dado um nó no fio de içamento pelos que a hastearam".

Foi preciso a ajuda de Genaro Oliveira, trabalhador do Parque Estadual do Utinga, que se ofereceu para subir no mastro, "o que fez com habilidade, agilidade e sangue-frio a toda prova". Genaro entregou a bandeira a André Benedetto, embrulhada em um pedaço de jornal. Requisitada pelo truculento tenente Armando Souza, a "flâmula comunista" gerou o entrevero.

O militar efetuara a prisão dos vigias do reservatório, Francisco Aires de Andrade e Januário Oliveira, no entendimento do diretor de Repartição de Água de forma arbitrária. Os vigias declararam à *Folha do Norte* que não eram obrigados a fazer a segurança noturna do local. Francisco saíra às seis horas da tarde para um passeio e ao retornar viu Januário dormindo. No dia seguinte, ao deixar o reservatório para o café da manhã fora avisado, por um garoto residente em frente, da existência da bandeira içada no mastro. Francisco comunicou o fato ao diretor André Benedetto e avisou a polícia.

Ao chegar ao local, o tenente Armando de Souza deu voz de prisão aos dois vigilantes e quis tomar conta da situação. Com a bandeira embrulhada debaixo do braço, André Benedetto enfrentou o militar e acabou vítima da força física dos comandados do tenente. O diretor da Repartição de Águas também se insurgiu contra a prisão dos vigias e exigiu que fossem soltos. Cobrou do militar requisição por escrito da polícia, mas não foi atendido. O tenente requisitou o carro que estava a serviço do diretor e todos seguiram para a Central de Polícia. O major Pedro Nolasco, primeiro delegado-auxiliar, atendeu à ocorrência e determinou a abertura de inquérito, informou a *Folha do Norte*.

Não se sabe se Pedro Pomar fez parte direitamente da ação. Como dirigente máximo do PCB no estado, é possível que tenha participado da elaboração do plano. Os participantes do protesto escreveram, segundo a *Folha do Norte*, com tinta arroxeada, várias inscrições — como "Viva Luiz Carlos Prestes", "Viva a ANL (Aliança Nacional Libertadora)" e "Viva o comunismo". A lata de tinta que utilizaram foi abandonada no local. Cumprido o encargo no reservatório de água "Paes de Carvalho", na Rua Lauro Sodré esquina com a 1º de Março, os autores da façanha procuraram afastar-se o quanto antes e para o mais longe possível do local. Sabiam que aquela atividade era considerada grave e uma prisão naquele momento teria consequências imponderáveis. Até a pena de morte estava em vigência.

No começo de dezembro de 1935, Pedro Pomar liderara, com outros jovens, um protesto contra essa medida extrema adotada pelo governo em resposta ao levante armado da ANL poucos meses antes. Segundo a edição do jornal *O Estado do Pará* de 10 de dezembro daquele ano, a mocidade paraense "endereçou telegramas de protesto a altas individualidades e corporações do Sul, apelando para que não seja tornada em realidade tal iniciativa". As mensagens de Pedro Pomar e de seus companheiros foram encaminhadas para as bancadas paraense e paulista no Congresso Nacional, e para o Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

O jornal *Correio da Manhã* — editado no Rio de Janeiro —, de 11 de dezembro de 1935, publicou como nota vinda de Belém o seguinte telegrama, dirigido à bancada paraense na Câmara:

A juventude paraense, representando o pensamento liberal-democrata do povo, solicita aos ilustres conterrâneos sejam intérpretes junto da Câmara do pensamento da nossa mocidade contra o projeto de estado de guerra e a pena de morte.

Segundo o jornal, "assinaram o telegrama os senhores Miguel Wanderley, Fernando Lantare, Pedro Pomar, Saint Clair de Vasconcellos e outros". "Idêntico telegrama foi

dirigido à bancada paulista na Câmara e ao presidente do Centro 11 de Agosto, de São Paulo", informou a nota do *Correio da Manhã*.

***

As ações dos comunistas do Pará eram iniciativas próprias, baseadas na visão geral do que se passava no país e na estratégia compreendida pelo que sabiam do marxismo-leninismo. Demoraram em assimilar a linha tática do PCB e arriscavam seguir por caminhos que imaginavam ser os que levariam à política do Partido. As informações que chegavam eram vagas. Além da distância — do Rio de Janeiro até lá era um estirão de terra sem fim, com mais de três mil quilômetros de distância —, Belém era mais um dos valhacoutos de agentes da repressão. Fazer circular informações sigilosas no país daquelas circunstâncias não era fácil.

Além dos problemas de segurança, os meios de transportes, por mais ágeis que fossem, não primavam pela velocidade. Para complicar, o PCB batia cabeça. Vinha de um ziguezague tático e pendera para a esquerda. Uma publicação da Comissão Nacional de Organização, chamada *Boletim de Organização*, que circulou em maio de 1934, descreveu como o Partido estava embevecido com a ideia de "proletarização". Os que seguravam o leme comunista até aquele momento romperam com a orientação política liderada pelo célebre fundador do PCB Astrojildo Pereira para se lançarem no "obreirismo". Para eles, os comunistas desviaram de seus objetivos porque seguiram a linha política do "astrojildismo menchevista".

O histórico dirigente do Partido Comunista do Brasil Maurício Grabois, que convivera de perto com boa parte daqueles acontecimentos, avaliou que a relativa estabilização do capitalismo, de 1922 a 1929, favorecia a influência de "ideologias estranhas" aos comunistas, já que a própria situação nacional e internacional não exigia tarefas que pela sua natureza levariam inevitavelmente ao desmascaramento dos oportunistas que tomaram conta do Partido. Mas, com o início da crise geral do capitalismo em 1929, o mundo capitalista entrou em um novo ciclo de guerra e revoluções, uma conjuntura que exigia dos partidos comunistas — inclusive o PCB — a necessidade de se prepararem para enfrentar as novas condições de luta surgidas no mundo.

Tornava-se, pois, evidente que o PCB, influenciado como estava pelas "ideologias estranhas ao proletariado" e tendo em postos de sua direção inúmeros oportunistas, tinha que fazer profundas modificações em sua orientação política e orgânica e em seus métodos de trabalho, a fim de se adaptar às novas condições, disse Maurício Grabois. A crise geral do capitalismo determinou rápida diferenciação da pequena burguesia, fazendo com que os revolucionários pequeno-burgueses se definissem ou pelo imperialismo — onde a sua quase totalidade foi ter — ou pelo proletariado. Essa diferenciação aconteceu também dentro do Partido, onde em sua direção predominavam os pequeno-burgueses. "Isso sem dúvida apressava o processo de luta contra as ideologias estranhas, pela proletarização do Partido", analisou.

O propósito de Maurício Grabois era mostrar que diante do agravamento da crise do capitalismo, a necessidade de "proletarização" do Partido se acentuava. "No entanto, devido à própria influência de ideologia estranha, esta política foi desvirtuada e em parte substituída por um 'obreirismo' anárquico e pequeno-burguês, que consistia em substituir das direções os membros de origem pequeno-burguesa por operários, só pelo

fato de serem operários, sem levar em conta a sua capacidade e ideologia. Isto levou o Partido a menosprezar a todos os elementos de origem social não proletária e a desligar-se deles mecanicamente, sem levar em conta sua fidelidade ao Partido e a contribuição que poderiam dar à luta revolucionária do proletariado", comentou.

Não havia como Pedro Pomar e seus camaradas acompanharem o ziguezaguear do PCB. A última guinada estava estampada na manchete principal do jornal *A Classe Operária* reportando o *Manifesto da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado, à massa camponesa, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionais escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil*. A Conferência havia sido realizada no estado de Minas Gerais e durou de 8 a 16 de julho de 1934. Sob o prolixo título do *Manifesto* veio a imensa lista de destinatários, um mundão de povo que incluía até vaqueiros, cangaceiros e coiteiros.

Segundo *A Classe Operária*, a Conferência realizou-se "através duma forte luta ideológica contra os portadores de teorias falsas no Partido". "Fez-se uma 'limpeza' de elementos aventureiros, contrarrevolucionários, que conseguiram ingressar nas fileiras do Partido e que estavam aberta e disfarçadamente entravando a sua marcha." A Conferência também tratou "amplamente" de "problemas que ainda não estavam bem esclarecidos nas fileiras do Partido — como a questão agrária, a questão nacional etc.".

***

No Pará, a luta ainda era contra o interventor Joaquim Magalhães Barata. E Pedro Pomar estava completamente envolvido nela. Quando Getúlio Vargas, como presidente da República, convocou a Constituinte de 1934, o interventor deu uma demonstração de força política. A Frente Única Paraense, de oposição, ficou em uma posição delicada — os liberais elegeram sete dos nove deputados federais e 21 dos 30 deputados estaduais. O partido que obtivesse maioria faria o novo governador. Tudo parecia consumado e a eleição de Magalhães Barata, tranquila.

Mas a maré virou subitamente quando sete liberais se bandearam para a Frente Única Paraense às vésperas da instalação da Constituinte. Na madrugada de 4 de abril de 1935, dia da eleição indireta do governador, temendo represálias eles pediram abrigo no quartel da 8ª Região Militar.

No mesmo dia, Magalhães Barata tomou posse como governador após uma manobra promovida pelo presidente da Assembleia Legislativa, Ápio Medrado, que convocou três suplentes para formar o quorum. No dia seguinte, à tarde, quando os deputados aquartelados saíam para a Assembleia Legislativa munidos de um *habeas corpus* e com um desembargador à frente, foram atacados. Houve troca de tiros, mas não consta que alguém tenha morrido. Pedro Pomar estava entre os que acompanhavam a comitiva aquartelada.

Do Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, Getúlio Vargas não deixara de ficar atento à persistência de Magalhães Barata de permanecer no cargo e nomeou o major Carneiro de Mendonça como novo interventor do Pará, com a missão de encontrar uma saída para o grave impasse. O presidente viu nas atitudes do antigo interventor, aliado que viera dos levantes da década de 1920, um semeadouro de confusão que nem a camaradagem simbolizada pelo uniforme cáqui dos tenentes rebeldes que usava desde a

Revolução de 1930 seria capaz de tolerar. Sob a batuta do novo interventor, foi eleito governador José Malcher. A Assembleia Legislativa também elegia os dois senadores do estado e foi obrigada a voltar atrás, substituindo os eleitos pela impostura de Magalhães Barata. A Frente Única atingia o seu objetivo.

As coisas andavam quentes em Belém também por conta da campanha estudantil reivindicando meia-entrada para cinemas, meia-passagem no transporte coletivo e abatimento de 50% nas taxas escolares — a "Campanha dos 50%", um movimento nacional. As ruas viviam agitadas pelos estudantes, que se agrupavam na "Ala Moça" da União Popular do Pará (UPP), uma frente única organizada para participar das eleições municipais em 30 de novembro de 1935. Pedro Pomar, no entanto, estava organizando a retirada da juventude para formalizar o seu próprio partido — o PCB era ilegal —, o Partido da Mocidade do Pará, que na prática já existia.

Em 28 de agosto de 1935, o jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria sobre a "Campanha dos 50%" informando que os estudantes paraenses enviaram o seguinte telegrama de apoio e adesão ao movimento:

O Partido da Mocidade do Pará hipoteca, por intermédio desse vibrante matutino, inteira solidariedade à mocidade estudiosa do Rio.

Pedro Pomar, pela Comissão Executiva

O jornal *O Estado do Pará* informou, em sua edição de 24 de novembro de 1935, que o Partido da Mocidade do Pará apresentava a chapa que disputaria as eleições, cuja legenda era "Juventude e vergonha", formada por Pedro Pomar e mais onze jovens.

A juventude vinha de uma demonstração de força, enfrentando os valentões e poderosos que dominavam a cena política local com caudalosas passeatas de estudantes pela "Campanha dos 50%". No dia 17 de outubro de 1935, depois de uma manifestação, estourou um conflito no arraial de Nazaré, onde acontece o famoso Círio. Alguns estudantes tentaram tirar um cartaz de Magalhães Barata de uma barraca e o tempo fechou. O diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi chamado e saiu do local com nariz e testa feridos. Na verdade, já era o conflito aberto com os integralistas que tomara conta do país e chegara a Belém. Na edição de 22 de outubro, o jornal *O Estado do Pará* informou que "picharam a sede dos núcleos integralistas de Belém".

A essa altura, os comunistas conheciam bem a nova orientação do Partido. Pedro Pomar já era um dirigente local com altas responsabilidades e sabia o que se passava. Quando *O Estado do Pará*, em sua edição de 29 de outubro de 1935, indagou se Luiz Carlos Prestes viera para o Brasil, ele estava informado de que sim. E sabia que o Cavaleiro da Esperança entrara para o PCB, apesar das resistências internas. Uma publicação de outubro de 1934, chamada *Sentinela Vermelha* — com um *post scriptum* dizendo que a reprodução era obrigatória e imediata a todas as bases para ampla discussão, com retorno urgente para o Partido da opinião de cada organismo — informava que o Birô Político havia discutido amplamente a proposta da Internacional Comunista de adesão de Prestes às fileiras do PCB. Segundo Pedro Pomar, o Cavaleiro da Esperança já era membro do Partido desde o dia 1º de agosto de 1934.

O PCB evoluíra de suas posições estreitas, que empurravam gente para fora de seus quadros enquanto as greves se avolumavam, formando uma onda que varria o país. Segundo o documento *Sentinela Vermelha*, Prestes deixara de ser um "caudilho pequeno-burguês" e passara "a confiar nas forças do proletariado como única classe revolucionária e no seu partido, o PC". Reconheceu "em vários documentos escritos todo o seu passado de erros" e vinha "demonstrando na prática a sua dedicação à causa revolucionária do proletariado, participando ativamente na construção do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, sobretudo, que a direção e as bases do PCB se fortificam ideologicamente, completando o processo de sua proletarização".

A adesão de Prestes, "como simples soldado" da Internacional Comunista, era importante "para o movimento revolucionário do proletariado no Brasil". Vinha "desarmar todos os elementos oportunistas que exploram o nome de Prestes para trair as lutas das massas trabalhadoras das cidades e do campo, entravando a marcha da revolução agrária anti-imperialista, ou operária e camponesa, dirigida pela vanguarda revolucionária do proletariado, o PCB". Mas os comunistas precisavam "intensificar o fogo contra o prestismo dentro e fora de nossas fileiras", contra a "teoria e prática" de ilusões em "chefetes e caudilhos pequeno-burgueses, 'salvadores', 'cavaleiros da esperança'". O Partido deveria fechar suas fileiras para a "ideologia prestista".

A entrada de Prestes coincidiu com a evolução das greves e da organização dos trabalhadores. *A Classe Operária* que circulou em 23 de agosto de 1934 relata que entre abril e maio as cidades do Rio de Janeiro e Niterói foram paralisadas, impulsionando o tsunami grevista de agosto.

***

Ao que se sabe, não houve "luta ideológica" no Pará. Em Belém, assim como em todo o país, a ANL funcionava legalmente. Pedro Pomar se integrou a ela, mas sua atuação era mesmo na juventude. Na "Ala Moça" da UPP, o debate sobre a criação de um partido esquentara a ponto de um estudante chamado Adolfo de Barros defender na *Folha do Norte* de 27 de outubro de 1935 a permanência dos jovens na UPP. "Não são os liberais chefiados pelo maior inimigo que a mocidade do Pará já encontrou? Por que não combatê-lo, por que não auxiliar o atual governo que, quando nada nos dê, dá-nos ao menos a liberdade de pensar?", escreveu. Magalhães Barata "mandou espaldeirar e surrar na via pública a mocidade do Pará", lembrou. O "Partido Independente", defendeu, deveria ser fundado depois das eleições, "que há de congregar toda a mocidade ativa do Pará".

A publicação na primeira página d'*O Estado do Pará* de 24 de novembro, seis dias antes das eleições, da nota informando sobre a criação do Partido da Mocidade do Pará, jogou uma pá de cal na ideia de manter a "Ala Moça" na UPP. O episódio não deixava dúvida de que a maioria cerrava fileiras junto a Pedro Pomar e seus camaradas. Mais de trezentas assinaturas foram apresentadas no pedido de registro do partido no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no dia anterior à publicação da nota. "Todos os moços que querem ver a juventude livre, respeitada e culta devem apoiar decididamente a nossa chapa, que reflete o vigor, resolução e a vontade da mocidade independente do Pará", dizia o texto.

O tom era do PCB e da ANL, na linha dos manifestos distribuídos pelo país afora, e fazia aumentar a influência de Pedro Pomar e seus camaradas sobre a juventude. A notícia do levante apareceu de forma estrepitosa n'*O Estado do Pará* de 26 de novembro. "O Brasil galga o fastígio de uma nova crise intestina — Movimentos armados em Pernambuco e Rio Grande do Norte — Foi ontem decretado por 30 dias, para todo o país, o estado de sítio, que hoje entrará em vigor", dizia a manchete garrafal.

A *Folha do Norte* alertou aos desavisados de que a polícia estava "vigilante e ativa na sua função de reprimir a ação dos comunistas nesta capital". "Vários elementos" já estavam presos, "sobre os quais pesam graves acusações, fundadas em robustas provas". As autoridades federais e estaduais estavam "vigilantes e aparelhadas de bons elementos que sufocariam de pronto a mais brusca perturbação da ordem em qualquer ponto", lembrou.

Apesar das ameaças, a "Campanha dos 50%" continuava na rua, e no mesmo dia 26 uma nova manifestação tomou conta de Belém. A campanha eleitoral também mobilizava a cidade. Quando chegou o dia 30, com o estado de sítio temporariamente suspenso por Getúlio Vargas, a expectativa era grande. Pedro Pomar e seus camaradas sabiam que as chances eram pequenas e, por motivos não esclarecidos, se dividiram — além do Partido da Mocidade Paraense, que obteve irrisórios 64 votos, eles estavam na legenda Trabalhador para Trabalhador, que se unira à corrente Vanguarda Operária e Popular, com as assinaturas de Dalcídio Jurandir e de João Amazonas, e obteve 844 votos. É possível que alguns tenham ficado com o trabalho da juventude e outros com o dos trabalhadores. A UPP conseguiu 4.888 votos, o Partido Liberal 4.460, a Ação Integralista 219, e o Partido Trabalhista 197.

O ano de 1935 fechou com mais duas ações lideradas pelos jovens comunistas paraenses que viraram os humores dos governistas pelo avesso: o protesto contra a pena de morte no começo de dezembro e o espetacular hasteamento da "flâmula comunista" nos mastros dos reservatórios da Lauro Sodré. Foram manifestações coadunadas com a linha política do documento *A Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo — Tarefa Imediata e Fundamental de Todo o Partido*, debatido e aprovado pelo Birô Político do PCB em 20 de abril de 1934, e com a adesão à ANL.

Pedro Pomar e seus camaradas acompanhavam cada passo dos acontecimentos com a verve de revolucionários. No meio do turbilhão, ele e João Amazonas seriam impelidos a deixar Belém para iniciarem nova jornada que abriria uma clareira na história do Brasil. Mas antes precisavam fugir do cativeiro e fazer a travessia até o Rio de Janeiro.

***

Um dos valores comunistas que Pedro Pomar assimilou de forma integral foi a camaradagem, a fraternidade. Havia entre os comunistas do Pará unidade política e ideológica, mas ele se identificou melhor com um deles — João Amazonas, que seria seu companheiro e camarada pelo resto de sua vida. Eles se conheceram em uma tarde de um domingo tranquilo e suburbano de Belém no começo de dezembro de 1935, quando realizaram uma reunião do PCB na casa de Pedro Pomar, segundo Amazonas. Haviam chegado ao Partido por caminhos diferentes; Amazonas era ligado ao trabalho sindical e Pedro Pomar atuava junto aos estudantes.

Amazonas descreveu este primeiro contato como o início de uma caminhada de quarenta anos, quase sempre trabalhando juntos. Ficara impressionado com Pedro Pomar, "um jovem de muita personalidade e de ampla visão política". Como delegado na União dos Proletários de Belém, Amazonas participava da reunião na casa dele para definir as ações do PCB e da ANL naquele cenário em que a repressão caía pesada depois que o Levante de 1935 fora domado. A primeira providência seria a manifestação contra a pena de morte. Em seguida, Amazonas e outros comunistas protagonizaram o espetacular hasteamento da "flâmula comunista" nos mastros dos reservatórios da Lauro Sodré.

Muito tempo depois, João Amazonas declarou ao jornal *Tribuna da Luta Operária* que considerava Pedro Pomar um dos seus melhores amigos, além de companheiro de Partido, com quem sempre conversava sobre os problemas, até os mais pessoais. "Com a morte do Pomar, perdi um desses amigos que a gente não consegue refazer ainda que voltasse à juventude", declarou. Segundo Amazonas, Pedro Pomar era um homem de Partido, defensor intransigente da unidade dos comunistas. "Ele esteve sempre, em todas as lutas ideológicas que se travaram no Partido, contra as facções que se apresentaram visando dividir o Partido, desviá-lo do seu caminho", relatou. Lembrou o combate ao liquidacionismo e ao revisionismo como pontos de inflexão da produção teórica de Pedro Pomar na defesa do Partido.

Pedro Pomar admirava a visão política e a assimilação teórica de Amazonas. Ficou mais impressionado ainda com sua intrepidez; fora ele que escalara os mastros dos reservatórios, visíveis para toda a cidade, e dera o nó no fio de içamento da bandeira da ANL que embaraçou os bombeiros. Em 1936, consolidariam um núcleo de direção do PCB que teria papel de destaque no cenário político paraense. No final daquele ano, o Departamento Federal de Segurança Pública, ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, registrou que Pedro Pomar pertencia ao diretório do núcleo local da ANL. Já não era mais possível arrastar aquele mundaréu de gente para as ruas, como foi na "Campanha dos 50%", mas as tarefas se avolumavam. Não estavam dispostos a ficar de braços cruzados diante das notícias que percorriam léguas e léguas dando conta da repressão bárbara que torturava, mutilava e matava seus camaradas pelo país afora.

O Brasil fora arrastado para a atmosfera cinzenta soprada da Alemanha nazista e da Itália fascista. Seus propagadores brasileiros deram forma a ela por meio da Ação Integralista Brasileira, chefiada nacionalmente por Plínio Salgado. Em sua obra *A esquerda militar no Brasil*, João Quartim de Moraes diz que em 23 de abril de 1933, inspirados nos fascistas e nos nazistas, os integralistas brasileiros saíram às ruas de São Paulo em desfile e foram confrontados por operários.

Do confronto surgiu o embrião do que seria mais tarde a ANL. "Sinal dos tempos, este sangrento desfecho serviu apenas para reforçar, à direita, o prestígio dos integralistas e, à esquerda, a unidade de ação antifascista", escreveu ele. Segundo Quartim de Moraes, as origens da ANL remontam à mobilização antifascista espontânea que respondeu ao surgimento da Ação Integralista Brasileira, em outubro de 1932.

O tenentismo alimentava a esperança de fazer da Constituição de 1934 um instrumento de reforma política e cultural. Diante da frustração do seu esforço, abriu-se o caminho para a reunificação da esquerda. Uma parte dos tenentes aderiu de vez ao governo de Getúlio Vargas e outra ajudou a fundar a ANL, em 23 de março de 1935. No dia 30 do

mesmo mês, na primeira reunião pública da organização, realizada no teatro João Caetano, a presença da massa mostrou a força que emergia de seus propósitos.

Prestes desembarcou clandestinamente no Brasil em 15 de abril, vindo da União Soviética, onde estava exilado, para liderar o levante revolucionário, já ocupando o posto de presidente de honra da ANL, indicado durante o primeiro comício realizado em 30 de março. A decisão fora tomada pelo Comitê Executivo Nacional da ANL, que se reuniu pela primeira vez em 12 de março. Não demorou e ondas de povo acorreram para aquela organização, vista como algo novo, um caminho por onde poderiam canalizar seus anseios. Chegavam de forma espontânea, atraídas pelas narrativas que davam conta do Cavaleiro da Esperança novamente disposto a mudar a face do Brasil.

Ele ostentava o prestígio angariado com a Coluna Invicta, que percorreu o país denunciando a natureza das mazelas sociais brasileiras e anunciando a esperança de um país melhor. Ficou lendário com o nome de Cavaleiro da Esperança. Os atos da ANL arrastavam multidões, que se apinhavam para ouvir que ele estava iniciando uma nova jornada de lutas. Em um deles, dia 5 de julho de 1935 — aniversário dos levantes dos tenentes de 1922 e de 1924 —, um *Manifesto* de sua autoria foi lido pelo eloquente Carlos Lacerda, na sede da ANL. As palavras contagiaram o coração daquele mundaréu de gente e se propagaram como descarga elétrica.

Foram palavras duras. Num dos trechos, o *Manifesto* dizia que no país de um lado estavam os libertadores e de outro os traidores "a serviço do imperialismo". Aquele era o momento do assalto ao poder porque o Brasil vivia uma situação de guerra. "Cada um deve ocupar o seu posto", disse Prestes. O documento expressava o encontro de duas vertentes revolucionárias, ambas com raízes na década de 1920: o tenentismo e o PCB. O Brasil estava em estado de fervura.

***

Diante das palavras pesadas de Prestes, Getúlio Vargas recorreu à Lei de Segurança Nacional e decretou a ilegalidade da organização de massas que acabara de nascer. A repressão não arrefeceu os ânimos do PCB, cuja compreensão sobre o que estava sendo decidido era "a causa do Brasil e de todos os seus filhos". "O Partido Comunista do Brasil apoia com todo vigor, firmeza e decisão, esse heroico movimento revolucionário", dizia um documento divulgado logo após a decretação da ilegalidade da ANL.

Até mesmo a Internacional Comunista haveria de convir que aquelas proclamações do PCB demonstravam as condições para o levante como fruto maduro. Era a hora de pôr as forças revolucionárias em ação, de fazer o que precisava ser feito. Na noite de 23 de novembro de 1935, no quartel do 21º Batalhão de Caçadores em Natal, estado do Rio Grande do Norte, estourou a rebelião. Em nome "do capitão Luiz Carlos Prestes", o oficial do dia foi preso. Militares e civis rebeldes, inclusive mulheres, controlaram o quartel e travaram durante toda a noite um duro combate com as forças governistas, e no final da tarde do dia 24 os últimos pontos-chave da cidade foram ocupados. Estava instaurado o poder revolucionário.

Às nove horas da manhã de 24 de novembro foi a vez de se levantar o 29º Batalhão de Caçadores em Socorro, no município de Jaboatão dos Guararapes, na região

metropolitana do Recife, estado de Pernambuco. Com grande apoio popular, como ocorreu em Natal, uma coluna de rebelados tomou o rumo do interior do estado e outra foi para o Recife. Na madrugada de 27 de novembro, levantou-se o 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Outro grupo de militares tomou a Escola de Aviação Militar. A ordem de Prestes era para que os rebelados em seguida marchassem em direção ao palácio presidencial.

A contraofensiva de Vargas foi fulminante. Quatro horas depois de dominada pela rebelião, a Escola Militar foi retomada pelas tropas do governo. No mesmo dia, a resistência da Praia Vermelha foi rompida com a ajuda de três aviões e dois navios. Em Natal, os rebeldes foram vencidos em 27 de novembro e em Pernambuco a rebelião soçobrou dia 25.

Na manhã de 26 desse mesmo mês, os jornais deram grande destaque para a decisão do governo de decretar estado de sítio por trinta dias em todo o país para que o Estado pudesse "defender-se da insolência comunista". Investido de poderes absolutos, o presidente da República desencadeou a repressão. O chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, determinou que o porte de armas estava proibido e que ninguém poderia sair da cidade sem autorização da Delegacia Especial de Ordem Social. As fichas policiais de membros ou simpatizantes da ANL foram transformadas em mandados de prisão. O quartel-general da Polícia Especial, no morro de Santo Antônio, foi transformado em centro de torturas.

No final do mês, milhares de pessoas já estavam presas em todo o país. Vargas jogava pesado. Em quatro vezes sucessivas ele pediu — e conseguiu — ao Congresso que prorrogasse o estado de sítio por mais noventa dias. Prestes foi preso em 5 de março de 1936, depois de uma caçada comandada por Filinto Müller que esquadrinhou o bairro do Méier e revistou casa por casa. Estava com a esposa, a alemã Olga Benário, que foi deportada grávida para a Alemanha nazista e morreu, pouco depois de dar à luz Anita Leocádia Benário Prestes, numa câmara de gás da cidade de Bernburg.

Nesse meio-tempo, o PCB fazia o que achava ser a sua parte no assunto. Como o país efervesceu, seria errado ficar de braços cruzados diante da controvérsia que opunha, em posições extremadas, seus militantes e detratores. A ofensiva varguista tentava impor a versão de que o levante fora obra de um magote de aventureiros teleguiado por Moscou. Ainda no fragor das batalhas, um *Informe Sobre a Insurreição no Brasil* da seção brasileira do Socorro Vermelho Internacional dirigiu, "por intermédio de suas co-irmãs do exterior, um fraternal apelo à solidariedade internacional em favor dos bravos militares e populares revolucionários presos, suas famílias e os órfãos dos que tombaram".
Outro *Informe*, assinado pela direção da ANL, divulgou uma longa lista de personalidades internacionais que haviam intercedido junto ao governo brasileiro pela libertação de Prestes e de vários comitês estrangeiros de solidariedade aos presos políticos.

***

As definições do PCB chegavam ao Pará e animavam os jovens comunistas de Belém. Segundo Octávio Brandão, *A Classe Operária* tinha leitores e propagandistas desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. Quando a onda repressiva pós-1935 foi

desencadeada, o PCB priorizou a circulação do jornal. Era uma forma de evitar a dispersão dos comunistas. Marinheiros dos navios mercantes conduziam a carga em caixotes com senhas.

Pedro Pomar, então com 22 anos e no terceiro ano da faculdade de medicina, recebia as informações e providenciava ações para apoiar os aliancistas. Já no dia 1º de janeiro de 1936 à noite, participou, com alguns de seus camaradas, de um jantar de confraternização dos "constitucionalistas paraenses". Bem relacionado, procurava ampliar o raio de ação política do PCB para resistir ao interstício institucional que se abrira com a decretação do estado de sítio.

Doze dias depois, os gráficos de Belém trouxeram à tona novamente o descontentamento popular, movimentando a cidade com reivindicações salariais. Uma fenda abrira-se no país e chegara ao Pará. Em 12 de fevereiro, um deputado lembrado pelo nome de Martins e Silva promoveu, no Teatro da Paz, a "Festa da Pátria", que iniciava a "campanha contra o comunismo no Pará". A presença da massa e a transmissão da *Rádio Clube do Pará* para os estados do Rio de Janeiro, Piauí, Ceará, Paraíba e Minas Gerais — as radiações eletromagnéticas chegavam até ao Peru e à Guiana Holandesa — davam conta da força do ato. O ramerrame de chavões anticomunistas enchia o ar de Belém.

Na guerra contra os aliancistas, valia qualquer coisa. O jornal *O Estado do Pará* chegou ao ponto de levantar, em uma página inteira na edição de 7 de março, a improvável hipótese de Prestes ter passado pelo estado. Alguém pode ter dado essa falsa pista. Segundo Henrique Felipe Santiago, a polícia queria saber quem participava da "agitação" em Belém, quem "conspirava". Estevam Jesus Filho, um dos fundadores do PCB no Pará, teria traído seus camaradas e passado à repressão informações que possibilitaram a prisão de vinte e três aliancistas.

Pedro Pomar e João Amazonas estavam entre eles. Foram denunciados à Chefia de Polícia por frequentarem uma casa na Avenida José Bonifácio onde faziam reuniões "de caráter comunista". No inquérito ficou constatada a improcedência da denúncia. Mesmo assim, os autos foram encaminhados ao Juízo Federal da Seção Paraense. Outro inquérito, este policial-militar, fora aberto pelo Exército, sob o comando do quartel-general local e presidido pelo tenente Luiz Silvestre Gomes Coelho. Homem rude, mas persistente, apurou que Pedro Pomar e Amazonas frequentavam uma casa habitada por Djalma Luiz Hartery, onde se realizavam "reuniões comunistas". Segundo o tenente, Pedro Pomar externava que, no caso de vitória da revolução, os militares considerados "elementos exaltados" seriam afastados por prejudicarem o "ideal revolucionário".

Os presos foram levados para a sinistra Cadeia de São José, descrita pela *Folha do Norte* como "um antigo e inqualificável pardieiro, uma ignomínia". Para piorar as coisas, Pedro Pomar estava sob as garras do major da polícia Sebastião Venâncio de Almeida, conhecido como Corumbá, aliado incondicional do ex-interventor Magalhães Barata. Os aliancistas foram divididos, segundo critérios do major, em militares, pequeno-burgueses e operários. As duas primeiras categorias, onde se enquadrava Pedro Pomar, foram enviadas para a ala da enfermaria; os operários ficaram internados na capela. Só nos banhos de sol, nos fundos do presídio, as três formações aliancistas determinadas por Corumbá podiam confabular. Era quando articulavam protestos e reivindicações.

Foi assim que combinaram uma barulhenta greve de fome, furada por nove presos. Os grevistas, chamados de "pessoal da fome", ficaram na ala da capela, onde chamavam a atenção com bandeiras nas janelas e gritos de denúncias. Tapeavam a fome com farinha e água para prolongar o protesto e conquistar melhorias na qualidade da comida. A greve foi considerada vitoriosa com a decisão do major de melhorar o preparo das refeições.

O tempo era aproveitado com duas aulas diárias, mais o ensino do inglês. As regras coletivas implicavam a divisão igualitária dos recursos e produtos que chegavam à prisão. Pedro Pomar e Amazonas eram os dirigentes e davam aulas de marxismo. Os clássicos da literatura mundial estavam sempre nas mãos dos mais interessados, que discutiam seu significado e seu valor universal. Pedro Pomar era um incentivador dessa prática, além de dar aulas sobre medicina. Passaram um ano nessa vida, até que a Justiça mandou soltá-los, em 14 de julho de 1937, quando terminou o estado de guerra. Poucos tempo antes, escoltado por policiais, Pedro Pomar fora visitar o primeiro filho, Wladimir, que nascera no Hospital da Caridade.

Mal saíram, e uma nova tempestade se abateu sobre eles. Em outubro, Vargas deu o golpe do Estado Novo, decretou estado de guerra e mandou os repressores varrerem o país à cata de "subversivos". Pedro Pomar e Amazonas sumiram do mapa e escaparam da primeira rajada de prisões. Mergulharam na clandestinidade e elaboraram um minucioso plano para manter o PCB na ativa. Para os dois principais dirigentes comunistas no Pará e já camaradas inseparáveis, as ações do Partido seriam a única forma de desnudar a fraude que cercava o terror adotado como forma de governo. Mais experientes, sabiam que estavam diante de uma situação gravíssima. Pedro Pomar abandonou a faculdade, mudou-se com a família, às escondidas, para uma casa no Marco da Légua, um subúrbio afastado, e adotou o nome de Wandick. João Amazonas também foi morar no bairro.

———

Capítulo 3

O Estado Novo alcança Pedro Pomar em 2 de setembro de 1940. Três anos antes, fora salvo por um mocotó.

1937-1940

A história do Brasil não registrou, felizmente, outro embuste, farsa, mentira, impostura, fraude, falsidade, felonia, traição, deslealdade, que se equipare em suas intenções pérfidas, de efeitos políticos calculados, além do Plano Cohen, atirado à face da nação, em sua publicidade cavilosa, chamada nos jornais em 30 de setembro de 1937. Com essa profusão de adjetivos, o historiador Hélio Silva inicia seu livro *A América Vermelha*, publicado em 1980. A juventude de hoje, e até os mais antigos, ignoram o que foi e o que fez o documento, ou melhor, o papel sujo, o texto ardilosamente explorado e transformado na "prova" da ameaça de uma subversão comunista, segundo o autor.

A narrativa indignada de Hélio Silva se justifica porque, como ele próprio diz, não obstante a origem sabida e o autor conhecido, a finalidade verdadeira, fatos e pessoas desmascaradas logo que havia colimado o objetivo de apavorar a nação e arrancar do Executivo e do Legislativo o estado de guerra, a fraude permaneceu impune e os seus exploradores não foram punidos.

O autor da fraude, o general Olympio Mourão Filho, e seus cúmplices — o mais destacado deles o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército — iludiram as Forças Armadas e violentaram o Congresso Nacional para lançar o país na trilha do absolutismo, denunciou Hélio Silva. Mourão filho era chefe dos serviços secretos da Ação Integralista Brasileira, condição na época só conhecida por não mais que cinco pessoas. Batizara o plano de "Cohen" por ser um sobrenome judaico comum, em substituição ao original "Bela Kun", nome de um conhecido dirigente da Internacional Comunista e do Partido Comunista da Hungria.

Os fios da trama começaram a aparecer em 28 de setembro de 1937, quando os jornais publicaram um comunicado de Góis Monteiro negando rumores de que projetava um golpe militar e realçando o apoio do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, à "obra de fortalecimento moral e material do Exército". No mesmo dia, a Câmara dos Deputados aprovou a inserção do comunicado nos seus Anais e assegurou, "em nome da representação nacional", a decisão de "colaborar em todas as medidas que se fizerem mister, em nome da pátria e da autoridade". A proposta do Legislativo terminou expressando o desejo "de acolher as sugestões do Conselho Superior da Segurança Nacional, em tudo quanto toque às necessidades urgentes da ordem pública e da defesa das instituições nacionais".

No dia 30, os jornais estamparam parcialmente um plano de ação comunista, também levado ao ar pela *Hora do Brasil*. O autor seria o *Komintern*, do alemão *Kommunistische Internationale*, a Internacional Comunista. O ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, estava em São Paulo e foi chamado com urgência ao Rio de Janeiro para apreciar o pedido de providências dos ministros militares ao presidente da República. Apesar de fazer a viagem de carro, chegou antes do anoitecer. Conversou demoradamente com Góis Monteiro, Dutra, Vargas e o ministro da Marinha, almirante Aristides Guilhem. No mesmo dia, divulgou a mensagem solicitando autorização do Congresso Nacional para decretar o estado de guerra.

A perfídia do grupo vinha antecedida de palavras adocicadas. "Logo que assumi a pasta da Justiça e Negócios Interiores, e mercê de firme e sincera convicção formada pela evidência dos fatos que se apresentavam à observação, propus a vossa excelência, em exposição datada de 20 de junho, o levantamento do estado de guerra. Disse, então, que se abria novo período de funcionamento livre das instituições, numa atmosfera de tranquilidade sintomática de vitória da nação sobre seus inimigos, e que confiava na sabedoria do povo brasileiro, cumprindo a todos velar, com meios legais de ação, à preservação da ordem triunfante." Em seguida, lia-se o que interessava: "Afirmam, entretanto, os excelentíssimos ministros da Guerra e da Marinha, em exposição dirigida a vossa excelência, que, no momento atual, como em 1935, as ameaças do comunismo são evidentes e que não é possível que fiquemos inertes ante a catástrofe que se aproxima."

José Carlos de Macedo Soares, alegando o disposto nos termos da Emenda Constitucional número 1, pediu que o presidente determinasse estado de guerra. A situação era grave, muito grave, segundo ele. O Estado-Maior do Exército havia desvendado o plano de ação dos comunistas, "um documento cuidadosamente arquitetado, cujo desenvolvimento meticuloso vem da preparação psicológica das massas ao desencadear do terrorismo sem peias". Para ele, o diabo vermelho andava solto e para encontrá-lo não era preciso esforço. Macedo Soares disse que o plano incluía "a propaganda comunista", que invadira "todos os setores da atividade pública e privada". O comércio, a indústria, as classes laboriosas, a sociedade em geral e a própria família viviam em constante sobressalto.

Mas as portas teriam olhos e as paredes ouvidos, segundo a parola do ministro da Justiça. A polícia civil do Distrito Federal, mesmo após a vitória da lei sobre o Levante de 1935, não deixara nunca de acompanhar de perto a ação subversiva dos comunistas, garantiu ele. Apesar de toda vigilância, nenhuma prova foi apresentada. O debate no Congresso Nacional baseou-se somente na proverbial algazarra da mídia e na declaração de José Carlos de Macedo Soares.

Em 10 de novembro de 1937, teve lugar o golpe de Estado que deu início ao chamado Estado Novo, com a promulgação da Constituição de 1937, elaborada e redigida em sua maior parte pelo ministro da Justiça, Francisco Campos (nomeado para o cargo por Getúlio dias antes do golpe e que mais tarde elaboraria também Atos Institucionais da ditadura de 1964), com a ajuda de líderes integralistas, um ano antes. A Carta ficou conhecida como "Polaca" por ter sido baseada na Constituição da Polônia outorgada pelo marechal József Pilsudski, líder do golpe militar que o levou ao poder em 1921.

***

Pedro Pomar foi alcançado pelo Estado Novo no dia 2 de setembro de 1940. Passara quase três anos na mais rigorosa clandestinidade desde que se mudara para o subúrbio, no Marco da Légua, e adotara o nome de Wandick. Foram tempos árduos, a começar pelas dificuldades enfrentadas pela mulher, Catharina, que deu à luz uma menina de sete meses natimorta, e quase faleceu por complicações pós-parto. Quando chegaram à resistência clandestina, sem recursos e impedidos de sair de casa, passaram três dias alimentando-se apenas com o leite deixado a mando da mãe de Catharina. Além do filho, o casal estava acompanhado de Rosa, tia viúva e sem filhos da mulher de Pedro Pomar, que fora morar com eles.

A salvação foi um mocotó, trazido por um primo de Catharina, chamado Zeca, o único que sabia onde Pedro Pomar e a família estavam morando. Viviam isolados. Por segurança, um membro do PCB não podia saber o endereço do outro. Zeca chegou com cautela, ziguezagueando pelas redondezas para certificar-se de que não estava sendo seguido. Mas a penúria da família era tanta que ele teve de refazer o perigoso caminho para comprar carvão e pôr a peça no fogo. Vencida a etapa preparatória, era preciso esperar uma noite até que o cozimento chegasse ao ponto, horas e horas de agonia causada pelo cheiro da comida que aguçava o apetite. Foram comer o mocotó às quinze horas do dia seguinte.

Quando a situação melhorou um pouco, para facilitar o trabalho Pedro Pomar alugou um quarto na Avenida Almirante Barroso, no centro de Belém. Dali comandava, junto

com Amazonas, a produção e propagação de panfletos denunciando os crimes do Estado Novo. Sob a nova tutela autoritária, a ferocidade anticomunista golpeou ainda mais duramente o PCB. *A Classe Operária* de fevereiro de 1938 publicou um texto na capa com o título "O 'Estado Novo' não consegue consolidar-se", reafirmando a posição dos comunistas de resistência à ofensiva do governo. "A ditadura fascista de Getúlio é o mais nefasto governo que já pesou sobre a nação", dizia o jornal.

Para enfrentá-lo, o PCB propunha o caminho da "luta popular de massas". Sua viabilização dependia, segundo *A Classe Operária*, de um movimento de "frente única" a fim de "implantar uma República verdadeiramente democrática em que a Constituição de 34, sem as emendas reacionárias, tenha plena vigência". E proclamava que "à energia revolucionária do proletariado cabe organizar a luta pela sua conquista". "Organizemo-la, pois!", conclamava.

No Rio de Janeiro, os dirigentes do PCB que escaparam da primeira leva de prisões — Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), Honório de Freitas Guimarães (Martins), Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora) e Adelino Deícola dos Santos (Tampinha) — tentaram manter a chama comunista acesa. Estruturaram uma nova direção apoiada nas condições favoráveis do estado da Bahia, uma espécie de refúgio de comunistas; no dia 21 de setembro de 1931, havia tomado posse como interventor Juracy Montenegro Magalhães, que não seguiu o governo de Getúlio Vargas em sua caçada aos comunistas.

O contato com a União Soviética era importante e a nova direção decidiu enviar para Moscou Eduardo Ribeiro Xavier, o Abóbora, um marítimo com larga experiência em viagens para o exterior. Queriam passar informações e sondar o terreno internacional. Abóbora viajou clandestino até a França, fez contato com o Partido Comunista local e foi para Moscou. Na casa das irmãs de Prestes, encontrou-se com Octávio Brandão e Fernando de Lacerda, antigos militantes do PCB, e com a direção do *Komintern.* Falou da situação dos enviados pela Internacional Comunista para auxiliar no Levante de 1935 — alguns presos sob a crueldade das torturas e outros mortos — e informou que Olga Benário fora deportada para a Alemanha nazista.

Enquanto Bangu reorganizava o que sobrara do PCB, dois jovens comunistas, Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos, jornalistas ativos, incumbiram-se da tarefa de manter a imprensa do Partido funcionando — fundamental para sustentar a luta contra a violência resultante do encontro entre o fanatismo anticomunista e a mais perigosa ignorância. A repressão lançava mão de artifícios variados e manipulações de toda espécie para apertar o cerco ao PCB. Em dezembro de 1939, mais de cem militantes comunistas foram detidos. Em abril de 1940, outros 50 foram presos — entre eles quase todos os membros do Comitê Central. Nesse mesmo mês, Prestes e outros cinco acusados do assassinato de Elza Fernandes — mulher do ex-secretário-geral do Partido, Miranda, suspeita de colaborar com a polícia política — foram julgados e o líder da insurreição de 1935 recebeu a condenação que acrescentou mais trinta anos de prisão à pena original, também de trinta anos.

O PCB ficou praticamente sem direção — apenas um membro do Comitê Central, Domingos Brás (cujo codinome era Mauro), não foi capturado. As tentativas de reorganização do Partido eram reprimidas com crueldade. Para piorar, uma parte dos comunistas havia aderido ao trotskismo e a notícia do estratégico pacto Molotov-Ribbentrop de não agressão mútua entre a União Soviética e a Alemanha foi mal

recebida por uma grande parcela da esquerda. As grandes potências movimentavam as peças no tabuleiro político mundial para isolar o país socialista e Stálin respondia a esse jogo com argúcia. Essa batalha diplomática refletia-se no Brasil com intensidade. Os comunistas passavam por uma séria crise.

No Pará, Pedro Pomar e Amazonas eram precariamente informados sobre o que estava acontecendo na Bahia e no Rio de Janeiro, mas tomavam pulso da situação pelas ações da repressão local. Escreviam, mimeografavam e distribuíam panfletos na mais rigorosa clandestinidade. Para a polícia, a prisão dos dois era questão de honra — apesar da absolvição de Pedro Pomar, pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 4 de março de 1938 em outro processo. Mais uma vez, nada fora provado contra ele. Uma engenhosa operação foi montada para capturá-lo. Mais de um mês depois, em 10 de setembro de 1940, João Amazonas foi preso. "Fisgado mais um adepto do credo vermelho", anunciou a *Folha do Norte* com seu reiterado pendor para atear fogo na reputação dos dirigentes do PCB.

***

Nunca pensei em tirar tantas fotografias. Estou ficando célebre. Com essas palavras, Francisco Natividade Lira, o Cabeção, reagiu ao assédio da mídia quando desembarcou no Rio de Janeiro no começo de setembro de 1940. Era acusado da morte de Elza Fernandes, a Garota, e foi recepcionado com o crepitar das manchetes depreciativas. Chegara de avião, vindo de Belém, onde fora capturado em maio, para ouvir a sentença do juiz Maynard Gomes — o mesmo que julgara Pedro Pomar e João Amazonas em processos anteriores — de trinta anos de reclusão. Sua prisão era um indício de que a polícia estava próxima dos dois procurados líderes do PCB local.

A caçada era conduzida pessoalmente por Salvador Borborema, feroz comandante da polícia política do Pará e assecla do sanguinário Filinto Müller, o chefe nacional da repressão. Quando Cabeção foi preso, Borborema apareceu na mídia se vangloriando do feito, dizendo que havia "esfacelado a célula comunista paraense". O remédio que aplicara era fazer cumprir a proverbial sentença: antes que o mal cresça, corte-lhe a cabeça. Pedro Pomar e Amazonas não estavam nessa "célula", localizada na Avenida Alcindo Cacela, centro de Belém, o que levou a mídia a noticiar que outros "extremistas" apareceram para a continuação das atividades interrompidas. Seriam cabeças de Hydra, "mas o chefe policial, no comando de um Gabinete de Investigações e Capturas, não esmoreceria".

A *Folha do Norte* noticiou que Borborema pôs-se em campo, enfrentando perigos de toda espécie e expondo-se a sacrifícios de toda sorte, até que conseguiu, em um golpe de audácia, a realização do seu objetivo. Com um português estropiado, o jornal prenotou que "outras células certamente surgirão, e novos empreendimentos policiais serão efetuados até o aniquilamento completo em nosso estado da ideologia nefanda que atirou Trotsky no seio da morte". Baseava a conclusão no aparecimento de "boletins de propaganda que começaram a surgir em vários pontos dos subúrbios da capital". Borborema e sua equipe examinaram os boletins e constataram que eles eram impressos em mimeógrafos, os primeiros em papel ordinário e os últimos em papel especial.

Pedro Pomar e Amazonas cometeram a imprudência de distribuir os panfletos onde moravam. A série recolhida pelo chefe de polícia confluía para o mesmo local — o

bairro do Souza. A *Folha do Norte* descreveu a diligência de Borborema e sua equipe com a minudência de um arqueólogo. Com seu vernáculo habitual, o jornal relata que "noites inteiras os esforçados mantenedores da tranquilidade da família paraense passaram de alcateia de revólver em punho nas esconsas travessas do longínquo e escuro bairro". Era uma vigilância perigosa, lembrava. Sob o orvalho da madrugada e a chuva, os policiais disfarçados, "sem prever consequências pessoais", tinham "em mente apenas os altos interesses da sociedade, defendendo-a das garras dos abutres de Moscou". Borborema visitava a equipe toda noite com a missão de confortar e encorajar os policiais "para que bem cumprissem os seus deveres".

***

O "dever" finalmente foi cumprido quando um rapaz de estatura regular, meio alourado, entrou em uma casa. O investigador que avistou a cena ficou de prontidão e observou que ele ficara no local. De acordo com a narrativa da *Folha do Norte*, o fato foi comunicado aos superiores, que puseram no perímetro onde o rapaz alourado estava "um hábil secreta, a fim de localizar a residência, o que finalmente foi conseguido". Pedro Pomar estava na casa número 1.855 da Estrada do Souza. O chefe da equipe de Borborema, Melquíades Costa, maquinou uma fórmula para obter evidência de que o procurado dirigente do PCB estava no local e decidiu adquirir uma das muitas ruínas da então Avenida Tito Franco — atual Almirante Barroso —, nas proximidades da casa.

Melquíades Costa determinou que um policial montasse residência provisória no local para bisbilhotar a vizinhança. O secreta, narrou a *Folha do Norte*, bateu à casa de número 1.855 no dia 24 de agosto de 1940, um sábado. Foi recebido pelos irmãos Dulcinéia, Félix, Pedro e Manoel Magno de Oliveira. Formalizados os cumprimentos de praxe, o policial foi convidado a entrar. Contemplou, "com os olhos sagazes de investigador", o mimeógrafo de Pedro Pomar em um dos quartos da residência. Despediu-se e correu para contar o sucesso da missão ao chefe Melquíades Costa. Na segunda-feira, à noite, o chefe da equipe percorreu a Estrada do Souza e parou em frente ao número 1.855 para estudar como tomar o local de assalto. Era uma casa pequena e velha, parecia um mausoléu perdido.

Na madrugada da terça-feira, por volta de uma hora e trinta minutos, a equipe de policiais invadiu a casa. Desta vez os moradores não puderam trocar as gentilezas protocolares comuns entre vizinhos. Aquela renca de homens de armas em punho varou a casa sob o olhar atônito dos moradores sujos e miseráveis. Davam a impressão de párias, informou a *Folha do Norte*. Eram os irmãos Oliveira, amedrontados e sem entender o que tudo aquilo significava. Os policiais entraram dispostos a atirar, seguindo as ordens de Melquíades Costa, que descreveu o local como um esconderijo de comunistas armados até os dentes.

Quando chegaram, o silêncio da madrugada escura, gelado de fazer estremecer, lembrava uma necrópole. Havia em todos um quê de indisfarçável dúvida. O que estaria esperando eles do outro lado daquela porta, insistentemente batida sem que houvesse o menor sinal de vida? Uma voz de sono, finalmente, fez a pergunta clássica: Quem é? Abra, é a polícia, ouviu de volta. Mal abriu e os policiais invadiram a casa. Trêmulos, os moradores, sob a mira de armas, viram-na ser revirada. Dentro de um caixote encontraram o mimeógrafo de Pedro Pomar e uma porção de panfletos, levados imediatamente para a Central de Polícia.

Interrogados, os moradores disseram que hospedaram um rapaz alourado, distinto e de boas maneiras, chamado Wandick. Era estudante de medicina vindo do interior. Precisava de hospedagem e fora apresentado por um capataz da prefeitura chamado Raimundo Leandro Teixeira. Saía sempre no começo da noite e às vezes só retornava ao amanhecer. Andava a pé, com embrulhos embaixo do braço contendo os panfletos que mimeografava durante o dia. A diária que pagava satisfazia os moradores, que viviam em condições precárias. Saíra no sábado, despedindo-se de todos, dizendo que mandaria um carregador buscar a bagagem, que deveria ser entregue mediante um bilhete com sua assinatura. Pagara ao capataz da prefeitura para que conduzisse sua rede, à noite, até a travessa Estrela onde foi esperá-lo.

Pelos depoimentos dos moradores à polícia, Pedro Pomar estava desconfiado. Vivo, andava sempre de olhos bem abertos e talvez tenha notado a presença de estranhos na vizinhança. Sumira dali por uns dias, mas cometeu o erro de achar que suas desconfianças eram apenas impressão. Não há registro sobre o que se passou, mas o fato é que ele incorreu na imprudência de retornar à casa número 1.855 da Estrada do Souza na quarta-feira seguinte à noite. É possível que tenha passado esse tempo com a família — Catharina esperava Eduardo, o segundo filho do casal, que nasceria nove dias depois da prisão de Pedro Pomar.

Bateu à porta, foi recebido com os cumprimentos habituais dos irmãos Oliveira e disse que fora buscar seus objetos. Estava sendo espreitado por olhares fixos, um deles acostumado a vê-lo na faculdade de medicina e nas manifestações estudantis. Ao sair, foi barrado por dois canos de revólveres apontados para o seu peito. Segundo a polícia, Pedro Pomar deu um sorriso expressivo, que sintetizava o seu espírito algo misterioso, e nem sonhou em reagir. Entregou-se aos investigadores e, conduzido à Central de Polícia, ainda na calada da noite foi recolhido à prisão.

A *Folha do Norte* descreveu Pedro Pomar, ao ser preso, como "sobejamente conhecido da polícia pelo seu espírito de rebeldia". "Adepto do credo vermelho, fez-se dele verdadeiro apaixonado, por ele sacrificando seus estudos e sua mocidade. Esteve por várias vezes preso nesta capital. Solto, desapareceu. Fugiu um dia e nesse dia encontrou-se na Estrada do Souza com o capataz da prefeitura municipal, Leandro Teixeira. Sobraçava vários embrulhos. Sem conhecê-lo entabulou conversa com o capataz, dizendo-se estudante e chamar-se Wandick. Andava à procura de hospedagem. Então lhe foi indicada e apresentada a casa número 1855, onde foi preso", historiou o jornal.

A repressão que varria o Pará atulhou a Delegacia de Ordem Política e Social, a terceira na definição numérica comum, motivo que levou o caso a ser encaminhado para a segunda e entregue ao comando do delegado Pedro Leite. Todos os envolvidos na ação policial foram interrogados. O último a depor foi Pedro Pomar, que assumiu as acusações como responsável único. Sempre sorrindo, disse que contava com uma prisão certa de cinco a dez anos. Foi trancafiado e avisado que o inquérito seguiria para o Tribunal de Segurança Nacional, o temido TSN do Estado Novo.

Amazonas foi preso em 10 de setembro, após "investigação de toda a espécie", como noticiou a *Folha do Norte*. Sabia da gravidade do momento, fora informado sobre os detalhes da prisão de Pedro Pomar. Deveria abrir bem os olhos e andar com prudência,

mas o trabalho partidário não podia parar. E, por isso, cometeu o erro de ficar onde estava. O jornal diz que Amazonas foi localizado na barraca número 1.160 da Rua Barão do Triunfo, sem explicar o que era ali. Feito o cerco, o local foi invadido por cinco policiais "da proveitosa diligência". Ele dormia em um dos quartos da "vivenda". Com o "extremista rubro" foram encontrados, pelas "rigorosas buscas", uma máquina de escrever Continental, "vários prospectos subversivos de propaganda subversiva" e um revólver Smith and Wesson.

A dona da barraca, a lavadeira Maria Delfina do Nascimento, e suas duas filhas também foram encaminhadas à Delegacia de Ordem Política e Social. Segundo o inquérito, nas palavras da *Folha do Norte*, "João Amazonas agia no preparo de matrizes e boletins subversivos da propaganda moscovita, matrizes que eram entregues a Pedro de Araújo Pomar, detido há dias passados", encarregado "de mimeografá-los em grande quantidade para os espalhar sorrateiramente pelos bairros da cidade". Eram "pouquinhos, mas teimosos os adeptos do credo sinistro". A polícia, no entanto, "os vai fisgando eficientemente". Com os dois dirigentes locais do PCB, uma leva de comunistas enfrentava o presídio São José, onde eram vigiados por um carcereiro com trinta mortes nas costas e escolhido a dedo por Borborema, segundo Amazonas.

———

Capítulo 4

Pedro Pomar e João Amazonas fogem para o Rio de Janeiro. No caminho, incêndio, onças e determinação.

1941

Um grupo de estudantes de Marabá, cidade paraense às margens do rio Tocantins, recebeu com festa dois jovens "acadêmicos" vindos de Belém. Não se sabe como tomaram conhecimento de que no barco que partira da capital do estado estavam aqueles peregrinos em viagens de estudos. A ligação possivelmente fora feita por intermédio do movimento estudantil. Participaram de um baile especialmente preparado para eles. Os estudantes locais mal sabiam que estavam festejando com dois fugitivos tidos por Salvador Borborema, o chefe de polícia do estado do Pará, como feras comunistas.

Os "acadêmicos" dançavam com um olho na festa e outro na porta. A qualquer momento a polícia local poderia fazer uma batida ali, avisada que fora da fuga espetacular ocorrida no posto policial de Umarizal, em Belém. Poderia associar o caso à súbita presença de dois forasteiros na cidade. A coincidência não seria nenhum disparate. O melhor era sair dali o quanto antes.

Borborema agira rápido para alardear que em 5 de agosto de 1941, às vinte horas e trinta minutos, um grupo de comunistas que cumpriam pena no presídio do Umarizal peitou os guardas e se dirigiu para destino ignorado. Avisou as polícias das cidades paraenses e dos demais estados que, além de Pedro Pomar e João Amazonas, fugiram Raimundo Serrão de Castro Sobrinho, João da Cruz e Souza, Henrique Felipe Santiago e Agostinho Dias de Oliveira. No dia 11, uma circular reservada assinada por Borborema foi emitida em nome das "Armas da República" e do "Governo do Estado

do Pará" informando todas as seções estaduais da polícia sobre o ocorrido e pedindo a prisão imediata dos fujões, caso aparecessem em algum canto do país. Para facilitar o trabalho, o chefe de polícia paraense enviou, em anexo, fotografias dos "aludidos extremistas" e suas "individuais datiloscopias".

Como não apareceu nem sinal dos perseguidos, Borborema enviou uma carta a Filinto Müller, dia 16, relatando em minúcias o ocorrido anteriormente comunicado por telegrama. "Escoltavam ditos presos, noturna e diuturnamente, cinco guardas civis, além do policiamento normal do posto, do escrivão e do comissário", desculpou-se. Segundo ele, os guardas montaram um cenário de desordem na prisão para simular luta corporal antes da fuga.

Os presos gozavam de certas regalias, conquistadas com ações de protestos, no casarão velho com vasta varanda de um bairro tranquilo de Belém. Recebiam a carne, o pão e o que chamavam de "rancho seco": carne-seca, arroz e feijão. Faziam a própria comida. Amazonas conta que Pedro Pomar era exímio cozinheiro. E rápido. Enquanto os demais começavam os trabalhos na cozinha às oito horas da manhã, ele chegava às dez. Ao meio dia a comida estava pronta e bem feita.

Cuidavam da faxina, lavavam a louça e estudavam. Só iam para as celas à noite, depois da reunião do Partido. Fizeram amizade com os guardas, que participavam da habitual rodada de chá servida pelos prisioneiros à noite. Em um rádio que negociavam para comprar do escrivão, ouviam as notícias e ficaram sabendo que no começo de 1941 a Alemanha nazista se aproximava perigosamente da União Soviética.

Estavam ali os mais politizados, os mais comprometidos ideologicamente com o PCB, que se recusaram a dividir a cadeia com presos comuns no presídio São José. Pressionaram a direção local, escreveram cartas que Catharina repassava aos seus camaradas para serem distribuídas pelo país afora e conseguiram a transferência. Borborema mandou selecionar "os mais perigosos": os membros da direção do Partido — Pedro Pomar, Amazonas, Henrique Felipe Santiago e Agostinho Dias de Oliveira —, o estudante Raimundo Serrão de Castro e o marujo João da Cruz e Souza. Eram os que exigiam com firmeza o cumprimento da regra tácita de que preso político e preso comum não se misturam.

Quando ouviram pelo rádio que a Alemanha invadira a União Soviética às três horas e trinta minutos da madrugada do dia 22 de junho de 1941, decidiram que não ficariam ali. Coisas demais estavam acontecendo para que ficassem confinados, ouvindo notícias da destruição que o troar dos canhões nazistas estava provocando na pátria do socialismo. Sabiam a dimensão da catástrofe, que já atingira o Brasil de frente.

Eram vítimas, testemunhas próprias, da propagação daquele conflito que acabara de romper a fronteira, de rasgar as cortinas e mostrar onde seria o palco do confronto entre o horror nazista e o tão sonhado socialismo. Não podiam perder um segundo mais. Um plano de fuga precisava ser urgentemente elaborado. Pedro Pomar e João Amazonas acabavam de ser julgados pelo TSN, em 16 de junho, e condenados a dois anos de prisão por exercerem "atividades comunistas". Além deles, foram condenados Manuel Oliveira e Leandro Teixeira. Em grau de apelação, a sentença foi confirmada em 1º de julho.

A responsabilidade cabia à direção do PCB, que considerava o estudante Serrão jovem demais e o marujo Cruz e Souza não confiável (teria delatado camaradas em tempos passados). Reuniam-se no quintal dos fundos do casarão, discutiam cada detalhe para fazer um plano mais próximo possível da perfeição. Catharina, a mulher de Pedro Pomar, seria parte fundamental da ação. Visitava o marido constantemente, acompanhada do filho Wladimir, então com quatro anos — que às vezes fugia de casa para almoçar com o pai —, e constituiu-se no elo entre a parte presa e a parte livre do Partido.

Catharina era uma mulher de reconhecida coragem. Quando o presidente Getúlio Vargas visitou Belém, ela entregou-lhe um documento de protesto. A ousadia custou-lhe uma queda do bonde, quando estava nos últimos meses da gravidez de Eduardo. Cumprir a missão de ajudar o marido e seus camaradas na fuga era apenas mais uma de suas atitudes revolucionárias. "Já conhecia a Catharina (...) antes mesmo de eles se casarem, pessoa também muito amiga, muito estimada", disse João Amazonas ao jornal *Tribuna da Luta Operária*. Ela deveria comprar as passagens para o Baixo Amazonas e falar com o médico Raimundo Silas de Andrade, amigo dos comunistas, que seria outro ponto-chave do plano. Faria uma receita para adormecer os guardas. Por algum motivo não esclarecido, o remédio ministrado não fez efeito e o plano foi por água abaixo.

Mal houve tempo para procurar as razões do malogro e calcular os prejuízos, já estavam em confabulações para a elaboração de um segundo plano. Abandonaram a ideia de fugir pela frente e voltaram as atenções para a casa de um vizinho que fora do PCB, adoentado com sérios problemas psíquicos. Mas havia um problema grave — o local era vigiado por cães. A solução seria induzi-los a engolir um poderoso veneno, adornado como se fossem suculentos pedaços de carne. O odor afastava os animais. Os urubus, no entanto, devoravam as peças e morriam instantaneamente. A morte certa atestava o poder da substância administrada, mas não havia meio de enganar o olfato dos cães. Fugiriam pela entrada do casarão.

A meta era fugir até agosto, agoniados que estavam ao saberem dos acontecimentos. Ali ficariam de pés e mãos atados. O jovem Serrão, desconfiado da trama, foi convidado a juntar-se ao grupo. Era hora de enfrentar o que desse e viesse. Catharina providenciou carteiras de trabalho com nomes falsos para todos e comprara duas passagens para Marabá, uma para Monte Alegre, duas para São Benedito, em Faro, no Baixo Amazonas. Cada um sabia o destino a tomar depois da fuga. Pedro Pomar e João Amazonas iriam para o Rio de Janeiro. A data da fuga coincidia com a partida dos barcos — 5 de agosto. No dia previsto, seis guardas tomavam conta do posto de Umarizal.

***

Caía uma chuva fina quando as seleções de futebol do Pará e da Bahia entraram em campo naquela noite. Para os guardas, seria apenas mais um turno. Começaram a jornada com olhos no trabalho e ouvidos na transmissão da partida pelo rádio. Dois logo saíram para vigiar a Praça Brasil. Às vinte horas, um telefonema comunicou que na Vila Barca — famosa pelas arruaças de valentões, beberrões e desordeiros — uma confusão já havia deixado mortos e feridos. Mais dois guardas abandonaram seus postos para apaziguar aquele antro de perdição, denunciado por alguém do Partido.

Henrique Felipe Santiago cumpria o ritual do chá da noite com os guardas atentos à transmissão do jogo pelo rádio quando Pedro Pomar e João Amazonas escaparam por um buraco aberto no chão deixado por duas tábuas pacientemente serradas nos dias que antecederam a fuga. Saíram pelo porão, atingindo a rua em frente ao casarão. Serrão deveria esperar Henrique Felipe Santiago terminar o seu trabalho, quando João da Cruz e Souza seria avisado que o plano de fuga estava em execução. O marujo era o único que desconhecia a debandada — se decidisse ficar, nada poderia contar à repressão.

Serrão já havia partido quando um dos guardas chegou e começou a relatar detalhes da desordem na Vila Barca. Como se não bastasse a parola interminável, o guarda, conhecido como "Prato Raso", acomodou-se em uma cadeira de cara para a porta de saída. Não saísse por ali, disse Henrique Felipe Santiago ao apavorado João da Cruz e Souza. Seguisse ele em direção à casa do vizinho Mariano, o antigo militante do PCB com problemas psíquicos. As circunstâncias jogaram a favor e, quando pularam no quintal, deram com a cachorrada presa. Bateram na porta e foram atendidos pelo sogro de Mariano, conhecido pelas conversas por cima do muro. Abriram caminho por dentro da residência até a porta de saída para a rua, onde receberam passagens, bagagens e algum dinheiro. Os demais já andavam na frente.

Pedro Pomar e João Amazonas receberam de Zeca, o primo de Catharina, os provimentos necessários à viagem. Um revólver 38 também fora providenciado. Embarcaram para Marabá, onde um contato do Partido encaminharia os meios para a continuidade da viagem. Venderam o revólver para um médico amigo dos comunistas locais, fizeram mais um dinheirinho e seguiram pelo rio Tocantins. Viajaram em um pequeno barco alugado, conhecido na região como "motor". Era tempo de seca e de fortes corredeiras, o que dificultava a navegação. Na cidade de Santo Antônio, já em Goiás, na região onde hoje é o estado de Tocantins, a primeira fase da viagem terminou. Deveriam trocar de embarcação. Procurassem algum contato.

Emprestaram um quartinho de frente para o rio de algum morador e enquanto esperavam observaram que pescadores remavam apressados. Gritos e choros ecoavam da cidade. Saíram às carreiras e viram malocas em chamas. Era um incêndio de grandes proporções, que os moradores lutavam para domá-lo. Pedro Pomar e João Amazonas organizaram a brigada improvisada, postando os bombeiros de última hora em fileira, de modo a agilizar o trânsito das latas de água do rio às chamas. Viram, desolados, a tristeza daquela gente pobre ao constatar sob as cinzas o que restara de seus pertences. Mas o Rio de Janeiro ainda estava longe e era preciso seguir viagem.

Mais adiante, pararam novamente em uma praia. Com a chuva torrencial, não era aconselhável navegar à noite. O condutor do pequeno barco e os dois viajantes seguiram por uma trilha em meio à mata fechada até a casa de caçadores locais. Deram de cara com couros de onças esticados e espalhados por toda parte. Amazonas conta que indagou sobre a frequência do animal no local e obteve a resposta de que elas chegavam a andar ali por perto. Era uma casa de palha, com quartos fechados, mas os visitantes deveriam montar suas redes na varanda, expostas ao relento. Ficassem alerta para caso alguma onça aparecesse no silêncio da noite. Felizmente não apareceu.

No dia seguinte, rumaram para Carolina, uma cidade mais avançada, já no estado do Maranhão. Procuraram contatos e foram recebidos com deferência. Um senhor que disse ser da cidade paraense de Santarém garantiu que João Alberto Lins de Barros, um

dos líderes da Coluna Invicta de Luiz Carlos Prestes, tocara piano em sua casa por uma noite inteira.

Em seu livro *Memórias de um revolucionário*, João Alberto narra o acontecido. Segundo ele, a tocata ocorreu na cidade de Floriano, no outro lado da fronteira, no estado do Piauí, quando fora convidado para um jantar por um simpatizante da revolução, "homem de haveres e de relevo local". "A curiosidade e o espanto com que meus gestos e as minhas palavras eram seguidos culminaram quando, depois do jantar, pedi licença para me sentar ao piano e dedilhar alguma coisa. O fato despertou até interesse público. Várias pessoas se agruparam para me ver através da janela. Desde então, fiquei popularíssimo naquela terra", detalhou.

No mesmo livro ele relata as características de outro local por onde Pedro Pomar e João Amazonas passariam, anos depois, em direção ao Rio de Janeiro: o Norte de Goiás, à época, hoje estado de Tocantins. João Alberto conta que toda aquela riquíssima região decaíra depois de fustigada pela rapina dos colonizadores. Igrejas construídas de pedras e cadeias com fortes grades mostravam o que foram o Norte de Goiás e o vale do Tocantins no século 18, por ocasião da febre do ouro. Quando Pedro Pomar e João Amazonas chegaram à cidade de Porto Nacional, já em Goiás, depois de esperarem por dias uma condução na cidade Carolina, foram alojados em um pequeno imóvel pertencente à Igreja Católica, que cuidava não apenas das demandas do céu e do inferno — dominava a cidade, segundo Amazonas.

Dali, seguiram para a cidade de Peixe, ainda em Goiás, guiados por dois canoeiros que conduziam a embarcação com varas rudimentares. Era a última parada pelo rio Tocantins, um oco de mundo que não dava acesso a lugar algum. Passaram dias sondando e estudando o terreno em busca de uma saída. Não havia. Teriam de desbravar a mata virgem e foram atrás de um guia que pudesse conduzi-los para algum lugar de onde prosseguiriam a viagem. Descobriram que chegara o primeiro caminhão vindo de Anápolis, que voltaria no dia seguinte. Isso resolveria o problema. Conseguiram negociar a carona e embarcaram.

O caminhão levava serras e machados para fazer a estrada. Onde havia riacho o motorista cortava uma árvore para fazer as vezes de ponte, que na fala do povo local chamava-se "mata-burro". Ia comprando couro. Pedro Pomar e João Amazonas viajaram sobre a carga, que crescia durante o trajeto. Num dos "mata-burros", o motorista disse que era bom saltar para embarcar na outra margem. Em outro, dissera que não precisava. Tomassem cuidado, apenas. Estava errado e a carga despencou, despejando couros e viajantes de uma altura de quatro metros. Mas chegaram são e salvos a Anápolis, apesar do castigo de uma longa viagem em que praticamente não dormiram e alimentaram-se precariamente. Deram-se conta de que estavam havia um mês e tanto a caminho do Rio de Janeiro.

Chegaram a Araguari, no Triângulo Mineiro, viajando de trem, dia 23 de setembro de 1941, aniversário de Pedro Pomar, que completava 28 anos. A data, o êxito da fuga e os feitos da viagem mereciam uma comemoração especial. Tomaram uma cerveja, com brindes ao aniversariante e ao avanço da dupla na tarefa de ajudar no combate ao nazi-fascismo. As notícias davam conta da destruição das defesas soviéticas pela tempestade hitlerista. O senhor de Berlim determinara que em 2 de outubro seria desencadeada a grande ofensiva. Tufão era o seu nome em código, um verdadeiro ciclone que devia

abater-se sobre os soviéticos, destruindo as últimas forças combatentes diante de Moscou e fazendo desmoronar a pátria do socialismo.

Rio de Janeiro estava logo ali, mas antes passariam pela provação de uma frente fria temporã na cidade de São Paulo, onde esperaram a ligação do fio condutor do trajeto com a última etapa da viagem. Chegaram à então capital da República no final de setembro, sem uma moeda no bolso. Estavam apenas com o endereço de alguém ligado a Pedro Pomar — a mãe, segundo Amazonas, uma tia ou conhecida, segundo outras versões. O certo é que dois dias depois se hospedaram em uma pensão, na Rua Maxwel, em Vila Isabel. O motivo de estarem ali fora comunicado, muito tempo antes, ainda na prisão de Umarizal.

***

Em nenhuma época da história se mentiu e se caluniou tanto com tanta fúria e cinismo como estão fazendo as agências telegráficas e a imprensa financiada pelo imperialismo. O autor dessa constatação, publicada no jornal *A Classe Operária* de 1º de março de 1941, mandara avisar a Pedro Pomar e João Amazonas que precisava deles no Rio de Janeiro para levantar o PCB e erguer barreiras contra o nazi-fascismo. Chamava-se Maurício Grabois, era paulista de nascimento e criado na Bahia. Sustentou a imprensa comunista, com a ajuda do jornalista Amarílio Vasconcelos, enquanto as levas de prisões, seguidas de torturas e assassinatos insanos, derrubavam a direção nacional do Partido. Sobrou um para semente, Domingos Brás, que fora responsável pela imprensa do PCB.

Ele e Maurício Grabois estavam em São Paulo, auxiliando a direção do Partido local e trabalhando em um projeto para manter *A Classe Operária* em funcionamento, quando um ex-oficial da Marinha, expulso por participar da ANL, informou sobre a ativa resistência dos comunistas paraenses. Chamava-se Paulo Roppe e trabalhava como piloto-comandante da companhia aérea Panair, fazendo a rota regular entre Rio de Janeiro e Belém. Grabois também era funcionário da empresa, exercia funções burocráticas. Disse a Paulo Roppe que avisasse a Pedro Pomar e João Amazonas — e eventualmente a outros dirigentes locais do Partido — a respeito do plano de levantar o PCB em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como eixo propulsor da sua retomada em âmbito nacional. Fossem o quanto antes.

O cumprimento das sinuosas formalidades da clandestinidade severa só permitiu a consolidação das tratativas entre os dois grupos quando Pedro Pomar e João Amazonas estavam presos no Umarizal e Maurício Grabois no presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Catharina, a mulher de Pedro Pomar, era a ponta final das comunicações no Pará. Ciosa dos perigos que aquele contato representava, tomou o cuidado de examinar cada poro por onde entravam e saíam informações.

O PCB estava minado por toda parte e cada passo precisava ser cuidadosamente calculado. Em São Paulo, quando a repressão fechou o cerco para aniquilar os comunistas, a direção caiu como fila de dominó. Maurício Grabois foi preso em Minas Gerais, onde estava envolvido no trabalho de reerguer o PCB. Condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a dois anos de reclusão, ficou detido no presídio Frei Caneca de 24 de abril de 1941 a 14 de julho de 1942. Saiu absolvido em grau de apelação.

Quando Pedro Pomar e João Amazonas chegaram ao Rio de Janeiro, as coisas estavam bem encaminhadas pela Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), criada por Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos. A rede de relações no Partido estava sendo tecida do nada, uma tentativa de livrar-se da intricada teia de delações lançada pela repressão. Todo cuidado era pouco. Seguissem regras austeras e tomassem todas as precauções, recomendou Amarílio Vasconcelos, o primeiro a falar com os dois comunistas vindos do Pará uma vez que Grabois estava recluso entre as grossas paredes do presídio Frei Caneca.

Dias depois, Pedro Pomar foi trabalhar como pintor de paredes na construção do futuro cine Politeama, no Largo do Machado. Amazonas empregou-se como auxiliar de contabilidade, no centro da cidade. Era uma forma de fazer algum recurso enquanto a CNOP pavimentava os caminhos para o início de uma nova jornada.

Pedro Pomar ficaria no Rio de Janeiro para retomar o trabalho iniciado por Grabois e depois ajudar a estender a organização do PCB por todo o território nacional. Amazonas iria para Minas Gerais. Recebeu alguns mil-réis e a passagem de trem que o levaria para as terras onde deveria fazer rebrotar as raízes comunistas. Em todo o país, a repressão conseguira desarticular o Partido, reduzindo sua organização a pó.

***

O único estado que conservava alguma coisa sólida era a Bahia, sustentada por uma coluna central, outro personagem chamado para dar vigor ao renascimento do PCB no Sudeste, o centro nervoso do país. Era um pernambucano alto, de fronte ampla, bigode espesso e de uma inteligência invejável que chegara em dezembro de 1934 para trabalhar no Departamento Estadual do Trabalho. Chamava-se Diógenes Arruda Câmara. Corajoso, fora preso em 1937 com o golpe do Estado Novo e passou em prisão três meses, debaixo de pancadas. Preso novamente em 1940, depois de sessenta dias de torturas ingentes ficou incomunicável durante oito meses. Não abriu a boca e foi solto com um ano e dois meses de prisão, por um *habeas corpus*.

Não era mais possível ficar na Bahia e foi convidado por Domingos Brás para trabalhar em São Paulo. Como primeiro-secretário do Comitê Regional — ou secretário político — durante esse período, deixara o PCB local bem assentado nos movimentos sindical e estudantil. Foi da Bahia que surgiu o movimento para a organização da União Nacional dos Estudantes (UNE), iniciado pela União de Estudantes da Bahia (UEB) e anunciado por um jornal chamado *Unidade*. Os contatos de Arruda com São Paulo se davam por intermédio da estudantada. João da Costa Falcão e Máximo Tolstoi Carone se comunicavam falando em nome de Arruda e de Domingos Brás, respectivamente.

Falcão, filho de abastada família baiana, em viagem a São Paulo manteve contato com Domingos Brás e recebeu a incumbência de viajar ao Prata para estabelecer ligação com o birô sul-americano da Internacional Comunista. “Estamos isolados, e depois da última queda do Comitê Central do Partido, em abril de 1940, só restou a mim, que vim para São Paulo. Não podemos ajudá-lo em nada. Você terá de ir com seus próprios recursos”, disse Brás, segundo Falcão. Deveria ir para Montevidéu e por intermédio do Partido Comunista do Uruguai chegar ao Partido Comunista da Argentina e à Internacional. Voltou com a recomendação expressa de não manter contato com os comunistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, implacavelmente marcados pela repressão.

Quando o Comitê Central do PCB funcionou temporariamente na Bahia, por volta de 1940 e 1941, Arruda trabalhara junto à direção central. Saiu da prisão sem saber das recomendações recebidas por Falcão e rumou para São Paulo. Depois de fazer uma parte do trajeto de navio, tomou um trem para o destino final. Estava acompanhado de outro dirigente baiano, Armênio Guedes. Diz Arruda que tomou conhecimento da prisão do Comitê Regional de São Paulo — inclusive de Domingos Brás — quando já estava próximo de Mogi das Cruzes, interior paulista. Surgiu o dilema: voltar ou ficar em São Paulo? Chegava para se integrar ao Comitê Regional paulista e, com as prisões, ficara sem contato.

Era um pau-de-arara, segundo sua fala, e veio com uma "roupazinha de brim", no mês de abril, enfrentando um frio que fazia tremer até as rótulas. Foi para Campinas fazer um curso intensivo na Escola de Agronomia, cobertura legal à sua presença no estado. Observou então que os comunistas das colônias judaica e lituana, que eram operários metalúrgicos, não haviam sido presos.

Orientado por Domingos Brás, procurou estabelecer contatos com eles e percebeu que depois de 1935 todo ano o Comitê Regional caía nas mãos da polícia. Parecia que a repressão cortava a cabeça e deixava pontas para acompanhar. Decidiu ignorar o que restava da organização antiga e começar do zero. Mandou chamar mais conterrâneos para auxiliá-lo e em pouco tempo viu florescer o PCB local, que alcançava até algumas beiradas do estado do Paraná. Seguia a linha imprimida ao Partido na Bahia: apoio nos movimentos sindical e estudantil. Mas era preciso retomar a organização em âmbito nacional.

Segundo Falcão, a Internacional havia recomendado que a reconstrução do Partido deveria começar pelo Nordeste. Estudassem mais o marxismo-leninismo e preparassem quadros capazes de superar o sectarismo e o esquerdismo que levaram o PCB a cometer erros infantis. Até uma conferência regional foi realizada em Salvador, no dia 13 de dezembro de 1941, aberta com uma mensagem do Comitê Regional da Bahia conclamando a rápida reconstrução do Partido "para salvar o Brasil, a América e mundo" do nazi-fascismo.

Com a chegada da onda de prisões no Nordeste, tudo foi por água abaixo e Falcão fugiu às carreiras, indo para o Rio de Janeiro e depois para Campinas, onde estava Arruda. Encontrara-se com o padrinho rico, Hermínio Santos, na então capital federal, que coincidentemente estava com viagem marcada para São Paulo. Contou a Arruda o que se passara na Bahia e os dois decidiram fazer a cabeça do padrinho rico de Falcão para irem até o Uruguai e a Argentina, de automóvel.

É Falcão quem conta:

O Arruda, que tinha a incumbência de levantar o Partido em São Paulo, queria aproveitar minhas ligações com a Internacional Comunista para aproximar-se desse organismo, ao mesmo tempo em que eu cumpriria a promessa feita de voltar para informar sobre a situação do Brasil. Regressei no dia seguinte para dar assistência ao padrinho e a sua mulher e prepará-los para o novo plano de viagem. Eles não conheciam os dois países vizinhos e nunca haviam viajado para o exterior, de modo

que não foi difícil convencê-los a fazer a viagem, na qual carregariam uma bagagem explosiva: o Arruda e eu.

Alugaram um carro e partiram. Mais de um mês depois, Arruda voltou a São Paulo. Em Buenos Aires, leu nos jornais de 28 de janeiro de 1942 que o Brasil havia rompido relações diplomáticas com o Eixo Roma-Berlim e no mesmo dia reuniu-se com militantes do PCB exilados na Argentina. Decidiram que ele teria de retornar ao Brasil. As tarefas partidárias e a nova situação política exigiam a sua presença. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, certamente o governo Vargas tomaria decisões importantes. As potências mundiais haviam se alinhado contra o Eixo nazi-fascista e o governo brasileiro tenderia a apoiar os aliados.

O assunto foi amplamente debatido com os representantes da Internacional e chegou-se a uma posição: união nacional contra o inimigo comum da humanidade, o nazi-fascismo. O PCB havia divulgado um documento no Rio de Janeiro em meados de 1940 defendendo a "união nacional contra o imperialismo e a guerra", embrião da formulação que iria definir o posicionamento dos comunistas sobre aquele conflito mundial. A UNE também havia defendido a "união nacional" em um manifesto que repercutiu na mídia. Coincidentemente, a CNOP era partidária da mesma posição.

Havia uma confluência política que precisava ganhar o terreno da organização. Arruda sugeriu que Armênio Guedes fosse designado para trabalhar em uma agência de notícias no Rio de Janeiro — ele não se recorda se na *United Press* ou na *Associated Press* — e, na surdina, esquadrinhar o terreno local. Descobriu Leôncio Basbaum, antigo militante e dirigente do Partido que estivera na Bahia como gerente de uma loja pertencente à rede comercial da família. Basbaum havia conhecido Jayme Grabois, irmão de Maurício, ainda nos tempos de estudantes em Salvador.

Por essa sinuosa intermediação, Arruda conseguiu contato com os principais dirigentes da CNOP: Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos. Segundo ele, no princípio de 1942 o grupo começou a estabelecer contatos em diferentes regiões do país para organizar um novo Comitê Central, "que deveria ser a expressão da confiança completa dos Comitês Regionais". "Então, em junho ou julho de 1942 fizemos uma reunião ampliada no Rio de Janeiro e foi tirado um Secretariado Nacional Provisório. Esse Secretariado tinha como missão reconstruir o Partido, recontatar os Comitês Regionais, rearticular o Partido e realizar uma Conferência Nacional para tirar um Comitê Central. Esse Secretariado era composto por José Medina, por mim e por Maurício Grabois", contou.

As circunstâncias haviam premiado o PCB, que fechara um ciclo e abria outro. O encontro de Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes Arruda Câmara representava as fundações de uma nova fase do Partido Comunista do Brasil. Ele ficaria mais frondoso, mais robusto, com raízes fundas, e atravessaria décadas e décadas.

———

Capítulo 5

Pedro Pomar se entrega por inteiro ao trabalho de reerguer o PCB em âmbito nacional. A hora da guerra estava chegando.

1941-1943

Não deixarei o Volga! Não sairei de lá! Os gritos de Adolf Hitler, tomado por um acesso de cólera, eram a expressão do desastre causado pela sua ordem de manter o 6º Exército ao redor da simbólica cidade soviética de Stalingrado. A derrota nazista naquele local representou uma reviravolta na Segunda Guerra Mundial e um êxito incalculável dos comunistas em todo o planeta. Pedro Pomar e seus camaradas festejaram a notícia, mas sabiam que muita coisa ainda precisava ser feita para dar forma ao PCB. Uma delas era organizar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaria na Europa.

Com essa finalidade, o Partido abriu duas frentes de trabalho — reforçou a UNE e relançou a Liga da Defesa Nacional, entidade fundada em 1916 no Rio de Janeiro pelos intelectuais Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa. Pedro Pomar era um dos mais entusiasmados organizadores dessa forma de mobilização popular. Julgava importante dinamizar as entidades, sem controlá-las, para dar curso às contradições que ecoavam pelo país. A tática do PCB consistia em participar intensamente das ações de massa sem ostentar seus símbolos, sem fazer proselitismo ideológico.

Quando a UNE tomou o clube alemão Germânia, no Rio de Janeiro, em agosto de 1942, que viria a ser a sua sede até o golpe de 1964, por exemplo, os comunistas estavam na linha de frente, mas não apareceram como protagonistas da ação. Tampouco se apresentaram como força organizada para disputar a eleição da entidade em setembro do mesmo ano. O pleito mostrou que a divisão do país, ligada à contenda que se desenrolava de forma dramática no Leste Europeu, estava bem demarcada. O candidato vencedor, Hélio de Almeida, era apoiado, além dos comunistas da CNOP, pelo ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, enquanto a outra chapa recebeu apoio do ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra.

Pedro Pomar e João Amazonas acompanharam a delegação comunista durante o congresso da estudantada. Marco Antônio Tavares Coelho, um dos delegados presentes, conta como se deram as coisas: “Em julho de 1943, pela primeira vez participei de um Congresso Nacional dos Estudantes, no Rio, levado por Luís Bicalho, que articulava a eleição de seu sucessor, Rui Barbosa Melo, compondo uma chapa de união com elementos de todas as tendências, mais ou menos em conformidade com a tese de ‘união nacional para a guerra’, adotada pelo PCB. Com habilidade, isolamos os poucos colegas que desejavam abrir fogo pela imediata redemocratização do Brasil. Naquele congresso, eram pouquíssimos os delegados entrosados com o Partido. João Amazonas e Pedro Pomar prestavam uma assistência quase diária à fração comunista, que foi organizada para influenciar nas resoluções do Congresso. Mário Alves, da Bahia, Aldenor Campos, do Rio, e eu éramos os mais ativos nessa ‘fração’. Alguns poucos comunistas que divergiam da orientação da CNOP também tentaram influenciar, mas nada conseguiram.”

A fenda no governo abrira-se com mais extensão depois que, em 7 de dezembro de 1941, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a Conferência de Chanceleres das

Américas em apoio à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Ali se descortinaram caminhos políticos para o progresso do movimento patriótico e antifascista. O país estava chocado com o torpedeamento de vários navios da Marinha brasileira por submarinos alemães e o governo reagia timidamente devido às suas diferenças internas — Dutra e o aparelho repressivo chefiado por Filinto Müller eram abertamente a favor da Alemanha. Mas a pressão popular levaria, finalmente, o governo a declarar guerra ao Eixo nazi-fascista em 22 de agosto de 1942.

Outra manifestação da divisão no governo ocorreu quando os estudantes organizaram uma "passeata antitotalitária" no dia da Independência dos Estados Unidos, em 4 de julho, que contou com o apoio de Osvaldo Aranha e a repulsa de Filinto Müller. O chefe da repressão tentou impedir a passeata, desacatou o ministro da Justiça interino, Vasco Leitão da Cunha, foi preso e demitido. Em consequência do episódio, foram demitidos também Francisco Campos, ministro titular da Justiça, e Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Felisberto Batista Teixeira, diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e chefe das "investigações" que atingiram duramente o PCB no Rio de Janeiro, foi outro afastado.

***

Eram acontecimentos que animavam Pedro Pomar e seus camaradas. As circunstâncias voltaram a ser generosas. Para completar o bom momento, ele havia conseguido levar Catharina e os filhos para o Rio de Janeiro no começo de junho. Em uma carta enviada no final de maio, ela avisou que embarcaria no vapor Itapé, um cargueiro Ita, navio da Companhia Costeira de Navegação, que deveria zarpar dia 10 de junho de 1942. Um jovem militante do PCB, chamado Joaquim Seixas, se encarregaria de comprar as passagens e acompanhar a família até o Rio de Janeiro. Por orientação de Pedro Pomar, todos deveriam portar novos documentos, com nomes falsos, e a bagagem deveria ser despachada por outra pessoa. A segurança não poderia, em hipótese alguma, ser negligenciada.

Para Pedro Pomar, a notícia tinha duplo sentido: a alegria por ter a família novamente por perto e a agonia pela longa viagem, parando de cidade em cidade, sujeita aos torpedos que os alemães disparavam na costa brasileira. O perigo era tanto que à noite as embarcações apagavam as luzes com o intuito de dificultar a localização pelos nazistas. Quando o Itapé atracou em Natal, a capital do estado do Rio Grande do Norte, ele foi informado por militantes comunistas ligados à navegação que a viagem estava tranquila. A partir dali, cada atracagem e zarpagem era relatada para ele.

As informações aplacavam a ansiedade e permitiam o cálculo da hora exata da chegada no Rio de Janeiro. Quase um mês depois, dia 6 de julho, Catharina e as crianças desembarcaram no píer da Praça Mauá sob os olhares atentos e distantes de Pedro Pomar. Tudo correra bem, apesar de Wladimir ter caído da cama, um beliche, enquanto dormia, ferindo-se com certa gravidade. Joaquim Seixas, o jovem militante comunista que acompanhou a família, sinalizou que não havia evidências de que teriam sido seguidos e Pedro Pomar se aproximou. Foi uma festa, uma alegria incontida, de parte a parte. Dirigiram-se para a pensão onde ele estava hospedado, na Praça da Bandeira, mas logo a família teria de ser novamente separada — o local não permitia a moradia de crianças.

Wladimir e Eduardo, os filhos, tiveram de ser alojados na casa de Antônio Campos, dentista e militante comunista, no Largo do Machado, até que Pedro Pomar providenciasse nova moradia. Mais de um mês depois, a família voltou a se unir em uma pensão na Rua Marquês Abrantes. Um irmão de Catharina, chamado Zeca, estava no Rio de Janeiro, trabalhando no Ministério da Guerra, e providenciou uma moradia para a família em Madureira. A vida voltara a uma relativa normalidade, com Pedro Pomar retomando o contato com a mulher e os filhos, e atando relações de amizade com a militância comunista.

Uma das amizades mais próxima era a de Eneida, a escritora que o abrigara quando esteve no Rio de Janeiro fugindo das perseguições políticas no Pará. Vivia com Maurício Caldeira Brant, que conseguiu trabalho para Catharina. Ganharia por peças para moldar malacacheta, uma espécie de mineral que era exportado para os Estados Unidos e utilizado como isolante em equipamentos eletrodomésticos. Fazia uma renda extra, fundamental para o sustento da família com menos dificuldades. Com as coisas mais ajeitadas, Pedro Pomar providenciou uma casa melhor, em Vila Isabel, e levou a mãe para morar com a família e cuidar das crianças. O clima de desassossego dos últimos anos estava ficando cada vez mais distante. Até a forma de militar era mais tranquila, mais promissora, mais gratificante.

***

Pedro Pomar se entregou por inteiro ao trabalho de reerguer o PCB em âmbito nacional, imprimindo à nova linha política sua compreensão sobre como deveriam ser as ações de massas contra o que restava do Estado Novo. Era comum vê-lo debatendo e orientando o trabalho dos comunistas na UNE, na Liga de Defesa Nacional e na Sociedade Amigos da América. Defendia a cautela e recomendava prudência diante das notícias de que os facínoras que coabitavam o governo com as forças direcionadas para a democracia estavam preparando a reação.

Para o PCB, era a hora de lançar um movimento pela participação do Brasil na guerra, com voluntários, conclamando todos os jovens e militares comunistas a se inscreverem. Um departamento sindical que se organizou na Liga de Defesa Nacional foi o embrião para formar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), também mobilizado para a luta democrática. O Partido priorizava a organização de células nas empresas, formando uma grande base de trabalhadores. Abandonara a política de não atuar nos sindicatos oficiais e conquistava espaços significativos no meio sindical.

A exemplo de João Amazonas, que se dedicava prioritariamente à inserção do PCB entre os trabalhadores, Pedro Pomar era um entusiasta da luta sindical. Achava que ela seria o sustentáculo do Partido, a coluna vertebral da nova tática comunista no Brasil. Ao mesmo tempo, aproximava-se da intelectualidade progressista. Maurício Grabois orientara um grupo de estudantes a adquirir espaço na revista literária chamada *Renovação* e nela escrevia editoriais contundentes em nome da direção provisória do PCB. Colaboravam escritores e artistas de renome, como Raquel de Queiroz, Carlos Scliar e Rubem Braga, com os quais Pedro Pomar começou a trabalhar politicamente.

Com essa escalada dos comunistas, era natural que olhos de reprovação começassem a ser lançados sobre a presença de diferentes segmentos sociais nas cercanias do PCB. A intranquilidade que a ramificação comunista causava não era para menos. Os ventos que

sopravam da conjuntura faziam tremular as bandeiras democráticas e progressistas com intensidade cada vez maior. Segundo o chanceler Osvaldo Aranha, 90% da população brasileira eram pró-aliados, a força mundial que se organizava para dar combate ao avanço nazi-fascista. O governo brasileiro vinha de uma refrega que o obrigou a ser mais claro sobre suas posições internacionais.

***

Discursando a bordo do encouraçado Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, Getúlio Vargas dissera que o Brasil havia criado "um regime adequado às nossas necessidades", fazendo considerações interpretadas como elogios ao governo alemão e ao italiano. O ditador da Itália, Benito Mussolini, chegou a enviar um telegrama ao presidente brasileiro cumprimentando-o por ver "a nova realidade histórica europeia como realmente é, e não como querem as chamadas democracias". Irritado com a repercussão de suas palavras, Getúlio Vargas decidiu fazer novo pronunciamento, em 29 de junho, enfatizando que as críticas ao seu discurso de 11 de junho partiram daqueles que interpretaram suas palavras "com comentário falseado e a publicação tendenciosa de frases isoladas".

Imediatamente após o imbróglio, o presidente determinou que o Brasil entabulasse conversações com os Estados Unidos para a defesa do hemisfério. Os norte-americanos temiam um ataque do Japão, uma das peças do Eixo nazi-fascista, e pretendiam aparelhar bases militares em Natal e Fernando de Noronha. O que era temor virou realidade no final de 1941, quando os japoneses atacaram Pearl Harbor. Os norte-americanos passaram à situação de beligerantes e apressaram o governo brasileiro nas negociações para permitir o uso das bases de Belém, Natal e Recife. Getúlio Vargas concordou. Estava aberta a porta para uma guinada radical da política externa brasileira.

Nos primeiros meses de 1942, o Brasil deu demonstrações inequívocas de que estava caminhando para se aliar aos que combatiam o nazi-fascismo. Em 22 de janeiro, o governo decretou a pena de morte para certos atos de sabotagem. Pouco tempo depois, o arquipélago Fernando de Noronha foi declarado zona militar. Nos primeiros dias de fevereiro, Vargas decretou medidas de precaução contra possíveis ataques aéreos e assinou o decreto que instituiu a base de Natal. Em 7 de março, tomou a medida mais importante — a formação da Comissão de Defesa Nacional, presidida pelo chanceler Osvaldo Aranha, com poderes extraordinários. Em meados de agosto, quando o Brasil já havia perdido uma razoável quantidade de vidas, cargas e navios, o governo reconheceu a situação de beligerância com as nações agressoras — Alemanha, Itália e Japão.

O ato foi precedido de manifestações de rua, com faixas e slogans de protestos contra o Eixo nazi-fascista. O povo queria a guerra. Pela primeira vez o Brasil se engajaria em um conflito daquelas proporções e todos os brasileiros foram chamados a colaborar. Os efetivos e os reservistas das categorias armadas foram convocados. As mulheres se organizavam em enfermarias de guerra e participavam de cursos ministrados pela Cruz Vermelha Brasileira. Nas escolas primárias, unidades de trabalho explicavam o que era a guerra e organizavam os estudantes em "hortas da vitória", despertando neles a consciência patriótica e o compromisso com o abastecimento do país. Medidas foram tomadas em todas as frentes para preparar o Brasil diante do agravamento do conflito mundial.

***

Para os comunistas da CNOP, o cenário do país não poderia ser melhor. Pedro Pomar e seus camaradas entendiam que era a hora de apoiar as ações do governo, sem descuidar dos perigos que a ala favorável ao nazi-fascismo representava. Ela continuava enquistada no poder e manifestava as mesmas opiniões de quando forjaram situações para incriminar os comunistas.

Em carta ao presidente Vargas, datada de 15 de junho de 1942, Eurico Gaspar Dutra disse que desconfiava da "propaganda comunista" feita "sob o pretexto, excelente, da guerra". Alguns dos manifestos antitotalitários seriam na verdade manifestações contra o governo. Ele citou, para exemplificar sua "desconfiança", o caso de uma "Declaração de Princípios" assinada por cerca de cem intelectuais em 11 de junho descrevendo a guerra como "nada mais que o choque histórico decisivo entre as forças progressistas que visam a ampliar e consolidar as liberdades democráticas e as forças retrógradas, empenhadas em manter e alargar no mundo inteiro os regimes de escravidão".

Os comunistas estariam mancomunados com interesses estrangeiros e, aparentando solidariedade ao governo na sua postura internacional, na verdade abriam frestas para se infiltrarem "matreiramente" nos círculos jornalísticos, culturais, educacionais e até militares, "valendo-se da boa fé inata" do povo e explorando "a doentia propensão brasileira para a verbosidade e para os derramamentos de uma literatura periodística farfalhuda, escandalosa e estéril". Preparavam "a alma coletiva da nação para todas as acomodações e abdicações com as esquerdas internacionais, apontando a miséria de tais concessões como imperativos do patriotismo e da leal solidariedade pan-americana".

O dissimulado ministro da Guerra estava tentando forjar mais uma situação para incriminar os comunistas. Para ele, a ameaça era mais grave do que a de 1935. Mais organizada, poderia pegar o governo de surpresa e dar o golpe fatal. Apesar de não haver uma única linha na vasta correspondência dos comunistas que transitava pelo país que comprovasse as afirmações do ministro, Dutra disse ao presidente que o armistício com o governo seria uma farsa do PCB e toda propaganda pacifista e progressista deveria ser imediatamente proibida.

Suas palavras caíram no vazio. Não fora ouvido e, isolado, recebeu críticas de todos os lados. A mais pesada veio do general Manuel Rabelo, presidente da Sociedade Amigos da América, que, de passagem por Salvador em junho de 1943, falou à revista *Seiva*, ligada ao PCB da Bahia, por intermédio do repórter Jacob Gorender, mais tarde um dos mais importantes historiadores brasileiros. Denunciou Dutra sobre a má condução da política de guerra do governo e os maus tratos nos quartéis sofridos pelos jovens convocados a servir à pátria. "O ministro Gaspar Dutra mandou prender todos os redatores e a revista *Seiva* teve as portas fechadas", rememora João Falcão, à época diretor de redação da publicação, em seu livro *O Partido Comunista que eu conheci*.

Rabelo escreveu a Vargas dizendo que Dutra, nas suas instruções para oficiais do Exército, "fala sempre no perigo comunista sem uma palavra de advertência contra o nazismo ou o fascismo com os quais estamos em guerra". A "obstinada e doentia preocupação do ministro da Guerra em enxergar por toda parte o perigo comunista" era um disparate. "Ninguém mais sente a iminência desse perigo, sobretudo depois que a

Rússia se aliou às Nações Unidas na luta contra os totalitários e principalmente depois do ato de extinção do *Komintern* e de adesão à Carta do Atlântico", da qual, "aliás, também participa o Brasil".

***

Não restava dúvida de que Vargas pendia para o lado dos aliados e recebia o devido reconhecimento dos comunistas. Em carta a Agildo Barata datada de 22 de junho de 1942, Prestes disse não estar mais preocupado com seu antigo temor de que "os imperialistas quisessem fazer do nosso povo carne de canhão". "Hoje, ao contrário, sou de opinião que só pelo sacrifício voluntário do sangue de nosso povo, pela participação ativa na luta dos povos antifascistas, onde for necessário, em qualquer parte do mundo, salvaremos nossas cidades da destruição e evitaremos o massacre de mulheres e crianças, para não falar da ignomínia que seria permitir, por omissão, a organização em nossa pátria de bases nazistas para o ataque ao povo americano", escreveu. Para o Cavaleiro da Esperança, seria urgente convencer o povo brasileiro da necessidade de fazer sacrifício.

Prestes também entregou uma mensagem ao comunista cubano Blas Rocas, em julho de 1942, que o visitara na prisão por arranjo de Osvaldo Aranha, dizendo que, a despeito dos sofrimentos, não estava disposto a viver em recolhimento pessoal. Considerava seu dever, e dos verdadeiros patriotas brasileiros, cessar todas as disputas de caráter interno e unir esforços para acelerar a derrocada das potências do Eixo nazi-fascista. A quinta-coluna — termo da Segunda Guerra Mundial usado para se referir a grupos que trabalhavam dentro de um país ou região a favor dos fascistas —, acrescentou, era mais forte no Brasil do que no resto da América, mas poderia ser imobilizada se as massas tivessem fé no programa anti-Eixo.

Pedro Pomar via aquele caudal de gente que se mobilizava como prenúncio de uma explosão da contida força política e ideológica do PCB. A palavra de ordem "união nacional" estava consolidada e ganhava as ruas. Por todos os lados que olhava, avistava oportunidades para a propagação dos ideais democráticos e socialistas. Precisava dar forma ao Partido, unificando os grupos que atuavam pelo país afora e resgatando antigos militantes que recuaram com a repressão. Havia alguma resistência de grupos comunistas à CNOP. Grabois e outros estavam organizando um PCB para eles mesmos, diziam. Quando a repressão bateu duro, o Partido se dispersou e as delações deixaram sequelas. Boa parte dos militantes presos desconfiava das intenções da nova direção de pôr fim em rixas para que elas não se perdessem no tempo, comprometendo a unidade dos comunistas.

***

Mas o tempo em que o chão brasileiro fora tingido de sangue dos comunistas e aliancistas estava ficando para trás. Pedro Pomar e seus camaradas insistiam que era a hora de baixar as armas, selar a paz e cuidar de coisas mais nobres. Uma guerra fratricida era o que menos interessava. Como membro da comissão de organização da CNOP, ele e Arruda traçaram um plano de contatos com os comunistas em todo o país para a realização da Conferência que daria forma à nova configuração do PCB. Os membros da CNOP começaram o trabalho paciente de ligação de um fio ao outro em todo o país a fim de mobilizar e organizar os comunistas. Varreram o território nacional

com a mensagem de reconstrução do PCB e de união nacional contra o nazi-fascismo e quando juntaram tudo reuniram 980 militantes, segundo Arruda.

A representativa Conferência, a segunda da história do PCB — a primeira fora realizada em 1934 —, reuniu quarenta e seis representantes. Batizada de Conferência da Mantiqueira por ter sido realizada nas proximidades da serra com esse nome, ela ocorreu em uma casa de taipa — moradia de uma propriedade rural que pertencia a um militante do Partido —, no meio da mata, em Engenheiro Passos, distrito de Resende, Sul Fluminense, nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 1943. Com cautela, eles saíam em grupos que seguiam caminhos diferentes. Pedro Pomar viajou em um sacolejante trem até Barra do Piraí, importante entroncamento ferroviário, onde foi recolhido de madrugada por um caminhão de pequeno porte, fechado com toldos.

Fazia um ano exatamente que ocorrera a Conferência dos Chanceleres, que impulsionou o Brasil no rumo da democracia e de uma aliança cada vez mais estreita com as nações que lideravam a guerra contra o nazi-fascismo. Com os avanços soviéticos, um novo dia começa a raiar no mundo. Os quarenta e seis comunistas que se reuniam na Mantiqueira agiam como verdadeiros guerrilheiros, cientes de que não poderiam vacilar naquele momento em que o fascismo dava seus primeiros sinais de enfraquecimento.

Segundo Diógenes Arruda Câmara, eles chegaram na noite de 27 de agosto de 1943. “Estávamos todos extenuados, sujos de pó, sedentos e famintos. Mas o cansaço pedia, sobretudo, repouso. Uma grande tarefa nos esperava no dia seguinte”, revelou. Ele lembrou que muitos nem sabiam onde estavam; outros apenas suspeitavam. “Todos, porém, estávamos confiantes. Fiéis companheiros, homens do campo, guardavam as proximidades da casa em que nos reuníamos. Poderíamos dormir descansados e no dia seguinte dar início ao trabalho que decidiria as nossas tarefas futuras, a vida do nosso Partido, e ajudaria a decidir os destinos da nossa pátria. Tamanha tarefa valia todos os sacrifícios. Estávamos, ademais, habituados aos sacrifícios, a sacrifícios bem maiores do que esse, ao da própria vida”, comentou.

Ivan Ramos Ribeiro detalhou o programa da Conferência: 1) A linha política do Partido; 2) a linha orgânica; 3) as normas do trabalho sindical; 4) as normas do trabalho patriótico; 5) as normas de divulgação da linha e dos métodos de trabalho entre os comunistas em todo o Brasil; 6) eleição para o Comitê Nacional. “De tudo isso dependia a nossa vida na ilegalidade a que éramos forçados, assim como os êxitos do nosso trabalho nos meses vindouros”, afirmou. Segundo Ivan Ramos Ribeiro, em 28 e 29 eles trabalharam dezoito horas por dia; no dia 30, descansaram apenas duas horas. “Tínhamos terminado nossas tarefas do momento, mas estávamos literalmente arrasados”, declarou.

Armênio Guedes disse que todos fumavam constantemente, mesmo os que não tinham o hábito do cigarro. “Logo que instalamos a Conferência, compuseram-se as comissões a fim de que os trabalhos fossem levados a bom termo. O método para nós era uma coisa vital”, disse ele. Foi assim que conseguiram, no meio da mata virgem, em uma casinha de taipa, realizar os trabalhos organizadamente, detalhou. “A nossa organização foi tão perfeita que havia filas para as refeições. Cada dia escolhíamos, por votação, os encarregados de servir as refeições. Levamos, com o nosso espírito democrático, a democracia a funcionar plenamente em plena mata virgem”, afirmou. “No último dia, realizamos um jantar em que todos participaram ao mesmo tempo. Havíamos

conseguido ampliar a mesa e obter um número maior de assentos. Era o nosso momento de confraternização pelo sucesso do nosso trabalho", rememorou.

Segundo Ivan Ramos Ribeiro, existiam motivos para regozijo. "Havíamos conseguido uma unidade perfeita em tudo. Dessa unidade foi possível sair, depois das discussões minuciosas, tendo em consideração as condições objetivas do mundo e do Brasil, uma linha política em que expressávamos a nossa compreensão da situação tal qual se apresentava em agosto de 1943. No *Informe Político* que então elaboramos, definimos o caráter da guerra: guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo; guerra de preservação da liberdade dos povos contra a ameaça de dominação fascista; guerra de todos os povos pelo esmagamento do fascismo, sob o exemplo extraordinário e sem paralelo dos povos e do exército da União Soviética dirigida por Stálin."

Maurício Grabois disse que os pontos básicos da Conferência foram a justa caracterização da guerra; o estabelecimento da linha política à base da união nacional em torno do governo, com apoio incondicional ao presidente Vargas; o fortalecimento ideológico do PCB para a luta contra as tendências estranhas do liquidacionismo; e a efetivação de uma política de legalidade, com a perspectiva de formação de um grande partido comunista, ligado às massas. "Sobre esses pontos deveríamos orientar todo o nosso trabalho posterior", afirmou ele.

A Conferência aprovou um relatório lavrado em tom de indignação, indicando a necessidade da guerra pela "libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo". O texto fazia uma inflexão em 1942, ponderando que a reviravolta daquele ano fora resultado de uma "poderosa pressão das massas". No relatório também constou como tática principal a união nacional em torno do governo para a luta contra o nazi-fascismo.

Ainda que o texto poupasse quem quer que seja de críticas mais duras, a Conferência não deixou de lançar farpas certeiras na posição dos liquidacionistas — que advogavam a ideia do líder comunista norte-americano Earl Browder de lançar o Partido em uma frente antinazi-fascista —, entre eles Octávio Brandão, Fernando Lacerda, Agildo Barata, José Maria Crispim e Carlos Marighella. Analisando o caso em setembro de 1953, a revista *Problemas* avaliou que a Conferência "teve o mérito de infligir uma derrota profunda aos liquidacionistas, que então tentavam destruir o Partido e deixar o proletariado privado do seu Estado-Maior".

Segundo Amazonas, de 1941 a 1945 foram anos de luta aguda contra o liquidacionismo. "É preciso dizer que a desvantagem era grande. Vencemos porque a verdade estava do nosso lado", afirmou. A nova equipe que assumia a defesa do Partido — registrou Amazonas — eram pessoas desconhecidas quase completamente. "Afinal, essa nova equipe — Arruda, Grabois, Pomar, eu etc. — eram pessoas que não tinham nenhuma posição no Partido, na época, a não ser locais, naqueles lugares onde tínhamos atuado", disse. "Uma luta difícil, na qual Pomar se empenhou com todas as suas energias e que foi vitoriosa", lembrou.

A prioridade era indicar o caminho que levaria à democratização e à conquista da anistia. Essa tática estava no centro do *Informe Político* apresentado por Maurício Grabois — que também fez uma intervenção especial sobre agitação e propaganda — e

do *Informe de Organização* apresentado por Pedro Pomar. Prestes, ainda na prisão, foi eleito secretário-geral, cargo que seria ocupado *ad interim* por José Medina Filho — que, negligente com as finanças, logo seria substituído por Álvaro Ventura.

Prestes assumiria de fato a função de secretário-geral dois anos depois, no final do "Pleno da Vitória", como ficou conhecida a primeira reunião legal da direção nacional depois de vinte e três anos de vida clandestina, realizada entre 7 e 12 de agosto de 1945. Na Conferência da Mantiqueira foram eleitos para a Comissão Executiva pelo Comitê Nacional recém-formado, além de Medina, Pedro Pomar (membro do Comitê de Organização), Diógenes Arruda (secretário de organização), Maurício Grabois (secretário de divulgação e propaganda), João Amazonas (secretário sindical e de massas), Jorge Herlein, Francisco Campos, Agostinho Dias de Oliveira e Lindolfo Hill.

O PCB fazia saber a quem pudesse interessar que estava novamente de pé, disposto para o que desse e viesse na missão de democratizar o Brasil e combater o nazi-fascismo. Comunicava suas posições em editoriais flamejantes escritos por Grabois na revista *Continental*, com periodicidade mensal — nem sempre cumprida devido aos escassos recursos financeiros.

O título da *Continental* estava registrado no DIP em nome de Luis Paes Leme, que fora presidente da UNE. Maurício Grabois era o diretor e Armênio Guedes o secretário de redação. O formato era pequeno. A tiragem atingia cerca de oito mil exemplares. A revista, segundo Grabois, teve importante papel no trabalho de levar a linha política do Partido a todas as regiões do país, e fora a precursora do grande trabalho de divulgação que seria implantado no período de legalidade dos comunistas.

***

O PCB subira mais um degrau em sua escalada de protagonista de peso na cena política brasileira. Em 28 de novembro de 1943, o governo decidiu organizar a FEB. Segundo Amazonas, os comunistas foram os primeiros a reivindicar a participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial. "E o fizemos de maneira consequente", constatou. As Comissões de Ajuda, criadas às centenas em todo o território nacional, angariaram donativos, realizaram conferências e promoveram comícios populares. Todo esse trabalho estava sendo coroado com a organização da FEB.

A abertura da segunda frente de luta na guerra em 6 de junho de 1944, com o desembarque das tropas aliadas na Normandia, deu mais certeza ainda aos comunistas de que logo todos estariam anistiados e o Brasil entraria firme em um novo tempo de democracia e liberdade. O desembarque do primeiro escalão da FEB em Nápoles, Itália, em 17 de julho, coroou o trabalho abnegado daqueles brasileiros que olhavam para o futuro e imaginavam o país livre da ditadura do Estado Novo e das ameaças nazi-fascistas. O PCB mobilizou forças e organizou grandes ações em favor desse objetivo.

Como sempre, a *Continental* manejava seus editoriais de forma a deixar claro que o PCB via o nazi-fascismo como o inimigo comum e principal, que deveria ser golpeado por forças enfeixadas pelo mesmo propósito. "Nas vésperas da partida de nossa Força Expedicionária Brasileira, devemos fazer um exame do que temos feito na luta contra o nazismo, lembrando-nos que precisamos desenvolver o nosso espírito unitário e que a

união nacional é um movimento de pacificação", reiterou a *Continental* de março de 1944.

Voltou ao assunto em maio, afirmando que era precipitada a forma como as campanhas pelas liberdades individuais, seguidas dos pedidos de anistia política, vinham sendo desenvolvidas por um grupo de "conhecidos políticos" — na verdade os que não acataram as decisões da Conferência da Mantiqueira. "Tudo isso é levantado como verdadeiras exigências sem levar em conta que as desconfianças do passado ainda persistem e que só desaparecerão — como de fato estão desaparecendo — no curso de uma cooperação franca e leal para o aniquilamento do inimigo", disse a revista. A "pacificação da família brasileira" só seria conquistada com um clima unitário de confiança recíproca. E isso incluía a anistia. Não brincassem com a união nacional, que teria de ser forjada no curso da mobilização de todo o país visando ao "desenvolvimento e o progresso do Brasil".

***

Para forjar essa união, os dirigentes eleitos na Conferência da Mantiqueira foram espalhados pelo país. Pedro Pomar desembarcou em São Paulo, tiritando de frio, em pleno inverno de 1944. Com ele estavam Catharina e as crianças, todos tremendo da cabeça aos pés, castigados pela baixa temperatura que conheciam apenas de ouvir falar. Viajaram em um trem conhecido como "Maria fumaça", um trambolho lento e desconfortável. Pedro Pomar embarcou em um vagão e o restante da família em outro. Eram os rigores da segurança. Todos observados por dois camaradas que estavam no mesmo trem, servindo de apoio. Desembarcaram à noite e foram encaminhados para onde estava Arruda, uma pensão na Rua Augusta.

Começava mais uma etapa em sua vida. Estava animado com as notícias que recebia. O PCB olhava para o Brasil com os ouvidos bem sintonizados nas informações que chegavam do outro lado do mundo, onde as bandeiras vermelhas tremulavam a cada lance da Segunda Guerra Mundial. Era para lá que estavam voltadas agora todas as esperanças.

Uma cidade majestosa como São Paulo provocou impressões fortes naquele homem modesto. Pedro Pomar estivera no Rio de Janeiro por um bom tempo, mas São Paulo era para ele o local em que o PCB deveria lançar mais sementes socialistas. A friagem insuportável da cidade era irrelevante diante das informações que recebia do verão soviético — verdadeiras injeções de ânimo. Durante três meses, o Exército Vermelho varreu o território ocupado e derrubou a grande muralha oriental que os alemães julgavam ter construído. Quando os soldados soviéticos irromperam em Kiev, capital da Ucrânia, em 6 de novembro de 1943, dois terços do território antes sob ocupação nazista estavam recuperados.

Eram notícias importantes para a tática do PCB de unir o país contra as ameaças nazi-fascistas e fazer avançar a democracia. Pedro Pomar via aquela conjunção de fatores como as melhores condições para organizar o Partido nas grandes empresas. Empenhou-se no trabalho das organizações de base das fábricas e dos bairros, ao mesmo tempo em que percorria os sindicatos onde havia atuação comunista. Descobria um mundo novo, só conhecido pelas leituras e nas conversas com camaradas. Cada esquina parecia ser testemunha de que o futuro era de fato daqueles trabalhadores que passavam horas e

horas dando duro em empresas gigantescas como Nitroquímica, Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Ferrovia Paulista (Fepasa), Tecelagem Jafet e Alpargatas.

Por onde Pedro Pomar passava, expressava o clima de entusiasmo com os acontecimentos. O socialismo estava dando uma demonstração inequívoca de superioridade, galgando vários degraus em poucos anos com os êxitos soviéticos na Segunda Guerra Mundial. Pedro Pomar, é claro, conhecia bem a história: a reviravolta se consolidara em janeiro de 1942, quando o Exército Vermelho lançou a ofensiva geral em uma ampla frente e em alguns setores avançou mais de quatrocentos quilômetros para o ocidente, afastando a fera nazista que rugia às portas de Moscou. O partido dos comunistas soviéticos, o artífice da vitória, ganhou enorme prestígio internacional. A importância militar e política fora gigantesca — pela primeira vez durante toda a guerra o exército nazista sofria uma derrota séria.

Poucos meses antes, em 7 de novembro de 1941 — 24º aniversário da Revolução Socialista de 1917 —, o líder soviético Josef Stálin dissera ao Exército Vermelho e aos guerrilheiros comunistas que o mundo via neles "a força capaz de destruir as hordas rapaces dos invasores alemães". A história não conhecia guerras libertadoras como aquela. Já nos primeiros movimentos, ficara demonstrado que na União Soviética os combates seriam diferentes dos que havia ocorrido na Europa, onde as debilidades dos exércitos e o trabalho de sapa dos colaboracionistas foram determinantes para o avanço alemão. No país socialista, as bases sociais para a organização de contrarrevolucionários não existiam mais — ao contrário do que ocorreu na guerra civil, após a Revolução de 1917.

Os soviéticos, com o lema "Tudo para frente, tudo para a vitória!", estavam conscientes do que representava aquela guerra. Em muitos locais os combatentes deixaram inscrições de loas à pátria gravadas nas ruínas. Eram exemplos do elevado moral socialista, citados por Pedro Pomar e seus camaradas para realçar o papel dos comunistas na frente democrática que se formava no país. Os nazi-fascistas brasileiros estavam isolados, mas não se podia esquecer que o feito era devido à abnegação dos soviéticos. Propagassem isso. Ainda mais que os Estados Unidos e a Inglaterra se declararam, em 22 de junho de 1941, dispostos a prestar ajuda à União Soviética.

***

O PCB precisava ter fisionomia própria, mas explicitar seus lemas e símbolos naquele momento era uma faca de dois gumes. Os comunistas ainda estavam na alça de mira dos seus contumazes perseguidores e os cuidados com a segurança não podiam ser negligenciados. Pedro Pomar e Arruda decidiram, por cautela, que deveriam morar em locais diferentes, de preferência próximos. Os deslocamentos pela cidade e pelo estado sempre precisavam ser planejados e avaliados. Pedro Pomar assumira o cargo de secretário político do Comitê Estadual no lugar de Arruda e mudou-se para um sobrado na Rua Borba Gato, em Pinheiros. Apresentou-se como representante comercial, com o nome de João Vicente Gomes.

Para a polícia política, Pedro Pomar era um ser invisível. Mas João Vicente Gomes logo entrou em seu campo de visão. Um "boletim reservado" do DOPS emitido em 12 de janeiro de 1944 informou que um "indivíduo" com esse nome, sem quaisquer dados de identificação, mantinha ligações "com o comunista Tulim Furtado de Azevedo

Marques". Com a identidade postiça, Pedro Pomar não parava. O PCB em São Paulo crescia vertiginosamente, com raízes estendidas do litoral à divisa com o Mato Grosso do Sul, influenciando polos nas beiradas do Paraná e de Minas Gerais.

O vai-e-vem era tão intenso que ele mal viu passar o ano de 1944. Recebia notícias da mãe, que ficara no Rio de Janeiro em companhia de Roman, o irmão mais novo, por meio de Amazonas. Uma delas chegou tarde demais — Rosa Araújo falecera na casa do irmão Zeca e estava enterrada no cemitério do Caju. Pedro Pomar carregou pela vida afora o sentimento de não ter podido estar com a mãe em seus derradeiros dias.

***

No governo, as diferenças internas atingiram o ápice. Não dava mais para se esquivar dos ventos democratizantes e o regime balançava estrepitosamente. Até os anticomunistas que gravitavam em torno de Getúlio Vargas, temendo uma derrota fragorosa, passaram a defender a institucionalização democrática do país. Os dirigentes do PCB viam aquela situação como um campo fértil para as suas ideias, baseadas na anistia aos perseguidos políticos e na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A realização, em 22 de janeiro de 1945, do I Congresso Nacional de Escritores, reunindo a nata da intelectualidade brasileira, deu mais um empurrão no combalido edifício do Estado Novo. Desde 1937, estavam proibidas reuniões desse tipo. O evento fora convocado pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), organização recém-fundada. Pedro Pomar acompanhou o evento com lupa de precisão. Por intermédio de Jorge Amado e Dalcídio Jurandir — este último um renomado escritor paraense e velho conhecido desde os tempos de militância no Pará —, ambos do PCB, transmitia as diretrizes emanadas dos debates com a direção partidária.

O Partido não podia ser afoito a ponto de confrontar um adversário que não media ações para atacá-lo e, como medida de segurança, passou a adotar uma posição cautelosa. A nova direção nacional mostrara-se eficiente; imprimiu uma dinâmica acelerada nas ações políticas, ao mesmo tempo em que se ligou ao povo, galvanizando seus anseios por meio dos Comitês Populares espalhados por todo o país. Os comunistas viviam uma espécie de semi-legalidade. Luiz Carlos Prestes, ainda na prisão, escrevia artigos que eram publicados em jornais como *O Globo* e *Jornal do Comércio.*

***

Em uma rápida sucessão de ações, Vargas varreu o que restava de grosso do entulho autoritário do Estado Novo. Em 28 de fevereiro de 1945 ele promulgou a Lei Constitucional número 9, um Ato Adicional que abria caminho para as eleições presidenciais e parlamentares. A anistia de 18 de abril beneficiou cento e quarenta e oito pessoas. No dia 23 de maio, um novo código eleitoral foi promulgado. Faltava institucionalizar a democracia; dar forma à nova realidade política do país. Isso seria papel de uma Assembleia Nacional Constituinte, que viria antes das eleições diretas para presidente da República, cuja realização deveria ser depois de promulgada a nova Constituição, segundo a visão dos comunistas.

No mesmo dia em que Vargas concedeu a anistia aos presos e exilados, Prestes deixou a prisão. Uma comitiva composta pelos principais dirigentes do PCB o acompanhou até a casa do dirigente comunista Leôncio Basbaum, no bairro da Lagoa, onde ficaria confinado por cerca de dez meses — um zelo necessário diante de eventuais ameaças à sua vida. Pedro Pomar não estava no grupo; só iria encontrar o famoso Cavaleiro da Esperança — e secretário-geral do Partido eleito — mais tarde.

Em 23 de maio, no comício realizado no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, ele ficara encantado ao ver ondas de povo e milhares de seres, com sofrimento gravado nas fisionomias, precipitarem pelas ruas, invadindo o estádio, atraídos principalmente pelo magnetismo de Prestes. As versões dão conta de cem mil pessoas presentes, que ouviram o novo líder máximo do PCB falar em união nacional, ordem e democracia. Em seguida foram feitas as tratativas para realizar um comício semelhante em São Paulo, no estádio do Pacaembu. Uma espécie de ensaio do que seria a grande concentração popular no estádio paulistano ocorreu quando a queda de Berlim foi festejada com uma passeata imensa, seguida de discursos nas escadarias da catedral da Praça da Sé.

Capítulo 6

O árido estádio de cimento ganha beleza e alegria. Multidão ouve Pablo Neruda, Monteiro Lobato e o Cavaleiro da Esperança.

1945

A vizinhança estranhou a movimentação na residência do representante comercial João Vicente Gomes. O mistério foi desfeito quando Pedro Pomar revelou a verdadeira identidade e apresentou o grupo que o visitava — no qual estava Pablo Neruda, o famoso poeta e senador comunista chileno, que viera especialmente para o comício do Pacaembu. No dia marcado para o evento, 15 de julho de 1945, um domingo, Prestes e a direção do PCB que o acompanhava almoçaram na casa de Pedro Pomar, em Pinheiros, que ficara maravilhado com a presença de tão ilustre figura, conforme narrou para os de casa.

Com o volume de atividades, Pedro Pomar afastara-se do comando principal do PCB em São Paulo, substituído pelo ferroviário Mário Scott, mas manteve como principal tarefa acompanhar os comunistas no estado. Durante os preparativos do comício no Pacaembu, ele quase se instalou no número 401 da Praça da República, em pleno coração da capital paulista, uma loja-armazém onde funcionava o Comitê pela Anistia, que abrigou a Comissão Promotora do Comício "São Paulo a Luiz Carlos Prestes". Era um salão amplo, ocupado por mesas das sub-comissões, agitado por um interminável entra e sai.

As descrições indicavam onde estavam as sub-comissões de transporte, estádio, pintores, interior, finanças, estudantil e propaganda. Em um canto um pouco mais imponente pela reunião de várias mesas e o martelar de muitas máquinas de escrever — todas portáteis, o que atestava a condição de emprestadas —, ficava a Comissão Central, presidida pelo lendário general da Coluna Invicta, Miguel Costa. Com ele trabalhavam

Luiza Pessanha Camargo Branco, líder feminista; Jorge Amado, escritor; e os dirigentes comunistas Mario Scott e Milton Caires de Brito. Ligadas diretamente à Comissão Central estavam três grandes comissões: a de organização, dirigida por Milton Caires de Brito; a de finanças, por Caio Prado Júnior; e a de publicidade, por Mário Schenberg.

O escritor Oswald de Andrade e pintor Rebolo Gonçalves — este último fora, também, um famoso jogador de futebol que desenhou, no começo dos anos de 1930, o atual emblema do Sport Club Corinthians Paulista com a âncora e os dois remos cruzados — se encarregaram de formar uma equipe para dar ao árido estádio de cimento um pouco de beleza e alegria. Di Cavalcanti e Clóvis Graciano estavam entre eles. Os jornalistas do Comitê de Jornalistas Democráticos — do qual fazia parte "o querido e 'velho quadro' comunista Antônio Mendes de Almeida", segundo descreveu a *Tribuna Popular* — se mobilizaram para informar e orientar o povo. Era uma batalha épica, uma "guerra patriótica contra a besta-fera fascista e sua quinta-coluna nazi-integral-trotskista".

***

Se procurarmos indagar onde reside a importância da palavra de Prestes, vamos verificar que se acha no seu conteúdo. Ele é, além do líder político, o condutor intelectual que não pronuncia uma frase vã. As palavras de Oswald de Andrade, por quem Pedro Pomar nutria grande admiração — visitou o amigo até o fim de sua vida —, podem parecer exageradas, mas são a mais perfeita retratação do entusiasmo que tomou conta dos setores progressistas com o destaque que o Cavaleiro da Esperança alcançara. A *Tribuna Popular* saiu a campo para captar esse sentimento em São Paulo. Segundo Oswald de Andrade, a expectativa que se apossou da cidade decorria da energia que era a voz de Prestes.

Caio Prado Júnior disse que São Paulo o receberia de braços abertos. Segundo ele, o comício do Pacaembu seria igual ao de São Januário. E, como lá, uma grande manifestação democrática. A marcha para a democratização do país teria em Prestes um expressivo marco. Jorge Amado também foi ouvido e declarou que o comício "São Paulo a Luiz Carlos Prestes" seria a maior demonstração do espírito unitário do estado. "O povo paulista receberá Prestes de braços abertos, pois vê no grande chefe aquele que conhece os problemas brasileiros, apresenta as soluções justas, e é o maior obstáculo ao golpe da quinta-coluna", disse.

À *Tribuna Popular*, Pedro Pomar disse que o papel decisivo naquela tarefa patriótica representada pelo comício no Pacaembu seria desempenhado pela classe operária, que conquistara o posto por ser grandemente concentrada no estado de São Paulo e por sua combatividade. Ao contrário do que injustamente se dizia, afirmou, ela não era indiferente nem apática, da mesma maneira que não era o povo em geral. Se não respondia a apelos a que não podia atender pelo que encerravam de alheio e hostil aos seus interesses e anseios era porque a sua missão naquela hora consistia em derrotar os inimigos da unidade da classe e da unidade nacional. Isso ficaria demonstrado pelo seu comparecimento maciço ao comício do Pacaembu, em alianças com as forças democráticas que confiavam na sua maturidade política e ideológica, tão bem expressada na sua vanguarda, o Partido Comunista.

Segundo Pedro Pomar, com a grande atividade das forças políticas no estado os comunistas procuravam realizar a tarefa que cabia ao PCB como destacamento avançado do operariado e do povo. Inflexíveis nas questões de princípios, os comunistas eram, ao mesmo tempo, flexíveis na ação política, destacou. "Temos procurado estabelecer contatos com todas as forças democráticas e progressistas, antepondo às muitas incompreensões que fizeram do negro passado o nosso inabalável propósito de unidade e cooperação para que se possa construir a grande pátria democrática, culta e emancipada com que todos sonhamos", disse.

Pedro Pomar informou que vinha de uma maratona de "proveitosas reuniões" com prestigiosos chefes políticos, com homens da indústria, da lavoura, do governo, que com atos inequívocos de compreensão e solidariedade patriótica e democrática trataram os comunistas como amigos. Debateram, em ambiente de respeito mútuo e de unidade, os problemas brasileiros fundamentais. Contribuiu para isso, disse Pedro Pomar, uma declaração de Mário Scott anunciando a intenção do PCB de participar da luta eleitoral procurando entendimentos com todas as forças democráticas e progressistas para constituir um parlamento capaz de legislar em benefício de todas as camadas do povo.

Segundo ele, as condições eram favoráveis para o combate às calúnias "do reacionarismo e dos agentes integralistas e trotskistas do capital colonizador isolacionista e muniquista", que já não encontravam eco "nos meios bandeirantes". Se o número não fosse tão grande, garantiu Pedro Pomar, poderia apontar as figuras com as quais se reunira para consolidar a ampla aliança do PCB em São Paulo.

***

Um engenhoso plano de transportes foi montado para atender aos mais de cem mil participantes previsto pela Comissão Promotora do Comício "São Paulo a Luiz Carlos Prestes". O Comitê Estadual do PCB divulgou uma proclamação convocando a população para a "festiva e grandiosa jornada democrática". O evento foi anunciado também por rádio. "Domingo próximo, o líder democrático Luiz Carlos Prestes vem falar ao povo de São Paulo, com a sua autoridade de homem que desde 1924 tem sofrido pelo povo, que pelo povo tem lutado e que ao povo tem dedicado sempre o melhor da sua existência. E vem apresentar ao povo paulista suas ideias e de seu Partido sobre a situação nacional. Todos devem ir ouvi-lo falar, no estádio do Pacaembu. Nós, trabalhadores do rádio, não poderemos faltar. Pouco importa a nossa opinião política, a nossa religião ou a nossa classe", dizia um trecho do comunicado.

O MUT igualmente promoveu intensos preparativos para a participação dos trabalhadores, organizando comissões por categorias. Cartazes cobriram as paredes e muros da capital paulista e panfletos circularam por toda a cidade. Um artigo do professor de música Cyro Brisolla — o conceituado "professor Cyro" da Academia Paulista de Música, fundada e dirigida por Eleazar de Carvalho — no *Jornal do Comércio* dizia que "nenhum brasileiro com um pouco de visão e que pretenda de verdade ver o país unido e em marcha para a democracia deixará de levar a Prestes nesse dia o tributo de sua admiração e reconhecimento".

Quando os preparativos para o comício entraram na reta final, Pedro Pomar foi ao Aeroporto de Congonhas recepcionar Pablo Neruda. Era o dia 12 de julho de 1945, uma quinta-feira fria e garoenta. A fama do poeta, que durante a Segunda Guerra Mundial

fez da sua poesia uma arma, levou um grande número de pessoas ao aeroporto, apesar do mau tempo. Logo ao descer do avião, ao lado da esposa, Delia Del Carril, Neruda recebeu uma calorosa homenagem do grupo de líderes operários, de escritores, de artistas e de jornalistas, liderado por Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara.

O poeta foi saudado pelo escritor Sérgio Milliet, presidente da seção paulista da Associação Brasileira de Autores e Escritores; pelo representante do MUT, Benedito Dias Batista; por Jorge Amado, da Comissão Central do "Comício São Paulo a Luiz Carlos Prestes"; e por Oswald de Andrade, Paulo Mendes de Almeida, Maria Eugênia Franco, Jacinta Passos e outros membros da Comissão de Recepção a Pablo Neruda. Do aeroporto, ele se dirigiu ao hotel Esplanada, nas imediações da Praça da República, onde concedeu entrevista coletiva assim que se hospedou.

No dia seguinte, foi homenageado por escritores, poetas e jornalistas. Enquanto autografava livros de sua autoria, disse que o Brasil honrava a bandeira da democracia ao participar da gigantesca luta contra o hitlerismo "sedento de sangue". "Sempre tivemos confiança no povo do Brasil, em todos esses anos de luta, de dores e de vitória. Ainda na prisão, Luiz Carlos Prestes era uma luz americana que se divisava desde a Europa (onde estava Neruda, apoiando a luta antifascista na Espanha). Sabemos que o povo do Brasil estava com o povo espanhol na sua heroica luta pela liberdade. Apesar de todo o silêncio que cobria o Brasil, quando o Chile lutava para levar a Frente Popular ao governo sabíamos que os trabalhadores dos campos e das cidades desejavam o triunfo dos partidos populares do Chile e de toda a América", disse.

Segundo o poeta, com a nova era que se abria no Brasil, quando os homens podiam exprimir suas opiniões e quando Prestes podia guiar o seu povo, queria que soubessem os operários e os camponeses, as classes médias, os industriais progressistas, os intelectuais e os católicos o quanto interessava a vitória brasileira aos demais povos americanos, dos quais era um poeta militante. Comentou o papel dos partidos comunistas na Segunda Guerra Mundial, analisou a conjuntura chilena e se deteve nas considerações sobre o discurso de Prestes no comício de São Januário, em 23 de maio de 1945.

Para Neruda, os comunistas do Brasil forjavam um imenso movimento democrático destinado a ser a coluna dorsal da vida do país, evitando assim o transtorno futuro que produziria a ausência de uma consciência democrática do povo. Toda tentativa de golpe para a tomada do poder seria rechaçada por Prestes, avaliou. O poeta falava em tom exaltado, com a voz ardente. Levantou-se e, como se falasse consigo mesmo, indagou: Por quê? "Porque estas tentativas podem ser aproveitadas pelos inimigos da democracia e levarão a novos fracassos. Assim, pois, este momento de esperança deve servir para que se unam todos os homens e mulheres democratas do Brasil para que eles formem um imenso exército civil, sobre cuja base serão asseguradas, em definitivo, as conquistas democráticas do Brasil", respondeu.

Ele encerrou a rápida palestra e, acompanhado de Pedro Pomar e alguns membros da Comissão Organizadora do comício do Pacaembu, seguiu para uma exposição de José Pancetti, considerado um dos grandes paisagistas da pintura brasileira, no Instituto dos Arquitetos, a algumas quadras de onde estava. No trajeto, comentou a admiração pelo progresso de São Paulo e a ansiedade com que aguardava o momento de apertar a mão de Prestes, "el gran capitan". Comentou também a distorção de suas declarações por

dois jornalistas na entrevista do dia anterior, que lhe atribuíram afirmações "de cunho reacionário". "Quero também expressar publicamente a confiança que despertaram em mim os dirigentes do Partido Comunista do Brasil", disse ele. "A par da honestidade e da pureza de caráter que revelaram, eles demonstraram possuir excelente vitalidade e capacidade revolucionária", completou.

***

Prestes chegou a São Paulo precisamente às dezoito horas e dez minutos do sábado, dia 14 de junho de 1945, vindo do Rio de Janeiro. Desembarcou dizendo que havia feito ótima viagem. A edição da *Tribuna Popular* daquele dia publicou um convite de Jorge Amado para o comício. Como homem de esquerda, convidava os "amigos" para ouvir no Pacaembu aquele que passara dez anos no cárcere por ter lutado contra o fascismo. Aquele que teve sempre os olhos fixos no Brasil e que soube, ao ser libertado, colocar as necessidades do povo sobre seus sentimentos individuais. Fazia o convite sem sectarismo. "No Pacaembu, vosso monumental estádio, só não cabem os traidores da pátria, os asseclas da quinta-coluna, que ainda guardam no coração a lama verde", disse o escritor.

Jorge Amado terminou o convite exercitando sua verve. "Lá vereis a Neruda, o chileno, a Lobato, o paulista. Lá vereis a Miguel Costa, o da Coluna, e a Mário Scott, o das locomotivas. A mulher paulista e o povo todo do Brasil. Luiz Carlos Prestes em meio dele, confundindo com ele. Eu vos convido, vinde todos, amanhã o vosso lugar é no estádio para bem do Brasil, para a grandeza da pátria", escreveu.

O comício seria transmitido pela Rádio Cruzeiro do Sul, em ondas longas, e pela Rádio Difusora, em ondas longas e curtas, segundo a Comissão Organizadora do evento. Uma nota do Comitê Metropolitano do PCB do Rio de Janeiro na *Tribuna Popular* anunciou que seriam instalados vários alto-falantes no Largo da Carioca para transmitir o discurso de Prestes. "O Partido apela para todos os possuidores de rádio, inclusive rádios de automóvel, particularmente aos *chauffeurs* de praça, para que os façam ligar de maneira a serem ouvidos pelo maior número possível de pessoas. O mesmo espera o Partido que seja feito por todas as organizações populares que desejam contribuir para maior brilhantismo do grande acontecimento democrático", dizia a nota, assinada por Francisco Gomes, secretário político do Comitê. Em muitas cidades o exemplo foi seguido.

***

Até o céu estava colaborando para a grande festa no Pacaembu. De quinta (12) para sexta-feira (13), a chuva e o frio cederam lugar ao tempo firme. O sol brilhante do sábado prenunciava um domingo radioso. Não havia indícios de chuva e o serviço de meteorologia anunciara que afastava qualquer possibilidade de virada no tempo.

A previsão se confirmou. Quando os primeiros raios de sol surgiram naquele belo domingo de céu claro e temperatura baixa, o estádio do Pacaembu estava um espetáculo. Os artistas plásticos capricharam na decoração. Dois amplos painéis com motivos populares das cidades e dos campos ornamentavam a concha acústica (monumento arquitetônico que servia como anfiteatro e provocava um efeito acústico com o canto das torcidas, derrubado em 1970 para a ampliação das arquibancadas),

visíveis de qualquer ponto do estádio. Na entrada do estádio estava um gigantesco retrato de Prestes pintado a óleo, com mais de quatro metros de altura. Nos pilares centrais do campo, flâmulas penduradas indicavam os nomes dos lugares onde se travaram as mais importantes batalhas da FEB e dos navios brasileiros torpedeados pelos corsários nazi-fascistas.

Nas grades do campo foram postos dísticos com palavras de ordem como estas: "O povo não quer golpe, quer eleições", "O proletariado e a burguesia progressista construirão a democracia", "O povo organizado destruirá a quinta-coluna". Nas torres laterais tremulavam bandeiras das Nações Unidas. No centro do campo, ocupando toda a extensão do gramado, letras de madeira formaram a palavra de ordem "Unidade, democracia e progresso". Um grupo de torcedores dos clubes de futebol de São Paulo, uniformizados, organizou uma alegoria de efeitos patrióticos.

Uma série de comícios preparatórios nos bairros organizara os detalhes da apresentação, que seria filmada pelo cineasta Rui Santos. Nas primeiras horas da manhã, as delegações — algumas vindas do interior e de estados vizinhos — saíram das praças e de outros locais de concentração devidamente orientadas sobre como deveriam chegar ao estádio. Entraram carregando dísticos e bandeiras, cantando hinos patrióticos. O microfone instalado na tribuna de honra anunciava as delegações. Braçadeiras distinguiam, pelas cores, a origem de cada uma — amarelo para as caravanas do interior e de outros estados, verde-amarelo para o MUT, rosa para os clubes esportivos (poderiam ser também os respectivos uniformes), azul para os organismos de bairro. Às treze horas começaram os desfiles das delegações pelo campo.

***

Pedro Pomar já estava na tribuna oficial, falando ao público, ao lado de outros dirigentes comunistas e de personalidades convidadas, quando, às quatorze horas e trinta minutos, foi anunciada a chegada de Pablo Neruda. Logo em seguida, com o Pacaembu já superlotado e os morros vizinhos tomados por uma massa considerável, entrou no campo o carro aberto que conduzia Prestes, sob intensos aplausos e ovações. Ao seu lado estava o antigo companheiro da Coluna Invicta, o general Miguel Costa, presidente da Comissão Central do comício. O carro deu uma volta no gramado, enquanto uma palavra ressoava pelo estádio: Prestes, Prestes, Prestes... Em seguida, ele dirigiu-se à tribuna oficial.

Miguel Costa foi o primeiro a falar, seguido de Mário Scott. Luiza Pessanha Camargo Branco discursou em nome das mulheres, emocionando a multidão. Logo depois, foi anunciada a palavra de Monteiro Lobato, ao tempo em que era recomendado silêncio máximo porque, gravemente doente, ele ia ler de sua residência, ao telefone, o discurso de saudação a Luiz Carlos Prestes. A voz grave do escritor foi ouvida no mais absoluto silêncio.

Tenho como dever saudar Luiz Carlos Prestes porque sinceramente vejo nele uma grande esperança para o Brasil. Vejo nele um homem nitidamente marcado pelo destino. Vejo nele o único dos nossos homens que pelos seus atos e pelo amor ao próximo conseguiu elevar-se à altura de símbolo. Símbolo do quê? De uma mudança social, enorme canteiro em que as classes privilegiadas são as flores, e a imensa massa

da maioria é apenas o esterco que engorda essas flores. Esterco doloroso e gemebundo.

Nasci na classe privilegiada e nela vivi até hoje, mas o que vi de miséria silenciosa nos campos e cidades me força a repudiar uma ordem social que está contente com isso e arma-se até com armas celestes contra qualquer mudança. A nossa ordem social me é pessoalmente muito agradável, mas eu penso em mim mesmo se acaso houvesse nascido esterco. Essa visão da realidade brasileira sempre me preocupou e sempre me estragou a vida. Nada mais lógico, pois, do que meu grande interesse pelo homem que não conheço, mas acompanho desde os tempos em que um punhado de loucos lutava contra todo o poder do governo.

E lutava por quê? Com que fim? Pela conquista do poder? Fácil lhe seria isso, como foi fácil para outros companheiros que desandaram. Prestes não lutava por. Lutava contra. Contra quê? Contra a nossa ordem social tão conformada com o sistema do mundo dividido em flores e esterco. E pelo fato de sonhar com a grande mudança foi condenado a trinta anos de prisão, como pelo fato de sonhar um sonho semelhante, Jesus foi condenado a morrer na tortura.

Os acontecimentos do mundo vieram libertar o nosso homem-símbolo e ei-lo hoje na mais alta posição a que um homem pode erguer-se em um país. Ei-lo na posição de força de amanhã. Na posição do homem que fatalmente será elevado ao poder e lá agirá para que o regime de flores e esterco se transforme em algo mais equitativo e humano.

Todos nós, um país inteiro, esperamos em Luiz Carlos Prestes; e esperamos nele tanto quanto desesperamos de outros cujos programas de governo botam acima de tudo a "manutenção da ordem", isto é, a conservação do sistema de flores e esterco. E qualquer coisa no fundo da nossa intuição nos diz que Prestes não nos decepcionará, e que um dia o antigo Cavaleiro da Esperança se transformará no Realizador das Nossas Esperanças.

A luta não é minha. A luta é de todos nós.

Suas últimas palavras foram cobertas pelos aplausos. Terminada a fala de Monteiro Lobato, Pedro Pomar anunciou, após uma breve saudação, que o orador seguinte seria Pablo Neruda. Soaram os acordes do hino nacional chileno, ouvido de pé pela multidão. O poeta famoso leu, então, no ritmo dos aplausos, o poema escrito para aquela ocasião, intitulado *Dito no Pacaembu*.

Quantas coisas quisera hoje dizer, brasileiros,
quantas histórias, lutas, desenganos, vitórias,
que levei anos e anos no coração para dizer-vos, pensamentos
e saudações. Saudações das neves andinas,
saudações do Oceano Pacífico, palavras que me disseram
ao passar os operários, os mineiros, os pedreiros, todos
os povoadores de minha pátria longínqua.

Que me disse a neve, a nuvem, a bandeira?
Que segredo me disse o marinheiro?

Que me disse a menina pequenina dando-me espigas?

Uma mensagem tinham. Era: Cumprimenta Prestes.
Procura-o, me diziam, na selva ou no rio.
Aparta suas prisões, procura sua cela, chama.
E se não te deixam falar-lhe, olha-o até cansar-te
nos conta amanhã o que viste.

Hoje estou orgulhoso de vê-lo rodeado
por um mar de corações vitoriosos.
Vou dizer ao Chile: Eu o saudei na viração
das bandeiras livres de seu povo.

Me lembro em Paris, há alguns anos, uma noite
falei à multidão, fui pedir auxílio
para a Espanha Republicana, para o povo em sua luta.
A Espanha estava cheia de ruínas e de glória.
Os franceses ouviam o meu apelo em silêncio.

Pedi-lhes ajuda em nome de tudo o que existe
e lhes disse: Os novos heróis, os que na Espanha lutam, morrem,
Modesto, Líster, Pasionaria, Lorca,
são filhos dos heróis da América, são irmãos
de Bolívar, de O' Higgins, de San Martín, de Prestes.
E quando disse o nome de Prestes foi como um rumor imenso.
no ar da França: Paris o saudava.
Velhos operários de olhos úmidos
olhavam para o futuro do Brasil e para a Espanha.

Vou contar-vos outra pequena história.

Junto às grandes minas de carvão, que avançam sob o mar,
no Chile, no frio porto de Talcahuano,
chegou uma vez, faz tempos, um cargueiro soviético.

(O Chile não mantinha ainda relações
com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
Por isso a polícia estúpida
proibiu que os marinheiros russos descessem,
e que os chilenos subissem).
Quando a noite chegou
vieram aos milhares os mineiros, das grandes minas,
homens, mulheres, meninos, e das colinas,
com suas pequenas lâmpadas mineiras,
a noite toda fizeram sinais, acendendo e apagando,
para o navio que vinha dos portos soviéticos.

Aquela noite escura teve estrelas:
as estrelas humanas, as lâmpadas do povo.
Também hoje, de todos os rincões

da nossa América, do México livre, do Peru sedento,
de Cuba, da Argentina populosa,
do Uruguai, refúgio de irmãos asilados,
o povo te saúda, Prestes, com suas pequenas lâmpadas
em que brilham as altas esperanças do homem.
Por isso me mandaram, pelo vento da América,
para que te olhasse e logo lhes contasse
como eras, que dizia o seu capitão calado
por tantos anos duros de solidão e sombra.

Vou dizer-lhe que não guardas ódio.
Que só desejas que a tua pátria viva.
E que a liberdade cresça no fundo do Brasil como árvore eterna.

Eu quisera contar-te, Brasil, muitas coisas caladas,
carregadas por estes anos entre a pele e a alma,
sangue, dores, triunfos, o que devem se dizer
o poeta e o povo: fica para outra vez, um dia.

Peço hoje um grande silêncio de vulcões e rios.

Um grande silêncio peço de terras e varões.

Peço silêncio à América da neve ao pampa.

Silêncio: com a palavra o Capitão do Povo.

Silêncio: que o Brasil falará por sua boca.

Seria a vez de Prestes discursar. Antes, todos cantaram, de pé, o Hino Nacional brasileiro. Faltava pouco para as dezoito horas quando o comício terminou. Acompanhado de Pedro Pomar, Prestes visitou a sede da Comissão Central do comício, na Praça da República, para agradecer aos voluntários que organizaram o evento. Segundo a *Tribuna Popular*, funcionários do Pacaembu calcularam que cento e trinta mil pessoas estiveram presentes. Além das arquibancadas apinhadas, os corredores e os espaços em frente à tribuna foram totalmente tomados. Nos bairros, os cafés, restaurantes e confeitarias se encheram, todos ouvindo a transmissão pelo rádio.

Pablo Neruda estava entusiasmado. "Este comício supera todas as manifestações a que eu havia assistido, em qualquer parte do mundo", disse ele. Recordava as gigantescas mobilizações das frentes populares que vira na Espanha e na França às vésperas da Segunda Guerra Mundial. "Pablo Neruda me disse e eu acredito: foi o maior espetáculo político jamais visto na América do Sul", afirmou o dirigente comunista Agildo Barata.

O pintor Cândido Portinari também estava eufórico. "Nem sei o que dizer. Achei as palavras de Prestes uma coisa fantástica, fabulosa. Ele aponta o caminho que o povo deve seguir." O escritor Graciliano Ramos foi na mesma toada: "Considero o discurso de Prestes em São Paulo uma excelente resposta aos provocadores." Para Diógenes Arruda Câmara, o comício demonstrara que "o nosso glorioso Partido cumprirá com

responsabilidade o seu dever de vanguarda dirigente, assegurando essa vitória, que não será apenas nossa, mas também de todos brasileiros que amam a sua pátria".

Capítulo 7

Os comunistas trazem em si as grandes forças latentes do renascimento e da renovação. O lugar dos intelectuais é ao lado do povo.

1945

É preciso, é preciso, capitão! A resposta de Monteiro Lobato a Luiz Carlos Prestes era sobre a necessidade de um poderoso Partido Comunista no Brasil. Eles conversavam a respeito das impressões do secretário-geral do PCB em relação à União Soviética. "Capitão, que de melhor e mais útil o senhor viu na União Soviética, que mais lhe impressionou?", indagou o escritor, segundo a *Tribuna Popular*. "Vi muita coisa, mas de uma me convenci: o quanto é difícil construir o socialismo! E mais: que isso só é possível com um poderoso instrumento — o partido comunista bolchevista", respondeu Prestes. Lobato quis saber se no Brasil era possível organizar um "instrumento" semelhante. "Temos todas as condições para construir em nosso país um poderoso Partido Comunista", disse o Cavaleiro da Esperança, constatação de pronto apoiada pelo escritor.

A visita a Lobato era parte da agenda programada para os dias seguintes ao comício do Pacaembu. Pedro Pomar acompanharia Prestes e Pablo Neruda em diversas atividades. Na terça-feira, dia 17 de julho de 1945, participaram de uma recepção aos intelectuais paulistas oferecida na residência do escritor e jornalista Maurício Goulart, ligado a Miguel Costa e com ativa militância na ANL, no bairro de Higienópolis. Compareceram à festa figuras como Sérgio Milliet, Oswald de Andrade, Caio Prado Júnior e Jorge Amado. No dia seguinte, seria a vez da primeira conferência de Neruda, organizada pelo Comitê de Jornalistas Democráticos, com o tema "Povo e Poesia". Ainda na quarta-feira, Pedro Pomar, Neruda e Prestes visitaram Monteiro Lobato em sua residência.

Além da cortesia, a visita a Monteiro Lobato teve o propósito de sondar a disposição do escritor brasileiro para se candidatar a deputado federal. Poucos dias depois, seu nome foi anunciado na chapa apresentada pelo Comitê Estadual paulista do PCB. Lobato desistiria da candidatura por discordar do apoio do Partido ao governo, que ele chamou de "perdão a Getúlio". No Estado Novo, o escritor fora condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional depois de ter enviado cartas ao presidente da República e ao então ministro da Guerra Góis Monteiro — que precedera Eurico Gaspar Dutra no cargo — dizendo que eles cometiam crimes de lesa-pátria com a vergonhosa subserviência às imposições da Standard Oil, sabotando na prática o potencial industrial petrolífero brasileiro. Cumpriu pena no Presídio Tiradentes, em São Paulo, parte dela em regime de incomunicabilidade. Na prisão, conhecera o comunista José Maria Crispim e se aproximou do PCB. Lobato era admirador de Prestes desde a Coluna Invicta.

A atitude de Vargas jamais seria perdoada. "Ora, veja: umas cartinhas sem importância, que poderiam ter ficado sepultadas nas gavetas das secretarias do governo, agora andam

por aí fazendo um furor. Eu não pretendia tanto. São uns imbecis, uns idiotas!", disse Lobato.

Ele lamentou ter encontrado o PCB já em idade provecta e ressaltou a importância dos comunistas. "Já estou velho, doente, cansado. Encontrei vocês muito tarde. Se eu fosse mais moço...". Disse ter encontrado nos comunistas um mundo novo, que não acreditava poder existir. "Vocês resgataram minha confiança no futuro da humanidade. Vocês estão certos. Por isso são invencíveis. De nada valerão as perseguições e violências dos poderosos. Vocês constituem um movimento vitorioso pela força dos princípios. Nada poderá impedir a transformação do mundo. E vocês são o artífice dessa transformação", afirmou, completando que se tornara "admirador do único partido honesto que já vi".

Apesar dos apelos de Prestes, Pedro Pomar, Jorge Amado, Caio Prado Júnior e Artur Neves — que, além de membro do PCB, era editor de Monteiro Lobato na Companhia Editora Nacional (depois o foi também na Editora Brasiliense, quando os dois se mudaram para lá) — para que mantivesse a candidatura, Lobato foi irredutível.

Na tarde do dia 9 de setembro de 1945, quando Prestes concedeu entrevista coletiva na sede paulista do PCB, na Rua da Glória, o escritor Edgard Cavalheiro entregou-lhe uma carta. Nela estavam as razões da irredutibilidade de Lobato. "Venho pedir a eliminação do meu nome da lista dos candidatos a deputado pelo PCB. O meu precário estado de saúde impede-me ser, nessa falange, o que cumpre a todos: capaz, ativo, militante. Um Partido tão novo e saudável não pode começar a sua vida de parlamento com uma deficiência na primeira linha de combate. Para as grandes lutas requerem-se guerreiros em perfeita forma. Com a maior cordialidade, abraça-o o amigo e companheiro de ideais", escreveu.

Depois da prisão, Lobato começou a adoecer rapidamente. Sentia cólicas de fígado, segundo um médico que o atendeu consequência de "trauma moral". Passou a desenvolver também uma espécie de asma. Foi diagnosticado um cisto no pulmão. A solução seria uma intervenção cirúrgica. No leito do hospital, escreveu a carta para Prestes pedindo a eliminação do seu nome da lista de candidatos do PCB. Datada de 7 de setembro, foi escrita em duas vias para que uma fosse entregue à imprensa. Com a divulgação da sua posição, a desistência estaria consumada, evitando que seus amigos voltassem a insistir para que a revisse. "Não sirvo para deputado e não quero debater com tão bons amigos", disse.

Indignado com a prisão e ressentido com Vargas, Lobato optou por deixar o país, indo para a Argentina, onde ficou algum tempo em exílio voluntário. Ele voltaria ao assunto em 1947, reconhecendo que adotara uma posição errada. Em carta de solidariedade a Prestes no episódio dos provocadores que recorreram a uma hipotética guerra entre o Brasil e a União Soviética para acusar os comunistas de impatriotas por defenderem o país socialista, ele comentou sua decisão de desistir da candidatura a deputado federal pelo PCB. Prestes respondeu, também em carta, que nem sempre era possível fazer o que mandam os desejos e os sentimentos pessoais, "obrigados que somos, por convicção profunda e científica, de que muito acima de nossos sentimentos e paixões estão os interesses do proletariado". "Compreendo agora que não foi propriamente por culpa nossa que você nos abandonou", disse.

***

Pedro Pomar deu imensa importância ao encontro de Prestes com Monteiro Lobato, para ele um brasileiro de grande valor. Quando visitou João Saldanha, que se recuperava de uma doença pulmonar no Sanatório Vicente Aranha, na cidade de São José dos Campos, ele fez questão de levar Lobato, por quem o famoso jornalista e militante comunista nutria grande admiração. "Estivemos juntos por pouco tempo, mas guardei para sempre a melancolia e a infinita doçura daquele homem", disse Saldanha.

A morte de Lobato, em 4 de julho de 1948, causou comoção nacional, em especial entre os comunistas. Diógenes Arruda Câmara disse na Câmara dos Deputados que a personalidade de Monteiro Lobato era tão rica que para examiná-la de maneira mais precisa seria necessário citar alguns fatos que definiam bem a sua posição na política brasileira. Citou a luta do escritor contra o Estado Novo, a sua participação na campanha da anistia em 1945 e a sua posição "firme e clara" contra a cassação do registro do PCB. "A grande homenagem de Monteiro Lobato nesta época foi, ao chegar do Prata, solicitar inscrição nas fileiras comunistas, porque nessas estava, realmente, seu lugar como escritor de vanguarda", afirmou.

José Maria Crispim escreveu no jornal *A Classe Operária* que a morte do escritor foi dolorosa para o povo. "Sim, escritor, o homem bom, o amigo do povo morreu. Seu desaparecimento se dá no momento em que crescem as manobras imperialistas visando assaltar nossas reservas petrolíferas", afirmou. "Os jornais da reação, noticiando o fato doloroso, como velhas carpideiras, apressaram-se em derramar lágrimas de crocodilo. Essa imprensa de aluguel que silenciou na ocasião em que Lobato foi preso e condenado pelo tribunal fascista do Estado Novo e que não protestou quando, recentemente, uma edição de seu último livro, de combate ao latifúndio, *Zé Brasil*, foi apreendida pela polícia de São Paulo e de outros Estados, procura falsear o sentido da obra e da vida do grande escritor. Não diz uma palavra sequer sobre a atitude do grande patriota em defesa do nosso petróleo ameaçado pelos trustes imperialistas", escreveu. "Morreu Lobato em plena batalha anti-imperialista. Tombou como um soldado da boa causa, como um guerrilheiro que jamais se rendeu", completou.

O mesmo jornal publicou a seguinte nota:

Com a morte de Monteiro Lobato, ocorrida nesta semana, não é somente a cultura que perde a sua mais forte e mais autêntica expressão nos dias de hoje. É também o povo brasileiro que se vê desfalcado de uma das mais corajosas figuras do movimento patriótico de libertação nacional. De fato, o que caracterizava Monteiro Lobato, apurando o seu talento e dando uma verdadeira popularidade à sua obra, era o patriotismo consequente, a preocupação honesta e constante pelos problemas de nosso povo, pelo progresso de nossa gente.

Esse patriotismo é que fez de Lobato um revolucionário de nossa cultura e, depois, um revolucionário militante, aproximando-o cada vez mais de Prestes e dos comunistas, a cujo Partido se filiou com orgulho nos últimos anos de sua existência. E é isso, sem dúvida, o melhor de seu exemplo e a razão de sua grandeza. O seu exemplo é o de que, nos dias de hoje, é impossível se ser patriota, lutar pelo progresso e pela felicidade de nosso povo, pela independência nacional, sem se marchar junto dos comunistas, ao lado dos comunistas, quando não seja dentro de suas fileiras.

Lutando contra o atraso semi-feudal de nossa terra, pela exploração de nosso petróleo, pela industrialização nacional, pela liberdade e pela democracia, Monteiro Lobato, filho das classes dominantes, com a sua inteligência, sua cultura e sua corajosa honestidade, teve de encontrar-se com a vanguarda do proletariado, com o Partido de Prestes — aprendendo a admirá-lo e compreendendo-o dentro das próprias prisões. Este encontro com o proletariado e seu Partido deu a Lobato novos horizontes, libertando-o do ceticismo, do desespero ou do cinismo apodrecido em que se afundam os intelectuais que se confinam no ambiente mesquinho das classes dominantes. Compreendendo isso é que o povo paulista, representando o povo brasileiro, soube prestar no enterro de Monteiro Lobato uma vigorosa consagração à sua memória.

No enterro de Monteiro Lobato, Pedro Pomar fez um vibrante discurso sobre sua campa em nome dos comunistas brasileiros e de Prestes.

***

Depois da visita a Monteiro Lobato, Prestes despediu-se de Neruda. Precisava voltar ao Rio de Janeiro com certa pressa a fim de preparar a primeira reunião legal da direção do PCB, na qual reencontraria o poeta chileno. Até uma visita prevista em algumas cidades do interior do estado fora cancelada.

Na quinta-feira, Neruda participou da conferência "O Partido Comunista e os intelectuais" em uma recepção oferecida pelo PCB de São Paulo. Pedro Pomar fez uma longa exposição, comentando o que os comunistas esperavam dos "escritores democráticos e progressistas". Falaram também Oswald de Andrade, José Geraldo Vieira e Jorge Amado. Neruda fez uma saudação aos intelectuais de São Paulo e Diógenes Arruda Câmara encerrou a conferência.

Após a maratona em São Paulo, seria a vez do Rio de Janeiro de receber o poeta chileno. O PCB organizou uma comissão com renomados intelectuais para receber Neruda no Distrito Federal, integrada por Sérgio Buarque de Holanda, presidente da Associação Brasileira de Escritores; Manuel Bandeira, da Academia Brasileira de Letras; Carlos Drummond de Andrade, Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Astrojildo Pereira, Vinícius de Morais, Moacir Werneck de Castro, Lia Correa Dutra e Dalcídio Jurandir. Maurício Grabois e Rossildo Magalhães representaram o Partido Comunista do Brasil. No Rio de Janeiro, Neruda realizaria uma conferência na sede da União Nacional dos Estudantes e participaria da abertura do "Pleno da Vitória" — a primeira reunião legal da direção nacional do PCB depois do golpe do Estado Novo.

***

Os encontros de Prestes com Neruda e Lobato foram de grande valia para os comunistas brasileiros, segundo Pedro Pomar. Ele comentou o assunto na intervenção que pronunciou em São Paulo durante a conferência de intelectuais com Pablo Neruda, ainda sob o impacto do sucesso do comício no Pacaembu. "Saudamos com alegria a oportunidade deste encontro, o primeiro encontro público do nosso Partido com a intelectualidade de vanguarda da nossa pátria. E o fazemos sob a inspiração de dois grandes acontecimentos: o camarada Prestes advertindo os intelectuais do perigo de que

estão ameaçados e apontando o caminho certo; e o encontro de Prestes com o nosso amigo Monteiro Lobato", disse ele na abertura do evento.

O significado desses acontecimentos, de acordo com Pedro Pomar, residia em um fato inteiramente novo, que era o surgimento do PCB como expressão das forças mais jovens da liberdade e da cultura, e para as quais se dirigiam a ciência, a literatura e a arte de vanguarda, no constante combate que travavam para o progresso e o aperfeiçoamento da civilização.

Em silêncio, a plateia ouviu aquele paraense de fala mansa e contundente, sem oscilar o tom de voz, passar pela breve história do Partido Comunista do Brasil, segundo ele resultado do movimento proletário e revolucionário que, após a guerra de 1914-1918, sacudiu os alicerces do velho sistema capitalista. Não tinha horizontes fechados nem ficava emaranhado no confuso labirinto dos sofismas e da demagogia vulgar, comentou. Sabia o que queria e para onde ia porque utilizava em seus trabalhos a doutrina científica de Marx, Engels e Lênin.

Permitissem que fizesse aqueles esclarecimentos, disse. Fatos eram fatos, emendou. “Partamos, porém, do princípio de que concordais conosco que o marxismo é a ciência do estudo da vida social e que pode adquirir a mesma precisão das demais ciências, oferecendo-nos a possibilidade da aplicação prática das leis que governam o desenvolvimento da sociedade”, prosseguiu. “Todas as pessoas que tomam conhecimento da nossa filosofia e de nossas atividades sabem realmente que nosso trabalho tem fundo científico e artístico. Tal o motivo porque nos sentimos tão à vontade no convívio com os homens de cultura de nossa pátria.”

Dirigindo-se aos presentes como “amigos intelectuais”, Pedro Pomar recorreu ao escritor soviético Máximo Gorki para repetir sua clássica pergunta: Com quem estais? A resposta vinha do anseio dos intelectuais, reflexo das antigas aspirações do povo, por cultura e liberdade. Uma “vasta literatura” comprovava os compromissos dos comunistas com a ciência, com a arte e com o “valor do pensamento humano”. “Temos nesta hora o dever de apelar para vosso sentimento democrático, para vosso espírito de combate a favor do avanço da cultura, contra a intolerância e o preconceito que impedem o entendimento entre os brasileiros”, disse. O país vivia uma nova realidade e, como afirmava Engels, cada novo descobrimento o materialismo deve assumir um novo aspecto, asseverou.

Habilidoso com as palavras, Pedro Pomar foi envolvendo a plateia, encadeando os conceitos e encaixando apelos para a consciência de que o lugar dos intelectuais era na esquerda. “Amigos intelectuais! A nossa palestra convosco tem o caráter cordial de amigos, o calor fraternal de irmão da mesma luta pelo avanço da ciência, da literatura e da arte. Os verdadeiros comunistas são cientistas e artistas. Cientistas pelo que têm provado o marxismo como método de interpretação científica da natureza e da sociedade. Artistas porque exprimem a consciência da luta revolucionária da classe operária, que é a mais alta forma de consciência social. A verdadeira arte é aquela em que a forma de trabalho corresponde ao seu conteúdo. A arte para o militante comunista consiste em ver o novo no processo da evolução social e saber criar formas de lutas adequadas a cada instante”, afirmou.

Havia em suas palavras preocupação com a influência do trotskismo em São Paulo, berço de autênticos "escribas do fascismo". O PCB nascera sob a influência dos anarquistas e sua formação não foi das melhores, explicou. A composição dos quadros dirigentes era mais de origem pequeno-burguesa do que proletária. Por aí chegaram os trotskistas. Outro fator que permitiu a entrada do trotskismo no Partido, analisou, foi que em São Paulo as contradições de classe apareciam mais do que em outros estados. Pedro Pomar não se alongou no assunto, mas referia-se a um agrupamento comunista paulista que assumiu a bandeira trotskista.

As palavras de Pedro Pomar denotavam uma grande preocupação dos comunistas com o trotskismo. "Trotskismo, para nós, através de provas exuberantes e irrefutáveis, deixou há muito de ser uma ideia política para se transformar em bando de agentes terroristas do fascismo. Pela importância dessa questão, nosso Partido está com intenção de fazer um trabalho especial sobre ele", disse. Era dever dos comunistas chamar a atenção sobre os prejuízos que a mentira e a calúnia trotskistas haviam feito, especialmente entre os intelectuais, afirmou. O maior deles era que os comunistas não admitiam críticas nem liberdades. De novo, Pedro Pomar recorreu a Engels: "O livre arbítrio não é nem pode ser outra coisa que a capacidade de decidir-se com conhecimento de causa."

Aquele encontro com os intelectuais, disse Pedro Pomar, tinha grande significado porque dava a oportunidade de informar que foram os comunistas os maiores inimigos do maior inimigo da cultura: o fascismo. "Não devem apagar-se de nossas memórias as fogueiras de livros, o sofrimento dos sábios e dos poetas, o exílio de tantos seres, os campos de concentração, as universidades fechadas, com seus mestres substituídos por ignorantes e fanáticos", enfatizou. A intelectualidade devia inspirar-se na vida do povo, nas lutas do povo, nas aspirações do povo.

Os maiores intelectuais brasileiros sempre foram homens ligados ao povo, defensores do povo, de acordo com Pedro Pomar. "Monteiro Lobato nos conta ademais que soubemos, como povo, erigir monumentos a revoltosos — isto como a melhor expressão do nosso sentimento progressista e revolucionário. Dessa forma, queremos vos relembrar os escritores, cientistas e poetas que escreveram, estudaram as vozes, o potencial e os anseios do povo e da terra brasileira, desde Gregório de Matos, o poeta da escola bahiana, até os rebeldes da Inconfidência. Desde os intelectuais da Independência até os abolicionistas. Desde os republicanos até os que, como Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Lima Barreto, João Ribeiro e Domingos Ribeiro, liam Marx e procuraram assimilar o marxismo. Antes da morte, como outros, João Ribeiro exaltou o marxismo e chegou a declarar: O futuro do mundo é o comunismo. O que nos traz à memória a frase de Vaillant-Couturier, fundador da Casa de Cultura da França, de que 'o comunismo é a juventude do mundo'", comentou.

Lembrou que intelectuais brasileiros, ao lado dos operários, fundaram o PCB — entre eles, Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. E pediu permissão aos "amigos e companheiros" para falar sobre o que pensava o PCB a respeito de alguns pontos referentes à arte e à literatura. Apesar de tudo o que já havia sido dito e escrito, tentavam impingir nos intelectuais uma concepção que não era a dos comunistas. Ressalvou que todo intelectual precisaria ter uma compreensão exata dos fenômenos e uma visão realista dos problemas da sociedade. "Saiba-se, porém, que não confundimos literatura com propaganda política, com arte e literatura de tendência. Uma obra de arte, mesmo que reflita opiniões contrárias às nossas, nunca deixou de ser admirada por nós,

como obra de arte. Que o entusiasmo dos comunistas por Dante, Shakespeare, Tolstoi e Castro Alves testemunhe o que afirmamos. Que os conceitos de Marx sobre Diderot e Balzac sirvam de prova para essa opinião", disse.

O Partido e a classe operária precisavam — segundo Pedro Pomar — que os intelectuais, com sua arte e espírito de pesquisa, ajudassem a realizar a grande tarefa imposta pela história. Deixou claro que não seriam impostas obrigações. "Estas vós a assumis com o povo, com a cultura, com a liberdade de criar e pensar", enfatizou. E indagou: "Qual a situação de nossos homens de ciência, técnicos, escritores, poetas, jornalistas, pintores, escultores, professores, engenheiros, médicos, agrônomo? Nossa instrução pública, senhores, como vive?" O Brasil estava atrasado, se distanciando progressivamente dos países mais adiantados. Milhões de brasileiros não sabiam ler, não podiam compreender a música, a poesia e a pintura.

Pedro Pomar encerrou a conferência dizendo que para atingir o ideal de progresso, democracia e desenvolvimento pacífico, era preciso construir, com o auxílio de todos os brasileiros, de qualquer tendência ou partido, crença ou raça, a sólida união nacional. Seria esse o caminho para "o mundo novo que almejamos, o mundo da liberdade e da justiça, o mundo onde a cultura não sofra nenhuma limitação e o espírito criador do homem se expanda sem solução de continuidade, o mundo onde tenhamos a oportunidade de dizer: "Anteriormente, todo o espírito humano, todo o seu gênio criava apenas para dar a uns todos os bens da técnica e privar os outros do indispensável — da instrução, do desenvolvimento intelectual."

Dirigiu aos intelectuais presentes uma enfática conclamação. "Em nome dessa imensa tarefa histórica, não vale a pena trabalharmos? Não vale a pena entregarmos todas as nossas forças? Concitamos-vos a lutar conosco, como tendes feito, a lutar pela unidade de nosso povo, tanto para a conquista como para a defesa da cultura. Assim poderemos concluir, como Lênin, que os comunistas trazem em si as grandes forças latentes do renascimento e da renovação."

Capítulo 8

Carta aos companheiros e companheiras do Pará. No Rio Grande do Sul, padres nazistas agem como demônios.

1945

Mal começou o dia e a Rua do Passeio, no centro do Rio de Janeiro, foi tomada por um interminável vai-e-vem de pessoas. Era terça-feira, 7 de agosto de 1945. Uma grande festa popular estava sendo preparada para a noite no salão nobre da Escola Nacional de Música. Seria a instalação solene do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, a consolidação da sua legalidade, o coroamento de uma fase gloriosa dos comunistas, o "Pleno da Vitória". Na sede do Comitê Nacional, na Rua da Glória número 52, os preparativos frenéticos eram comandados por maioria feminina. A feitura de guirlandas e de ramos de flores, a expedição de convites para a solenidade e o acabamento nos detalhes da decoração eram tarefas realizadas com euforia. Os delegados de outros estados já estavam presentes e contribuíam para aumentar o fervilhante burburinho.

Na Escola Nacional de Música, uma pequena arquibancada em forma de cadeiras fora construída, atrás da mesa que presidiria o ato, para acomodar os membros do Comitê Nacional que não faziam parte da Comissão Executiva. A mesa principal era ladeada por duas outras em que ficariam os fundadores do PCB e os comunistas que participaram da FEB. A maior foi engrinaldada, tendo ao centro o emblema do Partido com a foice e o martelo feito com flores. No alto do palco, uma faixa estendida deixava bem visível a inscrição "Partido Comunista do Brasil" e dos lados tremulavam bandeiras das Nações Unidas. Estavam lá também os retratos de Marx, Engels, Lênin, Stálin e Prestes. Abaixo, em grandes letras brancas sobre fundo vermelho, a palavra de ordem "Unidade, democracia e progresso". As galerias ostentavam guirlandas. Alto-falantes foram instalados para a rua.

O ato seria uma reunião plenária do Comitê Nacional, mas foram feitas adaptações para atender ao caráter público do evento. A solenidade foi cuidadosamente preparada. Os membros da direção seriam chamados individualmente para o palco. Após a execução do Hino Nacional, o secretário-geral, Álvaro Ventura, pronunciaria o discurso de abertura. Em seguida, seriam lidas mensagens aos chefes de Estado dos seis maiores países das Nações Unidas — o Brasil entre eles — e as saudações à solenidade. Prestes procederia então a leitura do seu *Informe* e a cerimônia se encerraria após mais uma execução do Hino Nacional.

***

A Escola Nacional de Música foi tomada pelo público. Havia gente nos corredores, nas escadarias e até na calçada. Passava das vinte horas quando Prestes foi anunciado. Álvaro Ventura chamou os demais dirigentes comunistas para a mesa nessa ordem: Diógenes Arruda Câmara, Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro de Araújo Pomar, Milton Caires de Brito, Ivan Ramos Ribeiro e Lindolfo Hill. Em seguida, chamou os demais membros do Comitê Nacional e seis suplentes: Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighella, Simão Alves, Amarílio Vasconcelos, Antônio Soares de Oliveira, Claudino José da Silva, Francisco Gomes, Armênio Guedes, Valdir Duarte, Vitorino Antunes e Iguatemi Ramos.

Pablo Neruda, que visitara também o estado da Bahia e logo depois do ato embarcaria de volta ao Chile, foi convidado para a mesa e recebido pelo público de pé, sob intensos aplausos. Ivan Ramos Ribeiro, chamado por Álvaro Ventura para secretariar os trabalhos juntamente com Milton Caires de Brito, anunciou: "O Partido Comunista do Brasil, reunido nessa sessão solene, de significação histórica para a sua vida, tem na presidência de honra a figura da grande lutadora antifascista Dolores Ibarruri, La Passionária." Era uma homenagem, segundo nota do PCB lida por ele, ao povo espanhol e ao Partido Comunista daquele país, que enfrentavam o jugo nazi-franquista. Com a lembrança, o Comitê Nacional do PCB demonstrava a admiração e simpatia a todos os combatentes antifascistas, dizia a nota. O Pleno seria transferido, no dia seguinte, para a sala de sessões do Clube de Engenharia e prosseguiria por mais cinco dias.

Boa parte do *Informe* de Prestes era dedicada à questão eleitoral, com destaque para a luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, segundo ele uma sugestão da Comissão Executiva. Prestes discursou sobre o tema no segundo dia do Pleno. À noite foram lidos

os *Informes* de organização — com o título "Forjemos um grande Partido Comunista" — por Diógenes Arruda Câmara; sindical e de massas, por João Amazonas; e de divulgação, por Maurício Grabois. Os documentos foram debatidos e, por proposta de Milton Caires de Brito, uma comissão formada por Pedro Pomar, Maurício Grabois, Prestes e Francisco Gomes se encarregou de redigir as resoluções. Pedro Pomar ocupou a tribuna para fazer considerações sobre todos os *Informes*.

No penúltimo dia da reunião, Arruda sugeriu que a direção do PCB e alguns convidados se reunissem em almoço de confraternização na Churrascaria Gaúcha, na Avenida Presidente Wilson, centro do Rio de Janeiro, para comemorar o sucesso do "Pleno da Vitória". Participaram quarenta e cinco comunistas. Agildo Barata e Francisco Gomes fizeram uma saudação a Prestes. Em seguida, o Cavaleiro da Esperança tomou a palavra e, empolgado, fez uma vibrante análise da história dos comunistas e da conjuntura. Enquanto falava, os que estavam na churrascaria deixavam as mesas para se aproximar dos comunistas. No final, recebeu cumprimentos do público, dos garçons e até do dono do estabelecimento.

O Pleno terminou no domingo à noite. Na sessão de encerramento, iniciada às vinte horas e trinta minutos, Pedro Pomar ocupou a mesa, ao lado de Prestes, onde também estavam Álvaro Ventura, Diógenes Arruda Câmara, Ivan Ramos Ribeiro, Maurício Grabois, Lindolfo Hill, Francisco Gomes, Jorge Hermes e Agostinho Dias de Oliveira. Álvaro Ventura, que presidia a sessão, passou a palavra a Ivan Ramos Ribeiro, que procedeu à leitura das seis propostas surgidas nos debates e sistematizadas pela Comissão de Redação. Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade. Novamente com a palavra, Ivan Ramos Ribeiro leu a proposta de Resolução final, também aprovada por unanimidade.

Pedro Pomar foi chamado por Álvaro Ventura para submeter a consideração e a debate dois telegramas — um para o presidente e ditador do Paraguai, general Higinio Morínigo Martínez, solicitando a libertação de presos políticos, e outro para o presidente da República, Getúlio Vargas. Pedro Pomar leu o texto que seria endereçado ao presidente brasileiro:

O Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, no ato de encerramento de sua primeira reunião pública plenária, em que foram tomadas resoluções que visam acelerar a nossa marcha pacífica para a democracia, vem reafirmar a v. excia. o seu apoio e aplausos às medidas de conteúdo democrático adotadas pelo governo, principalmente a partir do início deste ano.

O Comitê Nacional, traduzindo o sentimento de desinteresse geral de nosso povo pelas eleições presidenciais, não obstante as candidaturas apresentadas de dois ilustres generais de nossas gloriosas Forças Armadas, convencido de não ser esse o melhor caminho para a democratização do país, cumpre o dever de reclamar de v. excia. a reforma da Lei Constitucional número 9, a fim de colocar o problema da reconstitucionalização democrática da Nação nos seus verdadeiros termos, através de um decreto que convoque no menor prazo a Assembleia Constituinte, como a maneira mais acertada e segura de derrotarmos política e moralmente o fascismo e garantirmos, ampliarmos e consolidarmos o progresso e a democracia para nossa pátria.

O comitê Nacional aproveita ainda o ensejo para expressar a v. excia. a satisfação do Partido Comunista do Brasil pela terminação da guerra contra o militarismo nipônico, assinalando o início do período da paz duradoura para todos os povos.

Coube a Pedro Pomar também a leitura nominal dos membros da direção nacional: Comitê Nacional — efetivos e suplentes — e Comissão Executiva. Entre eles estava Francisco Manoel Chaves, negro, de origem camponesa, egresso da Marinha de Guerra, — onde sofreu preconceitos raciais — que participou da ANL e muito tempo depois, em 21 de setembro de 1972, morreria em combate na Guerrilha do Araguaia.

Entre aplausos, Pedro Pomar leu:

Membros efetivos:

Luiz Carlos Prestes
Álvaro Ventura
Diógenes Arruda Câmara
Maurício Grabois
João Amazonas
Ivan Ramos Ribeiro
Pedro de Araújo Pomar
Lindolfo Hill
Milton Caires de Brito
Jorge Herlein
Agostinho Dias de Oliveira
Simão Alves
José Francisco de Oliveira
Celso Cabral
Carlos Marighella
Amarílio Vasconcelos
Antônio Soares de Oliveira
Francisco Gomes
Claudino José da Silva
Domingos Marques
Mário Scott

Suplentes:

Abílio Fernandes
Vitorino Antunes
Francisco Manoel Chaves
Valdir Duarte
Armênio Guedes
Iguatemi Ramos
Fernando de Lacerda.

Comissão Executiva:

Luiz Carlos Prestes
Diógenes Arruda Câmara

Maurício Grabois
João Amazonas
Agostinho Dias de Oliveira
Pedro de Araújo Pomar
Francisco Gomes
Jorge Herlein
Lindolfo Hill.

Secretário-geral do Partido Comunista do Brasil:

Luiz Carlos Prestes

Tesoureiro:

Álvaro Ventura.

Ivan Ramos Ribeiro retomou a palavra para ler as mensagens que o Partido Comunista do Brasil enviaria aos chefes dos governos das cinco grandes potências que acabavam de submeter o militarismo japonês à aceitação da rendição incondicional. O texto era endereçado aos embaixadores no Brasil dos Estados Unidos, China, Inglaterra, França e a Mikhail Ivanovitch Kalinin, presidente do Soviete Supremo da União Soviética.

Álvaro Ventura, até então o secretário-geral do PCB, levantou-se e pronunciou uma frase curta, com a qual passou o cargo a Luiz Carlos Prestes. "Vou passar o cargo de secretário-geral do Partido Comunista do Brasil ao camarada Luiz Carlos Prestes, que vai usar da palavra", disse. O Cavaleiro da Esperança então pronunciou, de improviso, um longo discurso. Ao terminar, Álvaro Ventura anunciou que estava encerrado o primeiro Pleno do Comitê Nacional do PCB depois da Conferência da Mantiqueira.

***

O centro da Resolução aprovada foi a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita. "Rumo à Assembleia Constituinte!", era a palavra de ordem. A decisão estava fundada em uma extensa lista de assuntos que constava do *Informe* de Prestes, intitulado "Os comunistas na luta pela democracia", analisando desde os últimos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial até a vida interna do Partido. Uma das conclusões dava conta da necessidade de uma ampla campanha de massas, capaz de impedir que as forças contrárias à Constituinte se levantassem.

Graças à formidável coalizão democrática fora destruído militarmente o imperialismo germano-fascista, e os povos da Europa, livres, lançavam-se à grande tarefa de liquidar os restos do nazismo, ao esforço ingente de criar seus governos populares e com eles arrasar para todo o sempre a base econômica e social do fascismo, dizia o documento.

A palavra de ordem soviética de "Tudo para frente, tudo para a vitória" havia sido trocada por outras retratando a imensa tarefa de reconstruir o país e salvaguardar a paz mundial, lembrou o *Informe*. Naquela grande guerra pela libertação dos povos contra o banditismo nazista, pela civilização e pelo progresso da humanidade, distinguiram-se os comunistas no mundo inteiro, afirmou Prestes. Se o Exército Vermelho fora o principal

construtor da vitória militar, a arma potente sob a direção genial do "grande Stálin" que deu o golpe decisivo e definitivo na besta-fera nazista em seu próprio covil, igualmente glorioso foi o esforço dos povos europeus que, com os comunistas à frente, participaram do movimento de resistência à opressão nazi-fascista, asseverou.

O *Informe* também analisou a situação dos comunistas brasileiros, que podiam afirmar com consciência e orgulho que souberam, nos duros anos de guerra, ser dignos irmãos de seus irmãos comunistas do mundo inteiro. Lutaram sem desfalecimento contra o fascismo e tudo fizeram para participar com o povo da guerra mundial contra o nazismo, segundo o documento. Apoiaram sem vacilações a política de guerra do governo, afogando dores e ressentimentos pessoais, para colocar antes e acima de tudo a defesa da pátria ameaçada. Estavam em jogo os sagrados interesses do povo, da democracia, da civilização e do progresso da humanidade, registrou.

Segundo o *Informe* de Prestes, a vitória militar fora apenas o primeiro passo. O desafio que se apresentava era o de garantir a paz, liquidar definitivamente o nazi-fascismo e aplicar as diretrizes da Conferência de Yalta, também chamada de Conferência da Criméia — um conjunto de reuniões entre União Soviética, Inglaterra e Estados Unidos ocorridas de 4 a 11 de fevereiro de 1945 no Palácio Livadia, às margens do mar Negro, na Criméia. Aos comunistas do Brasil, cumpria observar atentamente o que ocorrera. A União Soviética fincou pé nas premissas da desmilitarização e da erradicação das bases sociais do nazi-fascismo. Com essa finalidade, a Conferência aprovou uma resolução criando a Organização das Nações Unidas (ONU), asseverou.

***

O "Pleno da Vitória" abriu uma nova etapa na vida dos comunistas, condição que fazia a agenda pressionar Pedro Pomar e Prestes. A Comissão Executiva preparara uma maratona. Desde o início de agosto, candidaturas do PCB estavam sendo apresentadas como representantes do programa baseado nas elaborações do *Informe* de Prestes. Elas deveriam buscar soluções para os grandes problemas nacionais esboçados nos comícios de São Januário e do Pacaembu, segundo a direção comunista. O *Programa Mínimo* expressava a negação de tudo que impedia o pleno desenvolvimento econômico e político, no sentido da democracia, conforme disse o dirigente comunista Francisco Gomes quando os primeiros candidatos do Rio de Janeiro foram apresentados em um ato político realizado em 5 de agosto de 1945 na Escola Nacional de Música.

Com sua identidade escancarada, Pedro Pomar fez palestras em reuniões, discursou em comícios e acompanhou Prestes em atividades partidárias. Tinham pressa porque uma agenda carregada os aguardava para cobrir o país com comícios e atos políticos que desfraldavam as bandeiras dos comunistas em defesa da Assembleia Nacional Constituinte e da democratização do país. Precisavam correr porque de outra forma as ameaças de retrocessos que ainda rondavam o mundo político poderiam se tornar realidade. Não queriam correr o risco de ver novamente um país em que comícios e discursos eram considerados crimes.

Ainda saíam das trevas do fascismo, das garras do Estado Novo, das leis monstruosas ditadas por sujeitos truculentos que faziam valer a autoridade com a pistola na cintura e o rifle na mão. Como lembrou o escritor Dalcídio Jurandir, em carta aos "amigos do Pará" lida no ato de abertura do Comitê Estadual do PCB no seu estado natal em 12 de

agosto de 1945, os comunistas apresentavam ao povo um novo tipo de luta, que se travava dentro da tranquilidade e da ordem determinada pela vitória da democracia, abrindo "uma nova época de desenvolvimento pacífico". Mas era preciso dormir com um olho fechado e outro aberto. Não faltavam os que queriam fazer de Getúlio Vargas uma peça decorativa naquele tabuleiro político, um presidente com tantos poderes quanto os das estátuas de Mathurin Moreau que adornavam o jardim do Palácio do Catete.

Segundo o PCB, em vez de fazer eleições para presidente da República, senadores e deputados com a estrutura da ditadura do Estado Novo, com a Constituição de 1937 ditando as regras, seria importante a convocação da Assembleia Nacional Constituinte que elaboraria uma nova Carta. Só depois da sua promulgação seriam realizadas as eleições. Nos comícios que pipocaram pelo país, promovidos pelos comunistas, essa tese foi amplamente divulgada. Nos principais deles, telegramas ao presidente da República eram aprovados com a reivindicação da convocação imediata da Constituinte.

Prestes, em entrevista coletiva concedida na sede estadual paulista do PCB, na Rua da Glória, em São Paulo, em 9 de setembro de 1945, comentou o assunto. "Entendemos que a realização de uma aparente transformação do regime com as anunciadas eleições presidenciais, para deputados e conselheiros federais, na vigência da Carta de 1937, instrumento que consideramos fascista, não é um passo efetivo para a democracia se os poderes governamentais tiverem de ser exercidos em função de uma Constituição sempre condenada pelo povo", disse. Segundo ele, para extinguir os remanescentes da grande conspiração destinada a estabelecer um mundo fascista seria necessário fazer uma limpeza, a adoção de muitas operações em larga escala.

Para os comunistas, segundo Prestes, a "operação em larga escala" consistia em mobilizar todas as camadas populares e indicar-lhes o caminho que poderia levar à vitória contra os "monstros totalitários". Um desses "monstros" era o general Eurico Gaspar Dutra, o ex-ministro da Guerra do Estado Novo, que saíra a campo para distribuir pedradas na proposta do PCB. Na entrevista, Prestes comentou a declaração do general de que combateria "as doutrinas exóticas e extremistas, contrárias à família e às religiões". Desejava crer que Dutra se referia ao fascismo, disse. O PCB ainda acenava para os candidatos militares, Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, com a bandeira branca na esperança de convencê-los a aderir à Constituinte. A proposta foi formalizada em telegramas pedindo que eles retirassem suas candidaturas.

O PCB desenvolvia uma política de aproximação da população, constituindo núcleos — os Comitês Populares — nos bairros para reivindicar o atendimento de necessidades básicas como transporte, obras públicas e redução do custo de vida. O mais importante naquele instante não era fincar pé, tentar convencer as autoridades a endossar os princípios socialistas. Interessava mais, a partir daquele ponto, recuperar as prerrogativas políticas que lhe haviam sido suspensas. A união nacional estava acima de tudo, passara a ser a causa principal dos comunistas naquela conjuntura.

A história havia ensinado, fazia pouco tempo, que a União Soviética escapara de ser pega no contrapé ao assinar o pacto com a Alemanha nazista. Pressionada pelas manobras inglesas e francesas, a pátria do socialismo nunca abandonou sua teoria. Resguardadas as contingências específicas, fizera como Galileu Galilei, que escapara da morte na fogueira ao desmentir sua firme certeza de que a Terra se movia em torno do

Sol. O PCB, em *Carta Pública* assinada pelo então secretário-geral Álvaro Ventura e mais catorze comunistas, pouco antes alertara que era preciso evitar a propagação da vaga de agitação e de desordem que levaria a um golpe militar fascista em evidente preparação. Ademais, o caminho para o socialismo passava por aquelas paradas obrigatórias.

Capítulo 9

Pedro Pomar e João Amazonas voltam ao Pará para serem candidatos. No Rio Grande do Sul, Pedro Pomar enfrenta a Mina do Leão.

1945

Pedro Pomar saiu ventando de São Paulo para ver se conseguia chegar a tempo de acompanhar a abertura da solenidade de instalação do Comitê Estadual do PCB no Pará, no Teatro da Paz, mas não deu. João Amazonas representou a direção nacional. Na carta de Dalcídio Jurandir, ele lembrou que Pedro Pomar e Amazonas eram os construtores dos alicerces do Partido naquele estado. "Alguns amigos meus a quem dirijo esta carta conhecem Pedro Pomar e João Amazonas Pedroso e sabem o que fizeram no Pará pelo povo, pela democracia, contra o fascismo, pelo esclarecimento e organização da classe operária, dentro das mais duras circunstâncias, como souberam ser fiéis e esclarecidos na sua luta. Em breve contarei a história desses admiráveis militantes", escreveu.

Não foi possível saber o que ele contou, e se contou, mas o certo é que Pedro Pomar, prevendo que não chegaria a tempo para a abertura, também enviou uma carta saudando a instalação do Comitê Estadual, lida no ato do lotado Teatro da Paz pelo operário Antônio Santos.

AO POVO DO PARÁ

Companheiros e companheiras do Partido Comunista do Brasil.

A instalação do nosso Partido, na heroica e tradicional terra paraense, é motivo de orgulho legítimo para todos nós, filhos da constante e abnegada luta dos brasileiros a favor da democracia, do progresso e da independência da pátria. Nosso Partido nasce para a vida legal no justo momento que, no mundo, em virtude da grande vitória militar sobre o nazismo, e na qual a FEB desempenhou um papel destacado — no justo momento em que as forças da liberdade e da democracia ganham triunfos decisivos. Nosso Partido surge no instante em que, na nossa pátria, a opinião popular cresce como onda irresistível, revelando o prestígio do Partido Comunista, fator poderoso da unidade e da ordem democrática.

Isso nos deve dar, principalmente, a clara visão de nossa situação de miséria, de desunião, de crise geral, crise de vergonha como chamam, mas que dizemos ser crise de produção, de liberdade, de garantias constitucionais, enfim, de falta de unidade, de falta de entendimento entre todos os homens e partidos democratas e progressistas do país, e, em particular, de nossa terra, para vencermos esse atraso e esse estado de coisa calamitoso em que nos encontramos.

O povo do Pará conta, de hoje em diante, com um partido de tipo diferente, que luta, efetivamente, pelos direitos da classe operária e de todas as camadas populares, um partido que pratica a democracia e luta por ela. Para os comunistas, especialmente para aqueles que, nessa boa e querida terra, sempre acreditaram nas virtudes antifascistas dos paraenses, a instalação do Partido Comunista, em nosso estado, constitui razão de imenso júbilo.

Com esse sentimento é que vos saúdo, camaradas, e, por vosso intermédio, a todo nosso povo, esperando que essa firmação de vontade democrática do nosso Partido continue a ser fortalecida e ajudada pela compreensão unitária de todas as correntes políticas que desejam, realmente, o bem-estar de nossa gente. Estou certo, finalmente, de que, em torno do nosso Comitê Nacional e de nosso líder Luiz Carlos Prestes, os comunistas paraenses manterão a mesma sagrada fidelidade aos interesses da classe operária e de todo o povo e lutarão, sem descanso, para unir os brasileiros, sem distinção, a fim de, através de eleições livres, marcharmos para uma Assembleia Constituinte e, desse modo, completarmos a derrota do fascismo, como a garantia e consolidação da democracia em nossa pátria.

Quando chegou, Pedro Pomar saudou com entusiasmo a direção local do PCB. Em entrevista ao correspondente da *Tribuna Popular*, ele disse que a instalação do Comitê Estadual representava uma conquista democrática do mais alto valor. "Todos nós, que militamos nas condições as mais difíceis, debaixo das perseguições do integralismo e da polícia, bem compreendemos a importância de podermos agora defender os interesses mais sagrados do nosso povo com mais força e facilidade", afirmou. "Para a classe operária, para o nosso povo, de cujas aspirações procuramos ser intérpretes, como no passado fizeram os cabanos e os líderes da Independência, da Abolição e da República, a instalação do Comitê Estadual do PCB no Pará representa uma conquista democrática do mais alto valor, conquista que ele saberá prezar e defender sem medir sacrifício, contra os remanescentes reacionários e fascistas que ainda tentam desunir os brasileiros", completou.

O papel de Catharina Pomar foi lembrado por Guiomarina Pereira, esposa de Dalcídio Jurandir, que militou no Pará de 1935 a 1941 e estava no Rio de Janeiro, em depoimento à *Tribuna Popular*. "Conheço muito bem, dos anos da dura ilegalidade em minha terra, o que foi a luta dos comunistas como Pedro Pomar, João Amazonas, Agostinho Oliveira, Costa, Alexandre, Catharina Pomar e todos aqueles que sempre estiveram ao lado do povo, enfrentando as infâmias integralistas e as perseguições da polícia", disse ela.

A estada de Pedro Pomar e de João Amazonas na terra natal serviu também para debater com a direção local a chapa de deputados federias pelo Pará. A proposta seria formalizada junto ao Comitê Nacional, com os seguintes nomes: Pedro de Araújo Pomar, João Amazonas Pedroso, Dalcídio Jurandir e Raimundo Manito.

Contudo, a candidatura de Amazonas seria transferida para o Rio de Janeiro. Segundo ele, Pedro Pomar "ponderou que não conseguiríamos eleger dois por lá". "Combinamos, então, que eu sairia pelo Distrito Federal, pois era ligado ao movimento sindical da época, e fui indicado candidato pelo Movimento Unificador dos Trabalhadores", contou. A distância e os afazeres em São Paulo não permitiram uma campanha ativa de

Pedro Pomar no Pará. Ainda assim, ele foi, disparado, o mais votado da chapa do PCB no estado, com 1.525 votos.

***

No dia 29 de agosto de 1945, Pedro Pomar já estava de volta a São Paulo para presidir a mesa do ato de posse do Comitê Municipal do PCB, e de apresentação dos candidatos a deputado federal. O comício do Pacaembu havia dado um forte impulso ao Partido no estado, que mostrou sua força na Conferência Municipal que reuniu uma massa considerável na nova e ampla sede no bairro do Brás. A posse ocorreu no Teatro Municipal, com as galerias repletas. O secretário político do Comitê Municipal, José Maria Crispim, fez uma intervenção sobre a conjuntura. Em seguida, Pedro Pomar chamou Milton Caires de Brito, do Comitê Estadual, para fazer a leitura dos nomes dos candidatos. Entre eles constavam Monteiro Lobato, Jorge Amado, José Maria Crispim e Mário Scott. O ato terminou com uma pomposa e variada apresentação de grupos culturais, comandada por Jorge Amado.

Dalcídio Jurandir conta que, em meados de setembro de 1945, quando se dirigia ao Paraná para representar a direção nacional na instalação do Comitê Estadual, passou por São Paulo e foi recebido por dirigentes locais, entre eles Jorge Amado. "Uma grande amiga corre para abraçar-me. É Catharina Pomar. Que alegria na sua voz e a recordo, no Pará, quando a via carregando papéis ilegais, quando foi jogada no chão pelo policial, quando levava horas e horas no Umarizal à espera que os policiais lhe trouxessem o companheiro", disse. Não mencionou o nome de Pedro Pomar.

Ele já estava em Porto Alegre, preparando um comício de Prestes na capital gaúcha. Poucos dias antes do evento, foi para o Rio de Janeiro e, na sede nacional do PCB, falou ao jornal *Tribuna Popular*. "Fui a Porto Alegre em missão especial da direção nacional do Partido, demorando-me ali doze dias. Volto entusiasmado com o que vi e senti na capital gaúcha, cujo espetáculo democrático pode ser contemplado, com igual intensidade, em todo o interior do Rio Grande do Sul, e, de modo particular, nos seus centros mais populosos", relatou. O comício seria realizado em 30 de setembro de 1945. "É intensa, em todo o estado, a expectativa sobre o 'Comício Rio Grande do Sul a Luiz Carlos Prestes", disse.

O entusiasmo, segundo Pedro Pomar, decorria do fato de Prestes ser considerado um dos mais queridos filhos do estado gaúcho e "líder amado do povo e do proletariado". "Homens, mulheres e jovens acorrem aos milhares às dezenas de comícios preparatórios ao grande *meeting* do Parque Farroupilha e a mobilização das massas obteve êxito absoluto", comentou. O nome de Prestes arrastava o povo "irresistivelmente para o caminho amplo e necessário da democracia".

A bandeira de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita tremulava bem alta também no extremo Sul do país, segundo Pedro Pomar. "A campanha pela Constituinte está praticamente vitoriosa no Rio Grande do Sul, afirmo-o com plena convicção", disse. "Por ela já se manifestaram as correntes de opinião e políticas mais ponderáveis no estado, como, por exemplo, a União Social Brasileira, a cuja frente se acha o senhor Alberto Pasqualini; entre outros democratas, os senhores Assis Brasil, fazendeiro, Portela Fagundes, médico e irmão de um dos heróis da Coluna Invicta, Júlio Teixeira", informou.

A instalação do MUT, organização sindical criada pelos comunistas sob a direção de Amazonas, em um ato solene no majestoso Teatro São Pedro, dois dias antes, era a comprovação de que "o proletariado do Rio Grande do Sul está imbuído de profundo espírito unitário".

***

Um fato, porém, o deixara preocupado. As minas de São Jerônimo, que estiveram sob intervenção do Exército em virtude dos reclamos do esforço de guerra, quando não faltou trabalho para nenhum mineiro, estavam anunciando a demissão de trezentos trabalhadores na Mina do Leão. Já cumpriam aviso prévio. Pedro Pomar se empenhou nas negociações com os proprietários para reverter a decisão. "Esses trezentos mineiros, com os membros de suas respectivas famílias, representam duas mil pessoas sem emprego", calculou.

A situação que se apresentava era aflitiva e clamorosa, disse ele. Segundo Pedro Pomar, os trabalhadores gaúchos — todos eles — achavam-se preocupados com a possibilidade de seus companheiros perderem o pão de cada dia. Como sustentar duas mil bocas sem trabalho? Onde encontrariam empregos aqueles trezentos mineiros? "Nesse sentido, aliás, os trabalhadores gaúchos formulam um justo apelo aos proprietários das minas de São Jerônimo e quero crer que o espírito unitário de classe, em movimento organizado e pacífico, poderá contribuir para a solução necessária à lamentável situação ora existente", apostou. A causa dos trezentos mineiros ameaçados de desemprego era, sobretudo, humana, disse ele.

O patronato local fez ouvidos moucos aos apelos de Pedro Pomar. Além das demissões, logo em seguida São Jerônimo e o município vizinho de Butiá presenciaram uma greve heroica, que atravessou meses e contou com ampla solidariedade de trabalhadores de todo o país. No final, foram conquistados alguns benefícios salariais na Justiça do Trabalho. O PCB tinha forte presença entre aqueles mineiros e acompanhou o protesto passo a passo. No comício de Prestes em Porto Alegre, os mineiros de São Jerônimo e Butiá presentearam o Cavaleiro da Esperança com uma das lanternas que eles usavam nas galerias onde trabalhavam.

Um dos comunistas que atuavam na região, Manoel Jover Telles, quando esteve no Rio de Janeiro para assistir ao Pleno do Comitê Nacional do PCB relatou as péssimas condições de vida dos mineiros gaúchos. Segundo ele, os salários eram miseráveis, as habitações deploráveis e as condições de trabalho as piores possíveis. "Basta dizer que quase todos os operários trabalham apenas de doze a quinze anos, findo o qual o mineiro é um homem inutilizado como profissional", informou.

***

Contudo, Pedro Pomar estava no estado em outra missão. Segundo ele, era crescente em todo o extremo Sul, como ocorria nos demais estados, o prestígio do Partido Comunista do Brasil. "No Rio Grande do Sul, como em todo o país, organizamos o proletariado e o povo para as suas campanhas cívicas e patrióticas, como a da Assembleia Constituinte, cada vez mais contribuindo para o fortalecimento da democracia em nossa pátria. Na luta esclarecida contra os remanescentes da quinta-coluna e do nazi-integralismo somos

um fator decisivo de ordem e tranquilidade, fiéis aos destinos históricos da nação e apelando apenas, democraticamente, para os grandes e sinceros sentimentos do nosso povo", afirmou.

Era uma conjuntura favorável à atuação dos comunistas, a julgar pela ênfase que Pedro Pomar deu ao falar do país. Somente a "união nacional, a ordem e a tranquilidade" poderiam dar conta de traçar os destinos da nação, comentou. "Como ainda ontem acentuava em seu discurso na Vila Militar o general Renato Paquet, o Partido Comunista do Brasil, ora ao lado do povo e de todos os verdadeiros democratas na grandiosa campanha pela convocação imediata da Assembleia Constituinte livremente eleita, tem contribuído e continuará contribuindo poderosamente para o progresso e a felicidade do nosso povo e da nossa pátria", asseverou. Não era de se estranhar, portanto, que o PCB aumentasse, dia a dia, seu prestígio no Rio Grande do Sul, na capital e em centros como Bagé, Livramento e Pelotas, disse ele.

Apesar dos ventos favoráveis, as condições eram particularmente críticas naquele estado, onde integrantes nazistas do clero pregavam calúnias contra os comunistas. Diziam que zelavam pelas coisas do céu, mas na Terra agiam como demônios. Chegaram ao ponto de ameaçar a vida dos que falavam em nome do PCB. "A violência e a desonestidade continuam sendo, como não podia deixar de ser, as armas prediletas desses remanescentes de Hitler e sua quinta-coluna. Em muitas cidades gaúchas, os integralistas se acham à frente da Liga Eleitoral Católica, aproveitando-se dessa situação para levar avante sua obra nefasta de desunião nacional, que é o caminho do desassossego, da intranquilidade, da desordem", relatou Pedro Pomar.

Não era só isso. O Satanás andava por lá, vivo em carne e osso, espalhando cizânia e difamando o PCB. Aparecia na forma de pseudorreligiosos católicos que abandonaram pais-nosso e ave-marias para fazer política com virulência. Estavam também nos partidos e na mídia. "Os reacionários e os integralistas dominam várias posições do Partido Social Democrático (PSD) no estado. O órgão do PSD, o *Correio da Noite*, deturpa a linha política do Partido Comunista do Brasil", disse Pedro Pomar. Fazia uma estúpida e caluniosa deturpação, como ocorreu com o telegrama de Prestes ao general Firmo Freire sugerindo a participação dos partidos nas comemorações da "Semana da Pátria", protestou.

O *Correio da Noite* e outros jornais manipularam e distorceram descaradamente a proposta de Prestes ao general Firmo Freire, presidente da "Comissão dos Festejos", de incluir na "Semana da Pátria" um dia dedicado aos partidos políticos, uma homenagem semelhante à que se fazia à juventude, aos militares e a outros segmentos. Uma nota do PCB classificou a reação dos jornais de "impatriotismo", caracterizando mais uma vez a sua posição fascistizante.

O jornal *Brasil-Portugal* chegou a ser processado por Prestes, na pessoa do seu diretor responsável, Viriato Dornelles Vargas — irmão do presidente Getúlio Vargas —, por ter divulgado o telegrama enviado ao general "adulterado, dolosamente, com intuito indisfarçável de injuriar o requerente, atraindo para si e seu Partido o desprezo público, ou, pelo menos, estabelecer dúvida e confusão no espírito do povo em relação à linha política do Partido Comunista do Brasil e de seu secretário-geral", conforme a petição assinada pelo advogado Sinval Palmeira.

O texto adulterado era o seguinte:

"Ao aproximar-se a data do início das comemorações da 'Semana da Pátria', num período em que os povos acabam de sair de uma justa guerra de libertação, contra o fascismo, para entrarem numa nova etapa de desenvolvimento pacífico, o Partido Comunista do Brasil compreende o alto alcance patriótico e democrático dessas comemorações e a elas dá o seu inteiro apoio.

Considerando que, para maior amplitude e repercussão dos festejos da "Semana da Pátria", é indispensável que todo o povo se mobilize, através das suas organizações, o Partido Comunista do Brasil encarece à sua excelência a importância de ser dedicado um dia da "Semana da Pátria" aos partidos políticos, da mesma maneira que se dedicam à juventude, às classes armadas e a todas as forças vivas da nação.

Comprometo-me a que o Partido Comunista levará à sua frente a bandeira nova que mandou fazer, com a foice e o martelo.

Isso iria reforçar a unidade do povo brasileiro, uma vez que aos partidos políticos cumpre a grande tarefa de indicar ao povo soluções para os magnos problemas da pátria. Ao mesmo tempo, todas as correntes políticas democráticas, inclusive o totalitarismo russo que eu quero aqui adotar, se congregariam, por cima de suas diferenças políticas e ideológicas, numa demonstração de espírito unitário, a fim de acelerar a marcha do país para a democracia e o progresso.

Viva o Exército Vermelho! Viva Stálin! Viva a santa Rússia!

Atenciosas saudações, Luiz Carlos Prestes, secretário-geral.

As adulterações eram grosseiras, forjadas acintosamente para forçar o descrédito do PCB. Segundo Pedro Pomar, o *Correio da Noite* também seria responsabilizado pelo Partido Comunista do Brasil perante a Justiça. Respeitasse o povo, informando-o honestamente sobre os acontecimentos políticos e os pronunciamentos públicos dos partidos e de seus dirigentes. Ele informou que, depois de Porto Alegre, já estavam programados comícios com Prestes em Belo Horizonte e Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.

***

Os comunistas corriam para acumular forças capazes de impedir um retrocesso no processo de democratização. Um sinal de que as coisas poderiam degringolar foi uma boataria que tomou conta do país a respeito de um suposto pronunciamento de generais contra a convocação da Constituinte. A *Folha Carioca* entrevistou o ministro da Guerra, general Góis Monteiro — que reassumira o cargo com a saída de Dutra para ser candidato a presidente da República —, que negou o fato enfaticamente. Não era a primeira vez que ele se pronunciava contra essa boataria, disse ele. "As contradições da política não interessam às Forças Armadas", sentenciou. O ambiente no país estava conturbado por declarações do embaixador dos Estados Unidos, Adolf Berle Júnior, na cidade de Petrópolis, contra a Constituinte e com pitacos anticomunistas.

O presidente Getúlio Vargas reforçou o desmentido. “A convocação da Constituinte é um direito do povo”, declarou ele em um comício realizado dia 3 de outubro de 1945 no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, promovido pelo Comitê pró-candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República — um movimento que ficou conhecido como “queremista”. “Quando a vontade do povo não é satisfeita, ficam sempre sementes de desordem e revolta”, disse o presidente.

Ao comentar a declaração de Vargas, Pedro Pomar disse que o governo sabia quais eram as aspirações da maioria da nação. “O povo saberá apoiar o governo no caminho da democracia”, destacou. Segundo ele, os reacionários tudo fariam para impedir a ampliação e a consolidação da democracia. “O Partido Comunista do Brasil, porém, reafirma sua serena orientação independente e ordeira, com mais um apelo à união nacional em torno da necessidade da convocação da Assembleia Constituinte”, disse.

Pedro Pomar entrevia naquela cortina de fumaça sinais de labaredas. Apelou para a formação de um governo de confiança nacional, “capaz não só de assegurar a ordem interna e a união nacional como também enfrentar os sérios problemas da carestia e da inflação, que servem como pretextos de desordem para os agentes reacionários do capital colonizador e monopolista”. Era o que restava naquele momento, disse ele com ênfase. Suas opiniões derivavam de um telegrama que enviara a Vargas, aplaudindo o “discurso democrático de 3 de outubro”. Em nome de Prestes, que percorria o estado do Rio Grande Sul em comícios pró-Constituinte, Pedro Pomar escreveu:

Exmo. Sr. Presidente da República, senhor Getúlio Dorneles Vargas.

Palácio Guanabara — Distrito federal

O Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil vem aplaudir o discurso democrático de V. Excia., ontem pronunciado, no qual, coerente com os últimos passos dados pelo governo, V. Excia. apoia e reconhece o anseio democrático crescente do povo brasileiro a favor da convocação de uma Assembleia Constituinte como melhor caminho para alcançar a democracia em nossa pátria. O Partido Comunista do Brasil, fiel à sua orientação unitária e patriótica, de ordem e tranquilidade, para derrotar os remanescentes do fascismo vem reafirmar a V. Excia. sua posição decidida em prol da modificação da Lei Constitucional nº 9 e a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte que a Nação reclama. O Partido Comunista do Brasil que tem suas forças empenhadas na conquista pacífica dessa conquista democrática se compromete a redobrar esforços, em ação comum com outras correntes políticas, entidades de classe e organizações populares pela mobilização cada vez maior do povo em apoio a mais esta justa medida do governo, que derrotará os reacionários, que procuram entravar a marcha da democracia no Brasil.

Atenciosas saudações

Pelo Secretário-geral

PEDRO POMAR

Somente os reacionários não defendiam a Constituinte, segundo se dizia depois do pronunciamento de Vargas. Entre eles existia uma gradação — desde alguns legalistas

mais realistas do que o rei do Conselho da Ordem dos Advogados Brasil (OAB), que aprovaram uma moção contra a proposta do PCB e do governo Vargas, até os desequilibrados integralistas que promoviam arruaças e violências contra o povo nos comícios. Nem a autoridade policial seria capaz de prevenir o pior. Temia-se que a qualquer momento os fascistas irrompessem em uma manifestação pública com o argumento do tiro e da faca.

***

A situação preocupava Pedro Pomar. As ações dos demônios vestidos de batina no Rio Grande do Sul, que o deixaram profundamente indignado, viraram café pequeno diante das cartas anônimas enviadas aos judeus com ameaças terroristas. Em uma nota publicada na *Tribuna Popular*, Pedro Pomar subiu o tom mais algumas oitavas. Os "arreganhos dos discípulos brasileiros de Goebbels" seriam uma demonstração de que o nazi-fascismo ainda estava longe de haver sido liquidado. A ofensiva punha em foco mais uma vez a questão dos judeus no Brasil e no mundo, escreveu Pedro Pomar. Existia realmente uma questão judaica no país? A entrada de judeus representava um problema?

Pedro Pomar respondeu a essas perguntas "pela negativa". "Mas é evidente que as forças reacionárias, mobilizadas e inspiradas pelo nazi-fascismo, tentam criar aqui um problema judaico", ponderou. Segundo ele, os fundamentos do antissemitismo e do racismo em geral consistiam em desviar a atenção do povo de seus problemas e de seus verdadeiros inimigos. Sabiam que os sentimentos do povo condenavam os grandes trustes e monopólios como causadores de guerra e de miséria e utilizavam isso procurando fazer crer que todo usurário e monopolista era judeu. Eram forças reacionárias antigas, que se apossaram do antissemitismo. "Por isso mesmo, o que verificamos no Brasil não é um problema judaico, mas um problema muito mais profundo, que é o da existência dessas forças reacionárias que se manifestam muitas vezes, como vimos, sob a forma do antissemitismo", afirmou.

Se as ameaças de violência antissemita impressionavam os ouvidos dos democratas, mais grave era a forma sutil e subterrânea com que atuavam os nazi-fascistas, destacou Pedro Pomar. Eles utilizavam a discriminação religiosa e racial para praticar a coerção moral. Passavam por cima da tradição das leis brasileiras, que não distinguia negros, brancos, católicos, protestantes, muçulmanos ou judeus, afirmou. Era uma igualdade empreendida tanto para os direitos quanto para os deveres. E a ninguém era dado dizer que os judeus brasileiros não cumpriam suas obrigações. "Para não ir mais longe, e para ficarmos somente no Brasil, basta lembrar que não foi pequeno o número de jovens judeus entre os nossos expedicionários — e lutaram com o mesmo denodo e com o mesmo patriotismo que os brasileiros de demais raças ou convicções religiosas", asseverou.

Aqueles que lutaram pela liberdade da sua pátria deveriam ter possibilidades de viver livres dentro dela, disse Pedro Pomar. "O que isso significa?", indagou. "Que os brasileiros judeus querem ser brasileiros, com os mesmos direitos mas também com os mesmos deveres, pois toda discriminação é antidemocrática, reacionária e injusta", escreveu. Havia ainda uma questão específica a ser considerada: a tradição e a cultura do povo judeu. Ninguém podia negar que a par das características religiosas havia certa unidade cultural e racial mantida inalterada através dos séculos. "Esse sentimento é a

herança da tradição e da cultura específica desse povo, cultura milenar que se manifesta principalmente por uma imensa literatura traduzida para quase todos os idiomas; de seus costumes e de suas festas religiosas", disse.

Segundo Pedro Pomar, a questão era a seguinte: cultuar suas tradições e seus ritos seculares, inclusive a própria língua, o *iídiche* ou o hebraico, podia tirar do judeu a característica de brasileiro, e, nesse caso, impedir que se integrasse na nacionalidade brasileira? Os fatos provavam que não. No Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na URSS, os judeus, conservando sua língua, seus usos e tradições, não deixaram de ser patriotas. "Aliás, esses direitos nunca lhe foram negados em nosso país, a não ser pela Constituição de 1937, não especificamente antissemita. Seu antissemitismo indireto era uma consequência da marcha ascendente das forças nazi-fascista em todo o mundo", escreveu.

Pedro Pomar encerrou a nota reiterando que o PCB defendia a união nacional como forma de liquidar os "restos do fascismo" para assegurar a todos os povos a autodeterminação e o fortalecimento da democracia. "Diante de tais tarefas, cabe a nós, comunistas, e a todos os cidadãos amigos da nossa pátria, juntar todas as nossas forças no sentido de obter do governo, no mais curto prazo, uma Assembleia Constituinte livremente eleita a fim de acelerar o processo de união nacional, penhor da democracia e da paz duradoura para o nosso povo e para todos os povos", concluiu.

***

Para fazer frente ao atrevimento dos nazi-fascistas, o PCB buscou mobilizar vários segmentos, inclusive o presidente da República. Telegramas foram enviados a Vargas denunciando a rearticulação dos integralistas sob a máscara da Cruzada Brasileira do Civismo. Na verdade, os comunistas enfrentavam uma batalha dura para manter em ação o projeto da Constituinte. Enquanto Prestes percorria o Rio Grande Sul e Minas Gerais, comícios de todos os tipos eram realizados pelo país afora.

A bandeira da Constituinte levantada pelo PCB já era segurada por uma ampla gama de partidos e entidades populares. Para articular todas as forças em torno desse projeto, os dirigentes comunistas se desdobravam. Diógenes Arruda Câmara estava em Pernambuco, divulgando a campanha da Constituinte e preparando a realização de um grande comício que seria realizado em 26 de novembro de 1945 no Parque Treze de Maio, no Recife. No gigantesco comício realizado no Largo da Carioca em 13 de outubro de 1945, um sábado, com início às 17h30, Maurício Grabois foi o principal orador.

Ele elogiou os largos passos do governo para a democracia, mas criticou o que considerou retrocessos na marcha democrática em que o Brasil estava empenhado. O alvo era um decreto de Getúlio que modificava a Lei Eleitoral, marcando eleições simultâneas para presidente da República, deputados e senadores. A lei também previa que os interventores outorgassem Constituições estaduais. "Sem dúvida, esse decreto está em profunda contradição com o discurso do senhor Getúlio Vargas pronunciado a 3 de outubro", denunciou.

Depois do comício, a massa marchou para o Palácio da Guanabara, a residência oficial da Presidência da República, onde contestou o decreto de Getúlio. O presidente

discursou denunciando que poderosos reacionários estavam contrários à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo Getúlio, ele não podia tomar decisões que aumentassem a intranquilidade que a luta política trouxera ao país. O assunto, afirmou, precisava ser encaminhado com sabedoria e prudência, ouvindo todos os partidos políticos, as classes trabalhadoras e produtoras, todas as forças organizadas, enfim, para que elas assumissem as responsabilidades por suas atitudes perante a opinião pública.

No comício de Belo Horizonte, Prestes também fez severa crítica ao decreto de Vargas. O discurso do presidente de 3 de outubro defendendo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte para consolidar a democracia estava em desacordo com o decreto, disse ele. Outro entreve ao avanço da democracia era a vigência da Constituição de 1937. A continuidade de Vargas na Presidência da República até o término da Assembleia Constituinte, como defendia o movimento "queremista", poderia ser uma garantia de que a velha Carta do Estado Novo não seria invocada para sufocar a democratização.

Mas as vacilações de Vargas preocupavam o PCB. Em Juiz de Fora Prestes voltou a falar do decreto sobre as Constituições estaduais e demorou-se na contestação ao que chamou de "golpes salvadores". "Apoiaremos o governo contra a desordem", proclamou. Tomasse cuidado a militância para evitar pretextos. Na *Tribuna Popular*, Maurício Grabois chegou a dizer que o Partido Comunista do Brasil não vacilaria em desmascarar os fomentadores de desordens e greves, que procuravam iludir as massas tentando "arrastar a mocidade das escolas para uma greve sem objetivo a fim de entravar a marcha para a democracia no país".

Mas, na falta de pretextos, os golpistas foram buscar argumentos fora das fronteiras brasileiras. Disseram que Vargas, à semelhança do que fazia Juan Domingos Perón, na Argentina — que se preparava para as eleições que deveriam ocorrer no começo do ano seguinte —, estaria aglutinando apoio dos trabalhadores, com a ajuda dos comunistas, para conquistar o poder nas eleições presidenciais.

Com esse e outros argumentos que tinham a consistência de uma bolha de sabão, os candidatos à sucessão, brigadeiro Eduardo Gomes — pela União Democrática Nacional (UDN) — e o general Eurico Gaspar Dutra — pelo Partido Social Democrático (PSD) —, convenceram seus sequazes militares, liderados pelo general Góis Monteiro, a deporem o presidente em 29 de outubro de 1945. Um gesto infeliz de Vargas, a tentativa de nomear seu irmão Benjamin Vargas como chefe da Polícia Federal, também dera motivo a falatório e atiçara a imaginação rota dos golpistas.

Para o PCB, segundo nota divulgada dia 3 de novembro, Vargas retrocedia na linha da democratização — como ocorrera com o decreto que autorizava a outorga de cartas constitucionais nos estados e as medidas policiais restringindo as liberdades a ponto de proibir comícios pró-Constituinte. A falta de base jurídica para sustentar um Estado de Direito, condição que seria alcançada somente quando o país tivesse nova Constituição, dava ao presidente poderes discricionários que ele utilizava naquele momento para restringir o progresso da democracia. Naquela conjuntura, o governo conservava em seu seio, ocupando postos importantes, reacionários conhecidos, fascistas impenitentes e notórios quinta-colunistas. Referia-se à articulação de forças que lançara os dois candidatos militares à Presidência da República.

Capítulo 10

Submetralhadora é encontrada na gaveta do diretor da *Tribuna Popular*. PCB testa a força dos golpistas.

1945

Pedro Pomar deveria ir correndo para a *Tribuna Popular*. O aviso viera no começo da manhã do dia 30 de outubro de 1945. Ao chegar, levou a mão à cabeça para expressar a desolação diante do cenário de destruição à sua frente. Na onda do golpe do dia anterior, os vândalos destruíram tudo o que puderam. Deveria tomar cuidado, no entanto, para não ser surpreendido pelos "tiras" que percorriam sedes do PCB e de jornais democráticos, sindicatos e Comitês Populares. Ele estava tomando pé da situação do jornal, que começara a circular em 22 de maio de 1945 e já era o carro-chefe de publicações espalhadas pelo país, puxando o plano de comunicação de massa apresentado por Maurício Grabois no Pleno de agosto de 1945, o "Pleno da Vitória".

Até então, a direção da *Tribuna Popular* era um coletivo integrado por Pedro Mota Lima — o diretor de redação —, Aydano do Couto Ferraz, Álvaro Moreira, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade, o poeta famoso. Pedro Pomar mal chegara e uma bomba quase explodiu em seu colo: um documento reservado enviado por um major da Diretoria de Material Bélico do Ministério da Guerra à Delegacia de Ordem Política e Social do Distrito Federal dizia que uma arma fora apreendida na sede do jornal.

Tendo sido apreendida pela 1ª Região Militar na noite de 29 de outubro uma submetralhadora calibre 45 M3 na sede do jornal Tribuna Popular, *solicito vossas diligências com a máxima urgência, a fim de esclarecer no Inquérito Policial Militar de que sou encarregado pelo Exmo. Sr. General Diretor do Material Bélico de quem o referido jornal obteve a arma em apreço.*

No depoimento de Álvaro Moreira a polícia registrou que a arma fora encontrada na gaveta da escrivaninha do diretor do jornal.

O declarante ignora o que se passou na redação da Tribuna Popular *durante a ocupação das forças militares, estando aquele local interditado a outras pessoas; que, pelo mesmo motivo, não teve qualquer notícia a respeito da arrecadação de uma submetralhadora em uma gaveta da escrivaninha do diretor do jornal.*

Não se sabe se de fato a arma estava lá, se foi plantada pela polícia ou se foi mais uma ficção do rol de manobras usadas para incriminar os comunistas. O que se sabe é que o assunto sumiu, sem nenhuma explicação. Nada fora apurado e ninguém responsabilizado.

***

No final de 1945, a família de Pedro Pomar estava de volta ao Rio de Janeiro, instalada em um apartamento no 13º andar do bloco C do edifício Zacatecas, na Rua das

Laranjeiras número 210, esquina com a Rua Pereira da Silva. Ele conseguiu o imóvel por intermédio do amigo e jornalista Aristóteles Moura, que estava alugado em nome de Antonio Gonçalves. O prédio era novo, bem situado e com uma bela vista da exuberante paisagem carioca. Pedro Pomar e a família ocuparam dois dos três quartos e cederam um terceiro para a moradia de João Amazonas — o Joãozinho, como os filhos de Pedro Pomar o conheciam —, considerado um membro da família. "Papai gostava muito dele, nós gostávamos muito dele", lembra Eduardo, o segundo filho de Pedro Pomar. "Os filhos, praticamente vi-os todos pequeninos ainda", disse Amazonas no depoimento ao jornal *Tribuna da Luta Operária*.

Hospitaleiro, Pedro Pomar recebia de bom grado companheiros que vinham de regiões longínquas, para os quais mostrava orgulhosamente detalhes da então capital da República. Um deles foi Jacob Gorender, voluntário da FEB que voltara ferido da Europa e ficara morando com ele durante o tratamento. Viera da Bahia, onde trabalhou como jornalista da revista *Seiva*, editada pelos comunistas locais. Estava sendo puxado para integrar o sistema de comunicação ramificado pelo país. Com ele, Pedro Pomar disse que aprendeu a mergulhar no universo da música clássica, uma de suas antigas predileções culturais. A proximidade da sede do PCB, facilitada pelo tráfego do bonde que circulava na Rua das Laranjeiras, lhe conferia mais tempo para a dedicação aos estudos.

Pedro Pomar estava interessado em ampliar os conhecimentos necessários aos novos tempos descortinados pela marcha do progresso social que se avizinhava. Durante o tempo da clandestinidade, quando amargara o pão que o diabo amassou, o estudo era sempre tolhido pelo corre-corre. O país vivia uma nova realidade, que exigia das forças políticas consequentes mais rigor na interpretação dos fatos. Às vezes ele até ralhava com os comunistas que, de acordo com a sua visão, não compreendiam bem o que estava em jogo naquele momento crítico.

Eloy Martins, um sincero e modesto líder sindical que pertencia à direção do PCB no Rio Grande do Sul, conta que quando Pedro Pomar esteve no estado preparando o comício de Prestes foi repreendido por ele em uma reunião ao defender a "ditadura do proletariado". Não era hora de falar daquele conceito, um despautério em um momento de luta pela união nacional. Eloy Martins tentou se justificar, dizendo que sua defesa estava fundada na teoria de Marx, e foi retrucado: "Qual Marques?", disse Pedro Pomar com ironia e rudeza, dando o assunto por encerrado.

Segundo os procedimentos do PCB, a ação política para conquistar a Assembleia Nacional Constituinte deveria passar por questões bem pragmáticas. A ninguém era dado o direito de se aferrar a princípios dogmaticamente e esquecer que enfrentavam um inimigo poderoso. Quando amanheceu o dia 30 de outubro, esse inimigo mostrou a cara e as garras. Assim como os raios do sol, surgiram e se espalharam notícias dando conta que o embaixador dos Estados Unidos, Adolf Berle Júnior, havia pressionado pelo golpe do dia anterior. Em nota de 3 de novembro, o PCB disse que a situação levava "a nação ao risco iminente da guerra civil, do terrível e desnecessário derramamento de sangue de seus filhos, que só não aconteceu devido à atitude firme e consequente do nosso Partido e de outras forças populares".

Pedro Pomar afirmou que o golpe, aparentemente dirigido contra Vargas, foi na verdade contra o PCB. Era uma ação que revelava a origem de classe do presidente, seu

desprezo pelo povo, a traição que mais uma vez cometia contra as massas que nele confiavam. Tanto os generais golpistas quanto Vargas quiseram atingir um duplo objetivo. Os golpistas, ao mesmo tempo em que sonhavam com uma nova ditadura pretendiam liquidar o PCB com um banho de sangue sobre o movimento operário nascente. Segundo Pedro Pomar, Vargas teve também as suas pretensões: voltar ao poder depois de provar aos adversários que seria impossível governar sem ele, mas antes esmagando o proletariado e seu Partido de vanguarda por meio de provocações grevistas tentadas por seus agentes.

Tantos os golpistas quanto Vargas viram seus sonhos desfeitos, disse Pedro Pomar. A democracia estava em ascensão e as grandes massas ficaram alertadas pelo trabalho de educação política em seis meses de legalidade dos comunistas. "Não assumimos nenhum compromisso formal ou secreto com Vargas. Apenas, em 1945, o movimento operário e democrático que defendíamos coincidia com as políticas de Vargas", afirmou. "Seguíamos uma estrada paralela e por isso nos encontramos lutando em determinado instante pelos mesmos objetivos, sem fazer pacto algum", esclareceu.

O PCB, contudo, cumpriu seu dever revolucionário ao desmascarar o conteúdo do golpe desferido contra Vargas e estaria disposto a lutar a seu lado em defesa da ordem, se este não tivesse se entregado, com medo do povo, segundo Pedro Pomar. "Durante o ano de 1945, tivemos oportunidade de mostrar a verdadeira face reacionária dos dirigentes das duas correntes políticas que pretendiam impor a todos os democratas, no problema da sucessão presidencial, o dilema Dutra-Brigadeiro", disse. "Pusemos abaixo igualmente a máscara dos falsos democratas, cuja fraseologia encobria o caráter da política capitulacionista e seguidista que desejava amarrar o proletariado e seu Partido ao cabo da reação e do fascismo", completou.

Diógenes Arruda Câmara conta que o golpe foi preparado depois de um célebre discurso do senhor Adolf Berle Júnior em Petrópolis, Rio de Janeiro, dizendo que o comunismo era um perigo, que estava avassalando o Brasil, e deixando a entender que Getúlio Vargas fazia demasiadas concessões aos comunistas. "Nós procuramos estabelecer um contato, e teve entendimentos antes do golpe dado contra ele em 1945. Dissemos: vamos à greve geral, vamos levantar as Forças Armadas! Nós tínhamos muita força, principalmente no Exército. E o Vargas disse: Prefiro renunciar e ir embora a fazer uma guerra civil. Porque começa comigo e vai terminar nas mãos dos comunistas. E o Vargas foi embora para a sua fazenda lá em São Borja e não quis enfrentar os golpistas no terreno que deviam ser enfrentados — através de uma greve geral, paralisando toda a vida do país, e através da luta armada. Porque os golpistas eram fracos. Quem tinha força nas Forças Armadas de fato era o Getúlio, naquele tempo, e os comunistas, o nosso Partido. E Getúlio não quis enfrentar a luta no terreno que era possível para garantir o processo democrático", disse ele.

Prestes também falou que Getúlio Vargas não resistiu porque não quis. "No dia 29 de outubro, quando os tanques marchavam para depô-lo, por ordens do general Góis Monteiro, eu estava com o general Estillac Leal e o coronel Osvino Ferreira Alves. Nós mandamos um recado para ele: 'Resista, porque alguns tanques vão virar os canhões contra o Álcio Souto, comandante das tropas. E a massa vai lhe apoiar.' Mas ele preferiu ficar sentado de charuto na mão, esperando ordens para ir para a casa. Foi o mesmo caso de Perón, na Argentina: o povo clamava por armas para defendê-lo, em frente à Casa Rosada, mas ele preferiu fugir e abrigar-se num navio de guerra do

Paraguai. Não foi para evitar derramamento de sangue que Getúlio deixou de resistir. Ele preferiu agir assim, pois compreendeu que, no choque, o nosso Partido cresceria muito. Preferiu optar pela defesa dos seus interesses de classe. Assim, ele e Perón acabaram agindo de forma semelhante: capitularam em defesa dos interesses de classe."

***

Ao PCB, restava juntar os cacos e seguir em frente. Prosseguiu em sua luta pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte e pela união nacional. Nas eleições de 2 de dezembro, fazia questão de participar como candidato próprio à Presidência da República porque as duas candidaturas militares, as do general Eurico Gaspar Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes, eram da mesma laia e suas propostas pouco se diferenciavam dos ideais do Estado Novo.

Pouco depois, em 10 de novembro de 1945, uma nova nota aplaudiu o presidente José Linhares, que substituíra Vargas, pelos "atos positivos e as manifestações de caráter democrático". Decretos foram revogados. Artigos autoritários da Constituição foram suprimidos. E as Constituições estaduais outorgadas pelos interventores foram derrogadas. O tom era bem mais ameno do que o da nota anterior, que analisara os fatos quando os militares golpistas ameaçavam soltar o Diabo na procissão com o intuito de interromper a marcha da democracia.

Na verdade, as forças dos golpistas não permitiram que eles fossem além da deposição de Vargas. Tanto que no mesmo dia 10 de novembro de 1945 o PCB obteve o registro como partido apto a participar das eleições. Dois dias depois, o governo transformava em lei a reivindicação de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A notícia se espalhou rapidamente pelo país e foi festejada efusivamente. No Rio de Janeiro, o Comitê Metropolitano do PCB correu para preparar um "comício monstro" no mesmo dia, no Largo da Carioca. O povo seria convocado por rádio para congratular-se com o governo pela decretação da Constituinte.

Todos os compromissos dos comunistas assumidos anteriormente foram transferidos para dar lugar aos preparativos das comemorações. A solenidade de apresentação dos candidatos do PCB, anteriormente marcada para aquele dia na Escola Nacional de Música, transformou-se em apresentação da plataforma dos comunistas para a Constituinte. A decisão do presidente se deu na forma de promulgação da Emenda Constitucional número 13, que delegava poderes constituintes aos parlamentares que seriam eleitos em 2 de dezembro.

***

A campanha eleitoral dos comunistas entrava na fase decisiva com essa conquista considerada decisiva. Prestes anunciou Yedo Fiúza, engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis, como candidato à Presidência da República em comícios realizados em várias cidades e explicou, por meio de um *Manifesto*, que a escolha daquele candidato não comunista era um gesto claro de desprendimento em busca da união nacional. Condenou o "golpe reacionário" de 29 de outubro e fez nova conclamação à unidade em torno das propostas do PCB de reforma agrária, da Constituinte e de apoio às Nações Unidas — o *Programa Mínimo de União Nacional* dos comunistas.

Segundo Pedro Pomar, a candidatura civil de Fiúza era o ponto central do processo de luta dos comunistas pela união nacional. Em torno dela era preciso conjugar os esforços das mais amplas camadas do povo para fazer o grandioso movimento popular que se formou no país desembocar na formação da frente comum para a consolidação da democracia. "Está aberta para o nosso povo a grande oportunidade de derrotar de uma vez para sempre a quinta-coluna nazi-integralista e todos os reacionários que lhe dão apoio", escreveu ele na *Tribuna Popular*.

A eleição de Fiúza, disse Pedro Pomar, seria a garantia de soberania da Assembleia Nacional Constituinte, ameaçada pela vigência da Constituição de 1937, e de que as armas da nação não seriam usadas quando esta, pelas suas organizações sindicais ou políticas, lhe endereçassem qualquer crítica. Existia — segundo Pedro Pomar — a ameaça real do trabalho antidemocrático dos inimigos do progresso e da emancipação nacional com o reaparecimento do integralismo fantasiado como Partido da Representação Popular. Os fascistas brasileiros não só estavam reorganizados como apoiavam ostensivamente o candidato Eurico Gaspar Dutra, que afirmava demagogicamente defender os princípios democráticos caso fosse eleito, alertou Pedro Pomar.

Havia, disse ele, fatores objetivos para o ressurgimento do integralismo, apesar da vigilância e do ódio do povo após a guerra de libertação, a luta antifascista na Segunda Guerra Mundial, e da volta triunfal dos soldados que combateram na Europa pela Força Expedicionária Brasileira. A origem intolerável daquele ataque à paz interna e aos sentimentos democráticos e antifascistas, à memória dos mortos brasileiros nas batalhas contra a tirania de Hitler, segundo Pedro Pomar, estava nos grupos que sustentavam o integralismo dentro e fora do país. Era sabido que a "reação interna" estava temerosa com o ascenso democrático, afirmou. Ela via com maus olhos, irritada mesmo, quase com furor e desespero, a classe operária participar da luta política e portar-se de acordo com o papel de vanguarda que lhe cabia na história, avaliou.

A base de apoio ao integralismo a que se referia Pedro Pomar eram as grandes empresas ligadas ao capital monopolista colonizador e seus agentes internos, aliados aos grandes proprietários de terra, que viam qualquer desenvolvimento progressista no país como "comunismo". Queriam conservar a situação do Brasil como no tempo dos senhores de engenho, com escravos e privilégios oligárquicos. Pedro Pomar disse ainda que certos setores reacionários do alto clero faziam parte da base de apoio ao integralismo porque viam com profunda desconfiança para seus interesses a cultura do povo e o rápido crescimento de uma consciência política esclarecida nas grandes massas.

Havia, disse Pedro Pomar, um "medo animal" desses setores em relação ao Partido Comunista do Brasil e ao seu líder, Luiz Carlos Prestes. Eles conspiravam contra os comunistas, avaliou, e pensavam até em eliminar fisicamente o secretário-geral do PCB, na ingenuidade do primarismo político do qual ainda adoeciam os reacionários brasileiros: "Liquidem Prestes e o comunismo morrerá!"

Os comunistas deveriam estar prevenidos contra essas ameaças e atuar isentos de ilusões, comentou Pedro Pomar. "É por termos a convicção de que o integralismo é alimentado por essa gente que chamamos a atenção de todos, patriotas e democratas, a fim de que reforcem sua unidade e aumentem a vigilância, porque estas não têm sido suficientes fortes para barrar a conspiração reacionária que visa colocar a reboque dos

grandes trustes reacionários, que quer à viva força, por meio de novos candidatos a Franco, pela violência, pela desordem, pela fraude e pelas mais deslavadas provocações impedir a marcha pacífica do nosso povo pelo luminoso caminho da unidade, da democracia e do progresso", escreveu.

***

Em outro artigo, Pedro Pomar explicou que as propostas do *Programa Mínimo de União Nacional* não constituíam simplesmente um ponto alto da ação política e doutrinária do PCB. Efetivamente, disse ele, o movimento democrático brasileiro tinha então uma bandeira em torno da qual podiam reunir-se todas as correntes e pessoas progressistas a fim de garantir, ampliar e consolidar a democracia. O conteúdo do *Programa*, destacou, obedecia a uma linha política ajustada à realidade nacional e condizia absolutamente com a interpretação histórica que os comunistas faziam das condições objetivas brasileiras. Para ele, as propostas do PCB correspondiam à composição de forças sociais e políticas que almejavam para o Brasil um clima de liberdade capaz de fazê-lo atingir com rapidez o nível dos países mais adiantados, o grau de civilização que o século 20 estava exigindo das potencialidades materiais do país e das grandes reservas e energias morais e intelectuais do povo brasileiro.

O PCB, segundo Pedro Pomar, encarava aquela etapa de desenvolvimento econômico do Brasil como agrária e de emancipação nacional na sua essência e democrático-burguesa pela sua forma política. O avanço social do país, entretanto, não estava condicionado somente ao papel que seria desempenhado pela classe operária, comentou, agregando que à burguesia nacional e aos capitalistas mais esclarecidos cabia também o dever de participar do movimento, de formar no grande bloco unitário com uma preponderância à altura de sua compreensão e do seu trabalho. Com esses dados, disse Pedro Pomar, não haveria como fugir da constatação de que o *Programa Mínimo de União Nacional* atendia perfeitamente aos interesses de todas as classes e camadas progressistas da sociedade brasileira.

Pedro Pomar separou bem os campos que iriam para a disputa eleitoral em 2 de dezembro de 1945. Segundo ele, de um lado estava grande parte da burguesia inconsequente, vacilante e cheia de concessões aos reacionários, os quais tinham sua base social nos interesses mais estranhos e antinacionais; e, de outro, os que lutavam com abnegação pela união dos brasileiros. Só um poderoso movimento de massas, autenticamente popular, poderia levar todas as forças sociais e políticas do Brasil a coordenarem esforços com o objetivo de efetivar a independência nacional. Essa era a missão do *Programa Mínimo de União Nacional*. "Fiéis até à morte aos princípios democráticos, os comunistas o defenderão e o cumprirão com a firmeza proletária de que já deram prova durante vinte e três anos de duras lutas na ilegalidade", escreveu.

Capítulo 11

Qual o papel que cumpria à classe operária? O de propulsora do movimento de unidade nacional.

1945

Compareceram às urnas em 2 de dezembro de 1945 cerca de seis milhões de eleitores. O candidato do PCB, apesar da campanha curtíssima, obteve 569.818 votos, 9,7% do total de votantes. Em primeiro lugar ficou o general Eurico Gaspar Dutra, com 55%. Em segundo, Eduardo Gomes, com 35%. Os comunistas elegeram catorze deputados federais e um senador (Prestes), além de cento e nove suplentes.

Para Pedro Pomar, o bom resultado eleitoral do PCB refletia os acertos da linha política adotada desde que os comunistas ingressaram em uma nova fase quando o Estado Novo começou a combalir. Desde que foram adotadas medidas para organizar o movimento de massas para a conquista da democracia e da independência, o PCB vinha provando que havia um campo aberto à frente do processo de democratização do país — um cenário bem distinto daquele do período em que o mundo se viu sob a ameaça de ser asfixiado pelo manto nazi-fascista tecido por Adolf Hitler e seus comparsas.

Em artigo publicado na *Tribuna Popular* de 19 de dezembro 1945, intitulado "O parlamento, símbolo da nova democracia", Pedro Pomar lembrou que "o ascenso do fascismo no mundo, como no Brasil, foi precedido de um longo e pertinaz trabalho de desmoralização da democracia, dos direitos democráticos mais elementares, das formas de representação política que tinham nos países democráticos capitalistas uma alta significação, como, por exemplo, na Franca, na Inglaterra e nos Estados Unidos".

Na França, onde o parlamentarismo adquiriu certa solidez, o fascismo desferiu golpes rudes na democracia, aproveitando-se da corrupção política, da degenerescência das classes dirigentes e de outros fatores negativos daquele regime político, registrou. Segundo Pedro Pomar, "os defeitos da democracia francesa foram, sem dúvida, um campo fácil para a ação quinta-colunista de debilitamento da defesa do povo francês, em virtude de suas forças mais vivas, as da classe operaria, no tempo da queda da França, terem sido consideradas fora da lei pelo mesmo parlamento que haveria de entregar a França a Petáin (líder do regime colaboracionista de Vichi instalado na França durante a Segunda Guerra Mundial) e a Laval (Pierre Laval, outro colaboracionista francês), e, em consequência, a Hitler".

Ao rememorar aqueles acontecimentos, Pedro Pomar lembrou que não era a primeira vez que a classe dominante francesa traía o parlamento democrático em beneficio dos seus interesses egoístas. Antes já o fizera, justificando os ensinamentos de Marx: quando os negócios para a burguesia vão bem, ela acha que o parlamento é um estorvo porque não a deixa prosperar sem limites e sem barulho; e quando os negócios vão mal, o parlamento também é o responsável, porque "fala" muito, comentou. "Também podemos considerar, como diz o grande Stálin, que a vitória do fascismo não foi somente um índice da debilidade das forças democráticas, de sua falta de unidade, mas também a prova de que a reação desprezava as formas parlamentares de governo por outras mais fortes, pelas quais pudesse manter o povo mais submisso, sob o feroz domínio da polícia e da ditadura terrorista dos piores criminosos e bandidos que a sociedade engendra. Debilidade da burguesia, portanto", escreveu.

Segundo Pedro Pomar, a tradição no Brasil, infelizmente, nesse particular, não favorecia, pelo menos nos últimos anos, a vida parlamentar. Ele usou como exemplo a Constituinte de 1933, que prolongou seu mandato e transformou-se em parlamento ordinário, tornando-se de tal maneira desmoralizada que o golpe de 10 de novembro de

1937 dissolveu-a com uma simples patrulha de soldados, sem a menor resistência. “Para isso contribuíram, sem dúvida, os próprios mandatários do povo, que não ofereceram a menor oposição à conspiração reacionária e nazi-integralista contra a democracia, conspiração que vinha de alguns anos antes e contra a qual o povo combatera de armas na mão nos gloriosos dias de 1935”, afirmou.

O Plano Cohen, coroamento cínico do golpe, segundo Pedro Pomar, foi aceito quando todos sabiam de antemão que ele era falso. E, depois, a realidade encarregou-se de mostrar que a “salvação” da democracia foi o inicio da fase mais cruel da vida política nacional, durante a qual se perpetraram os maiores atentados contra os direitos do povo, e mais benefícios foram concedidos aos seus inimigos, aos tubarões, aos grandes magnatas do capital nacional e estrangeiro, asseverou. “O nosso povo, quando nada, aprendeu que não se defende a democracia perseguindo o partido dos trabalhadores, o Partido Comunista”, ponderou. “Daí, vivermos os dias de hoje, dias de grande significado para a democracia, dias que nos devolvem uma compreensão nova sobre a importância do parlamento democrático, dias em que a democracia ganhou uma expressão mais popular.”

Aquelas considerações — avaliou Pedro Pomar — eram fundamentais para a compreensão de que o parlamento eleito em 1945 fora resultado de um período histórico, “que trazia para o Brasil perspectivas de renovação progressiva, que colocava o problema do desenvolvimento do pais sob condições diferentes daquelas em que a democracia sofria as arremetidas da reação e fazia concessões que culminaram na grande guerra mundial dos povos pela liberdade”. “E para a democracia poder efetivamente criar sua base social, uma sólida defesa e desenvolver-se, faz-se mister tornar o parlamento num instrumento de combate, de liquidação dos remanescentes quinta-colunistas, de extirpação dos restos feudais, de revisão dos contratos lesivos ao interesse nacional. A nossa democracia, para avançar, para ser uma força invencível, deve usar o parlamento como construtor de uma Constituição inteiramente limpa de tudo aquilo que possa impedir a nossa libertação da miséria, do analfabetismo e da opressão.”

Pedro Pomar voltou ao tema central da sua avaliação sobre os êxitos dos comunistas naquele momento: a participação popular. Segundo ele, sem a mobilização do povo o futuro parlamento Constituinte não cumpriria sua missão: a estruturação democrática e progressista do Estado. O parlamento seria apenas uma das formas que o povo tinha para lutar pela democracia, comentou. “Mas, utilizando essa forma de luta, o povo não deve deixar de lutar em suas organizações-sindicatos, comitês, clubes e centros associativos”, afirmou, asseverando que “sem um largo e ativo apoio de massas, sem as manifestações mais positivas em torno do seu crescente anseio por melhorias econômicas, políticas e sociais, não teremos respeitada a soberania do novo parlamento nem este terá poderes suficientes para legislar em beneficio do povo, do seu bem-estar, de sua cultura e do seu progresso”.

Havia, contudo, o outro lado da moeda. Pedro Pomar salientou que a responsabilidade dos representantes populares na Constituinte residia em não fazer do parlamento uma casa de frases sonoras, mas um centro mobilizador, organizador e educador das amplas massas para a democracia, para a atividade política, para o despertar da consciência do luta do povo brasileiro pelos seus direitos. “O povo brasileiro, que vem conquistando vitórias decisivas na sua marcha para a unidade, o progresso e a democracia, deve fazer

dessas conquistas pontos de apoio para continuar avançando com o propósito do torná-las duradouras e cada vez mais aperfeiçoadas. Saibamos, portanto, defender o parlamento democrático, símbolo da nova democracia que surge para o mundo e fruto de nosso esforço comum na guerra e de nossa ação enérgica, constante e unida na paz", concluiu.

***

Pedro Pomar entendia aquele momento como um ponto de inflexão na tática dos comunistas para reforçar a união nacional, condição básica para a consecução do *Programa Mínimo*. Segundo ele, havia uma crescente compreensão do povo sobre a necessidade da elevação do nível material, político e cultural do país, conforme escreveu na *Tribuna Popular* em 23 de dezembro de 1945, no artigo intitulado "O Partido Comunista e a união nacional". Ele alinhavou a adequação da tática do PCB, tendo como pano de fundo a nova realidade brasileira e internacional, em três pontos básicos: a aglutinação de forças no campo democrático, o combate aos remanescentes do fascismo e o fortalecimento do Partido Comunista do Brasil.

A questão era saber com quem os comunistas poderiam contar para alcançar aqueles objetivos progressistas, ponderou. A tática do Partido Comunista do Brasil de "desmascarar muitos traidores e oportunistas" que passavam "por homens de esquerda e democratas avançados", causando confusão sobre a união nacional, fez crescer o interesse por aquele movimento, avaliou. "E os resultados das eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Constituinte, além de ter trazido para o movimento de união nacional extensas camadas de nosso povo, revelam que o mesmo toma aspecto cada vez mais claro e definido, agrupando as forças da democracia para a realização de um *Programa Mínimo* de reivindicações que o povo quer ver cumprido sem demora e para o qual tem demonstrado ser capaz de lutar sem desfalecimentos", destacou.

Segundo o modo de ver dos comunistas, escreveu Pedro Pomar, as questões fundamentais que deveriam ser resolvidas naquele momento eram a da "democracia burguesa", no campo político, e, no campo econômico, a da emancipação nacional e a da reforma agrária. "Por conseguinte, a nossa revolução democrática se processa nos marcos capitalistas, mas dentro de um quadro mundial em que as forças da regressão foram vencidas militarmente e as forças do progresso têm condições para avançar pacificamente, porém de modo firme, visando à consolidação da unidade das três grandes potências democráticas — duas capitalistas (Estados Unidos e Inglaterra) e uma socialista (União Soviética) — na base, naturalmente, da união das forças democráticas e progressistas em cada país, a fim de que sejam liquidados os remanescentes fascistas que ameaçam a paz e a liberdade dos povos."

Isto posto — segundo ele —, ficava evidente que para resolver as principais reivindicações de ordem progressista, para que o Brasil se tornasse realmente um país independente, livre de grandes trustes estrangeiros, capaz de possuir um alto padrão de vida, para poder defender de fato sua soberania, era preciso encontrar a forma política adequada. "Pois é politicamente que daremos saída para os complexos problemas nacionais e para a crise política atual", enfatizou. A união nacional seria, portanto, a forma política para a marcha decidida do progresso. "Ela não é uma finalidade, mas um

processo, que se renova e se consolida à medida que a própria democracia se amplia e se reforma."

Segundo Pedro Pomar, a união nacional seria o único meio para o país conquistar sua independência, o progresso e a democracia, um instrumento de luta que seria forjado no próprio calor do movimento de massas, no curso da mobilização popular. "Ninguém pense, portanto, que a união nacional pode ser feita por simples arranjos formais entre grupos ou mesmo acordos por cima, pela cúpula", ressalvou. Ela só poderia merecer esse nome quando abarcasse as mais vastas camadas da população do país, quando fosse um movimento que contasse com o apoio dos mais variados tipos de organizações populares, e que estas fossem efetivamente organizações representativas e não nominais.

A melhor prova de que a união nacional era um processo, um movimento que se avolumava e se renovava estava no rápido retrospecto de sua formação, avaliou Pedro Pomar. "No tempo da agressão nazista, a união nacional tornou-se um imperativo para a defesa nacional, quer dizer, tinha como seu objetivo central a derrota de Hitler. Agora, depois da vitória sobre o nazi-fascismo, o objetivo da união nacional é vencer o fascismo no território político e moral, é arrancar sua base social, que é o monopólio da terra, é garantir a paz através da ampliação e da consolidação da democracia", explicou.

A missão dos comunistas, asseverou, era analisar com quais forças e elementos aquele movimento seria construído. "Na guerra, a união nacional comportava a participação de todas as classes e camadas sociais, de todas as forças políticas que estivessem, como estavam, na verdade, interessadas na manutenção da integridade territorial do Brasil e na sua sobrevivência nacional. Na paz, neste pós-guerra no qual precisamos edificar um mundo melhor, a união nacional impõe-se para eliminar as causas que geram a reação e o fascismo, para evitar que os direitos à existência independente dos povos sejam ameaçados por novos agressores. A união nacional, portanto, compor-se-á de todas as forças democráticas e progressistas, de todos os partidos interessados em acabar com o monopólio da terra, com a dominação do capital estrangeiro colonizador, com o restos dos bandos traidores que se colocaram a serviço de Hitler."

Segundo Pedro Pomar, na união nacional deveriam estar a burguesia não comprometida com o capital financeiro colonizador, industriais, comerciantes e banqueiros; a parte burguesa da sociedade que desejava a criação de um amplo mercado interno, por meio da liquidação das reminiscências feudais; os fazendeiros progressistas; os arrendatários capitalistas da terra mais ou menos independentes, como os sitiantes, colonos e a grande massa de trabalhadores do campo; com a pequena burguesia da cidade, pequenos proprietários e outros; a intelectualidade, a juventude e as mulheres. Enfim, todos os brasileiros, "sem distinção de credos políticos e religiosos que queiram a emancipação econômica e as liberdades democráticas para assegurarmos um futuro promissor ao nosso povo".

Deveriam ser excluídos, contudo, os agentes das nações agressoras vencidas, integralista e quinta-colunistas, testas-de-ferro das grandes empresas que lesavam a economia nacional e, finalmente, os grupos políticos representantes dos senhores feudais, os responsáveis pelo atraso do país em pleno século 20, asseverou.

Mas, observou Pedro Pomar, no conjunto de forças interessadas na união nacional como movimento democrático de amplas finalidades progressistas, deveria estar situada a questão primordial para os comunistas, a saber: qual o papel que cumpria à classe operária exercer naquele movimento? "À classe operária cabe o papel de propulsora do movimento de libertação nacional, de dirigente do movimento de unidade nacional. Por isso, a classe operária tem que comportar-se como força política independente, com interesse e objetivo definidos diante das outras classes e camadas do povo brasileiro. Não pode, assim, a tática do Partido proletário estar subordinada a nenhuma corrente política, principalmente àquelas onde predominem os reacionários; não pode estar ao sabor de grupos anti-nacionais, nem colocar-se a reboque dos acontecimentos, nem das aventuras golpistas e imediatistas daqueles que veem principalmente seus negócios particulares e colocam seus interesses acima dos interesses comuns da independência da pátria e da democracia", escreveu.

Como os comunistas não achavam possível unir o povo brasileiro sem que a classe trabalhadora ocupasse o seu lugar — o posto de combatente de vanguarda, merecido pela sua conduta heroica nas grandes batalhas democráticas dos últimos anos —, a união nacional não se realizaria sem a separação, sem a justa delimitação de todos os que se batiam pelo progresso e pela democracia brasileira, "sem separarmos das víboras do fascismo, como disse Prestes", ponderou Pedro Pomar. "E ninguém põe em duvida que neste momento a classe operária já tem o seu partido de classe, o Partido Comunista, independente e livre das influências estranhas, das correntes pequeno-burguesas que queriam colocá-lo abaixo da batuta das forças reacionárias. Ainda mais: agora todos compreendem a justeza da tática política do Partido de Prestes na campanha pela Constituinte e durante as eleições presidenciais", escreveu.

Pedro Pomar destacou que o PCB não negava seus princípios, não escondia que lutava pela vitória do socialismo. Mas naquele momento estendia a mão lealmente a todos os homens e mulheres progressistas e patrióticos para a solução dos graves problemas nacionais, "sentindo que a solução (dos problemas nacionais) depende do entendimento fraternal, da cooperação honesta de todos para a felicidade de nossa pátria e o bem-estar de nossos filhos, à base de um Programa, de objetivos concretos, à base, por exemplo, do *Programa Mínimo* apresentado pelo nosso Partido". Os comunistas consideravam que a ação comum e a unidade não poderiam ser obtidas sem a liquidação de certos preconceitos anticomunistas e sem que os campos se diferenciassem, de tal maneira que um democrata não fosse confundido com um quinta-coluna mascarado de democrata para enganar o povo, analisou.

Em suma, as vacilações da burguesia precisavam ser eliminadas através do movimento de massa e pelo espírito consequente da classe operária, ponderou Pedro Pomar. "União nacional sem a classe operária ou contra a classe operária, é contracenso, é raciocínio nazista, é 'união sagrada', como sonham todos os reacionários, cujo fim é acabar como Hitler e seu bando. O movimento de união nacional é a própria democracia que avança a largos passos em nossa terra. E democracia sem participação do partido operário, do Partido Comunista, não é democracia. A democracia progride à medida que o movimento de união nacional se amplia, e este só crescerá à medida que a classe operária se unir e que seu partido, o Partido Comunista, crescer e aumentar a sua ligação com as massas, sua capacidade organizadora e mobilizadora das massas em torno de suas reivindicações mínimas imediatas."

A posição da classe operária, a posição dos comunistas, estava, portanto, definida quanto ao movimento de união nacional, constatou Pedro Pomar. “Cabe-nos, pois, acelerar o ritmo do seu crescimento e construí-la sem descanso através das lutas diárias pelos interesses do povo, mobilizando e organizando o povo nos sindicatos, comitês democráticos, clubes juvenis, ligas camponesas, cooperativas e no seu Partido, o partido dos trabalhadores, o glorioso Partido Comunista”, concluiu.

***

Enquanto isso, as forças denunciadas por Pedro Pomar como base de apoio para o ressurgimento do integralismo estavam agindo em São Paulo com desbragada violência. No final de dezembro de 1945, ele, que informalmente já era o diretor da *Tribuna Popular*, recebeu na sede do jornal os dirigentes comunistas paulistas José Maria Crispim e Milton Caires de Brito, que denunciaram arbitrariedades da polícia política em uma greve de trabalhadores da Light.

Segundo Crispim, que fora eleito deputado constituinte, a greve começou espontaneamente quando um decreto aboliu o pagamento de um abono de fim de ano, concedido por outro decreto cinco dias antes. O governo teria sucumbido à pressão da poderosa multinacional. No mesmo dia em que a greve começou, por volta das onze horas da manhã a polícia política visitou as sedes do MUT e do PCB, efetuando na primeira a prisão de todos os que estavam ali e na segunda de cinco dirigentes comunistas estaduais — entre eles Crispim, que além de deputado eleito era do Comitê Estadual de São Paulo.

Os presos foram levados para a Delegacia de Ordem Política e Social, onde permaneceram até as vinte e três horas sem serem interrogados. Depois do interrogatório, Crispim e o ferroviário Joaquim Gaspar, antigo dirigente sindical e também membro da direção estadual do PCB, foram liberados. Os demais permaneceram presos. Apesar dos protestos, a polícia interditou as sedes do MUT e do PCB. Até os comícios preparatórios para um grande ato público de confraternização política e popular, que deveria ser realizado no dia de Ano Novo, foram proibidos, denunciou Milton Caires de Brito. “Esses elementos ignoram a nova situação brasileira, desconhecem a marcha da democracia e do progresso em nossa terra, desrespeitando o povo que sufragou, como todos sabemos, os candidatos do PCB”, falou.

Segundo ele, aqueles acontecimentos demonstravam que era necessário um expurgo dos elementos da administração de Filinto Müller, responsáveis pelo massacre de “Maria Zélia” — alusão à antiga fábrica têxtil Maria Zélia, no Belenzinho, em São Paulo, convertida em presídio político no Estado Novo — ocorrido na noite de 21 de abril de 1937, depois de uma tentativa de fuga de vinte e quatro prisioneiros.

Os fugitivos acabaram descobertos e postos no pátio da prisão sob a vigilância de setenta e um guardas. Segundo o historiador John Foster Dulles, os presos Waldemar Schultz e Celso Nascimento Rosa foram obrigados a roer o cimento do piso enquanto um guarda atirava em seus pés. Schultz ficou ferido no pé esquerdo. Os presos foram colocados em fila, revistados e espancados por um guarda. Após a divisão deles em três grupos, os dois primeiros foram escoltados às celas, sofrendo agressões físicas. O terceiro permaneceu no pátio, onde foi metralhado. Morreram quatro presos.

A repressão policial em São Paulo no final de 1945, disse Crispim, era um problema antigo. Em 27 de novembro, ao mesmo tempo em que era proibida pela polícia uma solenidade do Partido Comunista do Brasil em homenagem à memória de Olga Benário Prestes, era permitida e garantida pela mesma polícia uma reunião integralista no Teatro Municipal. Também em um comício da campanha eleitoral o secretário de Segurança, Pedro de Oliveira Sobrinho, proibiu, sob ameaça, que fossem queimadas em praça pública as bandeiras nazistas e integralistas.

Em outra atitude arbitrária, a polícia tentou perturbar a ordem e jogar a culpa nos comunistas durante o comício em que Prestes apresentou o candidato Yedo Fiúza no Vale do Anhangabaú, quando compareceram trezentas mil pessoas. Segundo Crispim, assim que terminou o evento a polícia atacou o povo nas ruas adjacentes.

Ao tomar conhecimento daqueles acontecimentos, Pedro Pomar redigiu um artigo publicado na mesma edição da *Tribuna Popular*, em que as denúncias dos comunistas de São Paulo saíram. Segundo ele, o proletariado e o povo de São Paulo vinham desenvolvendo consciência política, sem desfalecimentos, contra as velhas oligarquias que dominaram o estado — e, em grande parte, ainda dominavam, utilizando batidos métodos de opressão e engano. Com larga tradição de lutas pela democracia, contudo, o "povo bandeirante" estava vendo as "suas aspirações fraudadas e sabotadas pelos antigos políticos que ainda formavam a nata da reação e de tudo quanto era retrógrado nos partidos da burguesia e dos senhores feudais de São Paulo", escreveu.

Pedro Pomar rememorou o crescimento da onda fascista do Estado Novo, quando o terror policial atingiu um alto grau de aperfeiçoamento nas provocações "contra a vanguarda dos trabalhadores paulistas". O crime de Maria Zélia, disse ele, havia sido um triste capítulo cuja culpa cabia à oligarquia "que não escondia seu ódio aos simples trabalhadores, à população laboriosa e patriótica do grande estado da Federação". A insolência dos policiais quinta-colunistas chegara ao ponto de prender líderes proletários, dirigentes comunistas e deputados eleitos, registrou.

Capítulo 12

Sei que vou morrer. Diga ao camarada Prestes que morro no meu posto de combate.

1946

O palco da Escola Nacional de Música foi outra vez caprichosamente preparado para receber o Pleno Ampliado do Comitê Nacional, realizado entre 4 e 13 de janeiro de 1946. Por trás da mesa onde se sentariam os dirigentes, sob um fundo vermelho, estava um grande e artístico retrato do líder comunista chinês Mao Tse-tung, o presidente de honra do Pleno. Ao lado estava a inscrição, em azul: "Do Partido Comunista do Brasil a Mao Tse-tung, o heroico bolchevique, dirigente máximo do Partido Comunista da China". Envolvendo toda a face lateral e frontal da mesa dirigente foi disposta uma extensa faixa branca, onde se lia: "Pleno do Comitê Nacional do PCB". Ao lado da mesa, em uma tribuna pintada de branco, o símbolo comunista, a foice e o martelo, aparecia com destaque.

Às 20h20, quando faltavam dez minutos para a abertura do Pleno, uma noite de sexta-feira chuvosa no Rio de Janeiro, entrou no recinto Lígia Prestes, irmã do secretário-geral do PCB, recebida de pé pela numerosa plateia com uma prolongada salva de palmas. Minutos depois, subiram à mesa os dirigentes Carlos Marighella — que chamou Prestes, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Jorge Herlein, Agostinho Dias de Oliveira, Pedro Pomar e Francisco Gomes, os membros da Comissão Executiva — e Armênio Guedes.

Prestes abriu a reunião, propondo que o Pleno fosse presidido por um grupo integrado por ele e outros dirigentes, entre os quais Pedro Pomar. João Amazonas, em nome da Executiva, falou de improviso sobre os motivos que levaram à sugestão do nome de Mao Tse-tung para presidente de honra do Pleno Ampliado — segundo ele, uma homenagem aos povos e milhões de trabalhadores dos países dependentes e semidependentes, que lutavam pela paz e pela liberdade, pela liquidação dos inimigos do seu progresso e independência nacional.

Ivan Ramos Ribeiro, membro do Comitê Nacional, leu, emocionado, uma homenagem a Olga Benário Prestes e ao então recém-falecido secretário político do Comitê Estadual do PCB em Sergipe, José Anastácio. "Ao realizarmos essa primeira sessão do Pleno Ampliado do Comitê Nacional, não podemos deixar de voltar nossas vistas para dois fatos que afetaram profundamente o nosso Partido. Em primeiro lugar, devemos recordar aqui, com os nossos mais profundos sentimentos, esta figura heroica que é Olga Benário Prestes", iniciou, sendo interrompido pelos aplausos.

Ele continuou seu discurso dizendo que os proletários, os comunistas, não são sentimentais no sentido vulgar da palavra. Os sentimentos comunistas eram profundos porque pertenciam a um Partido que se construía e se forjava à base das mais sinceras convicções e sentimentos de milhares e milhares de homens e mulheres, cuja força residia na sua vida moral inatacável. Segundo ele, os sofrimentos, para os comunistas, eram novos alicerces para levar avante a luta pelos interesses do proletariado e do povo. O nome de Olga Benário Prestes, disse, como o de Marx, Lênin, José Diaz (líder comunista espanhol assassinado pelo regime fascista de Franco) e tantos outros que serviam de bandeiras de luta para a humanidade, era "um símbolo vivo do internacionalismo proletário".

José Anastácio — informou Ivan Ramos de Oliveira — estava afastado das suas atividades desde a campanha eleitoral de 1945, acometido de grave enfermidade nos pulmões. Era uma das maiores expressões de lutadores dentro das fileiras comunistas, um legítimo combatente da classe operária, que nunca vacilou, asseverou. Com os pulmões "arrebentados", quase morrendo, ainda teve forças para mandar a seguinte mensagem para Prestes: "Sei que vou morrer. Diga ao camarada Prestes que morro no meu posto de combate."

Naquele momento, a plateia se pôs de pé, muitos vertendo lágrimas. "Diante do proletariado e do povo, podemos dizer que jamais esqueceremos esses dois grandes e queridos nomes, os nomes de todos os que tombaram na luta do nosso Partido pelo progresso e a independência da nossa pátria. Eles são dois marcos humanos na nossa história, na história do nosso Partido, do proletariado e do povo brasileiro", concluiu.

Passava da meia noite, com a chuva ainda intensa, quando Prestes encerrou a leitura do seu *Informe Político*. A abertura do Pleno terminou com todos de pé, cantando a Internacional Comunista. Os oitenta e um delegados e assistentes do Pleno dedicaram os dias seguintes à discussão do *Informe* de Prestes.

Pedro Pomar falou no dia 7 e destacou a importância da parte relativa à analise da situação mundial, "depois da liquidação do fascismo e do militarismo imperialista japonês". Segundo ele, o documento armava o Partido para continuar a luta pela liquidação econômica, moral e política dos remanescentes fascistas no Brasil.

Referindo-se à democracia progressiva, da qual falava o *Informe*, Pedro Pomar mostrou que a nova concepção de democracia só podia ser dinâmica, como conceituava o texto de Prestes. Isto é: uma democracia em constante desenvolvimento, em constante aperfeiçoamento, em constante adaptação às novas necessidades do povo, afirmou. No que se relacionava ao Brasil, Pedro Pomar destacou que naquelas condições a democracia só poderia ser conquistada por meio da união nacional, "pela qual se tem batido os comunistas nos últimos anos", que congregasse todas as forças do país.

***

O Pleno transcorreu em clima de festa, refletindo os grandes êxitos alcançados pelo PCB naquele período. No dia 4, antes da instalação, na hora do almoço os dirigentes nacionais e os delegados dos estados foram recebidos em um churrasco organizado por militantes em Santa Alexandria, Rio Comprido. Em homenagem aos representantes dos estados, no decorrer da reunião foram exibidos, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os documentários *Nossos aliados russos*, *Montanha de ouro*, *Danças típicas* e os brasileiros *Marcha para a democracia* e *Pacaembu* (o comício "São Paulo a Luiz Carlos Prestes"), ambos do cineasta Rui Santos.

No sábado, 12 de janeiro de 1946, um jantar de confraternização na Churrascaria Gaúcha, promovido pelas mulheres comunistas do Rio de Janeiro, recebeu as delegadas dos estados. Alvina Rego, Maria Pena, Laura Austregésilo e Arcelina Mochel discursaram enaltecendo a participação da mulher na vida política nacional.

O encerramento, em 13 de janeiro de 1946, um domingo de calor escaldante, não poderia deixar de refletir o clima festivo. Às dez horas da manhã, quando Prestes assumiu a presidência da reunião, o amplo salão da Escola Nacional de Música estava tomado pelo público. Recebido de pé, ele começou a anunciar os integrantes da mesa que presidiria os trabalhos: Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Agostinho Dias de Oliveira, Francisco Gomes, Jorge Herlein, Antonio Soares de Oliveira, Carlos Marighella, Álvaro Ventura e Armênio Guedes.

Após a execução do Hino Nacional, Prestes passou a palavra a Marighella, que secretariou a reunião, para ler uma mensagem de felicitação ao Pleno enviada pelo Comitê Estadual do Rio de Janeiro do PCB e submeter à votação as resoluções. Votaram os participantes da reunião, que ocuparam os assentos da frente da plateia. Todas foram aprovadas por unanimidade. Depois de Prestes ter comunicado que vários eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte assistiram ao Pleno, informação recebida com aplausos, Maurício Grabois discursou em nome da representação eleita sob a legenda do PCB.

O PCB informou que o Pleno havia adotado quatro importantes resoluções, depois de ouvir e discutir os *Informes* apresentados: aprovação da linha política e da atividade prática da Comissão Executiva desde o Pleno de agosto; aprovação por unanimidade do *Informe Político* e da linha política traçada por Prestes em nome da Comissão Executiva; determinação para todas as organizações do Partido seguirem os princípios e os objetivos formulados no *Informe Político*; e orientações gerais sobre a linha política adotada.

Sobre o *Informe do Trabalho de Massa* apresentado por Pedro Pomar, o Pleno adotou três pontos: aprovação por unanimidade da orientação do documento; aprovação da orientação e da crítica da atividade prática da Comissão Executiva no trabalho de massa desde o Pleno de agosto; e determinação a todas as organizações do Partido para que se guiassem em suas atividades pelos princípios, objetivos e tarefas práticas formuladas no *Informe*.

***

Pedro Pomar, que seria eleito secretário nacional de Divulgação, leu o seu *Informe do Trabalho de Massa* no dia 9. Foi um trabalho de fôlego. Com os comunistas na legalidade, seria preciso definir com precisão a relação com as organizações populares, a base da nova tática política do PCB, pontuou o documento em seu início. Desde o "Pleno da Vitória", registrou o *Informe*, as forças comunistas demonstraram que estavam mais temperadas e a confiança das massas no Partido crescera. A tática política revelara-se justa porque dera à classe operária consciência de seu papel histórico, com uma significativa representação parlamentar dos comunistas. O desafio era fazer avançar o processo de democratização, que jamais alcançara tão elevado nível, asseverou Pedro Pomar.

O *Informe* procurou indicar os pontos essenciais da relação do PCB com as organizações sociais diante da nova realidade do país, que, segundo o diagnóstico de Pedro Pomar, estava positivamente perante uma situação que deveria continuar sendo resolvida favoravelmente para as forças da unidade e da democracia. E o meio para alcançar tal objetivo seria a organização do povo, da classe operária, dos camponeses, dos jovens, das mulheres, construindo fortes organizações de massa. Em cada um desses pontos ele teceu comentário e fez indicações para a nova etapa da vida do país e dos comunistas.

Os comunistas deveriam atentar para as perspectivas políticas que indicavam, mais do que nunca, a necessidade de poderosos pontos de apoio popular à atuação parlamentar de todos os deputados "amigos do povo", comentou. A soberania da Assembleia Nacional Constituinte e a promulgação de uma Constituição progressista para eliminar tudo que fosse lesivo aos interesses nacionais deveriam ser conquistadas pelo povo organizado, com o PCB à frente. Mas era preciso corrigir o espontaneísmo na mobilização das massas, e atentar para as críticas de que os comunistas em geral eram bons agitadores e maus organizadores, constatou.

Segundo Pedro Pomar, a reação zombava daquela debilidade do PCB. Por isso, era dever ter as massas prontas para responder com vigor e entusiasmo a qualquer tentativa dos reacionários contra a democracia, "contra o glorioso Partido Comunista do Brasil".

Menos barulho, menos estrépito e mais contatos com as massas e trabalho de organização, ralhou. Saísse o Partido daquela fase em que olhava mais para si mesmo, daquele período em que havia uma natural vanglória e mesmo jactância de apresentar-se com o nome de comunista. Saísse da tarefa de construção de sua estrutura partidária para a sua verdadeira função, para a sua tarefa primordial, que era organizar o povo. Abandonasse todo sectarismo e soubesse refletir os anseios das massas, formulando e defendendo com consequência seus menores direitos.

Era um trabalho que não deveria ser realizado às cegas, sem uma orientação, sem um objetivo capaz de ser compreendido não somente por todo militante comunista como pelo povo, comentou. Pedro Pomar lembrou Stálin, que advertia para o perigo de se transformar o partido em apêndice do mecanismo eleitoral parlamentar. Atentasse para o largo movimento democrático, a união nacional, que pretendia conjugar os esforços da classe operária, dos camponeses — inclusive de arrendatários —, dos capitalistas, industriais, comerciantes e banqueiros que não estivessem presos a compromissos com o capitalismo estrangeiro reacionário e colonizador. Faltava a compreensão exata de quais aliados deveriam ser ganhos para a união nacional naquela etapa histórica, analisou.

Politicamente eles não estavam à vista, disse Pedro Pomar. Era uma burguesia progressista que não se manifestava como corrente política definida e que, dentro dos partidos burgueses, se misturava com tendências diversas. A polarização dos progressistas só se processaria segundo a pressão das massas. Isso queria dizer que a conduta dos comunistas diante dos aliados não deveria continuar sectária, como fora na luta pela Constituinte. Não continuasse o Partido interpretando a diretiva de ordem e tranquilidade como política de braços cruzados, como passividade. A ordem desejada não era aquela dos cemitérios, nem a ordem fascista, onde se morria de fome sem reclamar, sem protestar, afirmou.

A ordem, segundo Pedro Pomar, para ser assegurada deveria dar ao povo melhores condições de vida, mais liberdade. E liquidar os provocadores da desordem: os quinta-colunistas, os remanescentes do fascismo e do capital colonizador. Havia uma grande incompreensão quanto a esse ponto, disse ele. E enquanto a linha política do Partido não fosse assimilada, dificilmente se transformaria em guia de ação, destacou.

Aqui, segundo Pedro Pomar, apresentava-se uma questão fundamental. Um comunista, por princípio, deveria ser um dirigente de massas. Valia justamente pelo que representava, pelo prestígio de que gozava, pela influência que exercia entre seus companheiros e amigos. Não se concebia um comunista sem atuação destacada perante as massas, sem iniciativa criadora, sem capacidade organizadora, sem sagacidade e sensibilidade, sem firmeza de princípios, sem espírito prático e sem entusiasmo revolucionário.

O *Informe* de Pedro Pomar abordou a relação das células do PCB com as organizações populares e se deteve no movimento sindical, o setor mais importante do trabalho de massas, segundo ele, que já não era o mesmo de alguns meses passados. Na reunião plenária de agosto de 1945, a direção concitara o Partido para a batalha sindical, com uma ampla orientação de atuação nesse terreno, e colheu os frutos do bom trabalho realizado. Os comunistas foram audazes ao imprimirem um sentimento de unidade a favor da Confederação Geral dos Trabalhadores; o número de sindicalizados subira e

importantes eleições sindicais foram ganhas; uniões sindicais e federações foram fundadas em vários estados; a polícia e o Ministério do Trabalho deixaram de vigiar as assembleias sindicais, ponderou.

Como se via, era um panorama que dava energias redobradas para a grandiosa tarefa de organizar os trabalhadores por intermédio de seus sindicatos, segundo o *Informe*. O quadro internacional ajudava, com a criação da Federação Sindical Mundial (FSM) e da Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL), nas quais ingressara o Movimento Unificador dos Trabalhadores, o MUT, sob influência dos comunistas e com João Amazonas à frente. Era uma responsabilidade que recaía sobre os brasileiros, representantes do maior país da região. Deveriam ser o melhor exemplo, afirmou Pedro Pomar.

A política sindical do PCB — prosseguiu Pedro Pomar — para a realização da unidade dos brasileiros estava fundamentada na compreensão de que os problemas daquela hora não seriam resolvidos a não ser na ação comum e à base de entendimentos e cooperação entre as classes interessadas no progresso do Brasil. Do trabalho sindical dependia a vitória da orientação comunista. Contudo, a "ordem e a tranquilidade" permaneciam como condição para a criação de um clima de liberdade, único capaz de derrotar os "restos fascistas".

Pedro Pomar considerava que chegara o momento propício para dar forma à política do PCB no meio sindical por intermédio de comissões mistas de produção nas fábricas, com o objetivo de resolver todas as reclamações entre operários e patrões. Seriam os dissídios pacíficos para serem decididos na Justiça do Trabalho. Lutassem pela melhora daquele braço do Judiciário, capenga e viciado. Comitês de defesa dos interesses dos trabalhadores também deveriam ser criados para resolver determinados assuntos no próprio local de trabalho, forçando os patrões ao entendimento e a uma atenção maior aos problemas do trabalho, da higiene e dos salários, recomendou.

As comissões mistas foram uma orientação do "Pleno da Vitória", de agosto de 1945. Uma tarefa para os sindicatos realizarem a fim de solucionar as dificuldades surgidas tanto no que dizia respeito aos salários como a maior eficiência da produção, condicionada à melhoria da alimentação, ao grau de conforto e higiene no trabalho e aos métodos democráticos de tratamento nas fábricas por parte dos capatazes e gerentes, constatou o *Informe*. Pedro Pomar ressalvou que o PCB defendia o sagrado direito de greve, mas ponderou que ele deveria ser usado como último recurso, depois de esgotados todos os demais meios. Ou quando os patrões se colocassem intransigentemente contra as justas reivindicações dos trabalhadores e, por conseguinte, contra os interesses da união nacional e do progresso do Brasil. Mas tivessem cautela com os insufladores de greves a todo custo para criar ambientes de confusão e violências com a finalidade de justificar medidas antidemocráticas.

***

Na verdade, o PCB continuava tateando o caminho da democratização, pisando leve a cada passo em um terreno ainda minado pelos remanescentes do nazi-fascismo. Pedro Pomar lembrou que as recomendações do *Informe* de João Amazonas no "Pleno da Vitória" estavam em plena vigência. Contudo, jamais os comunistas hastearam a bandeira branca ou ensarilharam as armas. "Nunca fomos nem somos contra as greves.

Tratava-se, como ainda se trata, de evitar provocações e agitações sem sentido. Mas ficar de braços cruzados diante de salários de fome e de condições de trabalho desumanas nunca foi orientação de nosso Partido", enfatizou. E enumerou mais uma série de diretivas que deveriam guiar a ação dos comunistas no movimento sindical.

Pediu atenção especial ao campo. Era necessário destacar os melhores e mais hábeis militantes para o trabalho rural — tal a diretiva tomada pelo Comitê Nacional no "Pleno da Vitória". Organizar e mobilizar os trabalhadores agrícolas das aldeias e das fazendas para a luta política em favor dos seus direitos, para a luta pela garantia, ampliação e consolidação da democracia no Brasil era a tarefa que cumpria realizar sem demora para a formação da união nacional, ponderou. Seria a compreensão do ponto de vista político do PCB que considerava como causa profunda da crise econômica e política do Brasil a contradição entre forças produtivas em crescimento em todo o mundo e os restos feudais que travavam o avanço progressista do país.

Pedro Pomar teceu longos comentários sobre os vinte milhões de brasileiros que não possuíam, na sua enorme maioria, o menor trato de terra. Disse, em resumo, que eles vegetavam na mais dura miséria, plantando unicamente para comer, vivendo nus e doentes. Desconheciam as mais elementares noções de higiene, de conforto e de cultura. Um triste espetáculo de atraso dos meios de trabalho, do analfabetismo, do êxodo de milhares de famílias de suas choupanas para os grandes centros. Só em 1944, mais de cento e quinze mil pessoas abandonaram a zona rural e foram para a capital paulista, lembrou Pedro Pomar. Fugiam do patriarcalismo que dominava as relações entre fazendeiros e trabalhadores, das ameaças permanentes dos grileiros. O senhor de terra mandava na vida e até na alma dos camponeses. Iam para os centros urbanos muitas vezes elevar o número de braços das reservas de força de trabalho.

O trabalho sindical, porém, deveria seguir a linha da união nacional. Para Pedro Pomar, os Comitês Populares eram o grande achado do PCB, a união do povo em cada bairro, fazenda etc. Não elaborassem em erros os comunistas, transformando ou fechando uma dessas organizações para em seu lugar colocar um comitê do Partido, como aconteceu em Bagé, Rio Grande do Sul, comentou. A finalidade era política, não partidária. Lutassem por um Programa formado à base da realidade local; levantassem a luta contra a carestia, contra o integralismo; promovessem campanhas de alfabetização; reclamassem água, limpeza, estrada para o bairro.

Cabia ao Partido, que era a "juventude do mundo", também organizar os jovens, afirmou. Pedro Pomar fez críticas severas à direção do PCB, que demorou a criar uma secretaria técnica especializada e independente para estudar e fomentar o trabalho dos comunistas entre a juventude. Restava não cair no mesmo erro e fazer com que todo o Partido aprendesse a realizar trabalho entre os jovens. E que não fosse obra apenas de alguns comunistas, mas resultado de uma ação planificada de todos os militantes e células. Não executassem, todavia, planos por cima, idealizados. Não criassem entidades com cabeças e sem corpos, que não representassem a massa.

As debilidades se acentuavam não por falta de capacidade dos comunistas jovens e dos comunistas em geral, mas porque havia sido perdida de vista a importância do movimento juvenil, criticou. Lembrassem que na França o Partido Comunista tinha constatado que grande parte da juventude entre dezesseis e vinte anos estava sob a influência dos elementos mais reacionários. No Brasil, o clero de direita e outros

elementos do tipo davam mais atenção aos jovens do que os comunistas. A tarefa do PCB era livrar a juventude da ideologia fascista e reacionária, do ceticismo, da falta de fé nos seus destinos, da miséria, da ignorância, do analfabetismo, disse o *Informe*.

Na ampla frente de trabalho de massas, que se tornava a cada dia mais volumoso, Pedro Pomar identificou a maior debilidade no trabalho feminino. Era um setor que não recebia atenção especial. Melhor: não recebia atenção alguma, destacou. As organizações femininas e todo o potencial combativo surgido com os primeiros indícios do ascenso democrático praticamente foram por terra.

Prestes havia dito no *Informe* do "Pleno da Vitória" que as mulheres brasileiras possuíam tradição de luta, lembrou. Demonstraram isso na campanha pela FEB. Em última análise, era a mulher, como dona de casa, mãe e esposa, que sentia as terríveis consequências da crise, enfatizou. Ninguém melhor do que ela para compreender o que havia de justo na linha política de ordem e tranquilidade, de luta para a democracia e contra os "golpes salvadores", asseverara o Cavaleiro da Esperança. Palavras sábias que os comunistas não souberam aproveitar, segundo Pedro Pomar.

A participação da mulher nas recentes eleições demonstrara que força decisiva ela podia ser no movimento de união nacional, comentou. O eleitorado feminino e as mulheres que participaram da campanha eleitoral, especialmente as comunistas, provaram que o PCB podia liquidar o preconceito que também existia de fato em seu interior, observou. Com efeito, para erradicar essa prática daninha era preciso vê-las não só como cobradoras e especialistas no trabalho de finanças. Para inspirar o trabalho feminino, Pedro Pomar lembrou que fazia pouco tempo realizara-se em Paris o congresso mundial de mulheres, com quarenta milhões delas representadas, que criou a Federação Democrática Internacional de Mulheres.

***

Enfim, havia chegado a hora, conclamou Pedro Pomar, de coroar o direito que o povo conquistou, as eleições, arregimentando um bom número de votos para os candidatos do PCB. Era essa a tarefa número um dos comunistas que atuavam nas organizações de massa. Para sossegar os ímpetos dos remanescentes fascistas, o PCB precisava dar uma demonstração de força. Caso contrário, corria-se o risco de emergir novamente a ordem política sem nenhum lastro de legitimidade popular. Sem Getúlio Vargas para fazer o papel de algodão entre vidros, os comunistas apostavam todas as suas fichas na Assembleia Nacional Constituinte.

O *Informe* de Pedro Pomar deixava claro que o Brasil aprendera a duras penas o caminho para superar a cadeia de desmandos que imperava em suas capengas instituições, bem típica da República Velha, quando jagunços davam coberturas a coronéis, que apoiavam as oligarquias nos estados, que davam esteio ao presidente da República. Seguissem os comunistas por aquele rumo. As eleições eram um formidável fator de mobilização e organização política do povo, constatou. Em 15 dias de campanha nas ruas, nas veredas e nos carreadores para a votação de 2 de dezembro de 1945, os comunistas conseguiram que, em média, para cada membro do PCB de cinco a seis brasileiros não partidários votassem em seus candidatos, de acordo com números da Secretaria de Organização.

Pedro Pomar concluiu, com esse dado, que os comunistas possuíam larga simpatia do povo. O PCB podia ser considerado uma força política poderosa. Mas era preciso observar que não haviam conseguido a votação de toda aquela massa que abarrotava os comícios. Trabalhassem os comunistas para transformar o voto de meio de engano em um meio de luta, recomendou. Lembrassem que quase tudo esteve contra o Partido na campanha eleitoral. Mas o sucesso foi reconhecido até pelos inimigos tradicionais do PCB, comentou. Nada poderia esconder o êxito traduzido pelos seiscentos mil votos no candidato a presidente e pela boa votação dos parlamentares. A tática independente dos comunistas também desmascarou e limpou o Partido de oportunistas e traidores — o que Pedro Pomar classificou como o maior êxito da campanha.

Segundo ele, enquanto outras forças políticas mostravam sinais de fadiga, o PCB emergia como referência. O heroísmo admirável dos militantes comunistas, como os fiscais que passaram dias e dias zelando para que a votação não fosse maculada, era uma prova dessa força poderosa que despontava. Admiráveis companheiros, segundo Pedro Pomar, nacionalmente deram mais uma lição de abnegação revolucionária e de amadurecimento político, provando que o PCB era de fato algo novo, educador de homens de mentalidade nova, forjador de homens de têmpera especial, de defensores de uma grande causa, da causa da unidade e da democracia para o Brasil.

Sendo assim, asseverou Pedro Pomar, não poderia terminar sem comentar que o trabalho de massa abrangia também a solidariedade política, o movimento de ajuda e socorro a todas as vítimas da reação, a todos os combatentes da causa mundial da liberdade dos povos, a todas as coletividades oprimidas — como os judeus — e a todos os flagelados de inclemências da natureza ou de endemias e outros males sociais. A ajuda ao povo espanhol em guerra era a primeira grande obrigação, recomendou. O povo português e o paraguaio igualmente mereciam solidariedade democrática e antifascista, disse Pedro Pomar. O mesmo se dava em relação às comunidades estrangeiras, cujos direitos democráticos estavam sendo postergados. Mereciam solidariedade ainda os mutilados, viúvas e órfãos de guerra, bem como os próprios ex-combatentes da FEB.

Para Pedro Pomar, o PCB saíra das eleições com uma visão mais nacional. A direção conheceu melhor a organização e a influência dos comunistas e tomara consciência das necessidades, fraquezas e força do Partido. Com o resultado das eleições, o PCB iniciava outra atividade completamente nova, até então desconhecida para seus militantes. Passaria a trabalhar com um tipo diferente de luta, com uma fração parlamentar, com uma fração comunista na Assembleia Nacional Constituinte. Seria um dos principais centros mobilizadores e organizadores da massa.

Seria o trabalho com o povo que decidiria a vitória da linha política do PCB, da soberania da Assembleia Nacional Constituinte e da promulgação de uma Constituição verdadeiramente democrática, de acordo com a nova situação surgida no mundo e no Brasil, escreveu Pedro Pomar no *Informe*. A ação justa e consequente dos comunistas, principalmente entre os trabalhadores nos sindicatos, impediria que os reacionários e fascistas se unissem contra os comunistas. Seria o trabalho de massa que permitiria utilizar as contradições entre os inimigos e empurrar para frente os aliados vacilantes da classe operária e solidificar a união nacional, concluiu.

***

O resultado oficial das eleições foi aprestando por Pedro Pomar para cem mil pessoas no comício em que os parlamentares do PCB anteciparam o compromisso que assumiriam na Assembleia Nacional Constituinte realizada no Largo da Carioca em 29 de janeiro de 1946, uma quarta-feira. O comício foi um espetáculo, uma festa comemorativa. As células, que na época eram nominadas — Joaquim Távora, Tiradentes, Comuna de Paris, Noel Rosa e assim por diante —, se apresentaram com faixas e seus respectivos nomes. Uma delas estava com um retrato a óleo de Prestes, ladeado pelo emblema com a foice o martelo. Estavam identificados também um grupo de mulheres de Realengo e outro de moças e senhoras segurando cada qual uma letra vermelha sob fundo azul, formando a palavra "Autonomia".

Músicas festivas, alternadas com ligeiras intervenções ao microfone, animavam o ambiente. Os deputados eleitos, que começaram a chegar às dezenove horas, eram apresentados por Amarílio Vasconcelos. Luiz Carlos Prestes chegou acompanhado de João Amazonas e Lígia Prestes, a irmã do Cavaleiro da Esperança. A massa imediatamente começou a gritar: Prestes! Prestes! Prestes! Um mar de mãos se ergueu no ar, fazendo o "V" da vitória, gesto respondido pelo secretário-geral do PCB com igual movimento.

E, assim como ocorreu no comício de encerramento da campanha eleitoral, o povo queimou jornais que atacavam os comunistas, fazendo um imenso fogaréu com tochas que iluminaram o local. Amarílio Vasconcelos começou a apresentar os protagonistas do comício e anunciou que dois deles não estariam presentes: Maurício Grabois e Gregório Bezerra, que tinham ido para São Paulo participar de outro comício semelhante.

Amarílio Vasconcelos passou o microfone para Pedro Pomar, que apresentou cada um dos eleitos à massa. Em seguida, usaram a palavra os deputados eleitos João Amazonas e Agostinho Dias de Oliveira. Amarílio Vasconcelos leu o *Manifesto* do PCB sobre a situação do país, com as propostas da bancada comunista para a Assembleia Nacional Constituinte, e Prestes discursou encerrando o comício.

Capítulo 13

***Livro Azul* do Departamento de Estado norte-americano tenta criar conflito entre Brasil e Argentina.**

1946

Pedro Pomar vivia o auge da militância. Naquele período de rápidas e profundas transformações no país, ele escreveu uma sucessão de artigos alertando para um aspecto que estava sendo negligenciado exatamente pela soberba de alguns comunistas, conforme constatara no *Informe do Trabalho de Massa*. A posse do general Eurico Gaspar Dutra na Presidência da República em 31 de janeiro de 1946 e a abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro seriam o ingresso do país em uma nova era democrática e o Partido precisava adentrá-la com outra mentalidade, fazendo as adequações devidas para a nova conjuntura. A presença da bancada

comunista no mais alto degrau da representação do povo enchia de orgulho os militantes do PCB. O clima de ordem e tranquilidade, no entanto, ainda estava a léguas de distância.

Pedro Pomar escreveu na *Tribuna Popular* que o povo recebeu a posse do presidente da República e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte como novos marcos no caminho da democracia brasileira, como esperança de dias melhores. Mas ressalvou que as palavras proferidas pelo presidente na posse foram as que o bom senso ditava naquela hora de suma gravidade para toda a vida nacional. Os olhares deveriam ser postos na conduta das forças que obedeciam a tudo o que de mais reacionário havia no país para criar dificuldades à cooperação entre o povo e o governo. "Jamais alimentamos dúvidas sobre a composição da maioria das forças que apoiaram a candidatura do general Dutra. Também a respeito da composição do parlamento constituinte os brasileiros não estão iludidos e nem dele esperam grandes coisas, a não ser pela mobilização mais ampla e pelo apoio mais ativo do povo aos deputados democratas e patriotas que querem ficar fiéis aos seus mandatos", escreveu.

***

O diagnóstico de Pedro Pomar era preciso — o novo governo mal tomara posse e mostrou a que veio. Macedo Soares, o ex-ministro da Justiça do Estado Novo, se preparava para assumir o cargo de interventor no estado de São Paulo quando fez declarações consideradas por Pedro Pomar uma afronta à democracia, uma tentativa da oligarquia de reimplantar o estadonovismo. O ex-ministro estava costurando a aproximação entre o PSD e a UDN, segundo ele para defender os programas daqueles partidos contra a união nacional pregada pelo PCB. Seria uma "união sagrada", que definiria bem os campos entre os que o interventor chamou de "nós" e "eles".

Em entrevista ao jornal do PCB em São Paulo, o *Hoje*, Pedro Pomar respondeu ao interventor. Apresentado como um dos mais destacados dirigentes do Partido Comunista do Brasil, ele estava na capital paulista para tomar parte em uma reunião plenária ampliada do Comitê Estadual. Era um nome nacionalmente conhecido, disse o *Hoje*, e o seu recente *Informe do Trabalho de Massa* era, sem favor, um dos documentos centrais para a orientação do povo brasileiro naquela etapa de lutas pelo progresso do país e pelo bem-estar da população. A posição que ocupava na mais alta direção do PCB dava uma grande autoridade à sua palavra. Exatamente por isso fora ouvido, comentou o jornal.

O primeiro assunto abordado, "o mais palpitante do dia", foram as declarações de Macedo Soares. "O senhor Macedo Soares é um representante da oligarquia reacionária que deseja continuar a exploração do povo do Brasil pelos métodos estadonovistas, isto é, dentro de um clima em que seja impossível qualquer movimento de protesto. Estes senhores desejam que o Brasil continue sendo uma 'democracia' do tipo grego: democracia para os senhores, escravidão para os trabalhadores", disparou Pedro Pomar logo no início da conversa. Seria a mesma coisa que pretenderam os senhores dos trustes e dos monopólios na Alemanha, na Itália e no Japão, uma alusão explícita à predileção do grupo de Dutra nos tempos do Estado Novo.

Pedro Pomar estava sem papas na língua. "Aqui mesmo no Brasil já sentimos em nossa própria carne o significado de uma oligarquia: foi em 1937, quando o débil grau de

organização das forças do proletariado e do povo abriu caminho à implantação do Estado Novo. Durante todos os anos de reação — que já vinha de 1935 —, as forças da oligarquia reacionária, os banqueiros e capitalistas ligados ao capital estrangeiro colonizador, pilharam impunemente o país, exploraram seu povo da forma mais desumana, locupletaram-se com lucros extraordinários. É natural que esses senhores não se conformem com a nova situação criada no mundo e no Brasil com a vitória dos povos amantes da paz sobre os agressores fascistas", emendou.

Segundo Pedro Pomar, Macedo Soares queria uma "união sagrada" que faria o país voltar à mesma situação de 1937. Ele e seus pares retendiam desencadear novamente a reação contra o povo e suas organizações. Restava saber se teriam a mesma facilidade que tiveram.

A entrevista era improvisada — Pedro Pomar estava apressado. Mário Scott e José Maria Crispim esperavam-no, registrou o *Hoje*. Mas ainda havia tempo para uma última pergunta: Qual a palavra de ordem central do Partido naquele momento? "Assembleia Constituinte livre e soberana", respondeu.

Ele explicou que a soberania da Assembleia Constituinte era condição indispensável para que os problemas do povo pudessem encontrar uma solução justa. "Ela constitui um importante passo na luta que vimos travando há longos anos pela união nacional. Todos os partidos, todas as classes sociais estão representados na Assembleia. Caberá a esses representantes encararem de frente os problemas nacionais e encontrarem soluções adequadas para eles", disse. Para Pedro Pomar, os pseudo-democratas que governavam o país não se pejaram de negociar com Mussolini e de arranjar escusos negócios com os hitleristas. Mas a situação mudara com a colaboração da justa posição assumida pelos comunistas antes e durante a guerra, que dera a eles uma grande autoridade. "E o próprio desfecho da guerra, com a derrota do grupo fascista, quebrou os dentes à reação", afirmou.

O jornalista do *Hoje* interrompeu para perguntar se Pedro Pomar achava que as forças reacionárias faziam algum progresso no Brasil. "De maneira alguma", respondeu vivamente. Era verdade que elas faziam seus planos, explicou. Mas nada puderam fazer de concreto. "Seu alvo principal é o Partido Comunista. Sabemos muito bem disso. Querem privar o proletariado de sua vanguarda esclarecida, querem roubar ao povo seu principal elemento orientador. Mas isso não é fácil, primeiro porque os tempos são outros, porque a correlação internacional de forças não é favorável aos fascistas, com ou sem máscara; e, depois, porque o Partido Comunista soube se ligar estreitamente às massas", asseverou.

Segundo Pedro Pomar, o Brasil estava de frente para problemas que havia dezenas de anos desafiavam a capacidade política e administrativa dos brasileiros. Diante deles teriam de se definir todos os deputados e o povo poderia ver quem estava ao seu lado, quem estava com o processo de formação da união nacional em plena marcha. "Como acentuou Prestes, para unir é necessário, primeiro, separar. Separar o joio do trigo, porque a união só tem sentido quando feita na base de um programa concreto e construtivo. A justa linha política do nosso Partido contribuiu poderosamente para acentuar essa tendência. Hoje podemos verificar que as forças reacionárias tendem a se agrupar sob o slogan de 'união sagrada', mas a realidade é que, com isto, eles estão, de certa forma, cavando o seu próprio túmulo: estão contribuindo, também, para que se

fortaleça a verdadeira união sagrada dos brasileiros pela democracia e pelo progresso", afirmou.

A Assembleia Nacional Constituinte seria apenas um primeiro passo. Para o PCB, as notícias que chegavam davam motivos para apreensão. As palavras finais de Pedro Pomar na entrevista ao *Hoje* não deixaram dúvidas. "Essa união (nacional) está rapidamente sendo forjada em torno de pontos mínimos que interessam a todo o povo. Aliás, tudo isso não acontece por acaso, senão sob o forte impulso das próprias lutas do povo. É isso que leva os reacionários ao desespero. E esse desespero contribui, por sua vez, para que se fortaleça a união das forças populares."

***

A verdade é que as comportas da reação estavam se abrindo e o PCB seria atingido em cheio. Mas os comunistas imaginavam que em caso de uma possível ofensiva como a desfechada em 29 de outubro de 1945, os golpistas teriam de vencer primeiro a massa antes de chegar aos seus calcanhares. Uma nova conformação de forças estava se estabelecendo no mundo, o que seria determinante para os rumos da política dos comunistas no Brasil.

Pedro Pomar comentou essa nova realidade na *Tribuna Popular* ao analisar a repercussão do discurso de Prestes proferido na instalação da Assembleia Nacional Constituinte e de entrevistas do secretário-geral do PCB aos jornais reclamando a participação da Argentina na Conferência Pan-Americana que seria realizada no Brasil. Ao falar da política exterior brasileira, Prestes invocou as tradições do Itamaraty de fraternidade com todas as nações do Continente, uma contestação à política norte-americana de jogar nação contra nação com o intuito de intervir para impor o seu domínio na região.

Contudo, Pedro Pomar via na política do Departamento de Estado norte-americano traços da democracia que os Aliados fizeram triunfar ao término da Segunda Guerra Mundial. Os comunistas não pretendiam confundir essa política com os propósitos do capital colonizador, cuja tendência principal era monopolizar as fontes de riqueza do Brasil, impedir a sua industrialização, sustentar os "restos feudais" e controlar, pela força, os mercados onde ele fazia investimentos para fins de lucros exorbitantes, comentou.

Mas, ressalvou, era inegável que a política do Departamento de Estado dos Estados Unidos sofria as oscilações do choque entre as forças democráticas e certos setores do capital financeiro desejosos de uma cooperação mais ou menos duradoura com as outras potências amantes da liberdade e da paz — forças essas que poderiam estimular, de algum modo, o progresso dos países mais atrasados economicamente — e as forças mais reacionárias, colonizadoras, imperialistas.

Segundo Pedro Pomar, na América Latina o aspecto mais colonizador da política externa norte-americana tinha seus defensores e porta-vozes, como o jornal uruguaio *El País* que, em editorial, criticou os comunistas brasileiros. Para ele, a opinião do jornal estava ligada a questões da conduta do PCB em matéria de política exterior, tendo, portanto, enorme interesse para todo o futuro desenvolvimento e fortalecimento da política de paz que os comunistas defenderam antes e depois da derrota do hitlerismo.

Em consonância com as torpes calúnias e a propositada confusão que o jornal uruguaio fez sobre a posição de Prestes, aparecia a renúncia de Adolfo Berle Júnior do cargo de embaixador dos Estados Unidos no Brasil para ocupar um posto no Departamento de Estado norte-americano. Para Pedro Pomar, eram dois acontecimentos de um todo. As ações do regime de Washington que os comunistas denunciavam fortemente, alertando a consciência continental, no entanto, contrastava com o sentimento nacional dos povos da região.

***

Na verdade, a política dos Estados Unidos para a América Latina, protagonizada por Adolf Berle Júnior e o embaixador norte-americano na Argentina, Spruille Braden, estava tentando envenenar as relações do Brasil com o país vizinho. Ao deixar o Brasil, Berle se tornou uma importante referência para consulta norte-americana sobre os países latino-americanos. Braden deixou o cargo de embaixador na Argentina e assumiu o posto de sub-secretário de Estado para assuntos latino-americanos.

Segundo Pedro Pomar, essa conformação conferia ao Departamento de Estado um espírito intervencionista para a América Latina. Berle manifestava satisfação pela missão cumprida no Brasil e estava trabalhando, sob a orientação de Braden, na ação de evitar a unidade e o fortalecimento das forças populares no Continente e de barrar o processo de democratização e a independência econômica e política dos povos da região, comentou.

Havia, contudo, um obstáculo que precisava ser transposto pela política norte-americana: a Argentina, onde predominavam outros interesses capitalistas que não os dos Estados Unidos. Para removê-lo, o Departamento de Estado criou um conflito no país sob a aparente necessidade de extirpação do nazismo. Pedro Pomar apontou o estranho amor de Braden pela democracia platina quando nada dizia contra o fascismo do general Francisco Franco na Espanha ou os campos de concentração do Paraguai, onde o ditador Morínigo cedia grandes zonas petrolíferas à Standard Oil.

Os comunistas se opunham firmemente àquela manobra, disse Pedro Pomar. “Aqui temos unicamente de repetir nossa linha política, baseada numa realidade por demais objetiva, fruto de uma análise séria dos interesses mais profundos de nosso povo e da realidade mundial e americana. Após a vitória na guerra de libertação dos povos (a Segunda Guerra Mundial), através do entendimento das nações antifascistas, estamos convencidos de que a paz é possível se a unidade das três grandes potências líderes na guerra for mantida. Mas a unidade mundial dos povos se estrutura no respeito à soberania de todas as nações, grandes ou pequenas, na autodeterminação, na não interferência nos negócios internos de qualquer país, ficando, portanto, cada povo com a liberdade de resolver seus assuntos de política interior”, escreveu.

O objetivo imediato de Braden e Berle era impedir a eleição de Juan Domingo Perón. A Argentina preparava-se para realizar eleições presidenciais e os Estados Unidos estavam abertamente assumindo a candidatura antiperonista de José Pascual Tamborini pela União Democrática (UD). Três anos antes, Perón, que seria eleito com 52,4% dos votos, participara do movimento que derrubou o presidente Hipólito Yrigoyen e assumira o posto de secretário do Trabalho e Segurança Social, com forte influência política no novo governo. Em 1945 ele assumiu a Vice-Presidência da República e o cargo de

ministro da Defesa. Aos poucos, ganhou respeito e notoriedade, aumentando sua popularidade e a autoridade no exército, especialmente pelo apoio que recebeu dos trabalhadores.

Em 9 de outubro de 1945, Perón foi destituído por um golpe que o pôs na cadeia, provocando uma crise no governo. Eva Duarte — que seria sua esposa e ficaria conhecida como Evita — e líderes sindicalistas reuniram os trabalhadores da grande Buenos Aires e exigiram a sua libertação. Diante da mobilização da enorme multidão, os golpistas não tiveram outra opção senão libertar Perón em 17 de outubro do mesmo ano. Neste dia, ele discursou para trezentas mil pessoas, com transmissão pelo rádio para todo o país, e prometeu a realização de eleições para construir uma nação forte e justa.

O ardil norte-americano consistia em acusar o governo ao qual Perón pertencia de adotar uma orientação política fascista, o que comprometia a estabilidade da região. A sua eleição ou não, no entanto, era um assunto privado dos argentinos, disse Pedro Pomar. "Essa questão não pode servir de pretexto para os manejos guerreiros do capital monopolista americano, que sabe muito bem que a situação política no mundo não lhe permite fazer uma intervenção aberta, isto é, armada, na república irmã. Por isso, tenta arrastar-nos para essa aventura, onde nada temos a ganhar, nem a defender, porque não concordamos que haja fascismo na Argentina. E tanto assim é que lá há liberdades democráticas e todos os partidos são legais", afirmou.

Era justamente essa a questão que o jornal uruguaio *El País* não queria entender, protestou Pedro Pomar. "Não quer entender porque está a serviço do capital mais reacionário americano que, no Uruguai, influencia hoje, de modo extraordinário, jornais que abandonam os interesses de seu próprio povo. Que os brasileiros tomem conhecimento da política do Departamento de Estado norte americano, através na nota do *El País* e de outras do mesmo estilo! Que o senhor Berle leve para os Estados Unidos a compreensão de que somos um povo muito cuidadoso de nossas tradições de independência e que não suportamos o jogo aberto que ultimamente vem fazendo o capital financeiro norte-americano mais reacionário!", escreveu.

Pedro Pomar disse que os brasileiros souberam ceder bases aéreas quando se tratou de vencer a guerra, mas a realidade daqueles dias era outra bem diferente. "Sentimo-nos orgulhosos da cooperação com o grande povo irmão e manifestamos mais de uma vez nossa solidariedade à política de boa vizinhança de Roosevelt. Continuamos dispostos a cooperar para o fortalecimento da unidade continental e mundial, porque dessa cooperação depende a paz no mundo, porque sem essa cooperação estamos dando ganho de causa aos provocadores de guerras, aos remanescentes fascistas. Que o Departamento de Estado se convença de que os brasileiros já estão em condições de se guiarem sozinhos, tanto em sua política interna como no campo internacional."

***

A trama do Departamento de Estado norte-americano para lançar o Brasil contra a Argentina ganhou um poderoso reforço com a publicação de um documento redigido por Spruille Braden, que ficou conhecido como *Livro Azul* — uma alusão à cor predominante da bandeira argentina. Segundo Pedro Pomar, que comentou na *Tribuna Popular* uma nota aprovada pela Comissão Executiva do PCB na reunião de 16 de

fevereiro de 1946 sobre a publicação norte-americana, o Departamento de Estado erigiu-se em juiz em casa alheia.

O *Livro Azul* acusou o governo argentino de ser comandado por quinta-colunas. Para Pedro Pomar, no entanto, o Departamento de Estado americano fugiu a todas as normas consagradas depois das profundas lições da Segunda Guerra Mundial. Não tomou conhecimento dos órgãos superiores que os povos construíram para julgar ameaças por parte de qualquer nação, especialmente daquelas que eram membros da Organização das Nações Unidas, cujo Conselho de Segurança tinha autoridade suficiente para aplicar as sanções necessárias à salvaguarda da paz.

Ao intervirem em questões internas da Argentina, os Estados Unidos procuravam arrastar todas as nações do Continente para a sua política de guerra, que não interessava a nenhum dos povos do hemisfério, opinou Pedro Pomar, reportando à nota da Comissão Executiva do PCB. Não interessava, inclusive, ao povo norte-americano, asseverou. O que havia por trás da aparência de defesa da "democracia" era um conflito de interesses monopolistas em torno da questão do trigo, do milho e de outras matérias-primas.

Mas a principal advertência da direção do Partido Comunista do Brasil se prendia ao fato de que a democracia para o povo argentino não lhe podia ser dada de fora — teria de ser conquistada por ele mesmo, observou Pedro Pomar. Isso queria dizer que, por maior que fosse o zelo do Departamento de Estado norte-americano pelos princípios democráticos, por maior que fossem os seus méritos ao denunciar atividades passadas de agentes integralistas e nazistas no país vizinho e no Continente, ele não podia esconder um fato fundamental: existiam liberdades democráticas para o povo argentino escolher seus governantes nas eleições que aconteceriam em 24 de fevereiro de 1946.

Pedro Pomar ironizou a afirmação do *Livro Azul* de que o fascismo estava no poder na Argentina. Seria, então, um fascismo bastante estranho, que fugia a todos os conceitos até então conhecidos. Levaria a supor que um governo, mesmo concedendo liberdades de opinião, de imprensa e de reunião, mesmo marcando eleições presidenciais em que havia mais de um concorrente, ainda assim poderia ser fascista. Segundo Pedro Pomar, o PCB dissera, mais de uma vez, que na Argentina não havia um governo fascista, embora houvesse focos e restos deles, como no Brasil. Não havia nem bases materiais para um governo com aquelas características.

Para os comunistas, disse Pedro Pomar, o fascismo era a ditadura do capital financeiro, do mais reacionário, do mais descarado e feroz quanto à exploração do povo e ao subjugamento dos trabalhadores, coisa que não exista na Argentina. O capital predominante naquele país era inglês, mas em franca concorrência com o norte-americano. Ambos em grande parte colonizadores e monopolistas. Segundo Pedro Pomar, os interesses nazistas e japoneses já não podiam contar com as metrópoles para fazerem sua política de dominação do povo argentino. Quem utilizava inegavelmente os capitais para fazer a política de dominação era o Departamento de Estado dos Estados Unidos ou o capital britânico.

A Argentina, portanto, não poderia ser cabeça de ponte de uma agressão nazista alemã porque o exército de Hitler estava derrotado, analisou. A menos que o Departamento de Estado norte-americano conservasse o exército alemão na sombra e em potencial,

descumprindo os compromissos de destruir todo o poder agressivo da Alemanha e sua indústria bélica, ponderou Pedro Pomar. Segundo ele, os comunistas eram bastante realistas para não se enganarem com fórmulas democráticas, sem ver o verdadeiro conteúdo das intenções do Departamento de Estado norte-americano. O governo dos Estados Unidos, que dizia morrer de amores pela democracia na Argentina, era um dos principais responsáveis pela conservação do fascismo na Espanha, lembrou.

Pedro Pomar fez um breve resumo sobre como o fascismo deveria ser combatido, se ele existisse na Argentina. Nesse caso, a posição de uma democrata, de um patriota, seria a de ir às últimas consequências, empunhar armas, fazer guerrilhas, não aceitar nenhum compromisso e expulsá-lo do poder, como fizeram os povos iugoslavo, francês e outros que se viram sob o tacão das botas de Adolf Hitler. Na realidade, asseverou Pedro Pomar, os remanescentes do fascismo na Argentina poderiam ser derrotados com as armas pacíficas da democracia, pela educação política, pela propaganda dos programas que correspondessem aos anseios das massas e pelo voto livre, direto e secreto.

***

No Brasil, os "restos fascistas" eram mais fortes, na avaliação de Pedro Pomar, porque integravam o governo, conforme ele analisou em outro artigo na *Tribuna Popular*. Segundo sua avaliação, se as medidas adotadas contra a democracia no Brasil fossem na Argentina o *Livro Azul* já teria considerado tal fato como fascismo e encontraria novo pretexto para as suas provocações intervencionistas e guerreiras. Os fascistas brasileiros tinham um instrumento que conferia a eles poderes discricionários: a Constituição do Estado Novo. O PCB vinha promovendo uma campanha que arrastava grandes massas para comícios nos quais o "monstrengo caduco" de 1937, conforme palavras de Pedro Pomar, era denunciado como "fantasma da reação, da desordem, da fome e da guerra civil". No dia 23 de fevereiro de 1946, comícios simultâneos foram realizados em todo o território nacional, demonstrando as tradições democráticas do povo brasileiro, informou.

Segundo Pedro Pomar, a opinião pública brasileira, tendo à frente o Partido Comunista e outras forças democráticas, estava sendo mobilizada de maneira crescente e com um calor, um entusiasmo e uma energia que confirmavam o seu passado antifascista, referindo-se às portentosas campanhas que no ano anterior tinham conquistado a anistia, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e as eleições de 2 de dezembro. Os comunistas investiam na mobilização popular como resposta às manobras jurídicas que procuravam dar legitimidade à Constituição do Estado Novo. Naquela queda de braços, o governo recorreu aos poderes discricionários da velha Carta para proibir comícios e até reuniões em recintos fechados, desatando uma torrente de protestos na Assembleia Nacional Constituinte que acabara de ser empossada.

Na *Tribuna Popular* Pedro Pomar denunciou que a polícia política, expressão fiel dos remanescentes fascistas, estava promovendo uma conspiração reacionária em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. O Brasil estava entrando em uma fase que o povo considerava distante e confiante de que não voltaria, apesar das denúncias que o PCB vinha fazendo sobre a quinta-coluna enquistada no aparelho governamental. Pedro Pomar fez um apelo ao PSD e ao presidente Dutra para que revogassem "total e solenemente" a Carta de 1937 como "medida saneadora,

verdadeiramente democrática", inimiga da marcha do país para a democracia e o progresso.

Segundo Pedro Pomar, empunhava a Constituição fascista setores do PSD mancomunados com os grandes fazendeiros, traidores e agentes do finado imperialismo alemão, integralistas e quinta-colunas que a justiça do povo ainda não alcançara. Eram os advogados das companhias estrangeiras, do capital colonizador e dos tubarões dos lucros extraordinários. Eram, em suma, inimigos descarados ou encobertos da democracia, amedrontados pelo controle popular dos seus atos, negocistas, ladrões e politiqueiros venais.

Pedro Pomar reafirmou o que dissera Prestes no comício do dia 23 realizado no Largo da Carioca contra a Constituição de 1937: o que movia os comunistas não era nenhum espírito de oposição sistemática ao governo. "Estamos convencidos, como patriotas e políticos realistas, que qualquer governo no Brasil que queira, honestamente, resolver os problemas da fome e da miséria do povo, tem que adotar como primeiro passo a anulação de uma Carta que só lhe dá prejuízos, que não lhe permite ganhar a confiança das massas", escreveu. "Somos, portanto, coerentes com a posição que assumimos desde os primeiros instantes da campanha política que encetamos em favor da ampliação e consolidação da democracia em nossa terra. É dentro dessa orientação que a bancada comunista pede, antes e acima de tudo, a revogação formal e definitiva do monstrengo, o repúdio imediato do afrontoso código tirado das constituições fascistas da Polônia, Itália e Alemanha."

Capítulo 14

Os partidos da ordem, como eles mesmos se chamam, vão a pique com a legalidade criada por eles mesmos.

1946

Para o PCB, o Brasil estava em uma encruzilhada: ou avançava no caminho da democracia ou pegava o retorno para as práticas do Estado Novo. Em uma conferência sobre o aniversário da morte de Karl Marx, realizada em 13 de março de 1946 no auditório da ABI abordando o tema "A hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa", Pedro Pomar disse que a falta de compreensão do marxismo naquele período turbulento levou muitos ex-militantes do Partido à posição de traidores.

Ele comentou o assunto também na *Tribuna Popular*, indicando que os fascistas ainda estavam em plena atividade, sabotando a ordem e causando um clima de intranquilidade no país com o objetivo confesso de restaurar práticas que a luta contra o Estado Novo estava suplantando. Manter a ordem e a tranquilidade, para os comunistas, era a condição primeira que garantiria a legalidade democrática e as suas conquistas, entre elas a existência constitucional do Partido Comunista do Brasil.

Pedro Pomar afirmou que no *Informe Político* da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, apresentado por Prestes na reunião ampliada do Comitê Nacional

de janeiro, havia uma citação do prefácio de Friedrich Engels ao livro *A luta de Classes na França*, de Karl Marx, que merecia ser transcrita por sua oportunidade:

A ironia da história põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os "revolucionários", os "revoltosos", prosperamos muito mais com os meios legais do que com os meios ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles mesmos se chamam, vão a pique com a legalidade criada por eles mesmos. Exclamam desesperados, como Odilon Barrot: "La legalité nous tue" (A legalidade nos mata), enquanto nós ganhamos, com essa legalidade, músculos vigorosos e faces coradas. E parece que fomos tocados pelo sopro da eterna juventude e, se não somos tão loucos para nos deixarmos arrastar ao combate de rua simplesmente para satisfazê-los, não terão afinal outro caminho senão romper eles mesmos com a legalidade que lhe és tão fatal.

Segundo Pedro Pomar, nada ilustrava melhor "o desespero da reação, a sua cegueira, a sua falta de perspectiva, do que as arremetidas furiosas de que somos vítimas por parte de todos os agentes do capital colonizador e de sua imprensa". Faltava inteligência aos desonestos caluniadores do PCB, que se valiam até do feroz anticomunista padre Júlio Bezerra de Arruda Câmara, constituinte do Partido Democrata Cristão (PDC) de Pernambuco e tio de Diógenes — o secretário de Organização do PCB —, para lançar epítetos estridentes e ocos contra os comunistas, comentou Pedro Pomar. As pessoas inteligentes e honestas do campo oposto não acompanhavam o coro de vozes contra os comunistas, acusando-os de toda sorte de desordem e de crimes, opinou.

Mesmo porque, segundo ele, aquelas pessoas inteligentes compreenderam, afinal, que os desabridos ataques de um padre Arruda Câmara só serviam para desarmar os inimigos e prestigiar os comunistas. O PCB avaliava que os ataques anticomunistas eram uma clara reação às grandes conquistas democráticas do povo brasileiro. As mudanças sociais que o Partido provocara em seu curto espaço de tempo na legalidade eram intoleráveis para o "grupo fascista" que assumira postos importantes no governo. Aquelas investidas anticomunistas, portanto, exigiam uma avaliação crítica da preparação política e ideológica dos comunistas.

***

No meio da contenda estava o velho entulho do Estado Novo: a Constituição de 1937. Na Assembleia Nacional Constituinte, a bancada do PCB travava um acirrado duelo contra as bancadas do PSD e do PTB. Alguns constituintes da UDN se aliavam aos comunistas, uma condição conjuntural que começou a se desfazer quando a sessão de 27 de fevereiro de 1946 rejeitou, por cento e quarenta e três a noventa e três votos, uma indicação apresentada pelo deputado udenista Octávio Mangabeira sugerindo que, depois de ouvida a Assembleia, uma comissão com representantes de todos os partidos com representação constituinte fosse nomeada a fim de elaborar, com a maior urgência, um projeto de normas gerais para reger a vida político-administrativa do país até que fosse promulgada a Constituição.

A bancada do PCB também apresentou uma indicação pedindo à Assembleia a revogação da Constituição de 1937. No intervalo das duas votações, Maurício Grabois ocupou a tribuna e fez um discurso de mais de vinte minutos, explicando que as indicações udenistas e comunistas eram diferentes. Disse que no lugar do "monstro de 10 de novembro" poderia entrar em vigência a Constituição de 1934. As bancadas do

PSD e do PTB, após impor a derrota à proposta da UDN, convenceram o plenário a decidir, por votação, que a indicação dos comunistas, apresentada por Carlos Marighella, estava anulada pela decisão anterior.

Quando os constituintes que votaram contra as indicações da UDN e do PCB deixavam o Palácio Tiradentes, foram recebidos por manifestantes com adjetivos como traidores, fascistas e integralistas. No dia seguinte, os jornais saíram com a acusação, corroborada por constituintes do PSD e do PTB, de que os manifestantes eram militantes do PCB. Em nota, o Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro negou a acusação dizendo que elas refletiam a má-fé dos inimigos da democracia. "Os comunistas são elementos que têm disciplina comprovada em difíceis momentos da nossa vida política e são, antes e acima de tudo, defensores intransigentes da ordem e da tranquilidade, de acordo com a linha política do seu Partido", afirmou. O PCB compreendia, entretanto, segundo o documento, a atitude do povo, porque todas as suas esperanças estavam voltadas para a Constituinte e viu parte delas cair por terra.

Na *Tribuna Popular*, Pedro Pomar escreveu, em tom de ironia, que os comunistas estimavam a atitude do chefe do PSD, o constituinte por Santa Catarina Nereu Ramos, quando ele, ao denunciar uma pretensa ação organizada contra a Assembleia Nacional Constituinte, "não entoou o cântico da reação que aponta, sem ulterior exame, toda arruaça existente ou por existir, de responsabilidade do PCB".

Quem estava por trás daquela pantomima, segundo Pedro Pomar, era o fascismo. Sua sobrevivência estava provada pela insistência das provocações e dos insultos assacados contra os comunistas. Enquanto o fascismo não fosse derrotado política e moralmente, ele exploraria os preconceitos anticomunistas a fim de evitar que a união nacional se processasse e se consolidasse para a conquista da democracia e do progresso no Brasil, analisou. "É necessário, portanto, que os patriotas estejam vigilantes contra os focos fascistas, interessados em comprometer a mais consequente força unitária e o papel dirigente da classe operária na luta pela emancipação nacional. E aqueles que veem com intransigência nossa atitude de protesto, de decisão e de combate contra os provocadores e contra os falsos amigos da ordem, não se compenetraram da sinceridade de nossos propósitos ou não entenderam nada de nossa posição política", escreveu.

O PCB demonstrava inequivocamente que estava a favor da ordem e da democracia, na avaliação de Pedro Pomar, o que provava a manipulação que os fascistas promoviam com o intuito de antipatizar os comunistas perante a sociedade. "Reclamar a revogação da Carta fascista de 37, como o vimos fazendo, não é ser amigo da ordem? Claro que é. Porque jamais houve no mundo e em nossa pátria maior desordem moral e política senão quando imperou o fascismo e seu subproduto, o mostrengo de 37. Lutar contra a miséria do povo, ser solidário com suas reivindicações mais sentidas, estar atento aos reclamos diários de milhões de brasileiros contra salários de fome, não é ser partidário da ordem? Claro que sim. Porque exigir aumento de salários, colocar mais dinheiro nas mãos do povo, dar-lhe maior capacidade de consumo, significa, na prática, estar contra a guerra civil, da qual a miséria é o estopim", enfatizou.

Os comunistas estavam convencidos de que a ordem interessava ao povo e a desordem só interessava ao fascismo, disse Pedro Pomar, preceito que levava o PCB a lutar vigorosamente contra as provocações que visavam "à implantação da intranquilidade interna e a divisão dos brasileiros". "A solução pacífica de todos os graves problemas

gerados por uma situação anormal, antes e após a queda do fascismo, é um imperativo desta hora de crise e de ameaças dos focos semi-vivos do fascismo, que tentam impedir a marcha da democracia, desmoralizando as forças democráticas", afirmou.

O PCB avaliava que a vitória da democracia na Segunda Guerra Mundial elevara a consciência social a um ponto do qual um recuo ao fascismo era praticamente impossível. E no Brasil a situação não era diferente. Segundo Pedro Pomar, o povo brasileiro aprendeu as lições da guerra e, por conseguinte, era necessário que o governo tomasse as lições do conflito e as aplicasse como base de uma política capaz de conduzir o país para a democracia e o progresso. "Qual deve ser, portanto, essa política, resultante das experiências da guerra? É a política de união nacional. É aquela que foi comprovada no fogo vivo da realidade. Porque demonstrou que nenhuma força isolada pode vencer. Porque demonstrou que sem o concurso dos mais fiéis democratas, sem a cooperação honesta dos comunistas, será impossível construir (um processo democrático) tanto para o presente como para o futuro, de maneira estável e duradoura", analisou.

Nada disso, porém, seria possível com a vigência da Constituição de 1937. O governo teria de se definir: ou avançava para a consolidação da democracia, revogando a Carta do Estado Novo, ou ficaria refém do grupo que tudo fazia para que o país tomasse o rumo do retrocesso, restaurando a ordem fascista da qual o país se batia com todas as forças para se livrar definitivamente. "Afaste desde já o governo o empecilho maior para a união de todos os brasileiros, esse foco de intolerância reacionária e antidemocrática, que é a Carta de 37. E afastando-a, estará contribuindo, como nós, para a ordem e a tranquilidade da família brasileira. Porque nenhum perigo é maior para a ordem interna que os fascistas querem, sim, perturbar, do que a Carta fascista de 37", arrematou.

***

Para Pedro Pomar, o grau de complexidade que os cenários nacional e internacional haviam adquirido exigia elevada preparação ideológica dos comunistas. Em um longo trabalho, intitulado "Por uma justa política de quadros", publicado em três edições sucessivas do jornal *A Classe Operária* — o órgão central do PCB que acabara de ser relançado sob a direção de Maurício Grabois —, ele foi fundo no diagnóstico das debilidades ideológicas dos quadros comunistas naquela intrincada conjuntura. O problema, abordado no *Informe* de Prestes, merecia uma reflexão especial, disse ele.

A sorte da linha política dos comunistas dependia, segundo Pedro Pomar, de comunistas responsáveis, ativos e inteligentes. Enfim, de quadros experimentados. Onde encontrá-los? Eram essas as questões que, segundo Pedro Pomar, mereciam considerações e preocupações. Depois de constatá-las, cabia à direção do PCB encontrar meios para respondê-las. Ele recorreu a Lênin, citando que o líder soviético asseverava que a sociedade engendra, a todo momento, novos lutadores que por um motivo ou outro ingressam no grande exército de luta do proletariado.

Alguns trazendo sua experiência e quase todos adquirindo a consciência de elementos de vanguarda, assimilando a teoria revolucionária, aprendendo que é impossível vencer sem a construção de um instrumento suficientemente unido, poderoso e disciplinado, um forte partido comunista, livre de ideologias pequeno-burguesas, firme e corajoso,

isento de aventureirismos e de sectarismos que impediam sua sólida ligação com as mais vastas massas trabalhadoras.

O PCB, resultado da inteligência e da coragem do proletariado e do povo brasileiro, escreveu Pedro Pomar, filho das grandes lutas travadas pela emancipação nacional e pelos direitos democráticos, contava com membros abnegados, inclusive um núcleo de dirigentes provados e fiéis, mas que precisavam elevar o nível político e ideológico. O problema decorria da ausência de uma política de quadros e estava sendo corrigido com a instalação de uma "Comissão de Quadros", que preparava o primeiro curso de capacitação para dirigentes estaduais, com duração prevista de um mês, constatou.

Para Pedro Pomar, os cursos eram fundamentais, mas os membros do PCB deveriam recordar a fórmula de Lênin de "que cada um pense pela sua cabeça". Ou a de Maurice Thorez, líder do Partido Comunista Francês, que pedia para as bocas se abrirem. As fórmulas de militância haviam sido renovadas pela sábia visão de Prestes, em conjunto com a aplicação de uma firme e continuada democracia interna. A realização daquela política de quadros — enfatizou Pedro Pomar — exigia uma mentalidade nova, especialmente dos dirigentes. A política de quadros precisava ser fundamentada no conhecimento profundo dos militantes e pelo carinho com os problemas individuais, na assistência constante ao seu aperfeiçoamento e na sua conservação, velando para que não se extraviassem do caminho por eles mesmos escolhido voluntária e conscientemente, recomendou.

Segundo ele, existia no PCB, principalmente entre os militantes antigos, uma mentalidade pequeno-burguesa, de sectarismo, terrível mal que corroia as fileiras comunistas e que poderia gangrená-las. Era a presunção da autossuficiência, da altaneria ridícula, anticomunista, dos que pensavam ser velhos marxistas e nada mais tinham a aprender com seus companheiros e com as massas. Lembrou Stálin, que sempre causticou os falsos comunistas, tolos que se bastavam e se recusavam a aprender com o povo. Era preciso ver as pessoas tal como eram e não como se desejava que elas fossem. Vê-las como indivíduos, "como unidades", e não em blocos. Tais eram os conselhos dos mestres em relação ao problema dos quadros, comentou.

Alguns desses comunistas estavam em cargo de direção, impedindo a formação de novos quadros, porque se julgavam insubstituíveis, disse. O espírito audaz daquele tipo de comunista era substituído pelo compadrismo, o mesquinho critério de confiança pessoal, do bom amigo, apontou. Segundo Pedro Pomar, esses e outros defeitos comprometiam o centralismo democrático, a unidade orgânica, ideológica e política, sem a qual era impossível ter o instrumento de luta e de emancipação, que era o Partido Comunista. A existência daqueles defeitos, afirmou, podia ser imputada à formação sectária, que ainda existia no PCB.

Outra causa era a própria condição da classe operária no país, cujo atraso técnico e industrial não permitia a concentração dos trabalhadores em grandes empresas, o que daria maior compreensão da disciplina e da ação revolucionária de massas, avaliou. Pedro Pomar apontou como outro fator o crescimento rápido do Partido, que impediu maior atenção aos quadros.

Apesar dessas questões, Pedro Pomar estava otimista. Propôs a criação da "Seção de Quadros" na "Comissão de Organização", que nacionalmente estudaria o problema.

Segundo ele, a direção havia verificado a urgência da aplicação da democracia interna e da liberdade de discussão nos organismos, a fim de garantir que os novos quadros pudessem revelar todo o impulso revolucionário, a combatividade e a capacidade de ligação com as massas. Citou o exemplo de um "honesto e velho militante", secretário de uma célula que contava com mais de cem membros, que dissera ser preciso tomar medidas disciplinares imediatas em sua base. Tratava-se de afastar a maioria, com exceção do secretariado, por faltas nas reuniões. Pedro Pomar disse ter indagado sobre a possibilidade de salvar pelo menos dez e obteve a resposta negativa.

O exemplo serviu de gancho para ele fazer uma dura advertência. Era a manifestação de sectarismo, de desprezo pelos indivíduos, de nefasta política do "afastar a massa" (felizmente, disse, isso não sucedeu na referida célula), maneira errada de organizar sem levar em conta os homens, sem saber dos seus problemas individuais, de suas dificuldades, de suas preferências, sem incentivar suas iniciativas e seu espírito crítico. Eram defeitos que poderiam ser superados por um trabalho sistematizado pelo controle da "Seção de Quadros". Mas a função principal daquele mecanismo era formar, elevar o nível teórico dos dirigentes e militantes.

***

Quando a série de Pedro Pomar acabou de ser publicada, o grupo que perseguia o PCB já havia aberto outra frente de ataques. Uma onda de greves no país serviu de pretexto para a polícia política definir o MUT como alvo, atingindo os comunistas violentamente. Os jornais, conforme denunciou Maurício Grabois na Constituinte, usavam os mais sórdidos métodos de difamação e forjavam as piores mentiras, deturpando declarações de lideranças sindicais.

A onda de ataques ao MUT chegou ao auge quando o governo divulgou um decreto declarando que na prática o direito de greve não existia mais. "Com esse decreto, o Poder Executivo comete mais um erro político e separa-se ainda mais do povo e do proletariado", declarou Prestes. O presidente do MUT, Joaquim Barroso, pediu serenidade aos trabalhadores para não acirrarem mais os ânimos. "Os trabalhadores saberão receber com serenidade mais esta medida reacionária e compreender que só através dos seus sindicatos e da utilização dos meios legais de luta serão capazes de conquistar, de direito e de fato, o direito de greve, já reconhecido por nosso país em compromissos internacionais", falou.

Na verdade, o processo de democratização do país entrava em uma fase de declínio. A UDN, que no início do governo Dutra se opusera ao Partido Social Democrático e ao Partido Trabalhista Brasileiro — o PSD e o PTB surgiram do ventre do governo Getúlio Vargas e formaram inicialmente o bloco governista na Assembleia Nacional Constituinte —, começava a rachar, com um grupo indo se juntar aos que atacavam o PCB. Na sessão da Constituinte de 19 de março de 1946, o deputado Juracy Magalhães (UDN-BA), o ex-interventor do Estado Novo na Bahia que não seguiu Vargas na caçada aos comunistas após o golpe de 1937, mostrou que já estava no lado oposto ao dos que assumiam posturas democráticas quando levantou uma ardilosa onda de provocações ao PCB. O mote foi uma declaração de Prestes durante sabatina promovida por funcionários da Justiça, publicada na *Tribuna Popular*.

A uma pergunta sobre qual a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista que declarasse guerra à URSS, o secretário-geral do PCB respondeu: "Faríamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Petáin e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria, contra um governo desse, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional." Como que obedecendo a uma batuta, os jornais do dia seguinte promoveram um escarcéu em torno do assunto.

Juracy Magalhães concedeu entrevista ao jornal *Folha Carioca* deturpando acintosamente as palavras de Prestes. Na Constituinte, ele indagou ao senador comunista: "No caso de uma guerra a que for arrastado o Brasil, por força das obrigações internacionais, cumprindo o governo os dispositivos constitucionais e legais, nessa guerra, adversária do Brasil, o senhor Luiz Carlos Prestes e o Partido Comunista do Brasil lutarão pela sua pátria ou iniciarão uma guerra civil?". Seguiu-se um longo e acirrado debate, com Juracy Magalhães e Nereu Ramos desfilando um cinismo invulgar e Prestes defendendo a União Soviética com veemência e atacando o imperialismo com dureza.

Uma das lembranças sobre a verdadeira ideologia de Juracy Magalhães, que segundo o PCB teria assumido posições democráticas por conveniência política local quando governou a Bahia no Estado Novo, era o apoio tácito ao interventor do seu estado, Guilherme Carneiro da Rocha Marback, que andava cercado de integralistas. Cobrado na Constituinte a se pronunciar, Juracy Magalhães prometeu protestar contra as ações do seu conterrâneo, mas na prática se calou.

***

Na escalada repressiva do grupo que perseguia os comunistas, a polícia política prendeu Diógenes Arruda Câmara — que se elegera suplente da Constituinte —, em São Paulo. Na noite de 20 de março de 1946, ele falava no salão do Grêmio Hispano-Americano em um ato de homenagem ao lutador antifascista espanhol e dirigente comunista José Diaz, assassinado pelo regime franquista, quando o local foi invadido por uma grande quantidade de policiais militares sob as ordens de Oliveira Sobrinho, conhecido remanescente das hostes filintianas, que lhe deram ordem para encerrar a conferência. Armados de fuzis, os agentes reagiram aos protestos da plateia com ameaças.

Diógenes Arruda Câmara invocava a sua condição de suplente à Assembleia Nacional Constituinte para exigir que a polícia respeitasse o direito à liberdade de reunião quando foi arrancado à força do microfone e arrastado escada abaixo. Junto com ele foram levados todos os que compunham a mesa. Debaixo de socos, empurrões e xingamentos, chegaram à Superintendência da Ordem Política e Social, onde ficaram presos por duas horas. Foram detidas cerca de vinte pessoas. No dia seguinte, em ato semelhante no auditório da ABI, no Rio de Janeiro, Maurício Grabois e Prestes protestaram vigorosamente contra a arbitrariedade da polícia paulista.

Na sessão de 26 de março de 1946 da Assembleia Nacional Constituinte, Prestes ocupou a tribuna para desfazer a insidiosa campanha de deturpações das suas palavras e de insultos ao PCB, mas não se limitou a contestar as infâmias e os jorros de calúnias

amplamente repercutidos pela mídia. Mal começou a falar, ele deixou de lado o assunto até então dominante na Constituinte e disparou munição pesada contra o que chamou de preparação de guerra no país. Como era do seu estilo, Prestes falou sem qualquer inflexão de emoção, contornando as provocações — algumas, como as de Juracy Magalhães, raivosas — e pontuando o que era essencial em sua fala. Foi buscar no famigerado *Livro Azul* os argumentos para mostrar, por duas horas a fio, que existiam provas concretas de ingerência dos Estados Unidos no Brasil.

O senador do PCB usou a tática de que a melhor defesa é o ataque. No momento em que era acusado de traidor, mostrou exemplos de lutadores patrióticos que pagaram com a vida a defesa dos seus ideais. "Repete-se muito, nos dias de hoje, a palavra traidor. Traidor, sabemos bem, são todos os revolucionários vencidos. Traidor nesse conceito foi Tiradentes, Frei Caneca. A posição dos que são contrários às guerras imperialistas está de acordo com as tradições do nosso povo. São as tradições já registradas na Carta de 1891 e, posteriormente, na de 1934", afirmou.

O discurso de Prestes jogou os provocadores na defensiva quando ele denunciou a presença de oficiais norte-americanos no Rio Grande do Sul, onde estariam até participando da construção de uma base aérea. O PCB começou a dar forma à campanha contra a presença norte-americana no país, mostrando que as denúncias não eram apenas uma simples retórica política. Depois do *Livro Azul*, houve uma tentativa de envolver o Exército do Brasil em um incidente na fronteira com a Argentina, ao passo que o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, em visita aos Estados Unidos, fez pregação guerreira, denunciou o PCB.

Havia um perigo muito grave e próximo das cabeças dos brasileiros. Em seu discurso na Constituinte, Prestes tocou em outro ponto crítico: as bases militares instaladas durante a Segunda Guerra Mundial ainda estavam indevidamente ocupadas por tropas norte-americanas. Por mais que a imprensa reacionária e venal procurasse esconder, os olhos da nação estavam voltados para esse grave problema, segundo os comunistas.

Dentro de pouco tempo, anunciou o PCB, o país, como um só homem, exigiria dos governantes que não se deixassem envolver pelos reacionários e remanescentes do fascismo, em um apelo uníssono ao seu patriotismo para que as bases, partes sagradas do território brasileiro, fossem devolvidas. A decisão seria um ato de soberania nacional, que deveria ser exercida com facilidade uma vez que não havia nenhum convênio com os Estados Unidos regulando sua presença em solo brasileiro.

A atuação de militares norte-americanos nas cidades gaúchas de Santa Maria e Cachoeira, mais a construção da base aérea em Porto Alegre, eram evidências de que o imperialismo estava incluindo em seus desígnios guerreiros um atrito do Brasil com a Argentina e, depois disso, sabia Deus o que viria. Segundo Agildo Barata, naqueles dias desembarcaram na base de Parnamirim, no Rio Grande do Norte, dois mil e cem soldados norte-americanos, vindos em "trinta fortalezas voadoras".

Na Constituinte, a bancada do PCB apresentou uma moção a favor da retirada dos norte-americanos das bases, mas uma manobra do PSD esvaziou a proposta. A derrota não esmoreceu os ânimos dos comunistas. Ao levantar a voz contra a presença norte-americana no país, o PCB mobilizou a massa para mostrar que os ataques a Prestes eram parte de um plano orquestrado pelo imperialismo contra a soberania do país.

No Rio de Janeiro, um comício realizado em Iarajá contou com a presença de trinta mil pessoas, segundo os organizadores. Mesmo com as ameaças da polícia, a massa compareceu para ouvir Prestes. Em 22 de abril de 1946, duzentas mil pessoas participaram de outro comício, este preparado com mais tempo e mais recursos, realizado na Esplanada no Castelo. No dia seguinte, Prestes falou para trezentas mil pessoas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

No Norte e Nordeste, segundo Diógenes Arruda Câmara, a campanha também foi um sucesso. "Os comunistas procuraram ver como não seriam isolados. O desafio era evitar que Juracy Magalhães fizesse uma bola de neve. Não foi difícil. Taticamente, a saída foi o seguinte: nós movimentamos toda a máquina partidária no Brasil inteiro, principalmente da Bahia ao Pará, do Norte-Nordeste, e fizemos uma campanha de massas para que os americanos entregassem as bases militares e navais, que ainda estavam ocupadas por eles desde o período da guerra. E dissemos: Fora, americanos! Fora americanos das nossas bases e de nosso país!", disse.

O movimento foi de tal importância que se criou no meio do povo um ódio contra os americanos que eles não podiam sair na rua. Americanos recebiam navalhadas nas ruas de Salvador e Belém. Na Bahia, disse Arruda, algumas baianas haviam se casado com oficiais americanos e ficaram isoladas. A irmã da famosa miss Marta Rocha era uma delas. "A juventude na Bahia fez um movimento de repúdio de tal maneira que a moça teve de ser mandada para os Estados Unidos. Foi um movimento verdadeiramente impressionante, de sentimento antiamericano que surgiu no nosso povo. Legítimo. Foi a nossa saída. Isso representou uma grande conquista para o povo brasileiro, porque os americanos queriam permanecer nas bases navais e nas bases aéreas", arrematou Arruda.

***

Ao falar da questão das bases norte-americanas, Prestes levantou o véu de um verdadeiro escândalo, revelando a ingerência cada vez mais ostensiva e insolente do regime de Washington em assuntos internos do país. A campanha fez os provocadores reagirem com a proverbial gritaria anticomunista. Segundo o PCB, em resposta a Prestes logo depois do seu discurso falsos "patriotas" saíram a campo com editoriais da "imprensa sadia" — expressão popularizada na época para designar ironicamente os jornais de direita, como *O Globo*, o *Correio da Manhã*, e aos Diários Associados, cadeia pertencente a Assis Chateaubriand — para tentar desqualificar a denúncia.

Mas os fatos eram tão evidentes que, mesmo com o monumental aparelho de propaganda dos inimigos do PCB, seria difícil ocultar a verdade. Uma prova que reforçou consideravelmente a denúncia apareceu quando oficiais brasileiros encontraram um relatório esquecido por um major americano no Regimento Escola de Infantaria, na Vila Militar, no Rio de Janeiro. O documento continha informações confidenciais para seus superiores hierárquicos dos Estados Unidos e chamava os oficiais do Exército brasileiro de "incapazes e preguiçosos". Para o PCB, era mais uma evidência da volúpia expansionista do Departamento de Estado norte-americano, tão contrária à política de boa vizinhança inaugurada por Roosevelt, revelando que os americanos confundiam o Brasil com uma espécie de "casa da sogra", onde tudo era permitido.

No dia 30 de abril de 1946, a *Tribuna Popular* publicou uma matéria sobre o assunto, intitulada "Um major americano esqueceu o documento", que rendeu meses de perseguição. Foi um escarcéu. O ministro da Justiça anunciou que iria fazer um "saneamento moral" e determinou que todos do jornal fossem ouvidos em inquérito do Departamento Federal de Segurança Pública.

Pedro Pomar prestou depoimento em 17 de junho na Delegacia de Segurança Social do Rio de Janeiro. Foi interrogado por um delegado e um promotor. Disse que, tendo assumido a direção do jornal em 4 de maio, nada podia esclarecer sobre a dita matéria. Era fato. Embora já no comando da *Tribuna Popular*, ele não havia assumido formalmente a função de diretor, ainda exercida por Pedro de Mota Lima.

Capítulo 15

Para os comunistas, a defesa da democracia, da soberania nacional e do progresso do Brasil era uma luta intransigente.

1946

Uma séria advertência ao povo e principalmente ao governo. Os acontecimentos que tumultuavam o processo de democratização do país, segundo Pedro Pomar refletiam a crítica situação pela qual passava o capital financeiro em âmbito mundial e deveriam ser encarados como uma visível demonstração da vulnerabilidade do país. Na *Tribuna Popular* de 27 de abril de 1946 ele escreveu que Prestes vinha manifestando esse ponto de vista do Partido Comunista do Brasil em grandiosos comícios de união nacional, denunciando a gravidade da situação econômica e política do Brasil.

Prestes havia falado em 23 de abril de 1946 no "Comício São Paulo pela União Nacional", convocado para desagravar o secretário-geral do PCB, que os reacionários deram uma demonstração de força com a campanha contra ele e o Partido Comunista do Brasil, a ponto de levar o presidente Dutra para o lado deles. E apontou como solução para a situação nacional a destruição completa dos "restos fascistas" e o avanço no caminho da democracia. Prestes comentou que o verdadeiro significado de uma democracia não era, como se dizia demagogicamente, "o governo do povo, pelo povo e para o povo", mas, sim, "o regime que beneficia a maioria".

O imenso prestígio de Luiz Carlos Prestes arrastou uma multidão para o Vale do Anhangabaú, calculada pelo PCB em trezentas mil pessoas. Segundo os jornais, os comunistas deram uma demonstração de força comparável à da campanha do candidato presidencial em 1945, Yedo Fiúza. "O comício decorreu na mais perfeita ordem e no meio do maior entusiasmo", informou o *Jornal de Notícias*. "O Vale do Anhangabaú viu reeditados os espetáculos dos comícios realizados por ocasião da candidatura de Yedo Fiúza, tendo suas dependências literalmente tomadas, ontem a noite, pela multidão que foi ouvir a palavra do senhor Luiz Carlos Prestes. A massa popular comprimia-se do Largo da Bandeira até além do viaduto", detalhou.

O *Jornal de Notícias* disse ainda que o espetáculo constituía-se de tochas acesas, cartazes, escudos, dísticos, etc., empunhados pelos representantes dos comitês e de

delegações do interior e de Santos. Pedro Pomar fez parte da comissão que organizou o comício, também integrada por Danton Vampré — que falou em nome dos organizadores —, Caio Prado Junior, Haddock Lobo e o próprio Prestes.

Na *Tribuna Popular*, Pedro Pomar explicou que a crise se originara do fato de que o capital financeiro "mais reacionário" procurava uma saída guerreira para suas dificuldades na dominação da Índia, da Indonésia, do Egito, da Grécia e da China. E muito particularmente na Europa, onde a democracia avançava sem cessar, mantendo o governo fascista de Franco na Espanha como principal foco de guerra no mundo. Aquelas dificuldades conduziam, por sua vez, o capital financeiro a reforçar ainda mais suas exigências no Brasil, não somente liquidando as conquistas progressistas como também garantindo bases militares para seus planos de conquista.

Quanto à crise econômica, disse Pedro Pomar, o governo brasileiro vinha adotando medidas paliativas para tentar conter o agravamento da miséria do povo que passavam longe de uma solução efetiva. Com isso, tornava o problema mais sério. E, tanto no plano econômico como no político, não abria perspectivas de uma solução democrática, patriótica, resultante da verdadeira união de todos os brasileiros.

Prestes havia dito — segundo Pedro Pomar — que o governo pecava pela ineficiência, tabelando os gêneros de produção agrícola quando deveria distribuir as terras próximas aos grandes centros a todos os que as quisessem trabalhar; fixar o preço mínimo para os produtos do campo; garantir a venda livre aos mercados da cidade; e organizar, em suma, a produção, estimulando as cooperativas de produção e a assistência técnica e financeira aos camponeses.

Pedro Pomar disse que o governo fixara a taxação sobre os lucros excessivos (não quis chamá-los de extraordinários, observou), sem, contudo, poder levar a medida à prática pelo controle nacional do crédito, pela nacionalização dos bancos, garantindo todos os depósitos particulares. Além do mais, afastava-se cada vez mais do povo, cedendo à pressão dos reacionários, perseguindo os trabalhadores, cerceando com violência e desespero crescente o direito de reunião e de associação. Queria impedir que os operários lutassem por mais pão e liberdade, afirmou.

Para ele, as perspectivas que se apresentavam para o Brasil eram as piores se não fossem ouvidas as propostas de Prestes e do seu Partido, que estavam dispostos a apoiar o governo para salvar o povo da fome e da guerra civil. "Impõe-se a todos os patriotas e democratas o dever não só de discutir e estudar o discurso de Prestes, de divulgá-lo e debatê-lo com amplitude. Impõe-se, antes e acima de tudo, o dever de se organizarem, de se unirem, para exigir a solução indicada por Prestes. Porque é a solução mais patriótica, mais democrática, a que pode resultar do entendimento, da união de todos os brasileiros em luta pelo progresso, pela democracia e pela paz", concluiu.

***

Pedro Pomar baseava seu prognóstico a respeito das perspectivas para o Brasil caso o governo não adotasse medidas democráticas e patrióticas também nas atitudes de representantes brasileiros que agiam abertamente a favor dos planos expansionistas do governo norte-americano. Ao falar em nome da Comissão Executiva na solenidade de entrega dos "carnets" — carteira de membro do Partido Comunista do Brasil — a

muitos dos seus escritores, artistas plásticos, músicos, cientistas e atores teatrais, realizada em 21 de abril de 1946 na ABI, ele abordou longamente a situação internacional, alertando para os perigos de uma nova guerra, a solução preconizada pelo imperialismo e pelos "agentes do capital colonizador" para a difícil situação em que se encontravam.

A atuação do delegado brasileiro na Assembleia Geral da ONU, Ciro de Freitas Vale, apoiando Franco, o líder fascista espanhol, foi duramente criticada por Pedro Pomar — segundo ele, uma atitude que não representava os desejos de paz mundial e absolutamente contrária aos interesses nacionais. Fechando a saudação, Pomar enfatizou a necessidade de uma ação firme dos intelectuais brasileiros para conscientizar o povo sobre os perigos que o ameaçava. Prestes presidiu a solenidade, que começou às dez horas da manhã de um agradável domingo carioca no Teatro Ginástico. Estavam na mesa, além dele e Pedro Pomar, Maurício Grabois, o escritor Graciliano Ramos, o pintor Cândido Portinari, o arquiteto Oscar Niemeyer, a escritora Lia Correa Dutra, o escritor Astrojildo Pereira e o jornalista Aparício Torelli, o Barão de Itararé.

Os inimigos dos comunistas atacavam também em outro flanco: o da legalidade. A campanha pela cassação do registro eleitoral do PCB começou a aparecer explicitamente quando o obscuro deputado Barreto Pinto (PTB-DF) — eleito com apenas quatrocentos votos por conta da grande votação obtida por Getúlio Vargas e, segundo os comunistas, um integralista que ajudou a apunhalar o parlamento brasileiro em 10 de novembro de 1937 — defendeu a ideia em entrevista ao jornal *O Globo*.

O jornal foi ouvir o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Waldemar Falcão, que declarou: "Os senhores devem ler a lei eleitoral." Mas os discípulos de Barreto Pinto, conforme diziam os comunistas, lendo ou não a lei eleitoral, com o apoio da mídia entraram de cabeça na campanha pela cassação do registro do PCB, que logo ganharia o reforço do ex-conselheiro do Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo, Himalaia Virgulino — caracterizado pela *Tribuna Popular* como um "lombrosiano", indivíduo que apresenta traços físicos típicos de criminoso nato, segundo a teoria do criminologista italiano Cesare Lombroso, que iniciou os estudos da antropologia criminal ao publicar, em 1874, o livro *L'uomo delinquente* (*O homem criminoso*).

Os dois recorreram à Justiça Eleitoral pedindo a cassação do PCB, alegando que se tratava de uma organização estrangeira. O procurador-geral da Justiça Eleitoral, Temístocles Cavalcante, pediu o arquivamento das denúncias por falta de provas e, na primeira audiência do caso no Tribunal Superior Eleitoral, em 2 de maio de 1946, Virgulino solicitou a sua substituição, acusando-o de "suspeito" uma vez que seu nome havia "vindo à tona" no movimento de 1935 promovido pela ANL e alegando que ele só não fora processado porque não se conseguiram as provas para tanto.

O ex-procurador do TSN explorou ao máximo a campanha movida contra Prestes, dizendo que ele pregara a guerra civil. Já Barreto Pinto, que mais tarde teria o mandato cassado por violação do decoro parlamentar ao ser fotografado pela revista *O Cruzeiro* em fraque e cueca, repisou velhas mentiras, sendo a mais frágil delas a de que o Exército estava contra o PCB.

O advogado do Partido Comunista do Brasil, Sinval Palmeira, reafirmou a política de ordem e de tranquilidade, reforçando que para os comunistas a defesa da democracia, da soberania nacional e do progresso do Brasil era uma luta intransigente. Disse aos magistrados que ninguém melhor do que o PCB defendia o caráter pacífico daquela luta, cumprindo fielmente a legislação existente. Sinval Palmeira demonstrou indignação ao falar dos "dois indigitados acusadores", segundo ele "quadros desmoralizados da reação", pessoas irresponsáveis. O direito de admirar a democracia socialista soviética ou a capitalista dos Estados Unidos e da Inglaterra deveria ser respeitado, defendeu.

Sinval Palmeira fez uma citação de Ruy Barbosa defendendo as instituições democráticas e disse que ele estava cem anos à frente dos que se esforçavam para deter a marcha do mundo, da qual a Revolução de 1917 na Rússia era uma das páginas mais brilhantes, um acontecimento destinado a impulsionar a democracia e o progresso em todo o planeta.

Quanto à acusação de que o Partido Comunista do Brasil era uma organização estrangeira, ele afirmou que até o chefe de polícia reconhecia que a falácia da fórmula mais que usada do "ouro de Moscou" ficara para trás. Sinval Palmeira rebateu também a alegação de Barreto Pinto sobre o Exército, segundo ele uma instituição profunda e genuinamente democrática — participara de todos os movimentos populares havidos no Brasil e, portanto, não poderia ser contra o Partido Comunista.

O relator do caso, o desembargador Sá Filho, mesmo com todas as explicações de Sinval Palmeira, leu o seu parecer e, inexplicavelmente, mandou que o processo fosse baixado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro para diligências a fim de apurar a procedência das denúncias. A decisão foi aprovada por unanimidade, mesmo com a decisão de Temístocles Cavalcante de pedir o arquivamento das denúncias por falta de provas. O TSE rejeitou também uma petição do PCB no sentido de que não fossem levadas em consideração as denúncias, uma vez que elas não percorreram os canais competentes, os partidos políticos, conforme prescrevia a legislação eleitoral.

Segundo Pedro Pomar, a decisão do TSE era previsível. "Já esperávamos a decisão do Tribunal Eleitoral, em virtude do clima de violências e intranquilidade criado pelos restos do fascismo e por elementos reacionários ainda influentes em certos círculos da nossa pátria", disse ele à *Tribuna Popular*. Pedro Pomar afirmou ainda que a legalidade do Partido Comunista do Brasil representava uma conquista do povo. "Uma conquista democrática, e não um favor. Nosso povo não será derrotado. E se acaso sofresse qualquer derrota, esta seria passageira."

Sobre as diligências determinadas pelo TSE ao TRE, Pedro Pomar disse que o Partido Comunista do Brasil tinha as portas abertas a todo o proletariado e ao povo para conhecerem sua vida. "Quanto às diligências do Tribunal Eleitoral, desde já estamos dispostos a responder, submetendo-nos a quaisquer investigações sobre a vida do nosso Partido e dos seus dirigentes e militantes. Lembramos, entretanto, que por ocasião do golpe militar dirigido contra o Partido em 29 de outubro do ano passado os nossos arquivos foram levados para o Ministério da Guerra e para a polícia e até hoje não nos foram devolvidos. Nada, então, apesar da brutalidade e da surpresa com que fomos atingidos, foi comprovado contra o Partido do proletariado e do povo", comentou.

Só restava um recurso para impor limites àquela escalada de ataques ao PCB, segundo a opinião de Pedro Pomar. Ele vinha escrevendo pequenos textos publicados na capa da *Tribuna Popular*, na forma de editoriais assinados, nos quais comentava as decisões que os comunistas adotavam. Na edição de 9 de maio de 1946 ele escreveu que para enfrentar as ameaças dos "restos fascistas" era preciso protestos mais altos e vigorosos. O comentário referia-se a uma nota da Comissão Executiva divulgada dois dias antes aconselhando "o povo a fazer uso de formas de luta cada vez mais altas e vigorosas para liquidar os agentes fascistas e desesperados".

A nota, disse Pedro Pomar, identificava esses agentes como os representantes de bancos e empresas imperialistas, como a Light. A tarefa urgente, a missão imediata para todos os patriotas e democratas que não queriam cometer o crime da "displicência ou da omissão" era a de protestar da maneira mais enérgica e mais decidida contra as ameaças às liberdades, afirmou. Pedro Pomar avaliou as atitudes do grupo que perseguia os comunistas como ações "terroristas" cometidas contra o proletariado e seu Partido. Somente o protesto crescente, poderoso e firme das massas seria respeitado, comentou.

O "grupo fascista" do governo, disse ele, era audacioso a ponto de identificar a união nacional como o caminho para a marcha da democracia e defini-la como alvo. Mas a experiência histórica mais uma vez demonstraria que as forças democráticas tinham condições e todas as possibilidades de garantir a ordem e a democracia para vencerem política e moralmente os "restos fascistas" se soubessem agir sem vacilações e em frente comum, asseverou. Mas os comunistas insistiriam em separar Dutra e mais alguns do governo do "grupo fascista", que poderiam ser atraídos para a união nacional, até às evidências incontestáveis de que Dutra não arredara pé da sua posição explicitada nos tempos do Estado Novo.

A tática do PCB, naquela conjuntura, segundo Pedro Pomar, seria oferecer ao governo Dutra toda a colaboração possível no sentido de buscar uma solução pacífica para a crise. A "cooperação democrática" com o governo deveria ser o objetivo dos protestos "contra os agentes da desordem e da guerra civil". "Protestemos, pois, em voz alta, por todos os meios e de todas as formas possíveis, esgotando os recursos legais e sem cair em provocações! Protestemos, através das nossas organizações de massas, até que o governo nos ouça, ouça a voz do povo que deseja a união nacional para resolver os nossos problemas e defender a nossa pátria! O protesto em massa e continuado é agora a condição para a nossa vitória."

***

Estava em andamento, segundo o PCB, um plano nacional arquitetado pelos inimigos da democracia. Quando os estivadores do porto de Santos, em São Paulo, decidiram em assembleia, por unanimidade, não descarregar os navios vindos da Espanha em protesto contra os crimes do general Franco, o ministro do Trabalho, Octacílio Negrão de Lima — um integrante do "grupo fascista" do governo — comandou pessoalmente uma onda de repressão selvagem na cidade.

Pedro Pomar esteve em Santos em 17 de maio de 1946 e presenciou o clima de violência reinante. Ele participou de uma conferência na Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, promovida por várias células do Partido Comunista do Brasil em comemoração à "Quinzena de Legalidade" — uma série de atividades programada

para celebrar o primeiro aniversário de vida legal do PCB, conquistada em 23 de maio de 1945 no comício realizado no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro. Mais de cinco mil pessoas superlotaram o local, com gente até pela rua, segundo os comunistas de Santos.

Após falar das lutas vitoriosas do Partido Comunista do Brasil na legalidade e na ilegalidade, Pedro Pomar foi informado de que dez trabalhadores das Docas haviam sido soltos e que iam aparecer no local. Houve cenas emocionantes. Quando os portuários chegaram, seus amigos e parentes choraram de alegria. Pedro Pomar transmitiu, em nome do Partido Comunista do Brasil e da *Tribuna Popular*, uma saudação à "heroica e democrática cidade de Santos, que tem sobre si voltadas as vistas de todo o Brasil e de todos os países democráticos em face da justa, energética e patriótica atitude de seus estivadores, frente ao último reduto do fascismo no mundo: a Espanha de Franco".

A conferência aprovou, após a fala de Pedro Pomar, um telegrama de protesto que seria enviado ao presidente da República e ao presidente da Constituinte pedindo o afastamento de Negrão de Lima, Macedo Soares (interventor paulista), Oliveira Sobrinho (chefe da polícia política em São Paulo), Pereira Lira (chefe da polícia política no Rio de Janeiro) e do coronel Augusto Imbassahy (diretor da Divisão de Polícia Política e Social).

Segundo os comunistas, Negrão de Lima estava traçando um novo Plano Cohen em Santos com o intuito de provocar uma greve geral na cidade que justificasse medidas violentas também em outros pontos do país dirigidas contra as organizações democráticas, a começar pelo Partido Comunista do Brasil. Mas a manobra fracassara, o que poderia acarretar em demissão de Negrão Lima. Ele não conseguiu transformar em realidade o banho de sangue que prometera dar em Santos, avaliaram os comunistas da cidade.

***

Como parte da "Quinzena da Legalidade", o PCB lançara um livro de fotos sobre a história dos comunistas no Brasil com prefácio de Pedro Pomar, legendas de Astrojildo Pereira e Armênio Guedes e fotografias de Carlos Scliar, Rui Santos e do arquivo da *Tribuna Popular*. Pedro Pomar participou também de outra atividade da "Quinzena da Legalidade" — uma homenagem ao 16º aniversário da morte de Siqueira Campos, um dos líderes dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, realizada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa em 10 de maio de 1946.

Na parte da manhã, uma romaria se dirigiu ao monumento erguido em sua memória em Copacabana. À noite, a escola Siqueira Campos para alfabetização de adultos, dirigida por Eneida Costa de Moraes — a escritora que abrigara Pedro Pomar em sua primeira estada no Rio de Janeiro no começo da década de 1930 —, criada por iniciativa dos Comitês Democráticos organizados pelos comunistas, homenageou seu patrono. Em seguida, realizou-se na ABI a "sessão cívica".

A solenidade foi presidida por Pedro de Carvalho Braga, secretário político do Comitê Metropolitano do Distrito Federal, que convidou para a mesa Luiz Carlos Prestes, os jornalistas Pedro Pomar e Jocelyn Santos, a escritora Lia Correa Dutra, o coronel

Henrique Cunha e o major Eonídio de Miranda (companheiros de Siqueira Campos nos levantes da década de 1920), o médico Aluizio Neiva Filho e os dirigentes comunistas Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho e Russildo Magalhães. Por proposta de Prestes, a solenidade prestou uma homenagem ao poeta Catulo da Paixão Cearense, que falecera naquele dia, guardando, de pé, um minuto de silêncio.

A "Quinzena da Legalidade" terminaria com um acontecimento trágico: no comício de encerramento das atividades, a polícia política deu um banho de sangue — episódio que ficou conhecido como "Chacina do Largo da Carioca". O PCB havia programado as festividades para 23 de maio de 1946 com bastante antecedência, precisamente onze dias antes quando o Comitê Metropolitano do Distrito Federal dirigiu-se ao Departamento Federal de Segurança Pública comunicando a realização do evento. O Partido investiu pesado na preparação de uma grande festa e fez ampla divulgação do comício.

Um dia antes, o coronel Imbassahy divulgou uma nota informando que transferira o comício para a Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. O texto dizia que estava "interditada qualquer reunião no Largo da Carioca para efeito de comício", alegando "perigo imediato para a segurança pública". Na prática, era uma proibição porque não havia como transportar milhares de pessoas para o local designado. Maurício Grabois apelou ao ministro da Justiça, Carlos Luz, para que a decisão fosse revogada, mas não obteve sucesso. Quase na hora do início do comício, ele ainda estava no Ministério da Justiça tentando falar com Carlos Luz, que prometera recebê-lo e não cumpriu a promessa.

Segundo Pedro Pomar, a polícia política fez uma manobra para dificultar a presença do povo ao transferir arbitrariamente o comício com a finalidade de achincalhar o Partido. Por volta das dezessete horas, a cavalaria começou a empurrar os manifestantes para as calçadas e ruas circunvizinhas. Muitos se abrigaram em lojas, que estavam com as portas semicerradas, e em galerias. Os policiais, usando óculos escuros, brandiam espadas e as pessoas respondiam cantando o Hino Nacional e gritando o nome de Prestes, até que a polícia começou a disparar contra os manifestantes. Além de uma grande quantidade de prisões e muitos feridos, morreram os operários Altair Figueira e Joaquim Coelho.

***

Algumas horas antes da "Chacina do Largo da Carioca" Pedro Pomar estava na Churrascaria Gaúcha em um almoço de homenagem ao primeiro aniversário da *Tribuna Popular* — lançada em 22 de maio de 1945. Ele salientou a grande responsabilidade do jornal perante a classe operária e a democracia, como porta-voz de um pensamento voltado para profundas transformações sociais no país. "Temos a consciência das nossas responsabilidades e saberemos levantar cada vez mais alta, junto com toda a imprensa democrática do Brasil, a bandeira de luta de nosso povo pela união, pela democracia e pelo progresso", comentou.

Segundo Pedro Pomar, um jornal de vanguarda como a *Tribuna Popular* tinha de se impor, como era natural, duas grandes tarefas. "A primeira, a de levar ao nosso povo, às mais amplas camadas populares, a palavra e o pensamento da nossa organização de vanguarda, fazer conhecidos de todos os brasileiros o nosso Programa e o nosso ideal de

democracia e liberdade. A segunda tarefa é a de organizar e unir através da movimentação mais enérgica e ativa, através da defesa intransigente dos seus direitos e da sua ação, a tarefa de unir o nosso povo para a luta pela elevação do seu nível material e cultural. Longe de nós envaidecermos, mas, embora sem esconder as nossas deficiências, é justo ressaltar que estamos em nosso jornal procurando servir ao proletariado e ao povo, cumprindo essas tarefas."

Prestes estava presente e falou em nome da Comissão Executiva. Em seu discurso, ele registrou a alegria de encontrar pelo país afora, em regiões longínquas, camponeses que lhe mostravam velhos exemplares da *Tribuna Popular* para dizer que pelo jornal haviam conseguido chegar ao PCB. "A luta do Partido é, portanto, da *Tribuna*", disse.

O jornal de massas do PCB foi, de fato, como se dizia na época, porta-voz da alegria pela derrota do nazi-fascismo que se fundia à esperança de que a democracia trouxesse uma nova perspectiva para o país. Eloy Martins, o dirigente sindical e membro da direção gaúcha do PCB, conta que, na primeira assembleia sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre após a legalidade dos comunistas, com exceção de uns três companheiros todos os presentes liam o jornal.

Ele estava no vértice de uma máquina que imprimia o *Hoje* em São Paulo, a *Folha Capixaba* no Espírito Santo, a *Folha do Povo* em Pernambuco, a *Tribuna Gaúcha* no Rio Grande do Sul, *O Democrata* no Ceará, a *Voz do Povo* em Alagoas, *O Momento* na Bahia, *O Estado de Goiás* em Goiás e o *Jornal do Povo* em Minas Gerais. Nesse conglomerado, o PCB aglutinou intelectuais, como o historiador gaúcho Décio Freitas, a poeta Lila Ripoll e os escritores Carlos Drummond de Andrade e Dyonélio Machado — além de muitos outros declaradamente comunistas.

Victor Márcio Konder, um jornalista do PCB daquela época, conta que existiam várias empresas, entre elas oficinas gráficas, órgãos de imprensa, a agência de notícias *Interpress* e editoras. Formavam uma organização maior, um comitê de empresas. A *Tribuna Popular* preparava-se para ocupar uma vistosa sede com oito pavimentos, uma construção dotada de todos os requintes da técnica moderna e um amplo auditório com capacidade para mil pessoas. Segundo o jornal, o membro do Partido Oscar Niemeyer, autor do projeto do edifício do Ministério da Educação, das obras da Pampulha e outros, foi o encarregado da tarefa de projetar o edifício.

A fim de "adiantar ao povo" alguns detalhes, a *Tribuna Popular* ouviu Niemeyer. "O prédio que a *Tribuna Popular* pretende construir terá oito pavimentos, sendo que no andar térreo e sobreloja serão instaladas, respectivamente, as oficinas e redação. Para as oficinas foi previsto um amplo salão de 35 metros por 11, dotado de todos os requisitos de conforto e higiene, isto é, ventilação e iluminação adequadas e instalações completas. A redação, situada na sobreloja, com fácil ligação com as oficinas, terá também condições idênticas, além de aparelhos de intercomunicação e monta-papéis que, ligados diretamente às oficinas, permitirão maior eficiência ao trabalho", disse o arquiteto. As perseguições do bando chefiado por Pereira Lira inviabilizariam o projeto.

A *Tribuna Popular* também cumpria um papel decisivo como contraponto aos ataques ao PCB, visivelmente orquestrados, conforme mostravam as sucessivas campanhas anticomunistas dos jornais. Segundo Pedro Pomar, apenas o *A Notícia* não seguia a procissão. Conforme uma nota publicada na *Tribuna Popular*, "enquanto a imprensa

vendida ao imperialismo" continuava "vomitando seu ódio contra o povo e suas organizações legítimas e representativas" para barrar o processo de democratização do país, alguns órgãos independentes erguiam-se contra as provocações e apontavam os responsáveis, pondo-se a serviço da nação. "É um trabalho dessa natureza que vem realizando *A Notícia*", afirmou a nota.

O jornal denunciou os abusos de Negrão de Lima em Santos e deu "um vibrante toque de alerta contra as manobras dos agentes do imperialismo" que tentavam criar discórdias e trazer o descrédito internacional para o país. O *A Notícia* era dirigido pelo jornalista Cândido Campos, tido por Pedro Pomar como um profissional que se diferenciava dos negociantes que comandavam os demais jornais da grande mídia. Em 1945, quando os comunistas conquistaram a legalidade, Cândido Campos disse que o PCB tinha objetivos humanos e cristãos, "como qualquer partido democrático". Em agradecimento à nota da *Tribuna Popular*, o diretor de *A Notícia* enviou a seguinte mensagem a Pedro Pomar:

Penhorado, agradeço ao ilustre colega as generosas referências insertas ontem na Tribuna Popular *e o espírito de justiça no julgamento de minha ação jornalística.*

Muito cordialmente.

Candido Campos — diretor de "A notícia".

***

Na edição do jornal *A Classe Operária* de 25 de maio de 1946, Pedro Pomar fez um novo diagnóstico da escalada autoritária que tomava conta do país em artigo com o título "Serenidade e firmeza", apontando que na composição do governo estavam conhecidos inimigos do povo, elementos fascistas e reacionários. "Como temos afirmado várias vezes, essa submissão do governo aos elementos fascistas impede a sua aproximação do povo e, portanto, a colaboração dos democratas, do homem do povo sem compromisso com o capital colonizador anglo-americano", escreveu.

Ele recomendou "firmeza e serenidade" para as forças democráticas, indicando que a unidade naquele momento era a forma para dar respostas às provocações do "grupo fascista". Para garantir a democracia no país, segundo Pedro Pomar, os patriotas precisavam somar forças e os comunistas, em particular, deveriam redobrar os esforços no trabalho de organização nas grandes empresas, reforçar suas ligações com a massa, liquidando todo sectarismo. Não perdessem tempo, enfatizou. A "reação" e o "pequeno grupo fascista" estavam ativos e audaciosos nas suas intrigas, nas suas provocações, uma grave emergência que exigia do proletariado e do povo a máxima união.

Em um ativo da imprensa comunista — o primeiro do PCB —, realizado em 30 de junho de 1946, Pedro Pomar, já como secretário de Divulgação, chamou a atenção para a importância do jornal *A Classe Operária* como orientador das demais publicações. Agitar, organizar e unir o povo era o objetivo primordial dos jornais, disse, referindo-se às palavras de Lênin na obra *Que fazer?* sobre a importância da imprensa como propagadora e educadora de massas, além de formar dirigentes políticos.

Não se deixassem levar pelo espontaneísmo, recomendou. O verdadeiro papel do propagandista era dar um conteúdo mais educativo, tanto aos materiais que seriam destinados aos militantes comunistas como às grandes massas, asseverou. Para Pedro Pomar, as direções nos estados deveriam aumentar a ligação com os jornais, que não deveriam ser subestimados, como vinha acontecendo em alguns casos. As publicações precisavam ser o centro do trabalho de massas, refletindo cuidadosamente os interesses locais, do povo, disse.

A crise, segundo Pedro Pomar, não era somente política. A grave situação econômica do país exigia um governo de confiança nacional, conforme ele escreveu na *Tribuna Popular*. A ordem republicana e democrática, ameaçada pelos quinta-colunistas, o progresso e a paz precisavam, mais do que nunca, estar alicerçados por um governo com credibilidade perante o povo, que marchasse no sentido da história, que consolidasse a união indispensável para assegurar a solução de todos os problemas mais importantes, ponderou. Poderia ser um governo de coalizão, representado por todos os partidos verdadeiramente democráticos "que, estamos certos, não se negarão a colaborar para a execução de um *Programa Mínimo* de já não dizermos de reconstrução, mas que nos conduza, no mais rápido prazo, à vitoria contra a inflação, o mercado negro, a carestia e os agentes fascistas notórios enquistados no aparelho do Estado".

O PCB julgava que membros da UDN estavam empenhados na formação de um governo dessa natureza, disse Pedro Pomar. E se o governo do presidente Dutra desejasse efetivamente ampliar sua base social, apoiar-se nas camadas mais progressistas e avançadas, não poderia evidentemente escolher outro caminho senão aquele, asseverou. Mas ressalvou que da parte dos comunistas não havia ilusões em qualquer acordo político que visasse "à consolidação de um clima de reação sonhado pelos Macedo Soares, Lira *et caterva*". Sua duração seria efêmera e contrária àqueles tempos ascendentes da democracia, disse.

Além disso, afirmou Pedro Pomar, qualquer coalizão fora do conteúdo defendido pelo PCB "traria uma nova recomposição de forças políticas e naturalmente teria de acelerar o processo de formação da frente democrática cujas forças não poderiam continuar capitulando aos golpes dos desesperados agentes fascistas". "É certo ainda que o imperialismo americano procura com esforço redobrado implantar uma coalizão em alto estilo demagógico e reacionário, de grandes lucros para os seus bancos e negócios, e de cadeia e de terror para os que reclamarem seus direitos. Porque somente num ambiente antidemocrático é possível a seus agentes o monopólio econômico, político e militar da nossa pátria e, em consequência, de todo o Continente."

Pedro Pomar lembrou que os comunistas estavam dispostos, desde o primeiro instante da posse do novo governo, a colaborar com todas as forças democráticas e, particularmente, a apoiar os atos democráticos de Dutra, mas nunca abandonaram sua posição independente. E reafirmavam o propósito de lutar incessantemente pela saída do "pequeno grupo fascista que está reduzindo a zero a confiança nos atos do supremo magistrado da nação".

O PCB exigia o afastamento dos seus postos "da reduzida clique de generais fascistas contrários às tradições democráticas do nosso Exército" e, com eles, seus prepostos da polícia política, escreveu Pedro Pomar. Outro ponto importante era a garantia, pelo PSD, da promulgação de uma Constituição genuinamente democrática. Ao mesmo

tempo, o governo deveria tomar medidas práticas urgentes para salvar o povo da fome. "Eis um programa que todos os patriotas e democratas, tendo à frente os comunistas, são capazes de aceitar e levar a cabo com o maior entusiasmo e espírito de cooperação de que sempre deram provas."

***

Ao passo que o PCB estendia a mão para o governo, Dutra respondia com mais agressividade. Depois de quase reduzir as garantias democráticas a frangalhos, ele ordenou a Pereira Lira que centrasse fogo na *Tribuna Popular*. O jornal do PCB entrou na mira dos anticomunistas do governo desde a publicação da declaração de Prestes na Associação dos Funcionários Públicos do Rio de Janeiro em 16 de março de 1946 sobre a posição dos comunistas diante de uma hipotética "guerra imperialista" com o envolvimento do Brasil contra a União Soviética.

Em 7 de julho de 1946, o jornal *Diário de Notícias* publicou uma nota informando que a polícia política procurava dificultar "a publicação do órgão comunista". Pedro Pomar havia enviado um telegrama aos presidentes da ABI e do Sindicato de Jornalistas Profissionais com o seguinte teor:

Conforme denunciamos em nossa edição de 3 do corrente, prossegue a violência contra a Tribuna Popular, levada a efeito por prepostos da polícia que têm indebitamente ordenado a paralisação da máquina na oficina onde é impresso o jornal. Pela quarta vez, ante nosso sereno mas enérgico protesto, repete-se a grosseira provocação, visando particularmente sabotar nossa circulação, mediante intimidação a funcionários que empregam seu labor alta madrugada.

Em face desse flagrante atentado à liberdade de imprensa que compete a esse órgão de classe zelar, comunicamos ao ilustre confrade nossa deliberação de adotar medidas legais consentâneas contra o fato inominável, ao mesmo tempo solicitamos sua intervenção em defesa do elementar direito conquistado em virtude da vitória dos povos sobre o nazi-fascismo e dos compromissos assumidos pelo nosso governo.

Pedro Pomar — diretor

***

Foi nesse clima que o PCB instalou a sua III Conferência, em 8 de julho de 1946, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, com a presença de delegados, de representantes dos partidos comunistas do Chile, Argentina, Uruguai e Cuba e de grande massa popular. Pedro Pomar estava na mesa que dirigiu os trabalhos, ao lado de Prestes, Francisco Gomes, João Amazonas e Diógenes Arruda Câmara. Com poderes para substituir e renovar o Comitê Nacional, disse Pedro Pomar, a Conferência era uma oportunidade para se incorporar militantes combativos que a classe operária estava revelando, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e Pernambuco.

Pedro Pomar e os demais dirigentes percorreram o país para organizar o evento. Durante a preparação da fase estadual da Conferência de Pernambuco, no Recife, ele recebeu a denúncia de que um delegado representando o município de Olinda fora reconhecido como traidor do movimento de 1935. Confirmada a denúncia, Pedro Pomar propôs que

o denunciado se retirasse do recinto e entregasse a credencial para outro delegado, indicação imediatamente acatada pelos presentes.

Segundo ele, a Conferência, velha tradição democrática dos comunistas garantida pelos Estatutos, com poderes para examinar a linha política do Partido — modificando-a se necessário — e avaliar crítica e autocriticamente o funcionamento das instâncias partidárias, fora convocada em um momento histórico, quando o PCB crescia enormemente e constituía uma força política de primeira grandeza na decisão dos destinos do país. Era o momento certo para elevar o nível ideológico dos comunistas, porque, na interpretação dos acontecimentos, os militantes compreenderiam melhor o marxismo como um poderoso guia de ação, aprenderiam que o dogmatismo na questão de princípios conduzia fatalmente a erros táticos imperdoáveis, avaliou.

Com esse enfoque, Pedro Pomar apresentou o *Informe* denominado "Os problemas de educação e propaganda". Em uma passagem ele tocou no ponto que suscitava controvérsias no PCB e foi duro na defesa da tese de que era possível trazer o presidente da República para a união nacional, apesar da reiterada truculência do governo. "É fácil vermos formulações de que o governo Dutra é por inteiro fascista ou completamente ligado e vendido ao imperialismo. Essas formulações contradizem a opinião da direção nacional do Partido, cuja análise a respeito do governo é de que o mesmo está composto em sua maioria de reacionários e enquistado de fascistas que se apoiam ou servem ao imperialismo. Mas não podemos negar que existam democratas no governo", disse.

A condenação global do governo era, para Pedro Pomar, um desvio oportunista de esquerda, porque ainda não havia sido arrancado do Partido o sectarismo, um problema que precisava ser combatido sistematicamente. Segundo ele, o desvio de esquerda seria o pior que existia, que poderia causar mais danos, porque os comunistas, pela sua formação no Brasil, estavam mais inclinados a cair nele. A aplicação da orientação que mandava combinar a ordem e a tranquilidade com as formas mais altas e vigorosas de luta, a fim de garantir a solução pacífica dos problemas políticos, era a maior dificuldade, afirmou.

Pedro Pomar recorreu ao exemplo trágico da "Chacina do Largo da Carioca" para explicar como essa combinação deveria ser aplicada. Segundo ele, foram usados todos os recursos legais para remover aquela medida do coronel Augusto Imbassahy e ali fora dado um exemplo — mesmo com o sacrifício de sangue imposto ao povo e à causa da democracia — de como defender os direitos conquistados, utilizando todos os recursos legais e ao mesmo tempo a maior decisão na luta contra os inimigos da liberdade e do progresso.

Um exemplo negativo, conforme sua análise, seria a deflagração de greves muitas vezes sem esgotar os recursos de que a massa pudesse dispor. E finalizou fazendo duras críticas à subestimação da propaganda. Até a direção nacional não estava à altura das necessidades, afirmou. A ausência de secretarias de Divulgação, a começar pelo Comitê Nacional, impedia que as iniciativas fossem executadas e controladas, disse. A III Conferência oficializaria a Secretaria de Divulgação, que já estava funcionando por decisão da Comissão Executiva e era ocupada pelo próprio Pedro Pomar.

***

———

Capítulo 16

Atentados à *Tribuna Popular* expõem a essência das perseguições aos comunistas. "Grupo fascista" do governo Dutra mostra as garras.

1946

Pedro Pomar estava na Delegacia de Segurança Social quando foi intimado pelo delegado Fredgard Martins Ferreira para prestar esclarecimentos sobre um telegrama que enviara ao presidente da República. Era o dia 30 de julho de 1946. Segundo a polícia política, ele estava na repartição tratando de legalizar seu passaporte "para fazer uma excursão por diversos países da America do Sul" quando foi chamado à presença do delegado.

O assunto era mais um atentado à *Tribuna Popular*, perpetrado pelo "grupo fascista" do governo. De acordo com a descrição dos fatos nos jornais do PCB e pelas manifestações de Pedro Pomar, ainda existia a esperança de que o governo como um todo não compactuasse com aquele vandalismo. Seria um ato de indivíduos fascistas infiltrados e inconformados com uma das liberdades fundamentais conquistadas pelo povo nos últimos dias do Estado Novo: a liberdade de imprensa. À frente deles estava Pereira Lira, o chefe de polícia. O mais querido jornal de massas do país, disse a *Tribuna Popular*, vinha sendo vítima de constantes assaltos contra suas edições pelo simples fato de desmentir — e comprovar os desmentidos — o chefe de polícia.

No dia 25 de julho de 1946, os agentes de Pereira Lira percorreram a cidade do Rio de Janeiro para apreender o jornal do PCB nas bancas. As ações bandoleiras dos policiais se estenderam pelas ruas. O funcionário da Light, Alfeu Sampaio, denunciou que lia a *Tribuna Popular* na estação de Magno, perto do mercado de Madureira, quando apareceram os agentes de Pereira Lira e lhe arrancaram o jornal das mãos. Na Rua São Cristóvão, esquina com a Rua Francisco Eugênio, o portuário João dos Santos também teve o jornal confiscado com brutalidade. Segundo ele, os "tiras" disseram que a *Tribuna Popular* não poderia ser lida por ser "comunista". O jornaleiro Ítalo Palermo pediu recibo dos exemplares apreendidos em sua banca para prestar contas e não arcar com o prejuízo, motivo suficiente para ser levado ao Distrito Policial, onde permaneceu incomunicável por algumas horas.

O jornal *Diretrizes* publicou uma nota, intitulada *A polícia não gostou*, esclarecendo os motivos que levaram Pereira Lira a agir com tanta violência.

Recebemos hoje, pela manhã, inúmeras reclamações de jornaleiros que vieram à nossa redação para dizer que os "tiras" da polícia percorriam as bancas apreendendo exemplares da edição da Tribuna Popular.

Qual a razão de semelhante atitude? Fomos verificar. O chefe de polícia, senhor Pereira Lira, convocou ontem os vespertinos para uma "entrevista sensacional", pois descobrira mais uma "subversão comunista". Exibiu o professor Lira um telegrama do México, assinado por Vicente Lombardo Toledano, do qual alguns jornais publicaram depois o "fac-simile". Diz o telegrama, que é dirigido ao Movimento Unificador dos

Trabalhadores (MUT), que a Federação Mundial dos Sindicatos, reunida em Moscou, decidira recomendar a reativação da campanha anti-franquista a partir de 18 de julho. Ué. Combater Franco e os fascistas é agora privilégio dos comunistas?

Acontece, porém, que o telegrama já era conhecido. Tinha sido mesmo divulgado pela Tribuna Popular *no dia 16 do corrente. A edição de hoje do referido jornal estampa em clichê, reproduzindo o pedaço da página em que saiu publicada a notícia, com o telegrama de Toledano ao MUT, sob o título "Mobiliza-se o proletariado do mundo contra Franco". Foi o que aconteceu simplesmente. De certo, a polícia não gostou do esclarecimento.*

Na edição da *Tribuna Popular* de 25 de julho de 1946, Pedro Pomar escreveu a seguinte nota:

Na manhã de ontem, a Tribuna Popular *foi assaltada nas bancas de pacíficos jornaleiros por bandos policiais e diversos cidadãos espancados porque procuravam orientação nas colunas do nosso jornal, que jamais mentiu ao povo, que sempre esteve e estará a serviço do povo.*

Evidentemente, o chefe de polícia do governo do general Dutra, na ação ilegal promovida para dificultar a circulação da Tribuna Popular, *comete um crime contra a liberdade de imprensa, ameaçando-a de supressão por métodos tipicamente fascistas de desespero e de terror.*

E como esses métodos do senhor Pereira Lira repetem-se violenta e despudoradamente, causando de modo alarmente o desprestígio do governo que assumiu compromissos com a opinião pública nacional e mundial, inclusive junto à Organização das Nações Unidas, e como se repetem as brutalidades, fazemos daqui o nosso mais enérgico protesto contra tais atentados e, ao mesmo tempo, um caloroso apelo ao espírito democrático do nosso povo a fim de impedir as provocações do pequeno grupo fascista, defendendo esse direito conquistado na guerra anti-fascista em ações de massas vigorosas, pacíficas e organizadas.

A prova da compreensão do perigo que pesa sobre a liberdade de imprensa nos dão vários destacados órgãos do periodismo democrático, que expressam assim os sentimentos de solidariedade que o nosso povo vem por seu lado manifestando de maneira crescente ao nosso jornal, porque sabe que a abolição da liberdade de imprensa constituirá uma derrota injustificável, dadas as condições favoráveis à consolidação da democracia em nossa terra. Tribuna do povo, estamos convencidos de que a sua vida para nós faz parte da nossa própria vida. Por isso, não mediremos sacrifícios para a sua defesa. Mas esta só será realmente vitoriosa quando cada cidadão sentir a responsabilidade do seu dever democrático e na medida em que o povo tomar nas mãos a liberdade do seu jornal, na luta contra os restos fascistas infiltrados no governo.

Protestamos, pois, com vigor redobrado junto ao presidente da República, ao ministro da Justiça e à Assembleia Constituinte em defesa da Tribuna Popular, *jornal que atua pela liberdade, democracia e progresso do Brasil.*

Na sessão da Assembleia Nacional Constituinte do mesmo dia, Maurício Grabois foi à tribuna comunicar a ocorrência e exigir providências "contra a ação estadonovista". Denunciou que as provocações vinham de alguns dias. Os policiais postavam-se diante das oficinas que imprimiam o jornal e mandavam os operários paralisar as máquinas, faziam ameaças e se retiravam. Era uma guerra de nervos. "Não se compreende, em plena capital da República, quando não temos mais regime de censura, que a polícia, através de seus prepostos, se arrogue o direito de apoderar-se de jornais em todas as bancas. E, ainda, o mais grave é que humildes jornaleiros, homens do povo, ficam sem as folhas e têm de arcar com os prejuízos", protestou.

Maurício Grabois disse que na "sensacional entrevista" Pereira Lira comunicou que o Brasil estava ameaçado por duas semanas de subversão da ordem, em vésperas de uma grande onda de agitação comunista. O chefe de polícia falou pelos cotovelos. Segundo ele, a "Paris comunista" e o "México vermelho" estavam de acordo com o "movimento subversivo" que anunciara com base no telegrama de Toledano, que era secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL) e ocupava a vice-presidência da Federação Mundial de Sindicatos.

Também no mesmo dia, Pedro Pomar enviou o seguinte telegrama ao presidente da República:

General Eurico Gaspar Dutra — Palácio do Catete — Distrito Federal.

General Eurico Gaspar Dutra — Palácio do Catete — Distrito Federal.
Levamos ao conhecimento de V. Exa. a repetição de atentados contra a liberdade de imprensa. A polícia tenta impedir ilegalmente a circulação da "Tribuna Popular", apreendendo nossa edição, aterrorizando pacíficos trabalhadores, espancando leitores de nosso jornal, causando-nos assim elevados danos de ordem material e moral.

Confiamos que o patriotismo de V. Exa, porá fim a essas inomináveis violências, compreendendo que esse clima de insegurança e abusos está em contradição com as palavras do discurso de V. Exa., quando assegurou querer ser o presidente de todos os brasileiros, assim como os compromissos assumidos pelo Brasil junto às Nações Unidas, além de incompatibilizar o governo com o povo que o elegeu.

Respeitosas saudações — Pedro Pomar

Outro telegrama fora enviado ao ministro da Justiça. A seguinte nota, também assinada por ele, foi distribuída:

Denunciamos ao povo, à imprensa, aos partidos políticos e a todos os brasileiros democratas as violências cometidas pela segunda vez contra a "Tribuna Popular", cujos exemplares de hoje, mais uma vez, foram arbitrariamente apreendidos nas bancas dos jornais, sem nenhuma formalidade legal, por policiais que visam comprometer o governo, atacando, dessa forma, a liberdade de imprensa.

A direção da "Tribuna Popular", por este meio, vem protestar energicamente contra esses graves e repetidos atentados aos direitos democráticos de nosso povo e comunica a todos que, além das providências tomadas junto à ABI e ao Sindicato dos Jornalistas

Profissionais, esgotará todos os recursos legais diante das autoridades, até que cessem definitivamente tais provocações dos inimigos da imprensa democrática.

Rio de janeiro, 25 de julho de 1946.

PEDRO POMAR — diretor

A nota de Pedro Pomar foi publicada com destaque no jornal *A Classe Operária*, ocupando mais de um terço da parte superior direita da capa. O jornal repercutiu o assunto; a manchete principal dizia: *O grupo fascista atenta contra a liberdade de imprensa*.

Segundo a *Tribuna Popular*, a ofensiva dos fascistas e reacionários seria respondida pelo povo, em grandes manifestações de protesto junto ao governo contra as arbitrariedades de Pereira Lira e seu grupo. Estava em questão a liberdade de imprensa, restabelecida depois de cassada por nove anos pelo DIP do Estado Novo, quando o povo começou a concorrer espontaneamente para a fundação do seu jornal, um jornal de massas, que refletisse os interesses das camadas laboriosas do país. Ele foi concretizado na *Tribuna Popular* em 22 de maio de 1945. Com o dinheiro do povo se levantou o jornal, que o considerava como seu, tributando a ele carinho e bebendo seus ensinamentos.

***

Mal os telegramas pousaram nas mãos dos destinatários, um novo ataque foi desfechado. Na madrugada de 26 de julho de 1946, mais de trinta policiais invadiram as oficinas onde estava sendo impressa a *Tribuna Popular* para apreendê-la na boca da máquina. Disseram que cumpriam ordem expressa de Pereira Lira e que se houvesse qualquer dúvida era para falar com o delegado Fredgard Martins Ferreira, da Divisão de Ordem Política e Social. Dali os agentes saíram pela cidade recolhendo os exemplares que já haviam sido distribuídos.

No começo da manhã, Pereira Lira divulgou uma nota tentando justificar o ato arbitrário. Segundo ele, a ação era para impedir a publicação de "comentários incentivadores de greve", como o telegrama "em que Vicente Lombardo Toledano transmitiu instruções de Moscou à associação subversiva denominada MUT". A nota acrescentava que na edição do dia anterior a *Tribuna Popular* havia feito "instigações públicas ao cometimento de crime contra a ordem social, inclusive incitamento à paralisação de serviço público e à desobediência coletiva ao cumprimento da lei".

Era, evidentemente, uma mentira deslavada. Pereira Lira recorreu à invencionice para invocar um decreto do Estado Novo contra a greve como base legal para as suas ações, conforme denunciou o PCB. Pedro Pomar e os jornalistas Pedro Mota Lima e Rui Facó visitaram algumas redações para denunciar o vandalismo de Pereira Lira, uma medida importante para combater a versão do chefe de polícia que certamente seria assumida por alguns jornais. O *A Noite*, por exemplo, que reproduziu o depoimento de Pedro Pomar divulgado pelo delegado Fredgard Martins Ferreira acrescido de aleivosias, disse que o diretor da *Tribuna Popular* estava desenvolvendo uma campanha sistemática "para tentar desprestigiar a ação serena e moderna dos agentes do poder público na defesa do bem-estar e da segurança da nossa população ordeira".

***

Aos 32 anos, Pedro Pomar estava em um elevado posto de comando. Chamava a atenção pela prosa fluente, pelas tiradas de espírito, pela camaradagem que soube construir ao longo da militância. Esmiuçava diferentes assuntos com a mesma desenvoltura com que dissecava cadáveres nos tempos de estudante de medicina no Pará. Segundo João Falcão, era alto, louro, magérrimo, simpático mas reservado. Seu tipo se assemelhava mais a um lorde inglês do que a um paraense. Comandava um jornal que atingia cinquenta mil exemplares diários, a mesma tiragem dos grandes jornais comerciais. Aos olhos do chefe de polícia, ele era um dos cabeças do PCB que precisava ser silenciado. A *Tribuna Popular* seria fechada. Ou ele não se chamava Pereira Lira.

O principal perseguidor de Pedro Pomar recorreu ao ministro da Justiça, Carlos Luz, para pedir a suspensão da *Tribuna Popular* por quinze dias — entre 16 e 19 de agosto de 1946 o jornal não circulou. Na manhã do dia 20, uma aglomeração se formou à porta da oficina em que o "jornal do povo" era impresso para esperar o seu reaparecimento. A *Tribuna Popular* "voltou à circulação mais firme, mais forte e mais querida", conforme uma nota publicada na capa da edição seguinte. "Desde as primeiras horas da manhã, os trabalhadores a esperavam nas bancas de jornal. Eram os primeiros, porque são eles que começam o dia, madrugada ainda, a caminho do trabalho. Em cada banca havia um grupo que crescia sempre. 'Já chegou?', 'E a *Tribuna*, veio?', eram as perguntas", narrou o texto.

Maurício Grabois encaminhou requerimento da bancada comunista solicitando informações sobre a arbitrária apreensão e suspensão do jornal. "Enquanto nesta Assembleia estamos elaborando uma Carta constitucional, enquanto a expectativa popular se manifesta através de grande afluência a esta Casa, enquanto há o máximo interesse de todos os senhores representantes em que elaboremos uma Carta que assegure a normalidade constitucional do país, assistimos, ao mesmo tempo, a atos completamente arbitrários que parecem não levar em conta o trabalho que estamos realizando", afirmou ele na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao apoiar-se na legislação do Estado Novo, Carlos Luz, na opinião de Maurício Grabois, afrontou a tudo que fora e estava sendo feito para democratizar o Brasil. Prestes fez um aparte para dizer que segundo aquela legislação muitos generais que participaram do golpe de 29 de outubro seriam fuzilados. "Perfeitamente. Lei caduca, que hoje se procura reviver, para se assestarem novos golpes contra a democracia", respondeu Maurício Grabois. "Foi o maior golpe contra a democracia, depois da anistia e das conquistas do ano passado", observou Prestes.

Outros constituintes se pronunciaram para expressar indignação diante do abuso patrocinado pelo ministro da Justiça. Café Filho disse que depois do atentado à liberdade de imprensa viria "o quinhão dos deputados", como ocorrera em 1937. "Vossa excelência tem plena razão, porque não se trata apenas de ataque à imprensa do Partido Comunista, mas a toda imprensa do país. Defendendo a circulação da *Tribuna Popular*, pugnamos também pela liberdade de toda a imprensa de nossa pátria", complementou Maurício Grabois. "Por ocasião da apreensão anterior, injusta e ilegal da *Tribuna Popular*, toda a imprensa desta capital, imprensa democrata, verberou a atitude do

senhor chefe de polícia. Aqui mesmo da tribuna da Assembleia Constituinte, representantes de vários partidos manifestaram sua viva repulsa a esse ato arbitrário. Se não reagirmos a tempo, se adotarmos a política de capitulação, a democracia estará falida em nossa terra."

***

A intensificação da perseguição ao jornal de massas do PCB se deu às vésperas do lançamento da Campanha pró-Imprensa Popular, que ocorreria em 10 de agosto de 1946, idealizada por Pedro Pomar e aprovada na III Conferência. O PCB resolveu enfrentar decisivamente a questão do levantamento de recursos para equipar toda a sua imprensa, fixando como meta para o conjunto do país a quantia de dez milhões de cruzeiros a ser alcançada em três meses. Os recursos seriam destinados à compra de máquinas impressoras e equipamentos diversos, à estocagem de papel e ao pagamento de dívidas. A campanha também seria um meio de intensificar as atividades comunistas para manter o ritmo de crescimento partidário e se ligar às massas, preparando-as para enfrentar as vicissitudes daquele momento, segundo Pedro Pomar.

Leôncio Basbaum, membro da Comissão Nacional de Finanças, em seu livro *Uma vida em seis tempos* relata que a campanha se estendeu por quase todos os estados e mobilizou dezenas de milhares de pessoas. "Vendíamos quadros, brindes diversos (contribuições de militantes e simpatizantes), faziam-se rifas, coletas nos comícios", diz ele. "Para alcançar cotas prefixadas, muitas pessoas venderam joias, até mesmo alianças, e houve um companheiro em Minas que vendeu até uma casa que possuía. Além disso, vinha dinheiro pelo correio, cheques de pessoas anônimas (desconhecidas, que sequer eram membros do Partido), num entusiasmo revolucionário surpreendente. Atingimos os dez mil contos pretendidos, dez mil cruzeiros novos, que naquela época representavam uma boa fortuna, pois o dólar custava dezoito mil réis, quantia que hoje nem sequer se pode expressar numericamente."

Pedro Pomar começou a receber informações dos estados dando conta de festas comemorativas pelo sucesso da campanha. A *Tribuna Popular*, que já era forte, passou a ser mais temida pelos inimigos do PCB. Disparava munição política pesada, ao mesmo tempo em que trazia uma concorrida seção cultural semanal de três páginas. Nela se publicavam, segundo a edição de 29 de julho de 1945, autores não filiados ao PCB, mas que "divergiam honestamente dos comunistas". Entre eles estavam Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira e Vinícius de Moraes. Eram também publicados textos de escritores do Partido, como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Astrojildo Pereira.

As loas ao jornal eram justificadas. Diariamente lá estavam, além da vida política cotidiana do Brasil e do mundo, de teorias e informes, noticiários completos sobre esportes, costumes e cultura. Até informações de ocorrências policiais, com suas habituais diagramações sombrias, apareciam. Havia também os classificados e uma impressionante variedade de anúncios comerciais. Com o caixa reforçado, essa máquina seria lançada com toda força na campanha das eleições de janeiro de 1947 paras as constituintes estaduais. Seriam eleitos, também, deputados federais e senadores suplementares. Pedro Pomar seria um deles. Mas muitas pedras seriam espalhadas pelo caminho até a sua eleição.

Capítulo 17

Aliança em São Paulo contra a oligarquia dos grandes fazendeiros de quatrocentos anos, que sempre dominou econômica e politicamente o estado.

1946

Além de comandar o jornal que virara o alvo principal do "grupo fascista", Pedro Pomar começava a pavimentar o caminho das alianças que o PCB costuraria em São Paulo. Ele comentou o acordo do Partido Republicano (PR) com o PTB na *Tribuna Popular*, avaliando que a aliança era um significativo "acontecimento na vida política do São Paulo democrático". O objetivo do acordo, declarado por João Sampaio, "destacado prócer do PR", era o de concorrer com suas forças eleitorais para impedir a eleição de um candidato que não oferecesse idoneidade moral e capacidade para conduzir a nau do estado.

Pedro Pomar via a questão por outro viés — a aliança tinha cunho político e ideológico. Segundo ele, em São Paulo a oligarquia dos grandes fazendeiros de quatrocentos anos sempre dominara econômica e politicamente o estado. A burguesia industrial surgida após a Primeira Guerra Mundial, disse, conservava o cordão umbilical ligado a esses grandes fazendeiros, pois em sua maioria os novos capitães da indústria eram também latifundiários que na guerra enriqueceram fabulosamente e se assenhorearam mais ainda do mercado paulista, formando um truste poderoso. "Essa grande burguesia industrial, por sua vez, está presa por diversos laços ao capital colonizador, o que lhe impossibilita de empreender o caminho democrático e progressista que os brasileiros querem trilhar, mas o desenvolvimento industrial destes últimos anos apresenta, também, principalmente em São Paulo, uma burguesia saída do artesanato e da inflação, que disputa o mercado paulista e brasileiro com grande anseio de crescer e prosperar", analisou.

De acordo com Pedro Pomar, o anseio dessa burguesia, como a exploração do ferro, do carvão e do petróleo, era reprimido pela vontade onipotente dos magnatas da oligarquia paulista, aliada do imperialismo e dona do comércio de cereais, do crédito bancário e dos transportes. "Este quadro sumário da situação paulista nos dá condições para compreendermos toda a importância do acordo que se inicia, porque visa justamente contrapor-se à união sagrada com a qual os reacionários e pró-fascistas pretendem instalar seu domínio monopolista através da exploração mais impiedosa do nosso povo com o aumento das filas e do terror policial", escreveu.

Aqueles dados indicavam que as forças representativas dos interesses mais progressistas dessa camada da burguesia paulista estavam verificando a necessidade de operarem uma resistência mais forte à velha e experiente oligarquia, cujos alicerces estavam sendo abalados pelo poder crescente da democracia, pela vontade do povo, que adquiria consciência e organização, sintetizou Pedro Pomar. "Não resta dúvida que o proletariado e o seu Partido veem a aproximação de tais correntes como uma nova possibilidade de reforçamento da unidade de todos os brasileiros para o desenvolvimento capitalista do nosso país e dos direitos democráticos", afirmou.

Aquela constatação, disse Pedro Pomar, confirmava plenamente a previsão da III Conferência Nacional do PCB de que à medida que o povo se mobilizasse contra o "pequeno grupo fascista e reacionário" que estava no governo, mais condições teria para a consolidação do entendimento entre os verdadeiros patriotas e democratas, fossem de que partido, classe ou ideologia fossem. "Esperamos, entretanto, que o acordo não se baseie somente na necessidade de derrotar um candidato da reação em São Paulo, embora tal propósito o justificasse plenamente", destacou.

Pedro Pomar enfatizou que as forças progressistas de São Paulo, burguesas e proletárias, estavam no dever de firmar um acordo que garantisse ao povo paulista e ao Brasil "a defesa da sua indústria ameaçada pela concorrência imperialista, através de uma Constituição que assegure a ampliação legal do mercado interno, de uma Constituição que melhore a legislação trabalhista e não viole o direito de greve dos trabalhadores, que permita as mais amplas liberdades democráticas, a fim de o povo poder lutar efetivamente contra o câmbio negro e a especulação dos tubarões dos lucros extraordinários".

O PCB, segundo Pedro Pomar, encarava "o acordo do PTB de São Paulo com o PR como um ato de grande significação política e uma prova de que a resistência contra a reação precisava ser ampliada com a unidade de todas as forças progressistas e democráticas do país, a fim de se tornar vitoriosa em todos os sentidos".

O grupo que perseguia o PCB, porém, entrou em ação para tentar impedir a aproximação dos comunistas de outras correntes políticas. O PSD, sob a batuta de Nereu Ramos, vice-presidente da República e oligarca de Santa Catarina, abriu fogo contra as movimentações progressistas. Ao mesmo tempo, o "grupo fascista do governo" continuava com suas ações truculentas.

***

Na tarde de 30 de agosto de 1946, uma passeata de estudantes no Rio de Janeiro descambou para a desordem. Pedras foram arremessadas violentamente contra cinemas, bares, perfumarias e hotéis na região da Cinelândia. Antes de começar a passeata, os estudantes, concentrados no Largo do Machado, foram alertados sobre possíveis infiltrações de agentes provocadores para promover baderna. O objetivo era provocar pânico na população, como de fato aconteceu — em meio ao caos, todos corriam sem direção, especialmente as mulheres, sem que aparecesse um único policial.

O objetivo era criar um fato que servisse de pretexto para mais uma razia da polícia política. A casa de Carlos Marighella foi invadida e quatro pessoas da sua família foram presas. O capitão Trifino Corrêa, suplente de deputado do PCB, também foi preso. Quase toda a redação da *Tribuna Popular* foi detida — além de Agildo Barata, diretor financeiro da empresa que editava o jornal. Notícias davam conta de que as residências de Maurício Grabois, Luiz Carlos Prestes e João Amazonas haviam sido invadidas pela polícia política à procura de comunistas marcados para ser presos.

José Maria Crispim informou que tentara visitar João Amazonas e foi impedido por dois policiais que montaram guarda na entrada da sua residência. Na verdade, os agentes estavam lá para prender Pedro Pomar — ele e Amazonas moravam no mesmo

apartamento. Milton Caires de Brito afirmou na tribuna da Constituinte que João Amazonas disse aos policiais que enquanto estivesse vivo eles não entrariam na residência. Segundo a *Tribuna Popular*, a polícia não forçou a invasão "devido à atitude resoluta assumida pelo deputado do Partido Comunista, que fez valer suas imunidades parlamentares". "O senhor Pedro Pomar, porém, ficou impedido de sair à rua porque os 'tiras' estavam à sua espera para efetuar a prisão." O fato é que, além de invocar a condição de deputado, Amazonas sacou de um revólver para barrar a investida dos policiais.

Eduardo Pomar, ainda menino, presenciou a cena: "Vieram para prender papai. Ele era diretor da *Tribuna Popular* ou da *Imprensa Popular*, me lembro bem. O Joãozinho tirou o revólver quando os guardas quiseram entrar, disse que não entrariam e que ele era deputado. Se o Joãozinho não tivesse essa atitude iam prender meu pai. Eu só sei que o João Amazonas puxou o revólver e se eles entrassem ele passaria fogo. Isso me impressionou muito na ocasião." Pedro Pomar só pôde sair de casa quando o caso esfriou.

No dia seguinte, o PCB lançou um alerta à nação, assinado pelo Secretariado Nacional, indicando que agentes provocadores exploraram crianças e o natural descontentamento popular, causado pela miséria, para que se realizassem depredações e ataques à propriedade privada, que não fora protegida pelas autoridades encarregadas de manter a ordem. Segundo a nota, foram presos em seus lares e em diversos locais de organismos do Partido numerosos comunistas, "inclusive representantes do povo na Assembleia Constituinte, os quais tiveram seriamente ameaçadas as suas vidas".

A sede nacional e todos os organismos do PCB no Distrito Federal foram invadidos pela polícia política. Alguns deles estavam ocupados militarmente, depois de terem sido totalmente depredados. "Esses acontecimentos estão sendo analisados pela Comissão Executiva que oportunamente falará a respeito. Desde já, no entanto, dirigimo-nos a todo o Partido no sentido de que se mantenha firme e sereno na defesa da democracia, de maneira a desmascarar mais uma vez o grupo fascista que quer a desordem, o caos e a guerra civil em nossa pátria", alertou o Secretariado Nacional.

Naquele mesmo dia, Prestes procurou o líder da UDN, Octávio Mangabeira, e pediu-lhe que fizesse chegar ao conhecimento do governo que o Partido Comunista do Brasil estava pronto a apoiá-lo, a fim de que fosse mantida a ordem. Jorge Amado conversou com o deputado Sylvio de Campos, do PSD, para fazer o mesmo apelo. Para deixar tudo em pratos limpos, na sessão matinal da Assembleia Nacional Constituinte do dia 31 de agosto de 1946 Milton Caires de Brito apresentou um requerimento da bancada do PCB pedindo ao presidente da República a nomeação de uma Comissão Parlamentar de líderes ou representantes de todos os partidos. Só assim o país saberia o que existia de verdade sobre as medidas tomadas na noite da baderna, principalmente as que atingiram os comunistas. Além do mais, cabia à polícia identificar os verdadeiros arruaceiros da Cinelândia, que pertenciam à extirpe ordinária de Pereira Lira.

Nereu Ramos, o chefe do PSD, em nome do governo apresentou um substitutivo ao requerimento do PCB propondo uma comissão de cinco membros, um voto de solidariedade ao governo em apoio às instituições e a entrega da apuração de responsabilidades sobre violações de imunidades parlamentares ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte. A bancada do PCB apoiou o substitutivo, aprovado

por unanimidade. A situação era gravíssima. Tanto que uma reunião extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte foi convocada para a tarde de 31 de agosto de 1946, em pleno sábado, quando Maurício Grabois fez um longo discurso denunciando o plano que estava em marcha para lançar o PCB fora da institucionalidade do país. A sede nacional do Partido e seus comitês do Distrito Federal passaram dias ocupados por contingentes do Exército e da polícia política.

***

Apesar das perseguições, aquela fase de grandes conquistas democráticas elevou o prestígio do PCB também fora do Brasil. No começo de agosto de 1946, Pedro Pomar fez um giro por Argentina, Uruguai e Paraguai. Compareceram ao seu embarque, além da família, o senador Luiz Carlos Prestes, alguns dirigentes comunistas e companheiros de redação da *Tribuna Popular*. Na Argentina Pedro Pomar representou o PCB como "delegado fraternal" no XI Congresso do Partido Comunista local. Estavam presentes delegados de quase todos os partidos comunistas da América — entre eles Juan Marinello, senador, vice-presidente do Senado cubano e presidente do Partido Socialista Popular de Cuba, que viajou em seguida ao Brasil para fazer uma palestra sobre a conjuntura da região.

Pedro Pomar e Juan Marinello foram recebidos no aeroporto por uma comitiva do PCB integrada por Prestes, Jorge Amado, Gregório Bezerra e Astrojildo Pereira. O dirigente comunista cubano estava acompanhado da esposa, Maria José Marinello, que foi homenageada na sede da Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol (ABAPE) "pelas mulheres democratas brasileiras", conforme o anúncio do evento. A escritora Lia Correa Dutra fez o discurso de homenagem à visitante. Poucos dias após a palestra do dirigente comunista de Cuba, Pedro Pomar falou em uma conferência na ABI, denominada "Os democratas argentinos e o governo Perón — a ofensiva imperialista no país irmão". Ele respondeu a várias perguntas do auditório, transformando a conferência em uma animada sabatina.

No Brasil, Pedro Pomar via a questão sindical como um dos pontos fracos da inserção da política do Partido Comunista entre as massas. Na véspera da instalação do Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, que organizaria a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) — a entidade recebera, previamente, o nome de Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) —, ele escreveu um artigo intitulado "Consolidemos a unidade sindical" na edição de 7 de setembro de 1946 de *A Classe Operária*, lembrando a decisão da III Conferência sobre o tema. Segundo Pedro Pomar, "nesse fundamental e decisivo setor" competia "a todos os organismos dirigentes e de base, a todos os militantes, desde o mais modesto até o de maior responsabilidade", aplicar as resoluções voltadas para o trabalho unitário. As medidas deveriam "ser postas em prática com o máximo de entusiasmo e de energia revolucionários".

O artigo foi lavrado com uma incomum aspereza. "Os comunistas precisam o quanto antes abandonar qualquer mania de se tornarem conhecidos pela pose ou pelo gesto dos 'sabe-tudo' para se transformarem nos campeões na luta pela união dos seus companheiros na fábrica, sejam eles de que tendência forem — excluindo, naturalmente, os espiões e policiais. Os comunistas precisam compreender de uma vez por todas o valor do sindicato, mesmo que este esteja nas mãos de elementos

sabotadores e inimigos da classe. Lugar de comunista é no sindicato, esteja nele a diretoria que estiver", escreveu.

Três dias depois, com o Congresso Nacional Sindical já instalado, ele voltou ao tema — desta vez na *Tribuna Popular* —, reforçando que o movimento sindical comunista deveria compreender a "luta tenaz" do proletariado pela coesão de suas fileiras acima de quaisquer diferenças religiosas ou políticas. Segundo Pedro Pomar, participaram do evento mais de dois mil delegados estaduais, uma vitória de grande significação para a democracia. "A repercussão desse acontecimento atinge aos países irmãos e a todos os povos amantes da liberdade e da paz, porque é uma demonstração dos novos tempos que vivemos de amadurecimento político da classe operária, de sua vitalidade patriótica e do que ela representa para o esmagamento dos restos fascistas e dos provocadores e dominadores imperialistas", disse.

Ele fez um breve retrospecto do movimento operário no Brasil, pontuando as várias tentativas de unificação. "Em 1929, preparou-se um congresso com esse objetivo, que a reação impediu que fosse levado a bom termo. Em 1931, Lindolfo Collor, então ministro do Trabalho, decretou uma lei que previa a organização da Confederação Brasileira dos Trabalhadores, inspirado nos reclamos da classe mais avançada e progressista da sociedade atual e provando sua larga compreensão do papel destinado ao proletariado no futuro do Brasil. O ano de 1935 viu nascer a Confederação Sindical Unitária do Brasil que a ofensiva da reação e do fascismo conseguiu liquidar logo depois de fundada. E agora, a unidade sindical ressurge como anseio dia a dia mais poderoso dos trabalhadores brasileiros", resumiu.

A CTB, na avaliação de Pedro Pomar, era a síntese desse sentimento unitário dos trabalhadores. Ela teria, portanto, de assumir toda a sua responsabilidade na defesa das vitórias democráticas de 1945 para se constituir no "penhor seguro de que a nossa pátria será, no mundo do pós-guerra, batalhadora intransigente da causa da paz duradoura, da colaboração dos Três Grandes e de todas as Nações Unidas". Nos anos de reação e de fascismo, tanto no mundo como no Brasil, a unidade e a liberdade sindicais foram não somente uma aspiração como também o motivo constante das lutas operárias, disse Pedro Pomar. "Aplaudimos daqui a posição do governo, através do ministro do Trabalho, senhor Negrão de Lima, indo ao encontro desse velho anseio dos trabalhadores brasileiros", registrou.

O elogio ao governo fazia parte da tática dos comunistas de isolar o "grupo fascista", conforme explicitou Pedro Pomar. "A democracia tem no proletariado unido sindicalmente sua mais efetiva garantia e o fiador mais consequente de sua marcha ascendente", disse, acrescentando que o governo contaria na CTB "com a base mais sólida para as medidas que a nação está reclamando urgentemente para evitar a desordem, a guerra civil em que os provocadores de guerra querem nos lançar". "É o nosso dever de democratas, portanto, compreendendo o alcance do Congresso Sindical que ora se inaugura, dar-lhe todo o apoio e defender para a classe operária o direito de possuir sindicatos livres e autônomos", afirmou.

***

Mesmo com todos os acenos de paz dos comunistas, a polícia política continuava agindo com brutalidade. No começo de outubro de 1946, o general Dermeval Peixoto,

interventor de Pernambuco, telegrafou a Prestes afirmando que o secretário de Segurança Pública do estado havia emitido uma circular aos delegados de polícia determinando o acatamento dos dispositivos constitucionais que permitiam o direito de reunião e palavra a todos os partidos. Era uma resposta a um telegrama que o senador do PCB lhe enviara. A troca de correspondência tratou de violências policiais praticadas no interior daquele estado contra militantes do PCB.

Poucos dias depois, o PCB recebeu um telegrama do Recife informando que o seu dirigente nacional David Capistrano acabara de ser preso pela polícia política em Jaboatão dos Guararapes quando participava de um comício como integrante da comitiva do deputado Gregório Bezerra (PCB-PE). Apesar dos duros protestos do deputado comunista pernambucano, David Capistrano foi levado para a prisão. Pedro Pomar reagiu ao ato arbitrário, uma afronta à Constituição que acabara de ser promulgada, enviando ao interventor um telegrama pedindo a libertação do dirigente comunista e garantias para que fossem "asseguradas as liberdades públicas que vossa excelência, em seu último telegrama, patrioticamente comprometeu-se a garantir neste estado".

Pedro Pomar respondia por questões administrativas do PCB por ser o membro da Comissão Executiva de maior experiência entre os que não estavam no Congresso Nacional cumprindo uma agenda agitada. Apesar dos afazeres que consumiam seu tempo, ele continuava cultivando boas relações com a intelectualidade. Quando o pintor comunista Cândido Portinari promoveu uma exposição em Paris na importante galeria Charpentier, Apolônio de Carvalho — um oficial desligado do Exército por ter participado da insurreição de 1935 e que fora um importante integrante da FEB como militante do PCB e participara da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial — enviou um telegrama nominal a Pedro Pomar informando que o evento fora "um sucesso formidável".

Contudo, o reforço da imprensa do PCB era, para Pedro Pomar, prioridade absoluta. Conforme definição do *Jornal de Notícias* ele era um conhecido dirigente comunista que estivera em São Paulo por algum tempo no desempenho das funções de membro da "Comissão Nacional pró-Imprensa Popular". Ao regressar ao Rio de Janeiro, segundo o jornal, Pedro Pomar foi inquirido pelo repórter e mostrou-se confiante na campanha de que participou, revelando-se completamente seguro do seu êxito.

Em 29 de setembro de 1946, um domingo, Pedro Pomar participou de um torneio de futebol entre vários organismos do PCB no campo do Esporte Clube Benfica, parte de um festival esportivo da festa em benefício da Campanha pró-Imprensa Popular. Ele treinara como integrante da equipe da *Tribuna Popular* na sexta-feira anterior no estádio do Botafogo Futebol e Regatas — cujo presidente, Ademar Bebiano, pôs a praça esportiva do clube à disposição do jornal —, mas no domingo jogou pela equipe denominada "Nacional", com a seguinte formação: Ventura, Benedito Carvalho e Celso Cabral; Pedro Pomar, Amarílio Vasconcelos e João Amazonas; Pacheco, Milton Caires de Brito, Carlos Marighella, José Maria Crispim e Claudino José da Silva.

***

Logo após o encerramento da Campanha pró-Imprensa Popular, segundo Pedro Pomar, o PCB poria mais uma vez à prova a justeza de sua linha política, o vigor de sua

organização, a combatividade de seus militantes e a sua influência junto às grandes massas nas eleições do início de 1947. Em um extenso artigo no jornal *A Classe Operária* de 12 de outubro de 1946, ele detalhou as orientações do PCB para a batalha eleitoral que se aproximava. Seria, sem dúvida, um novo fator de democracia, daria impulso ao desenvolvimento da unidade das forças democráticas e progressistas, constituiria mais um marco na construção da união nacional, reforçando em consequência a orientação política do Partido Comunista do Brasil.

Politicamente, segundo ele, a situação nacional favorecia o processo de polarização das forças democráticas e a derrota dos remanescentes fascistas — apesar das provocações e dos atos de desespero que eles ainda poderiam cometer. As condições eram favoráveis aos democratas porque a situação econômica do país se agravara e o governo se afastava do povo, buscando apoio nas forças reacionárias e em elementos fascistas. E tomava o perigoso e falso caminho das concessões ao imperialismo, avaliou Pedro Pomar.

Ele alinhou na categoria dos partidos das classes dominantes o PSD, a UDN e o PTB. Restava ao PCB o papel de aglutinar as forças populares. O Partido estaria mais forte do que em 1945, com um número bem maior de filiados — crescera de oitenta mil para cento e trinta mil membros — e com mais experiência, detalhou. Os quadros viveram um processo de luta rico em ensinamentos e cheio de dificuldades, agregou. Era com essas credenciais que o PCB se apresentava para as eleições de 19 de janeiro de 1947 — segundo Pedro Pomar um enorme capital político. O problema da tática eleitoral, a questão da firmeza nos princípios, a elaboração dos *Programas Mínimos* e a posição independente nas ações de massa deveriam constituir as principais preocupações dos organismos dirigentes e dos militantes comunistas, recomendou.

Os comunistas deveriam unir nos estados as forças e os elementos capazes de contribuir para a causa democrática, disse Pedro Pomar. Os *Programas Mínimos* deveriam ser a base das alianças. Estudassem a situação econômica e financeira de cada estado, o problema da produção, dos transportes, da carestia, da terra, da indústria, da assistência médica, da instrução pública etc.

Segundo Pedro Pomar, a lista de candidatos deveria contemplar nomes de prestígio popular e que fossem despidos de sectarismo. Excluíssem qualquer tendência ao julgamento apressado, a estimativas por ouvir dizer. Sem desviar o trabalho da Campanha pró-Imprensa Popular, de cujo êxito dependia a vitória nas eleições, os comícios e as atividades eleitorais deveriam contemplar a campanha por máquinas próprias para os jornais do povo, arrematou.

***

Na edição de 1º de novembro de 1946 da *Tribuna Popular*, Pedro Pomar fez um balanço da Campanha pró-Imprensa Popular, que terminara no dia anterior, no artigo denominado “Uma campanha histórica”. Segundo ele, foi um emocionante movimento, cuja vitória representava “o vigoroso e inquebrantável amor à liberdade e à democracia que impulsiona o povo brasileiro”. “A campanha, de cunho acentuadamente político, de profundo sentido educativo, destinada a prover de máquinas próprias os jornais do povo, fortaleceu nestes dois meses o sentimento de unidade que anima a todos os brasileiros para a solução dos problemas nacionais”, escreveu.

Significou, disse ele, um movimento que a história registraria "como um capítulo a mais nas conquistas populares pela construção de um país livre e democrático, de bem-estar e felicidade para os nossos filhos". "Com a compreensão esclarecida por mais um ano de legalidade democrática, de intensa atividade e de justa orientação, o povo brasileiro não mediu sacrifícios para apoiar e atingir as cotas necessárias para assegurar uma sólida imprensa para sua defesa, independente do poder dos 'trustes' e dos grandes senhores da terra, com a coragem e a abnegação como temos tido na nossa querida *Tribuna Popular*."

Pedro Pomar se reportou a Prestes, que definiu a campanha como um "espetáculo comovedor" no "Comício da Liberdade" — uma grande concentração popular na Praia do Russel para apresentar os candidatos da Chapa Popular que concorreria às eleições de 19 de janeiro de 1947 e, segundo o PCB, dar uma resposta a Pereira Lira. "Eram as crianças pobres trazendo as alianças dos pais; as mães que davam os berços de seus filhos; os meses de salários dos trabalhadores; os que até arrancavam o ouro da própria boca, demonstrando ter consciência de que o pão para os seus filhos dependia do êxito dessa campanha", descreveu.

Segundo Pedro Pomar, as cotas foram superadas; mais de dez milhões de cruzeiros foram arrecadados. "Essa vitória, portanto, não é somente uma vitória política. É uma vitória do grau de organização a que já alcançou o proletariado e o povo. É uma prova da vitalidade do Partido Comunista que liderou a campanha de modo consequente. É uma afirmação de que a classe operária constitui a espinha dorsal do movimento de libertação nacional do nosso povo, a única forma capaz de inspirar iniciativas e entusiasmo na luta pelos interesses das grandes massas, a única em condições de dar a todas as demais forças progressistas e democráticas a perspectiva da solução pacífica dos nossos graves problemas pelo poder de sua combatividade e pelo amadurecimento de sua consciência nacional em favor da emancipação do capital estrangeiro colonizador e dos restos feudais, responsáveis pelo atraso em que vivemos."

Pedro Pomar vergastou a mídia ao comentar que o povo brasileiro aprendera, "depois de uma larga e dolorosa experiência, que a imprensa era uma arma com a qual os poderosos deturpavam a verdade e por isso sentiu que o seu interesse estava em oposição aos do Chateaubriand e dos seus amos". O sucesso da Campanha pró-Imprensa Popular demonstrava que o povo tinha resolvido construir jornais livres, avaliou. "Organizando-se, juntando tostão a tostão, com jornalistas saídos de seu próprio seio, com uma orientação independente, o povo colocou a causa da democracia em suas mãos", comentou.

Segundo ele, com o sucesso da campanha a democracia adquirira um patrimônio de valor inestimável. "O riso de zombaria de nossos inimigos converteu-se num riso de despeito e de desespero. Com quase uma dezena de jornais diários e mais de quinze semanários a seu serviço, as organizações do povo terão seus porta-vozes, suas aspirações e seus direitos serão fortalecidos." Era uma conquista de enorme significação para o futuro dos brasileiros, asseverou. "Os trabalhadores e todos os democratas terão a base segura em que repousará o triunfo eleitoral no pleito de 19 de janeiro de 1947. Através de sua imprensa, corrigindo os erros das últimas eleições, revigorando suas organizações e adotando uma posição serena e firme na luta contra os restos fascistas em desespero, o povo brasileiro criou novas condições para consolidar a democracia."

O artigo terminou com uma entusiasmada saudação de Pedro Pomar. “Saudamos daqui a todos os patriotas e democratas por este feito de enorme importância política, que transformou a imprensa num fator real de educação, de prestígio e de esperança em melhores dias para a nossa pátria. Saudamos daqui o nosso Partido, o glorioso Partido de Prestes, construtor de mais uma vitória democrática do povo brasileiro que na sua III Conferência Nacional lançou essa campanha histórica.”

Capítulo 18

O objetivo fundamental da democracia no Brasil era a existência livre de todos os partidos democráticos.

1946

As marteladas de Pereira Lira e Carlos Luz nas liberdades públicas não impediam o clima de festa democrática que tomou conta da militância comunista, atingida pelos ventos libertários que varriam o mundo, conforme dissera o líder soviético Josef Stálin ao correspondente da agência de notícias *United Press*, em Moscou. Pedro Pomar comentou a entrevista no jornal *A Classe Operária*, segundo ele palavras que refletiam os anseios dos povos amantes da liberdade, do progresso e da paz. Stálin dera declarações consequentes e coerentes com a política conduzida pela União Soviética, de acordo com os interesses e os desejos dos que queriam se livrar do “imperialismo, da dominação colonial e dos restos fascistas”.

Segundo Pedro Pomar, a direção soviética baseava a política da pátria do socialismo em análises científicas da realidade, sem o sentido fatalista nos destinos da história. A origem das guerras, na compreensão soviética, eram as contradições entre os diversos grupos imperialistas, a desigualdade no desenvolvimento capitalista, a competição por mercados e fontes de matérias-primas, agravadas pela crise econômica, e a luta pela divisão do mundo. Aqueles eram os fundamentos da expansão agressiva das potências imperialistas e fascistas, que trouxeram como corolário a Segunda Guerra Mundial, analisou Pedro Pomar.

Mas, ao contrário da Primeira Guerra Mundial, afirmou, naquele conflito houve um elemento novo: a pátria do socialismo, a União Soviética, que ao mesmo tempo serviu para aprofundar a crise imperialista e foi o maior obstáculo ao expansionismo guerreiro e a esperança de libertação para todos os povos explorados e oprimidos. Segundo Pedro Pomar, quando a União Soviética viu que o único organismo internacional que poderia servir quando não de freio a uma nova guerra imperialista pelo menos de meio de desmascaramento dos provocadores guerreiros, filiou-se à Liga das Nações. “A sua potente voz, através do seu delegado Maxim Litivinov, levantou novas perspectivas para o mundo”, escreveu Pedro Pomar.

***

As eleições de 19 de janeiro de 1947 no Brasil deveriam traduzir esse clima mundial, avaliou Pedro Pomar em novo artigo n’*A Classe Operária*, intitulado “Uma campanha decisiva”. Elas teriam um caráter decisivo na luta do povo brasileiro pela consolidação

da democracia, afirmou. Os comunistas precisavam deixar bem claro que a democracia por eles defendida era a que romperia com aquele estado de coisas, de miséria e escravidão. "A democracia que almejamos não é, evidentemente, a democracia de fachada, dos senhores feudais e do imperialismo, dos partidos de vésperas de eleições, a democracia em que os analfabetos, sendo a maioria da nação, não têm, contudo, o direito de votar. O que pretendemos é a democracia progressista, a democracia da reforma agrária, onde os trustes e os monopólios não existam sobrepondo-se aos interesses do povo e da nossa soberania, a democracia onde possamos aproveitar as riquezas de nosso solo e subsolo e impedir que a inflação aniquile o nosso povo pela miséria e pela fome, a fim de servir aos bandos de especuladores e beneficiários dos lucros extraordinários", asseverou.

Os objetivos fundamentais da democracia no Brasil, segundo Pedro Pomar, eram a existência livre de todos os partidos democráticos, inclusive o da classe operária, o Partido Comunista; a formação de um governo de confiança nacional, cercado de ministros em que o povo confiasse e que assegurasse o cumprimento da Constituição para esmagar definitivamente os "restos do fascismo" e empreender a solução dos graves problemas com o apoio do povo e que conduzisse o Brasil para o caminho da unidade e do entendimento livre e em igualdade de direitos com todos os povos; e a solução progressista, legal e constitucional dos problemas básicos da economia nacional: o monopólio da terra e a exploração imperialista.

Na reta final de 1946, uma das tarefas de Pedro Pomar era acompanhar a formação das Chapas Populares nos estados. Ele passou uma semana em Porto Alegre no começo de novembro, conforme noticiou o jornal *Diário de Notícias*, e, na volta, participou do desfile das escolas de samba que homenageou a Proclamação da República em 15 de novembro e comemorou o êxito da Campanha pró-Imprensa Popular. Era uma sexta feira e o Campo do São Cristóvão foi tomado pelo público, um total calculado em mais de cem mil pessoas. O evento foi organizado pela *Tribuna Popular* em conjunto com a União Geral das Escolas de Samba.

A presença do jornal do PCB era notada em dísticos espalhados pelo local e ao ser anunciada no serviço de alto-falantes foi longamente aplaudida. Na comissão julgadora estavam nomes conhecidos do PCB, como o jornalista Pedro Mota Lima (o primeiro diretor da *Tribuna Popular)*, o antropologista Edson Carneiro, o capitão Agildo Barata e o pintor Paulo Werneck. Ao ser anunciado como diretor da *Tribuna Popular*, Pedro Pomar foi aplaudido demoradamente. O desfile foi filmado pelo cineasta Rui Santos para a Liberdade Filmes e Gravações Ltda. — empresa cinematográfica criada por militantes do PCB, entre eles Oscar Niemeyer.

***

Aquele ambiente de alegria e otimismo, contudo, sofreu um revés quando os "restos fascistas" promoveram mais uma investida contra o PCB, aproveitando-se da passagem do aniversário do Levante de 1935. O primeiro ataque ocorreu quando o governo anunciou que enviaria ao Congresso Nacional um Projeto de Lei de Segurança Nacional — uma nova "Lei Monstro", segundo o PCB —, afrontando a lógica constitucional de que a democracia não comporta medida com aquele teor e pode se defender com leis comuns, leis ordinárias. O governo pretendia alterar a Constituição para emplacar a nova investida contra a democracia. Segundo Pedro Pomar, a manobra era mais uma

ação para atingir o PCB, depois das fracassadas provocações fascistas contra o Congresso Nacional Sindical e a promulgação da Constituição.

Ele avaliou que com o novo cenário de democracia estabelecido os campos estavam demarcados e os provocadores temiam uma derrota fragorosa nas eleições de janeiro de 1947. O povo conquistara de novo a praça pública e debatia à luz do dia os seus problemas, comentou Pedro Pomar na *Tribuna Popular*. Eram condições bem diferentes daquelas em que ocorreram as eleições de 2 de dezembro de 1945 "porque os partidos políticos mostraram o que são e o que representam e suas posições são cada vez melhor definidas". "Enfrentamos, ao lado disso, uma crise econômica sem precedentes em nossa história. O problema da ordem interna, da luta contra os golpes e as provocações, assume uma enorme importância política nesta fase que atravessamos, de consolidação da democracia", afirmou.

Pedro Pomar denunciou que os "restos fascistas" estavam promovendo uma manobra ousada para impedir o progresso da democracia. Trouxeram o líder integralista Plínio Salgado de volta de Portugal, sincronizando a sua chegada com a do cardeal português Manuel Gonçalves Cerejeira — na época um conhecido sacerdote fascista, com fortes ligações com o salazarismo. "Tentaram ressuscitar o cadáver apodrecido do integralismo e acharam que o momento era propício para o ataque à Constituição que não chegou a completar três meses de vida (a de 1934 só foi golpeada depois de seis meses, o que prova que a democracia agora avança mais rapidamente)", escreveu Pedro Pomar.

O segundo passo das provocações dos "restos fascistas" ocorreu em 26 de novembro de 1946, quando o líder da maioria, deputado Horácio Lafer (PSD-SP), apresentou um requerimento pedindo que fosse designada uma comissão para representar a Casa nas "homenagens aos que tombaram em 27 de novembro de 1935 em defesa das instituições republicanas, bem como seja reservada uma parte da sessão de amanhã para as homenagens desta Casa". O requerimento, que seria aprovado, oficializava a participação da Câmara dos Deputados em um evento do governo considerado símbolo do que fora a ignominiosa justificativa para os atos farsescos que levaram ao terror do Estado Novo.

Maurício Grabois anunciou que a bancada comunista votava contra a proposta porque julgava "que as homenagens prestadas aos que tombaram na luta, em 1935", pela maneira que estavam sendo conduzidas, eram antiunitárias e pretendiam reacender "ódios e ressentimentos entre os brasileiros". "Compreendemos que o momento é de congraçamento nacional, pois precisamos enfrentar os problemas mais palpitantes e urgentes que se apresentam ao povo brasileiro. Nesse instante, não cabe recordar lutas passadas entre nossos conterrâneos." Em seguida, o plenário da Câmara dos Deputados presenciou mais um duro embate entre as principais forças políticas antagônicas ali representadas: o PCB e o PSD.

Ao passo que Maurício Grabois fazia tremular a bandeira branca, a bancada pessedista disparava munição anticomunista. O deputado Ataliba Nogueira (PSD-SP) atalhou o discurso do líder da bancada comunista para dizer que importava, sim, lembrar "assassínios de brasileiros praticados friamente". Maurício Grabois respondeu: "Assassínios na opinião de vossa excelência. Lutamos, em 1935, em defesa da

democracia." O pessedista paulista não se deu por achado e disparou em tom raivoso: "Mataram oficiais dormindo. Isso não pode ser exigido pela democracia."

Sereno, Maurício Grabois foi didático: "São calúnias. Lutas militares sempre houve no Brasil. Em 1922, 1924, 1930 e 1932 muitos oficiais lutaram ombro a ombro em defesa de princípios, havendo mortos de parte a parte. Não é, pois, momento de se reviverem ódios, propondo manifestações de tal natureza." Gregório Bezerra interveio: "Sabemos que todos os fascistas falam essa linguagem." Ataliba Nogueira manteve-se no ataque: "É pobreza de espírito afirmar isso. Quanto às revoluções invocadas, todas tiveram lutas leais, abertas, de militar para militar; nunca assassínios traiçoeiros." Adroaldo Mesquita Costa (PSD-RS) engrossou o coro do pessedista paulista alegando que "todos os que combatem o comunismo são tidos como fascistas".

A temperatura subiu, o que fez o presidente da sessão apelar para que todos se ativessem ao tema em debate. Maurício Grabois explicou que em 1935 os comunistas tomaram as armas em defesa da democracia, contra o fascismo que ameaçava o país. "Continuamos na mesma luta contra o fascismo. Apenas são diversas hoje as condições. O fascismo, vencido militarmente no mundo, pode ser combatido dentro da lei e da ordem, dentro dos preceitos constitucionais, e assim o fazemos. Mas, sem renegar nosso passado, certos de que em 1935 lutávamos contra o fascismo, patrioticamente."

Durante o discurso, Maurício Grabois pregou o congraçamento de todos os brasileiros para a solução dos graves problemas nacionais. "Os comunistas têm lutado por essa união, dentro da ordem e da tranquilidade. Por isso, ao mesmo tempo em que protestam contra a deturpação das comemorações do 27 de novembro, reafirmam sua posição de defesa da Constituição e da ordem. E não darão — como desejam os fascistas — nenhum pretexto para que a ordem seja alterada. Por todos esses motivos, votamos contra esse requerimento", finalizou.

Em um longo discurso, Gregório Bezerra também fez veemente defesa do movimento de 1935 e uma firme denúncia dos crimes praticados contra os insurretos. "Não vou, senhor presidente, fazer o relatório dessas violências, dessas desumanidades, desses assassinatos que foram a crônica da polícia política de nossa pátria nos anos que vieram de 35 para cá. Monstruosidades sem conta, inomináveis bestialidades que atingiram os homens de 35 e também a todos os demais democratas do Brasil. Reafirmo apenas que tive um irmão assassinado e que eu mesmo demorei nove largos anos nas prisões de minha pátria, de onde posso dizer que saí diretamente para a Assembleia Nacional Constituinte para aqui representar aquele povo pernambucano que me viu pegar em armas em 35", afirmou.

Gregório Bezerra encerrou o discurso reafirmando que o movimento de 1935 tinha sido em defesa da democracia e contra o fascismo. "Nossa arma hoje é a Constituição de 46 e a lei, é a defesa intransigente da ordem democrática. Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente, na minha qualidade de deputado comunista e como um dos revolucionários de novembro de 1935."

Segundo Diógenes Arruda Câmara, o irmão de Gregório, Lourenço Bezerra, foi assassinado pela polícia política com crueldade invulgar. "Ele tinha mulher e cinco ou seis filhos, o maior parece que com 5 anos de idade", disse Arruda. "Pois bem. Foram quebrando as mãos, os braços do Lourenço, para ele dizer alguma coisa. E Lourenço,

mesmo tendo uma mulher e cinco ou seis filhos, nunca disse uma palavra — e morreu assim", detalhou.

***

Para Pedro Pomar, os ataques desfechados pelo "pequeno grupo fascista do governo com o apoio da reação" contra o PCB, aproveitando-se da data de 27 de novembro, constituíam uma lição preciosa para a experiência política dos comunistas na luta pela democracia. Eram sinais evidentes de uma campanha antidemocrática, ao passo que as tentativas de jogar o povo contra os comunistas eram mais ardilosas. "De fato, as pedras dos policiais de Pereira Lira (atiradas durante a arruaça da Cinelândia) prejudicaram materialmente mais ao Partido do que a tentativa desesperada de intimidar o parlamento a rasgar a Constituição levada a efeito desta vez não mais pelos policiais, mas pelas figuras de proa da reação, pelo grupo de generais fascistas visando o fechamento do Partido com a exigência feita ao presidente da República de medidas ilegais contra os comunistas e, em consequência, contra a democracia", escreveu ele n'*A Classe Operária*.

Pedro Pomar disse que no dia 27 de novembro os "restos fascistas" realizaram uma pequena guerra de nervos na sede central do PCB e uma desmoralizada tentativa de "revisitar" a *Tribuna Popular*. Era uma demonstração de inferioridade da reação diante da legalidade democrática em face da justa posição tática assumida pela direção do Partido, segundo ele. Demonstrava que o PCB era o fator máximo da ordem interna, o lutador incansável e consequente da união nacional, o maior interessado na consolidação da democracia brasileira.

Para Pedro Pomar, seria impossível que as forças políticas alheias à realidade solucionassem a crise econômica e política do país sem ou contra o PCB. Seria uma saída precária, que arrastaria a pátria para uma crise ainda maior, ameaçando o futuro de progresso e de paz. A "ofensiva reacionária" revelava que o aguçamento da competição imperialista e o agravamento da crise econômica tornavam as divergências no campo das correntes políticas dominantes mais profundas, facilitando a ação dos inimigos da democracia. A constatação daquele fato impunha "a necessidade de unificar as forças democráticas para lutar contra a reação", analisou.

Estava claro para Pedro Pomar que crescia o perigo de golpe. As forças políticas sem perspectivas e ambiciosas de poder para defender os privilégios de que usufruíam contra o progresso nacional estavam trabalhando no sentido de dominar o país com golpes de mão, ajudadas pelos "restos fascistas" que queriam o caos, a desordem e a guerra civil. Mas os êxitos do PCB indicavam que os comunistas deveriam se preocupar em responder às provocações levando às urnas um milhão de votos para os seus candidatos. Aproveitassem o desespero da reação, todos os seus erros, para transformá-los em votos para os candidatos e para o *Programa Mínimo* do PCB, enfatizou. Os comunistas iriam precisar de todas as suas forças para fazer frente às armas que estavam nas mãos dos anticomunistas.

***

A escalada de conflitos revelava um duelo político e intelectual de posições ideológicas francamente antagônicas. As respostas hábeis e rápidas do PCB às provocações

empurravam os anticomunistas para o campo policial, do qual recorriam como se os homens encarregados da segurança pública fossem um batalhão de bandidos sob o seu soldo, que obedecia a leis próprias ditadas pelos manda-chuvas do governo. Na impossibilidade de resolverem as diferenças pela força, buscavam guarida na legislação por meio de chicanas. Foi assim que o ministro da Marinha, almirante Sylvio de Noronha, tentou responsabilizar Pedro Pomar por "graves acusações à administração naval".

O consultor jurídico do Ministério, Camillo Raul Prates, recebeu, acompanhado do memorando do ministro, dois recortes da *Tribuna Popular* com "comunicações anônimas" sobre as condições das tripulações dos navios, reduzidas à fome e à tuberculose enquanto os responsáveis pelo setor se locupletavam. Segundo o consultor, "as publicações em apreço" configuravam o delito de imprensa com sanções previstas na lei própria decretada em 14 de julho de 1934. O ministro poderia se socorrer de um velho entulho autoritário para calar Pedro Pomar e, consequentemente, a *Tribuna Popular*, com base no preceito constitucional que remetia certos casos à lei ordinária. A ação penal poderia ser movida por aí. Para o consultor, o meio de promover a responsabilidade criminal de Pedro Pomar seria remeter ao procurador-geral da Justiça os recortes do jornal para que ele fizesse uma representação com base no seu parecer.

O delegado corregedor do Departamento Federal de Segurança Pública conseguiu autorização judicial para uma diligência policial na *Tribuna Popular* com o objetivo de levantar mais provas que seriam juntadas no processo, ao mesmo tempo em que o Ministério da Marinha encaminhava ao procurador-geral da Justiça uma representação sobre a conveniência de ser promovida a ação contra o diretor do jornal. A partir dali, abriu-se uma verdadeira temporada de caça a Pedro Pomar. Novamente os dados de sua vida pregressa foram copiados e espalhados. Soubessem todos quem era o indigitado.

José Picorelli, o delegado de segurança política, mandou cumprir a diligência e no dia seguinte intimou-o a comparecer à sua presença em 30 de novembro. Não compareceu. Nova intimação foi expedida em 2 de dezembro para que comparecesse dia 6. Novo furo de Pedro Pomar. No dia 7, o delegado emitiu outra expedição de mandado de intimação, desta vez entregue ao jornalista Aydano do Couto Ferraz, e novamente o diretor da *Tribuna Popular* não deu as caras. Em 10 de dezembro, o delegado recebeu um memorando do corregedor pedindo um exemplar do jornal da edição de 10 de novembro. No dia 13, pediu que fosse confirmado quem ocupava o cargo de diretor responsável da *Tribuna Popular*.

O chefe do serviço de investigações, Palayo Vidal Martins, informou que, sobre a edição passada do jornal, a diligência havia constatado que estava esgotada. Sobre quem ocupava o cargo de diretor, seu nome era Pedro Ventura Felippe de Araújo Pomar. O delegado continuou a caçada. Em 16 de janeiro de 1947, mais um mandado de intimação foi expedido para que ele comparecesse dia 18. Segundo informou a polícia, Pedro Pomar não compareceu porque estava em São Paulo disputando uma cadeira de deputado. José Picorelli não desistiu e pediu informações sobre a vida pregressa e a residência do procurado. Possivelmente planejava invadir o local e prender o diretor da *Tribuna Popular*, mas recuou ao ser informado de que em uma razia no mês de agosto João Amazonas havia invocado a imunidade parlamentar e, de arma em punho, impedido a entrada da polícia no apartamento.

O jeito era voltar aos mandados de intimação. Fez uma última tentativa em 27 de janeiro de 1947 e desistiu. Em ofício ao corregedor, encaminhado dia 30, comunicou que, apesar dos esforços e das diligências de 19 de dezembro até aquela data, "não foi possível localizar o diretor responsável do jornal comunista *Tribuna Popular* nem juntar o exemplar da edição que inseriu o artigo difamatório constante do recorte".

***

Quando o caso da Marinha estourou, Pedro Pomar estava se preparando para o Pleno Ampliado do Comitê Nacional que seria realizado dias 6, 7 e 8 de dezembro de 1946 na sede da Associação Brasileira de Imprensa. A campanha eleitoral, sob a palavra de ordem de um milhão de votos para cento e vinte e cinco deputados, seria o centro dos debates. Na sessão de abertura, Pedro Pomar fez uma saudação a dois militantes comunistas assassinados em Pernambuco, Antônio Firmino de Lima e Nelson Rodrigues de Vasconcelos.

O presidente da sessão, Sérgio Holmos, secretário político do PCB no Rio Grande do Sul, anunciou a homenagem, convocou para a mesa o "Presidium da Reunião" — do qual fazia parte Pedro Pomar — e comunicou que estavam presentes, como convidados, o capitão Dias da Cunha, pelo Partido Socialista Cristão; Abel Chermont, pelo Partido Popular Progressista; e Edgar da Costa Amorim, pela Esquerda Democrática — um grupo que deixara a UDN para formar o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Após a execução do Hino Nacional e a chamada dos membros do Comitê Nacional por Diógenes Arruda Câmara, a palavra foi passada para Pedro Pomar. "Nosso Comitê Nacional reúne-se sob o 'Presidium de Honra' dos dois militantes comunistas assassinados pelos "restos fascistas" em Pernambuco, e o faz como homenagem pelo seu sacrifício pela democracia e pelo progresso de nosso povo e de nossa pátria", iniciou.

Pedro Pomar explicou que eram dois operários que, "nos feudos dos Lundgren (família de oligarcas locais), em Paulista, Pernambuco, caíram vitimados pelas balas assassinas, como testemunho de que nossa pátria ainda se acha sob o terror, o banditismo daqueles que não querem que o povo brasileiro consolide a democracia em nossa terra". Foram assassinados em um comício. Segundo Pedro Pomar, os comunistas homenageavam seus mortos de uma forma que educasse o povo, ao contrário da burguesia que fabricava hipóteses para esconder seus defeitos. "Para a burguesia, os elementos das classes dominantes, depois de mortos, são apresentados como seres excepcionais, sem defeitos. Isto, porém, não educa o povo. Os comunistas, que sempre são leais para com o povo, não se proclamam santos, nem aos comunistas mortos. Estes são homenageados, com suas debilidades também levadas em conta, para honra e valor, lealdade e sinceridade dessas homenagens", disse.

Ao passo que os comunistas não precisavam provar que morrem sem medo, porque acreditam no povo e na linha política do Partido, na vitória da classe operária e nos grandes dias em que a exploração do homem pelo homem cessará de existir, a burguesia precisava santificar seus mortos para ocultar o que representa, falou. Antônio Firmino de Lima e Nelson Rodrigues de Vasconcelos já tinham no coração a indispensável e ilimitada confiança no povo, no PCB, na causa do socialismo, na vitória da democracia e no progresso da pátria. E por quê? "Porque lutavam lealmente contra a miséria em que

se debate o povo brasileiro, contra a exploração semi-feudal e imperialista a que o mesmo ainda se acha acorrentado", respondeu Pedro Pomar.

Esses mesmos que acorrentavam o povo homenagearam Lundgren como "guerrilheiro da FEB", um insulto ao povo de Pernambuco e aos mortos de Pistóia, Itália, que combateram na Segunda Guerra Mundial, protestou Pedro Pomar, referindo-se ao interventor federal naquele estado, o general Dermeval Peixoto. Era preciso derrotá-lo e seus iguais nas urnas. "Temos, ainda, um compromisso de esperança: lutar cada vez mais pela democracia, unindo-nos cada vez mais, sempre à frente do proletariado e do povo", conclamou. Para tanto, todos unidos em torno do "camarada Prestes" deveriam conquistar um milhão de votos e eleger cento e vinte e cinco deputados do PCB nas eleições de 19 de janeiro de 1947.

***

Na mesma reunião, Prestes falou em um milhão de votos e duzentos mil membros para o Partido. Prognosticava os números "na base da experiência acumulada e generalizada". A meta de filiados, segundo Arruda, foi ultrapassada quando em março de 1947 um balanço concluiu que o PCB estava com duzentos e vinte mil membros. Outra vitória importante, disse Prestes, era a consolidação da imprensa. Citou o caso dos atentados à *Tribuna Popular*. "A vitória foi tão grande que a *Tribuna* aí está, com máquinas próprias, compradas com o dinheiro do povo", disse.

Mas a tarefa máxima e decisiva, segundo as resoluções propostas por uma comissão que contava com a participação de Pedro Pomar, eram as eleições. Uma forte presença comunista nos parlamentos seria o combustível da luta para consolidar a democracia. Só precisava de muita militância na rua para providenciar a primeira fagulha — os votos de um milhão de eleitores.

Um "Plano Nacional de Emulação Eleitoral" fora traçado pela direção nacional do PCB, comandado por Maurício Grabois, que assumiu a função de secretário nacional de Trabalho Eleitoral — cargo que ocuparia até 20 de fevereiro de 1947. Pedro Pomar foi para a Secretaria Nacional de Educação e Propaganda e, assim que assumiu, fez duras críticas aos comunistas em geral. "Observa-se, através de artigos assinados na nossa imprensa, oradores e mesmo organizadores de comícios com incompreensão política e subestimação dos materiais teóricos do nosso Partido, como *A Classe Operária*, os discursos e *Informes* do camarada Prestes e outros dirigentes, a história da URSS e etc.", afirmou ele.

Sem papas na língua, disse que faltava muito para os comunistas conquistarem um milhão de votos. "Todo mundo se julga um educador e agitador de massa, mas na prática o que vimos é que a linha do Partido ainda não foi assimilada ao nível necessário requerido para tornar cada militante digno de um partido de duzentos mil filiados e um milhão de eleitores. Quero ressaltar principalmente a importância do órgão central do Partido — *A Classe Operária* —, da *Tribuna Popular* e dos jornais do Partido em cada estado como os melhores instrumentos de que devemos lançar mão para as nossas lutas políticas, principalmente na atual campanha eleitoral, que poderá ter na nossa imprensa uma mola decisiva para ser levada a termo vitoriosamente", disse ele em entrevista ao jornal *A Classe Operária* de 7 de dezembro de 1946. Pedro Pomar promoveu uma série

de encontros com responsáveis pelo setor de divulgação do PCB para refirmar a importância da difusão da linha política dos comunistas.

O apelo de Pedro Pomar foi reforçado no *Informe* que apresentou no Pleno. Segundo ele, o *Informe* de Prestes avaliado na Comissão Executiva apontava duas tarefas básicas: uma histórica, decisiva e que não era transitória — a tarefa de construção de um grande partido comunista de massas; outra imediata, igualmente decisiva, central naquele momento — a conquista de um milhão de votos. Repetiu as críticas feitas na entrevista ao jornal *A Classe Operária* e reforçou que os comunistas precisavam de mais clareza e objetividade.

A própria *Tribuna Popular*, disse ele, somente um mês depois de lançado o "Plano Nacional de Emulação Eleitoral" passou a traduzir melhor a campanha. Em São Paulo, por exemplo, onde ele era candidato, o Partido atirou-se à campanha de maneira tão desorganizada que a distribuição e o estudo de *A Classe Operária* se viram prejudicados. O cargo de secretário de Educação e Propaganda nas células era preenchido simplesmente porque existia. Ao mesmo tempo, todos se julgavam bons educadores e propagandistas, sem compreender que essa era uma tarefa que exigia especialização, estudo e organização; e não palpites e improvisações.

Pedro Pomar indagou: mas o que continua sendo fundamental no trabalho de educação e propagada? Era a imprensa, respondeu. Todos conheciam o valor dela na luta pela democracia. Todos se recordavam do papel da *Tribuna Popular* e dos demais jornais do PCB no desmascaramento das provocações às liberdades democráticas. A imprensa decidiria a vitória eleitoral porque os comunistas não possuíam nenhum outro instrumento para levar suas palavras ao povo e se ligar às massas, educando-as e organizando-as.

A campanha dos dez milhões de cruzeiros para a imprensa, disse Pedro Pomar, representou um salto qualitativo. Ele fez um balanço dos jornais que circulavam pelos estados e listou uma imensidão de títulos que estavam sendo lançados ou relançados. Até uma revista, que seria um grande magazine semanal ilustrado, com o nome de *Revista do Povo*, fora experimentada, mas a impressão em rotogravura, necessária para a boa qualidade gráfica, ainda era impraticável, informou.

A educação dos quadros era outro grave problema, constatou ele no *Informe*. Tarefa traçada pela III Conferência, não estava sendo executada como desejado. Os cursos nos estados, tão reclamados, não puderam ser realizados porque a Comissão Executiva estava sobrecarregada. Mas havia também o entrave do baixo nível ideológico dos camaradas responsáveis dos comitês estaduais — o que contribuiu para a Comissão Executiva não ter coragem suficiente para autorizar o início dos cursos.

Desde a III Conferência, apenas um curso havia sido feito. Os professores continuavam sendo apenas os membros da Comissão Executiva. Isso mostrava a necessidade de um curso de instrutores. Havia sido verificado que os camaradas eram atrasados culturalmente e precisavam de aulas mais leves e mais longas. "Alguns até ficam sofrendo da cabeça", disse Pedro Pomar com ironia hiperbólica.

A leitura também era uma grave deficiência. Um exemplo era a situação das editoras. A *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS* não era conhecida pela maioria

dos quadros, inclusive por parte de dirigentes estaduais e municipais, disse Pedro Pomar. Constatara isso no Rio Grande do Sul. "Todos dizem que querem melhorar seu nível político, mas ninguém lê a *História do Partido*. Outro caso típico ocorrido com as nossas editoras é o seguinte: editamos um livro básico de Stálin. *O marxismo e o problema nacional e colonial*. Remetemos o volume para alguns comitês estaduais pelo reembolso postal. O comitê do Paraná nem abriu o pacote: devolveu-o fechado. E mandamos um só exemplar!", disse. Pedro Pomar tinha razões para se preocupar com o nível político e ideológico dos comunistas.

Capítulo 19

Caravana de propaganda política e de esclarecimento popular percorre o interior paulista. O PCB aposta em Pedro Pomar em São Paulo.

1946 - 1947

Todos sabiam que nem os anticomunistas mais roxos e doentes do Brasil seriam capazes de deter a ascensão do PCB sem vandalismos e violências. Tanto era assim que a ambiciosa meta de um milhão de votos quase dobrava os seiscentos mil conquistados nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Destes, trezentos e cinquenta mil deveriam sair de São Paulo.

Para atingir o objetivo, o PCB lançou Chapas Populares pelo país afora. Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara foram anunciados como candidatos a deputado federal em São Paulo no dia 12 de dezembro de 1946 em vagas abertas pelo Tribunal Superior Eleitoral que, atendendo a uma sugestão do procurador-geral Temístocles Cavalcante, determinou, em 12 de novembro de 1946, o acréscimo do número de deputados e senadores para alguns estados e territórios. O procurador sugeriu, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que mais dezoito representantes fossem eleitos em todo o país.

O nome de Prestes aparecia como fiador das propostas dos comunistas. Seu prestígio, já bem explorado nas eleições passadas, era o chamariz para os atos políticos do PCB. O comício de São Paulo, por exemplo, foi convocado pelo *Hoje* nestes termos:

A todos o Partido Comunista lança o apelo para que compareçam a esse comício. A todos quer o Partido de Prestes mostrar o caminho para a saída da crise, das aflições e do desespero em que se encontram as mais vastas camadas do povo.

Pedro Pomar valorizava a figura de Prestes pela convicção de que ele personificava o catalisador das esperanças do povo na democracia. Quando o PCB comemorou o primeiro aniversário da libertação do Cavaleiro da Esperança com a anistia de 1945, ele escreveu um artigo no jornal *A Classe Operária* com o título "Prestes — símbolo do verdadeiro patriotismo", dizendo que o secretário-geral e o Partido eram inseparáveis da existência da democracia.

A relação completa dos nomes que integrariam a Chapa Popular seria lida naquela noite no Vale do Anhangabaú. Às vinte horas em ponto estariam presentes o diretor da

Tribuna Popular, Pedro Pomar, e o deputado federal por São Paulo Milton Caires de Brito, anunciou o *Hoje*. Os oradores falariam do Partido Comunista do Brasil, das últimas resoluções tomadas pelo Pleno Ampliado do Comitê Nacional e sobre a posição dos comunistas perante as eleições de 19 de janeiro.

As notícias dão conta de que sessenta mil pessoas participaram do comício. Poucos dias depois, três mil pessoas ouviram Pedro Pomar em Santo André. Depois foi a vez de Santos, debaixo de um aguaceiro que desabou na cidade. O tempo era curto e Pedro Pomar, Prestes e alguns dirigentes nacionais saíram pelo interior do estado anunciando as propostas comunistas e pedindo votos. Em Ribeirão Preto, mesmo com a ameaça da chuva, 15 mil pessoas compareceram ao comício. Prestes, aclamado como "senador do povo", e a comitiva do PCB foram recebidos com festa por dirigentes e militantes locais na estação ferroviária do município de Barrinha, de onde seguiram de automóvel até Ribeirão Preto.

Delegações das cidades da região, formadas basicamente por trabalhadores rurais organizados pelas Ligas Camponesas, chegavam em profusão. Segundo o *Hoje*, Pedro Pomar, "o conhecido dirigente nacional do PCB e candidato a deputado federal por São Paulo, foi recebido com aplausos indescritíveis". Seu discurso era frequentemente entrecortado de "vivas" entusiásticos.

Pedro Pomar disse que o povo conquistou o direito de discutir e manifestar seu pensamento em praça pública e que devia usá-lo para fazer uma escolha judiciosa dos candidatos em quem votaria em 19 de janeiro. "O PCB é o Partido da ordem, da luta contra a provocação fascista, da vigilância democrática contra os golpes", declarou. O Partido seria do povo e, por isso, estava ali em praça pública para analisarem, juntos, o *Programa Mínimo*. Pedro Pomar terminou o discurso conclamando os votos dos presentes na Chapa Popular.

Dali a comitiva seguiu para outras cidades, repetindo o ritual que elegeria Pedro Pomar para a Câmara dos Deputados. Era a "caravana de propaganda política e esclarecimento popular", que percorreu o interior do estado e os bairros operários da capital, como Belém e Brás. "A visita de Prestes ao interior paulista foi uma grande vitória política da democracia", disse Pedro Pomar à *Tribuna Popular*. "Não somos nós que dizemos. Ouvimos de elementos apolíticos, e até de políticos de outros partidos, que jamais suas cidades haviam visto comícios tão grandiosos", destacou.

Por outro lado, continuou, era necessário levar em conta a composição de classe da massa que ouviu a caravana: quase cinquenta por cento das pessoas presentes eram colonos, meeiros, sitiantes, fazendeiros, trabalhadores da roça. Toda massa trabalhadora ligada ao campo que, vencendo as maiores dificuldades, foi ver e ouvir a palavra daquele que para ela, já desiludida de todos os demagogos de véspera de eleição, representava a única esperança de uma vida melhor. "Vimos dezenas, centenas de mulheres carregando seus filhos durante mais de três horas para ouvir Prestes e os demais oradores dos comícios. Vimos milhares de homens e mulheres enfrentarem com resolução horas a fio, numa chuvinha persistente, em Barretos e Lins, ouvindo sempre com a maior atenção e entusiasmo os nossos oradores", relatou Pedro Pomar.

Segundo ele, eram fatos que revelavam bem o amadurecimento político do povo, a disposição de luta por uma vida melhor e o crescimento da sua capacidade de

organização. “E eles impõem também uma grave responsabilidade ao proletariado das cidades e ao nosso Partido: a de nos colocarmos o mais rapidamente possível à altura da situação”, analisou. Para Pedro Pomar, o movimento das massas ultrapassava muito os quadros do PCB. “Precisamos encontrar as formas mais simples de organização a fim de podermos nos ligar a essa grande massa que confia em Prestes e no Partido Comunista”, constatou.

Pedro Pomar disse que em sete dias a caravana percorreu 1.794 quilômetros, dos quais apenas 800 em estrada de ferro. Participaram de comícios, sabatinas e entrevistas. Dirigiram-se a mais de setenta e cinco mil pessoas, além das que os ouviram pelo rádio. “Os trabalhadores e o povo aprenderam a conhecer melhor seus amigos e seus inimigos”, disse. “Certamente teremos grandes vitórias no interior. Nosso *Programa Mínimo*, no que diz respeito ao campo, se provou inteiramente vitorioso. Estamos convencidos de que, a 19 de janeiro, o resultado será muito diferente do de 2 de dezembro. O povo aprendeu muito nestes doze meses, e por isso mesmo votará agora mais acertadamente do que naquela ocasião, descarregará os seus votos na Chapa Popular, assegurará ao Partido Comunista os trezentos e cinquenta mil votos de que necessita para eleger uma bancada à Assembleia Legislativa Estadual capaz de realmente fazer prevalecer ali as aspirações populares”, arrematou.

***

Havia razões para o PCB apostar que mais de um terço da meta de um milhão de votos sairia de São Paulo. Além das candidaturas de Pedro Pomar e de Arruda para a Câmara dos Deputados, o pintor Cândido Portinari se candidatara ao Senado. Pedro Pomar tinha uma admiração especial por Portinari. Correspondências entre eles revelam que se tratavam com muita cortesia. Era o “querido amigo” e “companheiro” que merecia ser felicitado pela iniciativa de conversar com os camponeses e, “de acordo com a sua possibilidade e prestígio”, não ficasse “tolhido nesse terreno por nenhuma espécie de formalidade ou burocracia”.

Em uma das correspondências, Pedro Pomar diz que a colaboração de Portinari “em forma de artigos ou da simples remessa de documentação a respeito da vida camponesa seria de enorme valia”. “Devemos nos preocupar com os problemas de nossa gente, procurando soluções práticas e políticas para os mesmos”, acrescentou. Ele se interessou pela sugestão de Portinari de trabalhar “na difusão de nossos pontos de vista sobre a arte, tanto no que toca à forma como ao conteúdo”, ressalvando o quanto precisava aprender nesse terreno. “E sou mais ávido de conhecimento do que aparento”, acrescentou. As correspondências se estenderam por um longo tempo, tratando dos mais diversos assuntos.

Cândido Portinari era natural de Brodowski, cidade próxima a Ribeirão Preto, e estava em compromissos profissionais na França quando Pedro Pomar e Prestes iniciaram o périplo pelo interior paulista. Chegou dia 26 de dezembro de 1946, pegou a caravana andando e fez sucesso por onde passou. Arruda diz que ele fazia comícios formidáveis, admiráveis.

Ele contava muita história da vida dele, história de quando ele era filho de sitiantes lá em Brodowski. E também histórias outras. Ele gostava de contar muitas histórias engraçadas. E no interior de São Paulo se gostava muito daquela maneira caipira que

ele falava. Eu me recordo que participando de um comício com Portinari, ele contava uma história interessante. Quando ele estava fazendo os murais do Ministério da Educação, que são os chamados ciclos da história do Brasil, o Capanema, que era ministro da Educação, disse: Portinari, está faltando aqui um quadro. Ele disse: Qual é o quadro? Era botar Caxias como o pacificador do Brasil, o patrono do Exército. Porque senão aqueles murais seriam considerados subversivos. Não é possível — você faça essa concessão.

E o Portinari ficou bravo, não quis mais continuar a fazer os murais etc. Então, por muita solicitação, muitos pedidos de Capanema, Portinari aquiesceu em fazer o retrato de Caxias. Não um quadro. E de vez em quando o Capanema ia acompanhar a feitura dos murais. Um dia Capanema pergunta ao Portinari se ele já havia pintado o retrato de Caxias. Ele disse: Perfeitamente, pode vir olhar. O Capanema começou a olhar o mural sobre o pau-brasil, o mural sobre a era do ouro, depois o mural sobre a mineração, sobre o açúcar, o café, a pecuária também etc. E o Capanema vai olhando, vai olhando... volta e diz: Mas não está — não vejo o retrato de Caxias. Ele diz: É porque você não olhou direito. Volte a olhar os quadros. Aí, dizia o Portinari, o Capanema voltou e disse: Mas eu não vejo o Caxias. Onde é que você botou o Caxias?

Ele o chamou para frente do mural que era a pecuária e disse: Olha aqui nesse mural que você vê o retrato de Caxias. Ele disse: Mas eu não vejo, Portinari! Ele disse: Você não vê? Olhe para esta bosta de boi que ela tem a cara do Caxias (risos). Estava a cara de Caxias ali numa bosta de boi (risos). Então o Capanema disse: Não faça isso, Portinari! (rindo) Nós vamos todos para a cadeia! Ele disse: Bem, se você não quer o Caxias como essa bosta de boi eu apago o negócio e fica o dito pelo não dito (risos). E assim ele contava... e o pessoal ria (rindo), dava gargalhadas, batia palmas no interior de São Paulo. E assim (gargalhadas)... era maravilhoso!

(Segundo João Cândido Portinari, filho de Cândido Portinari, o personagem mencionado por Arruda não é o Caxias. "Portinari retratou uma pessoa em uma bosta de boi, sim. Mas não foi Caxias. Foi Oswald de Andrade", diz ele. "Oswald de Andrade vinha fazendo críticas maldosas e ferinas a meu pai e este, para fazer uma 'vingança' bem-humorada, retratou Oswald em uma bosta de boi que aparece no afresco 'Gado' da série 'Ciclos Econômicos' — ou 'Trabalho na Terra Brasileira' —, afirma. "Comprova este fato, entre outros, o depoimento que foi prestado pelo pintor Enrico Bianco, principal assistente de meu pai, que com ele trabalhava nesta série naquele momento. Este depoimento faz parte do acervo documental do 'Projeto Portinari', e está disponível para consulta", completou.)

O sucesso do PCB brotou das raízes plantadas por Arruda e Pedro Pomar. Em nenhum outro estado as diretrizes do Pleno do Comitê Nacional, indicando as eleições como tarefa decisiva, encontraram terreno tão fértil. Caravanas eram organizadas pelo interior. Na capital, metas sobre metas eram estipuladas para conquistar votos e filiados. Os comunistas paulistas seguiam à risca a orientação de, na campanha, ligar o PCB com o proletariado, com os camponeses, com as mulheres, com os jovens, com os intelectuais e com "todas as camadas sofredoras do nosso povo". Vivia-se no estado um momento de entusiasmo e de intensa vida política. "Diariamente, no Comitê Distrital do Centro ingressam dez, vinte militantes para o Partido de Prestes", anunciou a *Tribuna Popular*. Até um programa na então famosa Rádio Difusora, chamado "Aqui fala o povo", foi criado. O plano era sair das eleições com oitenta mil novos filiados.

***

A função de diretor da *Tribuna Popular* fazia de Pedro Pomar uma figura visada. Seu já vasto prontuário voava pelo país, engrossando os arquivos da polícia. De mão em mão, seus dados eram datilografados e copiados numa profusão incessante. Diligentes, os vigilantes da repressão registraram, em um único documento, minúcias da sua vida e das suas atividades políticas. Eem m poucos meses seu prontuário se transformou em um documento gordo, recheado de mandos e desmandos.

Lendo o calhamaço, fica-se sabendo, por exemplo, que em 1946 a polícia fez uma marcação implacável sobre seus passos. No dia 25 de fevereiro, relata o prontuário, ele participou de um comício promovido pelo Comitê Metropolitano do PCB no Rio de Janeiro, e, em nome da Comissão Executiva, comentou a situação da Espanha sob as botas do general Francisco Franco. Pediu ao povo que se manifestasse junto ao presidente Dutra para cobrar o rompimento de relações diplomáticas com aquele regime fascista. Em 15 de março, no auditório da ABI, Pedro Pomar fez uma conferência sobre a teoria marxista, comemorando a passagem natalícia da morte de Karl Marx. Em 7 de maio foi anotada a constante visita de Prestes à sua residência, onde também vivia o "vermelho" João Amazonas, "na Rua das Laranjeiras".

Pedro Pomar estava envolvido até com a greve na Estrada de Ferro Sorocabana, que coincidiu com a chegada do poeta cubano Nicolás Guillén para uma festa poética de desagravo ao senador comunista chileno Pablo Neruda. No ato, estavam ao lado de Pedro Pomar o pintor Cândido Portinari e outros "elementos da agitação comunista". No dia 9 de julho, ele fez parte da mesa diretora dos trabalhos da III Conferência do PCB.

Até as viagens internacionais de Pedro Pomar eram vigiadas. Segundo o prontuário, em 23 de agosto de 1946 ele tomou parte do "XI Congresso Comunista de Buenos Aires". Discursou elogiando o partido argentino e referiu-se "à flexibilidade na aplicação da linha política comunista, destacando os ataques de que eram vítimas Luiz Carlos Prestes e o PCB". Terminou com as seguintes palavras: "Que os espera, camaradas? A vitória!" O prontuário também registrou que ele visitou o Paraguai e o Uruguai.

As anotações de 1946 terminam com uma nota atribuindo palavras inverossímeis a Pedro Pomar. Segundo a polícia, em palestras com conhecidos ele declarou que "os fascistas do governo procuram, nas vésperas do pleito (de janeiro de 1947), um pretexto para perseguir o PCB"; que "não aceitando a solidariedade do PCB, o governo se colocou, abertamente, contra o proletariado do Brasil e, assim, deve arcar com todas as consequências do impensado gesto"; que "os atentados praticados por certos militantes fascistas contra o PCB serão severamente punidos e replicados, em momento oportuno"; e, mais, "nós conhecemos bem esses elementos e temos a ficha de cada um. O povo dentro em breve conhecerá a vida desses vestais do militarismo indígena".

Era uma flagrante provocação, uma tentativa de atiçar ódios contra os comunistas. Os dirigentes do PCB eram cuidadosos. Não se davam a arroubos nem tampouco a ameaças. Conheciam bem os integrantes do governo Dutra, gente que havia comido na mesma gamela durante os dez anos do Estado Novo e articulou o golpe de 29 de outubro de 1946. Arruda conta que a direção sabia que os estadonovistas estavam

tentando conduzir o PCB para o patíbulo. “Nós já sentíamos que isso ia acontecer e tomamos todas as medidas. Primeira medida: destruir todos os arquivos do Partido. Recolher os arquivos para os refúgios. E tomamos as medidas também de preservar todas as direções do Partido”, afirmou. Em geral, os dirigentes do PCB sequer faziam finanças, segundo Arruda, para evitar ficarem expostos a calúnias.

Pedro Pomar era encarado como um perigoso rebelde aos olhos da polícia política. Líder político em ascensão, passou a ser acusado de desordeiro e de ser legatário dos feitos comunistas da insurreição de 1935. Era uma das mais perfeitas traduções do inimigo a ser preferencialmente abatido. Uma das inúmeras cópias de sua vida pregressa que voavam pelo país diz que ele foi um dos elementos responsáveis pelas campanhas desmoralizadoras instituídas pela *Tribuna Popular* contra as autoridades constituídas e percorreu diversos estados como porta-voz de Prestes.

Na Argentina, apresentou-se como portador da incumbência de interferir junto aos mentores do Partido Comunista Argentino no sentido de ser hipotecado apoio à candidatura Perón. Outro relatório policial diz que Pedro Pomar, como delegado do PCB e representante de Prestes, levou a palavra de ordem do Comitê Nacional exortando os comunistas argentinos a modificarem sua atitude de combate ao governo Perón e a atacar a política internacional americana. Segundo constava, a palavra de ordem de Prestes teria sido cumprida, de vez que, efetivamente, o Partido Comunista da Argentina passou a apoiar Perón. Seu passaporte, segundo a polícia, previa passagens também pelo Chile e pelo Peru — informação que não correspondia à realidade, uma vez que ele estivera na Argentina e apenas passara no Uruguai e no Paraguai.

O pente fino da polícia política queria saber até quem era João Vicente Gomes, o pseudônimo de Pedro Pomar que de vez em quando aparecia como um fantasma. Invariavelmente, a resposta vinha com a seguinte constatação: um indivíduo sem quaisquer dados de qualificação. Pedro Pomar enfrentava os algozes do PCB de peito aberto, sem subterfúgios. Não importava que a polícia estivesse seguindo seus rastros. Pelo país afora, os avisos de que as searas comunistas semeadas com sacrifícios e muito trabalho estavam sendo pisoteadas eram uma constante.

***

Prevendo dias piores, Pedro Pomar aproximou-se de Adhemar de Barros, ex-interventor do Estado Novo em São Paulo e industrial, com vistas a estabelecer uma aliança eleitoral. A ideia inicial era apoiar Prestes Maia, o candidato de Getúlio Vargas. O secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, teria conferenciado com o ex-presidente sobre o assunto, segundo os jornais paulistas. Depois de algumas vacilações, Prestes Maia declarou que não aceitaria ser candidato e Getúlio voltou-se para a candidatura de Adhemar de Barros.

Em entrevista coletiva em São Paulo no dia 13 de dezembro de 1946, Pedro Pomar afirmou: “A nossa legalidade e a democracia são o nosso primeiro objetivo. A defesa da Constituição é para nós fundamental. Compreendemos que o momento é muito grave. Ainda não há unidade das forças políticas para a defesa da ordem constitucional democrática, que é o que nos interessa, por interesse ao povo brasileiro.”

O repórter do *Jornal de Notícias* perguntou se os representantes do PCB haviam conferenciado com o líder udenista Antônio Almeida Prado a fim de estudar a base da anunciada aliança PCB-UDN. Pedro Pomar declarou: "O que nos interessa é principalmente a definição dos outros partidos, pois a nossa posição já é publicamente conhecida. Por enquanto, esses partidos vacilam entre o povo e a reação. Fomos já procurados por todos os partidos, mas não foi firmado nenhum compromisso com qualquer candidatura."

Indagado sobre quem, entre os nomes já lançados, o PCB apoiaria, Pedro Pomar disse: "Apoiaremos a quem nos permita assegurar a legalidade democrática e se disponha a tomar medidas concretas para a solução da crise que atravessamos." O repórter insistiu no nome do udenista Almeida Prado. "Estamos ainda em fase de conversação. O problema não é de homens. É mais das forças econômicas que apoiam os homens. Além disso, nenhum candidato fez declaração pública de que deseja o nosso apoio", respondeu.

Segundo a *Tribuna Popular*, os udenistas, infensos à unidade por seus pendores reacionários, argumentavam que a Liga Eleitoral Católica decidiria sobre uma eventual aliança com o PCB. A entidade, no entanto, era conhecida por suas posições fascistas e sua fobia anticomunista. Pedro Pomar afirmou: "Então que fiquem com a Liga Eleitoral Católica!"

Havia outra possibilidade de aliança com Hugo Borghi, do PTB, que fora um dos mais destacados líderes do movimento "queremista". Segundo o jornal *A Manhã*, Prestes dissera que existia um movimento dos comunistas em direção à candidatura petebista. Abordado pelos jornais, no Palácio Monroe, a sede do Senado, o senador comunista disse que o PCB ainda não tomara posição. Adiantou que três membros do Partido — Pedro Pomar, Milton Caires de Brito e Diógenes Arruda Câmara — estavam em São Paulo em conversações políticas.

O *Diário da Noite*, em sua edição de 21 de dezembro de 1946, disse, contudo, que Prestes Maia pedira uma conversa com Adhemar de Barros, com quem conferenciou demoradamente sobre a situação política em São Paulo. O assunto seria o lançamento da candidatura de Adhemar com o apoio do PCB, questão tratada entre os comunistas e Getúlio Vargas, conforme declaração de Pedro Pomar, segundo o jornal. "Por outro lado, são bastante conhecidas as relações do senhor Prestes Maia com o Partido Comunista, pois sua própria senhora é membro militante daquela organização", afirmou o *Diário da Noite*.

***

A aliança foi fechada na tarde do dia 3 de janeiro de 1947. As candidaturas do PCB seriam transferidas para o então recém-criado Partido Social Progressista (PSP), pelo qual Adhemar de Barros se candidataria a governador. A aliança aproximava o industrial do eleitorado trabalhador e os candidatos comunistas se protegiam das ameaças do anticomunismo. De quebra, garantiam a candidatura ao Senado de Cândido Portinari.

A decisão foi anunciada por Pedro Pomar em um comício no Vale do Anhangabaú na noite de 4 de janeiro de 1947, com a participação estimada de cem mil pessoas. Às

21h30 ele leu um *Manifesto* do Comitê Estadual do PCB informando que a decisão fora tomada às 16h30 do dia anterior. A notícia foi recebida pela multidão com milhares de lenços brancos agitados no ar. Pedro Pomar leu também a resposta de Adhemar de Barros ao PCB comunicando que aceitara a proposta dos comunistas e dizendo que saberia defender intransigentemente a Constituição, a legalidade de todos os partidos, inclusive do Partido Comunista, e que promoveria medidas urgentes contra a carestia e a inflação.

Segundo o *Jornal de Notícias*, o PCB e o PSD realizaram o maior comício da história política de São Paulo. Em seu discurso, Pedro Pomar falou da importância da união dos partidos democráticos e da luta franca e leal do PCB pelo progresso do país. "Não porque temamos a ilegalidade, pois nela vivemos muitos e muitos anos e sabemos como movimentar dentro dela", afirmou ele, segundo o *Jornal de Notícias*. "Mas no regime legal, que ora vivemos, uma maior vigilância pode ser feita em benefício do povo."

Naquelas circunstâncias, o Brasil precisava de um governo de confiança nacional, "razão porque iniciamos entendimentos com todos os partidos no Rio, aqui e em qualquer outro estado da União", afirmou Pedro Pomar. Sobre São Paulo, ele disse: "Após vários entendimentos aqui, nos encontramos a fim de dar conhecimento ao povo do resultado a que chegamos. E esse resultado é a escolha do senhor Adhemar de Barros como candidato do Partido Comunista a governador do estado."

Pedro Pomar falou também da campanha movida contra os comunistas, para ele efeito do medo dos que se afastaram do povo, que, mais dia menos dia, tomaria os destinos da pátria em suas mãos. Falou ainda da serenidade com que o povo vinha recebendo as provocações que lhe eram feitas, consequência da conquista do caminho para a verdadeira democracia. Pedro Pomar encerrou o discurso dizendo que a vitória da chapa PSP-PCB seria a resposta às provocações e calúnias aos comunistas, informou o *Jornal de Notícias*.

O jornal *A Manhã* calculou que o apoio dos comunistas a Adhemar de Barros favorecia a candidatura de Mário Tavares, do governista PSD, com apoio de outras correntes fortemente vincadas por posições ideológicas conservadoras, algumas declaradamente anticomunistas. A candidatura de Hugo Borghi saltou para a corda bamba com o envolvimento de Getúlio na aliança PSP-PCB, que tenderia, segundo a estimativa do jornal, a levar para as urnas quatrocentos mil votos caso os comunistas optassem por ela. Diante da forte resistência enfrentada no PTB, Borghi migrou para o Partido Trabalhista Nacional (PTN) — uma dissidência do trabalhismo getulista.

Com a opção do PCB por Adhemar, de acordo com o *A Manhã*, o PSP agregaria aos seus quarenta e oito mil votos contabilizados dos eleitores que se alistaram no Tribunal Regional Eleitoral para votar no partido — uma exigência da legislação eleitoral da época — um total estimado entre duzentos e trinta a duzentos e cinquenta mil votos. O eleitorado paulista era de mais ou menos um milhão e quatrocentos e cinquenta mil votantes, dos quais um milhão e duzentos mil deveriam comparecer às urnas. Mário Tavares, do PSD, obteria entre seiscentos e oitenta a setecentos mil votos. As previsões não se confirmariam — Adhemar de Barros seria eleito com trezentos e noventa e três mil votos. Votaram em Hugo Borghi trezentos e quarenta mil eleitores; Mário Tavares recebeu duzentos e oitenta e nove mil votos e Almeida Prado, noventa e três mil.

Capítulo 20

PCB elege Cândido Portinari para o Senado; Justiça Eleitoral faz vista grossa para fraude grosseira.

1947

Ao participar da festa em que o comício de 4 de janeiro de 1947 se converteu em São Paulo, Pedro Pomar perdeu outra no Rio de Janeiro. Ele fora convidado para um "suculento angu" pela escola de samba Lira do Amor, que no dia seguinte daria o seu "grito de carnaval" para "a festa máxima do povo de 47". Pedro Pomar fora especialmente convidado por ser diretor da *Tribuna Popular*, um reconhecimento ao apoio do jornal ao samba carioca.

A candidatura de João Amazonas ao Senado em 1947 também foi amplamente apoiada pelas escolas de samba. A *Tribuna Popular* de 16 de janeiro anunciou em letras garrafais a "Grande festa eleitoral" que encerraria a campanha no Campo do São Cristóvão. Era o comício "O primeiro lugar para o Partido de Prestes", que falaria "a linguagem dos morros esperançosos de dias melhores". Na capa do jornal, Amazonas e Prestes apareceram com punhos cerrados em grandes ilustrações.

Pedro Pomar atribuía a essa aproximação grande importância e era reconhecido por isso. A *Tribuna Popular* organizava o concurso "Embaixador e embaixatriz do samba", com a participação dos presidentes das escolas, e chegou a ser declarada órgão oficial da escola União dos Industriários do Realengo por decisão da sua junta governativa. Na campanha eleitoral de 1947, foram organizados bailes político-carnavalescos em apoio aos candidatos da Chapa Popular.

Enquanto Pedro Pomar estava em São Paulo, outra grande festa ocorreu no Rio de Janeiro — o aniversário do líder máximo do PCB, Luiz Carlos Prestes, em 3 de janeiro de 1947. Uma série de atividades foi organizada por uma comissão presidida pelo ator Mário Lago, com uma participação estimada de cento e cinquenta mil pessoas. De manhã, Prestes recebeu visitas, presentes e telegramas na sede nacional do PCB. No começo da noite acompanhou João Amazonas — além de outros candidatos da Chapa Popular — em um comício para quatro mil pessoas na Praça Serzedelo Correia, em Copacabana. Em seguida, foram para o Largo do Machado.

Uma série de comícios estava sendo realizada simultaneamente no Rio de Janeiro. Prestes e Amazonas falavam rapidamente em um e corriam para outro. Estiveram, na mesma noite, também no Parque de Diversões da Avenida Passos; no Largo do Rio Comprido; na Praça Saenz Pena, na Tijuca — onde dez mil pessoas os receberam com desfiles das escolas de samba Unidos de Acaú e Unidos da Tijuca —; em Engenho de Dentro, em Irajá; em Bonsucesso; e em São Cristóvão.

***

Naquela mesma noite, Pedro Pomar esteve em um comício no Largo da Concórdia, em São Paulo. Mais de quarenta mil pessoas, debaixo de chuva, o ouviram e também os

deputados José Maria Crispim e Milton Caires de Brito, Diógenes Arruda Câmara e a jovem Zuleika Alambert, candidata a deputada estadual. Na edição do dia seguinte, a *Tribuna Popular* publicou o prefácio do livro *Problemas atuais da democracia*, uma coletânea de textos de Luiz Carlos Prestes, que sairia naquele mês pela Editorial Vitória, escrito por Pedro Pomar.

Para ele, o Cavaleiro da Esperança representava muito mais do que um carismático líder político e revolucionário brasileiro. Se do outro lado do mundo Stálin despontara como o esteio da derrota do nazi-fascismo, no Brasil Prestes era uma figura cujos limites não podiam ser abarcados senão tomando em consideração toda uma época histórica, desde as grandes lutas pela Independência no século 19 até a perspectiva de libertação nacional, escreveu.

O legendário herói da Coluna Invicta, segundo Pedro Pomar, ganhara *status* de líder mais popular e querido dos brasileiros e quiçá da América Latina. "Falar de Prestes, de sua obra ou de sua figura, de sua ação, enfim, não é tarefa que possa ser realizada em poucas linhas, nem com adjetivos elogiosos", comentou. A transformação do Cavaleiro da Esperança em um dirigente político lúcido e um guia revolucionário se devia à utilização da ciência marxista, avaliou Pedro Pomar.

A importância atribuída a Prestes naquela nova etapa do PCB ficou bem demarcada no prefácio. Segundo Pedro Pomar, os dirigentes comunistas que reorganizaram o Partido na Conferência da Mantiqueira e traçaram a linha política que tirou Prestes das mãos de seus algozes, com a ajuda de todos os povos na guerra antinazista e com o apoio de milhões de brasileiros antifascistas, compreendiam, com maior ou menor clareza, a noção do seu valor para o movimento libertador da pátria. Sentiam o peso da responsabilidade para assegurar ao líder do PCB as condições necessárias ao seu trabalho criador e para a sua própria vida, asseverou.

Os "grandes dirigentes do proletariado" — escreveu Pedro Pomar — opinaram sobre a importância de Prestes para a emancipação do povo brasileiro, assim como da própria América Latina. Ele passara por um rápido processo de auto-educação que só a sua energia e sua combatividade seriam capazes de realizar. "Os homens, numa sociedade como a nossa, vivem cheios de preconceitos e estão sujeitos, pela sua vaidade e pelo seu individualismo, a cometer os erros mais grosseiros. Compreendendo isso e utilizando o método revolucionário da crítica e da autocrítica foi que Prestes pôde despir-se desses prejuízos que cegam os homens, às vezes mesmo os inteligentes", disse.

Para Pedro Pomar, a miséria do povo, a exploração da pátria pelos grandes monopólios e capitais estrangeiros, o analfabetismo, a doença e o atraso eram temas que interessavam, havia muito tempo, ao "general revolucionário". Prestes travara contato com dirigentes políticos e operários na Argentina e começou a desenvolver-se politicamente e a aprofundar a análise da situação brasileira, afirmou. Segundo ele, o secretário-geral do PCB acompanhou, bem de perto, a formação de partidos comunistas na América Latina, particularmente na Argentina e no Brasil, o que lhe deu base para a compreensão do caráter agrário e anti-imperialista da revolução no país, que precisava do desenvolvimento do capitalismo nacional e do uso de métodos de governo democrático-progressista.

Em 1930, Prestes já havia chegado a essa compreensão, lembrou Pedro Pomar. "A justa caracterização da revolução nos países latino-americanos, mesmo nos da importância do Brasil e da Argentina, era a tarefa mais importante dos comunistas, a fim de que pudessem determinar o papel da classe operária e orientar a luta de emancipação nacional dos nossos povos", escreveu. O Cavaleiro da Esperança e os comunistas avaliaram, naquela época, que o período de estabilidade relativa do capitalismo terminara, recordou, asseverando que as previsões dos chefes revolucionários, especialmente de Stálin, de que o capitalismo não poderia estabilizar sua situação, haviam sido inteiramente confirmadas. Um novo período de catástrofes e guerras se aproximava, avaliou Pedro Pomar.

Ele fez, partindo desse gancho, uma análise pormenorizada das circunstâncias em que Prestes se aproximou dos comunistas, em uma difícil etapa da formação do PCB. O Partido se viu espremido pela disputa entre os grupos imperialistas ingleses e norte-americanos na busca da hegemonia na política brasileira. E apareceram soluções golpistas e demagógicas que utilizaram a tradição tenentista e democrática para manter o predomínio dos conservadores, que não tinham partido próprio, comentou.

O proletariado — constatou Pedro Pomar — era fraco numericamente e pouco concentrado em virtude do atraso industrial do país. O PCB refletia essas influências ideológicas e apresentava imensas debilidades, afirmou. "O caráter democrático-burguês da revolução e o papel hegemônico do proletariado, por causa desses fatores negativos, não eram compreendidos na prática pelo Partido Comunista do Brasil. Por isso, em 1930 o Partido não possuía uma orientação única e segura a respeito do movimento popular que trouxe o senhor Getúlio Vargas ao poder. Impunha-se assim a aplicação da medida que mandava romper com o oportunismo; com o desvio direitista nas fileiras do Partido e do movimento operário", escreveu.

Para Pedro Pomar, não foi uma medida inteiramente equivocada. Os comunistas teriam explicado, pacientemente, mas com toda energia, que a "classe média" não pode desempenhar papel dirigente e consequente na luta pela libertação nacional. "A luta contra a ideologia oportunista pequeno-burguesa no Partido foi facilitada pela prova prática dos resultados do governo apoiado pelos tenentes em 1930. A traição dos postulados e do Programa da Aliança Liberal e a passagem dos seus elementos mais em evidência para o campo da burguesia e do imperialismo eram notórias. Isso acontece porque a instabilidade da pequena burguesia como classe não lhe permite jamais assumir a responsabilidade da direção política de um movimento de tal envergadura, nem de possuir um partido monolítico, com princípios e programa definidos. A classe média só momentaneamente, e assim mesmo em torno de um homem, é que pode reunir seus interesses instáveis e muitas vezes contraditórios", disse.

Prestes entrou no PCB precisamente quando o combate ao "oportunismo de direita" chegava ao fim, disse Pedro Pomar, ressalvando que os comunistas ainda não haviam se livrado "nem do oportunismo, nem do sectarismo". Segundo Pedro Pomar, o Cavaleiro da Esperança estava preparado para ingressar nas fileiras comunistas desde 1930, quando denunciou a Aliança Liberal de Getúlio Vargas como um movimento político liderado pelos agentes do imperialismo americano contra a predominância inglesa nos negócios econômicos e políticos brasileiros. Não havia motivos para os comunistas ficarem ressabiados com ele, afirmou. No entanto, faziam acusações graves, dando a

entender que a honra do comandante da Coluna Invicta podia ser enxovalhada porque ele pertencia ao campo inimigo, destacou.

Mesmo quando Prestes entrara para o PCB, graças à Internacional Comunista que cuidou de pôr água fria naquela guerra de bastidores, seu passado político não era tolerado, avaliou Pedro Pomar, lembrando que as reservas e desconfianças do Partido sobre sua filiação tinha se originado da incompreensão da luta contra o oportunismo e contra os métodos golpistas que menosprezavam o valor histórico e o objetivo do movimento de massas, do trabalho de organização do povo para a conquista da democracia e da independência da pátria. "Houve uma fase em que o Partido combateu o perigo do 'prestismo' em suas fileiras, o que correspondia à luta contra a influência pequeno-burguesa dos caudilhos e a favor da adoção dos métodos de trabalho comunistas", escreveu.

Segundo Pedro Pomar, Prestes possuía qualidades extraordinárias de dirigente. "Para os comunistas, os grandes homens são aqueles que sabem acompanhar o sentido da história, da necessidade do progresso histórico e de lutar por esse progresso. Foi exatamente o que Prestes revelou quando compreendeu que a classe operária era a classe que tinha um futuro diante de si, a única que seria capaz de lutar até o fim pela libertação de nossa pátria e pelo bem-estar da humanidade", escreveu. O sentido de classe de Prestes, portanto, estava devidamente elucidado. O reflexo seria a tradução, em termos políticos, da nova etapa do desenvolvimento pacífico entre os povos que ele imprimia ao PCB, avaliou.

***

Outra importante atividade da campanha eleitoral era a publicação de edições especiais da *Tribuna Popular*, que atingiam impressionantes cento e vinte e cinco mil exemplares. Pedro Pomar comandava os trabalhos, como mostra uma foto na capa da edição de 11 de janeiro de 1947 em que ele aparece ladeado pelo seu redator-chefe, Aydano do Couto Ferraz, e do ilustrador Paulo Werneck. O jornal era vendido em "comandos" por militantes e dirigentes do PCB.

A campanha ganhava volume também em São Paulo. Um grupo de artistas, jornalistas e "senhoras da nossa sociedade" — conforme definição da *Folha da Manhã* — fundou um comitê de propaganda das candidaturas de Adhemar de Barros (governador), Cândido Portinari (senador), Pedro Pomar (deputado federal) e Joaquim Câmara Ferreira (deputado estadual), com sede na Rua dom José de Barros, 337, 4ª andar, sala 412.

No Nordeste e no Sul, igualmente, a campanha do PCB empolgava as massas. Prestes fez uma "excursão triunfal" pelo Nordeste e de lá viajou de avião para Porto Alegre de onde partiria em périplo pelos estados do Sul. Houve uma debandada de dirigentes para diferentes pontos do país. Pedro Pomar, por óbvio, se concentrou em São Paulo. Prestes, na volta ao Rio de Janeiro, participou de um comício que reuniu meio milhão de pessoas, segundo os organizadores, no Campo do São Cristóvão.

A grande estrela da noite foi João Amazonas, candidato ao Senado. Em seu discurso, Prestes falou sobre a obra, o trabalho e o esforço do "jovem trabalhador João Amazonas, que ao lado de Diógenes Arruda, Pedro Pomar, Maurício Grabois e outros,

tudo sacrificou, percorrendo o Brasil de lado a lado, na ilegalidade, a fim de manter a organização do Partido". "E é por isso que hoje temos um Partido de duzentos mil membros, em marcha para um Partido de um milhão de militantes", afirmou.

A influência nacional de Adhemar de Barros também serviu para o PCB reforçar a campanha progressista em todo o Brasil. O candidato a governador por São Paulo visitou Pedro Pomar em seu escritório na capital paulista para lhe entregar uma mensagem escrita especialmente para a *Tribuna Popular*, publicada às vésperas das eleições, manifestando confiança em "todos os democratas" e em "todo o povo brasileiro".

Seis dias após as eleições, em 25 de janeiro de 1947, Pedro Pomar e Maurício Grabois receberam Adhemar de Barros na redação do jornal *Tribuna Popular*. Segundo o futuro governador paulista, as eleições de Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara já estavam asseguradas, e Portinari caminhava para ser eleito. Adhemar de Barros foi recebido no gabinete de Pedro Pomar, onde também estavam o redator-chefe Aydano do Couto Ferraz e o capitão Agildo Barata, diretor-tesoureiro da "Tribuna Popular Sociedade Anônima", a empresa que editava o jornal do PCB. Os trabalhadores da *Tribuna Popular* ofereceram um coquetel ao visitante ilustre, que bebeu à saúde de todos e foi retribuído com um brinde de Pedro Pomar "a Adhemar de Barros, o patriota".

Pedro Pomar foi eleito com 135.031 votos e Arruda com 62.889. Adhemar de Barros elegeu-se governador e Portinari recebeu 287.897 votos. Segundo Arruda, a eleição para o Senado foi fraudada. "Nós elegemos um senador, que foi o Cândido Portinari, o grande pintor. Ele foi eleito. Basta dizer o seguinte: o Roberto Simonsen, que havia sido apoiado pelo PSD, pelo Getúlio e por todo mundo, estava atrás da votação de Portinari cerca de 50 mil votos. Essa noite ia ser fechada a ata geral das eleições em São Paulo. Na noite seguinte, para surpresa, os quase 50 mil votos de diferença a favor do Portinari haviam passado milagrosamente... ou melhor dito: foram roubados e passados para Roberto Simonsen. Quer dizer: o Roberto Simonsen não foi eleito pelo eleitorado. Foi eleito pelo Tribunal Estadual Eleitoral de São Paulo. O verdadeiro senador eleito foi Cândido Portinari", diz ele.

Conforme recurso entregue à Justiça Eleitoral pelo Comitê Estadual do PCB de São Paulo, Portinari manteve sensível vantagem sobre os candidatos do PSD, Roberto Simonsen e Cesar Vergueiro, que, a princípio, oscilava perto de vinte a vinte e cinco mil votos. Ao fim das apurações, apontou a denúncia, a diferença se fixou perto dos quarenta mil votos. No dia 8 de março de 1947, segundo o quadro publicado por todos os jornais paulistanos, a situação era a seguinte: Portinari, 171.988 votos na capital e 75.193 no interior, no total, 247.181 votos; Roberto Simonsen 48.082 na capital e 159.347 no interior, no total, 159.347 votos; Cesar Vergueiro 46.087 na capital e 160.348 no interior, no total, 206.445 votos.

Portinari estava com 39.752 votos à frente de Simonsen e 40.736 de Vergueiro, índices que refletiam a marcha normal das apurações. No dia seguinte, porém, para surpresa geral de todos que estavam acompanhando as apurações, os jornais anunciaram os seguintes resultados: Portinari, 266.312 votos, Simonsen 263.554 e Vergueiro com 261.432. Em 11 de março, o Tribunal Regional Eleitoral divulgou os resultados finais: Euclides Vieira (PSP), que manteve a variável de votos estável, com 301.293 votos; Simonsen com 291.555; Vergueiro com 289.858; e Portinari com 287.847.

O Comitê Estadual do PCB denunciou ainda que o Tribunal tinha acelerado a contagem do dia 6 em diante, passando de uma média diária de dois mil votos para cento e sessenta mil, em quarenta e oito horas. Na aceleração, a diferença à frente que Portinari mantinha, na mesma proporção da do outro candidato do PSP, Euclides Vieira, tinha caído bruscamente. Segundo a denúncia, sabia-se que o Tribunal Regional Eleitoral jamais conseguiria apurar mais de dois ou três mil votos por dia. O recurso documentou, também, casos de votos que deixaram de serem contabilizados para o candidato comunista em Mogi das Cruzes, Santos, Campinas e "outras cidades".

Em 3 de fevereiro de 1947, o Comitê Estadual do PCB em São Paulo reuniu-se para fazer um balanço das atividades durante a campanha eleitoral e debater o papel do Partido diante da nova realidade do estado. Pedro Pomar, que assistiu à reunião na condição de representante da direção nacional, falou da necessidade do aprofundamento e ampliação da aliança com outras forças políticas que contribuíram para a eleição de Adhemar de Barros e propôs a formação de uma comissão encarregada de elaborar um *Programa Mínimo* de realizações imediatas — proposta aprovada por unanimidade. Também foi estudada a necessidade de modificações na Comissão Política e no secretariado estadual. O comitê elegeu Milton Caires de Brito para o posto de secretário político.

***

As eleições de 19 de janeiro de 1947 foram um triunfo das forças populares e progressistas. O anticomunismo sistemático fora derrotado, a reação sofreu um duro revés e a democracia saiu reforçada. O diagnóstico é de Pedro Pomar, em artigo no jornal *A Classe Operária* de 8 de fevereiro de 1947. O caminho para a solução legal e pacífica dos problemas do povo estava ampliado. O movimento de união nacional ganhara novo e vigoroso impulso, agora aceito por diversas correntes políticas que antes temiam seguir a política de aproximação com os comunistas e vacilavam diante das provocações dos "restos fascistas" e dos reacionários, avaliou.

Segundo Pedro Pomar, o resultado era a expressão de uma política correta do PCB e de um trabalho tenaz de esclarecimento e organização realizado entre as massas desde o início da vida legal dos comunistas. A situação política do país em seu desenvolvimento fora mostrada claramente, afirmou. Estudando a crise econômica minuciosamente e apresentando soluções justas, os comunistas conquistaram amplos apoios para a união nacional, disse ele. A tática do PCB consistiu em fortalecer todos os candidatos democratas e progressistas contra o anticomunismo sistemático, contra os representantes mais categorizados do latifúndio e do imperialismo, contra a demagogia trabalhista de Vargas, pontuou Pedro Pomar.

Aos olhos das massas, disse ele, muito contribuiu para a vitória a tática de marchar em aliança formal com outros partidos, verificando a situação concreta em cada estado, vendo sempre a heterogeneidade da burguesia nacional, os interesses contraditórios dos diversos grupos. O caso de São Paulo era bem exemplificativo da tática política em um estado onde as forças do PCB foram decisivas, enfatizou. A conquista de uma votação expressiva no interior paulista indicava concretamente que a democracia avançava e que mesmo naquelas condições de monopólio da terra e de pressão imperialista era perfeitamente possível — por meio do processo eleitoral, da simples prática dos

recursos constitucionais — iniciar a solução dos problemas mais prementes do povo, segundo Pedro Pomar.

Para ele, a vitória do PCB em São Paulo, tanto na capital como no interior, não só quebrara a máquina da oligarquia como arrebentara as amarras que secularmente escravizavam o camponês sem terra, iniciando, de maneira decisiva, a libertação do trabalhador do campo por meio do seu esclarecimento político. A votação obtida pelos candidatos comunistas no interior paulista dava a firme convicção de que isso era possível. Por ser o estado mais populoso, o maior centro econômico do país, era mais chocante o contraste entre uma nova era industrial que surgia e um arcaico regime semi-feudal que desmoronava pela base, diagnosticou.

***

Essas ideias foram sistematizadas por Pedro Pomar no *Informe Político* do Pleno Ampliado do Comitê Nacional, realizado entre 22 e 26 de fevereiro de 1947, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, intitulado "Situação política e balanço crítico da campanha eleitoral" — nos demais Plenos, o *Informe Político* fora apresentado por Prestes. Pedro Pomar fez uma minuciosa análise das eleições, considerando cada detalhe das alianças do PCB nos estados e estendendo o alcance da vitória dos comunistas para o cenário internacional.

Começou advertindo que os comunistas precisavam liquidar os resquícios de vanglória, sem descambar para o pessimismo. Para ele, a campanha representou um avanço e educou politicamente o Partido e as massas. Era preciso adquirir a convicção profunda e científica de que se vivia a época do desenvolvimento pacífico. Falou da lembrança de Prestes, citando o líder político francês do século 19 Odilon Barrot, de que a legalidade mata a reação.

O *Informe* de Pedro Pomar também fez uma detalhada análise da situação internacional, sistematizações do que ele havia escrito e falado anteriormente. Para ele, seria muito difícil o imperialismo desencadear uma guerra, uma vez que encontraria no próprio povo norte-americano o primeiro obstáculo. A situação nacional, igualmente esmiuçada, apresentava como destaque, segundo Pedro Pomar, a democracia, que atingira o ponto mais alto com a realização das eleições. No ano anterior, desde a publicação do *Livro Azul*, o PCB travara grandes lutas contra a reação e saíra vitorioso. Mas abrissem os olhos: em face do seu avanço, a reação desesperava-se e concentrava-se para golpear a democracia.

Pedro Pomar analisou ainda a situação econômica do país e concluiu que os partidos das classes dominantes tentavam se recompor de acordo com o agravamento da situação. Analisou um por um e chegou ao governo Dutra que, embora ainda enquistado de fascistas, tinha um lado positivo: o da resistência ao imperialismo americano. Apesar da nomeação "do conhecido agente do imperialismo" Osvaldo Aranha para delegado do Brasil na ONU, se aproximava da Argentina de Perón, recusando-se a fazer a política do Departamento de Estado norte-americano, afirmou. E nomeara para a pasta do Exterior Raúl Fernandes, medida que "de certo modo consulta os interesses do Brasil na luta contra o imperialismo". Em face disso, o Partido Comunista achava justo ratificar sua posição de apoio aos atos democráticos e patrióticos do governo e de crítica às medidas tomadas em sentido contrário, registrou.

Pedro Pomar informou que a Comissão Executiva havia demonstrado a necessidade de as frações comunistas manterem a iniciativa de luta pela elaboração de Constituições estaduais democráticas, condição para o aprofundamento da defesa da Constituição federal de 1946. Nas eleições municipais, que ocorreriam logo após tais elaborações, era necessário formar uma base formidável para o alargamento da luta democrática e quebrar a máquina da oligarquia nacional. "Assim, chegamos à conclusão de que a concretização de nossos objetivos políticos exige esse intenso movimento de massas em defesa da Constituição. Não basta popularizar a Constituição, fazer com que ela seja conhecida. É preciso que essa Constituição seja aplicada, que a mobilização de massa em sua defesa se faça à base da luta pela aplicação de seus artigos mais democráticos", asseverou.

O *Informe* detalhou também a questão sindical e as lutas camponesas. Pedro Pomar criticou as debilidades do trabalho de ligação com as massas nas células, a política de quadros, o trabalho de organização, de finanças e de propaganda. "É preciso vencer esta debilidade das células, as quais não só deixam de discutir os problemas políticos como também não cuidam dos problemas das massas em seus bairros ou locais de trabalho. A política de quadros não está sendo seguida, nem nos aparelhamos para isso. As finanças ordinárias continuam um sério problema a resolver. Nossa propaganda ainda é fraca", disse ele. As últimas palavras foram sobre a criação da Juventude Comunista, que deveria ocorrer no IV Congresso do PCB. O *Informe* teve duração de duas horas, segundo o jornal *A Classe Operária*.

***

O PCB elegeu quarenta e seis deputados estaduais em quinze assembleias e constituiu a maior bancada na Câmara de Vereadores do Distrito Federal, com dezoito eleitos. No Pleno, Maurício Grabois fez uma intervenção especial, no último dia, sobre os resultados do "Plano de Emulação Eleitoral". Segundo ele, a meta não fora alcançada em primeiro lugar porque o "Plano" não teve a atenção merecida na reunião do Comitê Nacional de dezembro. As teses apresentadas nos dias anteriores daquele Pleno de fevereiro mesmo mostravam a responsabilidade da Comissão Executiva e do Comitê Nacional em não compreender a importância do "Plano", o que se explicava com a subestimação da própria campanha eleitoral, afirmou. Em seu diagnóstico, a direção do PCB havia demorado em tratar do assunto e quando o fez foi na base da improvisação.

O resultado foi uma elaboração que não se baseou em informações precisas sobre a força real do Partido e por isso formulou como realidade o que era apenas desejo. "Isso contribuiu para criar um otimismo exagerado, que naturalmente não indicou a necessidade de maiores esforços, de trabalho eleitoral mais organizado para atingir os objetivos fixados", falou. Apesar de demasiado vasto, sobretudo porque o Partido não tinha condições para abarcá-lo, o "Plano" tinha o indiscutível mérito de abrir uma perspectiva geral, de indicar, no fundamental, como os comitês estaduais deveriam se organizar no processo eleitoral. "Alguns comitês estaduais, entretanto, deixaram se guiar pelos seus planos, preferindo executar o que era mais fácil, quando, muitas vezes, fazer novos eleitores é que era precisamente o mais difícil", criticou.

De toda forma, os trabalhos do Pleno foram encerrados com um "comício monstro", denominado "Festa da Vitória", no Largo do Russel, em 26 de fevereiro de 1947,

quando foram lidas as resoluções aprovadas. Na festa foram apresentados os dezoito vereadores eleitos na capital da República, a maior bancada na Câmara dos Vereadores, e os deputados estaduais presentes, representando as bancadas dos respectivos estados. Foram apresentados também os dois deputados federais eleitos por São Paulo, Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara. A "Festa da Vitória", a primeira reação de massas à tentativa de cassação da legalidade do PCB, terminou com discursos de Arruda e Prestes.

***

O resultado das urnas de janeiro de 1947 foi um considerável reforço à marcha da democracia no país, mas os inimigos do PCB continuavam à espreita. Os comunistas enfrentavam os mais torpes artifícios para que fossem impedidos de difundir as suas propostas. Uma delas foi a ação do presidente da ABI, Herbert Moses, também tesoureiro do jornal *O Globo*, que teria usado a sua influência para que um navio com papel destinado à publicação em que trabalhava fosse descarregado antes de outro, com carregamento para vários jornais, entre eles a *Tribuna Popular*. O problema era o precário serviço do porto do Rio de Janeiro, inexplicavelmente contornado por Herbert Moses — enquanto o carregamento para os demais jornais esperava na fila havia mais de quarenta dias, o d'*O Globo* foi desembarcado em dois dias.

O presidente da ABI enviou a Pedro Pomar uma carta negando a manobra. Segundo ele, a denúncia publicada na *Tribuna Popular* havia sido um engano. Afirmou que uma comissão da ABI fora ao porto e recebera a informação de que o navio com o carregamento aguardava a sua vez e nele estava o papel destinado às três firmas que comercializavam o produto no Rio de Janeiro. Herbert Moses disse — e repetiu com ênfase — que todos os vinte e cinco jornais da capital federal aguardavam o descarregamento. "Tais são os fatos que não podem ser contestados. Agora, dirijo-lhe um apelo e à *Tribuna Popular*, da qual tantas atenções tenho recebido, para que todos os jornais se unam a fim de enfrentar a situação e facilitar a regularização do fornecimento de papel, ao invés de perdermos tempo atirando pedras em quem não merece", escreveu ele. A *Tribuna Popular* não comentou a carta e nem retirou a denúncia. Tempos depois, Pedro Pomar faria novas denúncias contra Herbert Moses.

Além da escassez de papel no mercado, a imprensa do Partido tinha um custo elevado e as dificuldades financeiras voltaram a bater à porta da *Tribuna Popular* e de outros jornais do PCB. João Falcão, quando se mudou de Salvador para o Rio de Janeiro em março de 1947, foi incumbido de fazer um levantamento da situação econômico-financeira do jornal. "Prestes chamou-me ao seu gabinete de trabalho, uma pequena e modesta sala no terceiro andar, e falou sobre a difícil situação financeira desse jornal", relata. Explicou que, mesmo com os bons resultados da Campanha pró-Imprensa Popular aplicados na aquisição de equipamentos de oficina, máquinas de escrever e outras necessidades, um déficit mensal da ordem de um milhão de cruzeiros preocupava a direção.

A missão de Falcão era estudar a situação a fim de localizar as causas do déficit. Entregasse ao PCB como um todo a fórmula aplicada em *O Momento*, uma experiência bem-sucedida que ele comandou na Bahia; era o único dos jornais comunistas com finanças equilibradas sem receber recursos do Comitê Nacional. Procurasse o

companheiro Pedro Pomar para começar o trabalho. Com um "oxente" para cá, um "meu rei" para lá, Falcão começou a desvendar aquele emaranhado de publicações.

Para Pedro Pomar, a ajuda viera em boa hora. Vivia no sufoco, no corre-corre, para dar conta de todas as tarefas. Como constataria Falcão em seu relatório, o diretor da *Tribuna Popular* estava com mil afazeres e deixara de dar a necessária assistência ao jornal. Relevassem essa constatação, mas não deixou de carregar na tinta e jogar pimenta no angu quando relatou como fez a leitura do relatório perante Prestes e a Comissão Executiva. "Considerei insuficientes a atuação do camarada diretor, que deixava a administração quase acéfala. Ao me ouvir, o companheiro Pomar enrubesceu e deixou transparecer visível mal-estar", diz ele.

Segundo Falcão, a publicidade na *Tribuna Popular* era irrisória e nenhum jornal podia viver sem ela. Falava-se em boicote por motivo ideológico, mas a principal razão não estava sendo encarada. "A verdade é que o nosso jornal, nos dois anos de existência, tinha sofrido uma grande queda na sua circulação, estava pouco noticioso, sectário e mal impresso. Enfim, não era um bom veículo de propaganda. Na parte administrativa e no controle de materiais, havia falhas gritantes, que precisavam ser imediatamente sanadas", afirma.

Os problemas passavam também pelos salários baixos e impontuais, e pela estrutura administrativa da empresa "Tribuna Popular Editora S.A", que editava o jornal. Falcão descreveu o capital da sociedade de cinco milhões de cruzeiros, realizado com grandes campanhas para subscrição de ações por militantes do PCB, como um dos mais elevados da imprensa carioca, "ultrapassando o de vários jornais burgueses". Agildo Barata, o secretário de Finanças da "Tribuna Popular Editora S.A", comandara uma campanha com cursos práticos de formação de corretores.

Cada célula tinha como tarefa prioritária a venda de cotas de ações da *Tribuna Popular*. Foram mobilizados centenas de militantes para alcançar a audaciosa meta. Quando Falcão chegou, sua missão era, a partir desse êxito, identificar o pano de fundo da crise. No dia seguinte à leitura do seu relatório, 7 de maio de 1947, o PCB recebeu o mais potente golpe desde que as pernas do Estado Novo começaram a fraquejar: a cassação do seu registro eleitoral.

Pedro Pomar de fato não estava presente no dia-a-dia da *Tribuna Popular*. Mas a sua atuação nada tinha a ver com o angu. Dos problemas levantados por Falcão, nenhum pode ser atribuído a uma condução política errada. O relatório, enquadrado no retângulo da janela desenhada pelas subjetividades do autor, desconsiderou a constatação básica de que havia um plano nacional de comunicação comandado por gente experiente — como Maurício Grabois, Aydano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade. Não consta que foram ouvidos. Tampouco há confirmação de que Pedro Pomar "deixou transparecer visível mal-estar". A cena é improvável. Pedro Pomar dobrara a marca dos trinta e três anos de idade com a fama de ser exageradamente rigoroso com as questões morais.

O prestígio de Pedro Pomar fora inclusive usado em uma campanha com duração de três meses, iniciada em 1º de fevereiro de 1947 pela Distribuidora Anteu Ltda. — que distribuía livros, revistas e jornais do PCB —, para presentear com uma máquina de escrever e outros prêmios os primeiros colocados no plano de vendas das publicações

comunistas. Eram os prêmios “Luiz Carlos Prestes” e “Pedro Pomar”. O problema era muito mais complexo do que as supostas falhas apontadas por João Falcão: o PCB vivia em meio a atribulações, lutando para sobreviver contra uma tempestade de ataques e vitupérios.

Capítulo 21

Na Câmara dos Deputados, Pedro Pomar iniciou nova fase da luta para defender a legalidade do PCB.

1947

A cidade de São Paulo parou em 10 de março de 1947, uma segunda-feira, para ver a diplomação de Adhemar de Barros, Pedro Pomar, Diógenes Arruda Câmara e dos demais eleitos em janeiro. Todos receberam o diploma das mãos do desembargador Mário Magalhães, presidente do TRE. Desde cedo, o Vale do Anhangabaú ostentava cartazes, estandartes, flâmulas e dísticos alusivos ao evento. Em diversos pontos da cidade realizaram-se concentrações que se encaminharam para o local da festa. A maior delas, organizada pela CTB, ocupou o largo da Concórdia, no bairro operário do Brás, e de lá marchou pela Avenida Rangel Pestana até o Vale do Anhangabaú. Às dezoito horas, outra marcha saiu do Palácio da Justiça e cerca de dois mil carros partiram do Pacaembu.

Em seu discurso, Milton Caires de Brito, o dirigente máximo do PCB em São Paulo, repudiou o parecer do procurador da Justiça Eleitoral Alceu Barbedo favorável à cassação do registro eleitoral do PCB. Segundo ele, aquela decisão fazia parte do anticomunismo sistemático que ainda existia no Brasil. “É impossível numa democracia governar sem o Partido Comunista”, afirmou. Milton Caires de Brito denunciou que por trás do parecer estava o PSD, interessado na restrição da democracia para imperar como partido único. Os comunistas, disse ele, lutariam com todas as forças pelos postos para onde os votos do povo os conduziram.

O parecer de Barbedo era uma manobra grosseira para induzir a Justiça Eleitoral a acatar o pedido de cassação do registro do PCB em um momento de fraqueza política da defesa da legalidade dos comunistas. Em 5 de novembro de 1946, o procurador-geral Temístocles Cavalcante — acossado pelo grupo que perseguia o PCB com base nas alegações de Himalaia Virgulino de que ele teria apoiado o levante da ANL em 1935 — enviara um ofício ao presidente do TSE, José Linhares, considerando-se impedido de continuar funcionando no julgamento do processo por “razões das mais relevantes”.

No documento ele disse que pedira o arquivamento do processo *in limine* por motivos longamente expostos em seu parecer. O pedido, contudo, não mereceu deferimento, queixou-se, ressalvando que o seu prosseguimento não podia constrangê-lo a renegar os pressupostos jurídicos sobre os quais fundara o parecer. Além do mais, afirmou, um grave incidente o havia levado a manifestar, em defesa da sua dignidade pessoal, o seu ponto de vista ideológico “em face do partido acusado e contra ele”. “São situações que deixaram meu espírito perplexo ao reexaminar o processo e constituem sérias restrições ao cumprimento integral do meu dever. Seguindo os ditames de minha consciência e

com a firme preocupação de não afastar-me da orientação mais severa no exercício do Ministério Público Eleitoral, cuja chefia me cabe, requeiro a vossa excelência a designação de um procurador *ad hoc* para funcionar nesse processo", escreveu.

Linhares nomeou Alceu Barbedo, que imediatamente começou a esmiuçar o resultado da devassa iniciada no começo de 1946 para enquadrar o PCB no que rezava o artigo 141, parágrafo 13, da Constituição: "É vedada a organização, o registro e o funcionamento de qualquer partido ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e nos direitos fundamentais do homem."

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, responsável pelas diligências, enviou ao TSE seus resultados em setembro. Os autos eram apenas grossos volumes contendo arquivos policias sobre greves e relatos da vida do PCB desde a sua fundação. As milhares de páginas datilografadas e impressas nada diziam quanto a atos da direção do Partido contra "o regime democrático" e os "direitos fundamentais do homem", conforme alegavam os acusadores para que suas infâmias se adequassem à pena prevista na Constituição.

Barbedo engrossou o cartapácio com um exemplar antigo de um projeto de reforma dos Estatutos para atribuir ao PCB dupla personalidade — uma legal e outra clandestina —, acatando uma falsa denúncia do chefe de polícia Pereira Lira. Apesar da explicação devida e cabal de um dirigente comunista sobre o documento, anexada nos autos — conforme explicação do advogado do PCB, Sinval Palmeira —, o novo procurador pedira uma diligência sobre a acusação de duplicidade estatutária.

Em 29 de dezembro de 1946, o doutor Sinval Palmeira apresentou os esclarecimentos a Alceu Barbedo. "Como delegado do Partido Comunista do Brasil e seu advogado, e certo de que vossa excelência tem exata noção do papel do jurista em situação como essa e de que, segundo suas próprias declarações, espera servir sua pátria que também é a minha e à qual servirei igualmente acima de tudo, venho prestar-lhe os esclarecimentos devidos, para seu governo, sobre a alegada duplicidade de Estatutos", esclareceu. Barbedo ignorou as considerações de Sinval Palmeira e em 17 de janeiro de 1947 incorporou a nova denúncia às acusações anteriores.

Em 13 de fevereiro de 1947, Barbedo divulgou o seu parecer, avaliado pelo PCB como uma peça de um plano contra a democracia no Brasil, elaborado, em todos os seus detalhes, "pelo grupo fascista do governo, visando envolver na sua trama o Poder Judiciário e as Forças Armadas". Em suas linhas gerais, conforme a denúncia, o plano constava de várias fases, cujo prazo de duração poderia variar conforme os acontecimentos e o êxito das provocações contra os partidos políticos e as suas representações no Poder Legislativo.

Uma vez divulgado o parecer, com o respectivo espetáculo da mídia, tratava-se de lançar uma guerra de nervos contra os juízes do TSE, apresentando-lhes a decisão da causa contra o Partido Comunista do Brasil como uma questão de vida ou morte para o governo. Coações de todas as espécies estavam sendo planejadas contra os magistrados, cujo espírito de independência se revelava altamente perigoso para os propósitos do "grupo fascista".

Cumprido o primeiro passo, com a desmoralização da Justiça Eleitoral, a etapa seguinte seria obter o fechamento do PCB. Surgiria, contudo, uma questão insolúvel: os mandatos comunistas. Começariam, então, perseguições contras os patriotas e democratas, contrários ao governo, motivando protestos no parlamento e uma situação de intranquilidade no país. Seriam postos em circulação, diante da situação criada, rumores sobre a preparação de uma insurreição tramada pelos comunistas, em aliança com outros setores descontentes com os rumos do país. Nesse ponto surgia o papel das Forças Armadas.

O chefe do Estado-Maior Geral, general Cesar Obino, declarara ser a favor do funcionamento dos partidos, mas, diante de uma decisão arrancada à Justiça Eleitoral, os golpistas teriam um novo argumento para fazê-lo mudar de ideia. Iniciada a etapa das provocações e agitações contra os parlamentares comunistas, com a descoberta de "complôs" envolvendo outros setores, tudo acompanhado de uma forte campanha de imprensa, o passo seguinte seria o golpe contra o Poder Legislativo, que ficaria a cargo do Exército convocado para "garantir a ordem".

Entre o plano e a sua execução, entretanto, havia uma distância grande, segundo o PCB. Era bem verdade que os "cohens-mirins" — alusão ao Plano Cohen, de 1937 — deixaram margens para novos acontecimentos que surgissem no desenvolvimento da situação, inclusive fatores de política externa, como o fortalecimento da reação e dos setores imperialistas nos Estados Unidos. Mesmo no plano interno os golpistas contavam com poderosas resistências que poderiam frustrar os seus projetos.

Segundo a denúncia do PCB, em primeiro lugar existia uma opinião pública esclarecida, que repelia, de antemão, os golpes antidemocráticos sob o pretexto do combate ao "comunismo". Daquela opinião participavam forças ponderáveis no Congresso Nacional, no próprio governo e no seio das Forças Armadas. Havia, ainda, resistências na Justiça Eleitoral. Com o fascismo militarmente liquidado, interna e externamente, era improvável que os magistrados brasileiros se prestassem a uma tão evidente manobra de desprestígio e aniquilamento das instituições democráticas.

Defendendo as tradições de independência da magistratura brasileira, sufocada durante o Estado Novo, os juízes não se prestariam ao papel subalterno de receber ordens da reação para conspurcar a soberania da Justiça, que era superior às contingências políticas. Como a Justiça, as Forças Armadas, cujo dever expresso era defender a Constituição, não haveriam de se prestar ao papel de instrumentos do "grupelho fascista e reacionário" contra as instituições. Segundo o PCB, o parecer do procurador Barbedo, "um homem inexpressivo e de baixo nível intelectual", que produzira sob encomenda um alinhavado de tolices e incongruências sem a menor força jurídica, fora o primeiro passo do "grupo fascista" na execução do plano golpista.

***

Pedro Pomar assumiu o posto de deputado federal na primeira sessão ordinária da Câmara dos Deputados de 1947, realizada em 15 de março — e, apesar das ameaças, ele cumpriria o mandato até o fim, quando entraria na clandestinidade. No dia anterior, ele e Prestes estiveram em São Paulo para assistir à posse de Adhemar de Barros e dos deputados estaduais. Acompanhados de Portinari, eles chegaram ao Palácio dos Campos Elíseos, onde a Assembleia Legislativa seria instalada, exatamente às dezesseis horas e

receberam uma demorada ovação. Durante mais de cinco minutos, o nome do secretário-geral do PCB foi pronunciado ritmicamente. Toda a Assembleia se pôs de pé para ver Prestes. Portinari, também aclamadíssimo, foi recebido por um coro pedindo sua presença no Senado.

A primeira sessão da Câmara dos Deputados em 1947 foi bem ao gosto de Pedro Pomar. Quatro novos deputados comunistas — entre os eleitos e os que tomaram posse no lugar dos que deixaram o cargo por razões variadas, assumiram Francisco Gomes, suplente pelo Distrito Federal, e Gervásio Azevedo, suplente por São Paulo, que ocupou a vaga de outro comunista, Milton Caires de Brito — estavam entre os que presenciaram uma homenagem especial ao centenário de Castro Alves, o universal e mais brasileiro dos poetas, segundo o escritor e deputado pelo PCB Jorge Amado, designado pela bancada comunista para saudar o evento. Carlos Marighella ocupou a tribuna para solicitar a inclusão nos Anais de um manifesto dos intelectuais brasileiros sobre a data homenageada.

Assim que Pomar tomou posse, um grupo de escritores, jornalistas, pintores, amigos e admiradores prestaram-lhe uma homenagem oferecendo-lhe um jantar. A relação de Pedro Pomar com a intelectualidade sempre fora intensa. Relatos da polícia dão conta de seus contatos com Joraci Camargo, Oswald de Andrade, Pancetti, Djanira, Di Cavalcanti — além dos comunistas Oscar Niemeyer, Dalcídio Jurandir, Cândido Portinari, Astrojildo Pereira e Graciliano Ramos.

Pedro Pomar convivera em atividades culturais e políticas com Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Villanova Artigas, Aníbal Machado, Dorival Caymmi, Nélson Pereira dos Santos, Chico Anysio, Procópio Ferreira e Carlos Scliar. Mantinha contato com publicações de fora da institucionalidade do PCB, como os jornais *Momento Feminino*, *Terra Livre*, *Emancipação* (de viés nacionalista) e as revistas *Psyke*, *Joaquim*, *Divulgação Marxista*, *Revista do Povo* (de conteúdo político, cultural e de variedades). Acompanhava também a revista *Literatura*, editada por iniciativa do tarimbado comunista Astrojildo Pereira, com seu conselho de redação composto por Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Arthur Ramos, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Orígenes Lessa.

O mundo artístico e cultural era muito próximo do PCB. Quando a deputada constituinte comunista francesa e militante internacional pelos direitos das mulheres Marie Claude Vailant-Coutrier visitou o Brasil a convite da bancada do PCB em 1946, os Comitês Populares organizaram uma grande festa para recepcioná-la, que contou com a colaboração de Grande Otelo e Dorival Caymmi, entre outros artistas. Na festa de comemoração de um ano da célula Noel Rosa compareceram, entre outros, Grande Otelo, a dupla Jararaca e Ratinho, Dorival Caymmi e Silvio Caldas. Estiveram presentes também a viúva do patrono da célula e representantes da Sociedade de Autores Teatrais e da União Brasileira de Escritores.

Quando Prestes se candidatou ao Senado em 1945, Dorival Caymmi compôs o hino da campanha. “Vamos votar em Prestes/ Votar no Partido Comunista/ Para todos terem terra/ E o pão de cada dia/ Para o povo, liberdade/ Para o Brasil, democracia. Ordem e tranquilidade/ Progresso e democracia/ Para o povo igualdade/ o Partido é o nosso guia”, diz a letra.

***

Na composição da eleição da mesa diretora da Câmara dos Deputados, depois de um demorado processo de negociações por conta de desentendimentos entre o PSD e a UDN, coube a Pedro Pomar ocupar a 4ª secretaria. O PCB entrara no acordo para reparar a quebra de compromisso ocorrida na eleição da mesa cessante, assim que a Constituinte terminou seus trabalhos, em setembro de 1946, quando o PSD manobrou para impedir que Milton Caires de Brito assumisse o posto, conforme anteriormente acordado com os líderes partidários, obedecendo à proporcionalidade das bancadas.

Pedro Pomar exerceria a função de 4º secretário até o dia 16 de março de 1948, quando seria eleita a mesa diretora da Câmara para o mandato seguinte. Segundo o *Jornal de Notícias*, causou viva impressão o fato de Pedro Pomar ter sido eleito. O acontecimento estaria sendo interpretado nos meios políticos como uma resposta da Câmara dos Deputados ao parecer de Barbedo. "A Câmara não o teria eleito, evidentemente, se admitisse a possibilidade de fechamento do PCB", avaliou o jornal.

Já *A Noite* teve uma reação azeda. "Toda gente sabe que o lugar de 4º secretário da Câmara é uma posição sem importância, sem maior expressão política. Entretanto, os comunistas estão celebrando como uma grande vitória a eleição do senhor Pedro Pomar para aquele posto. O órgão do PCB levou o caso para a manchete, como se os bolchevistas houvessem conquistado um triunfo excepcional. O fato serve para mostrar o erro das combinações de que resultou a condescendência de se dar ao partido do senhor Prestes um lugar na mesa da Câmara, visto como eles utilizam tudo, inclusive as condescendências, para propaganda do credo moscovita, e o fazem sempre fora da boa ética e da boa fé social. Na verdade foi lamentável que se houvesse chegado a esse resultado", vituperou o jornal.

***

Outra vitória de Pedro Pomar foi a inauguração das oficinas próprias da *Tribuna Popular*, instaladas na Rua do Lavradio, número 87, centro do Rio de Janeiro. O dia 23 de março de 1947, um domingo, foi consagrado à visitação pública do local. As oficinas, disse Pedro Pomar na *Tribuna Popular*, eram patrimônio do povo, fruto do sacrifício de milhares de cidadãos patriotas, e traduziam o sentimento de luta que animava os que batalhavam por um Brasil melhor, afirmou.

"Os trabalhadores e o povo demonstraram sua elevada consciência democrática, anti-fascista e anti-imperialista. Provaram aos pessimistas que a sua combatividade e o seu amor à democracia estão cada vez mais fortes e que confiam nos seus líderes quando estes possuem a honestidade, a sinceridade e a firmeza necessárias para remover todos os obstáculos e enfrentar o poder dos inimigos e dos traidores da causa democrática", escreveu.

Segundo Pedro Pomar, o dinheiro dos operários e de todos os que acreditaram no Partido Comunista e nos seus dirigentes estava ali investido. "Festejamos com a inauguração das oficinas deste jornal uma nova vitória, mas novas lutas nos esperam. O povo confia em nós e nós confiamos no povo. Saberemos, pois, cumprir a nossa tarefa com a convicção e o entusiasmo necessários para levá-la adiante. Que o povo continue

nos ajudando para conquistas de nossas vitórias em defesa da democracia e do progresso da nossa pátria", concluiu.

***

A ligação com a massa era uma das características que começava a marcar o mandato de Pedro Pomar. No começo de abril de 1947, seu nome batizou a taça do "Campeonato Popular" de futebol, organizado pela *Tribuna Popular*. Logo em seguida, o jornal do PCB também patrocinou um desfile das escolas de samba na Avenida Rio Branco, aplaudido por mais de sessenta mil pessoas. Antes do desfile, Pedro Pomar, Claudino José da Silva — também deputado federal do PCB — e os vereadores comunistas Pedro Carvalho Braga e Amarílio Vasconcelos subiram ao coreto armado entre as ruas da Assembleia e Sete de Setembro e foram calorosamente aplaudidos.

Pedro Pomar só faria seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados em abril, quando abordou as duas denúncias apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral contra o PCB. "Senhor presidente, ocupando pela primeira vez a tribuna desta casa quero fazê-lo para tratar da estranha gritaria que certos círculos, interessados numa evidente provocação política, estão realizando contra o Partido Comunista, o que equivale dizer, contra a Constituição, contra o regime democrático", afirmou.

Denunciou o "pequeno grupo fascista no poder" por fazer do PCB seu alvo predileto desde 1945. "Nesses dois últimos anos de legalidade, o Partido Comunista continua suportando toda sorte de provocações, impunemente cometida pelo pequeno grupo fascista no poder", discursou. Acusou "esse lodaçal de infâmias, que é a imprensa a serviço do imperialismo", de lançar as mais torpes mentiras contra os comunistas. O discurso de Pedro Pomar terminou em um debate acirrado com o deputado Osório Tuiuti (PSD-RS), no qual se envolveram João Amazonas, Maurício Grabois e Diógenes Arruda Câmara.

Pedro Pomar recorreu ao argumento de que havia um "grupo fascista" no governo para poupar o presidente Dutra de ataques frontais. Quando o TSE estava perto de degolar a legalidade do PCB, ele discursou apelando para a construção de um "sólido bloco de forças" na busca da "solução dos problemas do nosso povo, pela defesa da legalidade democrática e pela garantia da soberania nacional". Era uma tentativa de aglutinar forças diante da ameaça cada vez mais próxima. O centro do discurso foi o voto contrário à cassação do registro do PCB do juiz relator do processo, Sá Filho, na sessão do TSE do dia 12 de abril de 1947.

Apesar daquela vitória parcial, Pedro Pomar registrou que os governistas procuravam desviar a atenção do povo sobre a grave situação econômica do país, calando a voz de um partido democrático, que vinha cumprindo fielmente seu Programa e lutando com toda coragem pela emancipação da pátria. "As forças da reação têm a falsa presunção de que é possível, nesta altura a que atingiu a democracia, enganar o nosso povo. As lições da história e o resultado das eleições de 19 de janeiro foram esquecidos rapidamente pelos senhores da reação e pelos fascistas que ainda influem infelizmente no governo do presidente Dutra", discursou.

Pedro Pomar se estendeu sobre a conjuntura internacional, segundo ele um componente fundamental dos acontecimentos no Brasil. O grande inimigo comum de todos os

povos, afirmou, era o "imperialismo ianque". No país ainda subsistia a base social do fascismo: as relações semifeudais de produção, a alta concentração da propriedade da terra, os grandes trustes e os bancos do capital financeiro colonizador.

***

Essa mesma base social promoveu mais uma investida contra o PCB, manipulando as relações dos comunistas brasileiros com seus camaradas dos países vizinhos. Os jornais brasileiros deram ampla repercussão à acusação do ditador do Paraguai Higinio Morínigo de que o PCB e o Partido Comunista da Bolívia se articulavam para engrossar a rebelião que tentava derrubá-lo. O ditador alegou que possuía cartas que provavam o envolvimento de Luiz Carlos Prestes na conspirata.

Falando ao jornal *Diário da Noite*, Pedro Pomar desmentiu as acusações. Ele lembrou que o próprio Prestes havia desmascarado a denúncia no Senado. "Os compromissos dos comunistas brasileiros para com a causa dos rebeldes paraguaios já foram definidos por Luíz Carlos Prestes num artigo intitulado "A luta do povo paraguaio é a nossa luta" (publicado na *Tribuna Popular*). Pela simples leitura se vê que trata-se simplesmente de compromisso de ordem moral e política, oriundas da solidariedade devida por todos os democratas a um povo que luta contra a opressão, a tirania e o imperialismo a serviço do qual está seu governo", afirmou.

Segundo ele, era público e notório que naquela fase de desenvolvimento pacífico o PCB tinha a posição de defesa intransigente da ordem e da tranquilidade. "Não nos cabe analisar a atividade do Partido Comunista Paraguaio, nem influir em sua orientação. A principal função dos comunistas nos dias de hoje é de alertar suficientemente o povo contra as provocações do inimigo, os restos do fascismo, e da ditadura interessados nos 'golpes salvadores' e na guerra civil. Como democratas consequentes, sabemos que é melhor utilizar as conquistas populares, a legalidade alcançada, para ir, através de um processo mais ou menos longo de influência e educação das massas, obrigando os ditadores a fazer concessões sempre maiores. As lições de nossa luta contra a ditadura de Getúlio Vargas podem ilustrar nosso ponto de vista", afirmou.

Pedro Pomar disse ainda que todos podiam ver que as atitudes dos comunistas haviam sido decisivas para o desenvolvimento pacífico da democracia brasileira. "Julgamos que dessa forma as forças da reação e do imperialismo no Paraguai seriam obrigadas paulatinamente a ceder terreno. Temos demonstrado repetidas vezes que a democracia avança no mundo inteiro e que o nosso dever é educar o povo, organizá-lo, ganhando para o campo da união nacional todos os patriotas que almejam o progresso do Brasil. Esta conduta torna quase impossível aos fascistas impedirem a consolidação da democracia no Continente", enfatizou.

Segundo seu diagnóstico, os acontecimentos no Paraguai não eram um problema restrito àquele país. "As prisões em massa e o terror desencadeado contra os democratas paraguaios, o sangue do povo irmão derramado, a liquidação do movimento sindical livre, a divisão e a guerra civil, e até a guerra no Continente, eram e são os objetivos dos restos do fascismo, do imperialismo americano e seus agentes tanto no Paraguai como no Brasil e demais países irmãos. Cabe-nos unir nossos esforços contra essas pretensões numa ação enérgica e combinada de todos os democratas", afirmou.

Pedro Pomar informou que o ministro das relações Exteriores do Paraguai, Guillermo Enciso Belloso, apoiando-se na "conspiração" que envolvia os comunistas dissera ter encaminhado a Washington as supostas provas, segundo as quais se tornava uma necessidade a aplicação do Plano Truman — proposta norte-americana de militarização da região sob a sua hegemonia. "É desnecessário frisar o quanto há de escandaloso nestas palavras. As provas que diz possuir contra os comunistas brasileiros são enviadas a Washington e não ao Rio de Janeiro, como se fôssemos uma colônia americana", protestou.

Ele e Prestes foram recebidos pelo ministro das Relações Exteriores brasileiro, Raul Fernandes, que "admirou-se da atitude do ministro Belloso porquanto temos representação no Paraguai". "Outro fato digno de ser assinalado, e que mostra aos democratas o verdadeiro significado do Plano Truman, é ser ele apoiado por governos abertamente fascistas como o do Paraguai. Os aliados de Truman realmente não podem ser outros senão aqueles que vendem a soberania da pátria", criticou.

Quanto à provocação na qual se tentou envolver o PCB, Pedro Pomar disse que quem estava intervindo no Paraguai era o governo dos Estados Unidos — fato, segundo ele, divulgado pela imprensa. "Quem elabora e dirige os planos de operação das forças governistas paraguaias é o chefe da missão militar americana, o coronel Donald Pearson. Os aviões que bombardearam Concepción foram tripulados por aviadores americanos, tendo até agora o governo de Truman enviado vários aviões", denunciou. Concluindo suas declarações, Pedro Pomar fez um paralelo entre o Paraguai e o Brasil: seria um mal a vitória de Morínigo, como um perigo para o povo brasileiro permitir atentados à Constituição.

Em meio à polêmica levantada pela repercussão nos jornais da calúnia do ditador paraguaio, Pedro Pomar e outros dirigentes do PCB receberam o secretário-geral do Partido Comunista Argentino, Gerônimo Arnedo Álvarez, no Rio de Janeiro. Ele e os membros da Comissão Executiva Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas e Agostinho de Oliveira foram recepcionar o dirigente comunista do país vizinho no aeroporto. Dali Pedro Pomar conduziu a comitiva até a redação da *Tribuna Popular*, onde o visitante foi recepcionado pelos redatores com um coquetel para uma longa conversa.

Gerônimo Arnedo Álvarez era uma referência progressista na região por ter combatido o fascismo. Foi preso pelo governo do ditador José Félix Benito Uriburu e confinado no presídio de Ushuaia, a capital da gélida província da Terra do Fogo, a mais meridional da República argentina, localizada na Região Patagônica. Ele permaneceu no Rio de Janeiro por vários dias, cumprindo uma extensa agenda de palestras sobre a conjuntura da região. Amarílio Vasconcelos, falando ao IV Congresso das células filiadas aos Comitês Distritais cariocas, que recebera o dirigente comunista argentino como convidado especial, disse que o PCB muito devia "à experiência do glorioso Partido Comunista Argentino".

***

Os comunistas brasileiros viviam mais uma fase de intensas perseguições. No turbilhão que se formou em torno da decisão que o TSE tomaria sobre a cassação do registro eleitoral do PCB, um jornal comunista fora ocupado por tropas no Maranhão, lares

foram varejados altas horas da noite por todo o país e em Natal e Belém ocorreram prisões arbitrárias — além de outros atos de terror policial em vários estados, como em Alagoas, onde tropas militares cercaram a Assembleia Constituinte em Maceió.

Segundo o PCB, o general Dutra, acumpliciado com o "grupo fascista" que o cercava, colocando-se à margem da lei, violando criminosamente a Constituição de 1946, investiu contra a liberdade de organização e de reunião, suspendendo a União da Juventude Comunista, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e as Uniões Sindicais, intervindo nos sindicatos, proibindo as comemorações públicas de 1º de Maio — Dia Internacional dos Trabalhadores — e finalmente fechando — e para isso achou desnecessária até a formalidade de um decreto — a sociedade civil Partido Comunista do Brasil.

Em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro legal do PCB, acatando o parecer de Alceu Barbedo por três votos a dois. Os jornais noticiaram que o procurador visitou o presidente Dutra para agradecer-lhe pelos "bons serviços prestados" para a proscrição dos comunistas da vida eleitoral do país. Em nota, a direção Executiva esclareceu que a decisão não significava o fechamento do Partido como sociedade civil legalmente registrada; o TSE decidira somente pela impossibilidade do PCB participar de eleições. Mas o governo, ignorando o mérito do julgamento, decidiu ocupar as sedes do Partido.

No mesmo dia, à noite, Pedro Pomar, acompanhado de Maurício Grabois, Diógenes Arruda e João Amazonas, conduziram Prestes, todos armados, até o apartamento de Leôncio Basbaum, na Rua Bambina número 161, em Botafogo, onde o secretário-geral começou seu longo retiro para fugir da repressão.

Capítulo 22

Sociedades abolicionistas mereciam reverências, mas era justo destacar as figuras de Joaquim Nabuco e André Rebouças.

1947

Em discurso na Câmara dos Deputados no dia da Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1947, Pedro Pomar dirigiu um veemente apelo à união dos patriotas naquela hora grave da vida nacional no sentido de honrar a memória dos que se sacrificaram para conseguir a Abolição, a Lei Áurea de 1888. Ele lembrou que no ano anterior a comemoração da data ocorrera em uma situação política bem diferente. "Por que, senhor presidente? Porque em 1946 o povo brasileiro ainda vivia sob o regime da Constituinte que votava a Carta Magna; o governo desejava um ambiente de ordem e tranquilidade, pregando a união de todos nossos patrícios, e o senhor general Dutra ainda era o presidente de todos os brasileiros. Este ano, entretanto, o quadro político mudou muito", disse ele.

Segundo Pedro Pomar, depois das eleições de 19 de janeiro o presidente da República, ao invés de se encaminhar para uma política de união nacional, de pacificação dos espíritos, de compreender a necessidade do reajustamento na vida política, econômica e

administrativa do país, descambou para a orientação oposta, colocando grande parcela da opinião pública fora da lei, praticando violências contra centenas de cidadãos, tentando afogá-los numa ditadura terrorista.

Sobre a Abolição, Pedro Pomar disse que cinquenta e nove anos depois do dia em que o governo imperial, então presidido pela Princesa Isabel, decretara a libertação dos escravos, era preciso lembrar os antecedentes que haviam levado àquela conquista do povo brasileiro. "É nosso dever de democratas, na data de hoje, fazer a justa homenagem àqueles acontecimentos de inegável importância política e social nos destinos de nossa pátria. Evocamos as lutas dos negros pela libertação da escravatura. Recordamos os Palmares, Cubatão, a Revolução dos Malês e todos os movimentos empreendidos pelos negros africanos e seus descendentes em nossa terra contra a opressão e a exploração dos senhores de escravos", discursou.

Ele reverenciou também todos os que lutaram pelo progresso do Brasil, citando Castro Alves, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Maciel Pinheiro, Aristide Lobo, André Rebouças "e tantos outros". "Rememoramos as sociedades abolicionistas, mas neste instante é justo destacar, dada a importância que tiveram no movimento de Abolição das escravaturas, as figuras de Joaquim Nabuco e André Rebouças", afirmou.

Ao encaminhar o requerimento da bancada comunista saudando o 13 de maio, Pedro Pomar leu um documento das sociedades abolicionistas, inscrito nos Anais do parlamento e publicado no *Diário Oficial* do Império, redigido por José do Patrocínio, André Rebouças, Aristides Lobo e outros intelectuais. "Aproveito a data comemorativa da Abolição da Escravatura para formular votos de congratulações pela efeméride e, ao mesmo tempo, lavrar protesto em nome daqueles que lutaram pela causa da liberdade, entre os quais destacou as figuras inolvidáveis de Joaquim Nabuco e André Rebouças", disse.

Ele falou ainda que no ano anterior o "preconceito de cor" fora denunciado na tribuna da Câmara dos Deputados "por representantes da bancada comunista". Um dos casos denunciados foi o do jornal *O Estado de S. Paulo*, que revelou todo o seu amargor ao ver na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte Claudino José da Silva, um operário negro, lendo uma homenagem do PCB à FEB. "O orador ocupou a tribuna por um tempo excessivo, e lia imperturbavelmente, atrapalhava-se na leitura, cometia silabadas a todo instante", narrou o jornal. "O orador comunista, um autêntico popular e crioulo, cumpriu o seu dever partidário até o fim, apesar dos tropeços na leitura, cujo texto era rebarbativo, mesmo para letrados, tal o jargão em que estava escrito", praguejou.

***

Os ataques ao PCB se davam também pelo flanco da sua imprensa. Maurício Grabois disse na Câmara dos Deputados que os fornecedores de papel que serviam aos jornais comunistas começaram a sofrer pressão política do general Góis Monteiro, o chefe do Estado-Maior do Exército. A informação fora confirmada pelo deputado Nelson Carneiro (UDN-GB), que tomou a palavra para esclarecer que, tendo sabido pelos deputados comunistas que o governo ou alguém a ele ligado estava criando dificuldades a jornais comunistas junto aos fornecedores de papel, falara a respeito com o líder da maioria. Este lhe pediu que procurasse obter informações, "exatas e pessoais",

acrescentando que de forma alguma apoiaria qualquer medida contra a liberdade de imprensa.

Nelson Carneiro disse que, acompanhado do gerente do jornal *A Classe Operária*, estivera na firma T. Janer e recebera de um alto funcionário a seguinte resposta: primeiro, que os jornais *Tribuna Popular* e *A Classe Operária* eram seus melhores fregueses; segundo que a anormalidade do mercado de papel seria em breve corrigida e desapareceriam os motivos para restrições à entrega normal a todas as empresas consumidoras. Nelson Carneiro declarou textualmente. "Trouxe, porém, senhor presidente, devo confessar lealmente, dessa conversa, a impressão de que forças ocultas estariam dificultando a entrega regular desse material."

Em nota publicada na *Tribuna Popular*, o PCB denunciou que o governo e os "restos fascistas" estavam ameaçando a liberdade de imprensa com um trabalho de sapa a fim de conseguir as mais absurdas restrições ao fornecimento de papel aos jornais surgidos depois de 1942, quando o DIP fixara as cotas para cada publicação. Segundo a nota, a *Tribuna Popular* se viu forçada a reduzir para quatro o número de suas páginas. O texto fez um apelo para o público "que sempre compreendeu a missão da *Tribuna Popular*, em defesa da nossa pátria e do nosso povo, a fim de que intensifique sua solidariedade e ajuda ao jornal que é a melhor trincheira da democracia em nossa terra".

Uma "Carta aberta ao general Góis Monteiro", publicada no *Jornal de Debates*, escrita pelo jornalista Mattos Vieira — um dos fundadores da publicação que começou a circular em 28 de junho de 1946, no Rio de Janeiro, recuperando para os brasileiros o mesmo título que os franceses tinham acompanhado de 1789, logo após a Revolução Francesa, até a libertação, em 1944 —, fez dura crítica ao chefe do Estado-Maior do Exército.

Mattos Vieira endereçou a Pedro Pomar um telegrama em resposta ao apelo da nota publicada na *Tribuna Popular*, com o seguinte teor: "Conhecedor das dificuldades momentâneas da *Tribuna Popular*, consequência da opressão fascista, ponho à disposição do grande jornal do povo todo espaço que ocupo no *Jornal de Debates*. Sou uma voz isolada de brasileiro lutando em defesa da democracia e a *Tribuna Popular* é a voz de milhões de oprimidos lutando pelo direito de viver. Disponha, pois, com absoluta liberdade de todo o espaço a mim reservado no *Jornal de Debates*."

Nos festejos da passagem do seu segundo aniversário, a *Tribuna Popular* mostrou que, apesar das perseguições políticas, continuava com o prestígio em alta. A primeira atividade comemorativa foi uma festa futebolística em um domingo 18 de maio de 1947, no estádio do clube amador Manufatura Nacional de Porcelanas Futebol Clube. Ao ser aberta a disputa, Pedro Pomar, que daria o pontapé inicial do torneio, foi saudado pelas equipes participantes e recebeu uma calorosa salva de palmas das torcidas, que compareceram em grande número. A madrinha da equipe Carlos Chagas proferiu algumas palavras de saudação ao diretor da *Tribuna Popular*, que retribuiu agradecendo pela homenagem.

Em 21 de maio de 1947, uma quarta-feira, Pedro Pomar presidiu uma solenidade que reuniu artistas e intelectuais na ABI. Em seu discurso, ele disse que os dois anos de existência da *Tribuna Popular* eram uma vitória da liberdade e da democracia. "Vitória muito mais forte do que aqueles que sonham com dias de escravização da nossa pátria",

afirmou. Pedro Pomar comentou a situação política do país, segundo ele bem analisada no *Manifesto* do PCB — lido por Maurício Grabois, o líder da bancada comunista, na Câmara dos Deputados — que pediu a renúncia de Dutra por crime de responsabilidade ao violar a Constituição mandando a polícia ocupar sedes do Partido quando o TSE havia determinando apenas o cancelamento do seu registro eleitoral. "É a única saída justa, legal e pacífica da ditadura em que nos encontramos, ditadura que cassou violentamente os direitos políticos da classe operária", afirmou, reconhecendo que a tese de que era possível incluir Dutra na união nacional fracassara.

Segundo Pedro Pomar, aquela situação refletia os planos de Truman para armar novos cenários de guerra. Ele disse que os imperialistas sabiam como começavam as guerras, mas não sabiam como elas terminariam. Lembrou que a Primeira Grande Guerra terminou com o estabelecimento do socialismo em um grande país e a Segunda com a marcha socialista vitoriosa em várias nações. Uma terceira guerra terminaria com a derrota completa do imperialismo, avaliou.

Diante daquela conjuntura, continuou Pedro Pomar, os comunistas estendiam a mão a todos os democratas e patriotas "a fim de que possam dar passos juntos no caminho da salvação da nossa pátria, em primeiro lugar contra a ditadura fascista no poder, pelo restabelecimento da liberdade do Partido Comunista, das organizações do proletariado, de todas as liberdades democráticas, pelas quais a *Tribuna Popular* tem lutado incansavelmente".

No dia seguinte, Pedro Pomar falaria em um ato no Teatro Municipal de Niterói, mas a polícia política impediu a sua realização. O prefeito Celso de Macedo Soares havia cedido o espaço para a *Tribuna Popular*, mas, pressionado, à última hora retirou a autorização. Procurado pelo deputado estadual do PCB Lincoln Oest, ele disse que mesmo se a autorização fosse mantida o secretário de Segurança do estado, coronel Olindo Denys, impediria o ato. Segundo uma nota da *Tribuna Popular*, aquela era mais uma prova flagrante de desrespeito à Constituição pela ditadura que o general Dutra estabelecera no país.

As festividades terminaram com um churrasco acompanhado de shows, banho de mar, danças, leilão de prêmios e jogos esportivos para mil pessoas no domingo 21 de maio de 1947 na Estrada da Gávea, conforme o convite do evento. Pedro Pomar só pôde falar em Niterói no dia 30 de maio, no Largo do Barreto, quando as comissões de ajuda à *Tribuna Popular* comemoraram a passagem do segundo aniversário do jornal.

***

Em artigo na própria *Tribuna Popular*, Pedro Pomar disse que o povo brasileiro — e particularmente o povo carioca — conquistara "o direito de possuir um jornal diferente daqueles que mentem e desorientam, caluniam e agitam a favor dos grandes trustes estrangeiros e dos inimigos declarados da democracia". Segundo ele, a força para sustentar o "combativo diário" vinha da confiança e do apoio do povo, do amor manifestado e da solidariedade ao jornal. Pedro Pomar e a *Tribuna Popular* receberam uma série de cumprimentos pela passagem do seu segundo aniversário, inclusive do dirigente político progressista norte-americano Henri Agard Wallace, editor da revista *The New Republic*.

O jornal *A Notícia* publicou, em sua edição de 22 de maio de 1947, uma nota saudando o aniversário da *Tribuna Popular*, "vigoroso matutino carioca dirigido pelo nosso brilhante confrade Pedro Pomar e que tem a auxiliá-lo um grupo de competentes e destemerosos profissionais". "Combatendo em favor do bem-estar do povo e procurando cooperar no sentido de que o Brasil caminhe e cresça livre dos vícios herdados do regime ditatorial, a *Tribuna Popular*, se bem que vitoriosa desde o primeiro dia, mercê do apoio que lhe foi dispensado por uma multidão de leitores fiéis, tem enfrentando múltiplas vicissitudes, sempre vencidas com galhardia. Isto lhe valeu a maior difusão do jornal que hoje está recebendo cumprimentos e manifestações de júbilo de quantos com ele se encontram solidários. Aos prezados colegas, daqui enviamos os votos cordiais de justa prosperidade", dizia o texto.

O Globo, no entanto, aproveitou a efeméride para liderar uma campanha de infâmias contra os jornais comunistas, conforme denúncia da *Tribuna Popular*. O jornal do senhor Roberto Marinho, caracterizado como "órgão oficial dos restos fascistas", recrudesceu seus ataques dizendo que as publicações do PCB promoviam uma "campanha ultrajante" contra o presidente Dutra. Segundo uma nota da *Tribuna Popular*, ao falar nos "órgãos de imprensa que obedecem à orientação bolchevista" a campanha dos jornais conservadores visava à preparação do terreno para a cassação dos mandatos comunistas. *O Globo* estava sugerindo a volta da mordaça do DIP e batendo palmas para os bandos terroristas que empastelavam jornais.

Os terroristas mencionados haviam atacado o jornal comunista *O Momento*, da Bahia. Pedro Pomar disse na Câmara dos Deputados, na sessão de 23 de maio de 1947, que "um bando de criminosos, segundo soubemos ostentando a farda do nosso Exército para enxovalhá-lo, acaba de invadir o jornal democrático da Bahia *O Momento* e destruir implacavelmente todo o seu equipamento". Aparteado de forma provocativa por Juracy Magalhães, que indagou se havia informações sobre a identidade dos culpados ou se era apenas uma "alegação" feita pelo PCB "no seu propósito de promover agitações no país", Pedro Pomar respondeu que a informação chegara por via telegráfica pela agência *Western Telegraphic* para o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícia*. A *Tribuna Popular* tinha protestado por não ter recebido a mensagem, mas contava com a palavra, "que muito nos merece, do diretor do jornal *O Momento*".

O assunto rendeu mais um dos muitos embates acirrados entre a bancada comunista e os provocadores anticomunistas. Uma nota do governo da Bahia, lida por Juracy Magalhães, dizia que os jornais comunistas, com o fechamento do PCB, haviam desencadeado "uma campanha em termos violentos contra o governo federal e, mais particularmente, contra o presidente da República", motivo que levara o secretário da Segurança Pública do estado a convidar a direção d'*O Momento* para uma conversa em seu gabinete. Segundo o deputado da UDN — o mesmo partido do governador da Bahia, Octávio Mangabeira —, manchetes como a que dizia que Truman mandara Dutra fechar o Partido Comunista "eram uma infâmia não somente contra o presidente da República, mas também contra toda a nação que, indignada, a repele."

Juracy Magalhães estava repercutindo o conteúdo de uma circular do ministro da Justiça, Benedito Costa Leite — chamado pela *Tribuna Popular* de "ministro de chumbo" e destacada figura do "grupo fascista" chefiado pelo general Eurico Gaspar Dutra —, enviada para os governadores determinando que os jornais deveriam cessar a ligação com um partido cujo registro eleitoral fora cassado. Segundo a *Tribuna Popular*,

Costa Neto estava inventando uma "teoria" sobre o direito à liberdade de imprensa, assegurado na Constituição. A circular fora mandada aos estados para "uniformizar a orientação em todo o país". Costa Neto enviou ao presidente da ABI uma nota lavrada com esse teor:

Tenho a honra de informar a V. Exa. que, atendendo a consulta recebida das autoridades competentes de diversos estados, deliberei sugerir-lhes, para uniformidade da orientação em todo o país, permissão de reabertura dos órgãos de publicidade interditados em virtude do cancelamento do registro do Partido Comunista, mediante compromisso de cessação da referida entidade e não fazer propagandas das ideias e processos que o Venerando Acórdão (da cassação do registro do PCB) considera incompatíveis com o regime democrático adotado na Constituição.

***

Três dias após o discurso sobre o empastelamento do jornal *O Momento*, Pedro Pomar leu na tribuna da Câmara dos Deputados a petição de recurso do PCB ao Supremo Tribunal Federal, aceito pelo ministro Lafayette de Andrada, contra a decisão do TSE de cassar o registro eleitoral do Partido. Ao comentar o assunto, ele disse que a Justiça brasileira se elevava no conceito do povo ao aceitar o recurso. "Dessa decisão dependem os destinos da democracia e o futuro da independência da nossa pátria", afirmou.

Conforme explicou o advogado do PCB, Sinval Palmeira, no recurso — um libelo que percorreu as doutrinas jurídicas com leveza e erudição, publicado em livreto pela Editorial Vitória com o título "Liberdade de ser comunista" que, com argumentos arrasadores, reduziu a tese aprovada pelo TSE a pó —, não se deram sequer ao trabalho de examinar provas. "*Data venia*, não é assim que se exerce a grande e nobre função de julgar", disse.

Alceu Barbedo, em seu parecer aprovado pelo TSE, alegara que a foice e o martelo representavam a divisa do movimento comunista internacional e que o fato de o cargo máximo do Partido ser "secretário-geral" pressupunha autoridade superior, logicamente estrangeira. Com contundência, Sinval Palmeira rebateu a acusação. "Na verdade, o pensamento humano não conhece fronteira. A democracia não é criação do Brasil, como o cristianismo, em cujo nome falam tantos fariseus, é uma doutrina estrangeira e foi combatida, de início, como revolucionária e subversiva, tal como ocorre ao ideal comunista no mundo da reação", disse.

Uma das alegações que ele considerou mais inconsistente era o uso da foice e do martelo, que seriam símbolos soviéticos. "Já o usavam os camponeses alemães", lembrou. O símbolo era universal, como a roda dentada usada pelos rotarianos, a espada e a balança pela justiça, a cobra pela medicina. Os historiadores encontrariam no futuro, ao analisar o processo, elementos de uma época, disse o advogado. "Tudo isto ficará quando já houverem passado os homens, atores dessa peça que, afinal, não foi muito bem ensaiada, chegando alguns dos protagonistas a sentirem distúrbios emotivos. Como advogado, defendemos o direito que julgamos líquido e sagrado. O Supremo Tribunal que faça justiça, pois este é seu mister", afirmou. O STF não cumpriu o seu dever e manteve a decisão do TSE.

***

O mandato de Pedro Pomar também estava na mira do grupo que perseguia os comunistas. Assim que ele, o senador Euclides Vieira e os deputados Diógenes Arruda Câmara e Franklin de Almeida — todos eleitos pelo PSP de Adhemar de Barros em aliança com o PCB — foram diplomados, o PSD de São Paulo apresentou recurso no Tribunal Superior Eleitoral alegando irregularidades com base em minúcias da legislação eleitoral. O mandato do senador seria cassado no começo de julho de 1947, mas o TSE se recusou a julgar a petição contra os deputados; em julgamento de um novo recurso do PSD apresentado no começo de julho, ocorrido em 9 de agosto, os diplomas de Pedro Pomar, Diógenes Arruda Câmara e Franklin de Almeida foram confirmados por quatro votos a três.

Para Pedro Pomar, as investidas dos governistas indicavam que o Brasil estava em uma profunda crise política e precisava de um governo de confiança nacional para dar conta das demandas do país e do povo. A renúncia de Dutra era, disse Pedro Pomar, uma exigência para que o país tomasse o rumo da industrialização, condição fundamental para se livrar das amarras da dependência colonizadora a que estava submetido. Ele expôs essa tese em um copioso discurso com considerações sobre a situação que atravessava a indústria nacional.

Argumentando com depoimentos de diretores de fábricas, publicados na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, Pedro Pomar demonstrou que a restrição ao crédito e a política de portas abertas às mercadorias dos Estados Unidos adotada pelo governo brasileiro só serviam para amparar os interesses do "imperialismo colonizador". Disse que os "trustes ianques" produtores de equipamento e maquinaria usavam diversas formas de resistência ao movimento industrial brasileiro.

Depois de detido exame do assunto, ele declarou que a maneira de resolver a situação seria ampliar o consumo interno, elevar o nível de vida do povo com a reforma agrária, revisar e encampar os contratos lesivos aos interesses do país, e controlar os "lucros extraordinários". Tais medidas, afirmou, só seriam possíveis de serem tomadas por um governo de confiança do povo. O governo Dutra, não tendo condições para levá-las a efeito, deveria renunciar.

***

Não demorou muito e a artilharia dos perseguidores dos comunistas mirou os mandatos dos eleitos pelo PCB. Discursando em nome da bancada do PCB, Carlos Marighella comentou que contradição mais absurda não poderia existir: cancelou-se o registro do Partido Comunista do Brasil, mas os representantes comunistas no parlamento continuavam defendendo o mesmo Programa apresentado para os seus eleitores. O problema em si merecia outros comentários, disse Marighella, não fosse o fechamento do PCB uma decisão meramente política do Judiciário, sob a coação do Executivo. E já Ruy Barbosa dizia: "Justiça política equivale a justiça de partido, justiça de interesse, justiça de desforra, justiça de crueldade."

Nereu Ramos voltou a comandar a ofensiva. Sob a sua orientação, o Conselho Nacional do PSD reuniu-se a portas fechadas e decidiu criar uma comissão de cinco "juristas" para dar um parecer sobre a cassação dos mandatos comunistas. Estava em andamento o

segundo passo da trama golpista denunciada pelo PCB, urdida na sombra por Nereu Ramos, uma conjura na qual estavam envolvidos, entre outros, o chefe do Gabinete Militar do governo Eurico Gaspar Dutra, Alcio Souto; o ministro da Justiça, Costa Neto; o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o magnata da indústria paulista Morvan Dias de Figueiredo; e o famigerado Pereira Lira, o chefe de polícia.

A derrota eleitoral em São Paulo, atribuída pelo grupo ao PCB, acendera o sinal de alerta sobre o potencial dos comunistas nas eleições futuras. Diante da derrota do PSD, Dutra pensou em formar um novo partido, uma maneira de expurgar do seu projeto político a corrente getulista que se abrigava na agremiação partidária que herdara. Nereu Ramos se opôs à ideia, alertando o presidente que o PCB representava um perigo maior. O plano era transformar o governo em algo parecido com o que fizera o ditador Morínigo no Paraguai, sustentado em um sistema monopartidário. O PSD seria o Partido Colorado brasileiro. Para isso, o regime de força teria de ser restaurado e o principal empecilho precisava ser removido. O alvo dos novos ataques pesados estava definido: era a bancada do Partido Comunista do Brasil.

O PCB preparava mais uma campanha de resistência. Comícios foram programados em diferentes pontos do país, muitos proibidos pela polícia. Em São Paulo, Pedro Pomar e João Amazonas discursaram no "comício da unidade democrática", realizado no Vale do Anhangabaú em junho de 1947. "A política da reação é: depois de nós, o dilúvio", disse Pedro Pomar. Segundo ele, Dutra poderia ser derrotado porque as condições internacionais não eram favoráveis à ditadura.

Pedro Pomar fez uma demorada análise da posição da UDN, que se bandeara para o lado do governo. Dutra, afirmou, não mais utilizava o partido do governo, o PSD, para as suas investidas antidemocráticas. Usava a UDN, "tal como aconteceu na reunião secreta realizada pela Câmara, na qual o senhor Flores da Cunha pretendeu arrastar-nos a uma guerra com a Argentina".

Com ironia, Pedro Pomar comentou a qualificação de "redentor do Vale do Rio São Francisco" com a qual Dutra foi recebido pelo governador da Bahia, Octávio Mangabeira (UDN), quando o presidente sobrevoou a região e prometeu a sua recuperação. "Sim, estamos redimidos, não pelo ditador, mas pela nossa capacidade de resistência física à fome, à miséria e a todas as vicissitudes que a ditadura oferece ao povo. É com o nosso amor à liberdade, à paz, à união do nosso povo que realmente salvaremos a nossa pátria, exigindo e obtendo a renúncia de Dutra. Desejamos a democracia, mas a que está na Constituição. A democracia que garante a inviolabilidade dos mandatos dos parlamentares, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, o direito da livre manifestação do povo. Desejamos o caminho que não seja o da fome e da miséria", discursou.

No comício foi lida a parábola "História do Rei Vesgo", escrita por Monteiro Lobato especialmente para aquele evento. O povo ouviu:

Na frente do palácio de certo Rei do Oriente havia um morro que lhe estragava o prazer. Esse Rei, apesar de ser vesgo, tinha uma grande vontade de "dominar a paisagem"; vontade tão grande que ele não pôde resistir, e lá um belo dia resolveu secretamente arrasar o morro. Tratava-se, porém, de um morro sagrado, chamado o Morro da Democracia, e defendido pelas leis básicas do reino. Nem essas leis, nem o

povo jamais consentiriam em sua demolição, porque era justamente o obstáculo que limitava o poder do Rei. Sem ele o Rei dominaria ditatorialmente a paisagem, o que todos tinham como um grande mal. Mas aquele Rei, que além de vesgo era malandro, tanto espremeu os miolos que teve uma ideia. Piscou e chamou uns cavouqueiros, aos quais disse:

— Tirem-me um pouco de terra desse morro, ali há umas touceiras de craguatá espinhento. Se o povo protestar contra a minha mexida no morro, direi que é para destruir o craguatá espinhento; e que se tirei um pouco de terra foi para que não ficasse no chão nem uma raiz ou semente.

Os cavouqueiros arrancaram os pés de craguatá e removeram várias carroças de terra. O povo não protestou; não achou que fosse caso disso. Só alguns ranzinzas murmuraram, ao que os apaziguadores responderam: "Foi muito pequena a quantidade de terra tirada; não fará falta nenhuma".

Vendo que não houve protesto, o Rei, logo depois, deu nova ordem aos cavouqueiros para que arrancassem outro pé de qualquer coisa, mas com terra — ele fazia muita questão de que a planta condenada saísse sempre com um bocadinho de terra... Continuando o povo a não protestar, prosseguiu o Rei por muito tempo naquela política de "extirpação das plantas daninhas do morro", e as foi arrancando, sempre "com terra", até que um dia...

— Que é do morro?

Já não havia morro nenhum no reino. Desaparecera o Morro da Democracia, e o rei pôde, afinal, estender o seu olhar vesgo por todo o país e governá-lo despoticamente — não pelo breve espaço de apenas quinze anos, mas pelo de trinta e tantos, segundo rezam as crônicas históricas.

Isso foi no Oriente. Mas nada impede que aqui aconteça o mesmo, porque também temos o nosso morrinho da Democracia, cheio dessas plantas más que costumam nascer em tais morros. É preciso, pois, que o povo se mantenha sempre vigilante, para que os nossos Reis vesgos não as arranquem "com terra". Do contrário o morro se acaba — e... como é? Ditadura outra vez? Tribunalzinho de Segurança outra vez? Paizinho dos pobres outra vez?

Este comício tem essa significação. É um protesto do povo contra as primeiras carroçadas de terra que o nosso Rei, sob o pretexto de arrancar o craguatá espinhento do comunismo, tirou do nosso Morro da Democracia. Cesteiro que faz um cesto faz cem. Quem tira uma carroçada de terra tira mil. Se não reagirmos energicamente, um dia estaremos privados do nosso morro e com um terrível soba dominando toda a planície.

E se tal acontecer e esse soba instituir o relho como instrumento de convicção, será muitíssimo bem feito, porque outra coisa não merece um povo que deixa seus governantes despojarem-se pouco a pouco das suas mais belas conquistas liberais.

O preço da liberdade é uma vigilância barulhenta como a dos gansos do Capitólio.

O PCB estimou em setenta mil o número de participantes do comício, uma multidão que se estendeu por todo o Vale do Anhangabaú, o "vale do povo". Pedro Pomar deveria falar no dia seguinte em um comício na cidade de Santos, mas Adhemar de Barros, segundo o PCB amedrontado pelo sucesso do "comício monstro" em São Paulo, mandou proibi-lo. Pedro Pomar e Milton Caires de Brito protestaram energicamente contra o que chamaram de mais uma violência do governador.

***

Durante a sua permanência em São Paulo, Pedro Pomar concedeu entrevista ao jornal do PCB local, o *Hoje*, reafirmando que os comunistas não pretendiam "cair na ilegalidade". Segundo ele, a solução encontrada para responder ao golpe da Justiça Eleitoral na legalidade do PCB era a formação de um novo partido, que surgia "como uma necessidade para o nosso povo que, de acordo com o nível político que já alcançou, não se pode sujeitar à inatividade política que a ditadura lhe quer impor". "Enquanto não se pronunciar o Supremo Tribunal Federal sobre o recurso especial do Partido Comunista, é preciso que o povo disponha de outro partido onde encontre dirigentes em que possa confiar e continuar livremente sua luta em defesa da Constituição", afirmou.

Perguntado sobre o nome do novo partido, Pedro Pomar disse que o assunto ainda não estava "definitivamente assentado". "A primeira ideia que surgiu foi a de dar-lhe o nome da União Popular Constitucionalista. Repito, porém, que nada há de definitivo sobre o nome do partido", explicou. Perguntado sobre quem seriam os dirigentes, ele disse que esperava ver Luiz Carlos Prestes na presidência.

O *Hoje* quis saber a sua opinião sobre o Partido Popular Progressista, fundado em 10 de junho de 1946 e dirigido pelo ex-senador paraense Abel Chermont — que teria o registro negado pelo TSE. Ele respondeu que era "uma força política destinada a defender a democracia e o progresso em nossa pátria". "Por isso, encaramos com toda a simpatia sua nascente atividade e esperamos que ele seja um fator poderoso no esclarecimento popular", afirmou.

***

A *Tribuna Popular* era o principal canal legal para o PCB expressar seus pontos de vista e, segundo Pedro Pomar, sofria forte pressão "oriunda da ação subterrânea dos monopolistas ianques" que tudo faziam para que o papel de impressão fosse negado ao jornal. "Agora nos fornecem, sim, mas o pagamento tem que ser à vista e com preços majorados", informou ele na solenidade de instalação da Comissão Central de ajuda à *Tribuna Popular*, em 28 de junho de 1947, na sede da ABI.

No evento, Pedro Pomar fez uma extensa análise do cenário político do país desde o fechamento do PCB. Segundo ele, o governo fazia o jogo dos imperialistas para entregar o país "de mãos atadas aos magnatas de Wall Street". Três dias depois, ele encaminhou na Câmara dos Deputados um requerimento pedindo informações ao governo sobre o Plano Truman, que determinava a padronização dos exércitos do hemisfério, e a alegada obrigação do Brasil de acompanhar os Estados Unidos em qualquer conflito guerreiro.

Como parte do Plano Truman, o governo enviara ao Congresso Nacional um projeto de reforma dos militares por motivos políticos. Pedro Pomar, que voltara a escrever pequenos editoriais na *Tribuna Popular*, comentou a carta do general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — sobrinho do ex-presidente Epitácio Pessoa e irmão do governador da Paraíba, João Pessoa, cujo assassinato fora o estopim do movimento que desencadeou a Revolução de 1930 — enviada à Câmara dos Deputados protestando contra o projeto, segundo ele um valioso testemunho do que os comunistas vinham constatando.

Pedro Pomar escreveu que outros "ilustres chefes militares do Exército mais democrático da América", o brasileiro, também já haviam manifestado opiniões contrárias ao projeto. A manifestação do general José Pessoa, afirmou, significava que estava ganhando força "o sentimento de defesa das instituições democráticas e republicanas". "Estamos vivendo um momento não só de cavar trincheiras, mas de fazer uma guerra ofensiva para barrar o avanço e desbaratar os ataques liberticidas do grupo militar-fascistas e seus aliados do PSD e da UDN", escreveu ele na *Tribuna Popular*.

Segundo Pedro Pomar, a situação política do país caracterizava-se por uma atividade crescente cada vez mais unida das forças democráticas, opondo-se aos intentos da "ditadura", situação decorrente da luta vitoriosa travada no mundo "contra os agentes do monopólio, da regressão, da desordem e da guerra". Segundo ele, apesar da democracia na América Latina ser ainda fraca, condição aproveitada por mister Truman para impor o seu plano de "cooperação militar", o Brasil, o país mais atingido pela agressividade imperialista na região, dava demonstrações de que não queria submeter-se nem capitular.

Um requerimento do PSD ao TSE pedindo uma posição da Justiça Eleitoral quanto às vagas que deveriam ser desocupadas pela bancada do PCB era — afirmou Pedro Pomar — um artifício para iludir as massas sobre a "democracia" e mascarar os verdadeiros objetivos do governo. Na Câmara dos Deputados, ele alinhou na ofensiva do governo para abrir caminho ao plano de aliança político-militar com os Estados Unidos também a cassação do mandato do senador Euclides Vieira e a tentativa de eliminar a representação do PSP na Câmara dos Deputados. "Já o senador Euclides Vieira, um dos eleitos sob a legenda do Partido Social Progressista, teve oportunidade de afirmar que nenhum deputado, nenhum representante eleito pelo povo podia sentir-se seguro diante da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal Eleitoral", afirmou.

Na mesma situação se enquadrava o ato "audacioso e insólito da ditadura" contra Luiz Carlos Prestes, afirmou Pedro Pomar, referindo-se a um pedido do ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, de permissão ao Senado para processar o senador do PCB — um processo que se arrastaria por longo tempo. A causa era uma entrevista de Prestes à *Tribuna Popular* considerada injuriosa pelo governo. Pedro Pomar denunciou que o Senado designara o senador Augusto Meira, um dos "cinco sábios" do PSD que deveriam estudar formas para o "preenchimento das vagas" do PCB, para dar o parecer no ignominioso pedido.

Naquele andar, afirmou Pedro Pomar, dentro em pouco somente o PSD teria representantes no parlamento. Continuando sua chicana ditatorial, inclusive para preparar o caminho para cassar o mandato do governador paulista Adhemar de Barros e a intervenção em São Paulo, o PSD daquele estado dera entrada no TSE a mais dois

recursos pedindo a cassação dos mandatos dos deputados estaduais eleitos sob as legendas do PCB e PSP, denunciou. “Continua, assim, no caldeirão das chicanas, a marmelada pessedista”, protestou.

A ousadia de tentar processar Prestes, disse Pedro Pomar, causara divisão e revelara a fraqueza do “grupo fascista”, como demonstrava a crítica de alguns “porta-vozes da reação e do imperialismo” que começavam a combater o ministro da Justiça. Segundo ele, aquele era o momento de revigorar a mobilização popular, exigir a punição de Costa Neto e lutar pela renúncia de Dutra. “Este objetivo será atingido pela mobilização das massas, com organização, com protestos e pela firme determinação de não capitular diante dos que pretendem se submeter aos agentes de mister Truman”, escreveu ele na *Tribuna Popular*.

Capítulo 23

Anticomunismo do governo era a bandeira com a qual seus integrantes justificavam os maiores crimes contra a Constituição.

1947

Pedro Pomar avaliou que a promulgação das Constituições estaduais, que começara em alguns estados, representava um importante passo para o apoio à defesa da democracia. Ele denunciou que o governo tentara interferir em várias assembleias legislativas, como a do Rio Grande do Sul, onde os constituintes souberam defender a autonomia do estado contra a aberta intervenção de Dutra. “A bandeira dos Farrapos é agora a bandeira daquela unidade da Federação cada vez mais vinculada aos interesses de todo o Brasil, dentro daquele indômito espírito de que foram símbolos Bento Gonçalves e David Canabarro”, escreveu ele na *Tribuna Popular*.

Em São Paulo, o grande centro econômico do país e onde o anseio de progresso e de liberdade aprofundava suas raízes, disse Pedro Pomar, a ditadura não conseguira praticar o esbulho dos direitos democráticos que seria a aprovação da Constituição de 1935, a chamada “polaquinha”, como o PSD, a UDN e até o grupo político do ex-petebista Hugo Borghi desejavam. “Nem tampouco o senhor Adhemar de Barros, nesse período, obteve outro resultado, em sua capitulação ao lado do grupo fascista, inclusive mandando votar contra a autonomia de São Paulo, senão o de desmascarar-se diante do povo”, escreveu.

Na Câmara dos Deputados, Pedro Pomar disse que Adhemar de Barros e Octávio Mangabeira — o governador udenista da Bahia — faltaram com suas promessas. “Eles tinham compromissos conosco, compromissos que eram públicos”, disse ele. “Compromissos de respeitarem a Constituição da República. E desrespeitaram-na, impedindo comícios e reuniões em praça pública”, protestou. Mais uma vez provocado por Juracy Magalhães, que aos gritos disse que ele não tinha “autoridade para acusar o senhor Mangabeira”, Pedro Pomar respondeu que falava em nome da defesa da democracia.

Segundo ele, os dois governadores estavam aderindo ao anticomunismo de Dutra, manifestado abertamente em entrevista ao *Jornal do Comércio*, do Recife, quando o presidente da República disse ser evidente que "o Partido Comunista recebe orientação alienígena e se coloca, pela sua ação e pela sua doutrina, acima das leis do país". Alguns dias antes, Alcio Souto, o chefe do Gabinete Militar, discursara no II Batalhão de Infantaria Blindada em nome do presidente e afirmou que os comunistas insultavam o Exército para preparar ações conspirativas.

Segundo Pedro Pomar, o anticomunismo do governo era a bandeira com a qual seus integrantes justificavam os maiores crimes contra a Constituição e a soberania da pátria, como fizeram Petáin e Weygand quando entregaram a França a Hitler. Com a mesma cegueira política com que participou do golpe de 10 de novembro de 1937, com que quis impedir a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e resistiu à democratização do país, Dutra queria arrastar a nação para as aventuras guerreiras do imperialismo americano, antes arruinando a indústria nacional, cedendo o petróleo e o ferro, aumentando a fome e o desemprego das massas, sufocando as liberdades democráticas e subordinando as Forças Armadas ao plano de "cooperação" militar do governo dos Estados Unidos, denunciou.

O anticomunismo raivoso havia sido abraçado também pelos jornais conservadores, principalmente *O Globo* e *A Noite*. O jornal do senhor Roberto Marinho esmerava-se nas mais torpes invencionices para atribuí-las aos comunistas e reforçar a tese que os "cinco sabichões" do PSD estavam preparando. *A Noite* chegou ao ponto de protestar com virulência quando Pedro Pomar assumiu a presidência dos trabalhos em uma sessão da Câmara dos Deputados na ausência dos demais membros da mesa. Segundo o jornal, "quando o fato ocorreu houve no ambiente uma sensação de mal estar". "O que admira, não tendo havido nenhum protesto imediato, é que ninguém tivesse lembrado ao menos de requerer a suspensão dos trabalhos para que não continuasse perante os olhos da assistência estupefata aquele espetáculo de uma Câmara democrática presidida pelo representante de um partido fora da lei", vituperou.

O jornal *A Noite* disse ainda que "houve um grande erro político por parte das correntes democráticas da Câmara em permitir a participação dos bolchevistas na mesa daquela casa legislativa". "O erro agravou-se, porém, quando em seguida à decisão do Superior Tribunal Eleitoral não se procedeu ao imediato expurgo dos agentes vermelhos, não só da mesa como das comissões internas da Câmara", esbravejou. "Aquele que outro dia se exibiu na cadeira da presidência da Câmara não é apenas um líder comunista. É um agitador conhecido e o diretor responsável de um jornal que segue, entre nós, as diretrizes do *Pravda* de Moscou, jornal que prega diariamente a subversão do regime, o desrespeito aos poderes públicos, o ódio de classe e que naturalmente é solidário com o ponto de vista de seu chefe, o que pegaria em armas contra o Brasil, a favor da Rússia", praguejou o jornal.

O ministro da Marinha, Silvio Noronha, foi além e entrou com queixa crime contra Pedro Pomar na 2ª Vara Criminal alegando que ele o ofendera, ressuscitando o caso do final de 1946. O juiz encarregado do processo remeteu à Câmara dos Deputados um oficio pedindo que os deputados se pronunciassem sobre o seu pedido de licença para processar Pedro Pomar. O promotor do caso, Barros Franco, era um antigo membro da Ação Integralista e deu parecer favorável à denúncia. O "camisa verde", como era chamado pelos comunistas em alusão ao uniforme dos integralistas, disse que o

deputado comunista estava incurso nas sanções do artigo 44 da Lei de Imprensa (crime de calúnia) do Estado Novo, segundo Pedro Pomar revogada pela vigência da Constituição de 1946. O pedido foi negado.

A *Tribuna Popular* também voltou a ser alvo dos governistas. Pedro Pomar denunciou a apreensão de parte da edição do jornal "por agentes do executivo", bem como a prisão de um leitor. Ele leu, na tribuna da Câmara dos Deputados, as comunicações que enviara aos presidentes do Sindicato dos Jornalistas e da Associação Brasileira de Imprensa protestando contra mais aquele abuso.

***

Aquelas ações eram indícios de que o grupo que perseguia os comunistas estava tentando calar Pedro Pomar, uma vez que ele não seria atingido na eventual cassação dos mandatos do PCB por ter sido eleito pelo PSP. Sua profícua atuação parlamentar afrontava o plano dos governistas de banir do Congresso Nacional a presença comunista. Uma das suas ações que mais chamava a atenção era um projeto em benefício dos ex-combatentes da FEB, subscrito por ele e Henrique Oest, propondo a doação de terras e a construção de imóveis para residências, amparo aos enfermos, abatimento nas tarifas de transportes, preferência de promoção e outros benefícios aos que lutaram na Europa.

Em de 23 de junho de 1947, os "pracinhas" realizaram uma passeata para mostrar a dura realidade em que viviam, dois anos após a volta dos combatentes. Muitos estavam desempregados, dormindo ao relento, neuróticos, tuberculosos e desamparados. Os comunistas, que desde os primeiros momentos da guerra lutaram para que o Brasil enviasse combatentes ao teatro da ofensiva contra o nazi-fascismo, disseram que honravam suas tradições com o projeto apresentado na Câmara dos Deputados.

Em outro *front*, Pedro Pomar levantou o véu de uma "impatriótica decisão" ao encaminhar a votação do requerimento da bancada comunista cobrando esclarecimentos sobre o cancelamento pelo ministro da fazenda, Pedro Luis Correia e Castro, do empréstimo brasileiro negociado em maio de 1946 para investimentos na infraestrutura do país. Denunciando mais uma vez o descalabro e a irresponsabilidade da política financeira do governo, Pedro Pomar salientou que o empréstimo objetivava o equipamento da indústria nacional, bem como o aparelhamento dos portos e estradas de ferro.

***

Aquela era uma situação propícia para que as forças democráticas e progressistas se voltassem com firmeza para a união nacional, na avaliação de Pedro Pomar. Ele comentou na *Tribuna Popular* um discurso de Prestes no Senado propondo a formação de uma ampla comissão interpartidária para estudar as bases de um acordo que tinha como linhas mestras a defesa da democracia e um programa econômico de salvação nacional. Pedro Pomar contestou a opinião do presidente da UDN, José Américo, que mantinha boas relações com o PCB — ele fora apoiado pelos comunistas quando se candidatou a vive-presidente da República após a Constituinte, derrotado por Nereu Ramos, do PSD —, que se disse cético quanto à união nacional.

Segundo Pedro Pomar, naquele momento o fundamental, o que deveria unir a todos, era a preservação da Constituição de 1946 e o combate à fome e à miséria. "Por isso, justamente, se torna secundária a palavra de ordem de renúncia do general Dutra. E ainda porque estamos convencidos da possibilidade de o general Dutra recuar à medida que as grandes massas se mobilizarem e lutarem em defesa da Constituição e que se processe a união dos partidos e elementos democráticos", escreveu. "Ouça o senador José Américo, ouça a UDN, ouçam todos os partidos o apelo de Prestes em favor da união nacional! A oportunidade para a união das forças progressistas e democráticas, para a formação de uma coligação interpartidária na base de um Programa para a luta democrática, é magnífica. Sua necessidade é imperativa", conclamou Pedro Pomar.

A reação do "grupo fascista" ao discurso de Prestes foi contundente. O ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, enviara à Câmara dos Deputados o prometido Projeto de Lei de Segurança — conhecida como "Lei Tarada", uma sucessora de outras leis com o mesmo teor, como a "Lei Infame" do governo Epitácio Pessoa, a "Lei Celerada" de Washington Luis, a "Lei Monstro" que precedeu o Estado Novo e a "Carta parafascista" de 1937 —, acirrando ainda mais os ânimos. Segundo Pedro Pomar, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Alcio Souto, falando em nome de Dutra dera o sinal, ao evocar conspirações de "queremistas, saudosistas e comunistas", para os jornais lançarem, com o mesmo diapasão e simultaneamente, uma estrondosa toada "com que se propõem confundir o povo, enganar os patriotas honestos mas vacilantes, intimidar os covardes e levar o país para outra ditadura".

Os diários de Chateaubriand, *O Globo* e outros jornais de menor importância disseram que Prestes estava armando uma conspiração, mais um dos pretextos para articular nos bastidores palacianos golpes contra a Constituição. Pedro Pomar disse que o "grupo fascista" atirava-se contra São Paulo para dividir os paulistas pedindo a intervenção "na gloriosa terra bandeirante somente porque a oligarquia dos grandes fazendeiros e dos advogados das companhias e trustes estrangeiros não pode governar como dantes". "Contra Pernambuco e seu povo babam de raiva impotentes ante a demonstração de amor à liberdade da gente de Frei Caneca", escreveu. "A terra gaúcha e suas tradições, o Distrito Federal e sua Câmara de Vereadores — todos os lugares onde os ventos da democracia sopram com mais força, para lá voltam-se as carpideiras do fascismo, contando tirar proveito da cizânia no campo democrático", asseverou.

Como máscara, usavam o anticomunismo, a indústria de mais fácil exploração para os que queriam destruir as liberdades constitucionais, segundo Pedro Pomar. "Muito preconceito, muita cegueira e a incompreensão das lições da história levam certos democratas a fazer o jogo dos inimigos da democracia. Pois do contrário, seria fácil comprovar que o golpe de 10 de novembro de 1937, a ditadura do Estado Novo, só foi possível, primeiramente, porque as forças democráticas se deixaram enganar pelo Plano Cohen forjado por alguns generais reacionários e fascistas ligados aos integralistas. E, em segundo lugar, porque não havia a unidade, a organização, o entendimento necessário entre os patriotas e democratas que se opunham à ditadura e ao fascismo", enfatizou.

Pedro Pomar reafirmou que aos comunistas interessava a solução pacífica e ordeira dos problemas brasileiros, entre outras por duas razões fundamentais. Uma era de ordem histórica, como resultado da vitória militar sobre o fascismo, "em que as forças da democracia saíram vitoriosas, em que o socialismo provou ser invencível". A correlação

de forças sociais e políticas no mundo eram favoráveis à democracia, tanto em quantidade como em qualidade. “Assim sendo, opor obstáculo à marcha da democracia e do socialismo, por meio da desordem, é o que interessa aos restos ainda vivos do fascismo”, teorizou. A outra razão era de ordem política e residia na compreensão dos problemas nacionais, da solução patriótica para resolvê-los. “Está na união nacional o caminho capaz de enfrentar com êxito absoluto as dificuldades atuais do povo brasileiro”, asseverou.

Os comunistas não conspiravam nem pretendiam golpes, assegurou Pedro Pomar. “Quem forjou o Projeto de Lei de Segurança não fomos nós. Estamos lutando, isto sim, para assegurar a vitória da democracia e defender a Constituição. Estamos convencidos de que só a união, a ação organizada e enérgica das forças e elementos democráticos, exigindo a volta da Constituição, o retorno do general Dutra ao caminho da ordem legal, esmagará a conspiração do grupo fascista”, avaliou. “Se houvesse a conspiração dos comunistas com os udenistas, com os pessedistas, com os republicanos, com os trabalhistas e com os concilialistas (Esquerda Democrática), se já existisse um entendimento real e efetivo entre todos, então os Costa Neto e Alcio Souto, com a famigerada Lei de Segurança e toda a trama sinistra contra a Constituição, já teriam cedido lugar a homens de prestígio nacional e popular para a formação de um governo que nos conduzisse para o bem-estar e a felicidade.”

***

Os comunistas lutavam contra a capitulação dos que eles consideravam seus potenciais aliados, mas as defecções às vezes eram significativas. Quando teve início a “Conferência Interamericana de Chanceleres” — também conhecida como “Conferência de Petrópolis” —, que contou com a presença do presidente norte-americano Henry Truman, Pedro Pomar e Maurício Grabois deveriam fazer uma palestra na ABI, cancelada à última hora sob a alegação de “força maior”. Ambos eram sócios da entidade como diretores, respectivamente, da *Tribuna Popular* e d’*A Classe Operária*. O tema seria “A Conferência dos Chanceleres e a luta pela paz”. Quando centenas de pessoas interessadas em assistir ao ato começaram a chegar à “casa dos jornalistas” se depararam com um cartaz afixado no saguão com a seguinte mensagem: “Por motivo de força maior, fica adiada a palestra sobre a Conferência do Rio de Janeiro”. Para o PCB, o cancelamento fora um sinal de que até a ABI sucumbira às ameaças do “grupo fascista”.

Contudo, no mesmo local foi realizado um ato público sobre a proposta da nova Lei de Segurança, promovido pela diretoria central do “Movimento de Auxílio à *Tribuna Popular*”. Pedro Pomar participou como um dos debatedores. Segundo ele, a Lei era a negação da Constituição, pois visava à supressão de todas as liberdades asseguradas na Carta Magna.

Poucos dias depois, em 20 de agosto de 1947, os jornais saíram com manchetes estrondosas dando conta do Projeto de Lei que os “chicanistas do PSD” — segundo palavras de Pedro Pomar — pretendiam reiniciar a batalha política contra os mandatos comunistas, após a negativa do TSE sobre a consulta do PSD quanto ao preenchimento das vagas comunistas.

O articulador da mais nova trama pessedista foi o líder do partido no Senado, Ivo de Aquino. A peça golpista tinha quatro itens prevendo os casos em que os mandatos deveriam ser degolados. O primeiro, na letra "e", era a expressão acabada da chicana em matéria política: "Extingue-se o mandato pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no parágrafo 13 do artigo 14 da Constituição Federal."

Pedro Pomar comentou que na ordem do dia da política nacional os assuntos que mais prendiam a atenção deixaram de ser focalizados ou foram relegados a segundo plano nos comentários na imprensa e na tribuna parlamentar para dar lugar às intrigas pessedistas. Ele disse na *Tribuna Popular* que aquele era o momento para fazer avançar a democracia com a união nacional como instrumento de combate ao "grupo fascista". "Resta, agora, como um passo à frente no caminho da democracia e um passo atrás no da ditadura em que enveredou o governo do general Dutra, compreender a realidade política e dar provas de que (o conjunto das forças democráticas) aceita efetivamente a solução unitária, pacífica e constitucional dos problemas nacionais", escreveu.

Quando a polícia política atacou os participantes de um comício organizado pelo PCB e outras organizações progressistas na Esplanada do Castelo, para comemorarem a passagem do quinto aniversário da declaração de guerra pelo Brasil ao Eixo nazi-fascista, em 22 de agosto de 1947, Pedro Pomar disse que a "ditadura" perdera quase por completo a máscara da legalidade com a qual tentava esconder suas provocações e conspiração contra a Constituição e, em consequência, contra a independência e a soberania da pátria. A brutalidade policial seria uma vingança dos fascistas, o extravasamento do ódio ao povo que ajudou a derrotar, inclusive de armas nas mãos, os exércitos de Hitler e Mussolini. A assertiva fazia sentido porque era um crime claramente premeditado e friamente executado.

Pouco antes do horário marcado para o comício, a polícia interrompeu o tráfego de bondes no trecho da Rua da Misericórdia, atrás da Praça do Expedicionário, o nome oficial da Esplanada do Castelo. As pessoas que chegavam e se acomodavam nos fundos do coreto eram dispersadas com violência. Testemunhas disseram ter ouvido policiais que estavam ao lado do palanque comentar que, pelo número de pessoas no comício, precisavam de reforços. "Precisamos mandar vir mais gente porque, senão, na hora 'H' estaremos fritos", teria dito um deles. Em frente ao imponente prédio do Ministério da Fazenda, nas imediações da Praça do Expedicionário, um grupo de policiais gritava palavrões e distribuía ameaças aos passantes.

Por volta das vinte e uma horas, começou a pancadaria. Quando falava o escritor Clóvis Ramalhete, representando o Partido Socialista Brasileiro, um grupo a paisana começou a disparar suas armas. Era o estopim da selvageria — mais tarde justificado como uma reação a um falacioso insulto do vereador Paes Leme (UDN) ao presidente Dutra, que falara antes de Clóvis Ramalhete. Imediatamente os policiais entraram em ação, golpeando o povo com cassetetes a torto e a direito. Dois veículos da Polícia Especial entraram na Praça atirando granadas e lançando bombas de gás lacrimogêneo. A comissão promotora do evento, vendo que a intenção da polícia era repetir a Chacina do Largo da Carioca, pelo microfone pedia ao povo que se dispersasse e anunciava que o comício estava encerrado.

No comando da operação estava o sinistro delegado Fredgard Martins Ferreira, da Delegacia de Ordem Política e Social, e um oficial da Polícia Especial. Os policiais

derrubaram as lâmpadas de iluminação pública, arrancaram os postes dos microfones e gritavam palavrões, uns brandindo os cassetetes e outros de armas em punho. A multidão corria para as ruas laterais e era perseguida por outros policiais que, estrategicamente, esperavam o momento de entrar em ação. As cenas de covardia se repetiam por todos os lados. Em seguida, houve o assalto ao coreto, onde estavam jornalistas, vereadores e deputados.

Além das palavras ásperas, houve agressões físicas. Alcides Sabença, deputado federal do PCB em licença por motivos de saúde, foi violentamente espancado, jogado em uma caminhonete e ameaçado de ser levado para a Polícia Central. "No período de dezoito meses do seu governo, a política do senhor Dutra, orientada pelo grupo fascista e a serviço dos mais estranhos e irreconciliáveis inimigos do nosso progresso, não avançou na solução das questões econômicas essenciais nem procurou o apoio das forças populares e democráticas que desejavam apoiá-lo. E a continuar compactuando com crimes como o da Esplanada do Castelo, a seguir no caminho do estímulo às Leis de Segurança e ao projetos do senhor Ivo de Aquino, a nação tem não só o direito, mas o dever de chamá-lo à responsabilidade", disse Pedro Pomar.

***

A *Tribuna Popular* era, naquela conjuntura, imprescindível. Pedro Pomar participava sempre que podia de atividades destinadas a manter o jornal em funcionamento. Em Madureira, no dia 24 de agosto de 1947, um domingo ensolarado, ele participou de uma festa esportiva em sua homenagem, promovida pelo Movimento de Ajuda à Imprensa Popular (MAIP) no campo do Esporte Clube São Luiz Gonzaga e pronunciou um discurso no início das atividades.

O "grupo fascista" estava novamente no encalço da *Tribuna Popular*, conforme ele denunciou na Câmara dos Deputados. Desta vez o alvo era o redator-chefe, Aydano do Couto Ferraz. Pereira Lira, agora ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, era o autor do processo. Ele se aproveitou do caso ressuscitado pelo ministro da Marinha, Silvio Noronha, contra Pedro Pomar para alegar que também fora atingido pela *Tribuna Popular* quando o jornal protestou, na edição de 26 de julho do ano anterior, contra os "métodos fascistas de desespero e terror empregados" pelo então chefe de polícia quando policiais percorreram as ruas do Rio de Janeiro para apreender os exemplares que estavam nas bancas e nas mãos dos leitores.

Pedro Pomar rebateu Pereira Lira, dizendo que o processo era descabido não somente porque ele, na qualidade de diretor do jornal, assumira a responsabilidade pela nota que dera lugar à queixa-crime como também por esta ser baseada em dispositivos da Lei de Segurança de 1938, já revogada pela Constituição. Contudo, Aydano do Couto Ferraz foi condenado a seis meses de prisão pelo juiz Cristóvão Breiner, da 16ª Vara Criminal, em julgamento ocorrido no dia 9 de outubro de 1947. Na mesma decisão lhe foi concedido o *sursis*, o que significa que a pena seria cumprida em liberdade.

Ao comentar a sentença na *Tribuna Popular*, Pedro Pomar disse que ela foi "iníqua e injusta". "Com efeito, o juiz Breiner prestou um grande serviço aos inimigos da justiça e da liberdade. Entre Pereira Lira e a causa da imprensa democrática, entre a Lei de Segurança e a Constituição, preferiu ficar do lado pior", escreveu. O mérito da questão, segundo Pedro Pomar, não se sustentava porque "o povo foi testemunha que o número

da *Tribuna Popular* que desmascarava as mentiras do chamado professor Lira não chegou a circular". Ademais, todos sabiam que ele, como diretor do jornal, não fora ouvido no inquérito "promovido a mando do grupo fascista".

Pedro Pomar também enfrentou a ousadia da polícia política quando Truman foi homenageado pelo Congresso Nacional. Segundo ele, a Câmara dos Deputados permitiu a presença de policiais no recinto, fato que mereceu seu protesto formal junto ao presidente da Casa, lavrado na condição de 4º secretário da mesa diretora. No documento ele disse que houve intromissão de outros poderes no Congresso Nacional, "contrariando as honrosas tradições" do parlamento, e até a presença de policiais americanos "para o cumprimento de deveres que eram de sua competência exclusiva".

Maurício Grabois denunciou que teve a oportunidade de dirigir-se ao 1° secretário, Eurico Souza Leão, a fim de declarar-lhe que vários investigadores vigiavam os representantes da Casa. "Sua excelência, pessoalmente, chegou a expulsar, pelo braço, um desses beleguins, na presença do senhor Agenor Homem de Carvalho, chefe da segurança", comentou.

***

A polícia política também voltou a atacar a *Tribuna Popular* em 21 de outubro de 1947, quando as oficinas do jornal foram depredadas. Quinze pessoas, entre funcionários e membros do PCB, tentaram conter os desordeiros, lutaram por mais de uma hora e no final foram espancadas e ameaçadas. Em seguida, os facínoras empastelaram a redação, instalada no Edifício Borba Gato, na Esplanada do Castelo. No dia seguinte, a *Tribuna Popular* não circulou, mas em 23 de outubro uma edição redigida na sede da ABI e impressa em papel ofício denunciou o crime.

No dia anterior ao ataque, a mídia divulgara que o governo brasileiro rompera relações diplomáticas com a União Soviética, estabelecidas em 1945. O país se viu envolvido em uma polêmica decorrente dos rumos que a situação internacional tomava após a morte do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt. Os Estados Unidos usaram o Brasil, que pleiteava um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, em suas intrigas internacionais.

O ápice da manobra se deu quando o governo Dutra se aproveitou de críticas do jornal soviético *Gazeta Literária* aos militares brasileiros e a prisão por embriaguez de um diplomata em Moscou — episódios espalhados com estardalhaço pela mídia — para acentuar o anticomunismo. Diante da recusa do governo soviético em pedir desculpas, o Itamaraty tomou a decisão de romper as relações diplomáticas.

No dia do vandalismo policial contra a *Tribuna Popular*, Aydano do Couto Ferraz comunicou a ocorrência ao presidente da ABI, Herbert Moses, que se dirigiu ao Departamento Federal da Segurança Pública solicitando medidas "que evitassem o agravamento da situação" e pedindo a libertação dos jornalistas detidos. Ele entrou em contato com o ministro da Justiça solicitando garantias para preservar a liberdade de imprensa. Em sua casa, Herbert Moses recebeu Pedro Pomar e Pedro Mota Lima e de lá se manteve em contato permanente com Egídio Squeff, da redação da *Tribuna Popular*. À noite, representantes da ABI visitaram os jornalistas presos.

Naquela mesma noite, o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, falou aos jornalistas. Com a empáfia habitual, disse que a "opinião pública" poderia ficar tranquila porque o general Lima Câmara, o chefe da polícia política, "estava garantindo a ordem".

Segundo o ministro, os fatos não tinham "a extensão que se julgava nos primeiros momentos". "Às onze horas soube dos acontecimentos desenrolados na *Tribuna Popular* e comuniquei-me com o senhor chefe de polícia a respeito. Depois, recebi um telefonema do presidente da Câmara dos Deputados, doutor Samuel Duarte, solicitando garantias para o deputado Pedro Pomar que as havia solicitado daquele jornal. Comuniquei também esse fato ao general Lima Câmara, mas pouco depois o presidente da Câmara informava que o deputado Pomar já havia deixado a sede do referido órgão. O deputado Aliomar Baleeiro também falou comigo, mostrando-se receoso de que a sede da UDN, instalada no 11º andar do Edifício Borba Gato onde a *Tribuna Popular* tem sua redação, viesse a sofrer depredações. Também isso levei ao conhecimento do chefe de polícia e posso asseverar aos senhores que a ordem está assegurada não só aqui como nos estados", declarou Costa Leite.

***

A *Tribuna Popular* começou a ser impressa em São Paulo. Quando os textos de uma edição estavam sendo embarcados no Rio de Janeiro, os agentes de Lima Câmara retiveram os originais no aeroporto até que o último avião para São Paulo decolasse — uma tentativa de censura, conforme denunciou o jornal. O "grupo fascista" decidiu transferir seu campo de ação para a "capital bandeirante", onde contaria, "naturalmente, com a ajuda do traidor Adhemar de Barros". Segundo a denúncia da *Tribuna Popular*, grupos de "tiras" foram postados no aeroporto para intimidar as companhias aéreas a fim de que elas não transportassem o jornal.

Quando uma edição já impressa fora ameaçada de ser apreendida no aeroporto da capital paulista, Pedro Pomar, que estava na cidade por conta da campanha eleitoral, interveio de forma "enérgica" para impedir a ação da polícia política. "Esta a razão por que o nosso jornal tem chegado com atraso a esta capital (Rio de Janeiro) nos últimos dias", explicou a nota. Um dos diretores da companhia Real, chamado Almeida Prado, segundo a *Tribuna Popular*, prestou-se ao indigno trabalho de serviçal dos inimigos da Constituição e da democracia ao pressionar as demais empresas a não transportarem o jornal. Mas os obstáculos foram contornados e a *Tribuna Popular* continuou a "dizer a verdade para o povo".

Diante da total destruição das oficinas do jornal, Pedro Pomar começou a trabalhar em um novo projeto originalmente apresentado por ele e João Amazonas em 17 de novembro de 1947, na ABI, intitulado "Plano de reconstrução da *Tribuna*". Ao iniciar seu discurso, Pedro Pomar disse que estava tomado por forte emoção no momento em que ia proferir "a solene resposta, a mais vigorosa, aos fascistas e bandidos que, mancomunados com uma polícia venal e assassina, assaltaram selvagemente a *Tribuna Popular*, um jornal forjado com o suor e o esforço heroico do povo". Ele fez um breve histórico e salientou que o jornal, nos seus dois anos e meio de lutas e sacrifícios, tinha sido atacado várias vezes porque era sinônimo de democracia, a razão pela qual os fascistas queriam destruí-lo, "pensando assim esmagar a voz do povo". "Tenhamos sempre presente essa verdade em nosso coração e em nossa consciência, bem como o assalto brutal de 21 de outubro", afirmou.

Pedro Pomar disse que devia uma explicação ao povo como responsável pelo jornal. E a fazia naquele momento honestamente, como comunista que era: não tinha havido resistência suficiente na defesa das oficinas e da redação por falta de previdência. "Hoje, neste instante, iniciamos a grande resistência aos inimigos da democracia. É a nossa palavra de ordem: resistir, opor um dique ao fascismo. Se soubermos encabeçar as lutas do povo, venceremos em pouco tempo e enterraremos para sempre esses fascistas venais. A batalha da resistência é a que iniciamos agora", discursou. "Nós, da *Tribuna Popular*, estamos à frente da resistência como uma trincheira poderosa erguida contra os nazi-fascistas e a reação", concluiu.

O "Plano de Reconstrução da *Tribuna*" previa a mudança do nome do jornal caso ele viesse a ser suspenso novamente. Para enfrentar o bando que atacava a *Tribuna Popular*, Pedro Pomar organizou um grupo liderado pelo ex-tenente do Exército e militante do PCB, Salomão Malina, que havia lutado na Itália com a FEB. Era uma medida necessária, pois no mesmo dia do vandalismo na *Tribuna Popular* os jornais *O Momento*, da Bahia, e *Folha do Povo*, de Pernambuco, foram atacados.

Maurício Grabois disse na tribuna da Câmara dos Deputados que no Recife uma "malta de vagabundos e policiais" ameaçou o jornal local do PCB. Ele estava na cidade e presenciou "um assassino conhecido, velho agente de polícia" que contava em sua folha de serviço com "numerosos assassinatos, inclusive o do jornalista José Lourenço Bezerra, irmão do senhor Gregório Bezerra, e de operários presos em 1935", colocar-se "à frente de cinquenta desocupados, ameaçando empastelar a *Folha do Povo*". "O povo mobilizou-se em frente à redação do referido jornal, esperando que a malta de provocadores fosse atacar esse órgão de imprensa, para lhe dar a resposta merecida", discursou.

Uma nota publicada no jornal *A Classe Operária*, edição de 18 de novembro de 1947, diz que as máquinas transformadas em um montão de ruínas foram recuperadas em poucos dias graças à abnegação dos operários gráficos, com ajuda do povo. Segundo a nota, se não bastassem a destruição selvagem das oficinas e da redação da *Tribuna Popular*, o "grupo fascista" passou a perseguir policialmente "todos patriotas" que vendiam, em "comandos", exemplares da *Tribuna Popular*.

Quando as máquinas voltaram a funcionar, um ato político foi organizado, novamente na ABI. "Derrotamos os falsos democratas e os patriotas hipócritas que querem entregar nosso petróleo aos imperialistas. Está nas mãos do povo carioca, mais uma vez, como acentuou nosso querido líder Luiz Carlos Prestes, a defesa da liberdade de imprensa e da democracia, contra os farsantes que pretendem arrancar o mandato daquele que mais votos recebeu do eleitorado do Distrito Federal", disse Pedro Pomar na abertura do evento, referindo-se a Prestes.

O vandalismo policial também foi denunciado por Pedro Pomar na Câmara dos Deputados. Ele emendou o assunto ao infame ato da Light, que deixara de cumprir o contrato estabelecido entre as partes, uma flagrante ilegalidade. Havia, na verdade, um conluio para devastar as instalações da *Tribuna Popular*. A multinacional, sempre denunciada pelo jornal por seus desmandos, cumpria de bom grado ordens do prefeito do Rio de Janeiro, o general Mendes de Morais, nomeado pelo presidente Dutra.

Nas oficinas recuperadas, após uma vistoria judicial, houve a tentativa de ligar as máquinas e uma nova recém-adquirida, mas elas não funcionaram. Da tribuna da Câmara dos Deputados, Grabois indagou: "O que aconteceu?" "A Light, empresa imperialista que vive explorando o povo do Distrito Federal e de São Paulo, recusou-se terminantemente a fazer a ligação da força para movimentar a nova rotativa ali instalada", respondeu. A nota do jornal *A Classe Operária* diz que a empresa "imperialista", da qual o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pereira Lira, era advogado, violou mais uma vez a Constituição.

Capítulo 24

Polícia sitia oficinas da *Tribuna Popular* e, como na guerra, aponta metralhadoras para o edifício onde funcionava o jornal.

1947

O grupo que perseguia o PCB estava fechando o cerco para sufocar a *Tribuna Popular* no bojo da cassação dos mandatos comunistas. O promotor Henrique Carvalho Simas, da 12ª Vara Criminal, pinçou o editorial de Pedro Pomar publicado na capa da edição de 21 de novembro de 1947, intitulado "Toda energia na luta em defesa dos mandatos!", para processá-lo. O texto não dizia nada que o diferenciasse dos demais que Pedro Pomar estava publicando sistematicamente no jornal. A essência da argumentação era a convocação de manifestações populares contra a atitude da "ditadura", com a conivência da maioria parlamentar, que tentava "transformar a casa de Tiradentes em casa de Silvério dos Reis" — a Câmara dos Deputados era abrigada no Palácio Tiradentes.

Segundo o promotor, a *Tribuna Popular* publicara "injúrias" contra os poderes públicos e lançou "calúnias e torpezas contra o presidente da República". Ele apelou para um velho entulho do Estado Novo, a Lei de Imprensa de 1934, dizendo que seus "postulados" sobre a "liberdade de imprensa" sem dúvida continuavam em plena vigência. Segundo Carvalho Simas, editoriais como os que foram publicados no jornal constituíam "sem qualquer contestação" injúrias contra a dignidade "do mais alto magistrado do país".

Em outra ação contra a *Tribuna Popular*, por volta das treze horas de 28 de novembro de 1947 a polícia política agrediu e prendeu os redatores Aylton Quintiliano e Hélio Franco, autores de reportagens que narraram as condições de miserabilidade em que o povo vivia, em plena Praça Quinze de Novembro, uma das mais movimentadas regiões da cidade. Eles voltavam de uma reportagem quando os policiais desceram de uma caminhonete e os agarraram. Ao ser comunicado do fato, Pedro Pomar protestou na Câmara dos Deputados e exigiu que as garantias constitucionais fossem asseguradas aos detidos.

À tarde, os agentes do general Lima Câmara, o chefe de polícia, sitiaram o prédio para onde a redação se mudara, na Rua Gustavo Lacerda número 19, e tentaram revistar um dos jornalistas que chegava ao local, "o que foi obstado pelo seu protesto enérgico", conforme narrou a *Tribuna Popular*. Prenderam, entretanto, o funcionário encarregado

da limpeza, Francisco Santos, quando ele levava um saco com papéis velhos para o depósito de lixo. Depois de remexerem demoradamente a papelada, os "tiras" liberaram o funcionário.

No início de dezembro de 1947, a polícia política atacou novamente a sede da *Tribuna Popular*. Na sessão noturna da Câmara dos Deputados de 6 de dezembro, Pedro Pomar denunciou que as vidas dos funcionários foram ameaçadas por armas de guerra apontadas para eles no Morro de Santo Antonio, nos fundos do prédio que abrigava a sede do jornal. Até a sua própria vida fora posta em risco, afirmou. A polícia política tentava chegar ao local para cumprir uma portaria do novo ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita Costa — um católico fervoroso, como ele mesmo se definia —, suspendendo a *Tribuna Popular* por trinta dias com base na Lei de Segurança Nacional de 1938. A medida, entretanto, seria revogada pelo ministro Artur Marinho, do Tribunal Federal de Recursos (TFR).

Segundo Pedro Pomar, o governo havia alcançado um acordo com as "forças majoritárias" e iniciara mais uma onda repressiva, informação negada pelo líder da UDN, Prado Kelly, que condenou a medida de Adroaldo Mesquita Costa — para ele uma arbitrariedade igual à praticada quando o ex-ministro da Justiça Carlos Luz suspendeu o jornal por quinze dias. O acordo, na verdade, fora feito por cima, subscrito por Octávio Mangabeira e José Américo, conforme revelou Prestes no Senado.

Pedro Pomar retomou a palavra e completou a denúncia. Segundo ele, a polícia sitiou as oficinas da *Tribuna Popular* e, como na guerra, apontou metralhadoras para o edifício onde funcionava o jornal. Ironizou os diretores da imprensa "sadia", que em uma hora daquelas, de desacato à liberdade de imprensa, se banqueteavam com o governo para fazer acordos contra aumentos dos salários dos jornalistas e a favor do projeto de cassação dos mandatos comunistas. Responsabilizou também o presidente da ABI, Herbert Moses, que não estava sendo o fiador da liberdade de imprensa, cedendo e capitulando diante das ameaças feitas ao jornalismo.

Na qualidade de presidente de uma sociedade anônima, a empresa que editava a *Tribuna Popular*, Pedro Pomar disse que precisava zelar pelo seu patrimônio e nessas condições estava sempre presente para dar assistência ao pessoal que trabalhava no local. Não podia, como representante da nação, estar sujeito a desacatos, como ocorrera naquele episódio. Perguntou, então, ao presidente da Câmara, Samuel Duarte, que medidas ele sugeria para garantir a integridade física a um deputado e aos trabalhadores das oficinas da *Tribuna Popular*. A denúncia era grave e ele conversaria com o ministro da Justiça a respeito, respondeu o presidente.

Como era de se esperar, a conversa foi inócua. Poucos dias depois, Adroaldo Mesquita Costa começou a pressionar, "com seus métodos próprios", o Tribunal Federal de Recursos, criado pela Constituição de 1946 e composto por nove juízes nomeados pelo presidente da República — segundo Pedro Pomar um novo Tribunal de Segurança Nacional —, para que julgasse logo o mandato de segurança impetrado a favor da *Tribuna Popular* contra a portaria do ministro. Ele queria a decisão definitiva antes do recesso da Justiça, que começaria em 31 de dezembro. Às pressas, os ministros do TRF se reuniram em 29 de dezembro de 1947 e confirmaram a portaria. Mas, cumprindo o "Plano de Reconstrução da *Tribuna*", Pedro Pomar imediatamente pôs em circulação o substituto da *Tribuna Popular* — a *Imprensa Popular*.

***

O vandalismo do grupo que perseguia os comunistas fazia parte da preparação do terreno para a votação do projeto de cassação dos mandatos, avaliou Pedro Pomar na *Tribuna Popular*. O objetivo era reprimir os sentimentos do povo contra a medida que pretendia banir a presença dos comunistas no Congresso Nacional. Segundo ele, havia uma contradição no governo; alguns dos seus integrantes se contrapunham à forma violenta e terrorista com que se pretendia impedir as grandes massas de manifestarem a sua repulsa à "lei indecorosa que mutilará o parlamento nacional", advogando outros métodos para o "combate ao comunismo", como o amparo ao povo e medidas de benefício social.

Mas esperar daquele governo uma política de salvação nacional, de proteção aos trabalhadores, de defesa da democracia era pura e simples ilusão, se não fosse atitude de mistificação, ponderou. "De duas uma: ou o governo legisla a favor do povo e, por isso, não pode prescindir da participação do povo, da opinião dos trabalhadores, da atividade construtiva dos comunistas, ou, se faz do anticomunismo e da violação dos direitos constitucionais sua razão de ser, não fará outra coisa senão agravar a situação de miséria das grandes massas", escreveu.

Era uma contradição que não comportava nenhuma solução demagógica, analisou Pedro Pomar. Segundo ele, as velhas fórmulas de "defesa da ordem e das instituições" já estavam demasiado gastas. E fórmulas como a de democracia sem comunistas, levantadas por setores da UDN, não fortaleceriam em nada "os homens da ditadura". "A realidade política mostrou, de maneira insofismável, que nenhuma solução democrática, nenhuma solução progressista, nenhuma solução de defesa da pátria poderá ser encontrada sem os comunistas e, muito menos, contra os comunistas. Os comunistas estão por demais identificados com os interesses do povo e da pátria para que não seja simplesmente tolice, mas principalmente loucura gerada do cérebro dos políticos degenerados e servis ao imperialismo, separá-los de qualquer fórmula de salvação nacional. Da democracia sem comunistas, o nosso povo tem a experiência de mais de 25 anos", enfatizou.

Pedro Pomar disse que já havia ido o tempo em que os comunistas constituíam apenas um pequeno grupo heroico, às vezes afastado dos problemas e das reivindicações das grandes massas do povo. "Hoje, não se compreende comunista que não seja porta-voz das aspirações de sua gente, de seus companheiros de trabalho, de todo o povo. Isto em virtude da própria nobreza da causa que abraçaram, da justa orientação política que seguem. Isto porque são eles mesmos filhos da miséria e da dor de milhões de brasileiros. Já o povo está mostrando que os comunistas são seus melhores filhos na alegria e na audácia com que comemorará o cinquentenário de seu grande líder Luiz Carlos Prestes", asseverou.

Aquela realidade — avaliou Pedro Pomar — mostrava que seria inútil a tentativa de atemorizar os comunistas e de levá-los ao desespero pela violência empregada pelo ministro "caçador", Adroaldo Mesquita Costa, e por seus "beleguins". "À medida que maiores arbitrariedades e banditismo praticarem contra o povo quer na capital da República, matando simples moradores do morro da Liberdade e invadindo lares, ou assassinando velhos militantes operários como fizeram em Sergipe com o carpinteiro

comunista Anísio Dario (um conhecido líder sindical assassinado pela polícia em Aracaju durante a repressão a um comício contra a cassação dos mandatos), mais ficaremos convencidos de sua impotência, de sua fraqueza e da próxima vitória da causa da democracia, do progresso e da independência do Brasil", comentou.

***

O terceiro filho de Pedro Pomar, Joran, nasceu prematuro, em 11 de novembro de 1947, na maternidade Santa Maria, no bairro Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Era o único filho do deputado Pedro Pomar, brincava Catharina — os demais eram filhos do militante Pedro Pomar. Uma das versões para a escolha do nome diz que foi uma homenagem a um jovem membro do PCB, morto pela polícia. Eduardo, o segundo filho mais velho, afirma que Pedro Pomar dizia ser um nome eslavo.

Durante quase todo o ano de 1947, Pedro Pomar dedicou atenção especial à Catharina. Nos dias que antecederam o nascimento do terceiro filho do casal — que mais tarde, na dura clandestinidade imposta pelo golpe de 1964, passaria a se chamar Jonas Villas Boas — os cuidados foram redobrados. Os filhos mais velhos, Wladimir e Eduardo, estavam na casa de Prestes, que morava perto. Rosa, a tia viúva e sem filhos de Catharina, voltara a morar com a família. Era uma situação especial, que exigia mais de todos, principalmente de Pedro Pomar.

Jorge Amado e Zélia Gattai, amigos da família de longa data, foram os padrinhos de Joran — não se sabe se oficialmente ou informalmente. Um irmão de Jorge Amado, chamado Joelson, era o pediatra do recém-nascido. No livro *Um chapéu para viagem*, Zélia conta que a família de Pedro Pomar era unida. O amor reinava entre marido e mulher, pais e filhos. Segundo ela, em um certo domingo, quando o PCB estava na legalidade e promoveu um piquenique em Jacarepaguá, Pedro Pomar disse que gostaria que Catharina e as crianças fossem passar uma temporada no sítio do casal, entre São João de Meriti e Caxias. "Catharina está precisando descansar, os meninos andam pálidos... Vão te fazer companhia", teria dito ele.

Zélia Gattai diz que concordou com satisfação. Gostava de Catharina e sua presença seria bem-vinda. Durante três ou quatro semanas que passou no sítio, a "sofrida" mulher de Pedro Pomar contou-lhe sua vida. Os momentos de amor, as horas terríveis que vivera, como esposa de um dirigente comunista perseguido, preso várias vezes, condenado. Desde que haviam se casado, somente após a anistia aos presos políticos conseguiram viver juntos, em uma vida estável, em paz. Estavam com dois filhos. Eduardo, o mais novo, tinha a mesma idade de seu filho, Luiz Carlos. Talvez por isso se apegara a ele. Cuidava do menino, dava-lhe banho, tirava-lhe os carrapatos que trazia do mato. Wladimir e Eduardo eram crianças educadas, obedientes, encantadoras, segundo Zélia Gattai. Pedro Pomar passava os fins de semana com eles.

Uma das distrações de Catharina era conversar com o papagaio do sítio. Segundo Zélia Gattai, nem sempre ela entendia o que o louro dizia. Certa vez, achou que ouvira pirarucu. Mas a conversa nada tinha a ver com peixe. Tratava-se de uma frase indecente, grosseira. Recordações dos tempos em que o papagaio convivia com mulheres da vida e boêmios. Diante da gargalhada de Zélia Gattai, Catharina prestou mais atenção e entendeu: ofendeu-se até o fundo da alma. "Vai você, seu louro

vagabundo!", teria respondido. Foi a última vez que Catharina se dirigiu ao papagaio. Cortou relações com ele, conta Zélia Gattai.

***

Em meio à intensa agenda do primeiro ano do mandato e das preocupações com a gravidez de Catharina, Pedro Pomar ainda conseguiu encaminhar algumas proposições — as mais relevantes ligadas à defesa do petróleo nacional. Foi uma luta que havia brotado da tenacidade dos pioneiros Monteiro Lobato e Oscar Cordeiro — dentre outros —, e fortalecida pelo esclarecimento das campanhas do PCB. A palavra de ordem "O Petróleo é Nosso" abriu caminho entre todas as barragens e emergiu como um grande movimento popular em defesa da soberania nacional. Pedro Pomar disse na tribuna da Câmara que "o problema fundamental (do Brasil) é produzir petróleo para nosso consumo e assegurar reservas para qualquer emergência".

Segundo Pedro Pomar, os brasileiros não podiam ficar à mercê da política agressiva e provocadora de guerra dos norte-americanos, "sujeitos ao seu sistema, fadado ao fracasso e à bancarrota". Além da mobilização popular e das denúncias na tribuna do Congresso Nacional, os comunistas apresentaram três projetos em defesa do petróleo, que ficaram conhecidos como "Projetos Marighella" por ter sido este deputado seu autor. Ao longo dos debates, Pedro Pomar se destacou como advogado da "batalha pelas reservas", que seria ganha na unha, palmo a palmo, na luta contra os que vieram a ser conhecidos como "entreguistas" — os defensores dos interesses dos monopólios privados.

Quando Joran nasceu, Pedro Pomar reduziu o ritmo das atividades na Câmara dos Deputados e na *Tribuna Popular*. Além dos cuidados com a mulher e o filho, dedicou-se a um longo artigo sobre o 30º aniversário da Revolução Russa, que seria publicado na edição de novembro da revista *Problemas*, então recentemente lançada pelo PCB. "Trinta anos são passados desde aqueles dias heroicos em que o proletariado russo sob a direção do Partido Bolchevique, do grande partido de Lênin e Stálin, alcançou a vitória sobre o capitalismo e abriu para a humanidade inteira as portas de um novo mundo, o mundo do socialismo, da nova sociedade livre da exploração do homem pelo próprio homem", escreveu.

Pedro Pomar reproduziu citações de Stálin, percorreu a trajetória da União Soviética e do campo socialista que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial, considerou as vantagens socialistas naquela conjuntura e detectou as esplêndidas e terríveis possibilidades da época que estava por vir. "A divisão do mundo em dois campos bem marcados, separados por um fosso que se aprofunda cada dia, é, sem dúvida, o que há de novo neste instante em que o proletariado, todos os explorados e oprimidos, os homens que amam o progresso e a paz comemoram e festejam o 30° aniversário da grande Revolução de Outubro", disse ele.

Dois campos se formavam: o "imperialista e antidemocrático" e o "democrático e anti-imperialista", assinalou. Era um fenômeno novo, mas já bem claro, que não surgira inesperadamente no cenário mundial. Suas raízes estavam na diferença de objetivos com que se uniram para a guerra contra o nazismo as duas grandes potências capitalistas, Grã-Bretanha e Estados Unidos, e o poderoso Estado socialista, a União Soviética. Esta lutando fundamentalmente pela restauração e consolidação da ordem democrática, pela

eliminação do fascismo, contra qualquer possibilidade de nova agressão, pelo estabelecimento de uma paz duradoura, enquanto aquelas tinham por objetivo principal de guerra a eliminação do concorrente alemão ou japonês no mercado mundial e a consolidação da sua posição dominante.

Pedro Pomar comentou o rápido e poderoso avanço democrático no mundo, destacando que na Europa surgiram grandes partidos comunistas de massa, com centenas de milhares e mesmo milhões de membros, "poderosos representantes de amplos setores da população, profundamente enraizados nos seus próprios países e chefiados por homens capazes", como disse Stálin. “Os povos coloniais começaram a obter grandes vitórias na luta pela independência nacional e mesmo na América Latina, apesar do seu imenso atraso econômico e político, as velhas ditaduras, que haviam servido a Hitler e posteriormente se entregaram aos banqueiros ianques, tiveram que ser substituídas por novos governos que pudessem contar com algum apoio popular”, escreveu. No Brasil, por exemplo, lembrou Pedro Pomar, Dutra, que fora o Condestável do Estado Novo, como o chamou Vargas, condecorado por Hitler e Hiroito, passou a ser presidente constitucional de uma República representativa.

A extensa análise do cenário internacional mesclou considerações sobre diferentes regiões do planeta. No Continente americano, disse Pedro Pomar, estavam na ordem do dia “a discussão e a solução do estado de empobrecimento e de miséria, da decadência física, do analfabetismo, das doenças, da estúpida exploração dos banqueiros estrangeiros e de seus agentes, os grandes latifundiários e a burguesia reacionária”. Para essa tarefa histórica — afirmou — os comunistas latino-americanos deveriam se unir também “ao proletariado norte-americano” e formar “uma frente comum de todos os patriotas e democratas, independentemente da classe social a que pertençam, contra o opressor imperialista e pela emancipação nacional de nossas pátrias”.

Naquela luta, avaliou, a responsabilidade que pesava sobre os ombros dos comunistas brasileiros era imensa. “Isto se deve não somente à importância do Brasil, como maior e mais populoso país do Continente, como também à sua posição geográfica estratégica, caminho forçado entre os Estados Unidos, a África e a Europa; se deve ainda às riquezas minerais que possui, inclusive o petróleo, além do ferro, do manganês, dos cristais etc. É ainda o nosso povo, um dos mais explorados do Continente, e foi, sem dúvida, a nossa economia a que mais sofreu desde 1929 com o início da crise geral do capitalismo que, agregada à crise agrária crônica, trouxe o país à difícil situação econômica e financeira em que hoje se debate e que só pode ser resolvida através de reformas profundas da estrutura”, escreveu.

Pedro Pomar foi duro na crítica às debilidades do PCB. “Em face dessas circunstâncias, só a passividade ou o oportunismo, só uma total incompreensão da situação e uma inconcebível incapacidade para se ligar às grandes massas exploradas e oprimidas poderiam explicar, junto com a conhecida falta de organização de massas em que ainda nos encontramos no Brasil, o atual avanço das forças do imperialismo ianque no país e os golpes sucessivos contra as conquistas democráticas mais elementares e a Constituição de 1946", asseverou. Para ele, era indispensável bem compreender a situação nacional e mundial, e, também, lembrar que estavam em 1947 e não mais em 1945 — uma situação completamente distinta daquela em que se achava o mundo quando o PCB alcançou a legalidade.

Naquela época, enfatizou, a vitória militar sobre o nazismo assegurava um poderoso e rápido avanço das forças da democracia no Brasil. O essencial era garantir o caminho pacífico da reconstitucionalização do país, evitando qualquer pretexto que pudesse servir aos "restos fascistas" para restaurar a ditadura e afogar a nação com um banho de sangue, como chegou a ser tentado em 29 de outubro. "Hoje, a situação é outra, os campos imperialista e anti-imperialista já estão bem marcados e aqui no Brasil só resta aos democratas e patriotas enfrentar com coragem a onda reacionária e imperialista sem medo de que a luta, sejam quais forem suas consequências, possa efetivamente servir para qualquer coisa pior do que a ditadura terrorista de Dutra que, a serviço do imperialismo norte-americano, esmaga conquistas democráticas de nosso povo, rasga a Constituição e vende aos banqueiros estrangeiros as riquezas da nação", disse.

Segundo ele, os comunistas deveriam saber evitar, com inteligência, as provocações. "Mas tratemos de nos ligar ao povo, às grandes massas trabalhadoras das cidades e dos campos, a fim de impulsioná-los sem receio na luta pelas suas reivindicações mais imediatas, econômicas e políticas, na luta contra a miséria e a fome, contra o terror policial, pelos direitos constitucionais, como também contra os exploradores estrangeiros e os governantes traidores que entregam o Brasil à colonização imperialista", escreveu. Na defesa da democracia e da Constituição, era preciso mostrar ao povo a necessidade imperiosa de não ceder mais um passo sem luta, sem protesto, sem enfrentar com coragem e de forma cada vez mais vigorosa qualquer atentado da reação.

Era indispensável, afirmou Pedro Pomar, desmascarar sistematicamente as "manobras do imperialismo e de seus agentes no governo do país". Mostrar, particularmente, o verdadeiro sentido da luta contra o comunismo que era, antes de tudo, uma luta contra o progresso e a democracia. O ato de Dutra rompendo relações com a URSS precisava ser pacientemente analisado para que as grandes massas pudessem compreender o seu verdadeiro sentido. "Um governo incapaz de resolver os problemas mais prementes, um governo impopular, que se debate entre as mais profundas contradições da classe dominante e que precisa acabar com a democracia para mais facilmente vender a Pátria aos banqueiros ianques, busca na ruptura de relações com a URSS a maneira de enganar a opinião pública, de exaltar um falso patriotismo que supunha lhe pudesse ajudar a criar um ambiente de desordem que justificasse, além do massacre de comunistas e democratas, a suspensão das garantias constitucionais", escreveu Pedro Pomar.

O artigo chegou ao fim sinalizando que o PCB já estava entrando em outra linha política ao caracterizar a luta "contra o imperialismo" como tarefa decisiva. "Nessa luta enérgica, persistente, corajosa e sistemática em defesa da democracia e contra o imperialismo, faz-se mister também saber desmascarar os falsos democratas, os capitulacionistas e covardes que aproveitam todos os pretextos e todas as oportunidades para servir aos liberticidas, aos traidores e à ditadura terrorista de Dutra. Suficientemente flexíveis para não nos deixarmos isolar, sabendo marchar com todos os que em qualquer momento defendam a Constituição, devemos, no entanto, nós os comunistas, ser implacáveis no desmascaramento dos demagogos, dos 'esquerdistas', e 'socialistas', de que se servem por tática os agentes do imperialismo, tal e qual fazem na Europa com os chefes da social-democracia", disse Pedro Pomar.

Ao fazer um breve balanço do PCB, ele escreveu que os comunistas do Brasil podiam sentir-se "orgulhosos do trabalho já realizado na organização e educação do povo".

“Mas é necessário salientar e devemos compreender que muito maior é a tarefa a realizar a fim de libertarmos nosso povo da exploração imperialista e da opressão cada dia maior da ditadura terrorista de Dutra e seus asseclas e conquistarmos a independência nacional. A Constituição e a democracia não serão defendidas com êxito se ficarmos de braços cruzados. Marchemos ao encontro do povo, liguemo-nos estreitamente às grandes massas trabalhadoras, ajudemo-las a se organizarem, lutemos juntos, favorecendo a mais ampla união nacional para protestar contra a ditadura, barrar o avanço da reação e impedir a escravização de nossa pátria pelo imperialismo. Será assim, resistindo, com denodo, à reação e ao imperialismo que conseguiremos a solução pacífica para os grandes problemas nacionais e asseguraremos a marcha de nosso povo no caminho da paz, do progresso e da democracia”, finalizou.

***

Quando o artigo saiu, Pedro Pomar estava de volta à rotina intensa da Câmara dos Deputados, cumprindo sua parte na tarefa de libertar o povo da “exploração imperialista” e da opressão cada dia maior da “ditadura terrorista de Dutra” e seus asseclas, conforme escreveu na *Tribuna Popular*. Não era tarefa fácil. Em Pernambuco, por exemplo, o comando da 7ª Região Militar, desrespeitando a Constituição, proibiu a realização de um comício no Parque Treze de Maio, no Recife, contra a cassação dos mandatos comunistas. A decisão violava a norma constitucional de autonomia dos entes federados, uma vez que o governo local autorizara o evento.

Segundo comunicado daquele comando militar, o motivo da proibição havia sido a presença do deputado comunista Gregório Bezerra, que estivera no estado preparando o comício e confirmara “suas intenções anunciadas na Câmara dos Deputados em 27 de novembro de agitar as massas em Pernambuco como represália à lei em elaboração sobre a cassação dos mandatos” comunistas. Pedro Pomar denunciou que a decisão baseava-se na ação do truculento chefe de polícia local, Alarico Bezerra, nomeado “pelo grupo fascista” no poder, que estaria “permitindo violências contra o povo”. A nota do comando da 7ª Região Militar dizia que as instruções eram “para reprimir energicamente, em cooperação com as outras classes armadas, qualquer ameaça de perturbação da ordem”.

As instruções passavam por cima da autoridade do governador ao dar ordem ao secretário de Segurança, e deixava os agentes de Alarico Bezerra de mãos livres para praticar violências. Em entrevista após um ato preparatório ao comício, o chefe de polícia fez ameaças explícitas. “Sabe o amigo o que é opinião pública? Os ouvintes do comício representam a opinião pública. E a opinião pública ali estava a pé, a cavalo e motorizada”, disse. “Não haverá mais comício no Recife. Nortearemos nossa ação no futuro em concordância com os termos da nota oficial publicada hoje”, avisou. Segundo Maurício Grabois, que fez dobrada com Pedro Pomar na denúncia daquele ato discricionário, Alarico Bezerra reeditava as palavras do chefe nazista Goering, que dizia: “Quando ouço falar em cultura, ponho a mão no revólver.”

Em Alagoas também o governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro imitava os nazistas. Pedro Pomar lembrou que ele apreendeu o jornal *O Momento Alagoano*, prendeu os editores, os distribuidores e até leitores. Dois operários, “homens do povo”, foram presos quando liam o jornal. Um deles foi deportado para o Rio de Janeiro algemado em um avião e entregue à Polícia Central da capital da República. O outro

desapareceu. Três deputados estaduais eleitos pelo PCB que procuravam o operário foram presos, uma afronta à Constituição e um desrespeito à imunidade parlamentar, denunciou Pedro Pomar.

O governador alagoano era um velho conhecido dos comunistas. Em abril de 1947, alegando não saber o que era a Juventude Comunista ou o Partido Comunista quando só a organização juvenil estava proscrita, mandou fechar as células e a sede do Comitê Regional do PCB. Em resposta a um telegrama de Prestes protestando contra a arbitrariedade, Silvestre Péricles de Góes Monteiro declarou: "Realmente recebi um telegrama do senador Carlos Prestes. Mas não dou atenção a um cínico traidor da pátria. Não quero negócio com escravos de Moscou, que pretendem russificar traiçoeiramente o Brasil. Eu tenho outra espécie de resposta para Prestes e seus asseclas."

***

A situação mais espinhosa para Pedro Pomar, no entanto, era a de São Paulo, onde também reinava o clima de "desordem e insegurança" com a passagem de Adhemar de Barros, num piscar de olhos, de aliado a inimigo dos comunistas. Oportunista, ele trocara de pele tão logo percebeu a direção do vento, poucos dias após as eleições de janeiro de 1947. Ressabiado pela ameaça do PSD e da UDN de impedir sua posse sob a alegação de ligações com o PCB, Adhemar de Barros, apesar de manter-se próximo às camadas populares para fugir da prática autoritária da elite paulista e do arrogante interventor Macedo Soares, bandeou-se para o lado da repressão quando os comunistas perderam a legalidade.

Dois dias depois da decisão do TSE que cassou o registro do PCB, Adhemar de Barros recebeu do então ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, uma mensagem por rádio instruindo o governo paulista sobre como a polícia deveria agir. A ordem era fechar e interditar as sedes comunistas e arrolar "bens, papéis e documentos encontrados" e lacrar "outros quaisquer locais em que o Partido porventura passe a exercer atividades". O acordo para a aliança do PCB com o governador de defesa da "existência legal de todos os partidos" fora mantido na gaveta durante o processo de cassação do registro eleitoral dos comunistas e depois da ordem do ministro da Justiça Adhemar de Barros jogou-o no lixo e assumiu o papel de verdugo dos comunistas. O governador só pensava em uma coisa: sobrevivência política.

O ambiente de "intranquilidade", segundo Pedro Pomar, era fomentado pela passagem do governador para o posto de simples interventor de Dutra. Seria um daqueles delegados tão comuns na época do Estado Novo, um concorrente do "louco de Maceió", disse ele ao jornal *Hoje*, fazendo alusão ao tresloucado governador de Alagoas, Silvestre Péricles de Góis Monteiro.

Aquele clima de tensão refletia a atmosfera que estava se formando em torno das eleições municipais que se aproximavam. Entre setembro de 1947 e janeiro de 1948, nos 1.552 municípios que formavam a comunidade brasileira os cidadãos elegeriam seus representantes locais. Mais de oitenta por cento da população, que atingia quarenta e cinco milhões de almas, residiam nos municípios do interior, onde as dificuldades eram maiores.

Ao discursar em um comício realizado na cidade de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, para lançar a chapa de candidatos a prefeito e a vereador pela coligação que reuniu o Partido Libertador, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Popular Progressista, com apoio dos comunistas, Pedro Pomar disse que o povo seria vitorioso "contra todos os reacionários, contra todos os fascistas".

Segundo a *Tribuna Popular*, mais de cinco mil pessoas participaram do comício, realizado em 11 de setembro de 1947. Pedro Pomar foi saudado "com grande salva de palmas, inúmeros foguetes, numa ovação que durou longo tempo". O comício de São Gonçalo foi o primeiro de uma série em que Pedro Pomar e outros dirigentes do PCB participariam. Era o início das atividades de uma importante frente que se abria para mais uma dura luta contra o grupo que perseguia os comunistas.

O PCB via as eleições municipais como mais um passo no rumo estratégico da defesa da Constituição e da democracia, ameaçadas pelo Plano Truman. Em um longo discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, Pedro Pomar disse que o Brasil era a nação continental mais cobiçada pelo imperialismo americano não somente por sua posição geográfica como pela sua extensão, população e potencial econômico. "Intensificaram, por isso, os homens de Wall Street, a sua atividade, através de seus embaixadores e agentes, no sentido de dominarem nosso governo e transformá-lo num centro de reação e provocação continental contra a segurança e a paz dos povos latino-americanos", afirmou.

Após a derrota sofrida com o desmascaramento do *Livro Azul* "pela posição patriótica do PCB" — avaliou Pedro Pomar — a pressão econômica, política e militar dos imperialistas americanos aumentara sobre o país. "E contrariando os melhores sentimentos do nosso povo, o governo brasileiro, dominado pelo grupo militar-fascista, tem cedido em escala sempre maior a essa pressão. O registro eleitoral do PCB foi cassado, as organizações sindicais dos trabalhadores fechadas, as liberdades democráticas asseguradas pela Constituição de 46 são constantemente violadas", constatou.

A ofensiva contra a autonomia dos principais municípios também era, segundo Pedro Pomar, uma tática do "grupo fascista" para criar empecilhos à democracia. Em uma detida análise na Câmara dos Deputados, ele denunciou a manobra como forma de tirar do povo o direito de eleger seus representantes nas localidades de maior concentração operária, nas quais os trabalhadores eram mais organizados e politicamente desenvolvidos. O tema fora intensamente debatido na Constituinte, quando a bancada comunista se opôs à proposta, afinal aprovada. Agora, o governo pretendia regulamentar o artigo constitucional aprovado, definindo quais municípios seriam considerados bases ou portos militares de excepcional importância "para a defesa externa do país".

***

Naquele ambiente tensionado, São Paulo seria um tabuleiro decisivo para a sucessão do presidente Dutra e atraía a atenção de todas as forças políticas do país. Além das eleições para vereador e prefeito, os paulistas elegeriam o vice-governador. Com os olhos voltados para os movimentos políticos no estado, o governo federal pressionava Adhemar de Barros, exigindo que ele eliminasse a força dos comunistas. Estes, por sua

vez, conclamavam as forças democráticas para que cerrassem fileiras contra novos golpes na democracia.

Em 18 de setembro de 1947, o governador mandara dissolver um comício comemorativo do primeiro aniversário da Constituição, no Vale do Anhangabaú, segundo Pedro Pomar um acontecimento vergonhoso. Para ele, Adhemar de Barros atentava contra a Constituição, tentando evitar, por todos os meios, que a palavra dos representantes do povo, e especialmente dos comunistas, chegasse às grandes massas.

Pedro Pomar escreveu na *Tribuna Popular* que o governar tomava tal atitude porque "as tradições de liberdade da gente de Piratininga", manifestadas na batalha eleitoral de 19 de janeiro de 1947, estavam contra sua posição de mero interventor da "ditadura" em São Paulo. "Adhemar de Barros, se tem memória e se de fato é bom calculista, deve compreender que as forças que o elevaram ao governo do estado em 19 de janeiro longe de se enfraquecerem tornaram-se mais poderosas. E essas forças não compactuam com a sua traição", escreveu.

O cenário, na avaliação de Pedro Pomar, era propício para mais uma vitória democrática e progressista. Adhemar de Barros se movimentava para isolar as forças da democracia, anular o trabalho pelo bem-estar do povo e preparar o terreno para o futuro pleito presidencial, uma aspiração do governador, revelou Pedro Pomar.

Seria nesse ambiente de confronto, de grandes tensões e de esperanças tanto para o governador quanto para o PCB, que a campanha eleitoral começaria. O clima estava exaltado quando os comunistas tentaram organizar comícios no estado para defender seus mandatos e fazer "propaganda dos candidatos recomendados pelo senador Luiz Carlos Prestes".

Uma das campanhas anticomunistas no estado de São Paulo dava conta de suposta reaproximação do PCB com Getúlio Vargas, agora senador pelo Rio Grande do Sul e aspirante à sucessão presidencial. As tropelias contra os comícios que citavam o ex-presidente eram denunciadas por Pedro Pomar e outros parlamentares do PCB sempre que surgiam informações de truculências promovidas pelo governo paulista para impedir campanhas dos "candidatos de Prestes". Adhemar de Barros era chamado de perjuro, acusado de forjar um candidato a vice-governador, Noveli Júnior, com conchavos palacianos e conluios com o presidente da República, moldado na copa e na cozinha do palácio do governo.

Se já ficara explícito que o governador paulista havia tomado o partido do governo federal, logo viria a confirmação de que aquele assunto, se preciso fosse, seria resolvido à bala. Houvesse o que houvesse, Noveli Júnior seria o vice-governador, ameaçou Adhemar de Barros. O governador encarregou o indivíduo conhecido como "capitão Armando", um austríaco, de montar um grupo de capangas. A gangue percorria os bairros da capital paulista atrás de manifestações populares para fazer provocações.

As ameaças passaram aos fatos quando em um comício gigantesco, durante discurso do deputado comunista Diógenes Arruda Câmara, tiros foram disparados. Em seguida, a capangagem, acompanhada da polícia, dispersou a multidão a cassetetes, patas de cavalo e bombas de gás lacrimogêneo. Adhemar de Barros implantara em São Paulo um

regime de banditismo, atrelado ao projeto fascista de Dutra, de olho na cadeira presidencial, denunciou o PCB.

***

Enquanto as ações do governador paulista alimentavam a revolta generalizada, Pedro Pomar iniciava a costura de alianças para lançar candidatos comunistas a vereador e prefeito pelo Partido Social Trabalhista (PST). Para vice-governador, a opção dos comunistas foi o segundo candidato do PSD, Cirilo Júnior — aliança que despertou reação do presidente da República.

Em telegrama ao presidente da Comissão Executiva estadual do PSD e secretário de Justiça e Negócios Internos do governo paulista, Cesar Vergueiro, Dutra disse que lamentava a posição adotada no estado. Enquanto no plano federal seu partido assumia uma atitude de defesa do regime, pleiteando e aplaudindo o fechamento do Partido Comunista do Brasil e apoiando "firmemente" no Congresso Nacional a cassação dos mandatos comunistas, no âmbito estadual as coisas tomavam outro rumo, ralhou o presidente da República.

Pedro Pomar avaliou que naquela conjuntura a militância deveria apertar bem os parafusos da máquina eleitoral do PCB. A distribuição da renda era um dado que a militância comunista deveria levar em conta para compreender o alcance das eleições. Pedro Pomar estava com os números na ponta da língua. Os dados foram mostrados por ele em minúcias na edição de 11 de outubro de 1947 do jornal *A Classe Operária* e revelaram o drama de milhões de camponeses sem terra, famintos, miseráveis, ignorantes, doentes. Nas cidades, o povo padecia com a falta de fontes de renda, sem assistência hospitalar e sem escolas. Revelavam também a tragédia da injustiça, porque não havia para quem apelar. O prefeito, o juiz, o promotor, o delegado de polícia estavam sempre do lado do grande fazendeiro espoliador.

Nos marcos da democracia, segundo Pedro Pomar, utilizando o direito de voto até o último limite era possível golpear a reação pela sua base — o coronel atrasado, do sistema de "meia" e da "terça", do "vale" e do "barracão". Aquelas eleições teriam decisiva influência nos destinos do Brasil, porque de importância política capital para o futuro da democracia, o que queria dizer para a defesa da Constituição e da legalidade do PCB. As condições internacionais também contribuiriam para um resultado progressista, com o avanço da democracia. Não esquecessem, contudo, que as forças da reação estavam em franca atividade, apoiadas pelo imperialismo norte-americano, que pretendiam reavivar o fascismo e agrediam as forças populares onde podiam, asseverou.

São Paulo era o local em que os comunistas deveriam ter mais atenção. Dutra fazia pressão para assenhorear-se do estado, centro que decidiria a sucessão presidencial. O propósito dos partidos da classe dominante — PSD, UDN e a ala direita do PTB — era evitar o avanço da democracia e da unidade das forças populares, revelou Pedro Pomar. Mostrassem que os socialistas, na luta contra a exploração do homem pelo homem, viam, naquelas condições, que a estrada que conduziria mais rapidamente à meta final era a das eleições, a do voto pacífico e livre. Por conseguinte, os comunistas deveriam deixar de lado o sectarismo e o oportunismo para reforçarem o trabalho de massas, disse ele. Nenhuma aliança deveria ser feita sem que pudesse ser franca e lealmente explicada ao povo, recomendou.

A engenharia do PCB deu certo: apesar da eleição para vice-governador do adhemarista Noveli Júnior, em 9 de novembro de 1947 muitos vereadores comunistas foram eleitos. Armando Mazzo elegeu-se prefeito de Santo André. Mas, além da batalha eleitoral, o PCB estava entrando em uma nova guerra. Nesta os comunistas também seriam atacados sem piedade, regras e escrúpulos.

Capítulo 25

Sou comunista, sou um dirigente comunista. Infelizmente, não pude ser eleito na legenda do glorioso Partido Comunista.

1947 - 1948

A bancada comunista brilhou na sessão da Câmara dos Deputados do dia 29 de dezembro de 1947 quando o projeto do pessedista Ivo de Aquino para cassar os mandatos do PCB foi a discussão. Os debates começaram na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os deputados comunistas se revezaram na tribuna para fazer um diagnóstico profundo do país e do papel das forças progressistas em sua história. Dados, fatos, números, citações e análises formaram o conjunto da defesa da bancada. Em alguns momentos, os ânimos se exaltaram. O jornal *A Classe Operária* reproduziu um áspero entrevero iniciado por Pedro Pomar com o líder do governo na Câmara dos Deputados, Acúrcio Torres, que discursava de maneira efusiva para tentar justificar o projeto:

— Vossa Excelência está lendo um discurso de encomenda.

Acúrcio Torres esbraveja.

Diógenes Arruda interrompe suas cavilações de rábula do imperialismo, gritando-lhe:

— Vossa Excelência se diz patriota, mas está falando em nome do "partido americano".

Marighella acrescenta:

— Se dinheiro tivesse cheiro, o projeto Ivo de Aquino teria cheiro de dólares.

E Gregório Bezerra:

— Vossa Excelência diz que não conhece os americanos, mas conhece o dinheiro americano.

Acúrcio Torres sua, desconversa, torna-se patético. O líder do PSD fala em liberdade.

Amazonas interrompe:

— A liberdade de Vossa Excelência é a liberdade de fazer negociata.

O "líder" queremista continua aos trancos e solavancos.

Diógenes Arruda o desmascara:

— As palavras de Vossa Excelência e as palmas da maioria revelam o medo que Vossas Excelências têm da bancada comunista e dos comunistas que sempre defenderam e defenderão os interesses do proletariado e do povo. Vossas Excelências têm medo.

A "maioria" cumpre o seu triste papel: vota, passando por cima do próprio regimento.

No encerramento da discussão, a bancada comunista grita:

— Maioria subserviente a Dutra e ao imperialismo americano! Coveiros da democracia!

Pedro Pomar começou seu discurso lendo o início do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. A aliança de forças que os autores citaram como perseguidora do "espectro do comunismo" havia cem anos era repetida naquele momento no Brasil. "Fui eleito nas eleições de 19 de janeiro por cento e trinta mil votos pelo povo paulista, e tenho a honra de dizer: sou comunista, sou um dirigente comunista. Infelizmente, não pude ser eleito na legenda do glorioso Partido Comunista. Sei, entretanto, que cumpro dever democrático, dever patriótico, ao vir a essa Comissão, neste dia, defender o mandato daqueles deputados que tanto sabem honrar e cumprir os juramentos feitos ao povo", disse, complementando que defendia especialmente o mandato de Prestes. A defesa do mandato do senador comunista, segundo Pedro Pomar, era o reconhecimento do seu papel como líder dos operários e camponeses.

Ele citou a contribuição de Prestes para a compreensão do atraso brasileiro. "Olhemos o passado, vemos a figura de Mauá. Há poucos dias expliquei por que o Barão de Mauá foi à falência, por que as suas formidáveis iniciativas não puderam prosseguir — Mauá, que era a expressão da nossa vontade, da nossa inteligência, do nosso valor como povo. No entanto, porque não marchamos para frente depois da experiência de Mauá? Justamente porque persistem o monopólio da terra e os grandes latifúndios. A política dos latifundiários derrotou Mauá. Mauá não teve a capacidade de ver como a escravidão e o latifúndio eram os grandes fatores na formação do nosso mercado interno. Não compreendeu que os escravos eram a classe social em que devia se guiar para a extinção do atraso, da opressão e da miséria. Mauá, como toda a nossa burguesia comercial, não teve a capacidade de enfrentar o problema fundamental, que é o da terra", discursou. Citou também André Rebouças, que não podia ser suspeito e acusado de comunista, que via o latifúndio como o maior problema social brasileiro.

Pedro Pomar recordou a luta de Prestes e do PCB pela legalidade. "A legalidade para nós, acusados de conspirar contra as instituições, só nos beneficia", disse. Mostrou como exemplo a passagem de Engels no prefácio do livro de Marx *A luta de classes na França* e leu o texto que Prestes citou em seu *Informe Político* da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil apresentado no Pleno Ampliado do Comitê Nacional em 1946.

Recorreu também a uma promessa de Dutra, feita quando ele iniciara sua campanha para presidente da República em 1945 ao responder a uma carta do comandante Átila Soares relatando os contatos que mantivera com Prestes, defendendo a livre organização partidária e prometendo respeitar o PCB se os comunistas mantivessem a linha de conduta então assumida. "Que se organize, que viva como qualquer outro partido, disputando eleitoralmente a sua supremacia, e procure, por meio dos seus representantes, influir na vida administrativa e política do país", escreveu. Pedro Pomar denunciou que Dutra não tinha palavra, não era capaz de cumprir com os compromissos assumidos. "Acho que sua excelência não mudou nada em sua ação fascista conhecida, particularmente quando constituiu o maior obstáculo na nossa participação na guerra contra o nazismo", fulminou.

Segundo Pedro Pomar, se dependesse de Dutra o Brasil já teria se transformado em um campo de concentração e as forcas estariam nas praças erguendo os corpos de patriotas, especialmente o de Prestes. "Mas é a posição firme, é a posição enérgica, é a posição corajosa dos comunistas que tem impedido, até o presente momento, que o país enverede pelo caminho que quer a ditadura, o grupo fascista e o senhor Dutra", discursou. Lembrou que ao espírito unitário dos comunistas, à política de ausência de ressentimentos e de mão estendida, a ditadura respondia com perseguições, brutalidades, violências, espaldeiramentos e assassinatos em praça pública. E anunciou que os protestos populares contra a cassação dos mandatos voltariam com força tão logo o calendário fosse virado. "Voto contra o projeto de cassação dos mandatos, de acordo com o parecer da comissão designada pelo meu Partido", concluiu.

A declaração de voto de José Maria Crispim, deputado comunista por São Paulo, foi implacável. Em um copioso discurso, ele esmiuçou o projeto e contestou, detalhe por detalhe, as argumentações de Ivo de Aquino. Nos dias seguintes, a bancada comunista fez uma marcação cerrada sobre o projeto. Os deputados comunistas revezavam-se para denunciar, todos os dias, na tribuna da Comissão de Constituição e Justiça, o que representava aquela medida proposta. O governo tinha pressa. Seu líder, Acúrcio Torres, corria de deputado em deputado, de bancada para bancada, a fim de impedir que os comunistas continuassem a falar. A mídia seguia a procissão e acusava a bancada do PCB de "sabotar os trabalhos parlamentares".

***

Uma tensão febril se apoderou do Rio de Janeiro quando o jornal *Imprensa Popular* — que substituíra a *Tribuna Popular* —, apreendido pela polícia, não circulou nos dias 30 e 31 de dezembro de 1947 e 1º de janeiro de 1948. A mais importante conquista do regime que libertou o país das algemas do Estado Novo, a liberdade política, estava prestes a desaparecer, parecia óbvio para todo mundo. Havia quase um ano desmoronava rapidamente. Fervilhavam pela capital da República, naquele fatídico e quente fim de ano, os mais estranhos boatos, sendo que o mais alarmante deles não deixava de ter fundamento. Havia rumores de que Dutra mandaria para a cadeia o maior número de comunistas possível tão logo os mandatos fossem cassados.

Em 2 de janeiro de 1948, Pedro Pomar denunciou na Câmara dos Deputados que o Tribunal Superior Eleitoral havia anulado os votos de mais de cento e cinquenta mil eleitores ao cassar vereadores e o prefeito de Santo André, Armando Mazzo, eleitos pelo PST no estado de São Paulo. "Trata-se de um desses atos monstruosos que revelam

o caráter de classe, o caráter profundamente reacionário desta Justiça Eleitoral, que constituiu-se em um tribunal da ditadura, tornando-se o maior eleitor do grupo fascista no poder", discursou.

Segundo Pedro Pomar, em 31 de dezembro de 1947 o TSE praticou medida atentatória ao povo que no pleito de 9 de novembro enviou vereadores para as câmaras municipais, assim como a uma prefeitura do segundo município industrial do estado de São Paulo, que elegeu um prefeito democrático, popular, saído da classe operária. "Como representante do povo paulista, não devo silenciar ante injustiça de tal ordem, que constitui verdadeira calamidade política. Calar neste momento seria trair o mandato do povo", disse.

Os grupos que governavam o país, afirmou, tendiam à anulação das conquistas democráticas, das esperanças na representação popular, da demonstração de vontades dos cidadãos, por todas as formas a seu alcance, de ver instaurado um clima de tranquilidade e de união nacional. "Há um grupo, porém, obstinado, com propósitos firmes, com a obsessão de fazer desaparecerem todas essas conquistas, intimidando o povo e oprimindo-o. Vão além: desejam arrancar os representantes comunistas desta Casa", denunciou.

A fundamentação dos votos de alguns juízes, de acordo com Pedro Pomar, revelava o caráter da decisão "reacionária, fascista, profundamente atentatória à democracia no Brasil". A decisão feria a democracia e fazia com que o povo descresse na Justiça. O país estava diante de uma democracia que não era aquela aspirada pelos seus concidadãos, "mas a de uma minoria, a democracia de mister Truman, para os ricos, para os poderosos, para os potentados e para os generais fascistas".

Pedro Pomar explicou o ardil. O Diretório Central do Partido Social Trabalhista havia comunicado que o seu Diretório Estadual em São Paulo era irregular, pedindo a anulação de registro dos seus candidatos, ainda no princípio de novembro de 1947. O TSE concluiu pela inexistência da direção do partido no estado. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) interpretou essa decisão no sentido de que o Diretório Estadual estava nulo a partir da data da decisão do TSE, em 6 de novembro de 1947. As eleições aconteceram em 9 de novembro e o Diretório Estadual do PST tinha, portanto, todos os seus atos reconhecidos como legais. Apesar disso, o TSE resolveu praticar o esbulho no dia 31 de novembro de 1947.

***

As portas estavam se abrindo para a abolição da liberdade pessoal dos comunistas. Em 7 de janeiro de 1948 o projeto do senador Ivo de Aquino, depois de ter passado pelo Senado, foi aprovado na Câmara dos Deputados com cento e oitenta e um votos a favor e setenta e quatro contra. Três dias depois, a mesa da Câmara dos Deputados declarou extintos os mandatos dos parlamentares e suplentes eleitos sob a legenda do Partido Comunista do Brasil. Apenas Pedro Pomar votou contra, com a seguinte declaração de voto:

A uma democracia é impossível aceitar uma lei inconstitucional, como essa aprovada pela maioria reacionária do Congresso Nacional.

Acho assim que a mesa da Câmara dos Deputados, ao tomar conhecimento da comunicação que ora nos faz o Superior Tribunal Eleitoral, deve considerar toda a responsabilidade de sua atitude e não concordar com o esbulho que significa declarar vagas as 14 cadeiras de legítimos representantes do povo, que pela ação se revelaram patriotas e os mais firmes defensores dos interesses do povo.

A lei em caso não é precisamente uma lei, porque é a negação completa dos direitos e prerrogativas constitucionais, mutila o parlamento, ofende o decoro desta casa e coloca a soberania da representação popular numa tal dependência dos outros poderes que nenhum cidadão, sinceramente patriota, será capaz, de agora em diante, de confiar num Congresso que capitule e abdica do seu poder.

A execução desta lei é um golpe de força, própria das ditaduras, fere de morte o sistema representativo, esmaga a autonomia dos estados, além de violentar a vontade de centenas de milhares de eleitores.

Os sacrifícios que fizemos para reconquistar a democracia foram desonrados. Os últimos atentados à liberdade de imprensa e dos cidadãos constituem a prova de que o nosso povo tem que resistir e lutar, cada vez mais com maior energia, por uma democracia verdadeira, genuinamente popular, o oposto da ditadura que hoje nos oprime e humilha com todo o seu cortejo de fome, terror e submissão aos monopólios e às forças armadas dos Estados Unidos.

Voto contra a aceitação da presente porque quero ser fiel ao mandato que recebi do povo brasileiro e às suas tradições de liberdade e independência.

Não havia dúvidas quanto à essência daquela ofensiva contundente contra o PCB, comandada pelo PSD — na toada democrática iniciada em 1945, os comunistas logo seriam a força política majoritária do país. Eles obtiveram mais de seiscentos mil votos nas eleições de dezembro de 1945; em janeiro de 1947 repetiram a mesma votação, em termos proporcionais, e ainda ajudaram a eleger governadores em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul; e com as eleições municipais do final de 1947 chegaram a ser a força política mais importante nas principais cidades do país, saindo majoritários em São Paulo, Santos, Sorocaba, Santo André, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Aracaju, Fortaleza e no Rio de Janeiro.

Tão logo a cassação dos mandatos se consumou, o regime de Dutra voltou a mostrar as garras. O temor maior era o de Prestes ser preso quando pisasse fora do edifício da Praça Paris, onde funcionava o Senado, sem o mandato. Amazonas organizou um comando armado que, com três veículos, foi esperá-lo em uma porta lateral. Pedro Pomar e Arruda, que preservaram os mandatos por terem sido eleitos pelo PSP, foram buscar o senador comunista no interior do prédio. Já era noite. Prestes, escoltado pelos dois deputados, entrou imediatamente em um dos veículos. Amazonas seguiu atrás, em outro. Um terceiro abriu caminho, deixando o que conduzia Prestes no meio da caravana. Em velocidade máxima permitida, levaram o secretário-geral para um esconderijo.

No dia seguinte à cassação dos mandatos — os deputados do PCB só deixariam formalmente suas cadeiras depois do acatamento pela mesa diretora da Câmara dos Deputados da comunicação do Superior Tribunal Eleitoral, em 10 de janeiro de 1946

—, José Maria Crispim, falando como "eventual líder" da bancada comunista, denunciou que na madrugada daquele dia agentes da polícia política invadiram as oficinas da *Tribuna Popular* para cumprir uma determinação do ministro da Justiça, alegando que um jornal ilegal — a *Imprensa Popular* — estava sendo impresso. "Sabe vossa excelência, senhor presidente, e a Casa, que a *Tribuna Popular* está suspensa por determinação arbitrária do senhor ministro da Justiça, determinação ilegal e, por isso mesmo, violenta, que mostra bem o governo que o Brasil suporta nesta hora grave da vida nacional. Sem poder funcionar a *Tribuna Popular*, em suas oficinas vem sendo impresso um novo órgão — a *Imprensa Popular* —, que há vários dias circula na capital da República e nos estados", afirmou.

Segundo ele, naquela madrugada "a polícia de bandidos do senhor Lima Câmara, armada até os dentes de metralhadoras e bombas de gás, com armas de guerra, realizou uma verdadeira batalha, assaltando as oficinas daquele jornal, onde se encontravam máquinas para a sua impressão e meia dúzia de trabalhadores". O deputado comunista Henrique Cordeiro Oest comentou que entre os trabalhadores das oficinas estava o ex-tenente da FEB Salomão Malina, que fora ferido em combate na Europa, e era o vice-presidente e presidente em exercício do Conselho da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. Com a demissão de Osvaldo Aranha Filho do cargo de presidente, ele assumiu o posto, o que demonstrava seu alto conceito entre os "pracinhas". "É o protesto que faço diante da prisão deste camarada a quem a democracia e o Brasil muito devem", registrou.

Crispim voltou a falar no dia seguinte, em 9 de janeiro de 1948, para dar mais detalhes da ocorrência. Ao pedir a palavra para fazer "uma comunicação relevante", foi informado pelo presidente que a Câmara dos Deputados estava "na ordem do dia" e que ele, de acordo com o Regimento, só poderia usar a questão de ordem — um expediente limitado a cinco minutos. Crispim respondeu que o Regimento da Casa assegurava aos líderes de bancada "a faculdade de fazerem comunicações relevantes ao plenário em qualquer fase" dos trabalhos. Mesmo com a interferência de outros deputados, em meio a uma áspera troca de palavras, o presidente manteve a posição inicial.

O deputado comunista informou que houve uma chacina nas oficinas da *Tribuna Popular*. "São gráficos que nessa hora se encontram entre a vida e a morte, pois foram intoxicados, ao máximo, pelo uso de bombas de gás lançadas pela polícia", denunciou. Estavam todos nos porões da Polícia Central. Gregório Bezerra aparteou: "Quando vossa excelência falar nos porões da Polícia Central, use a expressão 'casa de torturas', pois é o que de fato representa neste governo do ditador Dutra." Salomão Malina estava, segundo Crispim, além de intoxicado incomunicável. Todos corriam o risco de morrer; quatro deles feridos à bala, internados em estado grave. Ele informou também sobre várias prisões ocorridas pela cidade e relatou casos de detenções e espancamentos das pessoas que assistiram à sessão que cassou os mandatos.

Depois de quatro horas presos, os funcionários da *Tribuna Popular* foram surpreendidos por um flagrante de apreensão de quatro armas consideradas de guerra. O fato repercutiu na Câmara dos Deputados, onde uma moção repudiando a repressão policial foi assinada por Afonso Arinos, Hermes Lima, Jaci Figueiredo, Monteiro de Castro, Café Filho, Gurgel do Amaral, Nelson Carneiro e outros parlamentares. Pedro Pomar começou a acompanhar o caso, que teria desdobramentos dramáticos, bem de perto.

***

Pedro Pomar dirigiu a ação contra a polícia política, que tentava cumprir uma decisão do ministro da Justiça suspendendo a *Imprensa Popular* por quinze dias. No comando da operação estava o delegado Fredgard Martins Ferreira, da Delegacia de Segurança Social. Os policiais chegaram ao local, o prédio da Rua do Lavradio que abrigava as oficinas da *Tribuna Popular*, às quatro horas da manhã, quando o jornal ainda não havia sido rodado, e foram recebidos por Pedro Pomar. O delegado o chamou para uma conversa particular e exibiu a portaria do Ministério da Justiça.

Pedro Pomar respondeu que a ordem era ilegal e disse que ela só seria cumprida quando fosse entregue um mandado judicial. Os entendimentos se prolongaram por meia hora, sem que o diretor do jornal cedesse aos pedidos do delegado para que a edição que estava sendo preparada fosse apreendida. Fredgard Martins Ferreira retirou-se levando consigo os seus agentes e retornou à Polícia Central para comunicar a decisão de Pedro Pomar aos seus superiores. Os policiais, devidamente autorizados pelas altas autoridades, voltaram a fim de cumprir a portaria do ministro Adroaldo Mesquita Costa à força.

Às cinco horas da manhã, a caravana policial cercou o prédio das oficinas, depois de interditar a Rua do Lavradio e obrigar os moradores das casas próximas a se retirarem. Em seguida, começou o tiroteio, iniciado quando uma equipe de policiais intimou os insurretos a se entregarem. Um dos policiais tentou abrir o cadeado da porta principal e foi recebido com uma saraivada de balas. O barulho das armas cuspindo fogo se misturava ao das rotativas, que imprimiam o jornal. Entrincheirados, tendo como barricadas as bobinas de papel, os defensores da *Tribuna Popular* mostraram que estavam dispostos a resistir. Os policiais recuaram, resguardando-se nas esquinas próximas, e responderam atirando com armamento pesado.

Os policiais deram nova ordem para que os rebelados se entregassem. Eles responderam com outra saraivada de balas e com granadas de mão. A situação era de pânico. Nenhum policial ousava aproximar-se da porta principal do prédio, por onde saíram os tiros para se alojarem nas portas de aço das casas comerciais fronteiriças, muitas das quais foram perfuradas por balas de calibre 45. O tiroteio durou cerca de meia hora. Foi, então, que o delegado Fredgard Martins Ferreira, vendo inúteis todos os esforços dos seus agentes, resolveu solicitar um grupo de choque da Polícia Especial, que disparou descargas de metralhadoras em direção aos rebelados.

O tiroteio só parou quando a polícia conseguiu lançar mais de uma dezena de bombas de gás lacrimogêneo no interior do prédio. Aproximadamente vinte minutos depois, os insurretos começaram a se entregar, muitos feridos, todos debilitados pelos efeitos do gás. Eram vinte e três pessoas. Pedro Pomar telefonou para o presidente da Câmara dos Deputados, Samuel Duarte, comunicando o ocorrido, dizendo que sua vida estava em risco. O presidente se dirigiu ao local dos fatos e comunicou-se com o chefe de polícia, Lima Câmara, pedindo a ele que garantisse a imunidade parlamentar a Pedro Pomar.

***

A violência contra os comunistas começou antes mesmo da consumação do golpe da cassação dos mandatos. Em 5 de janeiro de 1945, Pedro Pomar denunciou na Câmara

dos Deputados que, "há poucos dias", a polícia de Adhemar de Barros atacara o jornal dos comunistas em São Paulo, o *Hoje*, e no dia 4 empastelara outro jornal de oposição, o *A Hora*. Ele leu um extenso comentário d'*O Estado de S. Paulo*, "insuspeito para tratar do assunto", se referindo "ao brutal crime cometido pela polícia do senhor Adhemar de Barros". Segundo Pedro Pomar, os funcionários do *Hoje* resistiram à invasão para impedir uma censura prévia que a Constituição não previa.

A polícia política também andou espalhando que Gregório Bezerra seria preso tão logo pusesse os pés fora da Câmara dos Deputados. As ameaças não foram cumpridas porque ele saiu escoltado por Pedro Pomar, Diógenes Arruda Câmara e mais alguns deputados. Mas as aperreações — como ele dizia — logo começariam. Passou a ser seguido pela polícia ostensivamente e não fora preso porque Pedro Pomar era uma espécie de guardião dos seus passos. No dia 17 de janeiro de 1948, tomaram café na residência de Luiz Carlos Prestes, onde morava o ex-deputado pernambucano, e foram para o escritório da "fração parlamentar". Gregório Bezerra ficou no local e Pedro Pomar foi para a Câmara dos Deputados.

Ao meio dia, Pedro Pomar passou no escritório e ambos saíram para o almoço. O combinado era de que o carro oficial da Câmara dos Deputados estaria esperando-os em frente ao antigo prédio do Senado, na Cinelândia. Por algum motivo, houve um atraso e a polícia política não perdeu a oportunidade. Quando se deram conta, estavam cercados por um bando de policiais, em pela Avenida Rio Branco, uma das principais artérias do centro da cidade do Rio de Janeiro. Pedro Pomar protestou, Gregório Bezerra reagiu, mas os "tiras", em maior número, acabaram vencendo.

Nesse momento, chegou o carro da Câmara dos Deputados e Gregório Bezerra se atirou para o seu interior. Um policial ainda tentou agarrá-lo pela janela, mas teve os dedos prensados na portinhola do veículo. Diante da brutalidade crescente, Pedro Pomar comprometeu-se a levar Gregório Bezerra à Polícia Central. Ao chegar, o ex-parlamentar comunista foi brutalmente arrancado do carro e preso em um minúsculo cofre de aço. Depois de protestar a plenos pulmões, foi levado para uma cela. Ficou incomunicável por três meses. Transferido para o Recife, foi julgado pelo Conselho da Justiça Militar e cumpriu dois anos de detenção.

A prisão fora ordenada por ninguém menos que o ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, que agia como cão de guarda de Dutra. Gregório Bezerra era acusado de haver incendiado o quartel do 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa, no estado da Paraíba, a dois mil quilômetros da cidade em que se encontrava e dela não saíra. Segundo ele, a polícia política do general Lima Câmara, desonestamente, negou as informações que provavam sua inocência. Desde que saíra da Câmara dos Deputados, estivera na residência de Prestes, "a casa mais vigiada do Brasil", ambos protegidos pelas imunidades parlamentares de Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara. Com o incêndio e o processo farsesco que seria montado, a intenção era incompatibilizar o Exército com o Partido Comunista do Brasil, disse Gregório Bezerra. Os autores do incêndio, portanto, deveriam ser procurados entre os "fascistas do governo", denunciou.

O caso do "reichstag mirim" — uma alusão ao famoso incêndio do parlamento alemão provocado pelos nazistas, em 1933, e atribuído aos comunistas — fez Pedro Pomar ocupar a tribuna da Câmara dos Deputados sistematicamente para exigir notícias do "bravo filho de Pernambuco". "Afinal de contas, o que ocorre com Gregório Bezerra?

Por que lhe cassam o direito de defesa?", indagou. Segundo Pedro Pomar, o grupo "militar-fascista" criou uma novela para espalhar calúnias contra os comunistas. "Há três dias, enviamos um advogado à Paraíba. Até agora, o causídico (o doutor Sinval Palmeira) não teve oportunidade de verificar se o senhor Gregório Bezerra lá se achava porque o inquérito se processa sob sigilo", denunciou.

A prisão era profundamente ilegal por não se basear em lei ou em qualquer documento escrito, disse Pedro Pomar. A ilegalidade se estendia para outras prisões, igualmente truculentas. Segundo ele, o próprio jornal de Chateaubriand, o *Diário da Noite*, noticiara que todos os deputados comunistas estaduais de Pernambuco foram presos, acusados de conluio com Gregório Bezerra. Ele leu na tribuna da Câmara dos Deputados um telegrama que recebera do Recife dando conta de que vários comunistas foram detidos e submetidos a violências durante seis horas.

Capítulo 26

As tarefas do PCB consistiam em movimentar e intensificar as forças da democracia e assim dar-lhes consciência.

1948

Uma viragem necessária. Com este título, Pedro Pomar escreveu um artigo na edição de 20 de janeiro de 1948 no jornal *A Classe Operária*, defendendo uma mudança radical na tática do PCB. Para ele, a cassação dos mandatos representava uma situação nova, que obrigava todas as forças da democracia e, particularmente o PCB, a fazerem um exame crítico e autocrítico. O golpe alertou sobre as novas condições para a solução dos problemas básicos da revolução brasileira dentro do panorama internacional e teve a vantagem de fazer os comunistas sentirem a necessidade de uma viragem tanto na análise como no trabalho para o encontro do caminho próprio que conduziria mais rapidamente à vitória da revolução democrático-burguesa no Brasil, avaliou.

A viragem, disse Pedro Pomar, decorria, em primeiro lugar, do vigor da batalha das forças da paz e da democracia no mundo, alcançando êxitos contra as forças do imperialismo e da reação. Não se enganassem, contudo, com a astúcia dos norte-americanos, que empregavam a tática cada vez mais sutil da perpetração do seu domínio enquanto falavam em democracia e direitos fundamentais do homem. Em segundo lugar, era indiscutível que as forças da democracia, no Brasil, aumentaram e estavam vendo, cada dia com mais clareza, não somente a face dos seus inimigos como a sua capacidade e debilidade. Os grandes fazendeiros e o imperialismo estavam de mãos dadas, utilizando o "grupo fascista" do poder para consolidar a reação, de um lado, criando ilusões nas massas sobre suas intenções e, de outro, assustando-as com o desmoralizado fantasma do comunismo.

Segundo Pedro Pomar, as tarefas do PCB consistiam em movimentar e intensificar as forças da democracia e assim dar-lhes consciência. Cumpria aos comunistas concentrar a ação das forças patrióticas e progressistas na base de um programa comum e democrático. Cabia ao PCB organizar, no mais curto prazo, uma frente única nacional e democrática, que reunisse efetivamente em torno do seu programa as mais vastas

camadas do povo brasileiro. Essa frente de luta seria um poderoso instrumento para alcançar os objetivos dos comunistas.

As formas de trabalho e os métodos de luta, mais do que qualquer outro terreno, refletiam a necessidade da viragem. Ela representava a resistência de maneira ofensiva e enérgica ao governo de traição nacional. A viragem residia na adoção e prática de uma política de oposição firme, que não deixasse ilusões nas massas e liquidasse a sua passividade e seu espírito reformista. Era, enfim, a viragem que deveria conduzir as lutas, vigorosas pelas reivindicações mais sentidas do proletariado e do povo. Através de um plano e de um trabalho pertinaz em favor das reivindicações operárias e populares, os comunistas dariam à resistência um caráter de massa, unitário e ofensivo. Essa era a tarefa imediata e decisiva. Pedro Pomar não disse, mas as propostas que defendeu estavam no centro de um documento do PCB divulgado como *Manifesto de Prestes*, que ficou conhecido como *Manifesto de Janeiro*.

***

Onze dias depois que Pedro Pomar publicou as propostas, em 31 de janeiro de 1948, a edição do *Hoje*, de São Paulo, foi apreendida sob a acusação de "haver adotado uma linguagem ofensiva às autoridades constituídas e incitar a sublevação da ordem social". O jornal noticiara que a polícia havia invadido uma gráfica para impedir a impressão de um livreto de Monteiro Lobato, intitulado "Zé Brasil", com pequenos artigos e contos que revelavam aspectos da realidade brasileira desprezados pelos intelectuais do seu tempo. Pedro Pomar acompanhou o caso e denunciou a truculência da polícia.

O livreto seria publicado, algum tempo depois, como folhetim, pela *Tribuna Popular*, que voltara a circular no lugar da *Imprensa Popular*. Em um dos contos, *Zé Brasil* narrava o sonho de Luiz Carlos Prestes sobre um lugar onde os lavradores seriam donos de um sítio, plantando e colhendo os frutos de sua labuta. Mal saíam, a polícia apreendia. O livreto, de vinte e quatro páginas, acabou se popularizando em impressões clandestinas que circularam pelo país até ser autorizado, em 1948, quando saiu com ilustrações de Cândido Portinari pela Editorial Vitória.

A apreensão do *Hoje* era parte do plano do governo de fazer os jornais comunistas sumirem do mapa. Por uma repentina decisão da polícia política, o mesmo jornal foi invadido na madrugada de 3 de fevereiro de 1948. Houve resistência e trinta pessoas foram detidas. No dia 15, a *Tribuna Popular*, que acabara de ressurgir, foi suspensa por seis meses, segundo ordem do ministro da Justiça. Em 27 desse mesmo mês, foi a vez do *Hoje* ser suspenso pelo mesmo período.

O PCB voltou a publicar a *Imprensa Popular*, que seria suspensa por 15 dias em 6 de março, e, no lugar do *Hoje*, lançou o *Notícias de Hoje*. Era uma situação de gato e rato. Em 3 de março, o *Notícias de Hoje* foi suspenso por quinze dias, depois de uma sucessão de apreensões. No lugar, os comunistas lançaram *O Popular*, que também logo seria suspenso. Mais tarde, o *Notícias de Hoje* voltaria a circular e permaneceu em atividade até depois da segunda metade da década de 1950. A reação ao *Manifesto de Janeiro* estava apenas começando.

***

Pergunte ao Pedro Pomar. A resposta de Maurício Grabois ao delegado José Piccoreli, enquanto se escorava na cadeira com fortes dores, foi uma expressão indignada da situação em que se encontrava. A polícia queria saber detalhes de um documento conhecido como *Manifesto de Janeiro*, que já circulava pelo país. Era na verdade uma encenação para demonstrar que os olhos protetores da polícia estavam de volta para que a sociedade não ficasse exposta ao "perigo vermelho". Grabois disse ao delegado que se ele quisesse saber o que era o documento bastava andar alguns quarteirões e pedir, na Câmara dos Deputados, cópia do discurso de Pedro Pomar do dia 2 de fevereiro de 1948 em que ele leu, na íntegra, o *Manifesto de Janeiro*.

Ao saber da prisão, alertado por Alzira, mulher de Grabois, Pedro Pomar não se conteve. Ele e Arruda, armados, correram para a casa do ex-líder da bancada comunista e encontraram Alzira, com a filha e o filho de 4 e 2 anos de idade, protestando contra a selvageria que acabara de presenciar. Em seguida, Alzira, Pedro Pomar e Arruda se dirigiram à Câmara dos Deputados para denunciar a prisão. O deputado Flores da Cunha (UDN-RS) localizou Maurício Grabois na delegacia, para onde fora levado a fim de prestar "esclarecimentos" sobre o *Manifesto de Janeiro*. O parlamentar gaúcho telefonou para o ministro da Justiça e exigiu a libertação do ex-líder da bancada comunista.

Quando a polícia política chegou para prender Maurício Grabois, Alzira telefonou para o médico, doutor Sarmento Barata, e este declarou que o paciente estava proibido de sair de casa. Segundo informou o deputado Nelson Carneiro (UDN-GB) na tribuna da Câmara no mesmo dia da prisão, Maurício Grabois estava havia quinze dias de cama e foi preso com quarenta graus de febre. No dia seguinte, Lino Machado (PR-MA), que era médico, denunciou que a prisão afrontava a Constituição e impressionava "vivamente aqueles homens que têm o espírito cristão e, entre eles, esse espírito evangélico que é o do senhor ministro Adroaldo Mesquita Costa, que deverá ficar — vamos dizer — irritado com a sua própria polícia quando souber os pormenores da prisão". Segundo ele, Maurício Grabois estava acamado havia mais de um mês.

Lino Machado pronunciou um longo discurso e foi aparteado várias vezes. O deputado João Mangabeira (PSB-BA) disse que recebera um telefonema de Alzira às oito e meia da manhã em sua casa. Aflita, ela contou-lhe os fatos, revelou. "Vossa excelência deve compreender minha revolta diante da brutalidade com que se cometera o atentado que ela narrava", falou. Daniel Faraco (PSD-RS) — um representante da direita, de espírito religioso e irmão em sentimento do ministro Adroaldo Mesquita Costa, segundo Lino Machado — também pediu um aparte e defendeu a ação da polícia política. Indignado, o deputado maranhense respondeu que ele estava canonizando o ministro da Justiça.

Na delegacia, Maurício Grabois protestou com dureza contra a forma como foi arrancado da sua residência. Falou, com firmeza, que conhecia o *Manifesto de Janeiro* e estava totalmente de acordo com o seu conteúdo. Indignado, disse que Prestes era um "exemplo de patriotismo revelado neste *Manifesto*" e defendeu o PCB. Afirmou ser sua obrigação, como dirigente, dizer que o processo que resultou na ilegalidade dos comunistas era uma farsa que havia partido de dois desclassificados, Barreto Pinto e Himalaia Virgulino. Maurício Grabois disse ainda que o *Manifesto de Janeiro* era tão público que saiu em um jornal de São Paulo em março, assinado por Milton Caires de Brito e outros comunistas.

No dia seguinte, Pedro Pomar subiu à tribuna da Câmara Deputados para informar que Maurício Grabois estava solto desde a noite passada. “Entretanto, justo é salientar-se que o estado de saúde desse ex-deputado se agravou enormemente, estando em perigo de vida. É, pois, impossível a qualquer democrata, a qualquer patriota, eximir o governo da responsabilidade desses crimes que constituem inomináveis violências e que não se verificariam se o país vivesse, realmente, em regime constitucional e democrático. Mas o que impera no Brasil é a ditadura do terror”, afirmou, para em seguida relatar uma série de arbitrariedade que tomou conta do país. Ele denunciou o clima de terror que reinava em São Paulo, com prisões em massa de ex-parlamentares comunistas e de sindicalistas, protestou contra detenções de jornalistas no Rio de Janeiro e no Paraná e comunicou que na capital federal as residências de ex-deputados do PCB estavam cercadas pela polícia.

***

Grabois morava em um apartamento térreo no número 78 da Rua Dias Ferreira, no Leblon. O local era bem conhecido por ser ponto de encontro de dirigentes do PCB. Poucos dias depois, a polícia, ao saber que Prestes estava nesse apartamento, voltou a esse endereço. Percebendo a aproximação da repressão, os dois pularam o muro dos fundos e fugiram. Grabois e Prestes foram parar no Hotel Glória, no apartamento do ex-deputado e governador da Bahia Octávio Mangabeira (UDN-BA), que, por telefone, exigiu do presidente da República o fim da perseguição policial aos ex-parlamentares comunistas. Dali Prestes foi encaminhado para um sítio em Casemiro de Abreu, onde permaneceu escondido, e Grabois tratou de providenciar a mudança da família para um local clandestino e menos visado.

O delegado José Piccoreli estava montando um inquérito que seria remetido à 3ª Vara Criminal no qual indiciou Luiz Carlos Prestes e outros membros do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil. Os autos reuniam em um só processo duas peças investigatórias em que foram apuradas as responsabilidades do “ex-senador vermelho nas ofensas ao presidente da República e altas autoridades constituídas assacadas pelo jornal comunista em junho de 1947, e pelo *Manifesto* lido na tribuna da Câmara pelo deputado Pedro Pomar, em janeiro do corrente ano”, uma referência à *Tribuna Popular* e ao *Manifesto de Janeiro*, o mais recente documento estratégico do PCB que imprimia uma nova orientação política à militância comunista.

O promotor Orlando Ribeiro de Castro acatou a denúncia com este argumento: “O *Manifesto* do senhor Luiz Carlos Prestes, em nome do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, emprega uma redação violenta, agressiva, injuriosa, incitando ódio aos diversos poderes da República, aos ministros de Estado, ao senhor presidente da República, aos juízes e tribunais, aos chefes militares e classes armadas, instigando também o ódio das classes, fomentando a desobediência coletiva ao cumprimento da lei, divulgando notícias falsas para provocar o desassossego público e desprestigiar o governo, incitando as classes trabalhadoras às greves revolucionárias e provocando e promovendo franca campanha subversiva entre operários e camponeses.”

O promotor — que segundo os deputados Nelson Carneiro e Lino Machado tivera fotos publicadas naqueles dias no jornal *Correio da Manhã* fardado de capitão da guarda integralista — informou ainda que o delegado de Segurança Política, “devido à elasticidade do pedido contido nos diversos itens da mesma promoção, efetuou

numerosas diligências, ouviu grande número de testemunhas, e solicitou a cooperação das autoridades de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e outros estados, que forneceram farta documentação". Prestes, Pedro de Carvalho Braga, Agliberto Vieira de Azevedo, Francisco Gomes e João Amazonas não foram ouvidos "por se acharem em lugar incerto e não sabido".

Prestaram declarações no inquérito "outros elementos integrantes do mesmo Comitê, quais sejam: Maurício Grabois, Álvaro Ventura, Claudino José da Silva, Octávio Brandão, Fernando de Paiva Lacerda e Astrojildo Pereira, que se declararam absolutamente solidários a Prestes". "Tomaram idêntica atitude em Minas, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, Lindolfo Hill, Milton Caires de Brito e Sérgio Holmos, também do Comitê Nacional Comunista. Os autos remetidos compreendem oito volumes", detalhou o promotor.

***

Os dois deputados comunistas que seguiram na Câmara dos Deputados começavam uma intensa rotina de tribunos das causas pelas quais o PCB se dedicava. Uma delas era a luta pela autonomia dos municípios em que os comunistas exerciam forte influência e que o governo federal pretendia impor o seu controle. Em São Paulo, um *Manifesto ao Povo* divulgado depois da campanha popular contra a intervenção resultou na prisão dos conhecidos comunistas Caio Prado Júnior, Milton Caires de Brito e Mário Schenberg. Segundo Pedro Pomar, o ministro da Guerra estivera em São Paulo para comandar a onda repressiva e avistou-se sorridente com Adhemar de Barros.

Assim como agia em relação a outros estados, Dutra estava armando um pretexto, alegando que a intervenção seria feita "em nome da moralidade pública e administrativa". Na Câmara dos Deputados, Pedro Pomar disse que ele e Arruda seriam os primeiros a apoiar todas as comissões de inquérito que surgissem, tanto para averiguar os escândalos administrativos do senhor Adhemar de Barros como do próprio PSD e de outras forças políticas que se ligaram ao governador e foram corrompidas por ele. Durante todo o curso dos seus mandatos, os dois deputados comunistas eleitos pelo PSP ocuparam a tribuna da Câmara para desancar Adhemar de Barros — o que torna inverossímil um relato da polícia política de 1949 dando conta da interceptação de uma conversa entre Pedro Pomar e Aydano do Couto Ferraz tratando de "ajuda financeira" à imprensa do PCB.

Quando o deputado Batista Pereira (PSD-SP) disse que Adhemar de Barros marchava para o "comunismo", Pedro Pomar reagiu denunciando que ele pretendia envolver os comunistas em uma intriga, em uma disputa de grupos para "apoderar-se do governo de São Paulo, do Banco do Tesouro paulista e, principalmente, da máquina administrativa para fins egoístas, fins de grupos, fins eleitorais". "Os comunistas pairam acima dessas disputas porque a sua atitude é bem conhecida", afirmou. Provocado por Batista Pereira sobre a sua eleição pelo PSP, Pedro Pomar respondeu que falava como autêntico representante paulista e estava denunciando "as manobras que ora se processam, à guisa, pode-se mesmo dizer, de urubu em cima da carniça".

As perseguições aos comunistas em São Paulo ultrapassavam as fronteiras da representação política. A mando do ministro da Justiça, o delegado Santos Abreu foi incumbido por Ribeiro da Cruz, o chefe da Delegacia da Ordem Política e Social, de

impedir uma conferência de Pedro Pomar sobre a vida de Luiz Carlos Prestes na sede da Associação das Classes Laboriosas, na Rua do Carmo, centro da cidade. O delegando ordenou que seus agentes cercassem o local. Segundo o ministro, o evento não seria realizado por ser considerado propaganda comunista. Pedro Pomar denunciou que a violência chegara ao Paraná, onde o chefe de polícia de Curitiba mandara prender um vereador da UDN e um jornalista. Sobre São Paulo, ele afirmou que aqueles acontecimentos eram a preparação de um clima propício à intervenção.

***

A violência contra os comunistas estava até na Câmara dos Deputados. Em um debate sobre o parecer da Comissão de Finanças relativo a uma emenda do Senado a um Projeto de Lei que concedia crédito para a navegação na Bacia do Prata, Pedro Pomar foi ameaçado pelo deputado Vandoni de Barros (PSD-MT). O entrevero ocorreu quando o parlamentar comunista se disse surpreso ante a proposta de corrigir um grande erro da Câmara, na opinião de dois senadores mato-grossenses (os udenistas João Vilas Boas e Vespasiano Martins), "tão grande que esses embaixadores mato-grossenses haviam classificado o projeto de negociata".

O pessedista se dirigiu à tribuna pronunciando palavras quase ininteligíveis e tentou agredir Pedro Pomar, fazendo menção de sacar uma arma do bolso. Segundo narrou o jornal *Correio da Manhã*, a primeira investida de Vandoni de Barros foi contida por Barreto Pinto, que discursara a favor da "negociata" pouco antes, e recebeu um empurrão violento. O pessedista deu mais um pulo e foi chocar-se com a tribuna quando Pedro Pomar levava à boca um copo d'água. "O representante mato-grossense vibrou-lhe um murro, que se destinava à boca do orador, mas atingiu apenas o copo, que se quebrou, quando já estava sendo devolvido ao seu lugar, junto ao microfone", descreveu o *Correio da Manhã*. Ao tentar o segundo golpe, Diógenes Arruda Câmara, "tomando-lhe os braços, por trás, dominou-o por completo, afastando-o, imobilizado, da tribuna". No dia seguinte, Vandoni de Barros pediu desculpas pelo destempero, alegando que fora "talhado a machado" em um distante rincão do Brasil.

Alguns jornais, além de reproduzir os fatos de maneira distorcida, procuravam jogar lenha na fogueira anticomunista. O *Diário da Noite* foi atrás da identidade clandestina de Pedro Pomar para acusá-lo de infrator do Código Penal por ter dupla identidade. O jornal publicou que em 1943 ele atendia por João Vicente Gomes e seus documentos davam filiação bem diferente da que apresentara como deputado. Empregado em uma firma exercendo por mais de um ano a função de distribuidor de amostras de remédios, era "um rapazinho bem comportado, embora tivesse algumas falhas sem grande importância".

No livro de assentamentos de empregados da firma S/A Institutos Terapêuticos Reunidos Labofarma, localizada na Rua do Rezende número 104, constava que ele morava na Rua Marques de Abrantes, número 92, fora admitido em 16 de abril de 1942 e despedido em 4 de agosto de 1943, a pedido. "Na mesma folha existe uma fotografia 3x4 do atual deputado Pedro Pomar", registrou o jornal, pedindo a cassação do seu mandato. Ele fora eleito com um nome que não lhe pertencia e, consequentemente, estava "exercendo fraudulentamente um mandato que não lhe foi outorgado". A denúncia caiu no vazio; nem sequer foi repercutida.

***

Pedro Pomar vivia ainda o drama de ver, a qualquer momento, a família ser lançada ao relento. O deputado Campos Vergal (PSP-SP), em discurso sobre o acelerado crescimento das ações de despejo por conta de um Projeto de Lei de sua autoria restringindo os abusos dos locadores, disse que Pedro Pomar estava sendo despejado. "Vão para a rua os seus móveis, e a imunidade parlamentar não lhe está valendo nada nesse particular", afirmou.

Segundo o jornal *Diário de Notícias*, o proprietário do apartamento do edifício Zacatecas, na Rua das Laranjeiras, Luiz Fritz Campos, e sua senhora requereram ao juiz da 7ª Vara Civil, Ivan Lopes Ribeiro, ação de despejo contra Antonio Gonçalves, afirmando que ele fizera "sublocação total do apartamento que lhes tomara em locação, a despeito da proibição expressa do contrato e da lei que rege a espécie". Em seu depoimento, Antonio Gonçalves disse que havia entre ele e Pedro Pomar laços de velha amizade, pois até eram compadres. O juiz julgou a ação procedente, declarando, em consequência, rescindida a locação existente. Pedro Pomar e a família teriam trinta dias para desocupar o imóvel. O prazo, segundo o juiz, fora concedido em atenção à crise de habitação que infernizava a cidade.

Vencido o prazo, Pedro Pomar e a família foram para o apartamento onde Maurício Grabois morara com a família, que estava desocupado desde que o ex-líder da bancada comunista fora para a clandestinidade. A nova moradia possuía apenas dois quartos, bem menores do que os do apartamento das Laranjeiras, mas tinha a vantagem de estar em um bairro mais tranquilo e próximo à praia. Para os dois primeiros filhos, era um lugar com mais opções de lazer. O transporte até o centro, onde Pedro Pomar passava boa parte do tempo dando expediente no escritório, que o PCB chamava "fração parlamentar", na Avenida Rio Branco número 257, também era fácil. De bonde ou de ônibus, todo santo dia útil ele fazia esse trajeto.

Pedro Pomar aproveitava para conviver com a boa vizinhança local. Trocava visitas com o escritor Graciliano Ramos, que também residia na Rua Dias Ferreira, e se tornara seu amigo na longa militância do PCB, para demorados bate-papos. Quem morava na mesma rua também era Dorival Caymmi, que igualmente tornara-se amigo de Pedro Pomar. Outro vizinho, Astrojildo Pereira, fazia o elo com a intelectualidade progressista carioca, sempre reunida com a presença de Pedro Pomar. Participavam, ainda, do grupo de intelectuais comunistas o conhecido ator e compositor Mário Lago e o escritor Dalcídio Jurandir.

Quando Pedro Pomar já se preparava para entrar na clandestinidade, na fase final do seu mandato, um edital de citação informou que na 14ª Vara Cível do Distrito Federal havia uma ação de despejo proposta pela proprietária do apartamento número 101 do prédio à Rua Dias Ferreira, número 78. Segundo o edital, em 1º de setembro de 1943 a residência fora alugada por Maurício Grabois por um ano, "ficando, porém, a locação prorrogada por força da lei". Segundo o edital, havia uma cláusula no contrato proibindo a sublocação. Pedro Pomar e a família tiveram de deixar a residência.

***

Na Câmara dos Deputados, Pedro Pomar aproveitava ao máximo a oportunidade de poder falar em um palco privilegiado e discursava em praticamente todas as sessões. Denunciava arbitrariedades nos estados, condenava a política do presidente Dutra, defendia os direitos dos trabalhadores e combatia a escalada autoritária que caminhava a passos largos. No dia 19 de outubro de 1948, ele lembrou o golpe de três anos antes e disse que os ideais dos golpistas de 1945 estavam sendo levados à prática. Os saudosistas do Estado Novo, afirmou, marchavam pé ante pé para aquele passado do qual as forças da civilização lutavam para se distanciar.

No escritório da "fração parlamentar", Pedro Pomar se dedicava aos estudos. Ele e Arruda — "espécie de Cosme e Damião do comunismo caboclo", na definição do jornal *Diário da Noite* — passavam horas e horas lendo, trocando impressões e debatendo a situação do PCB, do país e do mundo. Quando não estavam na "fração parlamentar", estavam na sede da ABI, palco de constantes atos políticos dos comunistas. No dia 5 de março de 1948, por exemplo, Pedro Pomar fez uma palestra no local para comemorar o centenário do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, e discorreu sobre a necessidade do socialismo e de superar o atraso, o arbítrio e a "ditadura de Dutra comprometida com o liberalismo norte-americano".

Muitas decisões sobre a atuação parlamentar foram tomadas nessa intensa troca de opiniões entre os dois parlamentares e os demais dirigentes do PCB. Uma delas, alinhada com a viragem tática, era a bandeira do aumento geral de salários, que deveria ser o centro da luta dos comunistas, segundo Pedro Pomar. Ele explicou a ideia no jornal *A Classe Operária*, edição de 21 de fevereiro de 1948. Não era somente a soberania da pátria que estava ameaçada pelo plano de colonização do imperialismo ianque. A própria existência física do povo brasileiro corria perigo, um dos aspectos mais importantes do *Manifesto de Prestes*, afirmou.

Segundo ele, o ataque dos grandes monopólios e bancos americanos pretendia reduzir a economia do país a um estado tal que liquidasse qualquer veleidade ou pretensão patriótica de industrialização e progresso nacional. Assestava golpes cada vez mais demolidores nos esforços de desenvolvimento industrial e orientava o governo Dutra no sentido de oficializar a política de preços altos e salários baixos, escreveu. Para Pedro Pomar, os norte-americanos queriam transformar o Brasil em um país unicamente produtor de matérias-primas para as aventuras guerreiras dos Estados Unidos e seu propósito de dominação mundial. Era uma ofensiva sincronizada com medidas destinadas a suprimir as liberdades e todos os direitos essenciais e necessários à conquista de uma vida digna e independente para o povo brasileiro, comentou.

Pedro Pomar avaliou que para um povo no estágio de civilização semi-feudal e semi-colonial, faminto, analfabeto e doente, o que não faltavam eram reivindicações. Prestes, no *Manifesto*, havia dito que a luta por aumento de salários, contra a carestia, pela divisão da terra, era a luta pelo progresso nacional e em defesa da independência da pátria, lembrou. Mas, disse ele, de todas as reivindicações, a fundamental era o aumento geral de salários, a mais sentida pelo povo. Grandes movimentos estavam surgindo e outros muitos nasceriam em torno dessa bandeira, avaliou.

Pedro Pomar atacou a tese dos "grandes tubarões" e de seus "escribas" de que o aumento de salários traria elevação dos preços. Para o governo e para os altistas que não queriam diminuir seus lucros nem acabar com a inflação, escreveu, a cada aumento de

salários deveria corresponder uma alta de preços. Adotavam esse ponto de vista porque não queriam tocar nos seus lucros fabulosos, porque desejavam manter as massas no estado de subnutrição crônica, de fome, de morte lenta, asseverou. Segundo ele, a luta pelo aumento de salários inevitavelmente contrariava a orientação da ditadura a serviço dos imperialistas. O governo não resolvia a inflação e abria as portas do país à invasão das mercadorias americanas; já cogitava até a possibilidade de desvalorizar o cruzeiro em benefício dos imperialistas e de seus agentes no Brasil, analisou.

Para Pedro Pomar, ao fazer essa luta os comunistas estavam defendendo a indústria nacional. Mas denunciou que os industriais brasileiros faziam causa comum com os imperialistas e não lutavam pela ampliação do mercado interno, pela divisão das terras. Exatamente por isso, a reivindicação de aumento de salários era progressista, segundo ele. E por ser progressista tinha um cunho profundamente democrático, porque desmascarava os propósitos da ditadura e punha a nu a política de fome dirigida contra o povo. Revelava, ademais, que o aparelho policial e burocrático estava a serviço dos imperialistas e de seus aliados nacionais. O povo compreenderia que o anticomunismo sistemático não passava da folha de parreira com que o governo procurava cobrir a entrega do país à colonização do dólar, afirmou.

Capítulo 27

Lares foram violados. Mais de trezentas pessoas foram submetidas a suplícios. País é varrido por onda de provocações e terrorismo.

1948

Foram mais de setenta e duas horas de explosões. Projéteis foram lançados ao ar, entre balas de fuzis e granadas, deixando paredes arrebentadas, vidraças estraçalhadas, telhados destruídos. Muitos destroços ficaram espalhados pela Avenida das Bandeiras. A série de explosões no Depósito Central de Armamento e Munição do Exército, considerado o maior da América do Sul com dez paióis e sessenta depósitos de armamentos bélicos, que fizeram estremecer todo o subúrbio de Deodoro, no Rio de Janeiro, serviu de pretexto para mais terrorismo policial. “O estado de sítio foi praticamente proclamado”, disse Pedro Pomar na Câmara dos Deputados.

Lares foram violados, a *Folha do Povo*, de Pernambuco, foi suspensa e a sede da *Tribuna Popular* invadida. A organização Movimento de Ajuda à Imprensa Popular também foi varejada. Mais de trezentas pessoas foram submetidas a suplícios, segundo Pedro Pomar. “Este incêndio serviu até para arbitrariedades no estado do Amazonas”, disse, mostrando um telegrama que recebera relatando prisões de acusados de um plano nacional de sabotagem organizado pelos comunistas. Pedro Pomar denunciou também que setenta e três pessoas foram presas no Rio Grande do Sul, acusadas de “planos fantásticos de sabotagem, que a polícia diz ter descoberto”. Em Pernambuco, os redatores da *Folha do Povo* foram presos.

O país estava sendo varrido por uma onda de provocações e terrorismo policial, disse Pedro Pomar. Ele leu na tribuna da Câmara dos Deputados um telegrama dando conta de que em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, cidade que elegera para prefeito o

comunista Manoel Calheiros pelo PST e que era um entroncamento ferroviário de grande importância para o Nordeste — e por isso alvo do "grupo fascista" pró-americano —, a Câmara Municipal reunira-se em sessão solene para defender "a ordem e a autonomia do município". Dizia o texto que a cidade estava ao deus-dará com as ações de cangaceiros organizados pelo PSD local, com apoio da polícia, que desrespeitavam ordens baixadas pelo Executivo e ameaçavam a vida de funcionários. Em pleno feriado de comemoração do tri-centenário da Batalha dos Guararapes, a jagunçada do PSD, de peixeira em punho, arrancou o pavilhão nacional da fachada da prefeitura.

O incêndio de Deodoro, disse Pedro Pomar, era sabotagem do governo, como foi o caso de João Pessoa, que serviu de pretexto para a prisão violenta de Gregório Bezerra. "Desafiamos que o governo, num regime de plenas garantias democráticas, possa provar qualquer acusação dessas que a polícia e a imprensa vendida ao imperialismo fazem aos comunistas. Vale dizer que nenhum dos presos foi inquirido sobre a tragédia de Deodoro. Entretanto, nós demonstraríamos com facilidade quais os verdadeiros sabotadores e dilapidadores do bem público", afirmou.

Pedro Pomar encerrou o discurso dizendo que, como representante do povo, erguia mais uma vez seu protesto. A vida parlamentar dele e de Diógenes Arruda Câmara, com a cassação da bancada comunista, havia se reduzido praticamente às denúncias que faziam na tribuna. O ministro da Justiça, o gaúcho mui católico e jesuíta Adroaldo Mesquita Costa, segundo ironia de Pedro Pomar, era o mais denunciado. Em uma das sessões, ele disse que o ministro, aproveitando um passeio em sua terra natal em junho de 1948, para não perder a viagem baixou uma portaria, com base na Lei de Segurança Nacional do Estado Novo, suspendendo a *Tribuna Gaúcha*.

Se não fossem trágicos, os relatos de Pedro Pomar beiravam o humor involuntário. Segundo ele, o governador Valter Jobim poderia ser o cérebro das mãos do ministro da Justiça para implantar no estado o regime do "crê ou morre" e manifestar fidelidade ao anticomunismo "do nosso ditador", o presidente Dutra. Com a suspensão da *Tribuna Gaúcha*, a polícia não perdeu tempo e invadiu a redação e a oficina para prender jornalistas e gráficos. O diretor George Chaves enviou telegrama, lido por Pedro Pomar na tribuna da Câmara dos Deputados, relatando que fora "brutalmente agredido".

No mesmo discurso, Pedro Pomar denunciou prisões e sevícias sofridas por um ex-deputado estadual e líder sindical das minas de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, que seria o principal responsável pela cena mais brutal e fatal de sua vida. Seu nome: Jover Telles. Havia mais. Sindicalistas estavam sendo presos a rodo e a esposa de um líder camponês chamado Tadeu Lizowski, a professora Amélia Lizowski, fora assassinada a sangue frio em Erechim depois da invasão da sua residência por uma turba de bandidos. Das terras gaúchas, Pedro Pomar foi para o plano nacional para protestar contra um projeto que considerava feriado o dia 29 de outubro, data do golpe que tirou Getúlio Vargas da Presidência da República em 1945.

***

Uma das preocupações de Pedro Pomar era com a integridade física do grupo liderado por Salomão Malina, que resistiu à invasão da sede da *Tribuna Popular*, detido junto com jornalistas e gráficos. A situação dos presos se agravara desde as explosões de

Deodoro, quando o governo apertou a repressão aos comunistas. Pedro Pomar fazia visitas constantes aos presos políticos na Casa de Detenção e denunciava as condições degradantes em que se encontravam. “Presenciei a situação dessas pessoas, submetidas a uma situação pior do que as do Estado Novo”, disse. Tantas foram as denúncias que o diretor da penitenciária houve por bem proibir sua entrada, mesmo em dias de visitas regulares. “Há, pois, uma discriminação política contra um representante do povo. Em dia de visita comum, quando os demais cidadãos podem visitar os presos, um deputado federal não o pode fazer”, denunciou ele na tribuna da Câmara dos Deputados.

A ignomínia era o prenúncio de uma decisão que deixou Pedro Pomar ainda mais indignado. Pelas mãos de um juiz iníquo, chamado Pimentel de Oliveira, os presos foram condenados, no começo de junho de 1948, a prisões que somavam sessenta e cinco anos. As penas variavam entre dois anos e dois meses e sete anos e três meses. Salomão Malina estava entre os mais atingidos, condenado a seis anos e três meses. A sentença abrangia também Pedro Pomar; a ele cabia a “responsabilidade criminal” como “instigador e cabeça das ocorrências”.

A infame decisão baseava-se em dispositivos da Lei de Segurança Nacional, herança maldita do Estado Novo. “Nem os elementos que levantaram o 3º Regimento de Infantaria (na insurreição de 1935), nem durante o Estado Novo, pessoa alguma sofreu penalidades semelhantes”, discursou Pedro Pomar na tribuna da Câmara dos Deputados. Ele se estendeu longamente para fundamentar sua indignação. Às tantas, relatou que os presos passaram aproximadamente cinco meses nas mãos de um nazista, um oficial reformado do Exército. Houve denúncias de que ele deixava os presos nus, em celas úmidas e sem colchão, segundo Pedro Pomar.

Na tribuna da Câmara dos Deputados, ele explicou como surgiu a Lei de Segurança Nacional no Estado Novo e lembrou os arroubos dos fascistas no período de avanço da democracia, com destaque para o golpe de 29 de outubro de 1945. Mas foi a partir do início do governo Dutra que a reação pôde levantar a cabeça, passando a golpear, uma por uma, as conquistas democráticas.

A Assembleia Constituinte fez vigorar até setembro de 1946 a Carta de 1937; o direito de reunião passou a ser desrespeitado cada vez mais, desde a Chacina do Largo da Carioca; a liberdade de imprensa vinha sofrendo duros golpes e, desde que o Tribunal Federal de Recursos — o famigerado TRF, que confirmou a ignominiosa suspensão da *Tribuna Popular* —, obediente às ordens do ministro da Justiça, ressuscitou a Lei de Segurança do Estado Novo, essa liberdade deixara de existir na prática. A liberdade sindical foi suprimida com a dissolução da Confederação dos Trabalhadores do Brasil; o direito de associação fora anulado com o fechamento da União da Juventude Comunista e de outras associações juvenis e do Partido Comunista.

O direito de propriedade estava sendo desrespeitado pela polícia que assaltava e quebrava jornais, da mesma forma que a inviolabilidade do domicílio passara a ser letra morta. O direito de greve também fora suprimido na prática porque os grevistas não apenas eram presos e torturados pela polícia como sofriam condenações pela Justiça. E, por fim, a democracia representativa e a soberania do voto tornaram-se expressões vazias desde que o TSE afastara das câmaras municipais das quatro principais cidades paulistas as bancadas majoritárias comunistas e anulara a eleição do prefeito de Santo André, e desde que o parlamento nacional se automutilara cassando os mandatos dos

representantes comunistas no Congresso, nas assembleias estaduais e na Câmara do Distrito Federal.

Bem fundamentado, Pedro Pomar discorreu longamente sobre os motivos daquela escalada discricionária. "Ora, se estamos na órbita do colosso norte-americano, é claro que estamos, desgraçadamente, sob o domínio de uma órbita que se fascistiza, de um governo antidemocrático. Estamos, assim, sujeitos à implantação de uma ditadura pior que a do Estado Novo, sob a inspiração do imperialismo americano", discursou. "É sabido que o fascismo não foi um fenômeno especial do imperialismo alemão, que ele é tipicamente capitalista. O fascismo, segundo a clássica definição de Dimitrov e confirmada por Roosevelt, 'é a ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro". E mais adiante acentua: "O fascismo é o poder do próprio capital financeiro", completou.

Pedro Pomar explicou, com dados e fatos, que essa definição poderia ser aplicada ao regime norte-americano. Ele se dedicou ao estudo desse fenômeno e voltou a comentá-lo em artigo no jornal *A Classe Operária*, edição de 14 de agosto de 1948, intitulado "Nossa solidariedade aos povos oprimidos". Um movimento de ajuda e de solidariedade brasileira aos povos que viviam sob a opressão do fascismo e eram vítimas da política de intervenção do imperialismo americano fora criado, mas, segundo Pedro Pomar, ainda era bastante débil e não correspondia em nenhum dos aspectos — moral, político e financeiro — ao que dele se esperava.

Era uma debilidade que não se justificava, mas, analisando suas causas, ficavam evidentes os motivos de sua fraqueza, detalhou ele. Havia uma tendência a esquecer a missão internacionalista dos comunistas e a exagerar os problemas internos, desligando-os do seu caráter geral, afirmou. "O comunista, o verdadeiro patriota, aquele que vê os problemas de seu povo muito além dos mesquinhos e estreitos interesses de campanário nacional, deve saber colocar o particular sob a dependência do geral", escreveu. Pedro Pomar recordou a história de patriotismo consequente dos comunistas brasileiros, particularmente a de Luiz Carlos Prestes, enfatizando os traços do seu "internacionalismo proletário e revolucionário".

Segundo ele, o exemplo era a postura adotada no período da guerra patriótica contra o nazismo, quando o PCB soube subordinar aos interesses gerais da luta contra o imperialismo mais perigoso e agressivo, que era o alemão, àquilo que aparentemente seria mais útil no momento, a luta contra Vargas e o Estado Novo. Seria falso, escreveu Pedro Pomar, além de profundamente egoísta, revelador de estreiteza nacional, pretender que o povo brasileiro ficasse isolado, tratando de conquistar a democracia formal, internamente, quando a humanidade toda dependia da vitória sobre o nazi-fascismo.

***

No parlamento, Pedro Pomar enfrentava uma situação cada vez mais desoladora. A Câmara dos Deputados havia se transformado de fato em uma assembleia de servis, como disse Maurício Grabois em seu célebre discurso de despedida da bancada comunista. Uma assembleia que se dobrava servilmente aos imperativos e à vontade do grupo que se encontrava encastelado no Catete, levando o país para a catástrofe e para o

caos, nas palavras do ex-deputado comunista. Um parlamento que deixara de ser soberano, capaz de defender a democracia, de defender sua dignidade.

Naquele ambiente, Pedro Pomar tinha o poder de se elevar diante dos demais parlamentares sempre que pedia a palavra. Para enfrentá-lo, os adversários recorriam às mais torpes grosserias. Foi o caso do deputado Jurandir Pires (UDN-DF) que, para responder a um veemente protesto por violências policiais contra os comunistas, desrespeitando preceitos constitucionais básicos, apelou para o linguajar dos então conhecidos bandoleiros do sertão bravo — a Constituição seria como as virgens, que nasceram para ser violadas. Da tribuna, Pedro Pomar pegou a deixa para classificar os governistas como primários reprodutores das palavras do "grupo fascista" que estava no poder.

No encerramento do exercício de 1948, Pedro Pomar disse que o Congresso Nacional chegava ao fim do ano mutilado, atingido por golpes muito sérios na democracia. Os seus companheiros que no começo do ano foram arrancados de suas legítimas cadeiras estavam uns processados e outros presos. Apesar de ter em seu seio inúmeros patriotas, o Congresso Nacional não defendia a democracia porque sua composição social era antipopular. Pedro Pomar fez um apelo para que todos aqueles que ainda sentiam no coração uma parcela de amor ao povo e à pátria se unissem e impedissem mais golpes na democracia.

O PCB fazia uma reavaliação da sua política e uma autocrítica rigorosa, redirecionando a linha de atuação para os movimentos populares e acirrando os combates à política do presidente Dutra. O *Manifesto de Janeiro*, o documento que radiografou a situação do país e o cenário internacional pela ótica dos comunistas, procurava abrir os olhos da militância para, de "maneira concreta", "orientar e desencadear a agitação" com "lutas efetivas" que impressionassem e abalassem todo o país e que colocassem e jogassem "a maioria da população contra o governo".

As greves espocaram e, embora fossem de um modo geral de caráter econômico, repercutiram no desenvolvimento da situação política nacional. De fevereiro a dezembro de 1948, ocorreram quase duzentos movimentos grevistas, com a participação de duzentos e cinquenta mil trabalhadores. O PCB queria pôr em prática o direito de greve, violentamente negado pelo governo. O resultado foi o rompimento da política de congelamento de salários. No campo, o progresso do trabalho de massas também foi notável.

Outro grande movimento popular desencadeado pelo *Manifesto de Janeiro* foi a campanha "O petróleo é nosso", que assumiu cunho anti-imperialista, alcançando grande repercussão nacional e estendendo-se por todo o país. Oficiais do Exército, personalidades do mundo intelectual, industriais, líderes religiosos e dirigentes sindicais se organizaram em torno da campanha do PCB. Uma "Convenção Nacional em Defesa do Petróleo", realizada com a participação de duzentos e vinte e quatro delegados de dezenove estados, serviu de catalisador para espalhar o movimento, que se organizou em todas as capitais e nos municípios mais importantes, em bairros e empresas. Mais de cem câmaras municipais e cinco assembleias legislativas se manifestaram em defesa do petróleo.

A agitada vida política do país exigia cada vez mais energia dos comunistas, principalmente dos dirigentes. Pedro Pomar, sobrecarregado pela avalanche de tarefas, preocupado com a saúde do filho Joran e se desdobrando para dar cobertura aos perseguidos políticos com o mandato parlamentar, não se deu conta de que uma úlcera estava se desenvolvendo. Quando percebeu, caiu de cama. O tratamento prescrito, além dos medicamentos, era um retiro forçado de três semanas. Há males que vêm para mal, diagnosticou, com ironia. O momento não era dos mais propícios para se afastar do cotidiano do PCB. Mas aproveitou a situação para passear com os filhos, levá-los à praia, cuidar de Joran e de Catharina.

A pausa e os copos de leite recomendados pelo médico fizeram efeito e ele voltou aos afazeres com a mesma disposição de antes. Na Câmara dos Deputados, o tempo passava e o ramerrame era o mesmo de sempre. A maioria dos parlamentares não era nenhum exemplo de obediência à Constituição e às leis da instituição que representavam.

Jornais continuavam a ser empastelados pelo país afora. Comunistas eram presos ao menor pio, mesmo nos cafundós do Brasil. E tocava a Pedro Pomar correr para lá e para cá, a subir na tribuna para se pronunciar contra uma onda de calúnias e perseguições políticas de dimensões oceânicas. Seus inimigos tentavam acuá-lo, mas ele reagia com estudada altivez. A história mais uma vez estava sendo escrita a sangue de comunistas e cabia a ele e a Arruda, mais do que a ninguém do PCB, fazer a defesa política dos atingidos.

Capítulo 28

Câmara dos Deputados vira um alvoroço. Pedro Pomar contesta falsa versão para punição de sacerdote da Hungria.

1949

O clima na Câmara dos Deputados estava exaltado quando Pedro Pomar se dirigiu à tribuna com um exemplar do *Jornal do Comércio* nas mãos, no dia 8 de fevereiro de 1949. O assunto em debate era um requerimento que seria endereçado ao papa protestando contra a condenação do cardeal primaz da Hungria, József Mindszenty, preso por ter sido flagrado em atividades de espionagem para os Estados Unidos. Sob um festival de impropérios, ele começou a ler uma declaração de correspondentes estrangeiros que assistiram ao julgamento do sacerdote de Budapeste.

A Câmara dos Deputados virou um alvoroço. “Vossa excelência não há de querer fazer o julgamento do que está julgado”, gritou um. Mal abriu a boca, e outro grito ecoou: “Mais uma mentira!” Pedro Pomar tentou retomar o discurso: “Vejam vossas excelências que se trata de correspondentes estrangeiros, todos acreditados.” Mais gritos: “Depois de passar pela censura do grande mestre Stálin!” Outra pausa, mais uma tentativa de leitura e outras interrupções: “Mais uma ilusão! Mais uma heresia!”

O comunicado era subscrito pelos correspondentes da *Agence France Press*; do *Times*, de Londres; do *Action*, de Paris; da *International News Services*; de jornais da Basiléia e

de Estocolmo; do *Daily Telegraph*, de Londres; do *Peter Furst*; da *Reuters* "e assim por diante".

Pedro Pomar foi abrindo caminho entre a gritaria e leu:

Tendo em vista informações inverídicas escritas e irradiadas no exterior acerca da cobertura jornalística do julgamento do cardeal Mindszenty, os correspondentes estrangeiros abaixo assinados declaram considerar essas acusações ataques infundados à veracidade e negam categoricamente:

1 – Que esteja sendo feita censura de qualquer espécie sobre nossos despachos telegráficos e telefônicos;

2 – Que a tradução do julgamento húngaro para nossos idiomas é incorreta. Na verdade, a maior parte dos correspondentes ou fala o húngaro ou dispõe de intérpretes oficiais que são fornecidos, além daqueles serem culpados de qualquer espécie de deturpação;

3 – Que os únicos correspondentes que obtiveram vistos ou são admitidos na sala sejam comunistas ou simpatizantes do comunismo.

Com a última palavra ainda nos lábios, nova gritaria tomou conta do plenário. Impávido, Pedro Pomar retomou o discurso e leu, no mesmo "insuspeito" jornal, a declaração do cardeal no julgamento assumindo que cometera um erro político. Estava justificado seu voto contrário ao requerimento que pedia um protesto endereçado ao papa Pio XII. Um dos primeiros a se adiantar e tomar a palavra foi ninguém menos do que Barreto Pinto, um dos autores da patranha que resultou na cassação do registro do PCB. Pedro Pomar seguiu em frente, derrubando, um a um, os argumentos anticomunistas.

A missa não poderia ser contada pela metade. Muitos sacerdotes do Leste europeu não primavam pelo cumprimento dos mandamentos cristãos de fraternidade e justiça. Eram cúmplices, muitas vezes, das atrocidades nazistas e não se arrependeram dos seus notórios pecados. Pedro Pomar foi incisivo. Soubesse o Congresso Nacional que a prisão do cardeal nada tinha a ver com assuntos religiosos. Fora preso o político que estava à frente da Igreja Católica, não o sacerdote. Seria útil, disse, que os parlamentares se informassem para saber que o cardeal foi descoberto trocando cartas com o embaixador dos Estados Unidos, em um momento crítico da relação entre os dois países, relatando atividades políticas contra a República Democrática da Hungria.

Para Pedro Pomar, as forças da reação, no Brasil e no mundo, exploravam o sentimento religioso do povo com finalidade política. Era somente isso, enfatizou. "Se os sentimentos humanos, cristãos e democráticos deste Congresso realmente pretendem salvar a democracia na Hungria e protestar contra aquilo que se considera uma arbitrariedade e uma injustiça, eu lembraria os assassínios praticados na Grécia e na Espanha de Franco, crimes que se sucedem sem que as vozes cristãs e da reação aqui se levantem para condená-los", discursou. O assunto renderia uma nova rodada de debates, na qual Pedro Pomar mais uma vez enfrentou uma saraivada de acusações para registrar a opinião do PCB diante daquela oportunista manifestação anticomunista.

Outro sério embate ocorreu quando a Câmara dos Deputados decidiu proceder à repartição das vagas deixadas pela cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Os ânimos ficaram ainda mais acirrados porque Pedro Pomar aproveitou o ensejo para denunciar assassinatos de trabalhadores em greve na Bahia e em Minas Gerais — estados governados pelos udenistas Octávio Mangabeira e Milton Campos, respectivamente —, empastelamento de jornais e negociatas entre governadores e empresas privadas. Na Bahia, líderes sindicais foram presos e a massa, indignada, invadiu a delegacia. A polícia atirou, matando duas pessoas. Em Minas Gerais, além do assassinato de operários o governo permitiu o empastelamento dos jornais *Estado de Minas* e *Folha de Minas*.

Ao fazer o histórico dos acontecimentos, Pedro Pomar disse que todos os partidos, com exceção de poucos democratas, se atiraram de maneira indigna sobre aquilo que não lhe pertencia — as cadeiras tomadas da bancada comunista. Desde o PTB, dito de oposição e mais interessado do que qualquer outro nas vagas pecebistas, até a UDN, o partido da "eterna vigilância" que mal procurava salvar as aparências para fingir amor à Constituição. Os udenistas, segundo Pedro Pomar, marcharam vergonhosamente de sacola na mão atrás dos "senhores da ditadura", agiram como juristas do "acordo interpartidário" que repartiu as cadeiras que pertenciam ao PCB.

***

Meio mundo estava contra os comunistas. A lista de inimigos incluía até a embaixada dos Estados Unidos, que anunciara a proibição imposta a Cândido Portinari de participar de um congresso cultural e científico pela "paz mundial" naquele país. O evento, segundo Pedro Pomar, fora organizado por trezentas personalidades americanas, das mais destacadas nos Estados Unidos, e seria realizado na Universidade de Harvard. O congresso teria apoio de grandes artistas e escritores, como Aaron Copland, Max Webber, Howard Fast, Paul Robinson, Thomas Mann, além de reverendos e outras modalidades de intelectuais estadunidenses — todos desejosos de que o povo americano mantivesse relações pacíficas com os demais povos.

Para ele, era mais uma demonstração de que a submissão do Brasil à "pátria de Roosevelt" atingira um ponto vexatório e indigno. Na tribuna, denunciou que o fato era bastante comprometedor do nome do país. Um patrício, homem do povo, artista brilhante, um dos maiores pintores do mundo, merecia mais respeito. Era inadmissível que o governo dos Estados Unidos, por meio da sua embaixada, afrontasse a consciência patriótica brasileira. "Ora, o nosso patrício Cândido Portinari recebeu dos promotores do congresso convite especial, que muito honra o nosso povo e que distingue sobremodo o insigne brasileiro", discursou.

Pedro Pomar denunciou que o caso era mais uma pinimba do embaixador — possivelmente a serviço de alguma autoridade brasileira — do que qualquer outra coisa. Segundo ele, foram convidados também artistas e escritores de outras procedências, inclusive soviéticos. "Qual o motivo por que foi negado este visto? A aludida embaixada nem sequer se dignou de responder aos jornais desta capital, inclusive *O Globo*, vespertino notoriamente a serviço dos americanos", disse.

A situação era propícia para cutucar um tema que motivava a feroz campanha anticomunista: a democracia. "Entretanto, os porta-vozes americanos em nosso país e

até nesta casa, por intermédio da imprensa, vivem a proclamar as excelências da democracia americana, sonhando mesmo com o Brasil atrelado ao carro dos procuradores de guerra norte-americanos", discursou. Citou o "cúmulo da desfaçatez" do jornal *Correio da Manhã*, que prognosticara a morte das nações que insistissem em ficar fora da órbita do grande sol norte-americano.

Segundo Pedro Pomar, o jornal escrevera que desde a educação alimentar do recém-nascido até o cinema, as grandes indústrias, o crédito, a lavoura e a capacidade de pensar vinham dos Estados Unidos. "Esses senhores perderam a dignidade, já não têm mais sentimento nacional. Traem já, abertamente, nosso país. Venderam-no ao estrangeiro, aos grandes trustes ianques, e adotam essa teoria, verdadeiramente única, essa tese calabarista de que temos de aceitar a direção dos Estados Unidos, inclusive até na capacidade de pensar. Evidentemente, se formos por esse caminho — e estou certo de que nosso povo jamais o aceitará — teríamos realmente de linchar negros e adotar a discriminação racial e o antissemitismo", asseverou.

A indignação crescia à medida que o discurso avançava. As palavras do *Correio da Manhã* sobre a proibição imposta a Portinari, "o maior artista do nosso povo", eram provas de que o jornal advogava o ponto de vista americano. Em um editorial do mesmo dia do discurso, o *Correio da Manhã* disse que o congresso americano pela paz colocava um dilema: "Entre ficar com a União Soviética e o imperialismo americano, preferimos este último." Portinari deveria estar em uma masmorra, onde "não haja burgueses nem agitadores e gostaríamos de senti-lo acorrentado ao seu *atelier*", disse o editorial.

Para Pedro Pomar, a expressão *atelier* era uma forma de embair a opinião pública e não trair o desejo, o pensamento do articulista do editorial. Desejava ele, realmente, ver Portinari em uma prisão, onde não pudesse produzir arte alguma nem ter contato com o povo, ficando privado de criar obras que condenassem aquele estado de coisas. "Essa é a vontade do *Correio da Manhã* e dos norte-americanos, que fazem verdadeira 'cortina de ferro' para que homens como esse grande artista não possam levar ao povo americano a mensagem de fraternidade de nosso país", afirmou.

***

Naqueles dias, o presidente Eurico Gaspar Dutra viajara para os Estados Unidos acompanhado de uma "corte de banqueiros" e do ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa. Segundo Pedro Pomar, foram negociar tratados, entregar a pátria aos magnatas norte-americanos. "E para levar o senhor Canrobert Pereira da Costa mandam esses senhores uma fortaleza voadora. Ora, esta distinção entre brasileiros que os norte-americanos estão fazendo é grande lição para o nosso povo. Realmente, entre o senhor Canrobert Pereira da Costa e o maior artista de nossa terra — Cândido Portinari — há enorme diferença: um, vai a serviço da guerra, comprar mais armamentos velhos, recolher, em uma palavra, as diretivas tendentes a mais facilmente atrelar o nosso povo ao carro de guerra dos generais norte-americanos, dos políticos e banqueiros de Wall Street; o outro é um artista brasileiro, que não está a serviço da guerra, mas é um mensageiro das aspirações de paz e de progresso de nossa gente", disse.

Afiado, Pedro Pomar esmerou-se na crítica à distinção que o governo norte-americano fazia entre Dutra e Canrobert Pereira da Costa, de um lado, e Portinari, de outro. A

discriminação, disse, era uma honra para o artista, porque ela se estendia aos maiores sábios do mundo. "É o medo da cultura, aquele medo a que se referiu em artigo domingo no *Diário de Notícias* uma colunista reacionária norte-americana, Doroty Thompson, quando foi obrigada a confessar que, atualmente, os capitalistas norte-americanos receiam a cultura, querem fechar as universidades porque, dizem eles, são elas viveiros de comunistas. Assim, são obrigados a confessar que o regime norte-americano caminha para o fascismo, porque este é inimigo figadal da cultura. Esse regime não pode aceitar os homens mais cultos, abrir as portas do país às pessoas amantes da paz, não admite que o povo norte-americano saiba que os povos de todo orbe advogam uma paz justa, duradoura, através da convivência pacífica entre as nações", discursou.

Em contrapartida aos "porta-vozes ianques em nosso país", verdadeiros "caixeiros de Wall Street" e "traidores que perderam a dignidade nacional, como acontece com o *Correio da Manhã*", surgiu a voz de escritores, de "inteligências patrícias", como Aníbal Machado, dizendo o seguinte: "Uma decisão chocante, não só para o Brasil, como para a cultura universal. Fechando as suas portas a um artista da estatura de Portinari, dá a América do Norte uma demonstração inequívoca de que a sua democracia está periclitante."

Pedro Pomar citou também declarações de Edson Carneiro, "notável sociólogo e historiador patrício": "Não é ridículo que um país poderoso tenha medo de cidadãos pacíficos como Deão de Canterbury, Lombardo Toledano, Oscar Niemeyer, Paul Eluard? O Departamento de Estado está apavorado diante do fantasma que criou. Portinari seria nos Estados Unidos uma voz de paz, mais uma voz contra o Pacto do Atlântico, o Plano Marshall e outras medidas de preparação de nova guerra. A paz está se tornando um 'tabu' para os homens de Wall Street. Portinari honraria os Estados Unidos com a sua visita. E a recusa americana honra Portinari."

Citou ainda palavras de Pedro Nava: "Acho o cúmulo do absurdo o governo norte-americano impedir a entrada de Portinari nos Estados Unidos, quando é sabido ser ele um dos maiores brasileiros vivos."

E do contista e jornalista Dias da Costa: "Mais uma vez fica demonstrado que a 'cortina de ferro' está no hemisfério ocidental dominado pelo imperialismo ianque amedrontado ante as forças vivas que ameaçam extinguir a dominação do dólar."

O autor de *Canção do beco*, disse Pedro Pomar, prosseguiu: "Portinari é um dos maiores pintores do mundo e, como já acontecera com Oscar Niemeyer que no momento tem uma exposição de sua grande obra aberta no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, ao lado de Corbusier, vê-se proibido de visitar os Estados Unidos. Iria o nosso pintor abalar a solidez de Wall Street com a sua arte? Que respondam os 'democratas' de mister Truman."

Pedro Pomar informou que a Associação Brasileira de Escritores, seção do Distrito Federal, designara uma comissão para avistar-se com o embaixador norte-americano, a fim de solicitar a retirada do veto ao passaporte de Portinari. E leu o seguinte trecho de uma entrevista do pintor:

Acho que a atitude do Departamento de Estado, através da embaixada americana no Rio, não precisa de comentários. De passagem, porém, ocorrem-me alguns contrastes interessantes e bastante significativos. Como você sabe, estive no Uruguai como hóspede do governo. Estive também na França em idênticas condições, e lá me concedeu o governo a Legião de Honra. Agora... Bem, o Departamento de Estado acha que eu sou um homem perigoso.

Segundo Pedro Pomar, o engraçado em tudo aquilo, conforme disse Portinari "num largo sorriso", é que eles viviam falando em "cortina de ferro". "Em seguida, o grande pintor lembra que no tempo de Roosevelt ele foi convidado para decorar a Biblioteca do Congresso, e acrescenta:

Vejam agora a que ficou reduzida a boa-vizinhança de Roosevelt. O senhor Truman, há poucos dias, queixou-se de que se falava demais na palavra "democracia". Ora, não estou de adulo com o senhor Truman, principalmente depois da atitude do Departamento de Estado. Ao contrário, penso que em vez de "bom dia" a gente deveria dizer "democracia". Nunca é demais lembrar que existe uma coisa com esse nome, pelo menos em alguns países onde ela está sendo traída a cada instante."

Pedro Pomar também disse que Portinari mostrou sua indignação por meio de um telegrama de protesto dirigido ao ministro do Exterior, Raul Fernandes. "Representante do povo, democrata e patriota, protesto contra essa medida vexatória, convencido de que toda a nação e a consciência universal repudiam a política guerreira, de verdadeiro colonialismo, que vêm movendo os Estados Unidos contra o nosso país", finalizou.

Capítulo 29

Os comunistas não incendeiam quartéis, não utilizam atos terroristas para impor suas ideias.

1949

Lá vai o senhor ministro da Guerra num avião ianque! Lá vai sua excelência completar os planos e os preparativos de guerra! Lá vai o senhor Canrobert Pereira da Costa, depois de cometer todas essas perseguições contra os presos de Deodoro e contra Gregório Bezerra, conferenciar com os provocadores de guerra ianques!

Pedro Pomar usou essas palavras, na tribuna da Câmara dos Deputados, com a finalidade de denunciar o caráter perverso da gestão do ministro da Guerra. Ele anunciou que estava ali, mais uma vez, a fim de lembrar que ia para mais de um ano que Canrobert Pereira da Costa havia feito declarações à imprensa acusando os comunistas como responsáveis pelo acidente verificado na Vila de Deodoro. Pedro Pomar havia formulado requerimento de informações às autoridades militares no sentido de esclarecerem vários pontos ainda obscuros e até aquele momento os responsáveis pelo inquérito não se tinham dignado a elucidar para a opinião pública as causas reais da explosão.

Pedro Pomar lembrou que ocupara aquela tribuna várias vezes para criticar o ministro da Guerra porque suas declarações irresponsáveis levaram mais de trezentas pessoas ao cárcere. Eram vítimas do ódio aos comunistas, alimentado por elementos pretensamente democráticos que cumpriam o papel de porta-vozes dos Estados Unidos. A indignação de Pedro Pomar aumentara porque Canrobert Pereira da Costa pediu um crédito destinado a cobrir despesas com a ocorrência. Segundo ele, sua presença na tribuna era também para reclamar amparo às vítimas da explosão de Deodoro, viúvas e parentes dos que foram sacrificados pelo desmazelo que reinava em muitos departamentos do Ministério da Guerra.

Mas o assunto principal que trataria seria a atitude do ministro de mandar prender Gregório Bezerra. Os comunistas não incendeiam quartéis, não utilizam atos terroristas para impor suas ideias, disse. O que acontecera com Gregório Bezerra fora uma dessas tramas vergonhosas, empregadas quase diariamente pelo governo com o objetivo de incompatibilizar os comunistas com o povo brasileiro. A firmeza dos comunistas, no entanto, sempre fazia a verdade aparecer. "Pode a onda de terror ser duradoura ou não, pode a onda de terror tentar espalhar-se pelo país e intimidar os vacilantes. Mas os comunistas, como verdadeiros patriotas, sabem reagir, sabem resistir e desmascarar esse processo de que se utiliza a reação, no caso o Ministério da Guerra. Está aqui a verdade, porque ela não pode ser abafada", discursou.

Pedro Pomar estava falando da decisão do Conselho Militar, que reconheceu por unanimidade a inocência de Gregório Bezerra. "Está ele em liberdade, depois de um ano e três meses na prisão, determinada pelo senhor ministro da Guerra, depois que generais do Exército, como o general Castelo Branco, como o general (Adriano) Mazza, passaram, ferozmente, a perseguir esses patriotas e a dizer, pela imprensa, que os comunistas haviam incendiado o quartel do 15º Regimento de Infantaria", informou.

No dia anterior, o promotor de justiça militar pedira a impronúncia de Gregório Bezerra por absoluta falta de provas. Em um longo julgamento, o Conselho de Justiça da Auditoria da 7ª Região Militar, às duas horas da madrugada daquele mesmo dia do discurso, pronunciou a decisão — segundo Pedro Pomar "diante de uma assistência numerosíssima". Ele anunciou a peça em que o promotor Eraldo Gueiros, da Auditoria Militar, pediu a impronúncia para que a Câmara dos Deputados tomasse conhecimento do escândalo, da farsa vergonhosa montada pelo senhor Canrobert Pereira da Costa.

Pedro Pomar leu o documento, um cartapácio que narrou em detalhes a trama protagonizada por indivíduos alcoólatras e dados a fanfarronices, instrumentalizados pelos interesses anticomunistas. No final, disse que a Justiça, apesar de tudo, diante da verdade e dos protestos da opinião pública, diante da firmeza de Gregório Bezerra no tribunal ao enfrentar seus julgadores, mesmo pressionada pelo governo se curvou aos fatos e às provas irrefutáveis apresentadas pelo acusado. "Diante do movimento de solidariedade que se ergueu em torno desse patriota, a Justiça foi obrigada a pronunciar-se contra a condenação de Gregório Bezerra e a absolvê-lo", disse.

Ele não mediu as palavras para condenar aquela infâmia. Não se enganassem aqueles que cometeram crimes, pensando que ficariam impunes. Gregório Bezerra estava de volta ao seio de sua família e do povo, engrossando o movimento democrático crescente no país, a favor da paz e de um governo realmente representativo, a favor de um regime verdadeiramente democrático e popular. Parabenizou os patriotas, o movimento

democrático, o proletariado, o povo pernambucano, os amigos e companheiros de Gregório Bezerra. “O nosso povo está tomando nota e pesará esses fatos, a fim de que os culpados não fiquem no olvido e os senhores que perpetraram tais atos contra pacíficos cidadãos continuem flanando e julgando que o povo não lhes fará justiça”, afirmou.

***

Apesar da forte oposição que enfrentava, aos poucos, mais do que parlamentar, Pedro Pomar virara uma referência na Câmara dos Deputados. Ficara conhecido como parlamentar que entendia as matérias e os assuntos debatidos como nenhum outro. A dedicação aos estudos das questões que passavam pelo Congresso Nacional, principalmente no escritório da “fração parlamentar”, fazia dele e de Arruda figuras marcantes. Para eles, era mandatório que estivessem preparados porque enfrentavam uma batalha pesada. O conjunto de três salas da “fração parlamentar”, na Avenida Rio Branco, também servia de local para o trabalho “legal” do PCB. Com uma infra-estrutura razoável, que incluía dois militantes-funcionários, ali era atualizada a linha de atuação dos dois deputados comunistas.

Pedro Pomar preferia estudar na “fração parlamentar”, onde havia mais comodidade. Em casa, no pequeno apartamento do Leblon, era obrigado a trabalhar na mesa da sala. Era melhor, então, ficar até tarde no conjunto da Avenida Rio Branco. Arruda estava sempre ao seu lado, também envolvido no estudo das questões gerais do PCB. Na hora dos embates, estavam afiados para falar de liberdade de imprensa, direitos dos trabalhadores, direitos das mulheres, Amazônia, União Soviética, orçamentos, conjunturas e o que mais viesse pela frente. Ao mesmo tempo, davam conta de participar das reuniões da direção do Partido. A caminho de uma delas, sofreram um grave acidente.

Eles viajavam de São Paulo para Santos quando, nas proximidades da “estaca zero”, na Via Anchieta, o carro da Assembleia Legislativa dirigido por Jacob Gorender bateu de frente com um veículo ocupado por passageiros alcoolizados. Em uma ultrapassagem irregular, o carro que trafegava de Santos para São Paulo por muito pouco também não atingiu um Fusca que seguia o veículo em que estava Pedro Pomar — segundo a polícia, também ocupado por gente ligada ao PCB. Seis pessoas ficaram feridas, sendo duas, Pedro Pomar e Jacob Gorender, com gravidade.

Estavam no banco traseiro do carro Diógenes Arruda Câmara, Mário Schenberg e Milton Caires de Brito. O registro policial dá conta de que Gregório Bezerra possivelmente estivesse no Fusca. Passava pelo local uma viatura do Corpo de Bombeiros, que prestou os primeiros socorros às vítimas. Um revólver caído na pista motivou uma acirrada discussão entre Arruda e um sargento do Corpo de Bombeiros.

O dirigente comunista impediu que a arma fosse encaminhada à polícia. Sequer permitiu que o caso fosse registrado, dizendo que entre eles estavam dois médicos. O relatório policial aponta que todos no carro estavam armados. No final das contas, os feridos foram conduzidos por uma jardineira a São Paulo e Arruda recorreu aos motoristas que ali passavam para que levassem os que ficaram ilesos. Tão logo todos foram encaminhados, o Fusca se afastou do local, sem se que os ocupantes se

identificassem ao sargento. O registro policial diz que Prestes teria estado em São Paulo e possivelmente fosse um dos ocupantes do Fusca.

Pedro Pomar viajava sempre ao estado que o elegeu. Em abril de 1946, o Dops relatou que uma greve na Estrada de Ferro Sorocabana contou com o envolvimento dos "conhecidos agitadores comunistas" Pedro Pomar e Roberto Morena. Em Santos, cidade portuária do litoral paulista, o PCB estava fortemente estruturado.

Segundo Pedro Pomar, Dutra prometeu fazer uma visita à cidade no começo de 1949 e logo em seguida abandonou a ideia porque havia um ambiente de hostilidade ao presidente. Dutra era *persona non grata* em Santos porque o ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo, movia feroz perseguição aos trabalhadores locais, que se organizavam e lutavam pelos seus direitos. Com a eleição de Adhemar de Barros, a situação piorou.

Para conseguir prestígio junto ao presidente da República, o governador armou-se de poderes e investiu de maneira a mais desabrida, violenta e arbitrária, contra os habitantes da cidade, segundo Pedro Pomar. "O general Eurico Dutra e o senhor Adhemar de Barros, sabendo que não contam com apoio popular em Santos, concordaram em executar um plano de humilhação aos habitantes daquela cidade. Hoje, ali se vive num ambiente de verdadeiro estado de sítio, de vez que o perímetro urbano está ocupado pelas forças do Exército", afirmou ele. Por ser intérprete dos anseios da população de São Paulo, disse Pedro Pomar, estava na tribuna se solidarizando com as vítimas das arbitrariedades e protestando contra o clima de violência reinante no estado.

Ele voltaria ao assunto quando, em abril de 1949, o escritório de Arruda em São Paulo, que funcionava havia dois anos, fora invadido pela polícia, que retirou máquinas de escrever, arquivos e papéis em geral, além de prender funcionários e interditar o local. No mesmo discurso, Pedro Pomar denunciou "a verdadeira chacina" feita pela polícia política contra um congresso que se pretendia realizar na sede da União Nacional dos Estudantes. Segundo ele, não foi possível realizar o evento porque a polícia, momentos antes, interveiera a balas, cassetetes e coronhadas.

Segundo Pedro Pomar, o governo Dutra entrara em uma fase de ações abertamente fascistas. Os governistas na Câmara dos Deputados defenderam com ênfase um indulto a Margarida Hirschmann, que transmitiu, na Itália, durante a guerra dos "pracinhas" da FEB contra o nazi-fascismo, propaganda quinta-colunista. Pedro Pomar protestou veementemente contra a defesa da acusada feita pelo líder do PSD, Nereu Ramos, afirmando que o governo estava soltando todos os traidores da pátria. Enquanto isso, Salomão Malina, um herói brasileiro na campanha contra o nazismo, estava metido na cadeia por continuar defendendo, em sua pátria, as liberdades pelas quais os "pracinhas" se bateram no *front*.

Em aparte, o deputado Flores da Cunha (UDN-RS) disse que Margarida era apenas uma vítima da "ferocidade da guerra" e que estaria disposto a ser o primeiro signatário da comutação da pena de Salomão Malina em quem reconhecia um dos maiores heróis da Segunda Guerra Mundial. Pedro Pomar complementou dizendo que uma moção de autoria da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil protestava, por unanimidade, contra a liberdade da ex-locutora nazista. Outra ação do governo que indignou os comunistas foi um decreto cassando a patente de oficial de Salomão Malina, em

resposta a um Projeto de Lei para a sua anistia — que seria aprovado somente após a saída de Dutra da Presidência da República.

Até o governador de Minas Gerais, o udenista Milton Campos, que também fora apoiado pelos comunistas, tomou o caminho do autoritarismo. Ele proibiu a realização do Congresso Estadual de Luta pela Paz, segundo Pedro Pomar obedecendo aos "imperialistas ianques". O evento seria a etapa local do Congresso Nacional de Luta pela Paz, convocado, entre outros, por Caio Prado Júnior, Cândido Portinari, Jorge Amado, Érico Veríssimo, Evandro Lins e Silva, Sérgio Buarque de Holanda e Oscar Niemeyer, segundo Pedro Pomar. No Rio Grande do Sul, a polícia política também não permitiu a realização do Congresso estadual.

Os temores dos comunistas de que a guerra contra eles se agravaria não eram infundados. No Brasil, o PCB sentia os efeitos da psicose atômica do regime norte-americano e de suas ameaças militares. A guerra também se tornara um negócio lucrativo. Durante os anos da Primeira Guerra Mundial, estima-se que os monopólios americanos obtiveram um lucro líquido de US$ 38 bilhões. Na Segunda Guerra Mundial, o lucro líquido foi de US$ 53 bilhões. Mas o determinante, pelo qual os comunistas do Brasil também pagavam o preço, eram os êxitos socialistas em âmbito mundial.

A União Soviética saíra da guerra ainda mais poderosa. Uma série de países da Europa — Alemanha Oriental, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e Albânia — deixou a órbita das potências capitalistas. Mais de setenta milhões de almas se libertaram do capitalismo, construíram a democracia popular e estavam abrindo as portas para o caminho socialista. Na China, 475 milhões de pessoas passaram para o campo socialista com a proclamação, em setembro de 1949, do país como República Popular. Tudo isso abanava as organizações democráticas e populares no mundo, como era o caso do PCB.

***

Com essa responsabilidade e uma mensagem de Prestes na bagagem, Pedro Pomar viajou para o México, chefiando uma delegação brasileira, onde participaria do "Congresso Continental Americano pela Paz", que começaria em 5 de setembro de 1949. O evento seria realizado logo após a ratificação da chamada "Aliança Atlântica", mais conhecida como Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 4 de abril daquele ano, braço armado dos Estados Unidos e de seus aliados na nascente Guerra Fria. No Brasil, acabara de surgir a Escola Superior de Guerra (ESG), fortemente influenciada pela doutrina norte-americana, subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa).

Depois de lida a mensagem de Prestes, Pedro Pomar discursou no dia 7, lembrando, já no início, que era uma feliz e rara circunstância poder falar no dia da festa nacional brasileira pelos cento e vinte e sete anos da Independência. Ele fez um implacável diagnóstico da situação do país, que lhe renderia uma feroz campanha de calúnias movida pelos anticomunistas. "Nesse largo tempo de sua vida, nosso povo não tem cessado de lutar pela sua real independência, luta hoje orientada fundamentalmente contra o jugo imperialista, em que caiu desde fins do século passado", afirmou. Segundo ele, o Brasil também estava na encruzilhada da guerra e da paz.

Informou que havia no Brasil, um país territorialmente muito grande, cinquenta milhões de seres humanos de diversas raças, um povo inteligente e laborioso, mas que vivia em uma miséria espantosa, a despeito das imensas riquezas naturais e dos recursos que a terra oferecia. E ainda que, segundo a Standard Oil, o Brasil contava com seis por cento das reservas mundiais de petróleo sem exploração. Havia também montanhas de ferro esplêndido à flor da terra em bilhões de toneladas, das quais eram forjadas apenas trezentos e cinquenta mil em um alto-forno "ameaçado pelos apetites dos trustes mundiais do aço", níquel, urânio, areias monazíticas, quedas d'água e borracha.

O país, afirmou, possuía todos os materiais essenciais para a construção de enorme parque industrial, mas não fabricava máquinas e dependia do mercado e dos monopólios dos Estados Unidos, que propagavam e esperavam convencer os brasileiros, por intermédio dos seus agentes, que seu destino era a agricultura. Mas a agricultura era arcaica, com um volume físico cada vez mais reduzido em relação ao aumento da população; o rendimento do hectare plantado, cada vez mais baixo. Nada poderia dar uma verdadeira ideia das condições de vida dos camponeses, massa faminta e sem terra, vegetando nas grandes fazendas, onde predominavam a servidão e o semi-escravagismo.

Havia no país — informou — um milhão e oitocentas mil propriedades rurais para uma população ativa de mais de nove milhões que, com suas famílias, não sabiam onde cair mortos. Esse quadro teria um fundo mais dramático se fossem contados os cerca de setenta por cento da população de analfabetos, vítimas da mistificação de campanhas de alfabetização, inclusive do famoso Seminário Pan-Americano de Alfabetização, iniciativa de uma seção da Unesco.

Inflação, emissões de papel moeda, desvalorização do poder aquisitivo do dinheiro, orçamentos deficitários, dívidas aos banqueiros estrangeiros cada vez mais exigentes, balança comercial e de pagamentos desequilibradas por causa da remessa de lucros das empresas às matrizes de Nova Iorque e de Londres retratavam o trágico panorama financeiro do país. "Isso, porém, infelizmente, não é tudo", ressalvou. A situação das massas trabalhadoras piorava dia a dia. "A prova de que não progredimos está no aprofundamento da contradição entre o atraso de nossa infraestrutura e o avanço das forças produtivas do mundo inteiro", asseverou.

Segundo Pedro Pomar, uma ínfima minoria de latifundiários e "grandes capitalistas" explorava e acumulava o trabalho do povo, condenando-o à miséria, à ignorância, ao desemprego e ao paulatino aniquilamento físico. O país ostentava um dos povos mais subalimentados do mundo e dos que menos produziam. O custo de vida, nos últimos dez anos, subira cerca de seiscentos por cento, ao passo que os salários nem chegaram ao triplo dos de 1939", afirmou.

Pedro Pomar relatou que a ostensiva presença imperialista no país era uma das causas da fraqueza da organização do movimento patriótico. Mas o descontentamento popular, a indignação e as lutas do povo eram cada vez maiores, transformando-se em fator político de primeira grandeza. "No coração dos patriotas arde o ódio aos opressores e em suas consciências desenvolve-se a ideia da resistência unida contra esse intolerável estado de coisas", disse. "Fazem greves importantes os operários por aumento de salário e liberdade; as massas da cidade e do campo realizam lutas cada dia mais vigorosas, em

defesa das riquezas nacionais como o petróleo; pronunciam-se os intelectuais pela paz, e até os marinheiros vêm à rua exigindo melhores condições de vida", informou.

O pronunciamento também passou pelo cenário internacional, que influenciava diretamente a mediação política no Brasil. Para Pedro Pomar, as classes dominantes alimentavam o sonho de massacrar a resistência do povo e reviviam, com os trustes americanos, o sonho louco de esmagar o movimento operário, democrático e socialista no mundo, o sonho dos nazistas, perdendo todo o sentimento de dignidade nacional e traindo os interesses mais sagrados do povo.

Denunciou o "Pacto do Rio de Janeiro", pelo qual governos locais se comprometiam a "defender" os Estados Unidos se estes julgassem que tivessem sido agredidos em qualquer ponto de suas quatrocentas e tantas bases espalhadas pelo Globo. Era o "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca", celebrado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro entre diversos países americanos. O princípio central desse acordo dizia que um ataque contra um dos membros seria considerado como um ataque contra todos, com base na chamada "doutrina da defesa hemisférica". O "Pacto do Rio de Janeiro" entrou em vigor em 3 de dezembro de 1948. O Brasil era o país depositário original do tratado, enquanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) respondia pela administração do acordo.

Falou ainda da pretensão do "Pacto do Atlântico Sul", segundo Pedro Pomar uma garantia para solicitação de intervenção armada norte-americana em caso de sublevação popular. "Não sei se nos países irmãos do Continente as classes dirigentes já trocaram a roupa nacional pelo fardamento ianque, como fizeram as classes dominantes brasileiras", ironizou. "Mas deveis saber que há uma histeria belicosa dos governantes, da imprensa venal e do clero reacionário. Pretendendo sair de suas dificuldades atuais, e incapazes de resolver qualquer problema básico de nossa pátria, agarram-se elas, as classes dirigentes, aos aventureiros militares de Washington, como única salvação. Nem se apercebem do exemplo da China", destacou.

Pedro Pomar também apresentou dados da mensagem do ano de 1949 do presidente da República, que revelava o crescimento das despesas militares desde 1945, sem falar nos créditos especiais e suplementares. "Já devemos mais de US$ 350 milhões de material sobrante e velho do arsenal de guerra ianque. Dutra tem, ademais, um largo programa de armamentos, para cuja realização aguarda a concretização da cooperação militar inter-americana, ou seja, o Comitê de Padronização de armamentos previstos no Plano Truman", denunciou.

Outro assunto que mereceu destaque foi a criação da Escola Superior de Guerra, "sob a inspiração ianque" e comandada pelo general Cordeiro de Farias, um defensor da tese de que o Brasil deveria marchar ao lado dos Estados Unidos em caso de guerra. Mas a luta patriótica brasileira fundamentava-se em uma tradição pacífica antiga e nobre, traduzida nas três Constituições brasileiras dos últimos cinquenta anos, segundo Pedro Pomar. "Tomamos parte na grande guerra dos povos contra o fascismo porque se tratava de uma guerra justa e libertadora. Cumprimos nosso dever internacionalista e patriótico e, como resultado da vitória comum, as forças democráticas saíram fortalecidas internamente e obtiveram algumas conquistas, hoje quase todas suprimidas", disse.

Pedro Pomar sustentou que o movimento brasileiro pela paz ganhava amplitude e profundidade. Em três congressos regionais, que reuniram delegados de todo o país para tirar as resoluções que seriam enviadas pelos representantes brasileiros ao congresso continental do México, houve manifestações de caráter popular e de massas que mostraram a face dos verdadeiros inimigos da paz e causaram repercussão nacional e mundial, afirmou. "A ditadura Dutra procura, através da mais furiosa repressão, impedir a luta pela paz. Nossa delegação foi praticamente impedida de viajar; considera a palavra paz subversiva e manda sua polícia metralhar qualquer demonstração a seu favor", denunciou.

***

No México, Pedro Pomar se guiou pela atividade dos comunistas baseada na tarefa central estabelecida no estudo de Luiz Carlos Prestes, o *Manifesto de Janeiro*, que apontava a organização de uma ampla frente nacional pela paz. Todas as frentes de trabalho deveriam estar subordinadas à luta contra a guerra imperialista, ligadas às reivindicações imediatas, políticas e econômicas. A criação da Escola Superior de Guerra, resultado da política de guerra do presidente Dutra e decorrência lógica da linha de atuação do governo que conduzia à aproximação dos Estados Unidos — conforme disse Pedro Pomar na tribuna da Câmara dos Deputados em 14 de julho de 1949 — comprovava essa diretiva.

O encontro da política guerreira com a luta pela paz levou a um clima de guerra aberta aos comunistas, comandada pela mídia e pela direita. Ao passo que o PCB atuava com as bandeiras da soberania nacional, a campanha anticomunista fabricava hipóteses. Uma delas surgiu do discurso de Pedro Pomar no México, que foi acompanhado letra a letra. Mal disse o que tinha a dizer e os jornais correram para propagar versões que se encaixavam como luvas no figurino anticomunista. "Repudiou a pátria!", berrou a manchete do jornal *O Globo* em 11 de setembro de 1949. "O ministro da Justiça, em declaração ao *O Globo*, anatemiza a conduta do deputado Pedro Pomar", dizia a linha fina, o subtítulo do jornal. E emendava: "Primeiras *demarches* em torno da possível cassação do parlamentar vermelho." Outros jornais — principalmente os da cadeia de Assis Chateaubriand — seguiram a batuta d'*O Globo*.

Segundo disse Amazonas em artigo na revista *Problemas* de agosto-setembro de 1949, a reação virulenta dos serviçais do imperialismo na América Latina refletia a derrota do Departamento de Estado norte-americano que tentou impedir a realização do Congresso. Ao mesmo tempo, afirmou, o encontro no México foi uma grande vitória dos partidários da paz, o que não podia deixar de repercutir na situação política mundial. Para esconder sua derrota, mordendo-se de despeito e ódio, os imperialistas procuravam, com suas agências telegráficas e a mídia "por eles estipendiada", nas palavras de Amazonas, fazer silêncio em torno "do grande conclave".

A derrota dos que tentaram impedir a presença do Brasil no Congresso resultou na onda de provocações a Pedro Pomar. O objetivo, disse Amazonas, era criar as condições para, sob a calúnia de que os comunistas haviam injuriado o Brasil para defender a Rússia, abafar a repercussão interna dos êxitos do Congresso e conseguir novas leis fascistas que tramitavam na Câmara dos Deputados contra o povo brasileiro.

E a imprensa vendida a Wall Street, continuou Amazonas, abrira manchetes pedindo a cassação de Pedro Pomar, voz incômoda aos seus interesses. "Os integralistas de *A Noite* foram mais longe e pediram que o 'povo' fosse linchá-lo à sua chegada nesta capital. Um tal senhor Nobre Filho, suplente do negocista Hugo Borghi e pertencente a um partido (o PTN) que só existe nos registros eleitorais, apressou-se a pedir na Câmara a imediata cassação do seu mandato. E o senhor Trompowsky (Armando Figueira Trompowsky de Almeida), ministro da Aeronáutica, declarou à imprensa, assim como quem tem telhado de vidro, que 'esse deputado não pode continuar no parlamento'", escreveu Amazonas.

Por ordem do ministro da Justiça, a divisão da Polícia Política e Social apreendeu as edições de 13 e 14 de setembro de 1949 do jornal do PCB, *Voz Operária*, que estava substituindo *A Classe Operária*, suspensa por seis meses. Segundo o ministro, o jornal estava fazendo "propaganda subversiva" e "endossando as declarações feitas contra o Brasil e as classes armadas pelo deputado comunista Pedro Pomar, no México".

O jornal *O Globo* entrou de cabeça no submundo que imperava na Câmara dos Deputados, onde uma comissão de inquérito foi proposta e suscitou intensos debates. Na matéria que comentou o discurso de Pedro Pomar no México, *O Globo* disse que a atitude do parlamentar, "injuriando a nossa pátria, causou indignação no Congresso". "Há um movimento no sentido de cassação do mandato do parlamentar comunista", declarou. Poucos dias depois, em 15 de setembro de 1949, *O Globo* voltaria ao assunto, sentenciando-o a um desagravo como pena imposta pela "indignação" que "perdura em todo o país". "Desagravo que se impõe!", dizia a manchete principal. A "afrontosa conduta do comunista Pedro Pomar, que insultou o Brasil, suas instituições e especialmente suas classes armadas perante uma assembleia tipicamente bolchevista na capital mexicana" não poderia ficar impune.

Os ministros da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, e da Aeronáutica, Armando Figueira Trompowsky de Almeida, foram convocados pelo jornal para opinar sobre o assunto. O primeiro disse que cabia "aos poderes competentes" a "tarefa" de processar Pedro Pomar. O segundo apoiou a campanha d'*O Globo* pelo desagravo. "A circunstância que ocorreu de tais declarações terem sido feitas em terra estranha faz avultar a afronta nos feita e justifica o clamor de toda a nação pelo desagravo que se impõe", disse.

Pedro Pomar mostrava-se pouco surpreso com o tom do jornal. O próprio *O Globo* publicou em 20 de setembro que ele achava "interessante" a cassação do seu mandato, segundo declaração emitida quando desembarcava em Belém. "No meu discurso não me referi às Forças Armadas e sim às classes dominantes do país. Repeti no México o que digo na Câmara", disse aos jornalistas. Sobre a cassação do mandato, foi taxativo: "É o que desejam. Seria até interessante que tal acontecesse."

Não adiantou Pedro Pomar dizer que não havia cometido nenhuma infração. O jornal recrudesceu a campanha pela sua punição, publicando no dia 21 que o PCB havia divulgado uma versão falsa do discurso. "O verdadeiro texto do discurso do senhor Pedro Pomar", anunciou *O Globo*. "Chegou ao Rio na manhã de hoje o deputado Pedro Pomar que tomou parte no Congresso da Paz, realizado no México, onde emitiu discursos ofensivos ao Brasil. Fomos informados que o embaixador do Brasil no México, senhor Camilo de Oliveira, mandou ao Itamaraty o verdadeiro discurso

pronunciado pelo senhor Pedro Pomar e que o texto não corresponde, na realidade, ao que foi divulgado pelos comunistas no Rio", disse o jornal, sem se dar ao trabalho de publicar os textos anunciados.

Era, na verdade, fogo de palha. *O Globo* tentou começar uma fogueira anticomunista na Câmara dos Deputados, mas calou-se diante da firmeza das respostas de Pedro Pomar. Ele já havia passado por prova semelhante, quando criticara, na tribuna da Câmara dos Deputados, a criação da Escola Superior de Guerra. Na ocasião, uma trupe anticomunista cercou seu discurso com insultos que raiaram o absurdo. Despejaram impropérios contra a União Soviética, acusando os comunistas de terem entregado, com o "Pacto Molotov-Ribbentrop", inocentes à doce misericórdia de Adolf Hitler.

Pedro Pomar dominava bem o tema e enfrentou os apartes com maestria. A revelação de minúcias sobre o "Pacto de Munique", celebrado pelas potências ocidentais com o objetivo de isolar a pátria do socialismo e que resultou no "Pacto Molotov-Ribbentrop", foi acompanhada de detalhes da política soviética de busca incessante pela paz. Criticou, com dados e fatos, as intenções dos militares que estavam criando a Escola Superior de Guerra e rechaçou, um a um, os argumentos de que o Brasil precisava de uma política de guerra.

***

A viagem ao México também serviu para Pedro Pomar realizar um grande sonho — o reencontro com o pai. Ele contou aos de casa que estivera com Felipe Cossio, que se hospedou no mesmo hotel em que estava. As andanças do pai pelo mundo mostraram que seu espírito aventureiro continuava o mesmo. Quando deixou Rosa e os filhos, em 1921, foi para o Peru preparar a tese de doutorado. Pintou murais — a pedido do presidente, Augusto Bernardino Leguía y Salcedo, um revolucionário de Arequipa —, no Palácio de Torre Tagle, em Lima; fora para Florença, Itália, onde pintara um retrato do escritor Giovanni Papini; retornou aos Estados Unidos em 1924 para assumir o posto de cônsul honorário do Peru; expôs em Paris, onde adquiriu obras do pintor Paul Gauguin para estudá-las; e foi para o México.

E assim, de andança em andança, passou todo aquele tempo em Cuba, Estados Unidos, França e Espanha. Sempre ligado às artes, dirigiu, em Paris, a Sociedade de Artistas Católicos e estabeleceu uma sociedade com amigos da Universidade da Pensilvânia para fundar a Escola de Belas Artes em San Miguel de Allende, no México, por onde passaram personalidades do porte de Pablo Neruda e Gabriela Mistral. Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, Felipe Cossio foi para a Argentina, passou pelo Peru e retornou ao México.

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial reforçou a tendência à democracia no Peru e nas eleições de 1945 foi eleito, com grande votação, Luis Bustamante y Rivero, um jurista de renome internacional — fora presidente do Tribunal Internacional de Justiça, em Haia —, aliado do Apra (partido da Aliança Popular Revolucionária Americana), que convidou Felipe Cossio para assumir a Secretaria Nacional de Cultura. Foi também nomeado catedrático titular de História da Arte do Peru da Universidade San Marcos e vice-decano da Faculdade de Filosofia e Letras. Mas as contradições políticas do país logo o levariam a ser expulso — em 1948 ele se instalou na Cidade do México.

Quando Pedro Pomar chegou à cidade, em setembro de 1949, não foi difícil localizá-lo. Impressionou-se com a semelhança física e demorou para definir o tipo de sentimento que nutria pelo pai. Recordou as lições que aprendera no colo de Felipe Cossio, uma das influências que o fizera sonhar com os olhos abertos — como disse Thomas Edward Lawrence, também conhecido como Lawrence da Arábia. Econômico nas palavras sobre esse assunto, revelou pouca coisa além do que considerava essencial. Estava mais preocupado com a repercussão que o "Congresso Continental Americano pela Paz" teria em âmbito mundial e com a dura luta que o PCB travava contra a ofensiva da direita.

Outra atividade da delegação no México foi uma visita ao túmulo de dona Leocádia, a mãe de Prestes, para prestar uma calorosa homenagem à sua memória. Além dos quinze delegados brasileiros, participaram da romaria representantes de todas as delegações continentais. Junto ao túmulo da "madre heroica" foram depositadas várias coroas de flores enviadas por diversas delegações. Pedro Pomar fez um discurso rememorando a luta de dona Leocádia.

Capítulo 30

Sicários de Eurico Dutra tentam acertar Pedro Pomar. Acertam uma jovem de 23 anos, grávida de dois ou três meses.

1949

Atire, covarde! O grito de Aristeu fez Zélia Magalhães correr em direção ao marido, tomando-lhe a frente, de costas voltadas para os policiais. O tiro ecoou e a mulher caiu ao solo, banhada de sangue. Aristeu acabara de ver sua esposa, uma jovem de vinte e três anos grávida de dois ou três meses, funcionária do Protocolo Geral do Tribunal de Contas da República, ser baleada fria e covardemente. Era a tragédia dos pobres, dos esquecidos. Tomado pela fúria, Aristeu avançou sobre os policiais até que foi dominado e encaminhado à Polícia Central. O casal voltava da Esplanada do Castelo, na noite de 16 de novembro de 1949, onde ocorrera um comício convocado pela Liga Brasileira de Defesa das Liberdades Democráticas.

Usando de prerrogativa inscrita na Constituição Federal, conforme explicou a entidade em nota sobre o assassinato de Zélia Magalhães, o evento foi programado para homenagear o 60º aniversário da República e protestar contra o projeto do governo que pretendia restituir a Lei de Segurança Nacional. Segundo Pedro Pomar, a polícia cercou a Esplanada do Castelo, instalou estações de rádio em casas particulares — até à força — para gravar os discursos e outras manifestações. "Temos, senhores, testemunhas de que a polícia invadiu lares para instalar estações de rádio", discursou.

No dia seguinte, Pedro Pomar voltou à tribuna para registrar a multiplicação dos protestos contra a "selvageria policial". "O povo do Distrito Federal, como toda a nação brasileira, está ainda hoje sob a comoção dos crimes ocorridos na Esplanada do Castelo", disse. Segundo ele, no dia anterior o povo tinha acorrido em massa ao enterro e manifestara, profundamente sentido, solidariedade democrática, todo sentimento humano de condenação, de reprovação e de ódio ao crime, aos criminosos e ao

“governo de traidores e de bárbaros”. Em seguida, leu o testemunho de Aristeu Magalhães na polícia, dito “em sua linguagem de operário e de homem honesto, linguagem bem diferente da de representantes de bandidos, e da dos porta-vozes do governo nesta Casa”.

Pedro Pomar disse que a polícia tentou acertá-lo. “Se os sicários do senhor Eurico Dutra e do ministro da Justiça ontem quiseram atingir-me pelos seus beleguins, tenho a dizer à Casa (a Câmara dos Deputados) a minha convicção de que a democracia, a liberdade para o nosso povo só pode ser conquistada com sacrifício”, afirmou. Mas o que mais o indignou foi o assassinato de Zélia Magalhães. Segundo ele, os policiais arrancaram Aristeu Magalhães do bonde na Praça Quinze de Novembro, distante do local do comício. O policial que atirou conhecia o alvo. “A esposa, tentando salvá-lo, agarrou-se a ele, sendo assassinada brutalmente, com um tiro na nuca que saiu pela boca. Antes de morrer, foi pisoteada pelos policiais”, detalhou.

A indignação era tanta que Pedro Pomar cobrou responsabilidades até da Igreja Católica. “Teremos punição para este crime? É o que indago nesta Casa, é o que a opinião pública deseja saber. Será este crime acobertado, quando foi praticado diante de tantas testemunhas, numa praça pública, dentro de um bonde cheio de passageiros? Esse banditismo poderá ser bendito pelo senhor cardeal da santa madre Igreja Católica Apostólica Romana, por sua eminência Jaime Câmara? Porque um cidadão é comunista todos os senhores da reação acham-se no direito de matá-lo?”, bradou.

No dia seguinte, Pedro Pomar voltou à tribuna para registrar a multiplicação dos protestos contra a “selvageria policial". “O povo do Distrito Federal, como toda a nação brasileira, está ainda hoje sob a comoção dos crimes ocorridos na Esplanada do Castelo”, disse. Segundo ele, no dia anterior o povo acorreu em massa ao enterro e manifestou, profundamente sentido, solidariedade democrática, todo sentimento humano de condenação, de reprovação e de ódio ao crime, aos criminosos e ao “governo de traidores e de bárbaros”. Em seguida, leu o testemunho de Aristeu Magalhães na polícia, dito “em sua linguagem de operário e de homem honesto, linguagem bem diferente da de representantes de bandidos, e da dos porta-vozes do governo nesta Casa”.

Logo que se dera o tiroteio — declarou Aristeu —, eu e minha esposa, obedecendo às ordens do coronel Alencastro Guimarães (vereador e presidente da Liga Brasileira de Defesa das Liberdades Democráticas), que pedia a evacuação dos presentes, e que não fossem aceitas as provocações da polícia, nos dirigimos para a Rua da Misericórdia, onde tomamos um bonde linha “36”, seguindo o mesmo a direção da Praça 15 de Novembro. Já éramos seguidos por uma turma de investigadores, todos empunhando revólveres, entre os quais se encontrava o indivíduo conhecido pelo vulgo de “Procopinho”, que também estava armado, embora não pertencesse aos quadros da DFSP. Ao atingir o elétrico a Rua Clapp, os mesmos policiais que vinham acompanhando o veículo, arrancaram-nos violentamente do bonde, iniciando os espancamentos, indistintamente, contra mim e minha esposa.

A nota prosseguia não mais na primeira pessoa do plural.

Aristeu, em face dos castigos a que submetiam sua esposa, travou luta com os policiais. A certa altura, "Procopinho" apontou a arma contra o declarante com o firme propósito de atirar à queima-roupa, tendo Aristeu gritado:

— Atire, covarde!

Nessa ocasião, percebendo a gravidade das ameaças policiais, Zélia, notando que era desejo daqueles assassinarem seu marido, tomou-lhe a frente, de costas voltadas para os policiais. Nesse momento, justamente, um tiro ecoou, caindo ao solo banhada de sangue a pobre senhora. Aristeu, desesperado ante o quadro que acabava de assistir, sua esposa baleada fria e covardemente pelos policiais, com os mesmos se empenhou, novamente, em luta, acabando por ser por eles dominado, depois de cruéis espancamentos, e conduzido preso até a Polícia Central, onde ficou recolhido ao xadrez até ontem à tarde, quando foi posto em liberdade.

Zélia, cujo ferimento era gravíssimo, foi ainda espancada pelos policiais e depois conduzida para o Posto Central de Assistência, sendo aí submetida imediatamente à melindrosa operação. Mas seu estado era desesperador, razão por que veio a falecer pouco depois. Foi a polícia quem matou minha esposa, concluiu.

Pedro Pomar leu também uma nota do vereador Alencastro Guimarães, o presidente da Liga Brasileira de Defesa das Liberdades Democráticas, dizendo que a responsabilidade pelos acontecimentos cabia exclusivamente à polícia, com irrefutável agravante de premeditação. Segundo o documento, os agentes policiais, ao contrário das notas oficiosas garantindo a proteção ao comício e publicadas nos jornais da tarde de 16, só compareceram à Esplanada do Castelo com o objetivo deliberado de dissolver a reunião e massacrar o povo.

Leu ainda uma nota do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, protestando contra "o inqualificável assalto ao povo que participava do comício em homenagem à República e em defesa das prerrogativas do cidadão que a Liga de Defesa das Liberdades Democráticas promoveu". "O Brasil progredirá, e os brasileiros, reverenciando com orgulho a memória dos mártires como Deoclécio Augusto Santana (operário assassinado pela polícia em junho de 1948 durante um ato em defesa do petróleo organizado pelo Centro Nacional de Estudos e Defesa do Petróleo, em Santos) e Zélia Marques Magalhães, viverão, pelos tempos dos tempos, numa pátria livre, próspera e feliz", dizia o documento.

A União Nacional dos Estudantes também se manifestou. A nota, igualmente lida por Pedro Pomar, dizia que "as ocorrências verificadas no dia 16 na capital da República, quando foi barbaramente assassinada uma senhora grávida e feridos vários populares, inclusive um estudante, em consonância com a agressão praticada contra o povo paulista no Vale do Anhangabaú, onde foi preso o estudante Carlos Alberto de Souza Barros, membro da União Estadual dos Estudantes (UEE), a violenta invasão da sede da ABI, em sucessão às constantes violações à nossa Carta Magna com varejamento de lares, espancamentos e prisões, inclusive de estudantes, vem demonstrar que as garantias e liberdades constitucionais estão realmente eliminadas".

A diretoria da Associação Brasileira de Escritores reuniu-se extraordinariamente e emitiu uma nota, também encaminhada a Pedro Pomar. "O atentado de agora, mais um

entre muitos, repete aquele que, há poucos dias, houve na Associação Brasileira de Imprensa, com a gravidade de chegar ao assassínio em praça pública", dizia o documento.

Pedro Pomar abria os papéis, lia o conteúdo e protestava. "Só estes corações já empedernidos pelo crime, só estes homens já sem sentimento é que, diante da opinião pública estarrecida por tais fatos, terão coragem de verter a voz para justificar o assassínio da jovem senhora porque era esposa de um comunista, ou ela mesma comunista", disse. O ocorrido era decorrência da política do anticomunismo sistemático, do fascismo, da liquidação da democracia, da fome e da guerra. Além de Dutra, Pedro Pomar disse que o ministro da Justiça, "o mui católico e devoto senhor Adroaldo Mesquita da Costa", deveria ser responsabilizado.

O sangue vertido de Zélia Magalhães marcaria um crime que a opinião pública jamais perdoaria. Em virtude daquele sangue, o movimento patriótico e democrático teria um novo impulso, cresceria — disse Pedro Pomar. Lembrou o período do Estado Novo, para atestar que os brasileiros jamais se intimidaram, jamais evitaram lutar pela democracia e pela independência da pátria. Aos comunistas, um crime como aquele jamais intimidaria. Pelo contrário. "Os estimulará, como bons patriotas para a defesa da independência de sua pátria", disse. "Aos comunistas, um crime como este só lhes multiplicará as energias para combater esta ditadura infame que infelicita a nossa gente."

Como exemplo, Pedro Pomar citou o rápido crescimento do PCB. "Vedes bem, senhores: em 1935 e em 1937, e mesmo em 1945, os comunistas eram praticamente poucos milhares em nossa pátria. Mas já em 1947, eram mais de duzentos mil. Agora, estes homens que têm medo do futuro, que estão cegos pela sua impotência, que se mostram ferozes pela sua incapacidade, bem sabem que este estado de coisas não é eterno. Eles não ignoram isso e por tal agem com essa ferocidade, sabendo como sabem que não lhe está reservado o futuro", afirmou.

Pedro Pomar encerrou o discurso dizendo que não queria terminar o protesto "sem a leitura de uma das mais comoventes crônicas já por mim lidas, da jornalista Sarah Marques, sob o título *Hipocrisia*".

Bem dizíamos ontem que eram pura hipocrisia as homenagens oficiais a Rui Barbosa. Ah, o cinismo indecoroso, a mentira grosseira dessa genuflexão da estupidez consciente e do fascismo mascarado, diante daquele que fez da liberdade a sua bandeira e de toda sua vida uma pregação democrática!...

Hipocrisia! Dez dias depois do centenário de Rui, dez dias depois que os seus "sagrados despojos" (como eles dizem) atravessaram entre alas de tropas em continência, e sob a glória das bandeiras a artéria central da cidade; dez dias depois de tantos discursos literários e de tantas frases pomposas, a capital da República se transforma, de novo, em cenário da selvageria policial.

O povo desarmado, o povo que só tem a palavra de seus líderes para opor aos intentos criminosos do governo; o povo que Rui gostaria assim empolgado pela ideia da liberdade, assim voltado para os problemas de ordem pública, o povo desta hoje

realmente "mui heroica cidade" foi caçado à bala pela polícia como se fosse um bando de feras, quando exercia um direito constitucional.

E Zélia foi assassinada; Zélia, a moça que vinha aqui à redação, durante meses e meses, contar as torturas do marido preso, pedir que fizéssemos alguma coisa, que protestássemos com voz mais forte do que a sua voz de mulher tão moça e tão simples.

Agora, o marido estava em liberdade, Zélia vivia feliz na sua pobreza, sonhando com o primeiro filho que ia chegar. Mataram Zélia à queima-roupa quando procurava defender — tão frágil, coitadinha! — o marido que a polícia espancava. É crime, senhor dos Céus, uma mulher defender o marido? Então, e por que nos falam com tanta insistência em "defesa da família"?

Cínicos, hipócritas, covardes! Principalmente covardes; assassinos que se escudam na autoridade para trucidar impunemente mulheres e crianças, e trabalhadores anônimos, e intelectuais pacíficos. E são eles mesmos que nos falam em "proteção à maternidade e à família"! E matam Zélia, estupidamente, com seu menino nas entranhas, esposa e mãe tão jovem, tão amorosa, tão brava!

Depois homenageiam Rui Barbosa! E vão almoçar em Brocoió (ilha localizada no interior da baía de Guanabara), com música, uísque e vinho de Borgonha! E nem sentem que há gosto de sangue nos copos levantados entre sorrisos falsos. Sangue do povo que clama para vingança e um dia — amanhã ou daqui a séculos — há de levantar as pedras da rua para vingar a morte de seus filhos.

No livro do ponto da repartição onde Zélia Magalhães trabalhava foi lançado um protesto, assinado pelo chefe da seção, Antônio Accioly Carneiro:

É com o mais profundo sentimento de saudade que comunico aos funcionários em exercício neste Protocolo Geral o assassinato, ontem, nesta capital, da nossa querida colega Zélia Magalhães.

Os presos políticos do PCB que defenderam a *Tribuna Popular* no assalto policial, liderados por Salomão Malina, escreveram a seguinte carta a Aristeu Magalhães:

Prezado camarada:

Apesar de estarmos ainda profundamente feridos pelo golpe que tu e todos os patriotas acabamos de sofrer com o assassinato bárbaro e covarde da nossa querida camarada Zélia, resolvemos escrever-te.

Não para dar pêsames e sim para dizer-te que assim como estivemos unidos, defendendo contra o assalto policial, um jornal do povo e mais tarde lutando contra a reação de um sádico na Casa de Detenção, hoje mais do que nunca nos sentimos ligados a ti na dor da perda da tua bem amada companheira como no prosseguimento da luta contra a reação terrorista que infelicita nossa pátria.

Prezado camarada, levamos ao teu conhecimento que resolvemos dar o nome ZÉLIA MAGALHÃES ao nosso coletivo, em homenagem ao heroísmo e ao martírio da tua valente companheira, tombada na luta patriótica contra a lei de segurança e em defesa

das liberdades públicas, contra a reação e o imperialismo, pela instauração em nosso país de um regime efetivamente democrático e popular.

Glória eterna a Zélia Magalhães, patrona do nosso coletivo!

Assinam:

Salomão Malina, Antônio Paim, Aníbal Lopes, Osiris Jacobina e Waldir Robim.

***

Pedro Pomar ainda podia ver, nos olhos da mente, a comoção que tomou conta das pessoas com o brutal assassinato de Zélia Magalhães quando o ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita Costa, compareceu à Câmara dos Deputados, no dia 30 de novembro de 1949, para prestar esclarecimentos sobre os acontecimentos da Esplanada do Castelo. A máxima de que o homem sem alma não conhece o medo se fez presente do começo ao fim do seu depoimento. Esquivou-se dos apartes de Pedro Pomar — na verdade negou a maioria deles — com intolerância e discriminação. Em uma das muitas deslavadas mentiras, disse que a polícia havia reagido a um comício que comemorava a semana da "revolução socialista".

No dia seguinte, Pedro Pomar subiu à tribuna para desancar Adroaldo Mesquita Costa. Disse que do depoimento do ministro o povo poderia extrair algumas lições bastante proveitosas. A primeira, que os governantes não tinham mais pudor em mentir à opinião pública. A segunda que, em face da situação criada no país, o futuro da democracia e a independência da pátria estavam efetivamente ameaçados. A terceira que a Câmara dos Deputados não tinha condições para exigir muito mais do que havia sido feito.

Sobre a reação intempestiva do ministro aos seus apartes, Pedro Pomar disse que não esperava outra atitude dele diante de um representante do povo que não lia pela sua cartilha e não rezava por sua ladainha. O ministro apenas fazia jus ao seu passado de colaborador de um órgão nazista no Rio Grande do Sul e de um dos testas-de-ferro da Condor Lufthansa (empresa de aviação alemã que voava no Brasil), ninho de espiões do regime de Adolf Hitler.

Não era de estranhar que o governo, para encobrir seu crime, atirasse a culpa sobre um beleguim de quinta classe, conforme estabelecia o farsesco inquérito instaurado na polícia, disse Pedro Pomar. Jogar a responsabilidade sobre Procopinho, um pobre diabo, um alcaguete, um policial antigo que atuava nas sombras desde 1945, era uma forma de isentar os mandantes de responsabilidades, protestou.

As provas que o ministro não quis ouvir foram apresentadas por Pedro Pomar. Segundo ele, a alegação de Adroaldo Mesquita Costa de que não sabia de quem havia partido a iniciativa de dissolução do comício seria facilmente desmentida pelo aviso prévio do chefe de polícia sobre "perturbação da ordem" no comício. A mulher de um vereador chegou a ser avisada que deveria se retirar do local antes do início da desordem policial. O senador Pedro Ludovico (PSD-GO) também informou, no Senado, que fora avisado pela polícia que não deveria comparecer ao comício porque haveria "barulho".

Pedro Pomar também desmentiu a falácia do ministro de que o comício comemoraria a semana da "revolução socialista". "Quando começou e terminou a referida semana? Onde o senhor ministro encontrou anúncio sobre a existência dessa semana? Em que documento, em que jornal, em que discurso? Ora, se houvesse uma semana comemorativa da revolução socialista ela não poderia terminar a 16 de novembro, porque a data desse movimento transcorreu a 7 de novembro. Se os comunistas tivessem aquela intenção, tal fato seria público", discursou.

***

Dias antes, em 14 de novembro de 1949, Pedro Pomar havia anunciado, do alto da tribuna da Câmara dos Deputados, sua adesão à Liga Brasileira de Defesa das Liberdades Democráticas. Era véspera do aniversário da Proclamação da República e ele aproveitou para reverenciar os libertadores e mártires da liberdade do país. Os representantes do povo, fiéis às suas tradições democráticas, deveriam ter os olhos voltados para aqueles que pelejaram por uma República que fosse a expressão, o reflexo dos melhores anseios da gente brasileira, afirmou.

Segundo Pedro Pomar, cumpria rememorar, naquela data, as figuras sacrificadas nas lutas pelas liberdades e pela República. Citou Felipe dos Santos, Tiradentes, Bernardo Vieira de Melo, Padre Roma e Frei Caneca. Lembrou os mártires da Revolução Praieira, os cabanos, os homens dos Farrapos, entre os quais Bento Gonçalves.

Falou também dos "apóstolos da República" e daqueles que deram suas vidas em "holocausto aos sagrados ideais que têm trazido nosso povo até esses dias em busca do progresso e da independência da pátria". "Devem, particularmente, reviver em nossa memória, na véspera do aniversário da proclamação da República, aqueles que, como Silva Jardim, Rui Barbosa, Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, foram os principais dirigentes desse acontecimento, que transformou o regime político do país, que mudou o governo monárquico para uma República Federativa, chamada democrática, mas representando as mesmas forças que regiam, então, o Império", lembrou.

Segundo Pedro Pomar, a estrutura do país continuou essencialmente a mesma. A transposição ocorrida, do Império para a República, não modificou o panorama de fundo, a estrutura econômica, a base social em que se assentava o domínio dos grandes proprietários e capitalistas. Mas a República correspondia aos anseios populares, representando realmente uma reivindicação democrática e liberal. Foi a tradução das lutas e aspirações que constituíram mais de um século de esforço e abnegação dos brasileiros. Os latifundiários, os grandes fazendeiros, contra os quais se batia André Rebouças, impediam, até pela força, a transformação da economia do país.

Em 19 de agosto de 1949, ele havia homenageado o centenário de Joaquim Nabuco. O clima radicalizado que existia no país fez Pedro Pomar ressalvar, no início do discurso, que poderia parecer estranho que um representante dos trabalhadores, que tinha, para os fatos históricos do país, interpretação completamente diversa daquela das classes dominantes, fosse à tribuna homenagear Joaquim Nabuco. Explicou que julgava que a obra de Nabuco — não obstante sua formação aristocrática — estava de alguma forma ligada, em determinado período da vida do país, às reivindicações principais do povo brasileiro.

Assim, o centenário desse "vulto nacional" deveria ser comemorado pelo povo e não pelo oficialismo. Pedro Pomar julgou que as comemorações da data pelo governo afastaram o povo, a quem Nabuco dedicou a maior parte da vida e praticamente as suas grandes obras de escritor, de publicista e de orador. Citou como exemplo que no Recife, dentre toda a representação acreditada junto ao governo Dutra, a única a ser convidada para as homenagens foi a dos Estados Unidos — muito embora tenha sido a obra de Nabuco inteiramente hostil ao racismo americano, à política de perseguição aos negros.

Pedro Pomar lembrou que Joaquim Nabuco teve um lema que o guiou por toda a sua vida pública: o da Abolição, da Federação e do arbitramento. "Como um dos homens mais inteligentes de seu tempo, compreendia ele que as causas fundamentais do atraso do Brasil residiam no latifúndio e na escravidão. Já dizia Silveira Martins que o Brasil era o café; e o café, o negro. Exatamente por isso, Nabuco foi um dos campeões mais lúcidos, mais coerentes, da luta contra a escravatura, ou melhor, da abolição do trabalho negro em nossa terra", asseverou.

A luta e a vigilância de Joaquim Nabuco, disse — mesmo quando os partidários do abolicionismo ficaram muito satisfeitos e, como que querendo dar uma parada no movimento porque se batiam, quando da decretação da Lei do Ventre Livre —, foram determinantes para o combate à escravidão. Sofreu toda a campanha preconceituosa dos seus pares, dos seus amigos, que o chamavam de carbonário e anarquista porque convocava o povo aos comícios e não descansava um instante na luta e na pregação da abolição do elemento servil.

Segundo Pedro Pomar, merecia ser ressaltado também que Nabuco foi um lutador contra o obscurantismo. Foi um homem tolerante, que compreendia o valor da liberdade para a extinção dos preconceitos. Não obstante católico, escreveu dois livros contra o espírito intolerante da Igreja Romana. Tratando do problema e da invasão intramontana, combateu o fanatismo religioso e a intolerância clerical.

"Como que antecipando os acontecimentos que hoje se verificam nas novas democracias da Europa, podemos citar o seguinte pensamento de Nabuco: 'O único modo que tem a religião para realizar os seus fins na sociedade é aliar-se à liberdade.' E mais: 'O princípio da liberdade religiosa entrou no direito comum do século, entrou na consciência da humanidade. É impossível arrancá-lo daí. Só aquele que serve à causa da liberdade e da justiça pode ser chamado, na forte linguagem de Shakespeare: o soldado de Deus.' Vejam como fala um liberal do seu tempo, do tempo em que os homens ainda se davam de ser liberais, os homens da burguesia, que podiam apreciar o problema da religião com tal elevação e não com essa fobia, essa covardia com que os famosos liberais do atual cenário político o encaram, sem a coragem, absolutamente, para se levantarem contra a intolerância e o fanatismo", discursou.

Pedro Pomar gostava de abordar temas históricos, principalmente os relacionados à história do Brasil. Quando a Câmara dos Deputados discutiu o projeto que tratava da "Convenção Interamericana sobre a Concessão do Direito Político às Mulheres", ele disse que as mulheres brasileiras sempre se envolveram com os problemas do povo. Em toda a história do país encontravam-se vultos extraordinários de mulheres que contribuíram efetivamente, em todas as circunstâncias, para o progresso e a independência da pátria.

“Quero me referir especialmente às figuras de mulheres que defenderam nosso solo, como as heroínas de Tejucapapo, em Pernambuco, contribuindo para expulsar de nosso solo os invasores holandeses; como a esposa dedicada de Felipe Camarão, Clara Camarão, lutadora destemida; a grande mineira, inspiradora e dirigente da Inconfidência Mineira, Bárbara Heliodora; e as grandes combatentes da Independência, Joana Angélica e Maria Quitéria, que deram seu sangue nas lutas da revolução de 2 de julho na Bahia. Não podemos deixar de lembrar ainda o vulto invulgar da grande gaúcha Anita Garibaldi, que tantos sacrifícios soube enfrentar, juntamente com seu esposo, nas lutas dos Farrapos, em 1842. Todos esses são vultos que enchem as páginas de nossa história, e centenas de outras mulheres que contribuíram, anonimamente, para a formação política do povo brasileiro, merecem hoje ser consagrados”, comentou.

Capítulo 31

Bernardão é preso, torturado, castrado e fuzilado em plena estrada, na frente de várias pessoas. Pedro Pomar se despede da Câmara dos Deputados.

1949 - 1950

Era pegar ou largar. O governador do Paraná, Moisés Lupion, falava a um grupo de camponeses na região Norte do estado para explicar que o governo estava doando dez alqueires de terras devolutas a cada um em troca da desocupação das posses agora vendidas a grandes proprietários. “Os senhores não podem ficar em propriedades que não lhes pertencem. Podeis ficar tranquilos porque o governo dará a cada um de vocês um lote e uma casa, em área que já está reservada”, prometeu, segundo o jornal *Diário da Tarde*, de Curitiba. Algum tempo depois, Pedro Pomar recebia, em seu gabinete, o líder camponês Francisco Bernardo dos Santos, ameaçado de morte.

Ele relatou que as promessas de Lupion não foram cumpridas e que o governador nomeara um sujeito truculento como delegado da região, chamado Aquiles Pimpão, com a incumbência de manter a “ordem” a qualquer preço. Com a sua conivência, os fazendeiros contrataram jagunços que expulsavam os posseiros à base da violência. Orientado pelo deputado estadual do PCB, José Rodrigues Vieira Neto, que era advogado e denunciou o caso na Assembleia Legislativa, Francisco Bernardo dos Santos, conhecido como Bernardão, havia organizado a resistência. Ocorreram os primeiros tiroteios.

O mais grave deles, em 27 de agosto de 1947, deixou um saldo de quatro mortos. Doze jagunços invadiram uma posse no município de Guaraci e foram recebidos à bala. Os lavradores resolveram denunciar o ocorrido em uma manifestação na cidade, organizada pela Associação dos Lavradores, que reuniu mil e quinhentos posseiros e familiares. Armados, os camponeses decidiram fechar a estrada entre Centenário do Sul e Porecatu. A intenção era chamar a atenção para a gravidade da situação. Apoiados pela população, que ajudava os resistentes com mantimentos e outros gêneros, a estrada só foi desbloqueada após a promessa do representante do Departamento de Terras e Colonização de que as posses seriam legalizadas. Mais uma vez foram engambelados e os conflitos recrudesceram.

Bernardão, segundo o relato de Pedro Pomar, contratou um advogado em São Paulo para verificar se havia uma ação judicial que justificasse a violência da polícia, em conluio com os jagunços, e ficou constatado que tal medida não existia. O advogado teve de deixar a região fugido, conforme disse a Pedro Pomar. O parlamentar comunista orientou Bernardão a procurar os jornais *O Radical* e *Imprensa Popular* para relatar os fatos. O líder camponês denunciou o caso também ao presidente da República, por meio de uma carta divulgada nos dois jornais, pedindo proteção à sua vida.

Bernardão fugira de sua posse depois de ter sido ameaçado por um tenente que comandava a polícia na região. Foi para São Paulo e, de lá, orientado pelo PCB, se dirigiu ao Rio de Janeiro a fim de denunciar a situação a Pedro Pomar. Conversou também com o deputado Bento Munhoz da Rocha, que substituiria Lupion no governo do estado. Na volta, foi preso, torturado, castrado e fuzilado em plena estrada, na frente de várias pessoas, a mando do latifundiário Jeremias Lunardelli e de seus irmãos. Era a lei do cão, a lei do latifúndio.

O crime foi descrito em detalhes por Pedro Pomar na tribuna da Câmara dos Deputados em 5 de maio de 1950. Bernardão, com grande família, possuía onze alqueires de terra havia oito anos. Não era comunista para que essa pecha servisse de justificativa da sua morte. Não sabia sequer o que era o comunismo. O problema, disse, era de natureza política. Não fazia tempo deixara o Ministério da Agricultura o senhor Daniel de Carvalho, cuja filha era casada com um filho de Jeremias Lunardelli.

Pedro Pomar disse ter passado vários dias tomando informações sobre o caso. Uma das alegações era a de que havia uma ordem de prisão preventiva contra Bernardão, fato negado pelo juiz local. “Quando na Diretoria de Terras, o advogado foi ameaçado e corrido pelos grileiros. Que disse o juiz? Que os soldados não eram senão bandidos e que ele tivesse cuidado com a vida”, afirmou. O líder camponês fora assassinado porque não podia ser expulso sem assinar a desistência de sua posse. Era um exemplo para as demais sessenta famílias que ele liderava e precisava ser eliminado. “Essa a justiça dos latifundiários, do governo Lupion e dos representantes dos latifundiários nesta Casa”, afirmou Pedro Pomar.

***

O PCB estava bem organizado na região, um processo iniciado com a chegada de Arruda em São Paulo. “Na Bahia, nesse tempo, os estudantes de medicina se formavam e não tinham o que fazer. Então, como nós tínhamos muitos estudantes de medicina... mandam os médicos baianos para cá (ênfase). E nós fomos localizando nos bairros operários de São Paulo os jovens médicos baianos”, diz ele. “E fomos mandando também para o interior de São Paulo e para o Norte do Paraná. Para Londrina, que se abria naquele tempo, Jacarezinho etc.”, lembra.

Com a legalidade, o primeiro Comitê Estadual do PCB foi instalado em Londrina, no dia 21 de junho de 1945. Só um mês depois surgiu a sede de Curitiba, que passou a ser o centro dirigente dos comunistas no Paraná. Quando o conflito estourou, os comitês das duas maiores cidades paranaenses deram todo apoio, sob o comando político de Hilário Gonçalves Pinha. A forte base dos comunistas em Londrina possibilitou a eleição, em 1947, de Manoel Jacinto Correia e Newton Leopoldo para Câmara Municipal — um reforço considerável para a luta dos camponeses.

A direção nacional do PCB também acompanhou o caso de perto. Prestes e Grabois se instalaram provisoriamente em São Paulo e há informações, não confirmadas, de que chegaram a se deslocar para a região. Decidiram enviar o jornalista João Saldanha, que estivera na China e conhecia bem os métodos da guerrilha de Mao Tse-tung, para dirigir o levante camponês. Saldanha possuía familiaridade com as leis da propriedade da terra e estivera na cidade de Guaraci para localizar cem alqueires que o pai, cartorário e advogado no Rio de Janeiro, recebera em pagamento no começo dos anos 1940. Descobrira a terra desmatada e ocupada por várias famílias.

Em seu livro de memória *Futebol e outras histórias*, Saldanha diz que aquela foi uma das mais belas páginas das lutas pela posse da terra no Brasil. Segundo ele, até o governador paulista, Adhemar de Barros, se envolveu no conflito, enviando "a célebre Polícia Marítima de Santos" para combater os camponeses. Para João Saldanha, foi "a mais feroz luta pela posse da terra no Brasil". "Talvez nem o Contestado tenha movimentado tanta gente, tanta arma e tanta munição", avaliou. A luta teve fases distintas. Em uma delas, informa Saldanha, cerca de oitenta mil pessoas resolveram que só sairiam mortas de suas terras.

O PCB também enviou para a região Gregório Bezerra, empenhado na organização das Ligas Camponesas em todo o país, e o jornalista Raul Azêdo Neto, da *Imprensa Popular*. O caso ganhou a mídia e a atenção do país. Uma guerra de guerrilha estava se desenvolvendo no Paraná. "Duzentos facínoras lançados contra os camponeses", disse a *Imprensa Popular* quando o conflito se acirrou. Na busca de ajuda, um grupo se dirigiu ao Rio de Janeiro para falar com Pedro Pomar.

Ele comentou o assunto em discurso na Câmara dos Deputados em 31 de outubro de 1950. Segundo Pedro Pomar, o caso era objeto de grande noticiário na imprensa e estava relatado em uma carta da cidade de Curitiba, da União dos Trabalhadores do Paraná. Denunciou o assassinato de quatro camponeses, uma chacina praticada pela polícia a serviço dos irmãos Lunardelli, chamados de "papa-terras".

Pedro Pomar também denunciou a imprensa de Assis Chateaubriand, "lacaio dos irmãos Lunardelli", que apresentava os camponeses como criminosos. Não poderia haver esperança de solução pacífica do conflito porque o deputado Bento Munhoz da Rocha acabara de ser eleito governador do Paraná, mas era também amigo dos latifundiários. Os combates se estenderiam pelos anos seguintes, apesar das medidas do novo governo e do novo presidente da República, Getúlio Vargas, mas Pedro Pomar não era mais deputado e estava muito longe do Rio de Janeiro.

***

O convívio com a família, sempre caro para Pedro Pomar, não era tão intenso como desejava. Seus dias eram corridos, com tarefas que se acumulavam na mesma velocidade com que eram vencidas. Mas sempre que podia, estava com a família. Um dia apareceu na Câmara dos Deputados com o pé engessado, porém, como registrou o jornal *Diário Carioca*, "ao contrário de tudo quanto se pudesse prever" ele apenas sofreu uma lesão ao brincar com os filhos na praia de Copacabana. Além do expediente na Câmara dos Deputados, Pedro Pomar corria o país e cumpria tarefas até no exterior.

O prontuário da polícia registra que em 19 de dezembro de 1949 ele foi recebido no aeroporto de Montevidéu, Uruguai, pela senadora Júlia Arévalo da Rocha, do Partido Comunista local, para participar de um "congresso de dirigentes comunistas". A data não confere com o único registro da passagem de Pedro Pomar no país — uma gravura do seu rosto feita por Amalia Polleri, pintora e militante comunista, datada de 20 de maio de 1950. Em 18 de maio, iniciou-se o XV Congresso do Partido Comunista Uruguaio com a presença estimada de quinze mil pessoas portando faixas e cartazes, muitos pedindo a proibição das armas atômicas e defendendo a paz.

Júlia Arévalo da Rocha era uma das figuras de proa do Comitê Uruguaio de Defesa da Paz, um dinâmico organismo do movimento pacifista que se fortalecia na América Latina e do qual Pedro Pomar participava com intensidade, mas discretamente. Tanto que a *Voz Operária* noticiou que Pedro de Carvalho Braga e Joaquim da Silva (Pedro Pomar, possivelmente) representaram os comunistas brasileiros e apenas o primeiro falou em nome de Prestes e do PCB. Na verdade, Pedro Pomar preparava o terreno para entrar na clandestinidade.

O último ano do mandato ainda reservou-lhe o desafio de enfrentar os debates da sucessão presidencial. Para ele, a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República, desta vez nos braços do povo, era resultado de uma solução eleitoral reacionária para a crise do país. A base de seu argumento foi o impedimento à participação nas eleições das personalidades "mais populares do povo, como Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Gregório Bezerra e tantos outros líderes da classe operária". A outra solução seria a golpista, não levada a cabo por conta das vacilações das classes dominantes.

O caráter e o sentido das eleições, segundo a visão do PCB, foram comentados por Prestes no *Manifesto de Agosto* de 1950, lido na íntegra por Pedro Pomar na tribuna da Câmara dos Deputados. Pressionado pelo deputado Aureliano Leite (PSD-SP) a dizer em quem os comunistas votaram, Pedro Pomar afirmou que não pretendia fazer um balanço geral, mas denunciar à nação os motivos que levaram a reação a afastar os comunistas daquele processo. Tivesse paciência que chegaria lá.

Antes, disse que, além de impedidos de participar com seu partido próprio, os comunistas foram vítimas de uma interpretação reacionária de um parágrafo do Código Eleitoral que impediu os ex-parlamentares cassados de participarem daquelas eleições. Citou os exemplos de Prestes e Amazonas.

Pedro Pomar estava irritado com os insistentes apartes de Aureliano Leite, que voltou a indagar em quem os comunistas haviam votado e enveredou pelo caminho da provocação. Às tantas, disse que se os chefes do Partido Comunista tivessem controle do seu eleitorado seria interessante que ele dissesse à nação em quem votaram os comunistas.

Pedro Pomar explicou que era fácil verificar que os comunistas não tiveram candidatos próprios. "Então vossa excelência quer dizer, com rodeios, em outras palavras, que os comunistas não votaram nessas eleições, não compareceram ao pleito?", indagou Aureliano Leite. Depois de uma troca ríspida de perguntas e respostas, Pedro Pomar disse: "Vossa excelência está fazendo, aqui, um papel muito conhecido." "Qual é? O de provocador?", insistiu o deputado do PSD. "O de trapalhão, unicamente", tascou Pedro Pomar.

Aureliano Leite persistiu na ofensiva, insinuando que os comunistas votaram no "ex-ditador" Getúlio Vargas. "Vossa excelência que tem sido nesta tribuna tão corajoso nas suas atitudes, foge, agora — permita-me a expressão — da minha pergunta", voltou a provocar. "Se vossa excelência quiser ouvir a minha explicação, tenha um pouco de paciência", respondeu Pedro Pomar. Na verdade, Aureliano Leite estava interessado somente na provocação. Alegando que iria à Comissão de Educação, se retirou dizendo que a pergunta estava feita. "Responda vossa excelência quando quiser." Foi solenemente ignorado.

Pedro Pomar começou descrevendo o clima de violência, com mortes, em que ocorreram as eleições. Citou vários episódios pelo país afora e deu ênfase ao caso dos quatro militantes comunistas de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul — Abdias Rocha, Aladim Rosales, Aristides Correa Leite e Ary Kulmann —, que foram chacinados pela polícia. Segundo Pedro Pomar, seus corpos ficaram crivados de balas e de facadas, e suas famílias não puderam enterrá-los, tal o pavor que inspiravam as forças do Exército e da polícia que ocuparam a cidade. Houve também prisões e espancamentos em diferentes cidades. São Paulo fora transformada em uma praça de guerra.

Segundo Pedro Pomar, os comunistas diziam que tanto Getúlio Vargas como Cristiano Machado ou o brigadeiro Eduardo Gomes — os três principais candidatos à Presidência da República — não resolveriam os problemas que afligiam a grande maioria do povo. A atuação de qualquer um deles seria reacionária. Havia mais: o Tribunal Superior Eleitoral, além de impedir os antigos parlamentares e autênticos líderes populares, Luiz Carlos Prestes, João Amazonas e Gregório Bezerra, de se candidatarem, cassou a sua própria candidatura e a de Arruda em São Paulo à última hora. O PCB decidira lançar candidatos abrigados no PTN e no PST.

Existia a perspectiva de uma votação realmente significativa, disse Pedro Pomar, de uma aceitação do seu nome e do de Arruda por vasta massa, tanto na capital quanto no interior do estado. "Não puderam cassar nesta Casa nossos mandatos os homens das classes dominantes, os partidos da reação, mas o Tribunal, por uma interpretação inteiramente subjetiva, fora de propósito, através de um voto capcioso de um desembargador acoimado de um elemento esquerdizante, ou cor de rosa, apesar de nossa inscrição estar legal, cancelou nosso registro da maneira mais indecorosa e indecente", denunciou.

Para Pedro Pomar, era o caso de perguntar: que valor teria o resultado daquelas eleições, nas quais em São Paulo, o maior centro político do país, os legítimos representantes do proletariado não puderam concorrer? Apesar de tudo, as eleições foram úteis às forças democráticas e populares, que desmascararam ainda mais a Justiça Eleitoral. Os comunistas puderam mostrar as características dos partidos legais e levaram ao povo a palavra de ordem de Luiz Carlos Prestes, de maneira inteiramente nova, diferente da de 1945 — grande número de brasileiros, por conseguinte, tomou conhecimento do Programa capaz de resolver os seus problemas, o da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN).

Ele também reclamou que o *Diário do Congresso* não publicara o *Manifesto de Agosto*. O presidente da Câmara dos Deputados, Cirilo Junior, explicou que a mesa tinha, pelo

Regimento, o direito de censurar palavras de documentos que colidissem com "o espírito da lei interna da casa". Pedro Pomar explicou que não se tratava de requerimento de transcrição, mas de leitura. O presidente declarou que reconsideraria o ato, ordenando a publicação, reservando-se, todavia, o direito de censurar o documento como conviesse.

***

A figura de Prestes continuava sendo lei no PCB. Seu carisma, seu prestígio e suas análises formavam uma espécie de aura que cobria a sua imagem. Quando ele completou 51 anos, em 5 de janeiro de 1949, quatro dias antes uma edição especial do jornal *A Classe Operária* trazia artigos de dirigentes e militantes exaltando suas muitas e notórias qualidades. Pedro Pomar escreveu que ele era o "campeão da luta anti-imperialista" — título do artigo — e que a data dava a oportunidade de falar, por mais uma vez, de sua personalidade e sobre os exemplos de sua vida toda dedicada à causa da independência do país e do progresso da humanidade.

A palavra de ordem de Prestes de 1945, citada por Pedro Pomar, realmente em nada se parecia com a tática do PCB na arrancada para a sua legalidade. Os comunistas agora caminhavam bem mais à esquerda, com o povo aprendendo que o caminho eleitoral não resolveria o problema da paz, da terra e da liberdade, segundo o entendimento dos comunistas. O caminho seria o revolucionário. Somente a revolução democrático-popular seria capaz de responder à palavra de ordem do *Manifesto de Agosto*. Pedro Pomar disse na tribuna da Câmara dos Deputados, com todas as letras, que o PCB agora estava radicalizando sua tática pela esquerda.

Ressalvou, no entanto, que os comunistas cumpriram seu dever, não deixando o campo livre para as forças da reação. Segundo Pedro Pomar, o povo aprendia que as divergências existentes entre os partidos das classes dominantes eram momentâneas e não escondiam que, no fundo, todos eles, do PSD ao PTB, estavam unidos por um objetivo, pelo propósito de estrangular as liberdades democráticas, levando o país para uma ditadura fascista cada vez mais aberta. Estavam dispostos, como disse Getúlio Vargas, a exigir mais sacrifícios da nação, asseverou. Estavam também comprometidos com a guerra que o imperialismo norte-americano preparava. Todos estavam dispostos a mandar soldados brasileiros para a guerra na Coreia.

Uma grande batalha política havia sido travada, disse Pedro Pomar, mas outras maiores estavam próximas. O dilema apontado por Prestes era cada vez mais uma realidade — paz ou guerra, independência nacional ou colonização, fascismo e tirania ou liberdade, progresso ou miséria — lembrou. Agora o povo precisava tomar a experiência obtida na campanha eleitoral e reunir-se em torno dos nove pontos da FDLN, discuti-los cada vez melhor, compreendendo, com a luta, que a solução era a indicada pelos comunistas, por Luiz Carlos Prestes. Não havia outro caminho, enfatizou.

***

O discurso de Pedro Pomar foi como que uma despedida da Câmara dos Deputados. Ele estava totalmente envolvido com a nova linha tática do PCB e preparava-se para se retirar da vida legal. No preâmbulo da leitura do *Manifesto de Agosto* em 4 de agosto de 1950, Pedro Pomar disse que teria a honra de transmitir ao conhecimento daquela Casa

um documento verdadeiramente histórico. A opção de bater de frente com os que haviam cassado o registro do PCB e os mandatos dos parlamentares comunistas selou o seu destino, não restando a ele alternativa à clandestinidade.

Enquanto se preparava para a retirada, Pedro Pomar intensificava as denúncias de arbítrios. Em 28 de setembro de 1950, um radiotelegrama foi recebido no gabinete do secretário da Segurança Pública do estado de São Paulo, Flodoardo Mata da Silva, enviado pelo seu congênere do Rio de Janeiro, Bias Forte, informando que Pedro Pomar havia lhe telegrafado dizendo que seu escritório na capital paulista fora varrido pela polícia. Foi o mesmo que nada. A polícia paulista estava habituada a tal prática e se limitou a registrar o recebimento da queixa. Aproveitara a cassação de sua candidatura para promover mais uma ação de vandalismo.

Além de dar de ombros, a repressão aproveitou a ocasião para reforçar a vigilância sobre Pedro Pomar. Em 12 de setembro de 1950, um relatório do Dops paulista informou o secretário que o já quase ex-deputado era um comunista de longa data, que atuava no Distrito Federal mas ia a São Paulo regularmente realizar conferências e verificar o grau de atividades dos dirigentes do PCB local. Era intelectual e sabia aproveitar essa qualidade para melhor doutrinar seus ouvintes. Esteve no México, no Congresso da Paz, e seu nome foi enaltecido pela *Rádio de Moscou* quando de sua volta. Em outubro de 1949, em Santos, orientou a campanha de desprestígio do presidente da República e de altas autoridades, quando ameaçou a visita de Dutra "àquela cidade".

Capítulo 32

Ela não praticou nenhum crime de morte, não envenenou a alimentação vendida ao povo, não falsificou remédios, não especulou com os preços.

1950-1953

O receio era de que a manifestação no Vale do Anhangabaú, na cidade de São Paulo, terminasse em tiro. Um grupo de policiais mal-encarados esgueirara até próximo ao local em que algumas mulheres erguiam uma faixa com o dizer "Os soldados nossos filhos não irão para a Coreia" e prendeu a líder delas, Elisa Branco."Prenderam a Elisa", gritou-se. Os mal-encarados ameaçaram empunhar as armas, mas recuaram diante da reação da massa. Esperaram terminar o desfile para conduzir Elisa à delegacia, com o reforço da tropa de choque. Era 7 de setembro de 1950, dia da Independência. A batalha que os comunistas travavam contra as ameaças de nova guerra mundial entrava em uma nova fase com a guerra da Coreia e o Dops de São Paulo havia proibido manifestações em defesa da paz.

Pedro Pomar acompanhou o caso com especial atenção. Sabia que aquelas faíscas eram sinais de que a fogueira anticomunista estava novamente sendo abanada. Deixou isso claro em artigo que escreveu no jornal *Imprensa Popular*, intitulado "Imitemos e multipliquemos o exemplo de Elisa Branco". Ela não praticou nenhum crime de morte, não envenenou a alimentação vendida ao povo, não falsificou remédios, não especulou com os preços, não explorou nem oprimiu nenhum ser humano, disse. "Numa palavra,

não praticou nada capaz de justificar sua detenção e condenação a quatro anos e três meses de prisão", escreveu.

Segundo ele, a atitude de Elisa Branco significou, sem dúvida, uma ação corajosa, heroica para aqueles tempos de violência. Representou um chamamento enérgico aos soldados, filhos do povo, para não seguirem ao sacrifício em uma guerra promovida pelo banditismo do imperialismo norte-americano. "Quem, como Elisa Branco, tem a coragem de defender sua opinião e lutar por ela constitui uma ameaça aos imperialistas e seus lacaios", completou.

Para Pedro Pomar, as campanhas de massa eram decisivas. Uma delas, em defesa da paz, merecia atenção especial. Logo após a realização do Segundo Congresso Mundial dos Partidários da Paz, em Varsóvia, Polônia, no começo de 1951, ele escreveu um artigo no jornal *Imprensa Popular*, com o título "Popularizemos as realizações do II Congresso da Paz". No "Manifesto aos povos do mundo", aprovado no evento, estavam consubstanciadas as aspirações dos povos, disse ele. A paz não se espera, conquista-se, enfatizou.

No Brasil, a tarefa era ampliar e fortalecer o Movimento Brasileiro de Defesa da Paz e transformar o Brasil em um baluarte da causa da paz mundial por intermédio de uma firme e continuada ação de massas. Tudo isso dependia, em grande medida, de uma ampla campanha de esclarecimento popular, escreveu.

A formação dos Conselhos de Paz nas empresas, em bairros, repartições, escolas, fazendas, quartéis e navios era um fator importantíssimo para popularizar as resoluções do Congresso de Varsóvia, segundo Pedro Pomar. Uma boa propaganda das decisões do Segundo Congresso Mundial da Paz não poderia ser feita sem levar em conta a ameaça de Assis Chateaubriand de convencer o governo a mandar vinte mil jovens para morrer na Coreia — conforme denunciou a juventude em uma pichação na sede do seu conglomerado de jornais do grupo Diários Associados.

Na Câmara dos Deputados, Pedro Pomar denunciou que o Brasil estava tão envolvido com esse clima que o governo perseguia a irmã e a filha de Luiz Carlos Prestes, obrigando-as a deixar o país. Ele relembrou o episódio da entrega de Olga Benário à Gestapo por Getúlio Vargas e Filinto Müller e falou do recuo do chefe do Estado Novo em 1945 para concluir que as forças do fascismo se agruparam em torno de Dutra, quando retomaram a ofensiva. Naquele momento, disse Pedro Pomar, Prestes era vítima de novas perseguições — bandos policiais estavam à sua caça por toda parte e sua filha, uma criança, não era deixada em paz.

O diretor do colégio onde a filha de Prestes estudava foi chamado e coagido a expulsá-la. "Agora, Anita Leocádia Prestes viu-se obrigada a deixar o país, em vista da situação em que nos encontramos", protestou. Segundo Pedro Pomar, a filha de Prestes corria o risco de ser presa como refém. "Isso fez com que suas tias providenciassem sua saída para o estrangeiro, a salva da sanha assassina das feras de Truman, das quais nos diz Prestes que são piores do que as feras de Hitler", afirmou.

***

Uma violenta tempestade se formara debaixo da calma aparente do pós-Segunda Guerra Mundial. Enormes áreas coloniais e semicoloniais do globo, agitadas com as novas esperanças de liberdade pelo exemplo da vigorosa vitória das forças democráticas, estavam despertando e ameaçando subverter a pesada estrutura do imperialismo.

A revolução havia cintilado na China e começava a irromper na Coreia. Eram acontecimentos anunciados como o fim dos tempos, obras de uma "conspiração moscovita". O mundo capitalista, que se debatia nas garras da crise antes do início da Segunda Guerra Mundial enquanto a União Soviética embarcava em uma era de progresso, armava-se febrilmente para impedir o avanço do socialismo.

O mito-propaganda da "ameaça comunista" trazia de volta o ramerrame dos velhos chavões que inundaram o mundo pelas ações do nazi-fascismo no entreguerras. O Brasil estava envolvido nessa guerra de nervos até o pescoço — em uma sessão do Conselho de Segurança da ONU, presidida por Dutra, fora aprovada uma resolução que reforçava a adesão do governo brasileiro às ameaças guerreiras.

Pedro Pomar pretendia se aprofundar no tema. Sem o mandato e ameaçado de prisão, internou-se em um local distante de onde a repressão podia imaginar que estivesse. Foi assim que a vizinhança viu com naturalidade aquela família que chegara de mudança, vinda de Itajaí, Santa Catarina, para se instalar em uma casa ampla na Rua Belém, no bairro Teresópolis, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. As crianças de cabelos ruivos, um pouco aloirados, eram perfeitamente compatíveis com a fama da população do estado vizinho. O pai se apresentou como comerciante que procurava novos ares para a família e melhores condições de trabalho.

Uma cuidadosa engenharia possibilitou a retirada de Pedro Pomar com a mulher e os filhos do Rio de Janeiro, pouco antes do término do seu mandato parlamentar. Ficaram inicialmente em São Paulo, no bairro Alto de Perdizes, escondidos na residência de um militante do PCB conhecido por Pena Malta. Três meses depois, foram encaminhados para Porto Alegre. A rígida clandestinidade implicava abdicar de funções executivas, decisão tomada pela direção do PCB. Ficasse em Porto Alegre até que novos ares permitissem o seu retorno.

A família foi morar em uma residência ampla, quase uma chácara. Fizeram uma horta nos fundos, onde sempre estava Pedro Pomar, com os filhos, cuidando da plantação. A casa também permitia a posse de cachorros, outra diversão que Pedro Pomar dividia com as crianças. Fora disso, passava suas horas lendo ou batucando a inseparável máquina de escrever. Assim era a rotina do seu Ângelo e da dona Carmem, codinomes de Pedro Pomar e Catharina, com os filhos e a vizinhança.

Pedro Pomar começou a estudar retomando a análise iniciada com um copioso artigo que escrevera para a edição de dezembro de 1949 da revista *Problemas*, intitulado "Stálin, artífice da vitória sobre o fascismo". Nesse texto ele disse que antes de a gloriosa União Soviética ter sido atacada traiçoeiramente pelos fascistas já a humanidade progressista e avançada colocava suas esperanças de salvação no país do socialismo vitorioso e sobre seus líderes. Particularmente sobre o "grande Stálin" que, ao completar setenta anos, era alvo das maiores homenagens de todos os povos do mundo como um verdadeiro libertador, grande artífice da vitória contra o fascismo.

Lamentou o desconhecimento dos brasileiros sobre as realizações da União Soviética e o esforço de seus dirigentes, em virtude da opressão em que se achavam submetidos, mas ressaltou que o povo sabia por que os seus opressores tanto temiam e caluniavam a pátria dos trabalhadores. Os povos compreendiam cada vez melhor o porquê da campanha de mentiras e de ódios que o campo imperialista e da guerra — e seus lacaios — promovia contra o "camarada Stálin". "É porque o grande Stálin é o firme timoneiro da humanidade na luta pela paz e pelo esmagamento dos provocadores de guerra", disse.

Segundo Pedro Pomar, a crise econômica de 1929 a 1932 havia abalado o mundo capitalista e originara febris preparativos de guerra em uma série de países capitalistas, especialmente na Alemanha, onde Hitler havia chegado ao poder em 1933. A Manchúria e a China, a Abissínia e a Espanha, a Áustria e a Tchecoslováquia, iam sendo tragadas, uma a uma, na voragem da agressão, lembrou. Os agentes fascistas tornavam-se cada vez mais audaciosos. Suas provocações se multiplicavam, não escondendo seus planos de domínio mundial, assinalou.

A União Soviética tomava medidas cada vez mais enérgicas para sua defesa, comentou. Esmagou a conspiração trotskista-bukharinista que, a serviço dos fascistas alemães e japoneses, pretendia desmembrá-la. Obrigou os imperialistas japoneses a morderem o pó da derrota e a recuarem, quando quiseram invadir as fronteiras soviéticas em 1938 e 1939. E propunha a frente única dos povos para resistir aos fascistas, pactos e acordos capazes de defender a segurança e a paz para os povos, sua independência e integridade, analisou.

Assim — analisou — a União Soviética empregou todos os esforços para evitar que os fascistas estendessem a agressão e fizessem uma guerra destruidora e sangrenta como resultou ser a Segunda Guerra Mundial. O "camarada Stálin" explicava que a agressão continuava pela ausência de uma frente única dos Estados democráticos contra as potências fascistas. Com medo do povo, disse Pedro Pomar, esses Estados na prática empurravam as potências fascistas para novas agressões, particularmente para o ataque à União Soviética. Pedro Pomar fez uma minuciosa análise do teatro da guerra e concluiu que a causa da humanidade civilizada, do socialismo, da independência dos povos, fora vitoriosa.

O povo brasileiro, analisou Pedro Pomar, que naquele período esteve tão ameaçado de perder completamente sua independência e sua soberania, soubera, patrioticamente, colocar-se ao lado da União Soviética e das demais nações que lutavam pela sua liberdade. Esse povo que participou com uma Força Expedicionária das batalhas do Sul da Europa, que sacrificou mais de um milhar de filhos para salvaguardar sua honra nacional, jamais esqueceria o papel da União Soviética na guerra e a figura do seu "genial comandante", escreveu. "As esperanças do nosso povo oprimido também foram justificadas. E ontem como hoje podemos dizer com orgulho: Glória a Stálin, artífice da vitória contra o fascismo, campeão da luta pela paz mundial!", finalizou.

***

Apesar das vitórias democráticas, os despotismos procuravam embrutecer e degradar os espíritos humanos e assim persuadi-los a engolir a sua ideologia. Déspotas e democratas ainda estavam no palco, travando um duro combate. Os norte-americanos pretendiam

fazer da bomba atômica uma espécie de nave capitânia da sua política externa, baseados em algum direito divino de saquear os recursos do globo para atender aos confortos da sua elite. Era uma diretiva proclamada sem subterfúgios e reticências. O campo socialista, liderado pela União Soviética, preparava-se para ser atacado a qualquer momento. Nesse cenário, a luta pela paz se impunha sobre qualquer outra. A estabilidade mundial que emergiu da Segunda Guerra Mundial estava sustentada por um frágil fio.

Pedro Pomar analisou esse cenário em artigo, publicado no jornal *Voz Operária* de 24 de junho de 1950, sobre a admissão da China revolucionária na ONU. A objeção da maioria "anglo-ianque" era refletida no Brasil pelas posições de Raúl Fernandes, ministro do Exterior da "ditadura americana de Dutra". Segundo Pedro Pomar, Osvaldo Aranha, a pedido do secretário-geral da ONU, o norueguês Trygve Halvdan Lie, declarou-se favorável ao ingresso dos representantes do governo de Mao Tse-tung por considerá-lo o único que representava o povo chinês e também porque seria uma grande contribuição à causa da paz entre os povos.

Sem indagar as razões mais profundas que levaram Osvaldo Aranha a tomar o partido do bom senso, porque todos conheciam sua posição de notório "porta-voz dos interesses imperialistas ianques" —, disse Pedro Pomar —, o certo é que ficavam comprovadas, de forma gritante, a política reacionária anglo-americana e a conduta da ditadura de Dutra, que servilmente se prestava aos mais odiosos papéis contra os interesses da humanidade progressista e amante da paz, escreveu.

As forças democráticas e progressistas brasileiras podiam ver naquele episódio a aplicação da divisão do mundo em dois campos — o da paz e da democracia, que visava ao entendimento e à cooperação pacífica entre os povos; e o das potências imperialistas, encabeçada pelo governo Truman, dos Estados Unidos, dirigente do campo da reação e da guerra, afirmou. Pedro Pomar elogiou a atitude da União Soviética, que exigia a expulsão dos agentes de Chiang Kai Shek da ONU e a sua substituição pelos legítimos representantes do povo chinês, comprovando sua condição de baluarte da paz.

Os comunistas do Brasil deveriam se integrar de corpo e alma na campanha mundial contra a bomba atômica e em defesa da paz. Pedro Pomar havia escrito na edição do dia 10 de junho de 1950 do jornal *Voz Operária*, o artigo "Milhões de assinaturas contra a bomba atômica" defendendo um vigoroso empenho dos democratas na campanha por coleta de assinaturas. O Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Paris em 1949, elegera um Comitê Mundial e recomendou a organização, em cada país, de comitês nacionais.

O movimento ganhou força quando, em março de 1950, o comitê permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Estocolmo, lançou um apelo pela proibição da bomba atômica em uma campanha de assinaturas em sua defesa. Os comunistas brasileiros iniciaram uma campanha contra o envio de tropas à Coreia e a utilização de armas atômicas. Conseguiram mais de 4,2 milhões de assinaturas.

"Exigimos a interdição absoluta da arma atômica, arma de terror e de extermínio em massa de populações. Exigimos o estabelecimento de um vigoroso controle internacional para a aplicação dessa medida de interdição. Consideramos que o governo que primeiro utilizar a arma atômica, não importa contra que país, cometerá um crime

contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra. Pedimos a todos os homens de boa vontade no mundo inteiro que assinem este apelo", dizia o texto do abaixo-assinado.

Para Pedro Pomar, aquelas ações representavam um importante aspecto da luta revolucionária. Os acontecimentos no Brasil, disse ele em artigo no jornal *Voz Operária* de 3 de janeiro de 1952 intitulado "Saudemos Prestes, um chefe à altura de sua missão" — uma reverência à passagem do 54º aniversário do secretário-geral do PCB —, exigia um forte Partido Comunista, "armado com a teoria marxista".

A vitalidade e a solidez do regime socialista triunfante, segundo Pedro Pomar em artigo no qual ele comentou o XIX Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética no jornal *Voz Operária*, era uma contribuição nova e poderosa às forças da paz que lutavam em todo o mundo contra os "provocadores imperialistas de uma nova guerra". O artigo fora escrito para ser publicado no dia da abertura do Congresso, em 5 de outubro de 1952, mas chegou atrasado à redação no Rio de Janeiro e só saiu na edição do dia 11.

Dois dias depois, Stálin pronunciaria o discurso de encerramento do evento, considerado histórico para o movimento comunista. "Seria errado pensar que nosso partido, que é hoje uma força potentíssima, não necessita mais de apoio. Não, isso não é justo. Nosso partido e nosso país sempre necessitaram e necessitam de confiança, simpatia e apoio dos povos irmãos do estrangeiro", disse o líder soviético.

Os comunistas brasileiros, segundo Pedro Pomar, deveriam assimilar a assertiva de Stálin de que "as grandes energias só surgem para grandes objetivos". Uma desses "grandes obletivos" era ampliar a mobilização dos trabalhadores, despertada com a crise econômica e os novos ares trazidos pela eleição de Getúlio Vargas à Presidência da República. Coincidentemente, um dos pontos iniciais da ebulição que tomaria conta do país era exatamente o local onde ele estava.

***

"Até a pé nós iremos, para o que der e vier; mas o certo é que nós estaremos, com o Grêmio onde o Grêmio estiver." O famoso hino do clube gaúcho, o Grêmio de Futebol Porto Alegrense, foi escrito por Lupicínio Rodrigues, ícone da Música Popular Brasileira, durante uma greve, em 1953, nos serviços de bondes, no qual havia trabalhado como aprendiz de mecânico. Esses versos iniciais se referem à falta de transporte para levar os torcedores ao estádio. As más línguas dizem que ele fez uma provocação ao arquirrival, o Sport Clube Internacional, conhecido como o "clube do povo".

Seja o que for, aquela era mais uma greve na empresa norte-americana Bond & Share, que mantinha o transporte por bondes em Porto Alegre e que levou a prefeitura a intervir na companhia. Assumiu como interventor José Antonio Aranha, irmão do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, que ficara famoso pelo desempenho à frente da política externa brasileira no estertor do primeiro governo Vargas. Começara no país uma nova onda de greves

Apesar da rigorosa clandestinidade, Pedro Pomar não ficaria impassivo diante dos acontecimentos que desfilavam à sua vista. A rotina de estudos e de cuidados com Catharina, que logo ficou grávida do quarto filho do casal, Carlos Aberto, era entremeada pela participação política nas mobilizações dos trabalhadores, que ganhara força no ano anterior. No Rio Grande do Sul, em julho de 1952 circularam por todo o estado panfletos indagando: "6, o que será?" Em agosto, os dizeres foram trocados. Agora conclamavam o povo a protestar contra a carestia, cujo símbolo era o preço do quilo da carne a seis cruzeiros.

Atendendo aos apelos dos organizadores do protesto, houve uma paralisação geral em todo o estado. O comunista Plínio Cabral — noticiou o jornal *Correio do Povo* — discursou para os manifestantes em frente à Administração do Porto, na capital Porto Alegre, criticando a alta do custo de vida. O ex-vereador e dirigente local do PCB Eloy Martins também discursou, denunciando as "plataformas políticas que não eram cumpridas". Alguns manifestantes foram presos e o secretário do Interior, Egídio Michaelsen, prometeu soltá-los se os manifestantes se dispersassem. Uma comissão foi formada para discutir o assunto com a direção do Instituto da Carne.

***

Os comunistas gaúchos nutriam profundo respeito pelas análises de Pedro Pomar. Suas palavras contemplavam cada ponto e vírgula de uma conjuntura em rápida transformação. Mas o PCB vivia uma contradição. Não apoiou o governo Vargas em sua política que procurava imprimir novo ritmo ao país e pagaria o preço dessa opção. O presidente se deparara com problemas complexos. A alta do custo de vida, que se acelerou ainda no governo Dutra, agravou os conflitos sociais. A situação da balança de pagamentos se deteriorou rapidamente. O passivo foi coberto à custa de empréstimos contraídos no estrangeiro. Ao mesmo tempo, agravaram-se a falta de energia elétrica e os problemas com o transporte, afetando o desenvolvimento da economia.

O clima de "desassossego" se manifestava no governo, reflexo da luta entre as correntes nacionalistas e entreguistas. A solução adotada por Vargas, de forte intervenção do Estado na economia, respondia à necessidade de "suprir as deficiências da iniciativa privada, ou acautelar os superiores interesses da nação, quer contra a ação predatória destas forças de rapina, que não conhecem a bandeira nem cultuam outra religião que não seja a do lucro", segundo mensagem enviada pelo presidente ao Congresso Nacional.

A atenção do governo estava concentrada nas medidas que asseguravam o desenvolvimento pela via da industrialização, apoiado no capital nacional e orientado para o mercado interno. A heterogeneidade, no entanto, às vezes empurrava o governo para a colaboração com o capital estrangeiro, mas o presidente reforçava o controle nacional sobre todas essas operações. Por esse meio, pretendia solucionar os problemas da falta de divisas, do desemprego e da soberania do país. Para atingir esses objetivos, o presidente apelou para a colaboração dos trabalhadores e dos empresários, sob a arbitragem do Estado.

O país que vagueava sem rumo começava a ter nova feição. Vargas atendeu a algumas reivindicações dos trabalhadores das camadas inferiores das cidades, angariando considerável popularidade. Em 1951, uma lei proibiu os bancos e pessoas particulares

de cobrar juros anuais sobre créditos superiores a 12%. Em janeiro de 1952, o salário mínimo, sem aumento desde 1943, recebeu um reajuste considerável. Apesar dessas medidas, o impulso da onda grevista que surgia no país aumentou. Em 1951, 264 mil trabalhadores participaram de greves. Em 1952, esse número subiu para 411 mil e, em 1953, chegaria a 800 mil.

O PTB, que Vargas dirigia, não dispunha de maioria no Congresso Nacional. Para ter governabilidade, o presidente formou uma ampla coalizão. Mas os partidos de direita, a mídia e muitas organizações empresariais formaram uma aliança conspiradora e passaram a hostilizar Vargas. O apoio limitado à lógica da Guerra Fria e o estabelecimento do controle nacional sobre o petróleo com a criação da Petrobras provocaram irritação nos Estados Unidos que, em 1953, retiraram seus técnicos de uma comissão americano-brasileira de cooperação econômica criada por Dutra.

Quando Getúlio voltou à Presidência da República, o país já estava enquadrado no molde da Guerra Fria. Ele iniciou uma administração dúbia, cedendo aos setores golpistas das Forças Armadas, porta-vozes dos interesses militares norte-americanos, com o acordo militar Brasil-Estados Unidos — segundo Pedro Pomar um "tratado de colonização, de terror e de guerra", conforme ele escreveu na *Voz Operária* —, ao passo que amainava a repressão política. Com o passar do tempo, o governo também enfrentou o imperialismo, criando uma lei de remessa de lucros para obrigar as empresas estrangeiras a investirem no país. O clima golpista se instalou. O pavio começou a arder atrás de Vargas.

***

O melhor lugar para se esconder uma árvore é na floresta. Para Pedro Pomar, o melhor lugar era no centro da ebulição que tomava conta do país. Com o conhecimento que possuía de São Paulo, onde estava o eixo daquele furacão grevista, o PCB decidiu que ele deveria dirigir uma comissão especial, também integrada por Calil Chade e Moisés Vinhas, ligada à Comissão Executiva. Oficialmente Pedro Pomar era jornalista contratado pelo jornal do PCB de São Paulo, o *Notícias de Hoje*.

A família foi morar no bairro Planalto Paulista, na Alameda Auetis. As condições de vida eram difíceis. O filho mais velho, Wladimir, não morava com a família e preparava-se para casar. Eduardo, aos quatorze anos, foi trabalhar em uma borracharia e depois em uma fábrica. Ele lembra que o pai sempre percorria um trecho da Avenida Moema até a Alameda Nhambiquaras, onde esperava a passagem de Villanova Artigas, que o recolhia em seu carro. "O Artigas era quem dava todo o suporte logístico para nós. Ele morava não muito longe e sempre íamos à sua casa. Sempre teve um carinho muito grande pela gente", diz Eduardo. "Recordo que quando estava estudando em Praga houve uma exposição sobre a arquitetura brasileira e o Artigas foi o chefe da delegação brasileira. Fez questão de me procurar com coisas enviadas pelos meus pais", afirma.

Os comunistas passavam por um ajuste na linha de atuação na frente sindical. Era um problema antigo. O *Manifesto de Janeiro* de 1948 dizia que a luta pelas reivindicações imediatas das massas trabalhadoras deveria ser organizada dentro das entidades sindicais já existentes ou, onde isso fosse impossível, em novas organizações profissionais criadas nos próprios locais de trabalho. A indicativa de formação de

associações profissionais estava vinculada à impossibilidade de atuação nos sindicatos existentes sob a intervenção do Ministério do Trabalho.

No documento de Maurício Grabois *Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura*, de agosto de 1949, ele criticou a posição de abandonar os sindicatos oficiais, dizendo que a militância sindical havia compreendido esquematicamente a importância da criação das associações profissionais. O fundamental para os comunistas era a organização por local de trabalho e as lutas pelas reivindicações econômicas imediatas dos trabalhadores.

Os comunistas, apesar das duras críticas à estrutura sindical vigente, lutavam por eleições livres para as direções sindicais, sem a intervenção direta do Ministério do Trabalho, e o fim do imposto sindical como condições para o estabelecimento da efetiva liberdade sindical. A própria composição da Confederação dos Trabalhadores do Brasil refletia essa concepção ampliada. Na resolução aprovada em sua 1ª Conferência Nacional, ficou estabelecido que dela poderiam participar os sindicatos, as organizações operárias de caráter beneficente, cooperativa e social, e as associações profissionais.

No balanço sobre o desenvolvimento da sua política sindical desde o início de 1948, a direção do PCB foi bastante crítica. O documento *Ampliar a organização e a unidade da classe operária*, aprovado em julho de 1952, diz que os comunistas não haviam posto em prática a unidade do movimento operário. A própria diretiva de organização nas empresas, acertada em princípio, para ser justa deveria ter apresentado claramente como tarefa precípua o reforço da luta dos trabalhadores e levá-los à conquista de seus sindicatos e não à criação de novas associações profissionais ou de uma nova organização sindical no país. Pedro Pomar foi para a direção política daquele movimento grevista munido dessa orientação.

No começo de 1953, cada paralelepípedo dos bairros operários de São Paulo parecia ser testemunha de que uma grande injustiça estava prestes a ser enfrentada. Os protestos esparsos dos dois anos anteriores ganharam volume quando os trabalhadores da fábrica de tecidos Matarazzo, no bairro Belenzinho, pararam no dia 21 de março. Reivindicavam 60% de aumento, estabilidade no emprego e medidas contra a carestia.

Foi um rastilho de pólvora. Trezentos mil trabalhadores dos principais ramos industriais paralisaram suas atividades por vinte e nove dias, conquistaram 32% de aumento e garantiram, na prática, o direito de greve. Um comando intersindical transformou-se no Pacto de Unidade Intersindical (PUI), depois Pacto de Unidade e Ação (PUA), embrião de uma nova central sindical.

Na condição de principal responsável do PCB à frente do movimento, Pedro Pomar imprimiu um ritmo bem organizado à greve. João Saldanha e Carlos Marighella também estavam em São Paulo e ajudaram a sustentar a paralisação. Já no dia 18 de março de 1953, fizeram a "Passeata da Panela Vazia", que contou com a participação de sessenta mil trabalhadores. Daí para a greve que paralisou a principal cidade do país foi um pulo.

O Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil emitiu uma nota em 4 de abril de 1953, dirigida "a todos os operários" e "ao povo brasileiro", saudando calorosamente a greve. Segundo o documento, uma onda de indignação popular varria o país "contra a política de guerra, de traição nacional, de miséria crescente e de terror policial de

Vargas e demais politiqueiros que o apoiavam". "Após as memoráveis lutas do povo gaúcho, as grandes greves dos têxteis de Pernambuco e do Distrito Federal, quando os irmãos do Nordeste foram obrigados a invadir feiras e povoados para tentar matar a fome de seus filhos, ergueu-se no maior centro industrial do país a classe operária", dizia o documento.

***

Logo após o desfecho do movimento, Pedro Pomar e a família foram para o Rio de Janeiro. Primeiro moraram na Rua das Margaridas, em Vila Valqueire, depois foram para o Cachambi. Foi um período de intensa convivência com os velhos conhecidos. Eduardo recorda as brincadeiras com os filhos dos comunistas conhecidos do pai. Lembra de Carlos Nicolau Danielli, um dirigente da União da Juventude Comunista (UJC), cujo pai, Pascoal, era um antigo militante comunista, amigo de Pedro Pomar. "O Danielli também era um cara engraçado, muito legal. Tipo garotão como a gente. Íamos à praia jogar bola, correr e brincar", relata Eduardo. Ele também se recorda do atendimento do médico Jayme Grabois, irmão de Maurício, sempre prestativo com a família.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, Pedro Pomar começou a se preparar para uma nova etapa em sua vida. O sucesso da greve em São Paulo, segundo ele, foi resultado de uma política ajustada do PCB. A direção do Partido ainda não havia definido um rumo adequado para a sua linha tática, mas entendia que uma nova conjuntura se formara. Com ela, despontava a possibilidade da volta à legalidade. A ilegalidade, sistematicamente denunciada por Pedro Pomar na tribuna da Câmara dos Deputados, era uma condição inaceitável.

Uma nota do Comitê Central de dezembro de 1953 dizia que cabia ao Partido Comunista do Brasil a tarefa de lutar incessantemente pelo reconhecimento legal de sua qualidade de partido político e pela reconquista do seu registro eleitoral. Mas a legalidade só poderia ser conquistada pelas grandes massas operárias e camponesas, por meio de ampla campanha nacional, segundo o documento. Os comunistas cumpriam sua missão dirigindo as lutas por paz, liberdades, independência nacional e democracia popular, mas, para melhor realizar essa missão, precisava reforçar mais ainda seus vínculos com a classe operária e o povo, dizia a nota.

O PCB, afirmou a nota, tinha o indeclinável dever de aparecer mais e mais diante das massas com sua orientação e seu Programa. Com este objetivo, o Partido deveria desenvolver intensa atividade legal e utilizar amplamente todas as formas legais de luta, condição indispensável para o surgimento de novos e vastos movimentos de massas dirigidos pelos comunistas. A nota dizia ainda que o Comitê Central determinara ao seu *Presidium* (a Executiva) o estabelecimento de negociações que julgasse convenientes com outras forças políticas para assegurar a participação do PCB nas eleições para governador, senador, deputado federal, prefeito, deputado estadual e vereador em 1954.

Cabia ao PCB, segundo o documento, tomar as medidas práticas que lhe permitissem participar ativamente da campanha eleitoral e do próprio pleito, registrar candidatos e conquistar efetivamente, com o voto popular, postos eletivos para seus militantes e amigos. Em face dessas razões, o Comitê Central resolveu encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral um novo pedido de registro eleitoral. Apoiando esta petição, todas as

organizações do Partido deveriam desenvolver ampla campanha de massas, comentou a nota.

A publicação do Projeto de Estatutos como suplemento do jornal *Imprensa Popular*, depois editado como livreto, rendeu um processo a Pedro Pomar e a outros dirigentes do PCB, acusados, pelo Ministério Público, de infração da Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953 — Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social, uma nova Lei de Segurança Nacional —, por tentarem reorganizar uma organização legalmente suspensa. A perseguição aos comunistas era uma intolerância que indignava Pedro Pomar.

Capítulo 33

Tese de Lênin reformulada por Stálin levava o Brasil para o epicentro da crescente tempestade política mundial. Pedro Pomar vai para Moscou

1953 - 1955

Apagara-se uma estrela que com sua luz iluminava o caminho para o futuro de paz, de alegria e de fartura. Pedro Pomar descreveu assim a morte de Josef Stálin, em março de 1953, no jornal *A Classe Operária* — uma edição especial sobre o ocorrido —, em artigo intitulado "A causa de Stálin é invencível". Escreveram, também, lamentando a morte do líder revolucionário soviético, Prestes, Amazonas, Arruda, Grabois, Jacob Gorender e Mário Alves.

Pedro Pomar disse que a dor pungente, a lágrima incontida, o sofrimento que emudece e trava as mentes ante a perda do chefe e mestre, pai e amigo, eram inevitáveis. O texto, carregado de emoção, descreveu em detalhes a morte de Stálin. "Quando nos foi transmitida a estarrecedora notícia, parecia o inacreditável. A princípio, a enfermidade traiçoeira. Depois, a morte irremediável. Era a desgraça que não podíamos, nem queríamos, esperar", disse. "Os delegados do nosso querido Partido Comunista no histórico XIX Congresso do partido de Lênin e Stálin, diziam: 'Ainda há poucos meses o vemos tão cheio de vida e de energia, tão modesto e acolhedor, tão bom e tão sábio", escreveu.

Um desses delegados, Diógenes Arruda Câmara, disse que o PCB recebeu "a ajuda teórica inestimável de Stálin" para a elaboração do Programa aprovado no seu IV Congresso, em 1954. Segundo ele, em fevereiro de 1951 os comunistas do Brasil começaram a pensar na necessidade de elaborar um Programa do Partido. "Então, tiramos uma grande comissão, e tiramos subcomissões, para trabalhar no Programa do Partido. Esse Programa nós levamos quase um ano para elaborá-lo. E, então, pela primeira vez elaboramos um Programa revolucionário. É preciso dizer que para a elaboração desse Programa nós recebemos a ajuda teórica inestimável de Stálin. Dado que se imaginava corretamente o seguinte: num texto de Lênin, ele afirmou algumas vezes que se a revolução, tendo sido vitoriosa na Rússia, fosse vitoriosa também na China e na Índia, estava decidida a vitória da revolução socialista proletária mundial", afirmou.

Stálin teria dito que essa tese de Lênin podia ser reformulada no seguinte sentido: uma vez vitorioso o socialismo na União Soviética, e vitoriosa a revolução na China e no Brasil, estava decidido o destino da revolução socialista proletária mundial. "E essa tese era inteiramente correta, porque se a gente pensa como teve repercussão na América Latina a revolução em Cuba, com cerca de sete milhões de habitantes, quanto mais no Brasil, um país de dimensões continentais — que repercussão iria operar uma revolução vitoriosa no país!", disse Arruda. "Então, nós recebemos uma grande ajuda teórica, ideológica do Partido Bolchevique e do camarada Stálin. Principalmente nesse processo de elaboração do Programa, ele teve um papel de dizer como podia desempenhar uma revolução vitoriosa no Brasil", afirmou.

Segundo Arruda, o líder soviético foi muito receptivo. "De fato, eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente Stálin. Foi por ocasião do XIX Congresso do Partido Bolchevique. Stálin era uma figura extremamente simpática. Modesto, simples, afável, não tem nada disso que se propalou no mundo. E ele tinha muito carinho com o nosso Partido. Eu não privei particularmente com o camarada Stálin. Lamentavelmente não privei. O camarada Stálin tinha bastante carinho pelo nosso Partido e nos ajudou do ponto de vista teórico. Usava aquela roupa de soldado (pronuncia pausadamente)", afirmou.

Os contatos com os comunistas soviéticos começaram três anos antes. Em vez de ficarem presos às contradições do país, os comunistas brasileiros decidiram correr o mundo socialista para buscar subsídios às conclusões que chegavam. E o principal deles foi o de que era preciso investir na formação política e ideológica da militância. João Amazonas fora enviado ao IX Congresso do Partido Comunista da Tchecoslováquia, em abril de 1949, e lá, além de saudar o evento em nome de Prestes e dos comunistas brasileiros, fez um breve comentário sobre a conjuntura do país e retomou o contato com os soviéticos, interrompido desde o final dos anos 1930, nos primeiros movimentos da Segunda Guerra Mundial.

Com a dissolução da Terceira Internacional Comunista, em 1943, os contatos ficaram praticamente impossíveis. No final daquela década, havia um esforço para a retomada da união dos partidos comunistas. Em setembro de 1947 fora fundado o *Kominform* — um comitê que pretendia unir o movimento comunista — na cidade polonesa de Szklarska-Poreba, que a princípio abrangia só a Europa e estava se expandindo.

O PCB tentava se aproximar do *Kominform* fazia algum tempo. Na passagem de um ano da sua criação, Pedro Pomar escreveu um artigo no jornal *A Classe Operária*, edição de 2 de outubro de 1948, sobre a reunião dos maiores partidos comunistas da Europa para fazer um balanço daquele primeiro aniversário. Grafada como "Bureau de Informação", a reunião do *Kominform* era um acontecimento histórico, segundo Pedro Pomar. A grande guerra havia operado mudanças profundas no conjunto das forças políticas e sociais, dando ao sistema socialista impulso e poderio maiores. O sistema capitalista mundial recebera um grande golpe com a derrota dos nazi-fascistas.

Os contatos de Amazonas permitiram que Diógenes Arruda Câmara participasse, como líder de um grupo de representantes do PCB, do XIX Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética, realizado em outubro de 1952. Ele voltou convicto de que, com a mudança de rumo no mundo, o PCB deveria se preparar melhor. Ouvira os comunistas soviéticos fazerem um profundo balanço do socialismo após a Segunda

Guerra Mundial, apontando o rápido restabelecimento da economia da URSS, os elevados ritmos do seu desenvolvimento e a coesão de todas as forças do campo da paz e da democracia. O Congresso mudou o nome do partido, que passou a se chamar Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Pedro Pomar, no artigo sobre a morte de Stálin, disse que o líder revolucionário soviético morreu quando a glória do seu gênio descortinava vastos horizontes para a luta revolucionária e em defesa da paz, com um Programa simples e claro, no discurso com o qual encerrou o XIX Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética. "Ele indicou-nos o caminho da vitória, revelou as incalculáveis possibilidades das forças da classe operária, da democracia, da paz e do socialismo. As ideias do marxismo-leninismo, desenvolvidas e enriquecidas pelo espírito criador são as ideias triunfantes da nossa época. A causa que ele encarnou e dirigiu por mais de trinta anos é invencível. A obra e o nome do camarada Stálin são imortais", disse.

A morte do histórico líder soviético teve grande repercussão no PCB. Em uma "reunião extraordinária e solene", realizada em abril de 1953, o Comitê Central aprovou um extenso *Informe* assinado por Prestes, denominado "O XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as tarefas do nosso Partido". Pedro Pomar comentou o documento, na edição de 30 de maio do mesmo ano do jornal *Voz Operária*, para ele "a prova mais brilhante da imensa repercussão, em nosso país, daquele histórico conclave". Lavrado em tom indignado contra Vargas, o texto diz que Prestes assinalou as tarefas para "a luta em defesa das liberdades democráticas, procurando erguer ainda mais alto e levar adiante a bandeira que o gênio de Stálin indicou para o nosso glorioso Partido Comunista, como o único capaz de, na época atual, cumprir essa missão histórica".

***

A tese de Lênin sobre a revolução proletária que, segundo Arruda, Stálin propunha reformular, levava o Brasil para o epicentro da crescente tempestade política mundial. Se era assim, os comunistas brasileiros deveriam se preparar à altura. Com esse objetivo, Pedro Pomar embarcou para Moscou em setembro de 1953, com uma delegação de militantes do PCB chefiada por João Amazonas, para participar de um curso intensivo de marxismo-leninismo com duração de mais de um ano. A família ficou no Rio de Janeiro, onde havia mais recursos, em caso de precisão. Além dos camaradas, Pedro Pomar cultivara uma rede de amigos, entre eles o famoso humorista Chico Anysio, que ajudaria Catharina e os filhos, inclusive financeiramente.

O PCB enviou três turmas para a União Soviética na década de 1950 — uma prática que sobreviveria ao "racha" dos comunistas brasileiros no começo dos anos 1960, quando o grupo revisionista manteve ligações com a União Soviética pós-XX Congresso do PCUS. Antes da divisão, a primeira turma, chefiada por Sérgio Holmos, contou com treze integrantes e partiu em 1952. A segunda, com quarenta e dois, chefiada por João Amazonas, saiu em setembro de 1953. Haveria uma terceira, integrada por cinquenta e um membros e chefiada por Maurício Grabois, que partiria em meados de 1955.

Era também um esforço para traduzir em ações a tese de que se aprofundava a luta de classes no país, defendida pelo PCB desde que fora para a ilegalidade em seus manifestos e resoluções, reflexo dos avanços do socialismo no mundo e do agravamento da crise geral do capitalismo.

Até a Segunda Guerra Mundial, o sistema socialista representava 17% do território e cerca de 9% da população do mundo. Depois de 1945, passou a 26% do território e 35% da população mundial. Era um momento no qual a crise geral do capitalismo, iniciada no começo do século 20, entrava em sua segunda etapa e os movimentos de libertação nacional ganhavam envergadura. O domínio colonial imperialista estava em decomposição. O avanço do movimento de libertação nacional debilitava as forças imperialistas e fortalecia as posições dos partidários da paz e da democracia.

Na América Latina, o PCB teria um papel decisivo. Dos partidos comunistas da região, era o mais numeroso, havia passado pela experiência do Levante de 1935 e contava com a liderança de Luiz Carlos Prestes, um dirigente de prestígio extrapartidário. Só uma militância bem armada ideologicamente poderia responder às demandas políticas que a história estava apresentando. Era esse o pensamento da direção do PCB.

Fossem todos para as escolas, estudassem o marxismo-leninismo e se preparassem para desempenhar à altura os papéis reservados aos comunistas. Para isso, os dirigentes teriam de dominar bem a teoria revolucionária. Essa era a missão em Moscou. As atividades de formação política e ideológica se multiplicavam rapidamente. Um balanço apresentado por alguém que se identificou como Sabino Bahia no IV Congresso do PCB em 1954 dá conta de que, de 1951 até aquele evento, passaram pelos cursos elementares, de 4 e menos dias, 1.960 alunos. Pelos médios, de 6 a 15 dias, 1.492. E pelo curso superior do Comitê Central, 554.

Advogados, escrivães, juízes e funcionários de diferentes repartições que eram militantes e amigos do PCB foram acionados para providenciar a documentação dos que embarcariam. Alguns grupos partiram por via marítima até Praga, outros foram de avião. De lá, seguiram todos por via aérea até Moscou.

A escola ficava afastada da capital soviética. Era uma antiga casa de campo de dois pavimentos, onde seriam ministrados os cursos da antiga Universidade Lênin, agora com o nome de Escola Superior do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Havia uma sede em Moscou, com filiais espalhadas nos arredores da cidade destinadas a estrangeiros.

O estudo de filosofia, de economia política, de sociologia e de história, à base do marxismo-leninismo, passou a dominar integralmente a rotina do grupo. Pouco tempo sobrava para outros afazeres. Inicialmente concebido para durar três anos, o curso foi compilado e era aplicado em regime intensivo. As aulas, traduzidas para o espanhol, iam das nove às dezesseis horas, com intervalo de uma hora para o almoço. Depois de uma rápida parada, chegava a hora do jantar. À noite, os estudos individuais iam até tarde. Nos finais de semana havia alguma folga para passear, esquiar ou praticar esportes no quintal do casarão. Pedro Pomar aproveitou a ocasião para exercitar seus conhecimentos futebolísticos como técnico nas improvisadas partidas de futebol.

Mas nem só de lazer viviam os brasileiros em seus horários livres da programação do curso. Pedro Pomar, João Amazonas e outros dirigentes do Partido organizavam seminários para debater a realidade brasileira, a conjuntura internacional, a teoria marxista e outros assuntos. Viajaram algumas vezes pela União Soviética a convite dos comunistas locais e mantinham os demais integrantes do grupo informados sobre suas

impressões da construção do socialismo. Havia um comitê que planejava e organizava as atividades cotidianas quando os alunos não estavam em aula e nos estudos individuais. Uma delas era aprender a língua russa, tarefa em que Pedro Pomar se saiu muito bem; voltou com um bom domínio daquele idioma.

Cada um recebia trezentos rublos mensais, a mesma quantia concedida na União Soviética aos estudantes de escolas superiores. Uma parte era destinada ao coletivo e a outra usada em teatros, cinemas e lazer em geral. Sempre sobrava algum recurso para a compra de presentes que eram enviados ao Brasil. O tempo para passeios era escasso, mas foram ao Teatro Bolshoi e ao metrô de Moscou, fizeram uma viagem de lancha pelo rio Moscou, foram à colina Lênin para assistir à iluminação da cidade e aos fogos de artifício na noite de 1° de Maio, desfilaram no 7 de novembro (aniversário da Revolução de 1917) juntamente com alguns soviéticos da Escola do PCUS e visitaram vários museus.

Em julho de 1954, percorreram a União Soviética em uma excursão. Conheciam aquele gigante socialista do cinema, das revistas, da descrição feita pelos companheiros que o haviam visitado. Ver com os próprios olhos era outra coisa. Partiram de Moscou, foram de trem até Gorki, de lá seguiram em um pequeno navio pelo rio Volga, com rápidas paradas e visitas em algumas cidades, até Stalingrado, onde permaneceram três dias. Seguiram pelo Canal-Volga-Don — uma gigantesca obra inaugurada em 31 de maio de 1952, unindo os cinco mares da parte europeia da União Soviética em um sistema único de transporte fluvial —, chegaram a Rostov, no sul, e depois subiram de trem no rumo norte até Leningrado e de lá voltaram para Moscou.

A viagem durou um mês. Visitaram fazendas coletivas, fábricas, usinas metalúrgicas, hidrelétricas em construção, a República Autônoma Tártara encravada em território russo e muitos museus. Nas fábricas, os dirigentes mostraram as máquinas, citaram números — cuidadosamente copiados — e serviram muita comida. Com o grupo estava o diretor da Escola e uma tradutora. De volta a Moscou, cumpriram ainda mais seis meses de estudos. Durante o curso, segundo João Amazonas, fora notável o espírito de responsabilidade de Pedro Pomar, sempre estudioso, respeitado pelos demais camaradas.

***

Quando Pedro Pomar e o seu grupo retornaram ao Brasil, nos primeiros dias de 1955, o PCB já estava em outro patamar. O salto organizativo começou em dezembro de 1953, em uma reunião plenária do Comitê Central — histórica, segundo o jornal *Voz Operária* — que discutiu e aprovou os projetos de Programa e de Estatutos do PCB, e convocou o 4º Congresso. Na plenária final, Maurício Grabois pronunciou um discurso saudando o Partido Comunista da União Soviética, a "cujas experiências e sábias lições deve o nosso Partido suas mais significativas vitórias".

O Projeto de Programa, elaborado por uma comissão liderada por Grabois, foi aprovado e entregue "ao conhecimento e à discussão de todo o Partido". João Amazonas liderou a comissão que redigiu o Projeto de Estatutos. Os documentos foram debatidos e emendados pela militância, após as discussões nas assembleias de base e na "Tribuna de Debates" do jornal *Voz Operária*, para serem apreciados na plenária final do Congresso, realizada entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954. Na tribuna, na abertura do evento,

Maurício Grabois propôs para a presidência de honra os nomes de Marx, Engels, Lênin e Stálin. A proposta foi aclamada de pé pelos delegados.

O Congresso foi uma festa democrática, segundo dizia a militância comunista. O Programa aprovado é um documento sucinto, contendo proposições sobre a dominação imperialista, o governo brasileiro, a revolução agrário-anti-imperialista e a frente única. Um *Informe de balanço do Comitê Central*, com o título "O Partido Comunista do Brasil — bandeira de luta e de vitória", de autoria de Diógenes Arruda Câmara, também foi aprovado. A linha política consolidava a tática que vinha sendo debatida desde o começo da década de 1950. O Programa, nas palavras de Arruda, era fruto da formação do PCB, dos sucessos e insucessos dos seus trinta e dois anos de vida, oito deles sob a liderança de Prestes, e de dois anos de trabalho coletivo do Comitê Central, "sob a inspiração de sábias experiências do Partido Comunista da União Soviética".

***

No plano interno, o PCB ainda digeria o suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em agosto de 1954. A morte dramática do presidente da República pegou os comunistas no contrapé. Enquanto faziam oposição pela esquerda, a direita promovia um violento ataque ao seu governo. Vargas respondeu ao ultimato para que renunciasse dizendo que só sairia do Catete morto — como de fato aconteceu. Com a popularidade em alta, seu suicídio revoltou a população, que chorou sua morte, apedrejou a embaixada dos Estados Unidos e incendiou jornais, inclusive um do PCB, no Rio Grande do Sul.

O episódio ocorrera bem no auge dos debates do IV Congresso, apesar de não ter sido objeto de discussão. A Proposta de Programa, no entanto, foi aprovada com a supressão das passagens em que Vargas era pesadamente criticado. Prestes diria depois que, com o recrudescimento das ameaças da direita, o PCB cogitava apoiar o presidente em caso de golpe.

Era uma resposta ditada por uma conjuntura em rápida transformação. Em um *Manifesto do Comitê Central*, o PCB carimbou o governo do presidente Café Filho, o vice de Vargas, como "ditadura americana" e se disse disposto à união para salvar a democracia. "Nós, comunistas, lutamos pela derrubada do atual governo e por um governo democrático de libertação nacional, mas estamos prontos a entrar em entendimentos com todas as forças políticas, líderes políticos e correntes patrióticas que queiram unir-se em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo", dizia o documento.

Segundo Prestes, a mobilização popular surgida logo após a morte de Vargas revelara ao PCB que a real força do povo brasileiro, que estaria disposto a defender a liberdade e a independência da pátria, estava vertebrada pelos comunistas e trabalhistas, estes vistos agora como "irmãos". "Foram os acontecimentos, portanto, que nos colocaram no mesmo terreno de luta. Trabalhistas e comunistas lutamos contra o mesmo inimigo, que é o imperialismo norte-americano, lutamos contra seus agentes em nosso país — os generais fascistas e os politiqueiros reacionários da UDN", disse. Seria uma união contra os entreguistas, que deveriam ser derrotados nas urnas ainda em 1954, quando o país elegeria representantes para o Congresso Nacional, assembleias legislativas, câmaras de vereadores, além de alguns governadores e prefeitos.

***

Pedro Pomar foi obrigado a analisar tudo isso rapidamente. Aproveitou cada segundo com a família no reencontro após a longa ausência antes de se integrar de corpo e alma ao projeto eleitoral do PCB. Começou a ensinar a língua que acabara de aprender aos filhos. “Nós começamos a estudar russo. Ele gostava de ler coisas e tinha livros em russo e começou aquele período de a gente querer aprender alguma coisa e ele querendo ensinar alguma coisa para a gente. Isso marcou muito”, conta o filho Eduardo.

Desde o começo de 1955, estava em andamento o processo de alistamento eleitoral com vistas às eleições presidenciais de 3 de outubro. Em março de 1955, um Pleno Ampliado do Comitê Central aprovou um *Informe* de Prestes orientando os comunistas a desenvolverem intensa mobilização para a vitória eleitoral “da causa do nosso povo”, com o título “As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas do nosso Partido”. “Não por acaso, a sucessão presidencial, ao longo da nossa história republicana, tem se transformado repetidamente em movimento político de massas, tem constituído importante elemento mobilizador das mais amplas camadas da população do país e servido de fermento para violentos choques de classes. Assim foi em 1922, em 1930, em 1937 e, mais recentemente, em 1945”, dizia o *Informe*.

Pedro Pomar estava de volta a São Paulo com Catharina, Joran e Carlos. Foram morar no bairro do Brooklin. Eduardo ficara no Rio de Janeiro, morando na casa de Diógenes Arruda Câmara. Morou também um tempo com a família Danielli, na cidade de Niterói, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Estava estudando e preparando-se para o vestibular na Escola Técnica Nacional.

Ainda clandestino, Pedro Pomar assumiu a incumbência de representar o PCB na vitoriosa coligação para a prefeitura formada em São Paulo com o PTB e o PSP, representada por Lino de Matos e Vladimir Toledo Piza, prefeito e vice eleitos. Os comunistas trabalhavam para que fosse lançado um candidato a presidente dessas forças e lutavam para evitar que o PTB se aproximasse do candidato do PSD, Juscelino Kubitscheck. São Paulo dava um exemplo que deveria ser seguido na consecução de uma candidatura capaz de unificar as forças “populares e trabalhistas”. O “Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT)”, com comitês instalados em todo o país, seria o galvanizador do programa dessas forças.

Mas a ideia estava com os dias contados. Em convenção, o PTB decidiu não lançar candidato. O caminho para o PCB, segundo Prestes, seria apoiar o candidato em torno do qual fosse possível a organização da mais ampla frente democrática em defesa da Constituição. O nome era o de Juscelino Kubitscheck. O martelo foi batido em uma reunião com a ala esquerda do PTB que varou a noite de 19 para 20 de julho de 1955, com o PCB representado por Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara.

A posição dos comunistas foi oficializada no Pleno Ampliado do Comitê Central realizado nos dia 9, 10 e 11 de agosto de 1955, quando Prestes apresentou o *Informe A posição do Partido na sucessão presidencial e nossas tarefas atuais*. O texto alertava para o perigo de um golpe de Estado ou militar e considerava de decisiva importância a criação de uma poderosa coalizão de forças políticas para isolar e derrotar os golpistas. O Comitê Central decidiu indicar ao eleitorado também o nome de João Goulart para o cargo de vice-presidente da República.

Para o PCB, em torno daquelas candidaturas poderiam ser agrupadas amplas forças que se oporiam ao golpe e defenderiam a Constituição e as liberdades democráticas para garantir a realização das eleições em 3 de outubro. João Amazonas conta que ele e Lincoln Oest, este também membro do Comitê Central, conversaram com o candidato Juscelino Kubitschek. Segundo Amazonas, ele disse: "Vocês têm no Brasil o que: trezentos mil votos? Numa eleição presidencial trezentos mil votos não têm importância nenhuma. Agora, se eu for eleito vou mandar suspender essa perseguição jurídica que há aí contra vocês. Eu vou parar com isso."

A conversa foi intermediada por um irmão de Juscelino Kubitscheck, que era vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com quem Pedro Pomar conseguiu falar por meio dos contatos da campanha para prefeito de Lino de Matos em São Paulo. Enquanto aquelas idas e vindas das forças políticas magnetizavam a população, que acompanhava cada lance de olho fixo nos jornais ou ouvidos colados no rádio, o PCB desenvolvia uma vigorosa "campanha antigolpe" e Juscelino Kubitscheck acabou eleito com menos de trezentos mil votos de diferença em relação ao segundo colocado.

Mas a posse do presidente eleito só foi possível porque o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, com uma ação armada neutralizou o golpe que pretendia "liquidar as liberdades públicas e rasgar a Constituição" para implantar "no Brasil uma ditadura terrorista a serviço dos monopólios norte-americanos", de acordo com uma nota do Comitê Central do PCB.

Capítulo 34

Nada justificava aquela ação intempestiva. Esperassem a delegação que fora ao XX Congresso do PCUS retornar.

1956 - 1957

Quando o PCB saudou os preparativos do XX Congresso do PCUS mal sabia que estava diante do tiquetaquear de uma bomba-relógio. Como não poderia deixar de ser, o acontecimento enchia os comunistas de esperança. Seria mais uma oportunidade para todos beberem na fonte das experiências socialistas, a origem do caudal de revoluções e governos populares que se formou desde que os bolcheviques tomaram o poder, em 1917. O PCB mandou uma delegação para acompanhar o evento, liderada por Diógenes Arruda Câmara, e seguia sua vida, procurando dar consequência à linha política constituída desde o *Manifesto de Janeiro* de 1948, aprumada no *Manifesto de Agosto* de 1950 e corrigida no IV Congresso.

Quando chegaram as primeiras notícias da União Soviética, em fevereiro de 1956, os comunistas brasileiros começaram a se dar conta de que estavam diante de um fenômeno inimaginável. O relatório "secreto" de Nikita Kruschev, o novo secretário-geral do PCUS, com pesadas acusações a Stálin, virara alegoria anticomunista nas mãos do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da mídia. Não havia muito a dizer, a não ser disparar chutes a torto e a direito, como fez um grupo ligado à imprensa do PCB

que decidiu “abrir o debate” à revelia da direção. A confusão só começou a entrar nos eixos quando as informações chegaram com mais consistência.

Em setembro de 1956, Pedro Pomar desembarcou em Pequim para acompanhar o VIII Congresso do Partido Comunista da China (PCCh), que começaria no dia 15 daquele mês, e no dia 17 ele ouviu Mao Tse-tung dizer em seu *Informe Político* que “o prestígio, a influência e a experiência dos chefes têm sido extremamente preciosos para o partido e o povo”, uma referência aberta aos ataques do grupo de Kruschev a Stálin. “Prezar e saudar os chefes não significa torná-los objeto de adoração”, completou o líder chinês. Pedro Pomar levou uma mensagem do Comitê Central do PCB, assinada por Luiz Carlos Prestes, transmitida na íntegra pela *Rádio Pequim*. Um informe da polícia política diz que ele estivera também na União Soviética, mas não há comprovação dessa informação.

***

De volta ao Brasil, Pedro Pomar não gostou nem um pouco do que viu. Nada justificava aquela ação intempestiva dos que desataram o debate sobre o XX Congresso do PCUS em bases artificiais. Esperassem a delegação que fora à URSS retornar; contivessem a ansiedade para não abrir mais flancos desnecessários, por onde a reação atacava os comunistas com mais virulência. Diógenes Arruda Câmara e Maurício Grabois representaram o PCB no Congresso — o primeiro liderando a delegação brasileira e o segundo chefiando a terceira turma de dirigentes em curso na Escola Superior do Comitê Central do PCUS — e só eles teriam condições de falar com conhecimento de causa.

Depois da missão no Congresso do PCUS, Maurício Grabois voltou para o curso, que terminava no final de 1956, e Diógenes Arruda Câmara, com a delegação brasileira, viajou para a China. O relatório “secreto” de Kruschev já estava em vários jornais do mundo — inclusive n’*O Estado de S. Paulo* — quando ele tomou conhecimento da sua existência. De volta a Moscou, em junho, entrevistou-se com dirigentes soviéticos, encontrou-se com Maurício Grabois e, com a delegação, retornou ao Brasil. Chegaram no começo de agosto e encontraram o PCB em ebulição. O jornal *Voz Operária* havia publicado o relatório como suplemento especial na edição de 10 de março e a direção do PCB aguardava a chegada deles para debater o assunto.

Enquanto o Comitê Central discutia, o grupo que atuava na imprensa do Partido e se autointitulava “Sinédrio” — denominação que os antigos judeus usavam para o tribunal, em Jerusalém, formado por sacerdotes, anciãos e escribas, que julgava as questões políticas, criminais ou administrativas referentes a uma tribo ou cidade — abriu o debate. “Um grupo divisionista, embora tenha conseguido durante algum tempo utilizar-se dos principais órgãos de imprensa do Partido para difundir suas opiniões contra a linha do Partido e para atacar a direção do Partido, não pôde enganar como desejava os militantes do Partido, chocou-se com o invencível sentido de unidade, essência do amor ao Partido e do espírito de Partido que, como comprovam os fatos, já estão fortemente enraizados em nossas fileiras”, disse Prestes em entrevista à *Voz Operária* de 27 de julho de 1957.

Debaixo da saraivada de ataques, em 20 de outubro de 1956 a *Voz Operária* publicou o *Projeto de resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do*

Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil. O documento deu vigor aos que se destacariam, com o avanço do debate, na defesa dos comunistas. Em 24 de novembro de 1956, o jornal *Voz Operária* publicou uma carta de Prestes recomendando que a discussão fosse baseada em princípios.

***

Pedro Pomar entrou na polêmica com o artigo intitulado "O XX Congresso e os nossos debates", publicado em 9 de fevereiro de 1957. Admitiu a ansiedade e fez críticas à demora do Comitê Central em iniciar a discussão, segundo ele porque houve subestimação da importância do XX Congresso do PCUS. Mas demarcou bem o campo com os grupos que atacavam o PCB. Na primeira parte do artigo, explicou que a reação imperialista procurava desesperadamente deter o avanço socialista enquanto os comunistas soviéticos abriam novas perspectivas para a luta pela paz.

Ele esclareceu que a ofensiva ideológica do imperialismo atingia o Brasil, e o PCB — o combatente mais tenaz pelas liberdades, a paz e a independência da pátria — estava sendo alvo da atividade divisionista dos inimigos do povo. E isso sucedia porque os imperialistas americanos precisavam arrancar concessões do governo Juscelino Kubitscheck, contra os interesses nacionais e da causa da paz mundial. Era um momento em que o proletariado e as grandes massas do povo brasileiro, e mesmo setores importantes da burguesia e dos latifundiários, precisavam unir-se para a salvaguarda da soberania da pátria e pela luta em defesa dos direitos democráticos.

Naquele instante, disse Pedro Pomar, o Brasil precisava que, à frente do povo, estivesse um partido comunista combativo, firme e monolítico, capaz de efetivamente dirigir as ações populares e patrióticas. Exatamente naquele instante, segundo ele, apareciam vozes dentro do PCB afirmando que erros haviam sido cometidos e que, por isso, o Partido deveria ser lançado ao monturo como instrumento imprestável e caduco. Outros falavam que o Partido deveria rever seus fundamentos ideológicos, seus princípios marxista-leninistas, e transformar-se em uma organização liberal-burguesa. Aqueles elementos, depois do XX Congresso e da denúncia de culto à personalidade de Stálin, e sob o impacto da contrarrevolução na Hungria, tomaram os erros do líder soviético como um sinal de fracasso do sistema socialista e do movimento comunista, e passaram a tirar conclusões falsas sobre diversas questões.

Para Pedro Pomar, eles não compreenderam o verdadeiro sentido do XX Congresso e não refletiam os interesses mais profundos do proletariado brasileiro e da causa do socialismo. Os comunistas precisavam fazer um exame sério dos erros do PCB e tomar medidas enérgicas para corrigi-los, mas a natureza dos equívocos no Brasil não era toda ela da mesma espécie dos ocorridos na União Soviética. Pedro Pomar disse que em sua opinião o PCB estabelecera objetivos programáticos essencialmente justos, que correspondiam àquela etapa do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Após o golpe de 24 de agosto de 1954, quando houve o pronunciamento das Forças Armadas contra Vargas, afirmou, os comunistas intensificaram a busca das leis específicas da revolução brasileira, de um justo caminho que, baseado na experiência universal do marxismo-leninismo, das revoluções, da União Soviética, da China e de outros países, pudesse levar o Brasil o mais rapidamente possível a um regime de

democracia popular. Importantes passos haviam sido dados na formulação de uma correta tática política, como provava o êxito obtido pelo PCB na campanha eleitoral que deu a vitória a Juscelino Kubitschek e derrotou o golpe reacionário.

Entretanto, com o XX Congresso surgiram indicações e teses justas para a solução de muitos problemas que inquietavam os comunistas, afirmou. A denúncia do culto à personalidade, disse Pedro Pomar, revelava o quanto eram insuficientes as medidas que os comunistas proclamavam a favor da direção coletiva e até que ponto estavam enraizados os métodos falsos, impositivos, no trabalho do Partido com as massas e entre os organismos militantes. Em matéria de organização, o sectarismo parecia até um mal incurável, porque no combate de palavras que era feito os comunistas não foram capazes de assimilar suas raízes. O dogmatismo, especialmente nos últimos cinco anos, adquirira grande força, sem que se pudesse entender bem por que isso se dava, opinou.

Segundo Pedro Pomar, certos entraves existentes no PCB que impediam sua maior ligação com as massas e sua transformação em um instrumento mais apto para cumprir sua tarefa revolucionária só foram focalizados mais amplamente pela experiência da luta contra o culto à personalidade na União Soviética, conforme demonstrou o XX Congresso. Eram problemas de grande importância, que deviam ser enfrentados com a participação ativa de todos os militantes comunistas, caso o PCB tivesse compreendido logo as lições dos soviéticos. Mas deviam fazê-lo sem pressa e tendo em conta a ilegalidade do Partido, enfatizou.

Além disso, os debates deveriam elevar o nível da vida política do PCB e sua capacidade de mobilizar, organizar e unir grandes massas, superando os erros e certos abusos que eram praticados, principalmente os elementos da direção superior, no próprio curso do trabalho. Cabia também explicar, disse Pedro Pomar, porque os debates demoraram a ser abertos e não foram bem encaminhados pelo Comitê Central.

Ele registrou que ninguém, a não ser "os elementos influenciados pela campanha do inimigo", queria um debate anárquico e sem princípios, que poria em risco a unidade e a segurança do Partido. Segundo Pedro Pomar, a grande maioria dos militantes comunistas possuía nível para saber que o fortalecimento da democracia interna e o trabalho de direção coletiva exigiam o reforçamento do centralismo democrático e da responsabilidade pessoal, e não o contrário — como pensavam alguns "camaradas equivocados".

***

Pedro Pomar talvez temesse continuar demonstrando cautela excessiva e, por consequência, sua atitude passar a ser confundida com omissão ou conivência com as debilidades reconhecidas por todos. "Somente agora entrando nos debates, por motivos alheios à minha vontade (quando a discussão começou ele estava na China, acompanhando o VIII Congresso do PCCh), constato que poucos aceitaram as explicações do *Projeto de resoluções do Comitê Central* sobre as causas do atraso da discussão", disse. Passou a enumerar e a comentar algumas opiniões escritas sobre o atraso do debate.

A primeira era de alguns que atribuíam a demora à falta de espírito autocrítico do Comitê Central. Em parte isso aconteceu — segundo Pedro Pomar. A verdade inteira,

porém, era outra, porque o espírito autocrítico, embora imprescindível nos comunistas, sobretudo nos dirigentes, nem sempre solucionava, de modo correto e com rapidez, problemas intrincados que, por vezes, demandavam tempo e serenidade. Ademais, Prestes e outros dirigentes deram provas de abnegação e de amor ao PCB em toda a sua vida e não se negariam a reconhecer seus erros, desde que convencidos deles e de suas origens ideológicas e políticas.

Os debates realizados é que ajudaram a ver melhor tais erros, que deveriam ser corrigidos sem falta. Pedro Pomar disse que era daqueles que desejavam uma revisão dos erros do PCB e das posições ideológicas, políticas e organizativas de cada dirigente. Mas a experiência no terreno da autocrítica dizia que essa revisão deveria ser feita de forma amadurecida, considerando as circunstâncias, vendo acima de tudo os interesses do Partido, sem olhar pessoas e não utilizando os métodos punitivos de puro castigo. "Censurar pelo passado para servir de advertência no futuro" e "tratar da doença para salvar o enfermo", tais os ensinamentos que eram dados sobre o emprego da crítica e da autocrítica pelos camaradas chineses, registrou.

A segunda era a de que os erros do PCB, bem como o atraso da discussão, se deviam ao "sistema" do culto à personalidade de Stálin, estabelecido no Partido. Pedro Pomar também não concordava com essa opinião. Era um exagero. Houve culto à personalidade de Stálin por quase todos os comunistas, mas as consequências não chegaram aos extremos que lhe queriam dar. À medida que o tempo passasse e as cabeças esfriassem, as proporções do "culto" ganhariam seus justos limites. Os documentos do Comitê Central do PCUS e do Partido Comunista da China muito estavam ajudando naquela tarefa.

A terceira opinião era a de que a direção do PCB estava superada por não ter esclarecido a tempo e orientado o Partido sobre as questões surgidas no movimento comunista mundial e que se apresentavam também no Brasil. Pedro Pomar recusava aquela tese. Bastava ver que nenhum "iluminado" ou "dono do novo" conseguira articular algo coerente e parecido com o *Projeto de Resolução do Comitê Central*, apesar dos seus defeitos, que preferia deixar para serem discutidos em outra ocasião.

Ao não aceitar aquelas críticas, Pedro Pomar concordava, porém, que o *Projeto de Resolução*, além de passar as mãos pela cabeça da delegação que foi à União Soviética, nada dizia sobre a causa real do atraso da discussão. Essa causa, esclareceu, estava na subestimação da importância do XX Congresso do PCUS e na incompreensão de suas teses e conclusões principais por parte do Comitê Central. Por aquela razão, a direção do PCB deixou de reunir-se e de convocar o Partido para o exame das teses soviéticas. Tirassem por ele, um dos que não viram o enorme significado do XX Congresso.

Era uma séria subestimação do Partido e uma demonstração concreta de que os métodos de direção coletiva não estavam sendo empregados. Era também uma prova das grandes debilidades teóricas e ideológicas do Comitê Central, que além de não ver com mais profundidade o desenvolvimento da situação brasileira ainda por cima temia travar a luta contra várias manifestações da ideologia inimiga que procurava levantar a cabeça no Partido, a exemplo do nacionalismo burguês, com suas teorias objetivistas e liquidacionistas.

O momento exigia, contudo, que os comunistas não ficassem nas constatações e sim que procurassem conduzir os debates e o curso do trabalho do PCB no sentido de tirar as lições indispensáveis do XX Congresso. Pedro Pomar repetiu que a carta "oportuna e justa" de Prestes defendia os fundamentos do Partido, os princípios marxistas-leninistas e as ideias do internacionalismo proletário, que não estavam em jogo e deviam ser defendidos firmemente por todos os comunistas.

Só os que perdiam de vista os inimigos do proletariado e do povo brasileiro podiam levantar dúvida e querer discutir aqueles assuntos. Mas os que lutavam para tornar o PCB mais forte e unido não vacilavam, disse Pedro Pomar. "Elevamos, pois, o nível dos debates, procurando centrar-nos para a apreciação dos problemas ideológicos, políticos e organizativos em função dos interesses do avanço da revolução brasileira. Com este espírito, espero voltar aos debates", concluiu.

***

Com trinta e cinco anos de existência, o PCB acumulava um respeitável histórico de luta, pelo qual todos os comunistas tinham o dever de lutar, segundo Pedro Pomar. Era preciso ressaltar algumas singularidades do mais nacional de todos os partidos, como ele escreveu na edição do jornal *Notícias de Hoje* de 24 de março de 1957. "A organização do proletariado brasileiro em classe, isto é, no Partido Comunista, determinou enorme influência nos destinos do país", disse. Nos primeiros anos de existência, o avanço foi lento e duro, analisou. Mas já em 1935 ele apareceu como combatente "destemeroso" no movimento de frente única revolucionária da ANL, "que tão importante papel jogou na luta contra o fascismo indígena e internacional".

Segundo Pedro Pomar, ao completar trinta e cinco anos o PCB entrava na fase do seu amadurecimento. E atravessava um momento difícil, registrou. "Em virtude do aguçamento da luta de classes no país, o Partido tem de sustentar com firmeza e sabedoria, com flexibilidade e prudência, a luta por sua unidade, ao mesmo tempo que deve aparar e responder aos golpes do imperialismo americano e de seus sustentáculos internos, os latifundiários e os grandes capitalistas", disse. "Nosso Partido é o mais nacional de todos os existentes no país. Guiando-se pelo princípio do internacionalismo proletário, os comunistas se tornaram, por isso mesmo, uma força de coesão nacional, sobrepondo aos interesses e sentimentos locais e regionais, os de toda a nação", afirmou.

O Partido tornara-se parte integrante e cada vez mais indispensável da vida nacional, carne e sangue do povo, asseverou. "Parafraseando o herói do Partido Comunista Grego, Beloianis, podemos afirmar também com orgulho que as raízes do nosso Partido estão regadas com sangue de muitos patriotas e profundamente entranhadas no povo. A fisionomia da sociedade brasileira ficaria irreconhecível sem o Partido Comunista", disse. Pedro Pomar não mencionou abertamente a polêmica instalada, mas tocou no assunto. "Tendo por base o marxismo-leninismo e como centro o Comitê Central, dirigido pelo camarada Prestes, a unidade do Partido deve ser intransigentemente defendida", enfatizou.

***

Pedro Pomar entendia que o carnaval promovido sobre o XX Congresso continha algumas verdades, muitas meias-verdades e um festival de invencionices. Manifestou essa opinião em artigo publicado no jornal *Voz Operária*, edição de 20 de abril de 1957. Foi uma resposta a uma Resolução do Comitê Regional de Minas Gerais, publicada dias antes no mesmo jornal. Ele elogiou a constatação de que "as forças colonialistas norte-americanas, aproveitando-se dos acontecimentos internacionais", voltavam-se "com mais sofreguidão para o Brasil" e concordou com as críticas aos métodos errôneos de trabalho dos comunistas. Eram muito justas, disse. A Resolução também assumia uma posição internacionalista proletária quando ressaltava que a ação da União Soviética na Hungria, para combater a contrarrevolução, foi realizada no interesse da defesa da paz e do socialismo, afirmou.

No plano nacional, contudo, a Resolução errava ao fazer formulações como "os mineiros" alimentavam "o resto país" e o estado de Minas Gerais "possui o maior rebanho". Era uma comprovação da mistura de interesses da burguesia nacional com os dos trabalhadores, e até dos interesses da burguesia nacional com os da grande burguesia associada aos imperialistas. Ficava evidente também a separação do desenvolvimento da "sociedade mineira" do da sociedade brasileira, uma unilateralidade que colocava o proletariado como caudatário, em luta somente por suas reivindicações específicas. Um grave erro entre os comunistas, asseverou.

Pedro Pomar também criticou a omissão da influência imperialista no aparelho estatal e o grau de dependência cada dia maior do país aos Estados Unidos, como demonstrava a luta do PCB contra a concessão de Fernando de Noronha para bases militares norte-americanas, pretendida pelo governo do presidente Juscelino Kubitscheck. A perspectiva dos comunistas de Minas Gerais também não era clara. "A revolução democrático-burguesa parece ter sido realizada no país (ou em Minas Gerais)", ironizou. Mas o centro de sua argumentação não era a polêmica com a Resolução dos comunistas mineiros, embora tenha sido este o mote que constou no título do artigo, curto e seco — "A Resolução do CR de Minas Gerais".

Ele chegou aonde queria chegar, usando o devido jeito para quem ostentava a posição de um dos mais importantes dirigentes do PCB, inquieto com a saraivada de pontapés que a linha programática tecida desde 1948 vinha sofrendo, com contundência. Estava convencido — registrou — de que eram corretas e correspondiam, no essencial, à realidade brasileira as indicações e medidas principais do Programa do PCB, dirigidas contra o imperialismo americano e os restos feudais. O Programa atendia às reivindicações básicas do proletariado, dos camponeses, das camadas médias e da burguesia nacional. Ao propor a substituição do governo das classes dominantes pelo governo democrático de libertação nacional, o Programa estabelecia como tarefa a inauguração de um regime novo, oposto ao velho regime de latifundiários e grandes burgueses, aliados e serviçais do imperialismo norte-americano.

Segundo Pedro Pomar, o Programa previa certo desenvolvimento do capitalismo com a revolução democrático-popular, mas estabelecia que se o proletariado estivesse solidamente unido ao campesinato e às outras camadas revolucionárias, e se o Partido Comunista fosse poderoso, o Brasil poderia tomar o caminho do desenvolvimento não capitalista, mas socialista, o que na situação do mundo naquele momento era perfeitamente viável. Com tato, chegou ao cerne da questão. "Sou dos que aceitam modificações no Programa, mas não para desfigurá-lo ou para que desapareça sua

fisionomia revolucionária", escreveu. "A parte tática do Programa deve ficar em consonância com a realidade, conforme demonstrou, aliás, a nossa luta nos últimos anos", completou.

Questões como a solução pacífica para os impasses brasileiros e a formação urgente da frente democrática de libertação nacional, avaliou, deveriam ser colocadas de modo mais flexível, pois era sabido que a tática varia de acordo com as circunstâncias e era falso fixar de antemão, para um longo período, formas de luta e de organização, bem como palavras de ordem de ação imediata. O baixo nível teórico dos comunistas em geral, disse Pedro Pomar, e o dogmatismo levaram o PCB a tratar erradamente tais questões. Por isso, cumpria discutir e aplicar, sem mecanicismo, e contra as interpretações reformistas, as teses do XX Congresso do PCUS sobre a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo — em condições determinadas e com as devidas reservas, enfatizou.

O XX Congresso, de acordo com Pedro Pomar, dera enorme contribuição ao movimento comunista mundial e arrancou das mãos dos inimigos a acusação que eles esgrimiam de que os comunistas eram devotos ou fanáticos da violência. Mas encaixou a ressalva: "Entretanto, o problema da possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, no Brasil, parece-me, só deveria entrar na ordem do dia, para discussão, depois de alcançada a completa independência política do país e do coroamento da etapa atual da revolução brasileira." A ruptura com o jugo do imperialismo e de seus agentes internos, esta sim, poderia ser conquistada pacificamente, afirmou. A linha política do PCB, disse Pedro Pomar, objetivava conseguir uma brecha no acentuado predomínio americano sobre a vida do país. Na base de uma plataforma mínima, de defesa da soberania nacional, das liberdades democráticas e da melhoria das condições de vida do povo, inclusive de setores das classes dominantes, o PCB se esforçava para unir as forças patrióticas e combater o imperialismo, afirmou.

Em meio às divergências que campeavam no PCB, Pedro Pomar tratou de delimitar bem os campos. "Julgo, no entanto, as ilusões reformistas nocivas e perigosas. Na atual situação internacional do Brasil, e num país como o nosso, onde existe uma pesada máquina burocrática, militar e policial oprimindo o povo, e em que as classes dominantes possuem uma experiência secular de violência e engodo das massas oprimidas, a solução pacífica é difícil. Como demonstrou a vida política brasileira de 1937 a 1947, sobretudo nos anos de legalidade do Partido, de 1946 a 1947, quando mais abertamente advogamos pelo desenvolvimento pacífico da revolução, as ilusões reformistas nos custaram caro", escreveu.

Pedro Pomar demonstrava impaciência com as teses reformistas, defendidas por aqueles que não queriam ver a experiência recente dos comunistas. "A ofensiva do imperialismo americano pegou-nos desprevenidos. Não resistimos como teria sido possível e necessário caso estivéssemos preparados para o pior. E a reação interna, ainda hoje, continua a perseguir o movimento democrático e patriótico, especialmente o movimento comunista. Digno de nota é que essa reação tem, agora, à sua frente, o governo de Juscelino Kubitscheck, do grupo de grandes latifundiários e capitalistas de Minas Gerais", disse. Citou o caso da Guatemala, um exemplo que demonstrava quão furiosa era a reação americana quando se contrariavam seus interesses.

O artigo chegou ao fim com Pedro Pomar retomando a polêmica com os comunistas mineiros — na verdade um recurso para expressar sua opinião no debate a respeito de outros temas. “Os camaradas de Minas, partindo do fato do crescimento do capitalismo e do aumento do peso específico da classe operária, dentro de uma estrutura em que mantém os restos feudais e se processa a penetração do imperialismo; partindo da suposição de que na superestrutura a burguesia passou a ocupar posições dominantes e a beneficiar-se do aparelho do Estado; partindo disso, o justo teria sido concluir que se aguçam as contradições de classes no país e a contradição entre as massas populares e os imperialistas e seus agentes internos, constituindo essa a contradição principal a ser superada neste momento”, asseverou.

***

Quando Pedro Pomar expôs suas opiniões, João Amazonas já estava em combate. Seu primeiro artigo, intitulado “As massas, o indivíduo e a história”, publicado no jornal *Voz Operária* em 26 de janeiro de 1957, contestou duramente a base dos argumentos daqueles que iniciaram os ataques ao PCB. Disse que eram as massas que faziam a história, mas “não se pode concluir que seja nulo ou insignificante o papel das personalidades”. Amazonas voltaria a escrever em 2 de fevereiro de 1957 para defender a ideia de que “o Partido Comunista elabora sua orientação e enriquece seus princípios coletivamente”. “Isso dá ao Partido do proletariado uma grande vantagem sobre os partidos burgueses”, asseverou.

Carlos Nicolau Danielli, um jovem dirigente eleito para o Comitê Central aos 25 anos no IV Congresso, em 1954, vindo da União da Juventude Comunista e que integrou a delegação de 1952-53 que fez o curso na Escola Superior do Comitê Central do PCUS, também entrou no debate com argumentos sólidos. Em 16 de março de 1957, ele iniciou uma série de artigos no jornal *Voz Operária* defendendo fundamentalmente os princípios marxistas-leninistas.

Amazonas e Danielli começaram suas intervenções criticando Agildo Barata. Veterano membro do Comitê Central, ele se juntara aos que atacavam o PCB. Entrou em rota de colisão com o Partido e foi expulso — decisão anunciada na edição do jornal *Voz Operária* do dia 7 de setembro de 1957. Segundo Prestes, após seis meses de debate público Agildo Barata convenceu-se de que não poderia impor suas opiniões ao Partido, viu-se completamente só no Comitê Central e decidiu emprestar seu nome para servir de bandeira ao grupo divisionista. “Não deixa de ser melancólico ver um homem com o passado revolucionário do senhor Agildo Barata (ele liderou o 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, no Levante de 1935), cego certamente pela vaidade e por um exagerado personalismo, enveredar (por esse caminho)”, afirmou.

O Pleno do Comitê Central de abril de 1957 determinou que fosse realizado um balanço da discussão para ser avaliado na reunião seguinte e fixou o encerramento do debate em trinta dias. Os grupos que se formaram para atacar o PCB continuavam a disparar munição pesada e a direção queria chamar todos à razão. Ou paravam ou teriam de deixar as fileiras partidárias. O Comitê Central tinha consciência, é claro, de que não seria com lições de marxismo-leninismo que se decidiria questão tão espinhosa. Mas também não era o caso de bater na mesa com os manuais comunistas. Quando o debate se aprofundou, novas contradições, essas mais sérias, afloraram.

***

No dia 13 de julho de 1957, saiu na *Voz Operária* a *Resolução do Comitê Central do PCUS sobre o grupo dogmático e sectário*, que anunciava a decisão do Pleno, realizado entre 22 e 29 de junho, de destituir de suas funções executivas os históricos dirigentes Viatcheslav Mikhailovitch Molotov, Geórgiy Maksimiliánovich Malenkov e Lazar Moiseyevich Kaganovich. Na luta interna que se estabeleceu na direção do PCUS, eles foram derrotados por não concordarem com algumas conclusões que alteravam profundamente os conceitos do marxismo existentes e que ficaram conhecidas como revisionistas.

No PCB, medida semelhante seria adotada no Pleno de agosto de 1957 do Comitê Central. Sob a batuta de Prestes, Maurício Grabois, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara e Sérgio Holmos foram destituídos de suas funções na Comissão Executiva — Pedro Pomar era do Comitê Central, mas, desde que se refugiara em Porto Alegre com o término de seu mandato de deputado, não pertencia à instância máxima de direção do PCB. O mesmo Pleno convocou o V Congresso. No dia 22 de março de 1958, contudo, a *Voz Operária* publicou a *Declaração Sobre a Política do PCB*, a polêmica *Declaração de Março*, que, em linhas gerais, seguia as teses do XX Congresso do PCUS — como a controvertida defesa do caminho pacífico da revolução brasileira e todo o seu arcabouço político-ideológico.

O clima carregado daquele momento não impediu Pedro Pomar de ser o orador da comemoração festiva do 60º aniversário de Prestes na noite de 3 de janeiro de 1958, na sede do jornal *Notícias de Hoje*, em São Paulo. A festa reuniu amigos, camaradas e admiradores do líder máximo do PCB. Saudando o aniversariante, Pedro Pomar destacou o papel e a importância de Prestes na luta do povo brasileiro pela sua independência, progresso e bem-estar. Em seguida, foi servida uma mesa de doces.

***

Ao mesmo tempo em que tomava partido claramente como uma das lideranças comunistas que se opunham aos golpes desferidos no PCB, Pedro Pomar acompanhava mais uma poderosa onda de greves, que tinha como epicentro o estado de São Paulo. Seu prestígio na capital paulista foi mostrado em um almoço promovido em homenagem a ele no restaurante Kairallah pela Comissão Tiradentes por Liberdade, Paz e Cultura e pela Associação Paulista dos Amigos da Imprensa Democrática. Participaram figuras representativas de diversas camadas e classes sociais, entre as quais Aparício Torelli (Barão de Itararé), Salvador Romano Lossacco, presidente do Pacto de Unidade e Ação (PUI), escritores e outras personalidades.

A Comissão Executiva do PCB havia decidido que, como em 1953, Pedro Pomar deveria formar uma comissão com Orlando Piotto e Antônio Chamorro para acompanhar o movimento grevista. Outra missão de Pedro Pomar seria estudar a situação política do estado. Em entrevista ao jornal *Notícias de Hoje*, edição de 17 de outubro de 1957, ele disse que a carestia era a principal preocupação dos trabalhadores. Reclamar aumento salarial não passava de direito elementar.

Uma combinação de reivindicações salariais e de medidas contra a carestia deu o mote ao movimento grevista. Isenção do imposto para gêneros de primeira necessidade era

um dos principais itens que constava da pauta de reivindicações. Uma greve geral chegou a ser cogitada para 20 de julho de 1957, mas foi adiada quando o governo federal prometeu analisar o pleito dos trabalhadores. Para Pedro Pomar, naquele momento a greve teria de ser legal e pacífica, evitando as tentativas de provocações antidemocráticas dos agentes patronais. Segundo ele, "grevistas" de revólver na mão, atirando, chegaram a ser filmados em manifestações dos trabalhadores.

De acordo com Pedro Pomar, a greve não poderia ser superada em vinte e quatro ou quarenta e oito horas porque existia uma ferrenha intransigência patronal nas negociações. Ele fez um apelo para que o PTB, o PSB, os jovens estudantes, os esportistas e as organizações de mulheres se solidarizassem com os trabalhadores, engrossando a fila dos que combatiam a carestia. A paralisação ficou conhecida como "a greve dos quatrocentos mil", durou dez dias, abrangeu seis categorias, e terminou com a conquista de 25% de reajuste salarial.
***

Pedro Pomar vivia uma espécie de semilegalidade. Em 9 de outubro de 1957, ele compareceu à audiência na 9ª Vara Criminal do Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos ao juiz João Fontes Faria, que acatara a denúncia do promotor Roberto Mariano também contra Maurício Grabois, Luiz Carlos Prestes, João Amazonas e mais dezesseis dirigentes do PCB, além de oito jornalistas da *Imprensa Popular*. A denúncia decorria da publicação do Projeto de Estatutos do Partido.

Perante o juiz, Pedro Pomar disse que estava sendo processado por conta da sua posição de constante defensor da democracia para todo o povo, da sua luta pela soberania do país e contra o imperialismo norte-americano. Era uma acusação mais política do que jurídica. A absolvição, contudo, só viria com a sentença do juiz Pedro Ribeiro de Lima, expedida em setembro de 1959.

Na audiência seguinte, ao sair Pedro Pomar foi perguntado por um repórter do *Diário da Noite* sobre o processo. "O povo brasileiro repele as discriminações ideológicas. Há um clima de legalidade e não é justo que mantenham o Partido Comunista fora da lei enquanto a quinta-coluna de Plínio Salgado continua agindo abertamente, revivendo as formas fascistas e símbolos repudiados pelo Brasil", respondeu. O jornalista pediu sua opinião sobre "a reabilitação de Trotsky pelo Partido Comunista da União Soviética, esperada para dentro de pouco tempo". "Aguardo os acontecimentos. Essa é uma tarefa que compete ao PCUS e, por isso, não posso, por enquanto, opinar", afirmou, segundo o jornal.

Ele falou também ao *Última Hora* sobre a luta pela legalidade do PCB na redação do *Notícias de Hoje*. Segundo o jornal, Pedro Pomar era "tido por alguns como elemento de destaque do Comitê Central do Partido". "Feitas as perguntas, o senhor Pedro Pomar respondeu com franqueza e objetividade", observou o jornalista que o entrevistava. Indagado inicialmente sobre as possibilidades de retorno dos comunistas à legalidade, ele respondeu: "Os que se manifestam contra a volta do PCB à legalidade são o senador Juracy Magalhães e o deputado Carlos Lacerda, que não têm o menor interesse na legalidade."

Segundo ele, os comunistas vinham procurando se apresentar como força unitária no cenário político brasileiro, haja vista a posição adotada quando da eleição de Juscelino

Kubitschek para a Presidência da República, a defesa da sua posse, “nossa luta em defesa do petróleo, da soberania nacional, dos minerais atômicos”. “Não desejamos perturbar o ascenso democrático”, afirmou. “Há motivos para que confiemos nesse governo”, enfatizou.

Pedro Pomar comentou que o presidente Juscelino Kubitscheck decretara o aumento do salário mínimo “e, também, face ao movimento grevista, denunciou os lucros escandalosos dos patrões”. “O governo federal tem condições para realizar um governo de paz, reatando relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e a China Popular, e impedindo que os nossos representantes na ONU mantenham posição de subserviência à delegação americana. É preciso saber que tudo mudou muito com o Sputnik e os projéteis balísticos”, comentou, conforme publicou o *Última Hora*. Indagado sobre as possibilidades de Luiz Carlos Prestes apresentar-se à Justiça e voltar à vida normal, Pedro Pomar declarou: “O senhor Luiz Carlos Prestes tem interesse em facilitar o processo democrático.”

***

Enquanto a sonolenta tramitação do processo contra os dirigentes comunistas e os jornalistas da *Imprensa Popular* seguia seu curso, o frenético desdobramento das novas contradições que cresciam rapidamente no PCB agitava os comunistas. As notícias davam conta de que logo eles seriam absolvidos — Prestes estava com prisão preventiva decretada —, um alívio para o PCB enfrentar a crise desencadeada pelo XX Congresso do PCUS com mais segurança.

Contrariado com a decisão do Pleno do Comitê Central de agosto de 1957 de afastar antigos camaradas da direção máxima do Partido, Pedro Pomar concluiu que a situação exigia ações ousadas para evitar que fosse, mais uma vez, envolvido em ondas de calúnias sem poder se defender.

Em São Paulo, ele lançara-se ao trabalho do PCB nas grandes empresas. Para essa finalidade, nada melhor do que residir em uma localidade de grande concentração operária. O local escolhido foi o bairro Tatuapé, na Zona Leste da capital paulista, circundado por uma vasta região com grande quantidade de trabalhadores. Ele e a família foram morar na Rua Ibicaba, número 63. Com o prestígio angariado no estado, no processo de conferências do V Congresso do PCB Pedro Pomar elegeu-se facilmente para o Comitê Estadual paulista e para o cargo de secretário político do Comitê Zonal do Tatuapé.

Com sua base portentosa, a reunião do Comitê demorou vários dias quando a Resolução do Comitê Central sobre o XX Congresso do PCUS foi a debate, no começo de 1957. Em um clima acalorado, a reunião reproduziu as posições que sacudiam o PCB de alto a baixo. No final, aprovou várias resoluções. Uma delas, possivelmente por influência de Pedro Pomar, ao criticar Stálin ressalvou que o combate ao culto à personalidade não estava sendo justo. Era um “culto às avessas”, mostrando que todos os erros haviam emanado do líder soviético, omitindo os seus acertos e a grande contribuição que dera à causa do socialismo. Omitia, ao mesmo tempo, a responsabilidade de outros dirigentes soviéticos.

O mundo vivia uma nova realidade, que precisava ser compreendida em um espectro maior, dizia Pedro Pomar. Com esse entendimento, ele percorria o estado para debater a situação dos comunistas, mas também iria buscar informações e exemplos da luta revolucionária em terras mais longínquas.

Capítulo 35

Um abismo chama outro. Pedro Pomar vai saudar a Revolução Cubana e ver a experiência dos guerrilheiros de Fidel Castro de perto.

1959 - 1960

Ano ruim, ano de ratos, ano impuro! Pablo Neruda abriu assim a *IV Crônica de 1948 (América)* em seu *Canto Geral*. Um indisfarçável mal-estar começava a rondar a América Latina. O poeta estava indignado com a atitude do presidente do Chile, Gabriel González Videla, que havia se curvado à lógica da Guerra Fria e, por pressão norte-americana, demitido os comunistas que participavam do seu governo. Depois, o registro do partido e os mandatos comunistas seriam cassados — um processo semelhante ao que ocorreu com o PCB. Era só o começo do que estava por vir nas décadas seguintes.

Em 19 de maio de 1954, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com a Guatemala, alegando que o governo do presidente Jacobo Arbenz Guzmán, democraticamente eleito, adotava medidas de "tendências comunistas". Logo começou a funcionar a ponte aérea que transportava armas para Honduras e Nicarágua, abastecendo os bandos mercenários que invadiriam o país, com amplo respaldo norte-americano. Era o início de um ciclo sinistro. Um após outro, os países da região começaram a ser sacudidos por golpes.

Um abismo chama outro, previu Pedro Pomar. Pusessem as barbas de molho porque o imperialismo norte-americano era o inimigo de todos os povos que lutavam por sua independência e pela paz, era o centro das forças reacionárias em todo o mundo. A resistência democrática, fosse ela da natureza que fosse, deveria ser apoiada e saudada. Quando a guerrilha liderada por Fidel Castro triunfou em Cuba, em 1º de janeiro de 1959, ele foi saudar a vitória e ver a experiência de perto. Esteve no país por duas semanas e meia e voltou entusiasmado, como demonstrou ao narrar o que vira em uma série de artigos no jornal *Novos Rumos*, iniciada na edição de 6 a 12 de novembro de 1959 (a publicação era semanal).

Segundo ele, tudo que dizia respeito à Revolução Cubana, a seus problemas e dificuldades, em uma palavra, ao seu destino, interessava profundamente às forças populares e patrióticas do Brasil. Era uma experiência autenticamente popular — avaliou — que golpeava frontalmente o imperialismo americano e elevava a consciência nacional do povo cubano e dos povos irmão do Continente. Demonstrava a pujança e o crescimento da luta libertadora e democrática na América Latina — comentou. Para Pedro Pomar, o exemplo da Revolução Cubana alentava a luta que os comunistas travavam pela emancipação nacional e social do povo brasileiro. A vitória do povo cubano era parte integrante daquela luta dos brasileiros e, como tal, precisava ser defendida.

A Revolução Cubana — escreveu Pedro Pomar — marchava para a conquista da verdadeira independência do país, para dar terra aos camponeses, para industrializar seus recursos e construir uma economia diversificada e estável, para diminuir o desemprego crônico que atingia seiscentos mil trabalhadores, para democratizar a vida política e social, eliminando a chaga do preconceito contra os negros, além de outras medidas progressistas. Havia, segundo ele, uma minoria que temia a oposição do imperialismo americano, mas não representava o povo cubano, temperado por quase um século de lutas contra os colonizadores, os latifundiários e os grandes importadores — parasitas e lacaios dos Estados Unidos.

Segundo Pedro Pomar, o imperialismo norte-americano era o mais furioso porque fora o mais atingido. Movia uma campanha de calúnias e provocações de larga escala, comentou. A princípio, foram as mentiras sobre os tribunais revolucionários e a condenação dos criminosos que imolaram milhares de cubanos, em sua maioria inocentes. O governo de Fidel Castro, em resposta, promoveu a chamada "Operação Verdade", que inclusive encaminhou ao Brasil representantes da Revolução para esclarecerem a opinião pública das razões daquelas medidas. Em seguida, veio o anticomunismo, enumerou.

Antes, escreveu, os imperialistas e seus lacaios afirmaram que a Revolução tivera um caráter anticomunista, pois o proletariado e seu partido comunista não jogaram nenhum papel. À medida, porém, que o novo governo revelava seu sentido genuinamente nacionalista e democrático, de forte sentido popular, e começava a transformar a fisionomia social e econômica de Cuba, especialmente com a Lei de Reforma Agrária, aquela mesma gente passou a acusar a Revolução de comunista e a promover uma ensurdecedora gritaria anticomunista.

A campanha seguinte contra a Revolução, segundo Pedro Pomar, foi a celeuma a respeito da suposta falta de democracia em Cuba, sobretudo a ausência da "liberdade" de imprensa. A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), constituída por diretores dos grandes jornais dos Estados Unidos e da América Latina, ou de seus representantes, arvorou-se em protetora da liberdade de imprensa e, orientada pelo provocador e espião norte-americano Júlio Debois, inventou a fórmula da coação moral sobre a imprensa de oposição, detalhou. Na realidade, disse Pedro Pomar, a campanha pretendia intimidar o governo revolucionário e fazê-lo ceder às forças da reação e do entreguismo, como fazia o *Diário de la Marina*, uma espécie de *O Estado de S. Paulo* em Cuba.

Pedro Pomar afirmou que voltara de Cuba convencido de que aquelas manobras estavam destinadas ao fracasso. O governo norte-americano pedia o impossível. Não estava convencido de que, quando um povo, mesmo pequeno como o de Cuba, estava disposto a defender seus direitos, unido na determinação de prosseguir na marcha revolucionária, nenhuma força seria capaz de detê-lo. Seus dirigentes estavam conscientes da ameaça e dos perigos existentes, interna e externamente. Não os menosprezavam, tampouco os exageravam. A grande força da Revolução residia precisamente na unidade crescente de suas fileiras, na consciência das dificuldades a transpor e na firme decisão de defender e fazer avançar as conquistas revolucionárias, avaliou Pedro Pomar.

A pujança da Revolução, segundo ele, residia igualmente no fato de que ela possuía muitos amigos em todo o mundo, contando com a simpatia e a solidariedade ativa de imensas forças sociais e políticas, desde o campo do socialismo até os povos latino-americanos e o próprio povo dos Estados Unidos. No Brasil, tornava-se mais indispensável e urgente a manifestação de solidariedade dos comunistas, a fim de desmanchar o complô imperialista norte-americano e derrotar sua pressão e seus manejos contra Cuba, afimou. Era preciso fazer sentir no governo Juscelino Kubitscheck e no seu ministro das Relações Exteriores a pressão para que eles não se prestassem às intrigas dos imperialistas norte-americanos, principalmente no comércio do açúcar e nas reuniões da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Umas das principais armas do governo dos Estados Unidos, de acordo com Pedro Pomar, era a pressão internacional, que encontrava canais privilegiados no Brasil. "Para não dizer que altero o sentido das pretensões do Departamento de Estado, vejamos o editorial do seu porta-voz no Brasil, *O Estado de S. Paulo*, de 29 de janeiro de 1959, que revela o fundo da questão: 'Desde que Castro se dispôs a levar sua revolução além dos limites políticos para penetrar audaciosamente no terreno das reformas das condições sociais e econômicas, a crise tornou-se inevitável.' Tudo perfeitamente claro. Trata-se abertamente de impedir que o governo de Cuba tome as providências indispensáveis para liquidar as fontes de miséria e da tirania, da corrupção e da ignorância em que tem vivido duramente tantos anos o povo irmão", escreveu.

Indignado com as palavras do jornal, Pedro Pomar disse que não era por "maldade" nem por "antipatia" em relação aos Estados Unidos que a Revolução apontava seu gume contra o imperialismo americano. Seu caráter anti-imperialista era o resultado de uma necessidade objetiva do desenvolvimento histórico de Cuba. Nesse aspecto, segundo ele, a Revolução Cubana não diferia dos processos revolucionários em outros países da América Latina. Mas uma das particularidades que emprestava vigor à Revolução e, até certo ponto, explicava por que ela se convertera em um posto avançado da luta dos povos latino-americanos contra o inimigo comum e em um exemplo de projeção continental, se devia precisamente ao fato de que o povo cubano, desde os primórdios do seu movimento de independência, tinha se defrontado com o imperialismo americano como o maior obstáculo ao seu desenvolvimento progressista e à sua liberdade, analisou.

Segundo Pedro Pomar, diferentemente da maioria dos países da América Latina e com a criação de seus Estados nacionais, a luta do povo cubano encontrava-se, nos fins do século 19, com os apetites colonialistas dos trustes americanos, que procuraram transformar a ilha em uma fazenda produtora de cana-de-açúcar e o país em um peão da sua política de dominação do Mar das Antilhas e de todo o Continente. O grande patriota e democrata José Martí, cognominado o apóstolo da independência do país, tinha tanta consciência desse perigo que indicara, pouco antes de morrer, no começo da luta libertadora em 1895, que a insurreição tinha a missão de "impedir a tempo — com a Independência — que os Estados Unidos se estendam pelas Antilhas e caiam com mais força sobre as terras da nossa América", lembrou.

Pedro Pomar explicou que o imperialismo americano sempre cobiçara as antigas colônias mantidas pela Espanha nas Antilhas e no Pacífico. Cuba, uma das mais belas e ricas dessas terras, distante noventa milhas da costa norte-americana e em posição estratégica no caminho da Europa e da América Latina, mereceu constante atenção da

diplomacia do dólar. A afluência de capitais norte-americanos para a ilha começou por ocasião da chamada "guerra grande", de 1868-1878, contra o domínio espanhol. A economia cubana viu-se então arruinada e sua dependência do mercado americano ainda mais acentuada, historiou.

No período da guerra da independência de 1895, escreveu Pedro Pomar, quando o povo estava prestes a derrubar o regime colonial, os Estados Unidos declararam guerra à Espanha, em 1898. Venceram e obrigaram-na a renunciar às suas colônias de Cuba, Filipinas, Porto Rico e outras, que foram ocupadas pelos exércitos ianques e viram frustrados seus movimentos emancipadores. Lembrassem que essa foi a primeira guerra imperialista da nova época do capital financeiro e marcou uma viragem na situação mundial daquele tempo. Deu início à etapa expansionista do imperialismo americano fora das fronteiras da América Latina e revelou, ao mesmo tempo, sua fisionomia reacionária e feroz como inimigo da luta de libertação dos povos.

Mas em face de um movimento nacional forte, como o de Cuba, disse ele, o imperialismo americano já demonstrava então sua capacidade de manobra e de engano, preferindo utilizar meios indiretos de controle econômico e político, apresentando-se matreiramente como "amigo" da independência do povo cubano. Segundo Pedro Pomar, "era larga a fé de ofício dos ideólogos e políticos reacionários norte-americanos, ou a seu serviço, na busca de 'teorias' e de meios com o propósito de dividir as forças nacionais, democráticas e populares que querem sacudir o jugo opressor desse 'amigo'". Desde o lançamento da famosa "Doutrina Monroe", passando pela construção do sistema do pan-americanismo oficial e hipócrita, até a política da "Guerra Fria", o imperialismo americano tudo fazia para justificar o esbulho de que eram vítimas os povos oprimidos, afirmou.

Pedro Pomar discorreu sobre mais informações da história da luta de Cuba pela sua independência e concentrou-se na "Lei de Reforma Agrária", contendo nove capítulos e sessenta e sete artigos, decretada pelo governo revolucionário, a qual, de forma simples e objetiva, expressava claramente os fins visados. Passou pela histórica luta do povo cubano pela terra, constatando que havia uma tradição nesse terreno como fator intimamente ligado ao da independência nacional, e relatou que no curso da batalha iniciada em Sierra Maestra os camponeses passaram a constituir a força principal de apoio da Revolução, do seu exército rebelde.

Além da situação específica de Cuba, Pedro Pomar analisou o papel da reforma agrária nos processos de transformações revolucionárias. Segundo ele, a abolição da propriedade de grandes extensões de terra correspondia às exigências do avanço do capitalismo, rápido, não adaptado às velhas relações feudais nem comprometido com os interesses políticos retrógados. "A reforma agrária, se de um lado provoca o ódio das forças da reação, que tentam tomar represálias econômicas e mesmo militares contra a Revolução Cubana, de outro lado agrupa as forças progressistas e aumenta a sua determinação de lutar em defesa dos seus objetivos democráticos. Assisti em Cuba a várias manifestações de entusiasmos despertados pela Lei de Reforma Agrária. Foram feitas coletas para o pagamento das indenizações das terras confiscadas, comícios, assembleias sindicais, conferências camponesas, todas destinadas a sustentar a medida do governo de Fidel Castro e a torná-la efetiva", escreveu.

Para Pedro Pomar, o exemplo da reforma agrária cubana constituía um fato novo, sem precedentes na América Latina. Até então, o México e a Bolívia experimentaram tentativas de repartir suas terras, mas, além de o latifúndio não ter sido abolido completamente, as medidas foram em parte frustradas pela força da reação. Quando no Brasil tanto se falava em reforma agrária, disse ele, era um dever analisar a experiência cubana, estudá-la, apoiá-la e aplicá-la, naturalmente de acordo com as particularidades do país.

***

Na volta, Pedro Pomar parou na Venezuela. Passou uma semana naquele país. O ambiente político estava agitado em virtude da insubordinação de um grupo de oficias do Exército que se negavam a cumprir uma ordem de transferência determinada pelas autoridades superiores. Era um fato ligado a uma série de atentados terroristas e a pronunciamentos do ex-presidente Perez Jimenez e de seus amigos, que formulavam exigências anticomunistas. Não era difícil compreender as verdadeiras razões da efervescência reinante no país, nem da audácia dos golpistas e entreguistas de dentro e de fora do governo.

O governo de Jimenez fora derrubado por uma insurreição popular em janeiro de 1958, que, segundo Pedro Pomar, marcou uma nova fase na vida do povo venezuelano. Mas os "entreguistas e reacionários" mantiveram posições importantes no novo governo e tudo faziam para impedir o desenvolvimento progressista e democrático do país, e a consolidação da unidade patriótica. O governo de Rômulo Bittencourt, da Ação Democrática, eleito em fins de 1958, vacilava e caía no imobilismo. Uma dessas vacilações, disse Pedro Pomar, seria a recusa a qualquer entendimento e cooperação com o Partido Comunista, prestigiada força política do país, com mais de vinte e cinco mil membros — sem contar a juventude comunista, com vinte mil integrantes —, sete deputados e dois senadores no Congresso Nacional, além de deputados estaduais e vereadores em várias localidades.

Ao relatar o que vira na Venezuela em artigo no jornal *Novos Rumos*, na edição de 1º a 7 de janeiro de 1960, Pedro Pomar disse que o Partido Comunista da Venezuela era conhecido como "canta claro", pela oportunidade e clarividência de suas denúncias políticas e o sentido unitário e patriótico de suas ações. Fora um dos principais combatentes contra a ditadura de Perez Jimenez. Pedro Pomar também apresentou dados, números e fatos sobre a economia do país e concluiu afirmando que ao apreciar o processo democrático e libertador daquele país adquirira maior confiança nas enormes forças que despertavam no Continente, que buscavam o caminho da sua emancipação.

***

O interesse pela situação internacional levou Pedro Pomar a representar o PCB na "Primeira Conferência Sul-Americana pró-anistia aos presos e exilados políticos da Espanha e de Portugal", em fins de janeiro de 1960, na cidade de São Paulo. Segundo ele, foi um acontecimento de enorme repercussão e pleno de estímulo a todos os que juntaram suas vozes e seus esforços para o êxito daquela iniciativa. A vitória foi principalmente das forças democráticas, comemorou.

Saíram derrotadas as forças reacionárias que em toda parte, e também no Brasil, procuravam impedir que os povos da Espanha e de Portugal encontrassem o caminho da liberdade e da reconstrução nacional e frear os movimentos de solidariedade às vítimas do fascismo, onde elas se encontrassem. As intervenções insolentes das ditaduras de Francisco Franco na Espanha, e de Antônio de Oliveira Salazar em Portugal, na vida interna do Brasil — que resultaram na atitude servil do governo Juscelino Kubitscheck de tentar proibir a realização do evento —, foram frustradas. Para Pedro Pomar, foi uma oportunidade de reafirmar a proposta de que a luta pela democracia era parte do combate ao imperialismo americano, inimigo comum dos povos. Graças a essa compreensão (mesmo que muitos dos seus delegados não concordassem com ela), as delegações sul-americanas se comportaram magnificamente diante das arbitrariedades do governo brasileiro.

Pedro Pomar pediu que prestassem uma homenagem ao líder da Revolução Cubana, Fidel Castro, que no mesmo instante em que as autoridades brasileiras se curvavam às exigências dos mandatários de Franco e Salazar, expulsava de Cuba o insolente embaixador franquista. “Por idêntico motivo, honra seja feita às forças democráticas brasileiras”, disse. Segundo Pedro Pomar, as figuras mais expressivas da vida política, social e cultural do país deram sua adesão à Conferência e trabalharam para o seu êxito. Com esse fato, não encontrou ressonância e sim repulsa a grosseira mistificação do ministro da Justiça, Armando Falcão, de que a Conferência punha em jogo a segurança nacional, comentou.

Mereceu destaque no episódio, registrou Pedro Pomar, o papel do ex-embaixador Álvaro Lins, que vinha dando exemplos de coragem democrática dignos da melhor tradição da intelectualidade brasileira. Sua resistência decidida, interpretando o sentimento geral do povo, contribuiu para que o presidente Juscelino Kubitscheck tomasse a única atitude exigida pela consciência democrática, voltando atrás da odiosa medida proibitória. Portanto, a realização da Conferência e a derrota das forças reacionárias que influíam no governo encerravam lições aos que lutavam pela democracia, afirmou. A solidariedade internacional, o sentimento democrático crescente no Continente e a condenação do anticomunismo reacionário provavam que chegara o momento de abolir discriminações absurdas na vida política brasileira, especialmente aquelas que pesavam sobre os comunistas, asseverou Pedro Pomar.

Capítulo 36

Para Pedro Pomar, com aquela linha ideológica, política e de organização o PCB não avançaria.

1960

Pedro Pomar estava em uma fase de intensas buscas de informações para enfrentar a grande batalha que se avizinhava nos debates do V Congresso do PCB. Em várias palestras que ele fez para falar das suas experiências em Cuba, contou com grande número de espectadores, como uma realizada na Biblioteca Municipal de São Paulo, assistida pela esposa do ex-prefeito paulistano Prestes Maia, Maria Prestes Maia, que o *Diário da Noite* dissera, na edição de 21 de dezembro de 1946, ser do Partido

Comunista do Brasil. O prestígio de Pedro Pomar no estado também o levou a conversar, em nome do PCB, com Jânio Quadros e Adhemar de Barros sobre a sucessão presidencial e outros assuntos políticos.

Os filhos, já crescidos, estavam se encaminhando na vida. Wladimir constituíra família e Eduardo estava na Tchecoslováquia, estudando, depois de passar pela Escola Técnica Nacional. Em 1958, houve um congresso parlamentar internacional no Rio de Janeiro. Havia naquela época uma febre de bolsas de estudos entre os estudantes dos cursos técnicos, conta Eduardo. Muitas empresas ofereciam esse benefício para alunos da Escola Técnica Nacional. Havia uma Associação Brasileira de Estudantes Técnico-Industriais (ABETI), da qual Osvaldo Orlando da Costa — que seria o famoso guerrilheiro do Araguaia Osvaldão — era o presidente, e Eduardo o vice-presidente.

E por ideia de Osvaldão, segundo Eduardo, os alunos escreveram uma carta solicitando bolsa de estudos para os formandos da Escola Técnica Nacional. Osvaldão foi ao local onde se realizava o congresso e entregou a carta a diversas delegações. Em 1959, quando eles não estavam mais à frente da ABETI (Osvaldão já havia até saído da Escola Técnica Nacional), o Consulado da Tchecoslováquia procurou a diretoria informando da concessão de bolsas para formandos. Segundo Eduardo, houve o peso da figura do presidente Juscelino Kubitschek nesta decisão. Ele era descendente de tchecos e visitara o país havia pouco tempo, fato comentado pelo cônsul da Tchecoslováquia na época.

A diretoria da Escola Técnica Nacional deixou a escolha dos bolsistas por conta da ABETI que, por sua vez, abriu uma inscrição para ver quem se candidatava. Somente seis se dispuseram a ir. No ano seguinte, outros ex-alunos conseguiram se beneficiar do programa, entre eles Osvaldão. Depois, já na Tchecoslováquia, conseguiram com a diretora do programa de bolsas de estudos para estudantes estrangeiros, doutora Drbalova, incluir nomes que não eram ex-alunos. Na nova leva foi Gilberto Olímpio, que também seria um guerrilheiro do Araguaia.

Quando representou o PCB na reunião de partidos comunistas e operários em Bucareste, Romênia, realizado entre 24 e 26 de junho de 1960, Pedro Pomar visitou Eduardo. Voltaria a ver o filho quando viajou para a Albânia, em 1963. Na segunda visita, ficou em um hotel, na capital, Praga. Nos cafés da cidade, conversou longamente com os jovens comunistas que estavam no país. Segundo Eduardo, foi nessas conversas que ele convenceu Osvaldão a entrar para o Partido. “Quem recrutou o Osvaldo foi meu pai. Eu não tenho dúvida disso”, diz ele. Outras versões dizem que ele já era militante da juventude comunista.

***

No começo de 1960, a cabeça de Pedro Pomar estava concentrada no V Congresso. Só em 15 de abril de 1960 o jornal *Novos Rumos* publicou as *Teses para discussão*, um prolixo caderno com textos sobre a linha ideológica e política do PCB que seriam debatidos por toda a militância. Em 29 de abril, começou o debate. Maurício Grabois foi o primeiro a escrever e deixou bem claro que existiam entre os comunistas brasileiros “Duas concepções, duas orientações políticas” — título do seu artigo inicial, que delimitaria os campos em combate.

Quando Pedro Pomar escreveu pela primeira vez, em 6 de maio de 1960, demarcou claramente que estava a favor da concepção e da orientação política que combatia a linha da *Declaração e Março* e a das *Teses*. Deixou essa posição explícita já no título do artigo — "Análise marxista ou apologia do capitalismo?". Suas palavras iniciais demonstraram que havia uma grande divergência no PCB. "A discussão ora aberta terá grande significação para o movimento revolucionário brasileiro. Apesar das diversas limitações, confio em que na luta franca de opiniões todos nós nos esforçaremos por encontrar as soluções que sirvam à nossa grande causa", escreveu.

A confusão ideológica imperante determinava que o centro dos debates deveria girar em torno da linha geral e da tática, afirmou. Segundo Pedro Pomar, em última instância o papel do Partido dependia dessas definições para transformar o proletariado em fator decisivo na formação da frente única anti-imperialista e democrática, a força dirigente da revolução brasileira. Ele fez um breve comentário sobre o processo autocrítico iniciado após o XX Congresso do PCUS, "que impôs a tarefa de superar os erros dogmáticos e sectários, agravados pelo culto à personalidade, que impregnaram as concepções dos comunistas quer quanto à teoria da revolução quer quanto aos métodos de trabalho do PCB", ressalvando que ele era um dos portadores daquelas práticas.

Ao mesmo tempo, disse que vinha se empenhando para que o Partido não caísse no erro oposto, nas concepções de direita, que naquela conjuntura representavam o maior perigo para o movimento comunista. Citou como exemplos que deveriam ser criticados em ocasião oportuna os afastamentos de Maurício Grabois, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara e Sérgio Holmos da Comissão Executiva — segundo Pedro Pomar, de uma forma sem princípios — e a maneira pela qual foi aprovada a *Declaração de Março*.

Sua indignação aparecia em cada parágrafo. Ao criticar as *Teses*, identificou "um mar de contradições". Segundo ele, constituía verdadeira ironia a citação de que "nos documentos insistíamos em condenar os erros de direita como principal, mas na prática éramos levados a enfrentar os erros sectários". "Ironia, repito, porque agora dá-se o inverso. Nos documentos condenamos os erros sectários, como os principais, mas na prática somos obrigados, e seremos cada vez mais, a travar a luta contra os erros de direita e as concepções revisionistas que dominam a orientação política", escreveu. Enquanto aquela linha não fosse derrotada nos terrenos ideológico, político e de organização, o PCB não avançaria no caminho da revolução, nem tampouco teria êxito no combate às concepções de "esquerda" tão entranhadas no Partido, diagnosticou.

Pedro Pomar disse que não negava o que havia de positivo na *Declaração*, mas, de um modo geral, ela era falsa, nacional-reformista. E as *Teses* procuravam, prolixa e exaustivamente, justificá-la, "corrigindo" algumas formulações direitistas mais berrantes. Não defendia a volta ao passado se por essa volta se entendesse os erros "esquerdistas" de 1948 a 1956, ou as posições de direita de 1945, ressalvou. "Não devemos confundir o combate aos erros com a negação, quase sistemática, do passado glorioso do Partido, de suas tradições revolucionárias, como vem sendo feito pela direção nos últimos três anos", escreveu. "Somente na base de uma justa crítica do passado, como, me parece, está formulada no trabalho apresentado pelo camarada Grabois aos debates, é que teremos um dos melhores antídotos contra os erros sectários", emendou.

À medida que avançava nos temas comentados, Pedro Pomar elevava o tom. As críticas deformadas, negativistas, verdadeiras caricaturas, tão à moda dos revisionistas, novamente expostas nas *Teses*, o levavam com razão a tomá-las como liquidacionistas, uma vez que as melhores tradições do PCB eram menosprezadas ou renegadas. Citou Lênin, no artigo "Questões em litígio", para ele de grande atualidade, mostrando o liquidacionismo como uma tentativa de certa parte da intelectualidade do Partido de liquidar a organização existente e substituí-la por uma associação informe, mantida a todo custo dentro do marco da legalidade, ainda que para isso tenha de renunciar, de modo claro e franco, ao Programa, à tática e às tradições.

Pedro Pomar pediu desculpas pela longa introdução para entrar no "miolo" da linha da *Declaração*. Não era fácil a tarefa de revelar, resumidamente, a essência de direita do documento apresentado ao debate — as *Teses* eram uma verdadeira "sopa eclética". Ele elogiou a análise da conjuntura internacional, ressalvando que o perigo de guerra era tratado sem sentido político, e criticou a caracterização do desenvolvimento brasileiro, que exaltava o capitalismo, e a subestimação da luta anti-imperialista. "No que depende de mim, farei tudo que estiver ao meu alcance para que o Partido aprove uma linha revolucionária, que desperte as energias criadoras do proletariado e das grandes massas do povo", finalizou.

***

Quando Pedro Pomar voltou a escrever, na edição de *Novos Rumos* que começou a circular em 3 de junho de 1960, o debate já havia delimitado bem os dois campos que se apresentavam no PCB. Com o título "A 'democratização crescente' e a burguesia", o artigo bateu de frente com a argumentação das *Teses* sobre a "tendência predominante à democratização" da sociedade brasileira. Segundo Pedro Pomar, essa formulação desconsiderava o papel das massas no processo de construção da democracia e fazia apologia do conceito burguês de sociedade. Para ele, era um caminho errado, como demonstrara a experiência de 1947. Apresentar o avanço democrático como inerente à burguesia, além de contrariar a realidade não se coadunava com os princípios marxistas, protestou.

O mais correto seria dizer que as vitórias democráticas no país eram consequências, antes de tudo, das lutas do povo pela liberdade desde os primórdios da formação da nacionalidade brasileira, e reflexo, nos últimos anos, do ascenso sem precedente do movimento de libertação nacional dos povos, iniciado com a revolução socialista de 1917. "Nossas tradições de luta em prol da liberdade são revolucionárias e não simplesmente liberais, como disse o camarada Prestes na apresentação do Projeto de Estatutos, nem tampouco é certo que já gozamos de todas as garantias constitucionais, como foi afirmado", escreveu.

Pedro Pomar também combateu a proclamação das *Teses* de que a democratização do Exército era o reflexo positivo das lutas do povo e das contradições a cada dia mais agudas com os imperialistas, os latifundiários e os grandes capitalistas. Era uma subestimação da função essencial do Estado e de seu aparelho de repressão e coerção destinado a manter as massas na submissão. Segundo Pedro Pomar, o Exército não deveria ser confundido com o Clube Militar, à época dirigido por correntes "nacionalistas e pequeno-burguesas". Realçar e saber aproveitar as tradições

democráticas das Forças Armadas para a luta contra a reação e o imperialismo era premissa importantíssima, destacou.

A oficialidade patriótica do Exército jogava, sem dúvida, um papel de primeira ordem naquela luta, afirmou. Com a evolução dos acontecimentos, aquele papel poderia ser ainda mais saliente. Mas não esquecessem o que dissera Lênin em seu artigo "O programa militar da revolução proletária": em toda sociedade de classe, a classe opressora está armada. Seria cair no pacifismo burguês e no oportunismo acreditar que no Brasil as Forças Armadas não teriam por função principal a violência contra os que quisessem modificar as instituições ou a "ordem estabelecida", como diziam os corifeus daquele regime vigente, escreveu.

Segundo Pedro Pomar, as bases econômicas e sociais da reação no país não haviam sido destruídas, ao contrário, estavam ainda relativamente poderosas. No terreno ideológico, disse ele, a conduta da burguesia em relação à democracia e às massas sempre foi débil, medrosa, moderada. Nenhum dos seus ideólogos chegou a sequer elaborar uma ideologia democrático-revolucionária parecida ao menos com a de um José Martí — o herói da independência cubana — ou a de um Sun Yat-sem — o pioneiro da China republicana.

Citou "um desses filósofos do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)" que andavam em busca de uma "ideologia do desenvolvimentismo" para comprovar que suas teorias, embora com certo conteúdo progressista e anti-imperialista, sofriam da subestimação do papel revolucionário das massas, especialmente dos camponeses, a quem considerava como reacionários. Era uma referência a Celso Furtado. Segundo Pedro Pomar, ele pertencia à categoria dos ideólogos temerosos do revolucionarismo das massas, das suas ações independentes. "Ah! A teoria da moderação, do ajeitamento, da acomodação, como é propagada pela burguesia! Não, positivamente, não é criando ilusões nas massas sobre 'a democratização crescente', nem confiando na direção da burguesia que conseguiremos despertar a energia revolucionária das massas e fazê-las avançar!", exclamou.

***

O artigo seguinte de Pedro Pomar, com o título "Ainda sobre a apologia do capitalismo", publicado na subsequente edição de *Novos Rumos*, foi uma resposta a Jacob Gorender, que o acusara de "falsificação". Já havia enviado para a "Tribuna de Debates" dois outros artigos quando tomara conhecimento da acusação, conforme explicou no preâmbulo. Em homenagem aos que leram seus argumentos, voltava ao assunto que reputava da maior significação — estocou —, valorizando o conteúdo para ironizar o autor. "Não que negue ao camarada Jacob a categoria de um dos mais autênticos e virulentos porta-vozes da linha direitista em vigor", emendou.

Pedro Pomar disse que considerava normal, na polêmica, utilizar os erros do adversário, mas Jacob Gorender enveredara por outro caminho. As palavras foram duras. "Nunca se deve eludir ao fundo das questões nem atribuir aos outros sandices para depois rebatê-las com ar triunfante", escreveu. Jacob Gorender não pecava por modéstia — disse —, para emendar: "Os comunistas, mesmo que tenham razões suficientes, jamais devem ser presunçosos."

Tivesse em conta, ademais, que os comunistas brasileiros buscavam, com enormes dificuldades, acertar o caminho da revolução, asseverou. Jacob Gorender apresentava-se de uma forma que, benza-deus, parecia que nada tivera a ver com o Programa de 1954, com o dogmatismo e com os erros do Partido. Mas todos sabiam que ele fora também um dos mais eméritos fundamentadores do Programa, chegando a ser encarregado da educação dos quadros para a "revolução a curto prazo (*sic*)", ironizou Pedro Pomar.

A polêmica girava em torno dos argumentos de Pedro Pomar contra a formulação das *Teses* sobre o desenvolvimento capitalista nacional. Dissera, de modo brevíssimo, que a proposta fora feita de forma subjetivista, unilateral, pois subestimava o papel das massas populares, o que determinava a essência da política nacional-reformista da *Declaração* e das *Teses*. "Mas grita o camarada Jacob, irritado: isso é falsificação! Alto lá! Devagar com o andor! Os problemas controvertidos exigem tratamento cuidadoso, o que não pretendo ter conseguido nem sei se o conseguirei agora. As *Teses*, outrossim, são bastante extensas e ecléticas, o que dificulta sobremodo para os camaradas operários. Mas, por enquanto, estou certo que não falsifiquei coisa alguma", escreveu.

Para reforçar a argumentação do artigo anterior, onde estaria a "falsificação" aludida por Gorender, Pedro Pomar voltou ao tema da apologia do desenvolvimento. Segundo ele, as *Teses* tinham o agravante de ignorar a situação das massas. O assunto fora apreciado quase exclusivamente no processo da distribuição e pouco, muito pouco, ou quase nada, no da produção. A crítica ao patronato se limitava à afirmação de que o ascenso dos preços estava superando, como tendência constante, o ascenso periódico dos salários e vencimentos.

Pedro Pomar recordou um relatório de Celso Furtado, um economista "burguês", ao presidente da República sobre os problemas do Nordeste dando conta de que meio milhão de pessoas,um quarto da população urbana em idade de trabalhar, estavam desempregadas. Recordou também uma declaração de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, informando que existiam no estado mais de cento e cinquenta mil desempregados. A situação em todo o país se agravava naquele e em outros sentidos.

Depois da resposta a Gorender, Pedro Pomar fez uma extensa análise sobre o tema. Voltaria ao assunto no artigo seguinte, intitulado "A burguesia, o Estado e as Teses". Para ele, as *Teses* não haviam cumprido a exigência sobre o papel da burguesia como aliada do proletariado, principalmente a partir de 1930. "Ao reconhecerem que a burguesia em face do imperialismo está dividida em 'dois setores', um 'genuinamente nacional' e outro ligado com o capital imperialista', fato que a *Declaração* não admitia, as *Teses* afirmam, no entanto: 'Grandes e médios burgueses encontram-se de um lado e de outro. O grau de concentração de capitais não é, assim, o fator decisivo que divide a burguesia brasileira'. Qual então esse fator?", escreveu. Segundo Pedro Pomar, essa era uma questão que dependia da força política anti-imperialista para atrair a burguesia nacional, ou neutralizá-la. Havia interesses dela em participar da democratização do país, mas nem por isso deveria ser endeusada.

***

O último artigo da "Tribuna de Debates" foi escrito por Pedro Pomar. Ele lamentou não ter lido todas as contribuições por "motivo de força maior", declarou a alegria pela imensa preocupação com que vinham sendo encarados os problemas da revolução no

Brasil e do PCB, e ressaltou a serenidade da maioria dos trabalhos apresentados na discussão. Agradeceu particularmente pelas críticas a ele dirigidas. "Tomo-as, mesmo aquelas que não aceito, como advertência para o futuro", escreveu. "De outro lado, porém, foi com profundo pesar que li ataques injustificáveis, como os de Fragmon Borges, dirigidos contra camaradas que discordam das *Teses para discussão*. Acho que essa parte é das mais negativas do processo de preparação do V Congresso e, se continuar prevalecendo, impedirá de fato a elaboração de uma linha política justa e o reforçamento do Partido", emendou.

Por aqueles e outros motivos, Pedro Pomar disse que aguardava a palavra de Prestes. Como dirigente de maior destaque e aquele que detinha a principal responsabilidade na direção do PCB, especialmente nos últimos quinze anos, era natural que a sua palavra autorizada fosse esperada por todos com o maior interesse, para não só colocar e examinar certas questões como para esclarecer outras, afrimou. Entretanto, o artigo de Prestes só apareceu no fim do prazo fixado para o encerramento do debate, o que parecia — segundo Pedro Pomar — uma falta grave, porque, entre outras razões, não permitia uma troca séria de ideias e o aprofundamento de certos problemas que o secretário-geral teria condições de realizar.

Como um dos "honrados" pela crítica de Prestes em seu artigo, afirmou Pedro Pomar, ele se esforçaria ao máximo para estudar com atenção suas opiniões e apresentaria algumas observações rápidas e despretensiosas. Disse que à primeira vista aprazia o espírito aberto de Prestes para acolher as diversas contribuições feitas às *Teses*. Era a esperança de todos que o Congresso chegasse à elaboração de uma linha política justa, enfatizou. Mas, ressaltou, não ficava claro até que ponto Prestes admitia melhoras no documento apresentado. Diversas sugestões que fazia eram perfeitamente aceitáveis e poderiam ser subscritas por ele, Pedro Pomar, considerado pelo secretário-geral "não desprendido das ideias sectárias e esquerdistas dominantes".

Um exemplo, segundo Pedro Pomar, era que havia muito de imprecisão e pouca clareza nas *Teses*. No documento, elaborado em oito meses, era natural a existência de repetições e até de contradições, considerou. Citou também o exemplo da "contradição principal" como ponto de concordância. Prestes, afirmou, tocara no âmago da questão e, infelizmente, não se detivera nele. O secretário-geral também acreditava que os comunistas deveriam evitar qualquer exagero a respeito do papel da burguesia na luta pela emancipação nacional e pelo progresso. Pedro Pomar lamentou também que Prestes não quisera entrar em mais detalhes de outras questões essenciais do debate, mas pelas ideias que expressava e pelas sugestões que apresentava, ele contrariava as concepções direitistas predominantes na direção.

Mas, para Pedro Pomar, o importante era ver as ideias centrais do artigo de Prestes sobre a autocrítica, a situação internacional e a conduta que os comunistas deveriam manter quanto ao desenvolvimento capitalista. No primeiro ponto, ressaltou, o secretário-geral fez formulações inteiramente mecânicas e revelou concepções falsas sobre essa lei do desenvolvimento do Partido quando disse que tinha havido total incapacidade de autocrítica e completa insensibilidade de ver o novo que surgia com as teses do XX Congresso do PCUS. Pedro Pomar rebateu essa ideia dizendo que havia no PCB um clima democrático para realizar um trabalho coletivo. Entretanto, por vários fatores que estavam sendo analisados desde o XX Congresso, criou-se no Partido um sistema em que discordar era o pior dos crimes, observou.

Pedro Pomar foi direito ao ponto. Naquele sistema, o culto à personalidade de Prestes exercera, e ainda exercia, infelizmente, um papel sumamente negativo. Era um dos que tinham responsabilidade particular naquele terreno. Não pensasse Prestes, nem julgassem os demais camaradas, que não se esforçava por compreender as raízes daqueles males, nem para extirpá-los, asseverou. Acreditava que outros, de cuja honestidade revolucionária jamais tivera motivos para duvidar, faziam o mesmo. O culto à personalidade de Prestes e o imenso papel e autoridade que ele sempre exercera no PCB e em sua direção ainda não haviam sido bem debatidos nem estudados pelos comunistas, que em sua maioria só conheciam superficialmente a história do Partido, analisou.

O artigo de Prestes, disse Pedro Pomar, suscitava questões da autocrítica que serviam para fazer luz sobre alguns fatos. Um deles era o caso da morte de Getúlio Vargas e a conduta dos comunistas, a que ele já havia feito referências em outro artigo na "Tribuna de Debates". Pedro Pomar afirmou que estava de pleno acordo que a atitude diante do governo Vargas no período 1951-1954 não havia sido correta no fundamental, era esquerdista. As consequências daquele erro também ficaram visíveis, mesmo antes do suicídio do presidente. Os comunistas sofreram golpes em sua própria carne. Poderia se estender sobre os resultados negativos daquela política do PCB, mas, precisamente porque precisava examinar autocriticamente o papel dos comunistas diante do governo Vargas em 1954, se impunha uma análise multilateral da situação, considerando a vida política brasileira e a situação internacional naquele período, asseverou.

Prestes, segundo Pedro Pomar, exagerava em sua análise. Dito daquela maneira, o erro do PCB aparecia superdimensionado, não educava a militância e ficava-se com a ideia de que Vargas fora um grande líder anti-imperialista que os comunistas ajudaram a matar. Se a autocrítica consistisse naquela conclusão, deveria confessar sinceramente que a ele não ajudava. Não queria excluir a responsabilidade dos comunistas no caso, mas ela deveria ser melhor pesada. Pedro Pomar indagou: o que revelou a crise governamental de 1954, do ponto de vista do agravamento das contradições internas e anti-imperialistas? Por que Vargas não se matou em 1945, por ocasião do golpe de 29 de outubro? Lembrou que o PCB apoiava Vargas e manifestara disposição de resistir ao golpe. Sempre, porém, na dependência de que ele tomasse a iniciativa de resistir.

Pedro Pomar revelou que aquele erro se devia ao sistema existente no PCB, a começar pela sua direção. Tanto o *Manifesto de Agosto* de 1950 como a decisão de abster-se na luta eleitoral de outubro de 1950 foram aprovados contra a vontade da maioria do *Presidium*. Foram impostos porque assim queria principalmente Prestes. Entre parênteses, disse que não queria lembrar, naquele momento, a imposição sobre a luta pela renúncia de Dutra, feita por Prestes em tais termos que seria quase impossível acreditar. Recordava também que a decisão de não aliar-se ao PTB nas eleições municipais de 1951 tinha sido levada adiante com o esmagamento impiedoso dos discordantes, que mesmo timidamente manifestaram-se contra a infantilidade da posição do Partido.

Outros exemplos poderiam ser enumerados, mas aqueles bastariam para comprovar que a autocrítica que a muitos — inclusive ele, Pedro Pomar — correspondia era a de não ter tido coragem política suficiente para manter suas opiniões ou para erguer a voz quando sentiram que a conduta do Partido estava incorreta. Embora o sistema errado e o

ambiente existente fossem de asfixia das opiniões e do livre debate, todos contribuíram, em maior ou menor grau, para aquela situação. Naquele momento, segundo Pedro Pomar, atitudes como aquelas não se justificavam. Entretanto, via ainda manifestações evidentes da continuação do mesmo sistema por outras formas. Estava certo, contudo, de que o PCB saberia vencer as resistências que, essas sim, eram o aspecto pior do passado glorioso dos comunistas.

Em relação à situação internacional, Pedro Pomar observou que o assunto demandaria um exame mais demorado, que não estava em condições de fazer naquele artigo. Mas Prestes e os demais camaradas da direção sabiam que não era dos mais desinteressados na questão. Lembrou que foi o proponente da inclusão na *Declaração de Março* de 1958 da tarefa da paz como primordial para todos os povos — que fora aceita. E não era dos que menos insistiam nas tarefas internacionalistas do movimento revolucionário.

Naquele ponto, Pedro Pomar disse que gostaria que Prestes fizesse justiça a Maurício Grabois. "Embora represente um erro a falta de apreciação da situação internacional em seu trabalho (refere-se ao artigo inicial de Grabois na 'Tribuna de Debates'), todos sabemos que ele, em seu primeiro anteprojeto de *Teses* apresentado ao Comitê Central, fez essa análise e não sei por que não explicou perfeitamente a omissão quando fez publicá-lo na 'Tribuna de Debates'. Ademais, a meu ver, a análise do camarada Grabois era mais precisa e caracterizava melhor a situação internacional do que a das *Teses*. Estas fazem uma interpretação não muito justa da coexistência pacífica, envelheceram, não satisfazem mais na parte internacional", escreveu.

Segundo Pedro Pomar, era de enorme significação para o curso da política brasileira e, portanto, para a marcha da revolução, o exame do caráter da nova época que vivia a humanidade e a questão da guerra ou da paz, e outros problemas de princípios. Não obstante, havia uma subestimação do exame por parte da direção do PCB que, de fato, deixara de discutir, como devia, sobre a situação internacional, comentou.

Bastava ver que até aquele momento não se discutira no Comitê Central a *Declaração de Moscou* nem o *Manifesto da Paz*, embora a direção tivesse aprovado documentos sobre o tema. Esperava que não sucedesse o mesmo com o *Comunicado de Bucareste* — aprovado no encontro de oitenta e um partidos comunistas e operários, evento em que participara e presenciara a explosão do conflito aberto entre Moscou e Pequim, além da denúncia pública do revisionismo moderno feita pelo líder albanês Enver Hodja — ao qual o jornal *Novos Rumos* não dera a importância devida. E como não fora feita a discussão em profundidade dos documentos da "Conferência de Moscou" em 1957, reafirmados pelo *Comunicado de Bucareste*, era possível que muitos comunistas estivessem ou exagerando ou menosprezando a possibilidade de a burguesia levantar a bandeira da emancipação nacional.

Pedro Pomar disse que examinaria com muita atenção os pontos de vista expendidos em relação àquela possibilidade. Prestes traduzira bem seu pensamento quando afirmou que não acreditava que "nas atuais condições de nosso país, isto é, sem modificações revolucionárias, possa o desenvolvimento da economia seguir um curso independente". Disso, estava convencido, reafirmou. Não, porém, que temia — como queria Prestes — que semelhante curso, sob a direção da burguesia, elevasse a uma ditadura burguesa com todas as suas mazelas. Não era problema de temor e sim de análise objetiva e da

perspectiva do desenvolvimento capitalista, na forma em que foi apresentada pelas *Teses* e vinha sendo defendida pelo Partido e, muito especialmente, por Prestes.

O exemplo de Cuba serviria — segundo Pedro Pomar — para demonstrar o contrário. Lá exatamente o desenvolvimento econômico independente só estava sendo possível por causa das transformações revolucionárias. Depois, a revolução nacional e democrática nem fora iniciada nem estava sendo conduzida pela burguesia, como demonstraram os acontecimentos e a análise dos comunistas cubanos. Quem tomou a iniciativa revolucionária em Cuba fora a pequena burguesia, que conseguiu o apoio do proletariado, do campesinato e de setores da burguesia. E Fidel Castro era o unificador de todas as forças revolucionárias do povo. Blas Roca, dirigente do partido irmão do PCB em Cuba, caracterizou-a como "uma revolução agrária e democrática, popular, avançada e radical". Seria de grande alcance para todos os comunistas brasileiros, que pudessem, ao estudar os aspectos originais da Revolução Cubana, extrair os ensinamentos que ela oferecia, comentou.

Pedro Pomar também contestou Prestes, que o criticara por não compreender o fato de que na luta contra o explorador imperialista a burguesia dos países economicamente atrasados e dependentes era cada vez mais obrigada a apoiar-se na classe operária, internamente, e, no campo socialista, externamente. Era um equívoco, disse Pedro Pomar. Ele compreendia bem aquela questão, sim. A burguesia brasileira procurava apoiar-se na classe operária e nas massas populares e seria capaz de buscar acordos com o campo socialista nas contradições que teria com o imperialismo norte-americano ou outro qualquer. Não descartava essa possibilidade.

Mas mesmo que isso acontecesse, e a burguesia se visse obrigada a esse jogo, o que cabia ao proletariado do Brasil era dar esse apoio e estabelecer as suas bases, examinar a situação concreta em que fosse feito e não realizar um compromisso a qualquer preço. Havia o exemplo do apoio do PCB ao governo Vargas na guerra contra o nazi-fascismo. Os comunistas demonstraram capacidade de fazê-lo e ele foi justo. Mas quando exageraram o apoio, quando o estenderam para o pós-guerra, quando deixaram de reclamar e lutar por justas concessões, caíram nas ilusões e foram apanhados de surpresa pela ofensiva das forças da reação e do imperialismo, desde outubro de 1945.

Invocar o internacionalismo proletário para justificar a necessidade do apoio à burguesia na luta contra o imperialismo, no caso do PCB, não seria justo, asseverou Pedro Pomar. Precisamente porque um dos mais ricos patrimônios do Partido era a tradição internacionalista. A dificuldade não estava na incompreensão, da sua parte, lembrou Pedro Pomar, do dever internacionalista. Ela residia na tática que o PCB deveria seguir para aprofundar a luta popular e de libertação do imperialismo, como disse Prestes no artigo que estava comentando. Tratava-se de saber os compromissos que não amarrassem as mãos dos comunistas e os fizessem perder a confiança das massas, como em parte estava sucedendo com a conduta do Partido face ao governo de Juscelino Kubitscheck.

Segundo Pedro Pomar, o que mais se arraigara em seu espírito era que Prestes tirava conclusões falsas da situação internacional e do papel que a burguesia deveria desempenhar no desenvolvimento econômico independente do país. Em nome do internacionalismo, Prestes formulara novamente a tese de que os comunistas deveriam lutar pelo desenvolvimento capitalista. Assim, afirmara textualmente: "A pretexto de

defender os interesses do proletariado do próprio país, negam-se (os nacionalistas pequenos burgueses — parênteses meu, Pedro Pomar) a participar da luta pelo desenvolvimento capitalista, esquecidos que o desenvolvimento capitalista dos países atrasados e dependentes ao contrário de reforçar o sistema capitalista mundial o debilita."

Pomar disse que não poderia concordar com aquela tese por considerá-la profundamente errônea e apologética do capitalismo. Disse que Prestes a repetia porque efetivamente ele o fez em setembro de 1946, em uma entrevista concedida à jornalista Ignez Robb, do *International New Service*, e publicada pela *Tribuna Popular*. Dizia a entrevista: "O capitalismo e a economia burguesa foram inesperada e poderosamente considerados como a melhor solução para os problemas da América Latina." E como que para não deixar dúvidas em relação à compreensão dessa sua antiga ideia — disse Pedro Pomar —, Prestes, em seu depoimento (1958) ao juiz da 3ª Vara Criminal, declarou: "Combato o capitalismo explorador, mas não ataco o capitalismo construtivo nas condições atuais do Brasil."

Era uma tese de difícil convencimento de que era justa — segundo Pedro Pomar. Ao contrário. Exatamente porque se vivia em uma época em que o socialismo triunfava em todo o mundo, quando o papel nacional e internacional da classe operária tornara-se decisivo, o caráter da revolução brasileira, não sendo socialista, transpunha os acanhados limites da revolução burguesa capitalista e projetava-se cada vez mais como revolução de novo tipo, popular, avançada, como indicava o magnífico exemplo de Cuba.

Se prevalecesse a opinião de Prestes, ironizou Pedro Pomar, ele confessava que sua incompreensão do marxismo-leninismo aplicado àquelas condições do país era completa e só restava a ele a perspectiva de uma nova reelaboração de tudo o que aprendera e tomar o rumo do lugar para onde alguns camaradas direitistas queriam mandá-lo. Encerrou o debate afirmando ter "esperanças de que muitas ideias expressas pelo camarada Prestes a favor de uma justa linha política revolucionária para o Partido venham a se concretizar". Ao contrário do que ele esperava, aquele capítulo decisivo da história dos comunistas brasileiros estava apenas começando.

Capítulo 37

No Tatuapé e adjacências, como era de se esperar, a destituição de Pedro Pomar do Comitê Central causou uma onda de indignação.

1960-1963

Pedro Pomar escapou da primeira passada da lâmina que ceifou da direção do PCB os que combatiam a linha revisionista. Orientado por Prestes — que falou durante mais de uma hora e acusou todos os que se opuseram à *Declaração* e às *Teses* de atividades "antipartido" —, o V Congresso, realizado em agosto de 1960, afastou do Comitê Central doze de seus membros efetivos, em um conjunto de vinte e cinco, além de vários suplentes. Maurício Grabois, João Amazonas e Diógenes Arruda Câmara não foram reeleitos.

O Congresso realizou-se em uma sala do Edifício Glória, a de número 303, na Cinelândia, Rio de Janeiro. O encerramento ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa, com a presença da imprensa e sem qualquer repressão policial. Segundo Prestes, o presidente Juscelino Kubitscheck deu ordens expressas ao chefe de polícia, Amaury Kuel, para não incomodar os comunistas.

Ao contrário do período que precedera o Congresso, quando ocorreu um amplo debate na imprensa do Partido, houve interferências nas conferências e nas assembleias. Prestes teria ido ao Comitê do Tatuapé para tentar barrar a eleição de Pedro Pomar ao Congresso. Nos debates pela imprensa partidária, mais da metade dos artigos expressavam opinião diversa da adotada por Prestes, e nas reuniões preparatórias do Congresso um considerável número de militantes se opôs às *Teses*. Mas na plenária final a representação dos divergentes foi diminuta.

Pedro Pomar, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo algum tempo depois também seriam afastados. E, mais adiante, foram destituídos da direção do Partido Lincoln Oest, José Duarte, Walter Martins e Calil Chade. Era a consolidação da direção que havia defendido a linha da *Declaração* e das *Teses*. Na medida em que eram afastados de suas funções, os dirigentes foram enviados para diferentes estados a fim de cumprir tarefas locais. Pedro Pomar já estava no Tatuapé. Maurício Grabois havia assumido a direção política do Comitê Regional do Rio de Janeiro e João Amazonas a do Rio Grande do Sul. Carlos Danielli foi para o estado do Espírito Santo. E Diógenes Arruda Câmara afastou-se temporariamente da militância.

No dia 11 de agosto de 1961, o jornal *Novos Rumos* publicou um suplemento com o Programa e os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro — anunciando a criação, na prática, de um novo partido adequado aos preceitos da linha da *Declaração* e das *Teses*. Prestes, em manifesto ao povo publicado na mesma edição, disse que aqueles documentos seriam encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral com a finalidade de obter a legalidade do novo PCB.

Essa atitude revoltou os comunistas que combateram a linha vitoriosa no V Congresso. Eles imediatamente enviaram à nova direção um documento denominado "Em defesa do Partido", com cem assinaturas — que ficaria conhecido como a *Carta dos Cem* — solicitando a revogação das mudanças anunciadas pelo jornal. O documento classificava as medidas da direção como uma "violação frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do V Congresso (que) ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido".

De acordo com o documento, "as mudanças feitas no nome, no Programa e nos Estatutos, infringindo as decisões do V Congresso, objetivam o registro de um novo partido e, por isto, se suprime tudo que possa ser identificado com o Partido Comunista do Brasil, de tão gloriosas tradições". "Ora, precisamente o partido que deve conquistar a legalidade é o Partido Comunista do Brasil e não um arremedo de partido de vanguarda do proletariado" — asseverava. A *Carta dos Cem* reproduziu o seguinte trecho do artigo 32 dos Estatutos: "As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso."

Sobre a mudança do nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, o documento afirma: "A mudança realizada, do ponto de vista da língua, não tem qualquer significação. Mas no que se relaciona ao aspecto político, essa alteração aparentemente pequena é uma séria concessão às forças reacionárias. Os elementos mais retrógrados do país, em sua luta sistemática contra a vanguarda revolucionária da classe operária, desde 1945 vinham afirmando que o fato de o nosso Partido ter como designação Partido Comunista do Brasil e não Partido Comunista Brasileiro significava que o Partido não era brasileiro, mas sim um instrumento da política externa da União Soviética. (...) Ao introduzir a modificação no nome do Partido, o Comitê Central dá margem a explorações e fornece elementos para justificar uma das mais infames calúnias dirigidas contra os comunistas brasileiros. (...) Na realidade, essa alteração tem sentido mais grave — procura-se registrar um novo partido, com Programa e Estatutos que nada têm a ver com o verdadeiro Partido Comunista."

A *Carta dos Cem* diz que o Programa publicado em *Novos Rumos* "é a negação do Partido revolucionário em troca de uma hipotética legalidade". "O Programa em apreço é uma renúncia completa aos princípios. Inadmissível sob qualquer alegação. É um Programa inaceitável para um partido operário, próprio de um partido burguês, menos avançado que os programas do PTB e do PSB". Sobre os Estatutos, o documento afirma que a retirada de qualquer referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário "significa renunciar às posições revolucionárias; significa, por melhores que sejam as intenções, dar razão aos revisionistas contemporâneos".

Os cem comunistas denunciaram a "clara tentativa de liquidar com o tradicional Partido de vanguarda da classe operária e substituí-lo por uma organização desprovida de características revolucionárias". "É uma nova e mais perigosa manifestação de liquidacionismo, tendência já várias vezes surgida no movimento comunista brasileiro", afirmaram.

O documento termina com essas palavras: "A nossa atitude ao enviar essa carta ao Comitê Central é ditada pelo dever de combater a violação das decisões do V Congresso, pelo desejo de assegurar a unidade partidária e salvaguardar a existência do Partido como organização política revolucionária de vanguarda da classe operária. (...) Diante da situação criada pelo Comitê Central, a ele nos dirigimos apelando para o espírito de Partido de seus membros, no sentido de que acatem as decisões do V Congresso, substituindo os documentos publicados em *Novos Rumos* por outros que se coadunem com as decisões do último Congresso, ou então convoquem um Congresso extraordinário para resolver sobre a mudança do nome do Partido e as modificações no Programa e nos Estatutos. Ao adotar essa posição, confiamos que nas fileiras do próprio Partido existam forças suficientes para derrotar as tendências errôneas e encontrar o acertado caminho para resolver as dificuldades que o Partido enfrenta."

***

Segundo o historiador Augusto Buonicore, as discussões internas ficaram congeladas durante o curto período da luta pela posse de João Goulart na Presidência da República, após a intempestiva renúncia de Jânio Quadros. Debelada a crise da sucessão, com a posse em 7 de setembro de 1961, a direção do novo PCB começou os processos contra os autores e signatários da *Carta dos Cem*, dizendo que eles faziam parte de um grupo antipartido. Durante o mês de dezembro, o jornal *Novos Rumos* publicou várias notas

informando as “expulsões” de Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Calil Chade, José Duarte, Walter Martins, Alzira Grabois, Manoel Ferreira, Guido Enders, Ary Gonçalves, José Robaldo Delgado, entre outros.

Ainda naquele mês, após o anúncio das “expulsões” dos “dissidentes paulistas” surgiu o documento *Aos trabalhadores e ao povo de São Paulo*, assinado conjuntamente pelos comitês distritais do Tatuapé e da Mooca. “Foi divulgada, pelo semanário *Novos Rumos*, em nome dos comunistas de São Paulo, uma nota afirmando que os veteranos militantes do movimento comunista José Duarte, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo não pertencem mais a este movimento. A publicação citada não tem nenhum valor e há de receber a merecida resposta de todos os operários conscientes, de todos os bons comunistas. Isto porque os referidos militantes jamais abandonaram seu Partido nem se prestaram a dividir suas fileiras, mantendo-se fiéis à causa do socialismo e comunismo. Ao passo que os atuais detratores não têm autoridade de excluí-los de coisa alguma, já que eles é que deixaram o velho partido do proletariado, o Partido Comunista do Brasil, e renegaram seus princípios a fim de obterem as boas graças da justiça das classes dominantes em favor do registro de um novo partido, o Partido Comunista Brasileiro”, diz o texto.

Segundo o documento, aquela conjuntura exigia “das forças revolucionárias independência de atitudes e luta contra todo espírito de capitulação, bem como a corrupção da consciência da classe operária pelas ideias burguesas”. “A hora exige, sobretudo, a defesa da existência de um Partido único e coeso da classe operária, um partido marxista-leninista, autenticamente revolucionário.” E concluía: “É para isso que convocamos todos, especialmente os camaradas que ainda são enganados por uma política falsa, oportunista, que pode parecer muito ‘honrada’, mas, por isso mesmo, é a mais perigosa e prejudicial aos interesses do movimento operário e revolucionário, pois só tem servido para confundir os trabalhadores, para desprestigiar os comunistas e enfraquecer suas fileiras.”

Buonicore diz que logo em seguida saiu outro *Manifesto* — agora nacional —, intitulado “Aos comunistas e amigos do Partido”, assinado por Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois, Calil Chade, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, José Duarte e Walter Martins (Pepe) — nomes que constituíram o núcleo principal dos envolvidos na reorganização do Partido Comunista do Brasil, ao qual logo se agregaram Lincoln Cordeiro Oest, Elza Monnerat e Dynéas Aguiar.

O longo documento narrou em detalhes o processo de perseguição aos comunistas que divergiam do novo PCB: “Diante desta situação, que envolvia um grande número de membros do Partido, a direção nacional, sem nenhum sentido unitário, enveredou pelo caminho das medidas administrativas. Na capital de São Paulo foram dissolvidos os comitês distritais do Tatuapé e da Mooca e destituídos dois secretários do Distrital do Brás. No Comitê de Empresa da Estrada de Ferro Sorocabana foram destituídos dois secretários, inclusive o primeiro secretário, bem como foram afastados dois membros do Comitê Distrital de Belém. Em Campinas, um dos secretários foi alijado do Comitê Municipal.”

O documento relata ainda que na capital de São Paulo fora dissolvida a organização dos jovens do bairro Santa Cecília. No estado do Rio de Janeiro, um membro do Comitê Municipal de São Gonçalo fora afastado e alguns militantes de Niterói advertidos e

suspensos da atividade partidária. Em Nova Iguaçu, o Comitê Municipal estava ameaçado de dissolução. No Comitê de Empresa da Estrada de Ferro Leopoldina, em virtude da ação atrabiliária do assistente da direção nacional, criou-se uma situação tão intolerável que a maioria dos membros foi obrigada a se afastar, dizia o relato.

O restante do documento, segundo Buonicore encontrado nos arquivos do "Brasil Nunca Mais" — um projeto desenvolvido pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns (então arcebispo da Arquidiocese de São Paulo), pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura de 1964 que gerou uma importante documentação sobre os porões daquele regime —, está ilegível.

***

Na edição do dia 5 de janeiro de 1962, o jornal *Novos Rumos* publicou um extenso editorial atacando duramente os principais dirigentes do Partido afastados no processo de consolidação da nova direção. Segundo o novo PCB, o "grupo fracionista Amazonas-Grabois-Pomar", como os divergentes foram caracterizados recorrentemente pelo editorial, "não tem futuro". O jornal anunciou ainda que as "expulsões" tinham ocorrido devido a "atividades antipartidárias e divisionistas, à violação da disciplina e à luta contra a unidade do movimento comunista". A rigor, eles foram "expulsos" de um partido ao qual nunca haviam pertencido.

João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Ângelo Arroyo, Lincoln Oest, Elza Monnerat e Calil Chade — os principais combatentes da linha política que levou uma maioria artificial à vitória no V Congresso — chegaram à conclusão de que não havia outro caminho senão o de reorganizar o Partido Comunista do Brasil. Fizeram isso em fevereiro de 1962 em uma Conferência Nacional Extraordinária, iniciada no dia 18, na Rua do Manifesto, no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Foram aprovados o *Manifesto-Programa* e a resolução "Em Defesa do Partido". "A Conferência Nacional Extraordinária reafirma a posição de que só deve existir um único Partido marxista-leninista da classe operária e de que é indispensável forjar a unidade de todos os comunistas, à base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. A unidade não pode ser feita em torno de pessoas", diz a resolução.

O Partido Comunista do Brasil — desde a reorganização conhecido pela sigla PCdoB — manteve o nome com o qual fora fundado e teve como base para o início da sua nova fase o jornal *A Classe Operária*, que estava registrado na ABI em nome de Maurício Grabois, instalado em uma pequena sala alugada na Rua Senador Dantas número 117, no Rio de Janeiro. Maurício Grabois assumiu a função de diretor de redação e Pedro Pomar a de redator-chefe. Em março de 1962, o jornal estava novamente em circulação, com uma edição de vinte mil exemplares inteiramente esgotada — devido principalmente à publicação do *Manifesto-Programa*.

***

No depoimento ao jornal *Tribuna da Luta Operária*, João Amazonas disse que Pedro Pomar, ao lado dos seus camaradas, havia participado da frente de luta contra o revisionismo de forma decidida, corajosa. Ao analisar a Conferência Nacional

Extraordinária n'*A Classe Operária*, Pedro Pomar afirmou que ela fora convocada para debater e enfrentar graves problemas do movimento comunista no Brasil, decorrente de um longo processo que culminara na formação de um novo partido, o Partido Comunista Brasileiro. Outra missão seria a discussão da necessidade de reorganizar "o nosso velho e glorioso Partido e de indicar o caminho da luta capaz de conduzir o proletariado e o povo à sua emancipação nacional e social".

Segundo Pedro Pomar, não seria possível compreender o significado da Conferência sem estabelecer conexão com os acontecimentos anteriores, sobretudo os dos anos 1950. Fora um período difícil para o país — constatou ele —, que exigiu dos comunistas esforços para vencer os obstáculos "que o Partido teve de transpor para cumprir sua missão revolucionária". Fora também uma fase rica de ensinamentos, na qual muitos militantes manifestaram grande abnegação, "mas a direção do Partido não teve a capacidade de encontrar o melhor caminho da revolução e deixou que se perdessem magníficas oportunidades para elevar o nível da ação combativa das massas".

Naquela época já se podia observar certo desalento nas fileiras comunistas e perceber que a linha política claudicava diante dos acontecimentos que se precipitavam, como os de 24 de agosto de 1954 (data do suicídio de Getúlio Vargas) e os de 11 de novembro de 1955 (posse de Juscelino Kubitscheck), analisou. O Programa do Partido, aprovado no IV Congresso, na opinião de Pedro Pomar passou a ter uma interpretação *sui generis*, que não afinava com as diretrizes essenciais nele contidas. Isso ficara evidente com o apoio dos comunistas à eleição de Juscelino Kubitscheck e posteriormente com a posição do Partido em face do governo "deste político burguês". "Nessas condições é que nos surpreendeu a ofensiva da reação imperialista e o surto revisionista", afirmou.

Pedro Pomar constatou que nas fileiras comunistas propagou-se rapidamente uma sensação de frustração, sobretudo nos setores da intelectualidade ligada aos comunistas ou sob a influência do Partido. "Cresceu a confusão ideológica em face das enormes vacilações da direção partidária e da sua impotência para enfrentar os ataques dos revisionistas", comentou ele. Pedro Pomar fez uma minuciosa análise dos acontecimentos que levaram à reorganização do Partido Comunista do Brasil, revelando nuances que permitem visualizar as entranhas da batalha desenvolvida no processo do V Congresso.

Segundo ele, o debate no "movimento comunista" começou por iniciativa dos revisionistas e, "embora contivesse aspectos positivos e revelasse o sentimento internacionalista e revolucionário de diversos camaradas, não contribuiu para esclarecer devidamente os problemas controvertidos". Ao contrário, gerou mais desorientação, disse ele. "Tudo isso contribuiu para que fosse declinando a influência dos comunistas no movimento operário e democrático. As forças populares, sem liderança efetiva, se tornaram objeto da traficância dos demagogos burgueses e pequeno-burgueses. O movimento de massas ia sendo empolgado, cada vez mais, pelo nacionalismo. As publicações comunistas de massa despareceram e o próprio nome do Partido Comunista do Brasil passou a ser omitido, sendo substituído pela expressão 'movimento comunista' ou pela assinatura de um único dirigente", escreveu.

Toda a atividade pretérita dos comunistas se transformou em alvo de zombaria, disse Pedro Pomar. Era acusada, em todos os aspectos, de ser sectária e dogmática. "O

Programa do Partido foi considerado superado em sua totalidade pelos corifeus do revisionismo, sob a acusação de que não refletia as novas condições do mundo e do Brasil. No que se refere à situação internacional, os revisionistas afirmavam que, "na base de uma falsa apreciação, havíamos exagerado o perigo de guerra, que o poderio do socialismo era de tal magnitude que todas as reformas sob o capitalismo favoreciam o socialismo e que, portanto, a ditadura do proletariado e a revolução proletária deixaram de ser indispensáveis."

O culto à personalidade de Prestes, que segundo Pedro Pomar os comunistas estimularam durante muitos anos, tornou-se um fator primordial para que as ideias revisionistas acabassem se impondo. "Por ironia, um dos aspectos negativos da atividade do Partido e que os revisionistas diziam combater é que lhes propiciou a arma mais poderosa para empolgar a direção e depois o conjunto do Partido. Justamente graças à adesão de Prestes ao grupo revisionista, em 1957, é que este passou a predominar no Partido."

Pedro Pomar revelou que os dirigentes do grupo revisionista, de acordo com Prestes na reunião do Comitê Central em agosto de 1957, acusaram quatro integrantes do antigo *Presidium* como os principais responsáveis pelos erros do Partido. "Embora em conversas privadas confessassem outra coisa, consideraram Prestes como vítima de uma conspiração, como um homem não informado. Os 'cabeça de turco' (locução de uso popular que significa teimoso, obstinado, resistente) foram apontados no Partido e alijados de seus postos e aquele que era de fato o maior responsável, não só como decorrência do posto que ocupava, mas, sobretudo, pelo sistema de culto à personalidade, foi inocentado, ou considerado capaz de recuperação", detalhou.

Apelando para a esperteza e utilizando sofismas, disse Pedro Pomar, os revisionistas continuavam rendendo o mesmo culto à personalidade, acusando, entretanto, os que se mantinham fiéis às tradições revolucionárias do Partido como "saudosistas desejosos da volta do passado". "Com esses estribilhos monótonos, aplicavam a torto e a direito o método mandonista por eles tão condenados. Velhos quadros e militantes foram vítimas de uma política discriminatória mais absurda e hipócrita. Empregando tais processos, os revisionistas conseguiram impor no V Congresso a linha reformista, apesar da vigilância dos elementos revolucionários e de sua crescente resistência diante do que ocorria no Partido. Tanto assim que os Estatutos então aprovados ainda conservaram, no fundamental, os princípios e as normas leninistas consagrados pelo movimento comunista internacional."

Era preciso ressaltar a resistência aos revisionistas para se apreciar de modo correto o que acontecera quando o Comitê Central eleito no V Congresso resolveu alterar o nome do Partido e criar um novo partido, que não se regeria mais pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, ponderou Pedro Pomar. "Nessa ocasião, grande número de militantes se dirigiu ao Comitê Central para condenar essa tentativa de formar um novo partido, sob o pretexto de obter seu registro eleitoral. Simultaneamente, esses militantes solicitaram a convocação de um novo Congresso,única instância que podia decidir a questão caso a direção não quisesse voltar atrás de seu propósito liquidacionista."

A resposta do Comitê Central a essa petição dos que divergiam de sua conduta foi de uma intolerância a toda prova. "Entrou pelo terreno das sanções disciplinares, da

acusação de divisionismo, até o ponto de pretender expulsar do movimento comunista honrados lutadores da causa revolucionária do proletariado. Assim, os reformistas consumavam o divisionismo no movimento comunista. Não restava outro recurso aos que se mantinham firmemente nas posições revolucionárias do marxismo-leninismo senão o da convocação de uma Conferência Extraordinária do Partido Comunista do Brasil que tratasse, fundamentalmente, da sua reorganização diante das graves consequências da política e dos métodos aplicados pelos revisionistas."

***

Amazonas e Grabois, passado algum tempo, visitaram Diógenes Arruda Câmara, no Rio de Janeiro. Amazonas descreveu o encontro: "Fomos até lá e na casa do Arruda tivemos uma conversa. O Arruda, de cara fechada com a gente... no começo discutimos. E eu digo: 'Você tem importância para o Partido. E, olha, o teu lugar é aqui, não fora daqui'. E o Arruda conversou, conversou, e foi mudando a fisionomia. E na hora que nós saímos da casa dele, lá vem ele andando a pé conosco — uma distância grande até que nós pegássemos o ônibus. Então, o Arruda tinha reencontrado o seu Partido. E já deixava isso claro: 'É com vocês que a gente tem de reconstruir o Partido.' Foi assim, companheiros, que puxamos o Arruda. E ele deu uma grande ajuda para nós nesse terreno." O pretexto para a conversa foi uma visita familiar. Ediria Carneiro, companheira de João Amazonas, era amiga da mulher de Diógenes Arruda Câmara e por meio delas o encontro foi marcado.

No Tatuapé e adjacências, como era de se supor, a destituição de Pedro Pomar do Comitê Central do PCB causou uma onda de indignação e, consequentemente, de solidariedade. Seu círculo de amizade se estendia aos bairros próximos, o que fazia de sua residência na Rua Ibicaba número 63 um local bem frequentado. Para sobreviver, Pedro Pomar dava aulas particulares de russo e inglês. Outra atividade era a tradução. São dele as versões em português dos dois primeiros volumes (de um total de quatro) da monumental obra *Ascensão e queda do Terceiro Reich*, de Willian L. Shirer; e *A história me absolverá* e *De Moncada à ONU*, de Fidel Castro — além de outras publicações de economia política, psiquiatria e história, assinadas com pseudônimos. Nessa época, Pedro Pomar também começou a escrever um livro sobre o Estado brasileiro, que não teve tempo de concluir. "Papai trabalhava muito, varava a noite na maquininha dele traduzindo, escrevendo", diz o filho Eduardo.

Foi um período de reflexão e de convívio mais de perto com a família. A oportunidade fez Pedro Pomar retomar o contato com o irmão Roman, que voltara a Óbidos, com quem havia muito tempo não falava. Recebera um bilhete e respondeu em tom afetuoso, dizendo para ele não esquecer que eram irmãos e que "nossa mãe, apesar da pobreza, procurou educar-nos com bons sentimentos". "Quanto a mim, mesmo que a aparência e certo temperamento indiquem orgulho, na verdade continuo o mesmo irmão, teimoso, mas camarada. Além disso, pobre orgulhoso é a pior coisa que o céu cobre. Nosso pai aconselhava-nos orgulho, mas agora compreendo que era sinônimo de dignidade. E homem digno é o que quero ser — sendo uma das boas qualidades que pretendo infundir em meus filhos. Naturalmente que gostaria que os garotos também se vissem livres do egoísmo, do individualismo feroz em que, geralmente, fomos e ainda são criados os filhos do povo", escreveu.

Pedro Pomar não gostava daquela rotina a que fora submetido. Manifestou isso na correspondência com Roman. Desde que se estabelecera no Tatuapé, as coisas se repetiam no "ramerrame de sempre". "Os garotos de vez em quando doentes, bem como eu e Santinha", escreveu. "Com o frio que está caindo em São Paulo, as mazelas se agravam", reclamou. Comentou com o irmão a campanha eleitoral para a Presidência da República — disse que o PCB estava apoiando o general Lott—, a solidariedade a Cuba e o V Congresso, em especial alguns artigos que fizera para o debate no "nosso semanário". "Alguns elementos me atacaram, chegando um a dizer que sempre fui turista, aventureiro, criminoso... Estas coisas não me entristecem e sim a posição de certos amigos que antes apareciam como comunistas cem por cento e, agora, só o são de palavras", escreveu.

Relatou ao irmão que na campanha eleitoral "o trabalho não foi tão intenso como de outras vezes". "Não sei se é por isso também que não estou seguro da vitória. Muito vai depender do resultado, isto é, da diferença em São Paulo, a favor de Jânio. E aqui, deves saber, a massa está, em maioria, a favor do entreguista. O Adhemar ainda por cima entrou para atrapalhar, ou melhor, ajudar o Jânio", informou. Lamentou que perdera seus livros, por descuido de seu tio Zeca, com quem se encontrara, na casa dele, no Rio de Janeiro. "Antes o tinha encontrado nas barcas, como também ao Anderson (primo), que mora com eles. Por sinal, soubeste que eles passaram o apartamento onde estavas e que, inclusive, deixaram que levassem os meus livros? Pois é, o nosso primo é bem descansado", lamentou.

Em outra carta, Pedro Pomar disse que sentia saudades de Óbidos e desejava "matar a saudade da terra", deitado em uma rede e "comendo uma tartaruguinha". Mas as condições eram impróprias. "A coisa não está fácil, especialmente se vier um novo período de reação e se o perigo de guerra aumentar. Sabes os meus compromissos e não poderei abandoná-los", disse. Sentia falta do irmão. "Não compreendo por que escreves tão poucas linhas. É falta de tempo? Bem que precisávamos conversar mais", cobrou. No final de 1962, receberia a triste notícia do falecimento de Roman, aos 46 anos, vítima de um aneurisma. Foi um choque, amortecido pela convivência mais de perto com Catharina e os filhos. Aquela rotina caseira, no entanto, duraria pouco tempo.

***

Vocês que votaram no homem precisam defendê-lo. O teu amigo está com um pé na rua. Te falei que esse homem ia dar nisso. Política interna de direita, externa contraditória. Não vai ficar. Enquanto caminhava em direção à Sociedade Amigos do Tatuapé para assistir à posse da nova diretoria, Pedro Pomar conversava com o amigo Reynaldo Laforgia, codinome de Arnaldo Mendez, e seu pai sobre a crise que se formara em torno do então presidente da República, Jânio Quadros. Durante a cerimônia, conforme testemunho de Laforgia, Pedro Pomar pediu a palavra para comentar a situação. Era a noite de 24 de agosto de 1961. No dia seguinte, a notícia da renúncia do presidente confirmaria as palavras do líder comunista. Laforgia, janista de carteirinha, foi procurado por Pedro Pomar para tentar um contato com alguém que pudesse dar detalhes da decisão de Jânio Quadros. Conseguiu falar, por telefone, com o ministro do Trabalho, Francisco Castro Neves.

A tumultuada posse do vice-presidente, João Goulart, tornada possível pela ação enérgica liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ao

recrudescimento da ofensiva golpista da UDN, caracterizava uma crescente e profunda instabilidade política — constatou Pedro Pomar em artigo na primeira edição do jornal *A Classe Operária* na sua nova fase, em março de 1962.

Segundo ele, o povo manifestava um descontentamento cada vez maior e sentia que a simples mudança de homens ou de grupos políticos no governo não alteraria substancialmente as coisas, como a miséria, a opressão, a ignorância, a subserviência ao estrangeiro, a corrupção e o descalabro que imperavam no país. Repetiam-se os vaticínios e prognósticos sombrios a respeito do futuro do país, disse ele. Juscelino Kubitscheck, que tanto se vangloriava de ter normalizado a vida institucional do país, andava angustiado pelo que pudesse acontecer, escreveu. Diferentes partidos e correntes políticas falavam da necessidade de reformas a fim de evitar a revolução. "Façamos a revolução antes que o povo a faça" — passava a ser novamente o lema favorito de importantes agrupamentos das classes dominantes, escreveu Pedro Pomar.

A crise de poder, para ele, surgira mais agudamente depois da renúncia de Jânio Quadros. Mas a tempestade vinha se formando havia muito tempo. Suas causas eram bem antigas. E não era possível evitar, se o fundo do quadro se mantivesse o mesmo, em que as crises políticas se repetissem a intervalos cada vez mais curtos, afirmou. Bastava recordar o que havia ocorrido a partir de 1930. Quando a burguesia industrial passou a participar com maior responsabilidade da direção do poder político, instituiu-se a chamada "República Nova" e foram realizadas algumas reformas ainda naquela época objeto de grandes exaltações, lembrou.

Pedro Pomar fez um breve histórico desde a Revolução de 1930. Como os problemas básicos do país não haviam sido tocados, a instabilidade política continuou. Eclodiu, em seguida, o chamado movimento constitucionalista de 1932, encabeçado pelos grupos de São Paulo contra o governo provisório de Vargas, verdadeira guerra civil que terminou em um acordo, com receio de que as massas viessem a intervir independentemente na luta. Ao avolumar-se o movimento popular anti-imperialista e antifascista em 1934-1935, as forças reacionárias tudo fizeram para sufocá-lo. Derrotado o levante armado revolucionário, as classes dominantes, apoiadas no Exército, e depois de sucessivos estados de sítio e de guerra, instalaram, em 1937, o Estado Novo, de modelo fascista. Logo em seguida, ocorreu o *putsch* integralista de 1938, também esmagado.

Ainda segundo o breve histórico de Pedro Pomar, o Estado Novo teve seu fim em 1945, quando o Exército afastou Getúlio Vargas do governo, embora conservasse toda a legislação do período fascista. A 24 de agosto de 1954, houve outro pronunciamento das Forças Armadas contra Vargas, que se suicidou. Em 11 de novembro de 1955, novo pronunciamento, dessa vez para garantir a posse de Juscelino Kubitscheck. E, por fim, sobreveio a crise de poder — conhecida como a crise político-militar de agosto-setembro de 1961, originada pela abrupta renúncia de Jânio Quadros.

Pedro Pomar concluiu dizendo que a Constituição havia sido emendada e o sistema presidencialista modificado em vinte e quatro horas. O princípio constitucional de que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido fora violado. A reforma se processara irregularmente, pois o Congresso estava sob evidente coação dos ministros militares. Havia virtual estado de sítio no país. Essa série de acontecimentos, de acordo com Pedro Pomar, representava o esforço das classes dominantes e de suas forças políticas para se manterem no poder.

***

O jornal *A Classe Operária* circulava a cada quinze dias e se esgotava rapidamente. Era uma demonstração, segundo Pedro Pomar, de sua boa aceitação. A repercussão dos primeiros artigos comprovava que o PCdoB abria uma nova perspectiva revolucionária. A sombra cruel da reação estava cada vez mais próxima e um instrumento como aquele era valioso para rebatê-la com a luz que iluminava novos caminhos. Pedro Pomar e outros dirigentes do PCdoB fizeram do jornal uma trincheira, escrevendo textos que analisavam a realidade brasileira e internacional com o ponto de vista que defendeu a intocabilidade dos princípios que nortearam os comunistas ao longo da sua trajetória no Brasil. Em São Paulo, ele trabalhava em uma sala alugada pelo PCdoB na Rua Tabatinguera, número 221, 3º andar, onde os dirigentes comunistas se reuniam com certa regularidade.

Com *A Classe Operária* embaixo do braço, Pedro Pomar percorreu o Brasil para ajudar a estruturar o PCdoB. Não raro, comparecia aos "comandos" nas portas de fábricas para vender o jornal. Fez palestras, deu entrevistas, visitou antigos companheiros e instou seus camaradas a se ligarem às massas por intermédio dos sindicatos, das organizações camponesas e das entidades estudantis. Estudassem a nova conjuntura, lessem os materiais do PCdoB, voltassem aos clássicos do marxismo-leninismo. Eram tempos de grandes enfrentamentos. Estivessem preparados.

Ao comentar n'*A Classe Operária* os discursos que João Goulart fizera no estado da Paraíba — em João Pessoa e em Campina Grande —, Pedro Pomar disse que o presidente "apenas deixou mais claro seu pensamento a respeito dos seus objetivos políticos: o da 'revolução' pacífica, nos moldes preconizados pelo presidente (dos Estados Unidos) Kennedy no Programa da Aliança para o Progresso". "Pretende algumas reformas indispensáveis para evitar a verdadeira revolução, reformas que habilitem as classes dirigentes do Brasil a fazer jus aos dólares prometidos pelos governantes ianques aos países que puserem em prática o plano da Aliança", escreveu.

***

Em artigo no jornal *Voix du Peuple*, do Partido Comunista da Bélgica, reproduzido *n'A Classe Operária*, Pedro Pomar avaliou que "a guerra não declarada" que se travava havia muito tempo "entre as forças populares e o imperialismo ianque na América Latina" estava se transformando rapidamente em uma "guerra aberta". "Os duzentos milhões de seres humanos que hoje povoam as vinte nações do Continente manifestam com crescente vigor seu anseio de emancipação e suas aspirações a favor de um regime novo, de democracia e bem-estar", afirmou. Segundo ele, na região acumularam-se algumas das mais agudas contradições "do mundo contemporâneo, que devem ser resolvidas de conformidade com os mais altos interesses dos povos oprimidos e da causa da paz e do socialismo".

O marco inicial de uma nova fase da luta secular dos povos do Continente por sua independência e liberdade, a Revolução Cubana, não poderia ser considerada uma exceção, um acontecimento fortuito, mas resultado inevitável de fatores históricos e sociais que tinham amadurecido e que eram comuns, no essencial, a todos os povos latino-americanos, analisou Pedro Pomar. "A Revolução Cubana demonstra de maneira

eloquente que as condições objetivas são mais que próprias para a grande gesta libertadora de nossos povos subjugados. Em consequência da Revolução Cubana, aprofundou-se a linha divisória que separa as forças democráticas e populares das forças da reação", avaliou.

Essa visão do cenário latino-americano precisava de um forte Partido Comunista do Brasil para dar conta dos grandes enfrentamentos que resultariam daquelas contradições, teorizou Pedro Pomar n'*A Classe Operária* de janeiro em janeiro 1963, no artigo intitulado "Lênin inspira a luta contra o revisionismo" — um extenso comentário sobre a passagem do 39º aniversário da morte do líder da Revolução de 1917. "Recordar a vida de Lênin e seguir os seus ensinamentos é, nos dias atuais, um dever sagrado para todos os comunistas", escreveu. Segundo ele, o centro das preocupações do movimento operário e comunista mundial naquele momento era a luta ideológica do marxismo revolucionário contra o revisionismo.

Pedro Pomar disse ainda que, como ensinava Lênin, era impossível vencer o imperialismo sem desmascarar e derrotar ao mesmo tempo o oportunismo nas fileiras do movimento operário e comunista. "No Brasil, estamos vivendo nossa experiência de luta contra os revisionistas", comentou. "Sabe-se como foi forte o surto revisionista no movimento comunista brasileiro a partir de 1956. Nós, que procuramos defender a bandeira revolucionária de Lênin, fomos então apanhados de surpresa. Não possuíamos tradição de luta ideológica e ainda por cima aceitávamos muitas concepções errôneas, dogmáticas", escreveu.

Segundo ele, os revisionistas infiltrados na direção comunista agiram, "manhosamente e sem escrúpulos", paulatinamente, para liquidar o caráter revolucionário do Partido. "A princípio sob o pretexto de corrigir alguns erros da linha política fizeram aprovar uma orientação nacional-reformista. Depois, sub-repticiamente, foram liquidando os jornais e as organizações onde os comunistas tinham influência, até culminarem seu trabalho com a renúncia dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo, e com a modificação do nome do Partido", denunciou.

Na realidade, conforme a análise de Pedro Pomar, os revisionistas provocaram a divisão do Partido, "mas lançam contra os que defendem a causa do velho Partido marxista-leninista da classe operária a acusação de divisionistas e todo tipo de calúnias". "Ao rememorar Lênin, cumpre-nos, mais do que nunca, ter presente a relevância da luta para derrotar as ideias revisionistas e oportunistas que predominam atualmente no movimento operário do nosso país. Para vencer devemos — como Lênin — ter confiança nas massas e assimilar cada vez melhor a verdade universal do marxismo a fim de aplicá-la de modo correto nas condições concretas da revolução brasileira."

***

Pedro Pomar olhava com interesse crescente para a experiência cubana. O PCdoB entrou no campo de visão dos revolucionários liderados por Fidel Castro quando Cuba procurava ampliar seu leque de relações, rompendo os limites que os soviéticos pretendiam impor. O Brasil era um lugar em que as organizações que lutavam contra o modelo moldado pelo regime norte-americano na "Guerra Fria" não se limitavam a seguir o pensamento de Nikita Kruschev.

Demonstravam isso as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, que se recusavam a seguir cegamente o que ditava a direção do novo PCB. As relações entre os cubanos e os camponeses das Ligas se estreitaram a ponto de duas turmas de brasileiros serem enviadas para fazer treinamento político-militar na ilha revolucionária. Com a cooperação, campos de treinamentos guerrilheiros foram montados no Brasil, mais tarde desmantelados pela repressão. A simpatia de Cuba pelo Brasil cresceu quando o governo brasileiro se absteve na votação que aprovou a expulsão da ilha revolucionária da Organização dos Estados Americanos (OEA), em janeiro de 1962, convocada pelos Estados Unidos.

Como resposta, o governo revolucionário de Havana organizou, em 4 de fevereiro de 1962, uma grande assembleia popular, com a participação de representantes de diversas organizações da América Latina. A *Segunda Declaração de Havana*, aprovada no evento, coincidia em vários pontos com o pensamento do PCdoB.

O primeiro contato dos cubanos com os comunistas que reorganizariam o Partido Comunista do Brasil ocorreu quando Carlos Danielli, ainda no histórico PCB mas já em "missão" no estado do Espírito Santo, em abril de 1961, chefiou uma delegação de comunistas que visitou a ilha revolucionária. A visita coincidiu com a invasão do país por mercenários organizados pelos Estados Unidos na Praia Girón. Danielli e outros visitantes se apresentaram como voluntários e passaram uma noite de arma na mão, prontos para entrarem em ação caso fosse necessário.

Em novembro de 1961, antes da "expulsão" do novo PCB, os comunistas que estavam contestando o rumo imprimido pelos revisionistas fundaram uma editora, a Edições Futuro, no Rio de Janeiro, que lançou, como primeiro título, a obra *A Guerra de Guerrilhas*, de Ernesto Che Guevara — a primeira do guerrilheiro famoso publicada no Brasil — prefaciada por Maurício Grabois. Censurado, o livro foi apreendido e a editora invadida pela polícia do governador da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda. Mesmo na clandestinidade, o livro fez sucesso — em poucos meses, foram vendidos dez mil exemplares, segundo o jornal *A Classe Operária*.

Em abril de 1962, Grabois e Amazonas visitaram Cuba, com passagens pagas pelo governo da ilha, conversaram com Fidel Castro e Che Guevara, e participaram das solenidades do "Primeiro de Maio". Encontraram-se também com dirigentes comunistas da Coreia, da Albânia e da China. Pouco tempo depois, em agosto de 1962, mais dois dirigentes do PCdoB — Carlos Danielli e Ângelo Arroyo — voltariam à ilha revolucionária.

Eram ações importantes, naquele momento, para a retomada de contatos em âmbito internacional, pelos dirigentes que reorganizaram o Partido Comunista do Brasil. Logo em seguida, em 1962, Amazonas e Lincoln Oest sairiam pelo mundo, começando pela América Latina, para estabelecer laços de solidariedade internacional. Chegaram à China, onde foram recebidos por Mao Tse-tung. Na volta, relataram que, em muitos países, sentiram um clima hostil pela propagação da versão do novo PCB sobre as divergências entre os comunistas brasileiros.

***

Ainda no primeiro semestre de 1962, a Edições Futuro lançara *De Moncada à ONU*, traduzida por Pedro Pomar, com discursos de Fidel Castro, e a *Segunda Declaração de Havana*. Pedro Pomar escreveu o prefácio. "Pela primeira vez são oferecidas, na íntegra, ao público brasileiro, dois importantes discursos de Fidel Castro, o valoroso chefe da Revolução Cubana. São discursos que simbolizam duas fases do mesmo processo político. Marcando dois momentos decisivos e distintos, eles se destacam pelo seu sentido revolucionário e pelo tom épico com os quais o líder cubano tem sabido impregnar sua atuação em todos os períodos gloriosos da luta do povo irmão contra os inimigos tradicionais de sua soberania e de sua liberdade", escreveu ele.

De acordo com Pedro Pomar, a publicação era indispensável para todos os que queriam conhecer mais profundamente a experiência revolucionária e para a melhor análise das condições objetivas e dos fatores subjetivos que determinaram a vitória desse pequeno povo sobre adversários tão poderosos. A Revolução Cubana cumprira seu terceiro aniversário com um trabalho extraordinário e despertava as energias criadoras das massas populares. E ao mesmo tempo, desatava a fúria impotente de seus inimigos derrotados, afirmou. Era um fato novo, de significação histórica, sobretudo para a América Latina.

Segundo Pedro Pomar, Fidel Castro já tinha consciência de que o assalto ao Quartel de Moncada expressava o "germe socialista" da Revolução. Dentro de um regime semicolonial e capitalista como o de Cuba, dissera ele, nenhuma transformação revolucionária seria possível, depois de cumprida a etapa libertadora, senão a socialista. "Os estudiosos do tema e os que entre nós julgam conveniente tomar o essencial da Revolução Cubana, isto é, seu exemplo e seu estímulo, saberão certamente valorizar a oportunidade desse lançamento editorial. Pois nenhum exemplo é mais vivo e mais próximo para todos nós do que esse, de um povo secularmente subjugado ter rompido os grilhões da opressão imperialista, dos latifundiários e dos grandes capitalistas, conquistado um governo genuinamente nacional e popular e instaurado um regime de libertação, antilatifundiário, que avança rapidamente para o socialismo", escreveu Pedro Pomar.

Evitando as duas tendências errôneas — a de exagerar ou a de depreciar a importância do caminho e dos métodos cubanos para os movimentos democráticos e emancipadores latino-americanos —, disse, ressaltava alguns ensinamentos relacionados com os problemas do Brasil. Salientou a lição a respeito do papel de uma vanguarda revolucionária para a concretização de objetivos que animavam não somente os jovens capitaneados por Fidel Castro, mas, igualmente, as grandes massas populares de Cuba. Na terrível situação que atravessava o país sob a tirania de Fulgêncio Batista, tanto os comunistas quanto Fidel Castro e seus companheiros chegaram à convicção de que a simples mudança de homens ou grupos no poder, de nada servia, comentou.

Impunha-se a substituição do regime, segundo Pedro Pomar. Uma revolução de verdade, que levasse ao poder aquelas classes e camadas que constituem o povo, especialmente os operários, os camponeses e a intelectualidade democrática. Mas a revolução não poderia triunfar sem ter à sua frente uma força política combativa, disposta a todos os sacrifícios. Por conseguinte, a Revolução Cubana era um desmentido e não confirmação à tese sobre a desvalia de um núcleo de vanguarda. Pedro Pomar lembrou que Fidel Castro, antes do assalto a Moncada de 26 de julho,

costumava repetir o seguinte pensamento: "É necessário fazer funcionar um pequeno motor que ajude o motor maior a dar partida."

O pequeno motor — escreveu Pedro Pomar — era a ação inicial do agrupamento que faria arrancar o motor maior, as massas. Daí o plano da tomada do Quartel de Moncada, de onde seriam distribuídas armas ao povo para que este lutasse pelo cumprimento do Programa já elaborado. O movimento que se denominaria "26 de Julho" antecedeu, portanto, o ataque à fortaleza de Moncada e desempenhou a missão daquele destacamento que empreenderia, audaciosamente, a façanha da primeira tentativa para derrubar a ditadura de Batista, resumiu Pedro Pomar.

Segundo ele, aqueles fatos eram uma lição de que cabia enterrar definitivamente a falsa ideia do menosprezo da necessidade de uma vanguarda consciente, que efetuasse um vasto trabalho de propaganda e mobilização das massas, e que fosse capaz de preparar-se para a ação, decidida a travar a luta e alcançar a vitória. O processo de integração do "Movimento 26 de Julho", do Partido Socialista Popular (comunista) e de "outros grupos e elementos revolucionários" no Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba, tendo como guia o marxismo-leninismo, demonstrava como eram estéreis as opiniões que desdenhavam a relevância de uma organização de vanguarda, cujo valor era ainda maior na fase de construção do socialismo, escreveu.

Para Pedro Pomar, a Revolução Cubana constituía mais um notável êxito da doutrina marxista-leninista. Fidel Castro, conforme se verificava pelo seu discurso de defesa ante o Tribunal dos seus algozes, proclamou que suas ideias inspiradoras eram as de José Martí. Mas ele o fez de um ponto de vista mais avançado, de acordo com o momento histórico em que vivia, afirmou. Desenvolveu as teses mais radicais do grande democrata revolucionário cubano para fustigar de modo implacável o regime de roubo, corrupção, tirania e subserviência ao estrangeiro então imperante em sua pátria. Defendeu o direito do povo à revolução, como o mais legítimo dos direitos.

Fidel Castro e seus companheiros, registrou Pedro Pomar, no próprio fogo da luta anti-imperialista e por um novo poder popular, comprovaram a vitalidade, a justeza e a força do marxismo-leninismo como arma revolucionária invencível da libertação dos povos oprimidos e da consecução do grande sonho da humanidade — a supressão da exploração do homem pelo homem. Em seu discurso perante a ONU, Fidel Castro situou os acontecimentos de Cuba como reflexo da época de extraordinárias transformações, cujo conteúdo fundamental era a transição do velho mundo do capitalismo para o novo mundo do socialismo, resumiu.

Pedro Pomar fez uma apreciação objetiva da Revolução Cubana, de sua real dimensão nos quadros mundiais, em particular na América Latina. "Sentimos o afã de redenção e solidariedade do povo cubano, voltado para seus irmãos ainda sob o jugo do mesmo inimigo: o imperialismo norte-americano. É a primeira vez que se ergue na Assembleia das Nações Unidas a voz de um povo latino-americano verdadeiramente livre e independente, proclamando que os princípios contidos na *I Declaração de Havana* são os objetivos da Revolução, a qual tem uma importância sem precedentes para a história dos países da América Latina", escreveu.

Segundo Pedro Pomar, os dois discursos revelavam a personalidade de Fidel Castro. No primeiro, pronunciado diante do Tribunal da ditadura, ameaçado de condenação à

morte, depois que quase todos os seus camaradas do assalto a Moncada haviam sido martirizados e assassinados selvagemente, era digna de admiração a coragem de Fidel Castro, sua confiança ilimitada no povo. Tomou a posição de um autêntico chefe revolucionário, que não ocultava seus objetivos e suas ideias, que defendia abertamente o direito do povo à insurreição.

No discurso proferido na ONU, avaliou Pedro Pomar, Fidel Castro apareceu como acusador irreconciliável do imperialismo. Era o estadista à altura de sua responsabilidade, lúcido dirigente dos povos da América Latina em sua luta libertadora, um intrépido defensor da causa da paz entre os povos. A trajetória do povo cubano de Moncada à ONU estava iluminada pelas palavras ardentes e pela conduta viril e revolucionária de Fidel Castro, finalizou.

***

No Brasil, um grupo de simpatizantes da Revolução liderada por Fidel Castro organizou um Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Cubano; Pedro Pomar integrou a Comissão Estadual de São Paulo, ocupando o cargo de 2º tesoureiro da organização. Ele discursou em uma manifestação de massa realizada no bairro do Tatuapé, na capital paulista, que reuniu mais de duas mil pessoas e durou quatro horas. Mas as relações entre o PCdoB e o governo de Cuba estavam em vias de ser rompidas — uma condição determinada pelo cenário do movimento comunista internacional.

A edição d'*A Classe Operária* de 1º de agosto de 1963 publicou uma manchete que ocupou quase a metade da capa: "O Partido Comunista do Brasil Responde a Kruschev." "O Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, em Carta Aberta publicada no *Pravda* de 14 de julho, procurando responder aos argumentos apresentados pelo Comitê Central do Partido Comunista da China, na carta de 14 de junho, acusa os camaradas chineses de organizar e apoiar diversos grupos antipartidários que 'atuam contra os partidos comunistas dos Estados Unidos, Brasil, Itália, Bélgica, Austrália e Índia'. São nominalmente citados membros da direção do Partido Comunista do Brasil", diz a resposta.

O texto explicou resumidamente os acontecimentos pós-XX Congresso do PCUS no Brasil, diferenciou o PCdoB do novo PCB e refutou as acusações soviéticas. "A acusação dos dirigentes soviéticos de que os camaradas do Partido Comunista da China fomentaram a divisão no movimento comunista brasileiro não passa de afirmativa totalmente divorciada da verdade, de uma simples calúnia. Os fatos demonstram sobejamente que a cisão teve como causas principais fatores de ordem interna", esclareceu.

A Edições Futuro publicou, em livreto, a tradução de uma série de folhetos da "Edições em Línguas Estrangeiras de Pequim", de 1963, denominado *Terceiro grande debate do movimento comunista*, que mostra bem como as divergências entre os dois campos socialistas estavam avançando rapidamente.

As relações com a ilha começaram a se deteriorar quando o Partido Comunista de Cuba se aliou aos soviéticos. O PCdoB se aproximava da China e da Albânia e, em 1966, publicou uma carta aberta a Fidel Castro explicitando as divergências, com o título "O marxismo-leninismo triunfará na América Latina". A definição dos campos no cenário

socialista mundial já estava mais clara. E o Partido — que apoiara a Declaração da Conferência dos oitenta e um partidos comunistas e operários realizada em novembro de 1960 em Moscou, quando, à frente da delegação do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), o líder albanês Enver Hodja pronunciou um histórico discurso contra o revisionismo — decidiu cerrar fileiras contra o revisionismo também no âmbito internacional.

Em 1963, Pedro Pomar e outro comunista do PCdoB, Consueto Callado, visitaram a Albânia. Em Tirana, capital do país, participaram das comemorações do "Primeiro de Maio" ao lado dos dirigentes do PTA. Pedro Pomar conversou longamente com o líder dos comunistas albaneses, Enver Hodja. Anos depois, em junho de 1977, o jornal *A Classe Operária* diria que os trechos principais da conversa tinham sido publicados pelos comunistas albaneses e reproduziu o documento. Enver Hodja agradeceu pela mensagem do PCdoB, que seria "uma grande ajuda" para o seu partido. Em um cartão postal que enviou ao filho Jonas, Pedro Pomar descreveu a Albânia como um país bonito, com jovens fortes e lutadores. Ele e Consueto Callado escreveram uma série de reportagens sobre a viagem, publicada em três edições subsequentes d'*A Classe Operária*.

De volta ao Brasil, Pedro Pomar se integrou ao trabalho de intensificar a presença do Partido no cenário político. Participou de conversações com as organizações Política Operária (Polop) e Ação Popular (AP), com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e com entidades dos movimentos sindical e camponês.

***

No Tatuapé, a família mudara-se para uma rua próxima, a Odon Nolf. Catharina recebera uma doação da mãe, Luiza, que vendera uma casa em Belém, e comprou uma residência espaçosa, com quintal para as brincadeiras dos dois filhos menores. Eduardo retornara da Tchecoslováquia. A família estava novamente abrigada sob o mesmo teto — menos Wladimir, já casado. Mas Catharina e os filhos quase não viam Pedro Pomar.

Ele e os demais dirigentes do Partido ficaram entusiasmados com a acolhida das propostas comunistas em todo o país. Poucos — a Comissão Executiva era composta, além dele, por João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Danielli, Calil Chade e Lincoln Oest — corriam sem parar para dar conta das tarefas. Além das obrigações executivas, ele respondia por um importante cargo no jornal *A Classe Operária*, um posto privilegiado para apreciar o intrincado panorama mundial.

Em maio de 1963, Pedro Pomar analisou um artigo do renomado economista Celso Furtado, publicado na revista norte-americana *Foreign Affairs*, sobre os caminhos do desenvolvimento da sociedade brasileira. Segundo Pedro Pomar, as ideias do economista adquiriam maior significado em virtude de ele ser, além de ter sido superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o ministro do Planejamento e proclamado autor do Plano Trienal do governo presidencialista de João Goulart. "Acrescentamos que o senhor Celso Furtado goza de franquias na Casa Branca de Washington", comentou.

Com tantos títulos e credenciais, disse Pedro Pomar, os pontos de vista de Celso Furtado eram relevantes por ele ser "um autêntico porta-voz da grande burguesia

brasileira que se acha no poder". Dirigindo-se ao público norte-americano, o economista pedira compreensão para a política do governo brasileiro que deveria imprimir "flexibilidade às estruturas existentes" para "enveredar de forma audaz pelas modificações constitucionais" capazes de impedir "retrocessos" nas "formas sociais e políticas" e "criar condições para a mudança rápida e eficiente na arcaica estrutura agrária do país".

Segundo Pedro Pomar, Celso Furtado queria evitar um "rompimento cataclísmico ou o que elementos mais alarmados da burguesia e da reação qualificam vulgarmente de 'caos', e que nós simplesmente chamamos de revolução popular". "Como pertencemos a uma corrente política que nada 'espera' do governo do senhor Goulart e confia firmemente que o povo não se limitará a manifestar-se a favor de programas reformistas para substituir alguns ricaços, latifundiários e agentes do imperialismo por outros iguais, passamos a examinar mais detidamente as ideias do ministro", escreveu.

As ideias de Celso Furtado, na avaliação de Pedro Pomar, eram impotentes porque com elas o povo não poderia expulsar o imperialismo norte-americano e nem os camponeses conseguiriam "tomar a terra dos latifundiários". "Com tais ideias, o povo jamais alcançará o poder para organizar uma sociedade nova, democrática e avançada", afirmou. O ministro, segundo Pedro Pomar, considerava que o Brasil vivia um período pré-revolucionário "em que a mudança drástica é uma necessidade política". "Entretanto, procura confundir mudanças drásticas com reformas graduais, realizadas de cima para baixo", disse ele.

Segundo Pedro Pomar, João Goulart poderia estar querendo justificar um golpe de força, como fizera Getúlio Vargas em 1930 e 1937, para promover reformas paulatinas de transformações capitalistas graduais, "sem a intervenção ativa e dirigente do povo". "Jogando com as duas possibilidades — a golpista e a de deixar como está para ver como fica — aprendidas de Getúlio Vargas e aplicadas hoje por seu chefe João Goulart, Celso Furtado dá provas de uma coragem singular para homens da sua classe", analisou.

O ministro denunciou claramente as condições do país e do povo como resultado do tão decantado desenvolvimento brasileiro dos últimos anos. Disse que esse desenvolvimento "do qual tanto nos orgulhamos não causou mudança nenhuma nas condições de vida de três quartos da população do país". Sua característica principal era uma concentração crescente da renda, "tanto social quanto geograficamente", segundo Celso Furtado. Mais adiante, o ministro asseverou que as "distorções" eram ainda "mais berrantes" nos campos político e administrativo e que por isso se compreendia facilmente a "indignação popular resultante", especialmente entre os jovens.

Portanto, enfatizou Pedro Pomar, Celso Furtado testemunhou "que o desenvolvimento enriqueceu uma minoria e não melhorou a situação das grandes massas". "A crítica feita por quem é, aparece como insuspeitíssima. Mas essa crítica tem por fim demonstrar que a burguesia poderá realizar o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil sem miséria, sem desigualdades regionais, sem 'distorções'. Ora, isso é uma mistificação", protestou Pedro Pomar.

Para conseguir a aplicação do seu esquema político, Celso Furtado, como economista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), sentia a necessidade de uma filosofia de ação, disse Pedro Pomar. "Tomou de empréstimo teses de várias escolas, preparou

seu cozido eclético oportunista e arremeteu contra o marxismo-leninismo", afirmou. O ministro, que fora chamado de "marxista" pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, vulgarizou a teoria marxista para fugir da essência do problema, segundo Pedro Pomar. "Só na cabeça reacionária e obtusa do senhor Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, e outros do mesmo *nipe* a filosofia do senhor Celso Furtado é marxista", rebateu. "Aí temos uma interpretação confusa e ao mesmo tempo errada da essência do marxismo. O ministro Celso Furtado pertence à categoria dos polemistas que atribuem aos outros tolices para em seguida rebatê-las brilhantemente", afirmou.

***

Pedro Pomar era uma figura respeitada no meio político. Com o prestígio que angariara ao longo da sua atuação em São Paulo, procurou lideranças dos partidos que defendiam a causa nacional a fim de estabelecer canais de conversações com o PCdoB. Um deles foi o então deputado Plínio de Arruda Sampaio, que se projetara como porta-voz de um setor do Partido Democrata Cristão (PDC) descontente com os rumos que o comando daquele partido estava tomando. Pedro Pomar procurou-o em seu escritório em São Paulo e, de conversa em conversa, estabeleceram uma sólida amizade.

Plínio de Arruda Sampaio conta que uma conversa ocorreu quando ele cogitara entrar para o PCdoB. Ao saber disso, Pedro Pomar foi ao seu encontro e explicou pacientemente que o deputado ajudaria muito mais a causa democrática e nacional se permanecesse no PDC. Segundo Plínio, ele mesmo chegou à conclusão de que o melhor lugar, naquele momento, era permanecer no seu partido para, por dentro, ajudar a neutralizar os movimentos reacionários que estavam sendo tramados no país. Via a sombra da reação, que se aproximava rapidamente. Quando ela chegou perto de Pedro Pomar, seus passos passaram a ser seguidos implacavelmente.

Capítulo 38

Pedro Pomar vai para o Vale do Ribeira preparar a luta armada. Na Albânia, ele informou sobre a revolução na América Latina.

1964-1967

Quem seria àquela hora? No começo da manhã do dia 30 de março de 1964, Reynaldo Laforgia acordou assustado com o toque da campainha. Era Pedro Pomar, trajando terno escuro, segurando uma maleta e trazendo os filhos pela outra mão. Pediu ao amigo que ficasse com os garotos, depois Catharina passaria para pegá-los. Disse que Mourão (o general Olympio Mourão Filho) estava saindo de Minas Gerais com as tropas para dar um golpe de Estado. O Comitê Central acabara de fazer uma reunião em Niterói, Rio de Janeiro, em 28 de março, quando as informações sobre a preparação do golpe foram discutidas.

No dia seguinte, homens da repressão circularam nas imediações da residência de Pedro Pomar, mas não se deram conta de quem morava ali. Carlinhos, o filho mais novo, era o único da família que estava em casa. Ele conta que fizeram algumas perguntas e se retiraram. Pedro Pomar estava longe, refugiado na casa de um simpatizante do PCdoB

desconhecido da polícia. Davam-se notícias de prisões, espancamentos e desaparecimentos. O *Diário Oficial da União* publicou, em 13 de junho de 1964, o pedido de sua prisão preventiva por dirigir "a célula comunista" que funcionava na Rua Felipe Camarão, número 15, sala 4, no Tatuapé.

Informações do DOPS dão conta de que uma operação para prendê-lo fora montada em agosto de 1964 no pedágio da cidade de Jundiaí, quando ele viajava para São José do Rio Preto, acompanhado do militante do Partido, Pedro Trevisan, em um carro Ford preto. A operação fracassou, mas a polícia não explicou os motivos do malogro. O PCdoB estava estruturando sua direção em São Paulo para enfrentar a clandestinidade, que pelas primeiras medidas dos golpistas prenunciava ser dura.

Em junho de 1964, o Comitê Central do PCdoB iniciou o debate sobre a tática de deslocamento do trabalho para o campo. Em agosto, aprovou a resolução divulgada com o título "O golpe de 1964 e seus ensinamentos", avaliando que o ocorrido era resultado dos avanços de um projeto estratégico dos setores mais reacionários internos a serviço do imperialismo norte-americano. Era hora de procurar novas formas de resistência. Diante desse quadro, Pedro Pomar e os demais dirigentes mergulharam fundo na clandestinidade para articular o PCdoB. Ele deixou *A Classe Operária*, que passou à responsabilidade de Carlos Danielli — o secretário de Organização —, e começou a percorrer o país. A luta armada era uma possibilidade que despontava no horizonte.

***

Quando avistou a estátua do Borba Gato, Pedro Pomar se deu conta de que aquele bairro, chamado Alto da Boa Vista, era um bom lugar para a Comissão Executiva do PCdoB se reunir. Constatou que estava afastado do centro e oferecia ainda a vantagem de ser habitado por pessoas da "classe média", local ideal de moradia para um "professor" — como ele se apresentou à vizinhança. A casa era ampla e fora alugada por Joaquim Barbosa, advogado e militante comunista. Ali foram realizadas muitas reuniões da direção do PCdoB.

Os deslocamentos eram ajudados pelos amigos Reynaldo Laforgia e Carlos Alberto Ferrinho. O primeiro, com o auxílio do primo Soldano, se encontrava sempre com Pedro Pomar pelas ruas de São Paulo e o conduzia em seu Fusca azul para os mais diversos lugares. O segundo era um conceituado especialista do universo do jogo de damas, que se organizava no Brasil e mais tarde seria reconhecido pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) como esporte.

Pedro Pomar conheceu Ferrinho, um comerciante português, quando se mudara para o Tatuapé. A aproximação se deu por meio de Ângelo Arroyo, outro dirigente do PCdoB, que possuía uma livraria na Mooca, bairro vizinho ao Tatuapé. Ferrinho sempre passava pela livraria em busca de publicações especializadas em seu esporte favorito. Foi quando Ângelo Arroyo sugeriu que ele aprendesse russo para ampliar suas opções. Os soviéticos mandavam boas publicações sobre o assunto. Tinha até o professor — chamava-se Pedro Pomar e morava no Tatuapé. Nasceu assim a amizade, que extrapolou a barreira do idioma e entrou pelo terreno da militância política.

Na clandestinidade, ele recebia documentos falsos para os militantes, uma especialidade de Ferrinho no Partido. O amigo e agora também camarada era outro que transportava

Pedro Pomar em seu Fusca, no frenético vai-e-vem que se estabeleceu depois do golpe. Sabia dos riscos que corria, mas não se intimidava. Pedro Pomar era, aos cinquenta e um anos, um experiente e ameaçador articulador político, um dos mais marcados pelos facínoras que assaltaram o poder para ser pego e liquidado. Mesmo assim, os amigos estavam sempre às ordens para conduzi-lo a seus pontos de contatos na teia que o PCdoB tecia para enfrentar o regime dos golpistas.

***

Alguns desses encontros frequentes eram com o filho Eduardo, que deixara a casa dos pais. Joran, que nessa ocasião se chamava Jonas, um dos irmãos mais novos, fazia a ponte. Ele e Carlinhos, o caçula, também ajudavam no deslocamento do pai. A família possuía uma perua Kombi, em geral o meio de transporte na primeira etapa das viagens de Pedro Pomar — por segurança, ele não tomava ônibus na rodoviária. Carlinhos comprava a passagem com antecedência e o embarque era feito em algum ponto das rodovias. Em uma das conversas com o pai, Eduardo despediu-se dele dizendo que estava indo trabalhar no Rio de Janeiro. De lá foi para o Amapá. O contato com Pedro Pomar só seria retomado em 1975.

Uma das primeiras medidas adotadas pela ditadura foi a elaboração de uma "doutrina de segurança nacional" baseada em dois conceitos: a divisão do mundo em dois blocos antagônicos e a adesão do Brasil ao "bloco democrático e cristão", sob a direção dos Estados Unidos — dos quais o Brasil deveria considerar- se um "satélite privilegiado". A doutrina do programa golpista elaborado na Escola Superior de Guerra dizia que o mundo marchava para a Terceira Guerra Mundial e o Brasil deveria alinhar-se incondicionalmente aos Estados Unidos para combater a União Soviética. O Ato Institucional (AI) passou a ser o instrumento para a ditadura "legalizar" suas ações políticas não previstas na legislação e contrárias à Constituição.

O AI-1, de 9 de abril de 1964, transferiu o poder aos militares golpistas e suspendeu por dez anos os direitos políticos de centenas de pessoas — entre elas Pedro Pomar. Em outubro de 1965, o AI-2 concedeu à Justiça Militar a competência de julgar "crimes contra a segurança nacional" de acordo com a lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953.

A estrutura do poder ditatorial começou a ser montada gradativamente, com o Executivo concentrando funções e sob controle do Estado-Maior das Forças Armadas, do Alto Comando das Forças Armadas e do Departamento de Administração da Polícia Civil (este último um organismo de consulta). Foram também criados mais dois novos órgãos: o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI). O poder legislativo foi restringido — e posteriormente fechado — e o judiciário limitado à função de supervisionar os atos determinados pelo CSN. Todos os suspeitos de atividades contrárias à "segurança nacional" seriam julgados por tribunais militares.

***

A direção do PCdoB chegou à conclusão de que para discutir profundamente a forma de enfrentar a ditadura era necessário convocar uma Conferência — a VI, realizada em julho de 1966 em São Paulo. No encontro foram discutidas a situação política e a atividade partidária, modificações estatutárias e recomposição do Comitê Central. Além das questões organizativas — principalmente no tocante à segurança —, a

Conferência debateu e aprovou a linha política, contida no documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. "Perigo sem precedente paira sobre o Brasil, sujeito a viver longo tempo sob o regime ditatorial, a ter seu desenvolvimento interrompido e a perder suas características de nação independente", diz o documento. "Em tal circunstância, nenhum problema pode sobrepor-se ao objetivo de salvar o país desse perigo."

A certa altura do texto, o PCdoB apontou a guerrilha como uma das principais formas de luta contra a ditadura. "A ideia de que é indispensável empunhar armas para libertar o país do atraso e da opressão vem ganhando força", diz o documento. "A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular", definiu a Conferência. "As forças armadas populares, inicialmente débeis, crescem e tornam-se fortes e superiores às do adversário. (...) Sendo parte integrante do povo, têm nele a fonte de sua invencibilidade."

A ideia contida no documento era a de realizar um intenso trabalho político e de organização popular, criando núcleos de combatentes, "no amplo emprego da tática de guerrilha e na criação de bases de apoio no campo". "Em toda parte, em especial no campo, é preciso discutir os problemas da luta armada e, guardadas as normas de trabalho conspirativo, tomar medidas visando à sua preparação prática", diz o texto. Com base nessa resolução da Conferência, o PCdoB saiu a campo à procura dos melhores lugares para instalar a guerrilha. O Partido criou três grupos de trabalho — um dirigido por Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, outro por Maurício Grabois e João Amazonas, e um terceiro por Carlos Danielli.

Augusto Buonicore cita na biografia de João Amazonas *Meu verbo é lutar* que no livro *PC linha leste* o autor, Antônio Carlos Félix Nunes, refere-se à preparação militar do pessoal do PCdoB no período anterior ao golpe. Segundo ele, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo ministraram um curso em um casebre na Mooca para um público de cerca de trinta pessoas, que depois seguiram para atividade prática. "Os membros do PCdoB, empenhados com ardor em seus projetos revolucionários, viraram alvos de comentários jocosos feitos por ex-companheiros do PCB. Publicamente eram gozados e tachados de sonhadores toda vez que um magote deles era visto de mochilas nas costas, rumo à Serra da Mantiqueira ou à Serra do Mar (...). Poucas pessoas imaginavam que nas mochilas fossem levados instrumentos usuais nas guerrilhas, a começar pelas armas de cano longo desmontável", relata Félix Nunes.

Wladimir, o filho mais velho de Pedro Pomar, que fora integrado ao Comitê Central na VI Conferência, afirmou, por sua vez, que os treinamentos no Rio de Janeiro eram feitos na Serra da Mendanha. Disse que estes poderiam ser catalogados como "cursos de sobrevivência na selva". A turma da qual ele participou era composta de oito pessoas, entre elas o jovem italiano Líbero Giancarlo Castiglia, que morreria na Guerrilha do Araguaia. Uma das primeiras áreas de implantação do PCdoB estava localizada na Chapada Diamantina, na Bahia, onde Pedro Pomar estivera algumas vezes.

Segundo Wladimir, foram deslocados para lá "o Sebastião", um técnico eletricista que havia militado com ele em Volta Redonda, "o Osvaldo Costa (Osvaldão) e o Italianinho (Libero Giancarlo Castiglia)". "O Sebastião ficou em Iaçu, mas o Osvaldo e o Italianinho foram para um sítio nas encostas da Chapada. Um grupo do Partido em Salvador (uns cinco) também começou a ser preparado para participar desse processo de

implantação no interior. Isso não teve prosseguimento porque o Osvaldão e o Italianinho foram convocados para a preparação (político-militar) na China e porque a Executiva decidiu que a região não era favorável", detalhou. O esquema acabou sendo desmobilizado.

***

Pedro Pomar esteve também em Goiás — na região onde atualmente é o estado de Tocantins —, Maranhão e Sul do estado do Pará. Apresentava-se como vendedor de remédios para pesquisar detalhes dos lugares por onde passava. Mais tarde juntou-se a Arroyo no norte de Goiás, onde tentaram estruturar um trabalho com o deslocamento de militantes nas regiões de Itapaci, Santa Terezinha dos Crixás, Uruaçu e Porangatu. Estivera antes por lá, quando o Partido organizara a resistência dos camponeses que empunharam armas para defender suas terras em Trombas e Formoso.

O plano era criar áreas de implantação de militantes, na mais rigorosa clandestinidade, para iniciar o trabalho com a população. Paulo Marcomini, um desses militantes, conta que, na cidade de São Paulo, no final de 1964, Pedro Pomar passou as orientações para que se estabelecesse na região de Uruaçu. O contato seria com outros militantes que já estavam lá, iniciando a implantação. Lembra o nome de Armando Gimenez e de Jonas Grisoto, mas havia também militantes do local envolvidos com o plano.

Marcomini chegou a Uruaçu no início de 1965. No final de abril, ou começo de maio, ele e Gimenez foram presos. Caíram em uma "operação pente-fino" conjunta do Exército, da Polícia Federal e da polícia local, que fazia uma rigorosa verificação das procedências e das ocupações da população da região. Alguns militantes conseguiram fugir, mas, segundo Marcomini, formou-se fila na rua tal a quantidade dos que seriam interrogados. Ele e Gimenez foram ouvidos, enviados para Brasília e torturados, mas nada revelaram — o que impediu que a repressão descobrisse seus vínculos com o PCdoB. A prisão se estendeu porque estavam ligados a Jonas Grisoto, que trabalhava como rádio-técnico e fora acusado de tentar montar uma rádio clandestina. Mas, por segurança, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo decidiram suspender o trabalho naquela e em outras regiões de Goiás.

As experiências de guerras populares no campo, principalmente na China e no Vietnã, amplamente estudadas, recomendavam a procura de lugares com boa densidade populacional. O PCdoB estava enviando delegações para a China com a finalidade de aprofundar esses estudos e aprender na prática como fora percorrido o caminho da guerra popular. Pedro Pomar era um dos dirigentes que se encarregaram dos preparativos para o envio desses militantes. Na volta, todos se reuniam com a direção para relatar o aprendizado e as impressões da viagem.

Houve também tentativas de implantar trabalhos em alguns estados do Nordeste. Pedro Pomar esteve no Ceará e permaneceu algum tempo na Bahia, onde o PCdoB estudava diversas áreas. Com as incursões da repressão, todas as tentativas foram suspensas. Em vários pontos do país, militantes comunistas avaliaram a viabilidade dos diferentes aspectos da preparação da luta armada. Os locais deveriam oferecer condições adequadas à teoria da guerra popular.

***

No corre-corre, Pedro Pomar foi novamente abatido pela úlcera. Não adiantou ele dizer que prometia total obediência às recomendações médicas. Para o doutor David Rosenberg, amigo de longa data e espécie de anjo da guarda da família no que dizia respeito à saúde, o caso era de internação imediata. A úlcera estava supurada e ele precisava ser operado com urgência. Por sua conta e risco, Rosenberg providenciou o lugar em um hospital na Avenida Brigadeiro Luis Antônio e fez a cirurgia. De cama por algum tempo, Pedro Pomar aproveitou a ocasião para estudar a nova situação do país e as alternativas que se ofereciam para enfrentar a ditadura. Quando se recuperou, começou a pesquisar outra área — o Vale do Ribeira, na região Sul do estado de São Paulo.

Pedro Pomar chegou à região acompanhado de José Carlos Cordeiro, militante que se desgarrara do PCB e, por conta própria, tentara organizar um núcleo guerrilheiro. Cordeiro era funcionário público estadual e fora afastado pelo governador Adhemar de Barros por ter pertencido ao núcleo próximo ao seu antecessor, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto. Sem mesa e sem cadeira, como ele diz, teria de procurar um lugar para se estabelecer. Preferiu o Vale do Ribeira, apropriado para os seus propósitos revolucionários. A imensidão de mata atlântica, abrangendo mais de vinte mil quilômetros quadrados, cortada por rios, desenhada por serras exuberantes e salpicada de pequenas concentrações habitacionais, seria o lugar perfeito para reeditar a façanha dos guerrilheiros de Sierra Maestra, comandados por Fidel Castro, pensava Cordeiro.

A primeira providência seria comprar um sítio. Cordeiro palmilhou a região e conseguiu adquirir uma propriedade no município de Pariquera-Açu. O segundo passo seria aglutinar em torno do seu plano um grupo decidido a pegar em armas para enfrentar a ditadura. Formou um círculo com certa influência política, começou a discutir a situação do país e apontou a necessidade de ações mais ousadas. Se Fidel Castro e seus guerrilheiros foram vitoriosos em Cuba, por que eles não seriam?

Nas conversas do grupo, surgiu um advogado, vindo da cidade paulista de Presidente Prudente, chamado Ruy Guedes, genro de Enio Mainardi — tio de um famoso publicitário paulista —, simpatizante do PCB "do tempo da zagaia", segundo Cordeiro, comerciante de combustível em Pariquera-Açu. Guedes sugeriu que ele conversasse com um jornalista dos Diários Associados, conhecido como Brizola, na cidade de São Paulo, também envolvido com planos para derrubar a ditadura pela luta armada. Viajaram para a capital paulista e na sede do grupo de jornais pertencente a Assis Chateaubriand estava também o jornalista Armando Gimenez, do PCdoB. Gimenez, bem relacionado política e culturalmente, fez um périplo com Cordeiro. Após algumas reuniões e visitas a grupos de esquerda, o visitante foi apresentado a Pedro Pomar. O encontro ocorreu em um apartamento na região central da cidade de São Paulo.

Ao saber dos planos revolucionários de Cordeiro, Pedro Pomar quis conhecer o Vale do Ribeira. Mas recomendou que ele tirasse a vistosa barba que deixara, influenciado por Fidel Castro, e que o denunciava a quilômetros de distância. Era um chamariz para a repressão. Para a polícia, disse Pedro Pomar, por trás daquela barba estava um foragido da lei ou um revolucionário. "Ele salvou a minha vida", diz Cordeiro. Foram para Barra do Turvo, município encostado ao Paraná, um ponto privilegiado pela visão ampla da imensidão verde que cobre o Vale do Ribeira. Era um local que poderia ser preparado para a implantação de militantes. Em horas e horas de conversa, percorrendo toda

aquela vasta extensão de terra, Pedro Pomar explicou para Carlos Cordeiro a linha do PCdoB e pediu que ele fizesse um minucioso levantamento de dados da região.

Definido pela direção do PCdoB que ali seria um dos pontos para a preparação da luta armada, Pedro Pomar começou o processo de implantação de militantes. Além de Cordeiro, enviou para a região Paulo Marcomini, que participara da experiência de Goiás e fizera o curso de preparação na China. Fosse para Barra do Turvo como um comerciante que pretendia se estabelecer com um pequeno negócio de variedades. Procurasse o Partido em toda a região, abrangendo a baixada santista — Santos e Registro, as principais cidades locais, contavam com grande número de militantes — e iniciasse o trabalho político, voltado para a ligação com as massas. Em pouco tempo, segundo Cordeiro, mais de vinte pessoas estavam se implantando em diferentes pontos do Vale do Ribeira — um deles na outra margem da fronteira estadual, no município de Adrianópolis, no Paraná —, sem contar os simpatizantes e apoiadores.

Região de posseiros, a orientação de Pedro Pomar era para combinar o trabalho no campo com a adesão de militantes e simpatizantes ao plano do PCdoB nas cidades. Professores, médicos, advogados e outros profissionais com influência deveriam ser mobilizados para a preparação do local como um dos epicentros da luta armada contra o regime golpista. Marcomini foi designado como responsável pelo que chama de "parte orgânica" — preparação de "aparelhos", deslocamento de militantes e treinamento militar. Recebera armas e munição — rudimentares, segundo ele — em uma estrada da região, com as quais iniciou os preparativos do que poderia ser, no futuro, um ponto da guerra popular.

Cordeiro se encarregou de coordenar o trabalho político. Era uma espécie de coordenador geral. Por orientação de Pedro Pomar, indicou uma propriedade, próxima à sua, de um pouco mais de trinta alqueires, onde Catharina, Jonas e Carlinhos passaram a morar. O sítio foi comprado com o dinheiro da venda da casa da família em São Paulo. Sempre que podia, Pedro Pomar estava lá, cuidando da propriedade como se fosse mais um dos muitos sitiantes locais. "Ele adorava ficar no sítio. Acordava cedo e trabalhava o dia inteiro. Sempre plantando ou colhendo alguma coisa. Os vizinhos admiravam sua capacidade de trabalho. Plantava árvores frutíferas e falava que ficariam para as gerações futuras", diz Jonas. Mas sua base de atuação era na cidade de São Paulo, de onde a direção do PCdoB comandava suas ações em todo o país.

Cordeiro e Marcomini faziam viagens constantes à capital paulista para receber instruções de Pedro Pomar e passar informações sobre o andamento dos trabalhos. As atividades eram compartimentadas — um não sabia o que o outro fazia, nem quando e como viajava. No Vale do Ribeira, se encontravam em "pontos" previamente marcados ou em reuniões ampliadas do Partido. Os encontros com Pedro Pomar em São Paulo ocorriam nas ruas, nos bairros da Lapa, Itaim Bibi e Pinheiros.

Outra atividade que merecia atenção especial era o estudo. Pedro Pomar orientou o encaminhamento de um planejado exame das características do Vale do Ribeira, submetido às categorias socio-políticas e aos desenvolvimentos acadêmicos sobre o tema. A ideia era ter um profundo conhecimento geográfico e histórico da região, associado à formação e aos anseios do povo local. Cordeiro conta que a tarefa ocorreu quando a primeira experiência do estado de planejamento para o Vale do Ribeira, executada pelo governo do estado, começava a dar frutos. As atividades iniciaram-se

com o Plano de Ação, durante a administração Carvalho Pinto, no final da década de 1950. Dele resultou a Operação Caiçara, em 1961 e, em 1966, começou a ser elaborado o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul.

Em fevereiro de 1972, surgiu o documento Programa para o Vale do Ribeira, com a assinatura do "Movimento pelo Progresso do Vale do Ribeira", um detalhado levantamento da região complementado com denúncias sobre as mazelas históricas que castigavam a população local e os efeitos da política da ditadura. Um deles era a ação de grileiros. Segundo o documento, a "militarização ostensiva" era um problema que ameaçava a segurança da população. Os militares estavam tomando conta do lugar e não se podia esperar boa coisa dos representantes de um regime que oprimia o povo. Até trechos de estradas estavam sendo construídos por soldados do Exército.

Os efetivos das unidades policiais aumentavam constantemente e os militares e investigadores frequentavam até os lugares mais ermos, segundo o Programa para o Vale do Ribeira. O clima estava irrespirável e ao invés de segurança o que o povo sentia era mais insegurança. Como saída, o documento propôs um "programa progressista", que seria viabilizado por um movimento de opinião e de luta que mobilizasse as forças do povo para derrubar a ditadura dos generais fascistas e abrir caminho ao progresso e à liberdade.

A "militarização ostensiva" na verdade era resultado do combate à presença de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderados por Carlos Lamarca. Em maio de 1970, a região foi cercada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Houve combates, mas Lamarca conseguiu romper o cerco ao lado de dois companheiros, após a retirada de vários outros. A "Operação Registro", como a denominou o II Exército, durou quarenta e um dias. Mas, desde então, a presença de militares faz parte da paisagem da região.

Para o PCdoB, a ação da repressão representou um revés, mas não comprometia o trabalho que estava sendo preparado. Marcomini conta que tomou conhecimento da presença ostensiva de tropas quando foi a uma reunião do Partido em Registro. Tentou retornar a Barra do Turvo, onde adquirira um sítio que serviria de "aparelho" para os militantes deslocados para a região, mas percebeu que o melhor era abandonar o local.

A ação do PCdoB consistia em difundir as ideias do que seria o Programa do Vale do Ribeira em panfletos distribuídos de Santos até Registro. Ao mesmo tempo, os militantes faziam treinamento físico e militar, participavam de reuniões do Partido e procuravam se ligar às massas. Segundo Cordeiro, a orientação de Pedro Pomar era para que atuassem com a concepção de implantação de núcleos preparatórios da guerra popular, desfazendo-se da retórica revolucionária para não levantar suspeita.

***

Pouco depois de iniciar o trabalho no Vale do Ribeira, Pedro Pomar viajou em missão partidária para a Albânia. Em 18 de agosto de 1967, ele reuniu-se com Enver Hodja. A revista albanesa *Ruga e Partisë* registrou um trecho da conversa. O líder albanês perguntou por Amazonas, segundo ele "um lutador resoluto pelo marxismo-leninismo, um homem capaz, forte em seu espírito e pensamentos, bem como em sua correta interpretação marxista-leninista do conhecimento".

Ruga e Partisë reproduziu a longa explanação de Enver Hodja sobre a situação internacional e elogiou a "Grande Revolução Cultural Proletária" na China. "Devemos apoiá-la, por que essa revolução tem grande importância não só para a China, mas para a revolução no mundo inteiro", disse. Pedro Pomar comentou que no Brasil não se falava da Albânia. Mas o interesse pelo país crescia na medida em que o sucesso do povo albanês era divulgado, resultado dos passos acertados da revolução. Tanto que naquele ano até mesmo alguns jornais burgueses foram obrigados a escrever sobre o país, para publicar notícias e artigos informativos a respeito da posição corajosa e independente dos "camaradas albaneses".

Segundo Pedro Pomar, o PCdoB estava de acordo com as opiniões do PTA sobre os problemas apresentados no V Congresso daquele partido. "Não é por acaso que todos os marxistas-leninistas respeitam a Albânia", afirmou. Também comentou a situação da América Latina. Segundo ele, a propaganda burguesa dizia que a região era um só país, quando na realidade os Estados estavam divididos não só por seus interesses capitalistas, mas também por interesses nacionais. "Devemos ter uma compreensão profunda desta situação, porque as dificuldades que o movimento marxista-leninista está experimentando na América Latina são grandes, pois, além do imperialismo dos Estados Unidos, da burguesia e de toda a reação, os revisionistas lutam contra nós", afirmou.

Pedro Pomar informou que o movimento anti-imperialista e democrático na América Latina sofrera pesados golpes nos últimos anos. "Tudo isso cria uma situação difícil", afirmou. Após o golpe de 1964, os imperialistas dos Estados Unidos tomaram todas as posições-chave no Brasil. Um governo totalmente subserviente estava no poder. O regime até o golpe era da grande burguesia e dos latifundiários, mas defendeu alguns interesses nacionais. A situação depois de 1964 era bem diferente. "Diante de nós está a grande tarefa de fazer as coisas claras para o nosso povo, de abrir seus olhos para a verdade, despertá-lo para a luta armada e garantir a liberdade nacional", afirmou.

Até mesmo os representantes da burguesia nacional não entenderam a nova situação que estava sendo criada no Brasil, disse Pedro Pomar. Os americanos viram que esses líderes políticos da burguesia nacionalista não eram mais úteis para eles, então os jogaram fora. Isso mostrava que eles queriam manter a ditadura fascista no Brasil pela força das armas, a fim de tê-la como um suporte confiável e de utilizá-la no exercício dos seus planos neocolonialistas em outros países, comentou. Lembrou que o Brasil enviara forças armadas para participar da ocupação de São Domingos.

Segundo Pedro Pomar, o PCdoB estava denunciando a situação e trabalhando para convencer as massas de que elas deveriam lutar contra o imperialismo norte-americano. "Estamos expondo o papel traiçoeiro dos revisionistas soviéticos, porque não só eles reconheceram o governo reacionário no poder como concluíram vários acordos de comércio com ele", informou. Sobre os revisionistas brasileiros, Pedro Pomar disse que sua situação era pior do que antes. "Eles sofreram uma grande derrota. Antes do golpe de 1964, estavam em uma situação favorável, porque o governo Goulart os apoiava", disse.

Após o golpe de Estado, informou Pedro Pomar, o PCdoB reforçou sua posição consideravelmente, porque mostrou ao povo que só o marxismo-leninismo defenderia

os seus interesses. “O nosso Partido emergiu com grande influência. Os revisionistas estão apenas depositando suas esperanças em ilusões, fingindo que a democracia pode ser restabelecida sem luta armada e, como resultado, sua atividade política é muito fraca. Agora, eles se dividiram em vários grupos. Um deles se aproxima do nosso Partido, porque defende a luta armada, mas, ao mesmo tempo, mantém uma posição centrista e oportunista. Outro grupo é formado por aventureiros e liquidacionistas. Em seguida, vem o de Prestes, que está bastante enfraquecido, com todas as características de um grupo completamente a serviço da burguesia”, detalhou.

Pedro Pomar avaliou que “a posição da camarilha reacionária no Brasil” era frágil e instável. “A soberania do país está nas mãos dos americanos. As principais forças do país, a classe operária, o campesinato e a pequena burguesia, querem o progresso e o desenvolvimento econômico, porque o padrão de vida das pessoas é miseravelmente baixo. Todos os ativos, as minas e as terras estão com os americanos. Os camponeses não só não têm terra, mas se tornaram ainda mais pobres. O regime ditatorial vem liquidando as poucas vitórias que a classe operária conquistou. Os anseios do povo por educação e cultura têm sido combatidos. O terror cultural foi estabelecido e os programas nas universidades são adaptados aos interesses dos norte-americanos”, relatou.

Pedro Pomar disse ainda que aquela situação aguçava as contradições e, se houvesse um bom trabalho, existiriam excelentes perspectivas para o desenvolvimento da luta armada. Lembrou as palavras de Stálin, de que naquelas condições o dever de levantar a bandeira da independência nacional e das liberdades democráticas recaía sobre os comunistas, utilizando todas as contradições profundas criadas para se preparar a luta armada.

Enver Hodja disse a Pedro Pomar que tomasse cuidado com aqueles que queriam acelerar o desenvolvimento de eventos artificialmente. Faltavam no julgamento marxista-leninista correto, porque a revolução não é organizada e realizada em um dia. “Não é uma festa de casamento, mas uma grande guerra do povo. E, na guerra, os inimigos atacam com toda a sua selvageria. No entanto, os marxistas-leninistas não têm medo de lutar, embora possam sofrer derrotas temporárias. Na guerra e na revolução eles tornam-se mais fortes e indomáveis. Portanto, a linha do seu Partido está correta”, afirmou. “Por favor, transmita nossos cumprimentos mais ardentes aos camaradas do Partido Comunista do Brasil. Que vocês tenham sucessos na sua luta”, finalizou.

Capítulo 39

Começa o trabalho de preparação da luta armada no meio do verde chão amazônico. Pedro Pomar escreve resposta ácida à Ação Popular (AP).

1967 - 1972

Falar de paz, preparar-se febrilmente para a guerra. A tática da ditadura era abertamente voltada para o combate à resistência democrática sob a densa sombra que cobria o país. Para o PCdoB, a guerra seria prolongada. Pontos de apoio deveriam ser instalados em diferentes lugares, trabalho iniciado tão logo a VI Conferência concluiu que a luta

armada era uma via possível nas circunstâncias criadas pelo regime de 1964. O local que mereceria mais atenção seria o Araguaia, Sul do Pará, divisa com os estados do Maranhão e de Goiás (onde atualmente é o estado de Tocantins), um vasto arco de serras verdes e terras férteis. As levas de militantes enviados para o local passavam por avaliações de Pedro Pomar e de outros dirigentes. Muitos estiveram na China, onde receberam instruções político-militares.

Como arma para capturar seus opositores, a ditadura criou uma rede de produção de dossiês, inquéritos e ações judiciais de diversas características. No prontuário de cada um, condenações e ordens de prisão se multiplicavam a uma velocidade espantosa. O de Pedro Pomar era um dos mais taludos. Invariavelmente, as anotações diziam que ele estava foragido, "em lugar incerto e não sabido". Um desses lugares era o sítio em Pariquera-Açu, no Vale do Ribeira.

O trabalho do PCdoB na região se estendia ao estado vizinho, Paraná, compreendendo uma grande área cravejada de pequenas cidades. A influência do grupo chegava a Londrina, à época já uma cidade de porte médio e com uma conceituada universidade estadual. Com a ajuda de Pedro Pomar, os militantes Manoel Costa e Marília Andrade chegaram a promover atividades e debates literários para os estudantes universitários. Segundo Cordeiro, a ideia era mapear um corredor no Paraná até a Argentina — onde estivera, em Buenos Aires, para fazer contato com o dirigente do PCdoB, Dynéas Aguiar. Dos demais pontos onde estava sendo preparada a implantação da guerra popular, a região do Araguaia, no Norte do país, era a que apresentava melhores condições.

O PCdoB começou efetivamente o trabalho no meio do verde chão amazônico em 25 de dezembro de 1967, quando Maurício Grabois desembarcou no Porto da Faveira, às margens do rio Tocantins, e foi morar em um sítio então recentemente adquirido. Até aquele momento, havia o trabalho de levantamento de informações em uma vasta área da região. Com ele estavam Elza Monnerat, também dirigente do Partido, e Líbero Giancarlo Castiglia — um jovem italiano. Maurício Grabois logo ficaria conhecido como "seu Mário". Elza era a "dona Maria" e Líbero Giancarlo o "Joca". A casa era precária, de chão batido, mas ainda assim diferente das demais da região por ter paredes de barro e ser coberta com telhas — enquanto as outras tinham paredes forradas com folhas de palmiteiro e eram cobertas de sapé. Dormiam em redes — menos Elza Monnerat, acometida de um problema na coluna.

Assim que chegou, Maurício Grabois providenciou as acomodações necessárias para uma longa estadia e voltou a São Paulo a fim de iniciar os preparativos para o envio de militantes à região. Na capital paulista, ele recebeu a informação de que João Amazonas chegaria da China pela Bolívia e pretendia ser conduzido ao Araguaia. Grabois encontrou-se com Ediria Carneiro, esposa de Amazonas, que havia chegado de Paris havia poucos dias onde estivera com seu companheiro, à noite, no bairro da Liberdade. Recebeu a informação e documentos, e desapareceu na escuridão. Logo em seguida ela foi assaltada e teve a bolsa roubada — por sorte quando a missão já estava cumprida.

Em março de 1968, quando Maurício Grabois retornou à Faveira, um barco que havia encomendado estava pronto. Ele e Joca foram para Imperatriz, estado do Maranhão, encheram o barco de mercadorias — fumo, cigarro, remédios, querosene, óleo, fósforo, um pouco de café e açúcar — que seriam destinadas a uma venda montada no sítio. O

negócio prosperou e ficou sob a responsabilidade de Elza Monnerat. Em julho, Maurício Grabois chegou ao local com João Amazonas e seu filho, André Grabois — "Cid" e "Zé Carlos". Em seguida chegou Ângelo Arroyo.

***

O estudo da guerra popular no campo era uma necessidade que se impunha pelas circunstâncias. Em fevereiro de 1968, o Comitê Central publicou o documento para estudo denominado "Salve a grande vitória da guerra popular", de autoria de Lin Piao, um dos dirigentes da República Popular da China, com a sistematização das experiências política e militar chinesas dos vinte e dois anos da vitória da revolução naquele país. Em maio, o Comitê Central aprovou dois documentos. O primeiro, denominado "Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina", posicionava-se a favor da China e da Albânia, e contra os Estados Unidos e a União Soviética. No aspecto ideológico, criticou o "fidelismo" e afirmou que "cada povo fará a sua revolução".

No segundo documento, intitulado "Preparar o Partido para Grandes Lutas", o PCdoB, com base nas mobilizações estudantis que tomavam corpo, dizia que "o desprendimento e a energia da mocidade, bem orientada, são fatores de radicalização das lutas". Mas alertava que "as zonas rurais constituirão as vastas áreas de manobra para os destacamentos armados do povo e nestas zonas encontrava-se o maior potencial revolucionário". Outro texto, com o título "A política estudantil do PCdoB", orientou os militantes naquele ano de grandes embates com a ditadura, quando greves e manifestações estudantis desafiaram os golpistas.

Esses movimentos aproximaram o PCdoB de setores de outras organizações que viam naquela tática política o caminho para enfrentar a ditadura. Durante o ano de 1968, quando as divergências se acirraram no novo PCB e em uma de suas dissidências, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), dois grupos egressos dessas organizações se aproximaram do PCdoB. Em junho de 1968, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil enviara uma carta denominada "Aos Comunistas Divergentes do Partido Comunista Brasileiro no Estado da Guanabara" criticando as posições do PCB e do PCBR. O documento convidava os grupos divergentes a ingressarem no PCdoB, afirmando que seria "um reencontro entre velhos camaradas".

No final de 1968, Pedro Pomar, como representante da Comissão Executiva do PCdoB, acompanhou a reunião dos divergentes que acertou os últimos detalhes daquela importante adesão. Compareceram perto de vinte pessoas, representando um número estimado de quatrocentos militantes da Guanabara. Foi eleito um Comitê Regional do PCdoB para os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Jover Telles era o líder do grupo que deixara o PCBR e seria designado suplente da Comissão Executiva — integrada por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli e Ângelo Arroyo. Além dele, os suplentes eram Dynéas Fernandes Aguiar e Luiz Guilhardini.

***

No começo de 1969, o PCdoB realizou uma reunião ampliada do Comitê Central na qual aprovou o documento "Guerra popular — Caminho da Luta Armada no Brasil",

que expôs, “nos aspectos essenciais”, a concepção “da luta armada em que todo o povo brasileiro se empenhará para livrar o país da ditadura e do domínio imperialista norte-americano”, e o “Manifesto ao povo”, denunciando o banditismo da repressão e conclamando a unidade nacional para “derrubar os opressores”. A reunião também definiu que o PCdoB deveria ter “no interior (*sic*) o centro de gravidade do seu trabalho” e que “as forças armadas populares terão, durante muito tempo, de se orientar pelos princípios da defensiva estratégica e guiar-se por uma política correta”. E isso queria dizer, entre outras coisas, que o centro de atividades do Partido seria a luta armada – a “quinta tarefa”, como ficou conhecida na ordem de atividades definida pela direção do PCdoB. A primeira era a construção partidária.

Durante o ano de 1969, o número de militantes encaminhados à Guerrilha aumentaria muito. No dia 13 de dezembro de 1968 a ditadura havia decretado o AI-5, intensificando as medidas repressivas. Na prática, estava decretado o terrorismo oficial de Estado. Para muitos desses militantes, viver nas cidades era caminhar à beira do precipício. O AI-5 aboliu o *habeas corpus* e quem fosse preso dificilmente escaparia da morte. Os processos e condenações pipocavam em todo o país e os bandos policiais — conhecidos como esquadrões da morte —, autorizados a torturar e a matar, cada vez mais adotavam o banditismo como método de ação.

Em dezembro de 1969, o Comitê Central reuniu-se novamente para aprovar o documento “Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo”, que lançou o Movimento de Revolucionarização Ideológica do Partido como ponto de partida da guerra popular. Esse texto orientou os comitês do PCdoB a tomarem medidas que assegurassem “o envio de elementos para o campo” e a “estudar as reivindicações das massas camponesas, organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas”. Comitês militares começaram a ser criados pelo país.

***

A luta armada começava a sair da pena e a ser preparada efetivamente. Ao longo do ano de 1970, três documentos foram aprovados pelo Comitê Central para marcar a linha política do PCdoB. O primeiro, publicado em abril e escrito por João Amazonas e Maurício Grabois nas selvas do Araguaia, denominado “A atualidade do pensamento de Lênin”, foi a primeira manifestação pública de divergências com o Partido Comunista da China sobre a tese do “Pensamento de Mao Tse-tung” como uma “nova etapa do marxismo”. O segundo, de julho, com o título “Mais audácia na luta contra a ditadura”, aprofundava o movimento de revolucionarização iniciado no ano anterior. E o terceiro, de dezembro, intitulado “Desenvolver ações mais vigorosas”, orientou a militância para o “espírito de oposição das massas” com vistas a “acelerar a preparação da luta armada”.

Na cidade de São Paulo, a ditadura havia montado uma engenhosa máquina de torturas e assassinatos, conhecida como Operação Bandeirantes (Oban) — sustentada financeiramente por alguns empresários —, agrupando os setores que atuavam nos órgãos de repressão. Em uma das ações criminosas de um dos braços desse arranjo repressivo, um antigo companheiro de Pedro Pomar foi brutalmente assassinado.

O crime ocorreu na noite de 4 de novembro de 1969. A direção do PCdoB passara o dia em reunião e à noite todos assistiam ao jogo entre Santos e Corinthians pela televisão

quando receberam a notícia do assassinato de Carlos Marighella — então líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) — na Alameda Casa Branca, comandado pelo delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) Sérgio Paranhos Fleury, o chefe do esquadrão da morte paulista.

Em setembro de 1970, a Presidência da República expediu a "Diretriz Presidencial de Segurança Interna", determinando que cada Comando de Exército passasse a ter um Destacamento de Operações de Informações (DOI) e um Centro de Operações de Informações (CODI). Era a extensão da experiência de unificar as ações repressivas da Oban, de São Paulo, para todo o país. A ditadura criava, com essa medida, máquinas poderosas e interligadas de torturas e assassinatos — sob a cobertura "legal" da "Diretriz Presidencial de Segurança Interna".

Nesse clima, permanecer nas cidades era um jogo arriscado. Por isso, o PCdoB apressou o envio de militantes ao sul do Pará. A organização da Guerrilha começou com a instalação de três destacamentos — o A, na Faveira, abrangendo os municípios de São João do Araguaia e Apinajés; o B, na Gameleira, próximo ao povoado de Santa Isabel, mais ou menos cinquenta quilômetros acima da cidade de São Geraldo do Araguaia, abrangendo uma parte da Serra das Andorinhas; e o C, no Caiano, abaixo de São Geraldo, na direção de do município de Conceição do Araguaia.

Os guerrilheiros começaram a trabalhar e a conviver com os moradores da região em posses previamente adquiridas. Formaram lavouras, exploraram castanhais e montaram pequenos comércios. Ao mesmo tempo, desempenhavam um ativo trabalho social. O birô político da Guerrilha era formado por Maurício Grabois, João Amazonas, Ângelo Arroyo e Elza Monnerat. Havia também a Comissão Militar e um comandante em cada destacamento. Com a evolução dos preparativos, Maurício Grabois foi assumindo o comando militar dos trabalhos. Em São Paulo, sob a liderança de Carlos Danielli, a Comissão de Organização era o elo entre os membros da direção que tinham ficado nas cidades e os dirigentes da Guerrilha.

***

Como membro da Comissão de Organização, as atenções de Pedro Pomar se voltaram para o Araguaia, mas o trabalho no Vale do Ribeira era a sua prioridade. Para dar conta das intensas atividades do Partido, contudo, ele levou Catharina e Carlinhos para a capital. Foram morar na Rua Simão Álvares, em Pinheiros. Depois, se mudaram para a Rua Jurema, próximo ao Aeroporto de Congonhas. Jonas havia se casado e ficou em Pariquera-Açu.

Quando Carlos Danielli viajou para representar o PCdoB com uma delegação no VI Congresso do PTA, realizado entre 1º e 7 de novembro de 1971, Pedro Pomar assumiu as suas funções — entre elas a publicação do jornal *A Classe Operária*. Para ele, o exemplo da Albânia deveria ser ressaltado e festejado. Em 8 de novembro de 1971, o PTA completaria trinta anos, um fato auspicioso que seria comemorado condignamente, disse ele em artigo publicado n'*A Classe Operária* de outubro. Era um grande evento na vida da Albânia e do movimento comunista e revolucionário internacional, escreveu. Segundo ele, também festejariam a data os marxistas-leninistas de todos os países, que sempre se alegravam com as vitórias dos seus camaradas albaneses.

Pedro Pomar fez um resumo da trajetória do PTA, analisou as repercussões internacionais dos ataques de Kruschev aos albaneses e reiterou a amizade entre os comunistas dos dois países. "Alegramos-nos pela passagem do 30º aniversário do Partido do Trabalho da Albânia. Saudamos de todo coração suas lutas e seus êxitos. A eles estamos unidos por uma amizade entranhável, baseada em princípios e pelo objetivo de realizar o mais nobre ideal — a emancipação da humanidade trabalhadora. Festejamos o 8 de novembro como uma das datas mais queridas, testemunhando aos camaradas albaneses o calor da nossa solidariedade combativa e fazendo votos para que a nossa amizade perdure para sempre", escreveu.

***

A organização partidária era uma questão cara para Pedro Pomar. Era o fundamento da ação tática, a essência do leninismo da combinação binômia com o marxismo. Para ele, não seria possível falar em democracia, em progresso social ou em revolução sem esse instrumento político-ideológico. Fundamentara seu ponto de vista ao longo da militância no Partido Comunista do Brasil e esforçava-se ao máximo para incutir na militância o valor desse conceito.

Quando o debate sobre a incorporação da Ação Popular (AP) começou, Pedro Pomar foi incisivo nessa discussão. Ele e Carlos Danielli representaram o PCdoB na primeira reunião com a direção da AP. O debate principal se dava em torno da forma que o partido comunista deveria tomar. As conversações se estenderam e a AP propôs ao PCdoB e a outras organizações "verdadeiramente marxistas-leninistas" a construção de um "partido proletário inteiramente novo". Pedro Pomar, indignado, correu para a máquina de escrever e redigiu uma resposta ácida, publicada no jornal *A Classe Operária* de novembro de 1971.

Iniciou o texto, intitulado "A proposta da AP", dizendo que em maio de 1971 aquela organização resolvera intitular-se marxista-leninista do Brasil. Os Estatutos aprovados, que expunham seus objetivos e propunham ao Partido Comunista do Brasil e a outras organizações a criação de um "partido inteiramente novo", apto a dirigir a revolução até a vitória, mereciam atento exame e debate, disse. "Aliás, este é um dos problemas pelos quais mais se interessam os comunistas. Como se sabe, há quase meio século eles vêm lutando para edificar justamente um partido desse tipo, realmente leninista, capaz de conduzir a revolução brasileira à vitória. Apesar das dificuldades e vicissitudes, jamais desistiram nem desistirão da nobre e decisiva tarefa. Ao contrário, à medida que o tempo passa e se aprofundam as crises em que estão mergulhados o imperialismo e o revisionismo contemporâneo, mais se lhes afigura importante e urgente colocar o Partido à altura de sua missão", escreveu.

Pedro Pomar asseverou que por sempre entenderem assim é que os comunistas jamais aceitaram as teses liquidacionistas do revisionismo nem quiseram dissolver sua tradicional organização revolucionária para fundi-la com qualquer outra corrente que se denominasse marxista-leninista. O conceito leninista de partido de novo tipo e sua necessidade, afirmou, jamais significaram para os comunistas o abandono do seu velho e glorioso Partido e a sua substituição por algo sem caráter proletário, sem consistência ideológica, sem programa revolucionário, sem centralismo democrático, como queriam Prestes e seus seguidores, os foquistas, os trotskistas e outros grupos burgueses e pequeno-burgueses.

Ele enfatizou bem a ideia leninista de partido de novo tipo, que impunha a ruptura com todo tipo de oportunismo, a adoção de métodos e de um estilo de trabalho revolucionários, o esforço para assimilar o marxismo-leninismo e aplicá-lo à realidade concreta do país. Analisou, dentro desse conceito, as causas da reorganização do Partido Comunista do Brasil após o surto revisionista de 1956 e cutucou a AP. "Quer dizer, no ano em que a AP aparecia como organização pequeno-burguesa reformista, o Partido Comunista do Brasil rompia com os revisionistas de Prestes, combatia o revisionismo e o reformismo e, na verdade, enveredava no caminho para se transformar de fato num partido de novo tipo, leninista", disse.

Segundo Pedro Pomar, a prática se encarregara de demonstrar o acerto daquela decisão de 1962. O Partido Comunista do Brasil já era uma organização consolidada e se desenvolvia incessantemente. Nele se reintegraram muitos comunistas que haviam permanecido enganados no agrupamento revisionista de Prestes e ingressaram muitos que abraçaram o marxismo-leninismo, vindos de outras organizações. De todas as forças revolucionárias que atuavam no país, podia se afirmar, sem falsa modéstia, mas também sem presunção, que o Partido Comunista do Brasil era a que estava mais forte, não obstante o reconhecimento do muito que faltava para cumprir com êxito seus objetivos, asseverou.

Quando entrou no mérito da proposta da AP, Pedro Pomar lembrou que o Partido Comunista do Brasil relacionou-se com aquela organização após o golpe de 1964. Passaram a atuar juntos por alguns objetivos comuns. O PCdoB procurou conhecer melhor a trajetória da AP e o entendimento entre as duas organizações se estreitou. Quando os comunistas souberam que militantes e dirigentes da AP evoluíam no sentido da aceitação das ideias marxistas-leninistas, saudaram jubilosos o fato. Viam nisso a confirmação do prestígio e da força crescente do marxismo-leninismo, do avanço da revolução e da crise sem remédio das ideias revisionistas e foquistas.

Segundo Pedro Pomar, os comunistas esperavam sinceramente que aquela evolução não os conduzisse à formação de um novo partido marxista-leninista nem, muito menos, à pretensão de fundir o Partido Comunista do Brasil com outras organizações supostamente marxistas-leninistas em um "partido inteiramente novo". Os comunistas sempre pensaram que os marxistas-leninistas deviam unir-se no Partido Comunista do Brasil existente e que a AP poderia ter um importante papel a desempenhar na revolução brasileira se continuasse a ser uma organização democrática e revolucionária.

Pedro Pomar indagou: que motivos, porém, levaram os dirigentes da AP a essa posição? Nos documentos citados não se encontrava nenhum argumento válido que a justificasse. O processo de conversão da AP não era esclarecido. Também não elucidavam os fundamentos para a metamorfose. Tampouco apontavam as razões por que o Partido Comunista do Brasil não estava em condições de preencher seu papel revolucionário, nem lhe faziam qualquer crítica sobre seus erros e debilidades. Enfim, não explicavam as concepções que tinham de partido "inteiramente novo", que estavam propondo construir.

A resposta, disse, estava no novo *Programa Básico* da AP. As decisões daquela organização decorriam de sérias incompreensões da realidade, sobre a teoria da revolução ininterrupta, as etapas, seu caráter no Brasil e a concepção e o papel do

Partido do proletariado. O *Programa Básico* não continha uma exposição marxista-leninista daquelas questões. Ao contrário. Nele o marxismo-leninismo fora sacrificado em benefício das interpretações trotskistas e pequeno-burguesas da realidade e da revolução. Pedro Pomar citou algumas passagens do documento para concluir que as opiniões da AP eram absurdas, idealistas e nocivas. O artigo acendeu labaredas e açulou divergências, mas teve pouca repercussão na organização. Alguns dirigentes e militantes da AP que viam com relutância aquele processo decidiram não se incorporar ao PCdoB.

***

Ao mesmo tempo em que cuidava das questões da Comissão de Organização, Pedro Pomar aprofundava-se nos estudos que vinha empreendendo sobre a realidade brasileira. Preparava uma portentosa análise da Independência do Brasil, que seria publicada em novembro de 1972 com o título "O povo conquistará a verdadeira independência" (naquele ano, o país celebrava o sesquicentenário de sua Independência política, segundo Pedro Pomar em um dos momentos mais difíceis de sua história, no auge da repressão imposta pelo regime de 1964); um resgate da memória de Frei Caneca, que seria publicado em 1974; e um exame crítico sobre a insurreição de 1935, que seria editado em novembro de 1975.

Preparava também um estudo sobre os cinquenta anos de existência do Partido Comunista do Brasil e dez da sua reorganização, comentando o documento *Cinquenta Anos de Luta*, redigido por Maurício Grabois e João Amazonas no Araguaia. Intitulado "O Partido — necessidade histórica", o artigo foi publicado no jornal *A Classe Operária* de julho de 1972.

Segundo Pedro Pomar, o documento *Cinquenta Anos de Luta* era uma importante contribuição à luta emancipadora da classe operária e do povo brasileiro. O resumo abreviado das grandes lutas dos comunistas, desde 1922, e a generalização das experiências fundamentais de todo esse período, bem como a caracterização do papel desempenhado pelas figuras destacadas do movimento comunista no país, vinham sendo insistentemente reclamados como novas armas para reforçar a educação dos comunistas, especialmente dos jovens, e salientar a significação do Partido Comunista do Brasil no curso do movimento revolucionário brasileiro e em seu futuro.

Nos últimos anos, escreveu Pedro Pomar, sobretudo na fase mais intensa de combate ao liquidacionismo revisionista de direita e de "esquerda", se colocaram na ordem do dia e ganharam força questões teóricas e políticas de relevo, entre as quais a existência do Partido, de sua necessidade histórica, de suas perspectivas revolucionárias. A empresa para elucidar aqueles problemas não era fácil, requeria tempo, condições de estudos, pesquisas e debates, um clima arejado e não os de uma dura clandestinidade como a que viviam.

Exigia, disse Pedro Pomar, simultaneamente maior amadurecimento teórico, ampla visão histórica e aguda percepção política. Sobrepondo-se a essas dificuldades e limitações — escreveu —, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil atendeu a esses reclamos e realizou um trabalho valioso, que certamente ajudaria a formar os novos e a reeducar os velhos militantes proletários a corrigirem antigos e persistentes erros. Em suma, a instruir politicamente as massas, dando-lhes também a oportunidade

de mais uma vez medir o grau de seriedade com que o Partido vinha encarando sua árdua, mas gloriosa, tarefa de dirigir a revolução.

De acordo com ele, no Brasil, ao examinar a realidade se devia ter em conta que a tradição das organizações políticas populares era praticamente inexistente ou havia sido muito fraca. As forças reacionárias ergueram contra elas obstáculos de toda ordem e continuavam a mover-lhes perseguição feroz. Por isso, seus vínculos materiais e sua força de coesão sempre foram bastante débeis. Faltava-lhes, antes de tudo, uma teoria acertada, uma base ideológica que lhes desse solidez e estabilidade.

Dessa forma, asseverou, a certas pessoas parecia inusitado, ou artificial, ou mesmo obra de forças estranhas, o fato de um partido político que jamais ocultou seus objetivos revolucionários, sua natureza de classe, sua teoria marxista-leninista e sua fidelidade ao internacionalismo proletário, ter não apenas sobrevivido durante meio século como também se tornado um partido nacional, de massas, o mais autêntico dos que já existiram no país.

Para Pedro Pomar, a existência do Partido Comunista do Brasil naquele longo tempo dava a ideia da magnitude do empreendimento e da força das aspirações revolucionárias do proletariado brasileiro. De outro modo, não se podia compreender como o Partido tinha suportado tão duras perseguições e subsistido. E mesmo os que viveram mais de perto e lutaram longamente para que vingasse encontravam dificuldades em relatar as vicissitudes atravessadas e os entraves vencidos para mantê-lo e fazê-lo progredir, comentou. Em consequência, nunca seria demais relembrar a saga de heroísmo e sacrifícios de todos os que lutaram para que a chama da revolução e do socialismo, sustentada pelo Partido Comunista do Brasil, iluminasse sem cessar a marcha do povo brasileiro, escreveu Pedro Pomar.

Segundo ele, cinquenta anos eram, sem dúvida, mais que suficientes para avaliar a significação de uma corrente política e o destino que lhe estava reservado. Atuando em um período tão largo e dos mais agitados e fecundos da história do país e do mundo, a prática do Partido Comunista do Brasil não podia deixar de oferecer lições riquíssimas que permitiam julgar se sua existência havia sido ou não necessidade imperativa das condições concretas brasileiras e do movimento operário.

Era claro, disse Pedro Pomar, que tal julgamento não deveria provir da própria vontade do Partido nem exprimir qualquer espírito de vanglória. Um partido político só se revela historicamente necessário quando fadado, pelas condições objetivas, por interesses reais, por seu programa, sua conduta e sua direção, a tomar o poder e a edificar um novo regime político e social, afirmou. No momento em que se escrevesse a história completa do Partido Comunista do Brasil — asseverou —, melhor se comprovaria que sua existência obedecia à lógica férrea da evolução social brasileira, se tornava parte integrante, inseparável, da história do proletariado e do povo brasileiro.

Naqueles cinquenta anos, lembrou Pedro Pomar, o Partido Comunista do Brasil, além de expressar politicamente a presença da classe operária na vida do país, havia sido o principal artífice de importantes acontecimentos. Promovera grandes movimentos e campanhas políticas e chegara a dirigir a insurreição nacional-libertadora de 1935. Tais sucessos tiveram enorme ressonância, elevaram o nível da consciência anti-imperialista

e democrática das massas populares e contribuíram para desmascarar o caráter reacionário e traidor das classes dominantes, enfatizou.

Apesar dos reveses e dos erros, registrou Pedro Pomar, foi e continuava a ser a constante na atividade do Partido Comunista do Brasil a luta para concretizar a revolução agrária e anti-imperialista, democrática e nacional, a única capaz de livrar o país da dependência ao imperialismo, assegurar liberdade para as grandes massas exploradas e oprimidas e abrir a via para a construção da sociedade socialista no Brasil. Em torno dessa questão e do caminho para resolvê-la é que se dividiu o velho partido, que se deu a ruptura com os revisionistas de Prestes e se travava a luta contra todas as formas de oportunismo, tanto fora como dentro do Partido, enfatizou.

Ao expurgar os revisionistas, em 1962, e renovar-se, segundo Pedro Pomar, pôde o Partido Comunista do Brasil erguer com mais clareza e mais decisão a bandeira da revolução libertadora e democrática, convertendo-se no partido da esperança do povo brasileiro e tornando-se merecedor do justo apreço entre os destacamentos marxistas-leninistas do movimento proletário internacional.

A necessidade de um partido marxista-leninista, verdadeiramente proletário e revolucionário, disse, se impunha ainda mais naquela época, conforme assinalava o documento *Cinquenta Anos de Luta*, porque a vida provara que só ele podia levar a causa do povo ao triunfo. Tanto a burguesia nacional como a pequena burguesia haviam fracassado em conduzir a bom termo o processo revolucionário. Vacilantes e inconsequentes, elas não foram capazes sequer de criar organizações políticas algo estáveis e fortes. Ao passo que o proletariado compreendia cada vez mais que se tornaria invencível na medida em que soubesse vincular sua ideologia revolucionária com os laços materiais da organização, disse.

Segundo Pedro Pomar, no transcurso de cinquenta anos vários fatores objetivos e subjetivos, de ordem nacional e internacional, influíram igualmente para a existência do Partido Comunista do Brasil. Bastaria recordar a influência da Revolução de Outubro e a ajuda da Internacional Comunista, bem como, mais recentemente, a solidariedade das forças marxistas-leninistas ao Partido. Nunca estivera isolado da luta revolucionária da classe operária e dos povos do mundo inteiro. Por ela sempre fora grandemente beneficiado.

Pedro Pomar recordou que em um determinado momento da polêmica pública entre os marxistas-leninistas e os revisionistas, o Partido Comunista do Brasil foi posto em causa. O renegado Kruschev — disse ele —, então à frente do PCUS, acusou os principais dirigentes do Partido de divisionistas. Na defesa dos comunistas do PCdoB se levantaram o Partido Comunista da China, o Partido do Trabalho da Albânia e outras forças marxistas-leninistas, saudando a luta pela reorganização do Partido.

A polêmica comprovava mais uma vez, disse Pedro Pomar, que a existência de um partido político se relaciona com a presença de um núcleo dirigente, elemento principal entre os que confluem obrigatoriamente para a sua constituição. O Partido Comunista do Brasil teve a vantagem de contar com um núcleo de camaradas de certa experiência política e organizativa, dispostos a enfrentar a missão de construir um verdadeiro Estado-Maior revolucionário do proletariado. Unido em torno dos princípios marxistas-leninistas e da luta para aplicá-los criadoramente à realidade brasileira, esse núcleo

vinha se consolidando, ampliando-se com quadros jovens e esforçando-se tenazmente para que o Partido preservasse e desenvolvesse suas tradições combativas.

Segundo ele, todos os inimigos haviam compreendido que a existência desse núcleo dirigente era uma premissa essencial para tornar o Partido Comunista do Brasil apto a cumprir sua grandiosa tarefa revolucionária. Atacaram-no furiosamente e continuavam empenhados em eliminar esse núcleo por todos os meios a seu alcance. Não obstante, assim agindo eles ajudavam a demonstrar a importância decisiva, para o Partido Comunista do Brasil, de uma direção que guardava a continuidade da luta revolucionária e procurava se colocar, teórica e politicamente, à altura de suas responsabilidades históricas. O Partido Comunista do Brasil tinha um destino glorioso, afirmou. Pertencer a suas fileiras era motivo de honra e legítimo orgulho revolucionário. Defendê-lo e fortalecê-lo era o mais elementar dos deveres de todos os comunistas, enfatizou.

Amazonas disse que Pedro Pomar lutou sempre para que o Partido pudesse se fortalecer. "Foi sua preocupação constante durante esses anos, sempre quis desenvolver o Partido, torná-lo à altura de sua missão, multiplicar suas forças", afirmou. Em 1966, lembrou, travou-se dentro do Partido uma luta contra a chamada "Ala Vermelha", que pretendia levar os comunistas para o terreno do aventureirismo e do foquismo, luta na qual Pedro Pomar ocupou seu posto de combatente da unidade.

Além da luta política, Pedro Pomar se dedicou, nesse período, a uma intensa produção teórica. "Particularmente depois da reorganização do Partido é o período em que o Pomar escreve mais. Escreveu muitos artigos sobre a necessidade de desenvolver o Partido. Também deu contribuições de conjunto na elaboração de documentos do Partido", declarou Amazonas. "Escreveu muitos artigos sobre orientação política e sobre problemas históricos de nosso povo. Um dos melhores documentos existentes em nosso país sobre a Independência foi Pomar que escreveu. Foi um documento discutido na direção do Partido, mas o autor foi Pomar, publicado no Sesquicentenário da Independência Nacional, em 1972. Também escreveu sobre os combatentes do Araguaia. Escreveu sobre Bérgson (Gurjão Farias) e Francisco Chaves, que tombaram na luta no Araguaia", destacou.

Pouco antes de escrever o artigo sobre os cinquenta anos do Partido, em setembro de 1971, Pedro Pomar tinha visitado a Albânia e a China para relatar a nova realidade dos comunistas e do país, e buscar solidariedade. Era importante, naquelas circunstâncias, que o mundo tomasse conhecimento que no Brasil havia uma ditadura feroz, enfrentada com bravura pela resistência democrática. O PCdoB precisava, mais do que nunca, de sólidos apoios dos seus aliados marxistas-leninistas. Uma forma fundamental de apoio era a transmissão de notícias via *Rádio Pequim* e *Rádio Tirana*. O PCdoB estava entrando em uma guerra.

Capítulo 40

Pedro Pomar volta da China encabulado. Guerra suja tinge de sangue o chão verde do Araguaia.

1972 - 1973

A guerra começou em 12 de abril de 1972. Um grupo de vinte soldados do Segundo Batalhão de Infantaria de Selva atacou o destacamento A, comandado por André Grabois. Era o início da primeira campanha da repressão. Dois dias depois, quinze soldados atacaram o destacamento C, que conseguiu manter contato com a Comissão Militar, que avisou o destacamento B. Nessa troca de avisos, foi preso o primeiro guerrilheiro — José Genoino Neto, que havia sido enviado do destacamento B para o A. Estavam na região sessenta e nove guerrilheiros, com boas reservas de alimentos, roupas, remédios e munição, mas com armas precárias. Surpreendidos pela ação resoluta dos guerrilheiros, os homens da repressão decidiram deixar o local em julho de 1972.

O jornal *O Estado de S. Paulo* de 19 de julho de 1972 publicou que as Forças Armadas estavam realizando a Ação Cívico-Social (Aciso) na região periférica à área de atuação da Guerrilha, principalmente no norte de Goiás. A matéria repercutiu nos meios políticos e chamou a atenção por romper a feroz censura que o regime impusera sobre o assunto.

Em 24 de setembro, o jornal voltou ao assunto, explicando como havia surgido a Guerrilha e relatando os combates que as Forças Armadas estavam promovendo. Relacionou dezenas de unidades do Exército, da Marinha, da Polícia Federal e da Polícia Militar do Pará, de Goiás e do Maranhão, totalizando vinte mil homens, mobilizados contra os guerrilheiros. As operações foram comandadas pelos generais Antônio Bandeira e Olavo Vianna Moog. A cidade de Xambioá era utilizada como centro das operações. Segundo a reportagem, os guerrilheiros se movimentavam livremente na vasta região à margem esquerda do rio Araguaia, situada nos municípios de São João do Araguaia e Marabá.

A segunda campanha começou em setembro de 1972, com um contingente de oito a dez mil homens espalhados em bases montadas em fazendas e roças. Arriscaram uma entrada na mata, na área do destacamento B, mas a tática usada foi a da emboscada — inclusive em casas de moradores locais. As tropas militares também usaram helicópteros e aviões, soltaram três bombas na mata e recrutaram bate-paus. Tentaram, ainda, a rendição dos guerrilheiros em troca de recompensas, distribuindo boletins pela região com dizeres que procuravam abater o moral dos combatentes.

Em outra frente, a pretexto de “documentar” a população local montaram novamente a operação Aciso — que ficou conhecida na região como “operação documento”. Distribuíram remédios, fizeram consultas médicas e dentárias, usaram helicópteros e aviões para remover doentes. Criaram também uma operação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que consistia em distribuir lotes e legalizar terras dos lavradores.

Quando se iniciou a segunda campanha, os guerrilheiros já estavam mais experientes. O conhecimento da mata era maior, o contato com a população estava mais consolidado e a preparação militar havia sido intensa. Mas a ideia de tomar armas do inimigo para reforçar o poderio militar dos guerrilheiros ainda não havia dado resultado — eles continuavam com o velho e precário armamento do início dos combates. Novamente

recebidos por uma resistência decidida, em novembro de 1972 os repressores decidiram deixar a região para preparar uma nova operação.

Os homens da repressão montaram, no período de trégua, uma grande rede de espionagem e investiram em obras de infra-estrutura. Agentes a serviço do Exército e da Polícia Federal infiltraram-se entre os moradores. Foram construídos quartéis em várias cidades, estradas foram abertas e outras melhoradas. A Comissão Militar também aproveitou esse período de calmaria para preparar a Guerrilha. Foram distribuídos vários documentos, principalmente o Programa da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP).

Em outubro de 1973, precisamente no dia 7, começou a terceira campanha — a fase sinistra da guerra, na definição de um padre da região. A primeira providência foi a de criar um vazio em volta dos guerrilheiros, com ocupações, prisões e torturas. Quase toda a população masculina das localidades onde atuava a Guerrilha foi presa. Casas, paióis e pontos comerciais foram destruídos. O número de soldados que chegavam à região não parava de crescer. Os homens da repressão montaram bases de operações no meio da mata, apoiadas por helicópteros, e instalaram um forte aparato de guerra.

As forças militares mobilizadas para o combate final eram gigantescas. As tropas do Exército foram ajudadas por aviões e helicópteros da Força Aérea Brasileira (FAB), lanchas da Marinha e equipes especializadas — como a Brigada de Paraquedistas, sediada no Rio de Janeiro, e o Comando de Operações na Selva. Os postos da Polícia Militar instalados nas rodovias funcionaram como apoio para as "investigações".

O conceito dessas ações foi definido pela repressão como "guerra suja" — não havia regras para as perseguições. Moradores foram expulsos de suas casas, tiveram suas posses destruídas, foram presos e cruelmente torturados. Muitos foram executados. Em Xambioá foram construídos buracos, conhecidos como "Vietnã", para onde eram levados os suspeitos de ajudar a Guerrilha — uma grande parcela da população, sendo que os presos e torturados, segundo cálculos de Ângelo Arroyo, um dos dirigentes da Guerrilha, foram mais de mil — e lá deixados por dias e noites, alguns pendurados de cabeça para baixo. O efetivo mobilizado foi o maior movimento de tropas desde a organização da FEB.

As operações abrangeram um imenso território em volta da área de conflito e em alguns pontos foram lançadas bombas Napalm — uma espécie de reagente químico — na floresta. À estratégia da segunda campanha, formulada pelos generais Antônio Bandeira, Viana Moog e Hugo Abreu, se juntaram as colaborações do coronel do Exército português Hermes de Oliveira, veterano das guerras coloniais na África, e possivelmente ajudas de militares norte-americanos.

O regime havia avaliado a dimensão do movimento guerrilheiro e chegado à conclusão de que ele era resultado de um planejamento estratégico do PCdoB, formulado desde a VI Conferência. Afinal, já no documento *O Golpe de 1964 e seus ensinamentos* o Partido havia dito que a ditadura representava um projeto de longo alcance dos setores mais reacionários do país. Houve, no final das contas, um choque entre duas concepções para o país, radicalmente opostas — uma mobilizava um ideal democrático e outra uma gigantesca máquina de guerra fascista.

Na definição do general Viana Moog, a Guerrilha do Araguaia foi “o mais importante movimento armado rural já ocorrido no Brasil, principalmente por ter sido mais organizado”. Essa convicção de que aquele movimento de resistência deveria desaparecer do mapa e da história foi firmada quando o Estado-Maior do Exército, sob o comando do general Orlando Geisel, reconheceu os fracassos das duas primeiras operações regulares — conforme atesta um relatório do Centro de Informações do Exército (CIE). Tomou-se, então, a decisão de desencadear a “guerra suja”.

***

No início da operação, batizada de “Sucuri”, instalou-se na região um sujeito chamado Marco Antônio Luchini, enviado como engenheiro do Incra. Era na verdade o major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, ferrenho anticomunista que em 1961, como tenente, foi preso por participar da trama que tentou impedir a posse presidencial de João Goulart. No golpe de 1964, participou ativamente da conspiração e chegou ao CIE. Frio e sanguinário, ficou famoso na região por receber de pistoleiros as cabeças, mãos e dedos decepados dos guerrilheiros para os quais pagava de dez a cinquenta mil cruzeiros — dependendo da importância política da vítima.

Curió foi, possivelmente, a figura que mais encarnou o espírito da “guerra suja”, que rasgou todas as leis e os princípios que regem os conflitos militares e os direitos básicos do ser humano. Com o fim dos combates, ele se estabeleceu na região, onde foi eleito deputado, dominou o garimpo de Serra Pelada à força e fundou uma cidade em homenagem ao seu nome — Curionópolis. Em 25 de dezembro de 1973, Curió comandava a patrulha que no final daquela manhã chuvosa, por volta das onze horas e vinte e cinco minutos, encontrou um grupo de guerrilheiros. O major viu entre eles aquele que um relatório do CIE classificou como o comandante militar da Guerrilha, que se destacava dos demais pela idade — estava com 61 anos. Maurício Grabois recebeu um tiro de fuzil no braço esquerdo, abaixou-se, puxou o revólver e revidou até ser atingido mortalmente na cabeça.

No tiroteio contra a Comissão Militar naquela manhã de Natal, dos quinze que estavam no grupo dez sobreviveram. Mesmo com armas rudimentares, enfrentaram a soldadesca da repressão que atirava a esmo. Era o combate mais cruento dos fracos contra os fortes, dos oprimidos contra os opressores. O revide possibilitou aos sobreviventes a busca de esconderijos na densa mata da Serra das Andorinhas.

Os demais guerrilheiros estavam acampados em um local mais abaixo ou realizando tarefas nas redondezas. Logo depois do tiroteio, dois helicópteros fizeram duas viagens de uma base localizada a uns cinco ou seis quilômetros de distância do ponto onde havia ocorrido o combate. Ângelo Arroyo saiu do Araguaia guiado pelo guerrilheiro Zezinho, que conhecia bem a mata — segundo João Amazonas, com uma técnica especial até para pisar, ele era invisível na selva, a pessoa que melhor se orientava na região —, e escreveu importantes documentos sobre o heroico feito dos guerrilheiros do PCdoB no sul do Pará. Era o fim da fase aguda dos combates no Araguaia.

***

Para os dirigentes que estavam em São Paulo e no Rio de Janeiro, não era possível saber como os combates no Araguaia estavam se desenvolvendo. A situação era crítica. No

âmbito internacional, as informações também não animavam. Pedro Pomar trouxe boas impressões do pequeno país dos Bálcãs, mas o que vira no gigante asiático o deixara encabulado. Encontrou-se com dirigentes comunistas chineses, demorou em longas trocas de opiniões com o primeiro-ministro Chou En-lai e visitou locais onde conversou com o povo.

Na crise estabelecida com o XX Congresso do PCUS, uma prolífica publicação de documentos mostrou o abismo que se formara entre a China e a União Soviética. Na mesma margem, ficaram o PCCh, o PTA e o PCdoB. A reação dos chineses às críticas de Kruschev a Stálin dava bem a medida da distância que separava os dois contendores.

Em outubro de 1961, o XXII Congresso do PCUS se prestou a novos ataques ao histórico líder soviético, vigorosamente rebatidos pelo representante chinês, Chou En-lai. A troca de farpas era aberta. Quando Kruschev subiu à tribuna e começou a criticar em termos violentos a Albânia, Chou En-lai, que também era primeiro-ministro do seu país, retirou-se ostensivamente da sala de debates. Os soviéticos, em um lance teatral, chegaram ao extremo de retirar do túmulo de Lênin os restos mortais de Stálin, ao passo que o representante chinês homenageava a sua memória depositando uma coroa de flores na nova sepultura do histórico líder soviético.

A produção de documentos, de parte a parte, também crescia vertiginosamente. O dossiê das divergências ia-se avolumando e, em 14 de junho de 1963, ganhou novo e precioso reforço: os comunistas chineses publicaram, em vinte e cinco pontos, as suas "proposições a respeito da linha geral do movimento comunista internacional". O documento apontou as vastas regiões da Ásia, da África e da América Latina como convergentes nas contradições do mundo, onde a dominação imperialista estava mais fraca.

Os comunistas da China denunciavam o "revisionismo soviético" de uma forma que se mostravam continuadores do marxismo-leninismo, ao contrário do grupo de Kruschev. E todas as organizações que se manifestavam nessa linha eram apoiadas pelo PCCh. Segundo um editorial do *Diário do Povo* de março de 1963, os soviéticos "temiam a verdade". Parafraseando o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, o texto dizia que "um espectro ameaça o mundo: o espectro do autêntico marxismo-leninismo, e ele os assusta". "Vocês não têm fé no povo, e o povo não tem fé em vocês. Vocês estão divorciados das massas. É por isso que temem a verdade", cutucou. Em junho do mesmo ano, fracassou o último encontro sino-soviético para tentar a reconciliação e as comportas de toda a documentação acumulada foram abertas.

***

A contenda era acompanhada com lupa de precisão pelo PCdoB. Pedro Pomar era um dos mais interessados no assunto. Queria entender também como estavam evoluindo as contradições internas na China, com o despontar de uma nova geração ansiosa por perspectivas e caminhos para o socialismo. Na sua obra *Justa solução das contradições no seio do povo*, de 1965, Mao Tse-tung afirmara que tinha aprendido a fazer a fazendo-a e que os jovens precisavam pôr a mão na massa. "É nadando que se aprende a nadar", escreveu. Os novos fenômenos daquela sociedade carregada de contradições se complementaram para dar nascimento a um novo passo do socialismo chinês: a "Grande Revolução Cultural Proletária". Pedro Pomar mergulhou fundo no estudo da questão.

O estopim do movimento começou a arder quando, em meados de 1965, Mao Tse-tung viajou para Xangai, a maior cidade da China e seu grande centro industrial. Era também um local de tradição literária e o líder comunista criticou algumas manifestações de revisionismo da intelectualidade. Ganhou, imediatamente, amplo apoio popular. De Xangai, a campanha se alastrou até Pequim, onde a atmosfera era de grande efervescência, e se espalhou pelo país. Em agosto de 1965, o Comitê Central do PCCh aprovou a resolução de dezesseis pontos que fixou a linha da "Grande Revolução Cultural Proletária".

Em janeiro de 1967, desencadeou-se a conhecida "tempestade de Xangai", que deu nascimento ao primeiro "Comitê Revolucionário" e colocou o poder diretamente nas mãos das massas, de suas organizações rebeldes, surgidas no próprio fogo da "Revolução Cultural Proletária". Era uma demonstração de que a luta pelo poder na China entrara em nova fase. A divulgação do acontecimento despertou enorme entusiasmo e não tardou a aparecer a ideia de que os "Comitês Revolucionários" deviam ser organizados pela aliança das organizações de massa revolucionárias, do Exército Popular de Libertação e dos quadros revolucionários.

Despontava, assim, a Tríplice Aliança como nova forma política da ditadura do proletariado nas condições do socialismo chinês. Na base se achavam as organizações de massa revolucionárias. Sua coluna de sustentação era o Exército Popular de Libertação. E seu núcleo era constituído pelos quadros revolucionários. Com a Tríplice Aliança, o novo poder proletário estava mais próximo do povo, mais unido a ele do que nunca, segundo os comunistas chineses.

Em chinês, o adjetivo "grande" não se desgastara como nas línguas ocidentais. No caso, ele qualificava um imenso movimento de massas. "Revolução Cultural" poderia ser traduzida por "revolução de civilização". Mao Tse-tung tinha o objetivo de transformar as relações humanas e os costumes muito mais do que simplesmente a cultura, no sentido que os ocidentais emprestam à palavra. Um dos primeiros lemas da "Revolução Cultural Proletária" era substituir o antigo pelo novo nos "quatro setores": pensamento, hábitos, costumes e moral.

Pedro Pomar analisou aquele acontecimento em um artigo publicado no jornal *A Classe Operária*, em 1968. Era uma primeira opinião, sem os dados que permitiriam uma análise sólida e em pleno fragor dos acontecimentos. Segundo ele, os comunistas brasileiros, que receberam com entusiasmo os grandes êxitos da "Revolução Cultural Proletária", procuravam estudar seus ensinamentos e divulgar suas experiências. Ao mesmo tempo, erguiam, cada vez mais alto, a bandeira vermelha do "Pensamento de Mao Tse-tung", que descortinava para o povo brasileiro o caminho da revolução e da guerra revolucionária de libertação. Mas essa opinião não se manteria por muito tempo.

***

Pedro Pomar não sentira firmeza no apoio ao PCdoB em sua fase da luta armada e percebeu o ecletismo como um traço típico das concepções políticas dos comunistas da China, conforme manifestaria mais tarde ao Comitê Central. Vira no lugar da dialética uma precária argumentação de que existia um equilíbrio orientando a política externa, proposição que ficaria famosa como a teoria dos três mundos. Os teóricos chineses

dessa tese, segundo Pedro Pomar, se especializaram em panegíricos com seus laudatórios trabalhos que tentavam fundamentar uma nova etapa do leninismo.

Ele disse à direção do PCdoB que vira indícios que aumentavam as convicções sobre erros dos chineses apontados no documento *Soluções ilusórias*, de janeiro de 1971, comentando os acontecimentos no Peru, na Bolívia e no Chile, países que faziam movimentos de distanciamento dos ditames norte-americanos, elogiados pela China. No Peru e na Bolívia, militares tomaram o poder e adotaram medidas nacionalistas. No Chile, vencera as eleições presidenciais o socialista Salvador Allende, que se declarara marxista.

Segundo João Amazonas, o PCdoB olhava com reservas para algumas posições dos comunistas chineses fazia um bom tempo. Quando escrevera, com Maurício Grabois, em plena selva do Araguaia, em abril de 1970, o texto "A atualidade do pensamento de Lênin", um dos objetivos era contestar a tentativa chinesa de substituir o leninismo pelo "Pensamento de Mao Tse-tung". "O centenário do nascimento de Vladimir Ilitch Lênin é uma oportunidade para reverenciar a memória deste profundo pensador revolucionário e para ressaltar a grandiosidade de sua obra e a atualidade de sua doutrina", escreveram. Era uma resposta à tese de que o "Pensamento de Mao Tse-tung" correspondia a uma terceira etapa do marxismo, aprovada no IX Congresso do PCCh, realizado em 1969, ao qual Maurício Grabois, que estava na China, não fora convidado a participar.

Em junho de 1971, *A Classe Operária* publicou um extenso documento, com o título "Duzentas milhas de demagogia", segundo Amazonas uma resposta aberta à tese chinesa sobre o pretenso caráter anti-imperialista da posição de governos reacionários e entreguistas que adotavam a fórmula das duzentas milhas de águas territoriais. "Pouco a pouco, vão se tornando claros os verdadeiros objetivos dos militares brasileiros ao estender o mar territorial para duzentas milhas. É cada vez maior o número daqueles que se perguntam: como pretendem defender os interesses nacionais no mar os generais que realizam uma descarada e aberta política de entrega do país aos imperialistas estrangeiros, principalmente norte-americanos? Se não defendem as riquezas existentes na terra, como defenderão os recursos do mar? A atitude dos militares brasileiros não passa, pois, de demagogia barata, de tentativa de engodo para encobrir a verdadeira traição aos interesses de nosso povo", dizia o texto. Mas, apesar das turras que se acentuariam nos anos seguintes, o rompimento do PCdoB com o PCCh só ocorreria abertamente a partir de 1977.

***

Logo após retornar da Albânia e da China, Pedro Pomar se deparou com uma situação crítica no PCdoB. João Amazonas e Elza Monnerat estavam em São Paulo para participar das comemorações do 50º aniversário do Partido com a direção na capital paulista, no dia 25 de março de 1972. O contato na capital paulista era com Carlos Danielli, em um "ponto" na Rua Domingos de Moraes, na Zona Sul da cidade. Dali eles foram conduzidos ao "aparelho" no bairro da Granja Julieta, onde se realizou a reunião do Comitê Central. Em seguida, Elza voltou ao Araguaia com quatro militantes encaminhados por Carlos Danielli e Amazonas foi providenciar um tratamento dentário.

Elza Monnerat deixou dois militantes em Goiás e seguiu viagem com os outros dois. Em 14 de abril, já entrando no estado do Pará, o ônibus foi revistado por dois soldados e

um dos militantes foi preso por portar em sua bagagem os livros *A Estrada de Volokolamsk* e *Um Homem de Verdade*. Bem próximo à região da Guerrilha, ela avistou uma barreira do Exército. O ônibus foi revistado e liberado. Havia outras barreiras no trajeto até Marabá, última parada antes da reintegração ao local da Guerrilha, mas os passageiros não foram incomodados.

Na cidade, Elza viu uma intensa movimentação militar e, no dia 15 de abril, pegou a balsa que atravessa o rio Tocantins e retornou para Anápolis, Goiás — onde logo em seguida chegaria João Amazonas. Naquele mesmo dia, no final da tarde, ela conseguiu alertá-lo, com um sinal de negativo, sobre a ocupação da região por forças militares — êxito que resultou de uma combinação de dedicação, coragem e sorte. Ambos, por caminhos diferentes, retornaram a São Paulo.

Mas, mesmo em meio a esse terrorismo desbragado, a Guerrilha conseguiu restabelecer o contato com a direção do Partido na capital paulista — enviando, no começo de setembro, a guerrilheira Criméia Alice Almeida, grávida, companheira de André Grabois. A irmã dela, Maria Amélia Almeida — a Amelinha —, e seu marido, César Teles, eram os responsáveis pelo "aparelho" de imprensa. Amelinha trabalhava como monitora em uma escola e, já em São Paulo, Criméia conseguiu fazer contato com ela. A notícia da sua chegada foi recebida com festa por Carlos Danielli, que logo comunicou o fato aos demais dirigentes do PCdoB.

Segundo o relato de Criméia, ela viajou de volta até a cidade de Piripiri, no Piauí, onde recebeu documentos de um enviado de Maurício Grabois e retornou a São Paulo. Chegou à capital paulista no dia 28 de dezembro e às catorze horas encontrou-se com Carlos Danielli na Praça Nossa Senhora Aparecida, no bairro de Moema, Zona Sul. Dali, eles foram para o "aparelho" de imprensa do PCdoB no bairro Cidade Adhemar. No começo da noite, Danielli deu notícias de Maurício Grabois e André trazidas por Criméia para Alzira em um "ponto" na Rua Marselhesa, na Vila Clementino — próximo à Vila Mariana —, e dirigiu-se à Rua Loefgreen, onde teria um encontro com Lincoln Oest.

De posse de informações que seriam debatidas com o dirigente que viria do Rio de Janeiro, Carlos Danielli foi detido pelos homens do DOI-CODI do II Exército. Lincoln Oest havia sido preso e assassinado no DOI-CODI do Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1972. Foi o primeiro a cair em uma cilada armada pela máquina repressiva da ditadura a partir da prisão de um dirigente estadual do PCdoB no Espírito Santo. Houve contato do preso com a direção por meio de Lincoln Oest e, sob brutais torturas, o dirigente capixaba entregou o "ponto" no Rio de Janeiro.

A cilada havia produzido o primeiro grande resultado. Lincoln Oest pagou com a vida a decisão de nada revelar aos assassinos, mas o mesmo não ocorreu com o motorista encarregado de conduzi-lo ao "ponto". Sob torturas, ele revelou o encontro previamente marcado com Carlos Danielli em São Paulo. Levado para a capital paulista, o militante que atuava como motorista para Lincoln Oest foi usado como isca no "ponto" da Rua Loefgreen.

Quando Carlos Danielli chegou ao local, não avistou Lincoln Oest, mas, atraído pela isca, resolveu se aproximar. Deu de cara com um feixe de canos de armas. Espancado, xingado e ameaçado, foi conduzido às dependências do DOI-CODI para ser cruelmente

torturado por quase quatro dias, sob o comando direto do major Carlos Brilhante Ustra — o comandante daquela sinistra organização, famoso por suas perversidades.

Danielli nada revelou aos assassinos. Já no início do "interrogatório", afirmou: "É disso que vocês querem saber (a Guerrilha do Araguaia)? Pois é comigo mesmo. Só que eu não vou dizer". Em diversas ocasiões, durante os "interrogatórios", Carlos Danielli disse: "Só faço o meu testamento político." No intervalo de uma sessão de torturas, jogado em uma "cela forte", ele escreveu na parede com seu próprio sangue: "Este sangue será vingado". Danielli foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, como indigente e com documentação de "terrorista" morto em confronto com "as forças de segurança".

No começo de 1973, outro dirigente do PCdoB, Luiz Guilhardini, também foi preso, torturado e assassinado no Rio de Janeiro. Em março de 1973, Lincoln Bicalho Roque, jovem membro da direção do Partido, seria igualmente assassinado na capital carioca.

Capítulo 41

O futuro não sorria para a ditadura. Mas ela cuspia fogo. Era tempo de avaliar as experiências da luta armada

1973 - 1976

Pedro Pomar assumiu o lugar de Danielli como secretário de Organização. A Comissão, composta também por Luiz Guilhardini e Lincoln Oest, estava dizimada. No posto, a primeira grande missão seria a consolidação da incorporação da AP ao PCdoB. Uma nota da direção daquela organização registra que os covardes assassinatos de quatro destacados dirigentes do Partido Comunista do Brasil causaram indignação e repulsa. A ditadura Médici, segundo o documento, desenvolvera a um nível sem precedentes na história da pátria o terrorismo contra o povo e os sacrifícios da soberania nacional.

Para a AP, uma frente antifascista começava a se levantar, como demonstrava a resistência popular no Araguaia, tocando fundo o coração do povo, renovando-lhe as esperanças e apontando-lhe o caminho da libertação. A ditadura sentia que o futuro não lhe sorria e apavorava-se, dizia a nota. Compreendendo que o Partido da classe operária era o seu mais tenaz e consequente opositor, os generais fascistas concentravam sua linha de fogo contra o PCdoB, afirmou. Os frios assassinatos de Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luis Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque eram parte do plano sinistro do regime terrorista de privar o povo brasileiro da sua vanguarda lúcida e experimentada, segundo o documento da AP.

Quando a ira dos generais fascistas se voltava contra o PCdoB, prosseguiu a nota, a AP apresentava ao Partido o apoio combatente, completo e irrestrito. Apresentava a sentida solidariedade pela perda de bravos combatentes tombados na luta. "Conhecíamos bem a Carlos Danielli, que conosco se relacionou em termos partidários. Fez-se um grande amigo da Ação Popular e muito nos ajudaram seus conselhos. Também conhecíamos a Luiz Guilhardini que, da mesma forma, se tornara nosso amigo e nos ajudara. Rendemos especial homenagem a estes dois saudosos camaradas", disse a nota.

A AP manifestou confiança de que o experimentado Comitê Central do PCdoB soubesse retemperar-se naquele golpe e continuar a trajetória luminosa de seus cinquenta anos de luta. “Se a barbárie intimida os covardes, enche de mais resolução os autênticos revolucionários. A sanha terrorista desencadeada pela ditadura Médici contra o PC do Brasil e o sangue derramado por quatro de seus destacados dirigentes tornam mais imbatível a nossa firme convicção de que a todos os marxistas-leninistas do Brasil cabe buscar fortalecer, prontamente, o PC do Brasil. Conduzir a Ação Popular a este objetivo tornou-se, para nós, mais justo e urgente”, finalizou o documento.

***

João Amazonas e Pedro Pomar conversaram com Renato Rabelo e Haroldo Lima, dirigentes da AP, sobre o ocorrido e explicaram a necessidade de apressar o processo de incorporação, segundo Haroldo Lima. Aldo Arantes deveria representar a organização, mas ele estava na China, enviado para informar o andamento dos debates sobre a questão do “partido inteiramente novo”, iniciados com a orientação dos comunistas chineses.

As conversações estavam bem adiantadas. Em 17 de maio de 1973, o “Bureau Político do Comitê Central da AP” divulgou sua última circular, intitulada “Incorporemo-nos ao PC do Brasil”, indicando à sua militância o procedimento acertado entre as duas organizações para o ingresso no Partido. Para se proteger da repressão, o PCdoB passou a ter duas estruturas: a um, originária da reorganização do Partido Comunista do Brasil, e a dois, da AP.

Durante o ano de 1973, alguns dirigentes da AP começaram a auxiliar a Executiva do PCdoB. Haroldo Lima, Aldo Arantes, Renato Rabelo, Péricles de Souza, João Batista Drummond, Ronald Freitas e José Novaes passaram a integrar o Comitê Central. Haroldo Lima, Aldo Arantes e Renato Rabelo foram eleitos para a Comissão Executiva.

Na condição de secretário de Organização, Pedro Pomar era também responsável pela difícil missão de publicar o jornal *A Classe Operária*. Recorria ao amigo Reynaldo Laforgia para conseguir letras tipográficas, entregues nos “pontos” previamente combinados. Pedro Pomar, disse o amigo, estava sempre trajando roupas antigas dadas por simpatizantes. Usava calças de linho branco, paletó risca de giz, capa s*hantung*. “Na nossa infância, nunca fomos a uma loja comprar roupas”, recorda-se Jonas.

Pedro Pomar estava condenado, à revelia, a um ano e seis meses de detenção pela 2ª Auditoria do Conselho de Justiça Militar, desde 17 de março de 1969; a dois anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça, em três processos, desde maio de 1972, totalizando sete anos e seis meses de prisão.

***

O trabalho mais intenso de Pedro Pomar era na Comissão de Organização, integrada também por Haroldo Lima e Sérgio Miranda — este último um militante que chegara da Bahia e foi incorporado ao Comitê Central. Reuniam-se com frequência em um pequeno apartamento na região do Ipiranga, em São Paulo, onde morava Sérgio Miranda com a esposa, Cristina. Outro militante também vindo da Bahia, onde a repressão havia feito incursões obrigando os comunistas que não haviam sido presos a fugir, era Carlos

Eduardo Carvalho, que cuidava da infraestrutura dos trabalhos da Comissão de Organização. Isso incluía a condução, em seu veículo, de Pedro Pomar, Haroldo Lima e Sérgio Miranda em suas andanças pelo país.

Era um período de rearticulação dos militantes do PCdoB, após as ações da repressão no Araguaia e em outras regiões onde existiam trabalhos com o objetivo de implantar possíveis futuros movimentos de luta armada. Naquela etapa de recomeço, as reuniões mais frequentes eram da Comissão Executiva, a instância máxima de direção, composta por Amazonas, Pedro Pomar, Jover Telles, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Renato Rabelo. Conforme a relevância do assunto debatido, convocava-se o Comitê Central. Tomava-se o cuidado de sempre deixar uma parte da direção fora das reuniões por motivo de segurança — em caso de prisões, o Partido não ficaria acéfalo.

As pautas eram sempre carregadas. Discutia-se a luta armada, o Araguaia, a conjuntura, a linha do Partido, a ditadura e os rumos do socialismo. O PCdoB estava redirecionando sua atuação para o movimento político, o movimento de massas, e tomava posição face às eleições e à estrutura partidária. Deslocamento de pessoas, cursos, cuidado com os quadros, viagens e eventos internacionais também eram assuntos constantes. Com a chegada de Ângelo Arroyo do Araguaia, as reuniões foram mais polarizadas em torno da experiência guerrilheira. Ele fez um relatório minucioso da Guerrilha, que começou a ser debatido. Chegara a hora de se fazer uma avaliação crítica e autocrítica. Era preciso definir o que fazer com o resultado daquela e de outras áreas de preparação da luta armada.

As reuniões do Partido eram feitas em "aparelhos", nos quais residiam militantes especialmente destinados para as tarefas de infra-estrutura. Após a VI Conferência, Joaquim Celso de Lima, Elza Monnerat, Maria Trindade e João Amazonas se instalaram em uma casa no bairro da Previdência, nas proximidades do Butantã, Zona Oeste de São Paulo. Por questão de segurança, o "aparelho" foi deslocado para a Granja Julieta. Em meados de 1972, nova mudança, no mesmo bairro. Mais adiante, o "aparelho" seria instalado na Rua Pio XI, número 767, no bairro da Lapa.

***

Quando o início dos combates no Araguaia completou três anos, Ângelo Arroyo escreveu um extenso artigo sobre aquela experiência guerrilheira, que circulou entre a militância. Outro texto alusivo à data, com mapas indicando o local dos combates, saiu no jornal *A Classe Operária* de abril de 1975. O PCdoB intensificava o debate sobre os acertos, os erros e as perspectivas da luta armada.

Em abril de 1976, *A Classe Operária* voltou a dar capa para o tema. "Com denodo, (os guerrilheiros) escreveram uma das mais belas páginas das lutas populares no Brasil", dizia o texto. Desigual, tremendamente desigual, fora a luta travada, registrou o artigo. De um lado, milhares de soldados equipados com armas sofisticadas, dispondo de aviões e helicópteros, sob o comando de oficiais treinados nos Estados Unidos. De outro, o "povo da mata", portando velhas carabinas e espingardas de caça, facas e facões da labuta diária. Da parte do governo, a violência indiscriminada, a atrocidade sem limites contra as pessoas simples do "interior". Da parte dos agredidos, a solidariedade e a ajuda mútua, a calorosa simpatia da população.

Apesar da desigualdade material, continuou o texto, os guerrilheiros do Araguaia não se submeteram nem capitularam. Os militares, arrogantes e truculentos, pensavam dominá-los rapidamente. Enganaram-se. Embora os combatentes do povo tivessem sofrido perdas, muitas delas sensíveis, por falta de experiência, mantiveram-se firmes no combate, resistiram a várias campanhas do inimigo. Provaram ser lutadores consequentes das massas pobres do campo, gente disposta a qualquer sacrifícios em defesa de uma causa justa.

Segundo o artigo, a bandeira que os guerrilheiros levantaram continuava no alto. Mesmo que temporariamente a Guerrilha tivesse retrocedido, os ideais que encerrava estavam vivos e atuantes na consciência dos lavradores, do campesinato de todo o país, dos patriotas e democratas que não se sujeitavam ao regime opressor dos generais vende-pátria. A heroica resistência dos moradores do Sul do Pará era um chamamento vigoroso às populações abandonadas e perseguidas do "interior brasileiro", às massas populares que sofriam nas cidades, para se erguerem na luta decidida contra os opressores e traidores da nação, enfatizou o texto.

Ficava cada vez mais claro, disse o artigo, que somente através da luta armada, da guerra popular, os milhões de camponeses carentes de todo recurso tornariam realidade suas sentidas aspirações e a nação brasileira se libertaria do jugo dos trustes imperialistas, da velha oligarquia reacionária, da tutela dos militares fascistas. A resistência dos guerrilheiros na selva paraense tinha profundo significado para as forças democráticas porque havia sido o primeiro passo de uma longa caminhada, era um marco destacado da grande jornada pela libertação nacional, cheia de dificuldades, de avanços e recuos, até a conquista da vitória, segundo A *Classe Operária*.

Ela assentara uma premissa correta — a de que o combate seria fundamentalmente no "interior". Demonstrara uma verdade — que a guerrilha de massas, espalhando-se pelas imensas áreas "interioranas" do país, seria invencível. Da luta guerrilheira haveria de surgir o exército popular, adestrado em mil batalhas, capaz de assestar golpes demolidores nas forças da reação e libertar a pátria de seus piores inimigos. Os revolucionários, patriotas e democratas estariam mais convencidos ainda da importância de unir o povo e se prepararem em todos os terrenos para levar adiante a tarefa de derrubar a ditadura militar-fascista, concluiu o texto.

Era, evidentemente, uma análise que tentava manter elevada a autoestima dos comunistas. A ideia de que o país estava sendo entregue à sanha de espoliadores fundamentava a importância de manter a resistência na ativa. Armada ou desarmada. Qualquer que fosse o julgamento, o Araguaia precisava ser defendido de eventuais conclusões apontando uma derrota em todas as linhas e que o PCdoB caíra em uma arapuca armada pela ditadura — hipótese possível diante das primeiras manifestações dos golpistas. No começo de 1975, o ditador Ernesto Geisel havia se pronunciado sobre o tema, desqualificando o movimento armado no Araguaia. A crítica e a autocrítica deveriam ocorrer com base nos princípios, sem açoites e exacerbações. Mas havia uma encruzilhada. E ela precisava ser resolvida.

***

Todos os membros do Comitê Central deveriam apresentar suas opiniões por escrito sobre o Araguaia. O passo inicial do debate foi dado na primeira parte da reunião do

Comitê Central, em 7 de abril de 1976. Por segurança, a direção reunia-se em duas etapas, variando as composições, repetindo os participantes conforme o caso. Supostas anotações de participantes do debate em poder dos agentes da ditadura, sistematizadas pelo Centro de Informações do Exército, dão conta de que participaram dessa primeira etapa João Amazonas, Elza Monnerat, Aldo Arantes, Jover Telles, Ângelo Arroyo, Sérgio Miranda e mais dois dirigentes não identificados. O debate foi aberto com o documento *Gloriosa jornada de lutas*, apresentado por Arroyo.

O suposto resumo do debate, que chegou às mãos de Aldo Arantes quando ele era deputado federal, registra que Sérgio Miranda teria afirmado que a luta armada era o divisor de águas entre as forças revolucionárias e os reformistas. Com o Araguaia, o PCdoB tornara-se mais respeitado e deveria manter a bandeira da luta armada. Segundo ele, conforme as supostas anotações, o segredo rigoroso e a presença de dirigentes nos locais escolhidos davam mais segurança ao trabalho de preparação das ações guerrilheiras. A pouca experiência militar do povo brasileiro fez o Partido concentrar muitos quadros no Araguaia, desfalcando outras regiões. Constatou que a maior parte do pessoal que tinha lutado no Araguaia viera do movimento estudantil de 1968.

João Amazonas teria se manifestado dizendo que estava de acordo com o documento de Ângelo Arroyo. Afirmou estar convencido da justeza da orientação do Araguaia, sem negar com isso os erros, as deficiências e as falhas verificadas. Considerava justo destacar na discussão dois aspectos: um sobre a avaliação e outro sobre a preparação e o desencadeamento da luta armada.

Pelas anotações, ele teria combatido as opiniões dos que tacharam o Araguaia de foquismo e de hipertrofia da questão militar. Considerava impraticável, naquela situação, na mesma área, a preparação armada conjuntamente com o trabalho de massas. Admitiu a possibilidade de se adotar os dois caminhos desde que o Comitê Central chegasse a um ponto em que as ideias se estratificassem e que os argumentos não convencessem os discordantes mutuamente. Nesse caso, a única maneira de resolver a questão seria pela prática.

Um dos participantes não identificados disse que, depois de ter um mínimo de preparação, o PCdoB deveria partir para o movimento de massas. Manifestou concordância com a preparação da luta armada em duas fases e sugeriu criar vários pontos de trabalho, inclusive nas cidades.

Jover Telles teria considerado o Araguaia um marco importante na vida do PCdoB. Mas o Partido sofrera uma derrota estratégica. Disse que estudaria melhor o assunto para fazer propostas sobre a preparação da luta armada.

A reunião decidiu que as áreas deveriam ser bem estudadas para aferir a sua adequação. O Partido precisava concentrar quadros nas zonas rurais. Em toda parte, as organizações de base do Partido deveriam ser centros organizados de grupos armados de autodefesa de massas, núcleos do Exército de Libertação Nacional (ELN) no local onde atuava cada uma delas. A organização de base deveria, ela própria, ser um centro de direção política e militar, armado ideológica, política e materialmente. Não ficasse uma só delas em que os militantes não recebessem tarefas concretas, visando à organização entre as massas. Não ficasse um único membro do Partido sem a sua própria arma.

O trabalho das organizações intermediárias deveria ser encaminhado de modo a fazer delas direções político-militares centrais na área em que houvesse atividades. Um sistema de organização deveria ser preparado. Um trabalho de seleção de quadros para a estruturação do sistema logístico, necessário ao desenvolvimento da guerra popular, deveria ser iniciado. A preparação ideológica, política e técnica dos homens e comandos necessários ao início da guerrilha rural e urbana deveria ser iniciada, sob a responsabilidade do Comitê Central.

***

Em 7 de junho de 1976, ocorreu a segunda etapa da reunião do Comitê Central. Segundo as supostas anotações, participaram Pedro Pomar, João Amazonas, Haroldo Lima, Ângelo Arroyo, Wladimir Pomar — o filho mais velho de Pedro Pomar —, João Batista Drummond e Péricles de Souza.

Wladimir teria lembrado que as divergências vinham desde 1968. Disse que discordava da avaliação dando conta de uma guerra popular no Araguaia. Não fora nem tarefa do Partido, nem guerrilha do povo. Somente onze pessoas ingressaram na luta e apenas treze núcleos da ULDP foram organizados. O Comitê Central nunca discutira como fazer a luta armada. A sua preparação e desencadeamento no Araguaia foram, na essência, militar. O conteúdo não fora de massas. Via com satisfação aquela discussão. As propostas de preparação estavam mais sofisticadas.

Segundo ele, o Comitê Central ficara subordinado à Comissão Militar e o Partido esteve à margem dos problemas da luta armada. A questão básica era a atitude perante a massa, disse Wladimir. Ângelo Arroyo compreendia o problema, mas estava montado do lado errado. Naquelas condições, o trabalho político aberto era infantilismo. O primeiro passo seria fazer amizades, com alguma cobertura, e despertar as massas para pequenas lutas locais. O Partido deveria ser altamente secreto.

João Batista Drummond teria dito que o PCdoB deveria fazer circular materiais militares entre os militantes. “Somos cru nessa questão”, teria constatado. Era preciso ver a realidade no Brasil, onde qualquer incidente despertava a ação da ditadura e era tido como coisa da “subversão”. Os preparativos militares precisavam ser resguardados para não serem desbaratados. Vincular o trabalho de massas com a preparação da luta armada era perigoso. O inimigo ia atrás. Entendia que fazer movimentos de massas sem chegar à guerrilha popular era oportunismo.

Segundo ele, conforme as supostas anotações, o PCdoB avançara com a experiência no Araguaia. A derrota era inevitável porque não havia grandes massas envolvidas na luta. Não sabia em que grau o Programa da Guerrilha correspondia à vontade das massas. Fora feito antes da luta armada. O Programa deveria ter o poder de mobilização. A luta no Araguaia tomara caráter nacional e chamava a atenção do inimigo. Havia muitos conflitos no campo e algumas áreas precisavam ser criteriosamente escolhidas.

Péricles de Souza ponderou que aquela discussão era importante para impedir que o Partido caísse no imobilismo na preparação da luta armada. Criticou as informações transmitidas pelas rádios *Pequim* e *Tirana* que, segundo ele, estavam dando informações errôneas sobre o Araguaia. Avaliou a Guerrilha como a expressão mais alta do caráter revolucionário do Partido Comunista do Brasil após 1935 e confirmou a

análise que apontava o campo como o elo mais fraco do inimigo. Ressaltou também a importância da floresta. Os ensinamentos do Araguaia eram ricos, teria constatado.

Na condução da Guerrilha, prevaleceu o esforço de aplicar a linha traçada pelo Comitê Central, afirmou, segundo as supostas anotações. Mas ocorreram desvios que feriram aspectos importantes daquela orientação. O principal deles foi que a luta armada não teria surgido como necessidade objetiva da luta de massas. A luta armada no Araguaia não teria se enquadrado em nenhuma das formas de guerra popular. Surgiu com o ataque do inimigo. O combate foi feito entre o Partido e a repressão. A decisão de resistir fora errada, tomada entusiasticamente. Não foram feitas avaliações sobre a possibilidade de ataques da repressão. O referencial era o nível da preparação teórica. Prevaleceu a concepção de guerra de "puro sangue" (sem as massas).

Outro reflexo da concepção militarista — teria dito Péricles de Souza — estava na forma de participação do conjunto do Partido. Ao pessoal que não estava no Araguaia, não coube tarefas para a aplicação da linha do Partido de guerra popular. Os erros militares eram mais gritantes. Não achava justo comparar o Araguaia com a Comuna (de Paris) e com a Revolução (na Rússia) de 1905.

Em seguida, Péricles fez uma série de sugestões para a preparação da luta armada. Ela deveria surgir das massas. O Partido deveria dar sentido prático à posição de pesquisar áreas no "interior" e nas cidades para futuros trabalhos de preparação de guerrilhas. A Comissão Militar deveria ser redefinida, de forma a não ser um poder acima do Comitê Central e da Comissão Executiva. Péricles de Souza teria dito que a luta armada deveria recusar qualquer tipo de terrorismo urbano.

Pedro Pomar afirmou, segundo as supostas anotações, que sobre a avaliação e os ensinamentos existiam divergências. Não se podia separar a avaliação da preparação. Não se podia chegar a uma conclusão sem dar tratamento político. Não concordava com a comparação entre a Comuna (de Paris) e o Araguaia. Separar a avaliação da preparação era uma tentativa de fugir da autocrítica. O Araguaia não tinha sido uma derrota temporária. Havia sido um desastre do ponto de vista político e militar. Os erros não foram de natureza militar e sim políticos. Tentou-se implantar a Guerrilha à margem do processo político. Pindaré, no Maranhão, onde também ocorreram combates, segundo ele tivera mais repercussão.

Só depois de dois anos foram mobilizadas quarenta pessoas, teria afirmado. Massa não é força política. O problema de dispersar e de concentrar era político. A primeira condição na preparação da luta armada era a base política. Conspiração não daria certo. Não estava de acordo com a proposta geral. O Partido teria de ser destacado, não entrar como força de trabalho. Propôs elaborar um plano estratégico de trabalho nas regiões mais propícias, do ponto de vista político, militar e topográfico, e dar prioridade ao trabalho de massas e às atividades do Partido. Propôs também rigorosa clandestinidade. O critério das pessoas destacadas para o trabalho deveria ser em primeiro lugar político. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia o trabalho político de massas, a organização da infra-estrutura e do dispositivo militar deveria ser preparada.

Haroldo Lima falou sobre a importância histórica do Araguaia. Era certo que a Guerrilha apresentava diferença em relação ao pensamento de Che Guevara. Mas também havia semelhança. Foi uma guerrilha para as massas e não das massas.

Participava da ideia das duas fases e defendeu um número maior de áreas. Se houvesse debilidade em resolver a questão da luta armada, o Partido poderia ficar de mãos atadas. O Comitê Central deveria chegar a algumas proposições básicas. Havia unidade em algumas questões fundamentais.

Ele propôs que o Partido orientasse os seus esforços no sentido de fazer com que a luta armada fosse inserida no cenário brasileiro gradativamente, com caráter de massa, em uma situação de conflitos generalizados. Deveria estabelecer um sistema de área de três tipos diferentes: prioridade um, que correspondia àquelas onde já existia trabalho; prioridade dois, no campo, onde existissem tensão social profunda e tradição de luta (preparar cinco ou seis); prioridade três, aglomerações urbanas de grande porte e estradas (rodovias) situadas (cinco ou seis cidades mais importantes).

O Partido deveria fazer com que o conjunto de seus membros se preocupasse e se preparasse mais para a luta armada. Todos os comitês regionais deveriam organizar e desenvolver tarefas militares específicas, imediatamente. Todos deveriam ter um secretariado militar e até se orientar para ter uma Comissão Militar.

Sobre a lição do Araguaia, disse que a preparação de uma frente guerrilheira deveria ser vista como uma etapa que compreendia duas fases distintas: o dispositivo militar de autodefesa, que deveria ser montado desde o início do trabalho e não deveria ser confundido com guerrilha, que era a organização da massa; e a criação de bases políticas na região. O Partido deveria exercer controle na periferia — o serviço de comunicação, transporte e informação. As massas deveriam ser armadas objetiva e subjetivamente para a luta.

***

Uma nova reunião seria realizada no mês de julho de 1976. Participaram, segundo as supostas anotações, Pedro Pomar, João Amazonas, Ângelo Arroyo, Elza Monnerat, Ronald Freitas, Renato Rabelo, João Batista Drummond, Wladimir Pomar, Jover Telles, Haroldo Lima, Rogério Lustosa (dirigente também vindo da AP) e Aldo Arantes. Um resumo do debate relata que na avaliação da luta armada do Araguaia a Guerrilha fora considerada um grande acontecimento político na vida do país. O PCdoB à frente dela colocara-se como a força mais consequente contra a ditadura. Apesar da derrota, a experiência era bastante positiva.

O texto seria o resumo da reunião sobre a luta armada. Registrou que Pedro Pomar apresentara um documento ressaltando o significado político do Araguaia e que na última reunião ele havia considerado a experiência como uma derrota do ponto de vista político e militar. As opiniões, de um modo geral, eram as seguintes:

João Amazonas, Elza Monnerat, Renato Rabelo, Ronald Freitas e João Batista Drummond viam a luta armada no Araguaia como um esforço na aplicação da orientação do Partido sobre a guerra popular, caminho da luta armada no Brasil, embora tivessem sido cometidos erros.

Pedro Pomar e Wladimir Pomar consideravam, de acordo com as supostas anotações, que na preparação da luta armada havia prevalecido uma concepção foquista, contrária à orientação traçada no documento do Partido sobre a guerra popular.

Jover Telles, Haroldo Lima e Aldo Arantes consideraram que, além dos erros, as concepções foquistas teriam influenciado na derrota.

O redator da nota diz que para ele não ficara claro em qual faixa se situava Sérgio Miranda. A dúvida estava entre a primeira e a terceira. Na segunda, não era. Ressalvou também que em cada faixa de opiniões existiam nuances, mas eram idênticas quanto à concepção geral.

Sobre os erros na preparação do Araguaia, manifestaram-se contrários (ao que estava no relato de Arroyo) Jover Telles, uma pessoa identificada como Reis, Ronald Freitas, Renato Rabelo, Pedro Pomar, Wladimir Pomar e Haroldo Lima. E a favor, João Amazonas, Ângelo Arroyo e Elza Monnerat. Do ponto de vista numérico, contudo, registrou o redator, a maioria concordava com o documento apresentado por Ângelo Arroyo, em suas linhas gerais, embora houvesse nuances em alguns problemas menores.

Essa passagem das anotações revela — se verdadeiras — que elas refletiam o entendimento de quem anotava, pois são textos de mais de uma pessoa — o que implica a possibilidade de largas margens de erro. A conclusão da reunião foi a de que debate deveria prosseguir.

***

Pedro Pomar aprofundou sua opinião sobre o Araguaia em um extenso documento apresentado na reunião. Escrito com fleuma e contundência, ele começou registrando as condições políticas de desenfreada perseguição aos patriotas, que estavam dificultando e retardando o esforço para o PCdoB tirar as lições fundamentais que dimanavam da Guerrilha do Araguaia, mas manifestou a esperança de que o debate daria os resultados que todos almejavam. Era uma tarefa imposta pela necessidade de empreender, sem maiores dilações, a avaliação crítica e autocrítica daquela luta.

Ele apoiou-se no documento de Ângelo Arroyo para iniciar sua exposição, segundo disse a base para a discussão. Competia a cada um, conforme sua capacidade, apreciar a verdadeira significação, para o movimento popular e para o Partido, dos resultados daquela façanha, do imenso sacrifício de um pugilo de companheiros. No Brasil, afirmou, o problema do caminho revolucionário para livrar o povo da exploração e da opressão era dificílimo. E a determinação de palmilhá-lo se tornara a pedra de toque das diferentes forças revolucionárias, em especial dos marxistas-leninistas.

Segundo Pedro Pomar, em torno do caminho, da concepção e do método da luta armada sempre surgiram grandes divergências. O caráter revolucionário do Partido Comunista do Brasil, sua linha política, seu comportamento sempre foram aferidos pela posição assumida em face da luta armada e pela maneira de procurar concretizá-la. A fidelidade dos marxistas-leninistas a essa ideia e o esforço para fazê-la triunfante — escreveu — os distinguiam de todos os demais agrupamentos populares. Isso determinara a ruptura com os revisionistas contemporâneos, disse ele.

Não por acaso, de acordo com Pedro Pomar, a bandeira da insurreição popular de novembro de 1935 servia, naquele momento, de parâmetro para a atividade dos comunistas. Era aquela bandeira que deveria ser erguida com maior força e audácia se

os comunistas quisessem libertar definitivamente o povo brasileiro e se tornarem os verdadeiros dirigentes da revolução no país.

Feito o preâmbulo, Pedro Pomar disse que a experiência do Araguaia, pelo que entendera, apresentava aspectos bastante positivos. Ressaltou a firme decisão do Comitê Central em realizar a tarefa que aprovara, de implantar em algumas áreas do mais remoto "interior" brasileiro dezenas de camaradas que demonstraram disposição de suportar todos os sacrifícios a fim de preparar e desencadear a luta armada. O devotamento daquelas pessoas e o heroísmo de que efetivamente deram provas eram motivos de legítimo orgulho para o PCdoB. Merecia a justa e devida valorização.

Pedro Pomar destacou também a escolha da área, que naquelas condições do país se revelara própria à estratégia do Partido. Apesar da baixíssima densidade demográfica e de não possuir nenhuma tradição política nem organizativa de massas, oferecia excelente posição para a defesa. Considerou igualmente importante que, após o surgimento da luta armada, os guerrilheiros se empenhassem na conquista das massas, tendo conseguido sensibilizá-las em um grau elevado, ganhando sua simpatia e até apoio ativo de alguns camponeses pobres.

Mais significativo ainda, segundo ele, foi o fato de terem organizado alguns núcleos da ULDP na base de um Programa que continha as reivindicações mais sentidas dos moradores da região. Tanto aquele Programa como a organização dos referidos núcleos refletiam o esforço para se vincularem às massas e fazê-las jogar papel político, para mobilizá-la no sentido de sua emancipação. Além disso, os guerrilheiros preocuparam-se em fazer propaganda das ideias da luta pela liberdade, pela independência nacional, propondo a união do povo brasileiro para a derrubada da ditadura militar-fascista.

Essas iniciativas, na avaliação de Pedro Pomar, procurando interpretar os anseios de amplas forças sociais e políticas no plano nacional, foram importantes para que a Guerrilha não se constituísse um grupo sectário, isolado, ou regionalista. E ao se sustentarem em armas por um período tão longo, apesar da superioridade e da ferocidade do inimigo, provaram que sua capacidade combativa, seu nível de consciência e de organização e sua determinação estavam elevados. Deram a medida do que seria possível realizar a fim de ampliar e levar adiante a resistência armada popular, de acordo com a orientação do PCdoB.

Tudo isso feito com armas precárias, com recursos pequeníssimos, lembrou. A experiência do Araguaia representara, inegavelmente, segundo Pedro Pomar, uma tentativa heroica para criar uma base política e dar continuidade ao processo revolucionário, sob a direção do Partido. Tinha em vista formar uma sólida base de apoio no campo e desenvolver o núcleo de um futuro exército popular, poderoso, capaz de vencer as Forças Armadas a serviço das classes dominantes e do imperialismo ianque.

Nesse ponto, Pedro Pomar deixou os elogios e entrou nos questionamentos. Segundo ele, continuava sendo difícil avaliar todo o significado da luta armada no Araguaia. Qual, de fato, era o seu alcance histórico? Dera os resultados que dela se esperava? Compensara o sacrifício dos combatentes que lá tinham sido mortos, dos melhores com que o PCdoB contava? Onde a notícia daquele notável feito chegava, suscitava admiração, simpatias, apoio. Nas fileiras comunistas, acendera entusiasmos, esperanças.

Os resultados da luta armada do Araguaia testemunhavam de modo eloquente que o PCdoB estava abandeirado da liberdade e da independência nacional. Era o inimigo ferrenho da ditadura militar-fascista, consequente defensor da democracia para as massas populares.

De acordo com ele, entre as correntes patrióticas do país e os amigos do Partido no estrangeiro o acontecimento foi saudado com júbilo, com manifestações de expectativa favorável. Quanto às repercussões entre os inimigos dos comunistas, bastava ver como se mobilizaram para liquidar no nascedouro a luta armada, impedir qualquer divulgação sobre a Guerrilha e perseguir sem piedade os que a auxiliaram. Aquele era o sentido mais geral, político, do significado do Araguaia, escreveu. Não havia dúvida, tivera o valor de uma iniciativa histórica. Representava um esforço abnegado, de sangue, para abrir caminho ao impasse em que vivia o país, indicando ao povo os rumos da sua luta.

Vencidas essas duas etapas da avaliação, entretanto, seria preciso enfrentar a dura realidade, disse Pedro Pomar. Passou rapidamente pelas etapas dos combates e se deteve no relatório de Ângelo Arroyo. A primeira contestação foi sobre a possibilidade de retomada da luta iniciada em abril de 1972. O documento não esclarecia se ela seria com os mesmos elementos e fatores, ou se com outros novos. Julgava que Arroyo não tinha razão. Ao examinar a derrota, do ponto de vista dos objetivos estratégicos e táticos traçados pelo PCdoB, e justificados no relatório, a derrota no Araguaia não poderia ser considerada temporária.

Segundo Pedro Pomar, esses objetivos consistiam em conflagrar a área, libertá-la e convertê-la, com o tempo, em uma sólida base de apoio. Não havia como fugir da amarga constatação de que ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que tinha se proposto, a Guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofrera uma derrota completa, e não temporária.

Infelizmente, escreveu, o Comitê Central teria de aceitar a dura verdade de que o resultado fundamental e mais geral da batalha heroica travada fora o revés. Mesmo que o processo armado fosse retomado, o lapso de tempo se tornara grande e as condições se apresentavam de modo distinto. Não seria uma retomada no mesmo nível, se intensificaria o processo anterior, embora os personagens pudessem ser os mesmos: mata, massas, Partido e tropas inimigas. Era preciso, pois, admitir praticamente o início de outro processo, conquanto beneficiado pela dolorosa experiência anterior.

Pedro Pomar seguiu analisando o relatório de Ângelo Arroyo, segundo ele contraditório em certos pontos. Um deles era o erro de não dispersar as forças guerrilheiras, não mudar de tática à medida que a repressão modificava seus métodos. Outro foi a subestimação do inimigo. Outro, ainda, que as demais áreas não corresponderam ou não foram levadas em conta. Eram erros que poderiam ser creditados, segundo Arroyo, a faltas da Comissão Militar.

Pedro Pomar disse que o relatório não formulara as críticas necessárias e ao abordar o aspecto político assegurava apenas que o desencadeamento da luta armada se deu em condições favoráveis porque os guerrilheiros apareceram como vítimas. Ficou nisso. Não analisou, sequer sumariamente, a conjuntura nacional dos princípios de 1972, que não era nada favorável, nem examinou a situação do Partido, tanto naquela fase como posteriormente.

Segundo ele, o papel da militância do PCdoB no apoio à preparação e à luta no Araguaia precisava ser analisado. Os golpes desferidos pela repressão nas organizações partidárias das cidades, que isolaram a Guerrilha, não foram respondidos à altura. Esse era um fator que o relatório de Arroyo deveria ter contemplado. A situação do campo também não comparecia, nem mesmo a do Sul do Pará. Arroyo enumerara outras debilidades, como o não aproveitamento de pessoas das massas na Guerrilha, a falta de uma rede de comunicação e a ausência do Partido na periferia. Mas não se aprofundou nelas, criticou Pedro Pomar.

Os detalhes da preparação da Guerrilha e as formas que a luta armada tomou, minuciosamente analisadas por Pedro Pomar, contrariavam, segundo ele, frontalmente a orientação sobre a guerra popular. As causas apresentadas, disse, eram que naquelas condições brasileiras seria impossível criar a base política antes de se forjar e acionar o dispositivo militar, o braço armado do povo. Sob a alegação da impossibilidade de ganhar gente de massa para a Guerrilha antes de deflagrar a luta armada e que, portanto, o núcleo guerrilheiro deveria ser organizado de início só com comunistas, enveredou-se pelo caminho que levou aos resultados que estavam sendo discutidos.

A vida encarregou-se de mostrar, na avaliação de Pedro Pomar, que aquele tipo de preparação e a organização de guerrilheiros, só de comunistas, não permitiriam sua sobrevivência nem o seu desenvolvimento. Por mais conspirativa que fosse a preparação, o inimigo poderia descobri-la "antes da criança nascer". Por mais heroicamente que se comportassem os combatentes comunistas, isolados das massas, sem seu apoio ativo, seriam batidos. Por mais eficiente que fosse a direção militar, com tal concepção seria derrotada. Por tudo que dissera, a orientação seguida no Araguaia teria de ser modificada em suas linhas essenciais.

Pedro Pomar disse que insistia na opinião sobre a preparação da luta armada como tarefa de todo o Partido e não apenas de alguns especialistas. A ausência de organização dos comunistas, tanto dentro da área como em sua periferia, no Sul do Pará, fora mais que uma deficiência — constituiu-se em um grave erro de princípio. Não deveria ser repetido. O Partido não atrapalhava, antes facilitava, promovia, impulsionava, organizava, sustentava e dirigia todo o processo. A importância da guerra popular naquela circunstância exigia que o assunto fosse exaustivamente debatido.

A correlação entre os fatores favoráveis e os desfavoráveis continuava a ser o fundamental no exame da preparação para o desencadeamento da luta armada. O inimigo ainda estava forte (relativamente), adquirira experiência, encontrava-se sobressaltado, temeroso de que surgissem novos desafios à sua prepotência, de que os conflitos no campo se alastrassem, de que nas cidades ocorressem explosões. Por outro lado, o povo brasileiro estava mais disposto do que nunca a livrar-se da ditadura militar-fascista, buscava meios e formas de sacudir o jugo de seus exploradores e opressores.

Segundo Pedro Pomar, o PCdoB também estava melhor preparado. Apesar dos duros golpes e das sérias perdas que sofrera, já não era o mesmo de 1972. Ganhara experiência. Para transformar as condições desfavoráveis, contudo, cumpria aos comunistas persistirem na política de frente única, centrando mais esforços para ganhar as grandes massas operárias e camponesas.

O Partido deveria revolucionarizar mais suas fileiras, defender com firmeza sua organização e acelerar a preparação militar. Tudo indicava que os horizontes estavam se clareando para o povo brasileiro. A bandeira da luta armada que empunharam tão heroicamente e pela qual se sacrificaram os combatentes do Araguaia deveria ser erguida ainda mais alto. Se os comunistas conseguissem de fato se ligar às grandes massas do campo e das cidades, e ganhá-las para a orientação do PCdoB, não importava qual fosse a ferocidade do inimigo, com toda certeza a vitória seria dos revolucionários, concluiu.

Com o debate em desenvolvimento, a reunião da Comissão Executiva realizada em agosto de 1976 aprovou o documento *Gloriosa jornada de lutas* como primeira opinião pública do PCdoB sobre a Guerrilha do Araguaia. Os ajustes promovidos pelo debate permitiram que ele fosse publicado na edição de 5 de setembro de 1976 do jornal *A Classe Operária*. Era uma forma de divulgar aquele evento, pouco conhecido em boa parte por conta da férrea censura que tudo fazia para ocultá-lo. Seu significado político e os ensinamentos que encerrava precisavam ser salientados e difundidos, segundo o PCdoB.

Capítulo 42

PCdoB participa de eleições municipais. Nota sobre o Araguaia causa controvérsia. Casa da Lapa é metralhada.

1976

O caso era grave. Poderia ser um acidente vascular cerebral. Catharina chegou ao Hospital dos Servidores do Estado de São Paulo quase sem sentidos, com uma dor de cabeça desesperadora. Sempre passara por crises de enxaqueca, mas dor igual àquela nunca sentira. Pedro Pomar acompanhou-a na internação, mas não pôde sequer esperar o diagnóstico. Corria o risco de ser reconhecido. Ela fora internada pelo filho Carlinhos, como dependente de Jonas, funcionário público estadual, com o nome de Maria Angélica Villas Boas — o sobrenome postiço de toda a família.

Ele procurou Sérgio Miranda para marcar um encontro urgente com Amazonas. A direção do PCdoB decidira que Pedro Pomar e Renato Rabelo deveriam viajar à China e à Albânia para trocar impressões sobre a nova realidade dos comunistas no Brasil. Explicou ao camarada de longa data que a situação não permitia a viagem. Fosse ele em seu lugar. Era preciso correr com as providências para trocar a documentação.

Com tudo pronto, Pedro Pomar levou Amazonas ao “ponto”, onde estava Carlos Eduardo de Carvalho, na Avenida Faria Lima, esquina com a Rua Pinheiros. Era uma manhã ainda fria, tipicamente paulistana, e os dois chegaram agasalhados. Despediram-se e Amazonas embarcou no carro com destino a Curitiba. De lá, seguiria de ônibus até Foz do Iguaçu, onde deixaria o país pela fronteira com o Paraguai. Foi a última vez que os amigos e camaradas de longa data se viram. Renato Rabelo seguira viagem por outro caminho. Na Europa, encontrariam Dynéas Aguiar e seguiriam para a Albânia e a China.

Pedro Pomar voltou para os cuidados com Catharina. Chegava ao hospital sempre no final do dia, driblando possíveis obstáculos à sua rigorosa clandestinidade. Evitava passar por aglomerações, usava as escadas e apressava o passo. Passava horas e horas ao lado da companheira de longa e dura caminhada. Com muito custo, os dois filhos mais velhos foram avisados. Wladimir estava em Belém, estado do Pará, e Eduardo, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A retomada do contato com Eduardo, antes da internação de Catharina, permitiu ao filho algumas viagens a São Paulo, cumprindo o rigoroso ritual da clandestinidade. Era conduzido, abaixado no carro dirigido por Jonas ou Carlinhos, até a residência da família. O mais comum era os pais o visitarem em Belo Horizonte — estiveram na cidade umas duas ou três vezes. Viajavam de carro, levados por Jonas. As brincadeiras e as conversas com os netos davam uma alegria especial a Pedro Pomar. Com Catharina no hospital, os encontros com os filhos e as notícias dos netos aliviavam um pouco sua dor.

O diagnóstico apontou que Catharina portava um aneurisma congênito. Chegar até ele não era fácil, mesmo com as mais sofisticadas técnicas e os mais modernos instrumentos, devido à localização em uma cavidade cerebral complexa. Mas precisava ser operada o quanto antes. Seria um procedimento complicado. Pedro Pomar recorreu à sua formação em medicina para visualizar o grau de dificuldades que aquela operação representava. As artérias carótidas seriam seccionadas para reduzir a pressão sanguínea e evitar o rompimento do aneurisma. Com esses cuidados, a operação correu sem transtornos. Em todos os dias da internação de Catharina, Pedro Pomar marcou presença ao seu lado. Com a surpreendente recuperação da companheira, ele voltou à sua frenética rotina.

***

Em 12 de dezembro de 1976, a Comissão Executiva reuniu-se e definiu que a reunião do Comitê Central, em 14 e 15 de dezembro, deveria debater uma ordem do dia de três pontos: a situação política, nacional e internacional, com *Informe* de Pedro Pomar; o documento da Comissão Executiva sobre o Araguaia, com *Informe* de Ângelo Arroyo; e alguns problemas de organização, com *Informe* de Haroldo Lima. Jover Telles deveria proferir um discurso de homenagem a Mao Tse-tung, falecido em 9 de setembro de 1976.

Decidiu também que, no primeiro item da ordem do dia, Pedro Pomar faria uma avaliação das eleições municipais, ocorridas em 15 de novembro. No segundo ponto, a proposta era transformar, como sendo do Comitê Central, o documento *Gloriosa jornada de lutas* que a Comissão Executiva publicara dando uma opinião inicial do Partido sobre a Guerrilha do Araguaia. No terceiro ponto, o Comitê Central deveria debater as expulsões de Luiz Vergatti, José Maria Cavalcante e Roberto Ribeiro Martins.

Uma nova reunião da Comissão Executiva deveria ser realizada na primeira quinzena de fevereiro de 1977, caso João Amazonas tivesse voltado. Se escrevesse dando a data da chegada depois do previsto, a reunião poderia ser adiada em alguns dias, esperando-o. O Comitê Central deveria realizar nova reunião em março de 1977, cuja ordem do dia seria o *Informe* de Amazonas sobre a viagem e o Araguaia. A Executiva também

decidiu pedir um exame da reforma judiciária, por um advogado, tendo em vista possibilitar ao Partido emitir opiniões sobre o assunto na reabertura do novo ano parlamentar. Outro ponto sugerido por Pedro Pomar para ser debatido foi o apoio à Associação Internacional pró-Anistia, que decidira fazer de 1977 o "Ano do preso político".

Pedro Pomar informou que a Comissão Executiva elaborara e publicara uma nota dando a posição eleitoral do PCdoB. Em São Paulo e Minas Gerais — disse ele ao comentar o documento —, os comunistas manifestaram desconfiança em relação à orientação do Partido de apoio ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida. Era uma incompreensão que fora sanada. A resistência das bases à orientação eleitoral da Comissão Executiva havia sido vencida.

Em Belo Horizonte, a campanha eleitoral não teve conotação política. Os candidatos eram ruins, mas o PCdoB apoiou Marcos Dias. A influência do Partido no Diretório Central dos Estudantes (DCE) foi decisiva. Em São Paulo, os comunistas montaram um painel e os trotskistas dominaram o debate. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, o PCdoB apoiou Ivan Barbosa, que se elegeu. Em Contagem, também em Minas Gerais, os comunistas apoiaram o candidato a prefeito Zé Maria. Com esses apoios, criaram-se condições para o desenvolvimento do trabalho do PCdoB nesses municípios.

Em São Paulo, o PCdoB apoiou o candidato Benedito Cintra, com ajuda do jornal *Movimento*. Segundo Pedro Pomar, os comunistas deveriam dar continuidade ao trabalho em conjunto com Cintra: criar um jornal do bairro onde ele atuava, reconstituir a ação na campanha contra a carestia e organizar uma sede. Em Ribeirão Preto, o Partido apoiara o terceiro vereador mais votado, eleito pela sublegenda do MDB. No Rio Grande do Sul, disse, quando qualquer candidato desejava arrancar aplausos citava o nome de Leonel Brizola. No comício do MDB em Vitória, Espírito Santo, aglutinaram-se mais de cinco mil pessoas. A legenda em Londrina, Paraná, na qual o PCdoB havia orientado a votação por falta de nomes viáveis, obtivera sete mil votos.

Pedro Pomar manifestava preocupação com os agrupamentos trotskistas, que tentavam ocupar espaços do PCdoB. Além do painel que ele citou, informou que em São Paulo os trotskistas, organizados no grupo "Refazendo", apoiaram Flavio Flores da Cunha Bierrenbach — um candidato progressista, pertencente ao grupo dos "autênticos" do MDB —, parente do almirante (o almirante de esquadra Júlio de Sá Bierrenbach, presidente do Supremo Tribunal Militar). Em São Paulo, outro grupo trotskista pregara o voto nulo e estava atuando entre os universitários com o nome de "Luta estudantil".

No movimento operário, disse Pedro Pomar, em Belo Horizonte os trabalhadores começavam a utilizar o método da "catimba" como forma de protesto. Eram sinais positivos. Terminou a abertura da reunião da Comissão Executiva informando que uma edição especial do jornal *A Classe Operária* em homenagem a Mao Tse-tung fora publicada em setembro.

***

Quando cuidava dos preparativos para a reunião do Comitê Central, Pedro Pomar recebeu um pedido do filho Eduardo, que, a trabalho, teria de ir à Itália e à Alemanha fazer estágio, em março de 1977. Pedira ao pai um casaco emprestado, um sobretudo

para enfrentar o rigor do inverno europeu. Catharina se recuperava surpreendentemente bem e Pedro Pomar disse que no mais tardar em 20 de dezembro de 1976 o casal estaria em Belo Horizonte. De lá, pretendiam seguir até Belém, onde deveriam passar as festas de fim de ano com o filho mais velho, Wladimir.

Viajariam de carro. Escrevera uma mensagem a um dos netos em Belém comunicando seus planos. Antes, participaria da reunião do Comitê Central, convocada para os dias 14 e 15 de dezembro. Seria mais uma das muitas que se realizavam naquele período em que o PCdoB reavaliava os rumos da sua tática política. A repressão, apesar das promessas de abrandamento do general Ernesto Geisel, que substituíra Médici na Presidência da República, continuava prendendo e matando, como demonstravam os casos de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

O prontuário de Pedro Pomar estava mais taludo. A caçada aos opositores do regime continuava intensa. Em 13 de março de 1975, seus direitos políticos foram novamente cassados por mais dez anos. Todas as precauções habituais deveriam ser tomadas para a chegada dos membros do Comitê Central à reunião. Apenas um imprevisto ocorreu.

Péricles de Souza morava em Aracaju, Sergipe, e fazia o trabalho de acompanhamento do PCdoB em uma grande região do Nordeste. Sua presença na reunião do Comitê Central era imprescindível. O contato com Pedro Pomar era em Salvador, na Bahia, onde um irmão de Péricles possuía telefone. Em datas previamente combinadas, Pedro Pomar ligava. Orientava Péricles a ir para São Paulo e se apresentar no "ponto" previamente combinado com Sérgio Miranda. "Então, o Pomar não sabia onde era o 'ponto' e o Sérgio não sabia o meu telefone", contou ele. O "ponto" era na Biblioteca Cassiano Ricardo, na Avenida Celso Garcia, no Tatuapé, revelou Péricles.

No final de 1976, na data combinada Pedro Pomar tentou ligar. Sem sucesso. A Telebahia, empresa responsável pelo serviço telefônico do estado, fazia um serviço na rua onde morava o irmão de Péricles e os telefones ficaram desligados por dois dias. Péricles conta que ele deveria estar na reunião, no lugar de Aldo Arantes.

***

Segundo as supostas anotações que ficaram em poder do CIE, no primeiro dia, em 14 de dezembro de 1976, "Mário", codinome de Pedro Pomar, abriu a reunião analisando a situação política. Disse que no período de agosto a dezembro verificaram-se importantes acontecimentos, como a morte de Mao Tse-tung e a ascensão de Hua Kuo-feng na China e a realização do Congresso do Partido do Trabalho da Albânia. Questionou o destino do gigante socialista asiático, lembrou que os comunistas chineses apoiaram os que estavam preparando a reorganização do Partido Comunista do Brasil, mas via a posição deles como uma incógnita.

Pedro Pomar opinou que o *Informe* de Enver Hodja indicava a natureza das divergências da Albânia com a China, para quem a maior ameaça de agressão aos povos do mundo vinha dos soviéticos. Os albaneses diziam que as duas potências, Estados Unidos e União Soviética, representavam o mesmo perigo. Não era justo apoiar-se em uma para combater a outra. Os comunistas da Albânia também não concordavam com a política externa dos chineses em relação à África, embora estivessem de acordo em uma série de outras questões.

O problema internacional era de muita importância para o PCdoB, teria dito Pedro Pomar. “Nosso Partido está na linha do Enver Hodja”, afirmara. O Polo Sul oferecia perigo de guerra e a ditadura fazia trabalho de desinformação a respeito do assunto. Mas o Brasil se preparava para a guerra. Um componente dessa preparação era o acordo atômico com a Alemanha, denunciado pelo PCdoB. Os Estados Unidos pressionaram para a sua liquidação, mas, no fundo, estavam por trás dele. O “pragmatismo ecumênico” (a aproximação com a Alemanha sem se afastar dos Estados Unidos) do governo era conversa fiada. O que se verificava era a subordinação total da ditadura ao governo norte-americano. O general Geisel estaria de pleno acordo com esse jogo e pretendia institucionalizar a ditadura, segundo seu sistema. O presidente levantava o espantalho da “direita” para angariar apoio à sua linha política.

A tática de Médici e seu grupo era atacar Geisel e culpá-lo pelo fracasso do “Milagre Econômico”, quando o país dera um salto de crescimento nos primeiros anos da década de 1970, teria dito Pedro Pomar. O ex-presidente estava aparecendo em toda parte. Com o afastamento do general Ednardo D’Ávila do comando do II Exército, após o assassinado de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, Geisel tentava disciplinar a repressão.

Naquele jogo de forças, o Movimento Democrático Brasileiro, o partido da oposição, aceitava o consenso com o presidente, mas o povo queria liberdade. O PCdoB deveria olhar aquele cenário com atenção e lembrar o que ocorrera com os comunistas nas crises envolvendo os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Segundo Pedro Pomar, conforme as supostas anotações, os camponeses intensificavam suas lutas e começavam a surgir manifestações de massas contra a carestia em São Paulo.

As eleições tinham importância. A ditadura não podia fugir delas e nem livrar-se do parlamento, nem dos “políticos”, mas restringira tudo, inclusive o número de componentes do Poder Legislativo. As eleições eram uma farsa, mas o povo acreditava nelas como meio de mudanças. Em 40% dos municípios, o MDB não participou, mas crescera significativamente. Conquistara quatrocentas prefeituras em 1972 e oitocentas em 1976. A fraude existiu, mas, mesmo assim, as massas atuaram contra o governo.

Pedro Pomar analisou também a situação econômica do país, conforme as supostas anotações. Indagou: quais “reformas” vêm agora? Qual era seu tipo? Os cortes de despesas, disse, eram uma exigência do capital estrangeiro. Os preços da gasolina, do feijão e do pão foram aumentados, ao mesmo tempo em que as taxas de desemprego subiam e as da marginalidade cresciam. A linha de Geisel levaria ao aumento da inflação. A crise causaria revolta, que exigiria polícia forte e adestrada. Mudariam também as regras do jogo eleitoral. A falada “reforma da Justiça” era para levá-la a aplicar o AI-5.

Segundo ele, a contradição entre a Igreja Católica e o Estado estava próxima da ruptura. O povo não se deixaria enganar porque a ditadura não poderia resolver seus problemas e não teria ilusões nos generais. Era preciso reafirmar as posições do PCdoB: só a saída revolucionária poderia resolver a difícil situação em que o Brasil estava. A tarefa central era o desmascaramento da manobra de Geisel, que pretendia institucionalizar a ditadura. Era preciso mobilizar as massas por suas reivindicações mais sentidas. Era preciso concentrar o trabalho no campo, onde fervia o movimento camponês. Recorreu a um

exemplo então recente de combates de camponeses na região do Araguaia, conhecido por Perdidos, e a outros casos.

O PCdoB deveria aplicar uma política de unidade de ação e frente única, com as três bandeiras do Partido: Assembleia Constituinte, anistia e abolição das leis repressivas da ditadura. Deveria também continuar a propaganda pelo fim da ditadura. Enquanto ela não fosse derrubada, não haveria anistia nem liberdade, nem tampouco solução para os problemas do povo. Ao mesmo tempo, era preciso acelerar a preparação da luta armada. E, além disso, reforçar o Partido e aumentar a vigilância. Os comunistas deveriam organizar um plano de trabalho para 1977. "A revolução está avançando e temos um papel a cumprir", concluiu.

***

O primeiro a falar foi Haroldo Lima, com o codinome de Zé Antônio, segundo as supostas anotações. Disse que estava de acordo com a abertura feita por "Mário" e se limitaria a fazer alguns complementos sobre o problema eleitoral. Para ele, juntar o Partido em torno da orientação da Comissão Executiva não fora tarefa fácil. Todos os candidatos eram ruins. Havia dificuldades de se encontrar o caminho na ação prática. Em Contagem, foi preciso ajudar os candidatos até a redigir seus materiais. O mesmo ocorreu em Juiz de Fora, Bahia, Belo Horizonte e São Paulo. A experiência mais positiva foi a de São Paulo. Em um bairro havia um candidato, lançado por sete ou oito pessoas que decidiram elaborar um Programa de Ação. Escolheram Benedito Cintra.

A campanha desse candidato, segundo Haroldo Lima, foi boicotada pela direção do MDB, mas teve grande receptividade entre o povo do bairro, que aceitou seu Programa verdadeiramente de oposição à ditadura. Em torno desse candidato, conseguiu-se mobilizar para o trabalho mais de quatrocentas pessoas, que desenvolveram suas atividades sem nada cobrar em termos monetários. Foram distribuídos duzentos e cinquenta mil Programas, impressos na gráfica "Imprensa Menor". Benedito Cintra obteve trinta e dois mil votos e tornou-se o primeiro suplente, com perspectivas de ser empossado. Com a base do trabalho feita, criaram-se condições favoráveis para o desenvolvimento, no futuro, da ação do PCdoB no bairro.

Wladimir Pomar, com o codinome de Valter, falou em seguida. Disse que o PCdoB estava analisando um período cheio de acontecimentos importantes, nacionais e internacionais. Eram situações complexas. A guerra era inevitável e no Brasil também cairiam foguetes. A campanha eleitoral abrira caminho para novas atividades do Partido — o de formar, em torno dos candidatos eleitos, assessoria parlamentar que pudessem organizar grupos de pressão entre as massas.

Era preciso exigir eleições diretas já para 1978. O problema da terra estava indo para o primeiro plano e a Igreja comprara a briga dos camponeses com palavras de ordem de reforma agrária. Um dos problemas em debate no meio da intelectualidade era o agrário. Era preciso discutir no Partido o problema do campo. Era preciso participar do debate teórico do problema agrário. Por que não escrever a experiência de Formoso (luta de resistência armada dos camponeses em Goiás, nas décadas de 1950 e de 1960, com ativa participação dos comunistas)? Em Vila Rondon e São Geraldo, na região Norte do país, os acontecimentos mostravam que os camponeses queriam lutar.

A intervenção seguinte foi de João Batista Drummond, com o codinome de Evaristo, conforme as supostas anotações. Começou dizendo que o capitalismo estava em crise e tinham se agravado as contradições entre as duas grandes potências. O mundo caminhava para a guerra. Mas a situação, para os comunistas, era favorável. As forças revolucionárias contavam com mais possibilidades. Havia inquietações com o que ocorria na China, mas faltavam informações.

No Brasil, a ditadura estava esgotando sua área de manobra. Ainda poderia passar as grandes empresas estatais para o capital estrangeiro, mas era um recurso esgotável. Com aquela política, a crise se agravaria. Sobre as eleições, disse que ocorrera uma redução na abstenção eleitoral, o que revelava ter o eleitor esperança naquele método. O governo concentrara verbas em inaugurações por toda parte e usou uma tática de total liberdade para os seus candidatos e nenhuma para a oposição. Finalizou dizendo que, na direção do Partido, era preciso indicar responsáveis pelas diversas frentes — trabalho camponês, cultural, operário e estudantil.

Jover Telles, com o codinome de Oliveira, falou em seguida. Foi breve. Afirmou que nada havia para acrescentar sobre a situação internacional ao que falara o informante e limitou-se a constatar que "o capitalismo está numa degeneração terrível". No Brasil, Geisel estava sob dois fogos: pressão do povo e pressão da direita. Em alguns municípios da Bahia, informou, a Arena, o partido oficial da ditadura, era contra o governo. Sobre o campo, disse que gente vinda do Sul estava grilando terras no Norte e, ao mesmo tempo, os posseiros brigavam para não saírem de suas terras e ser empurrados para as cidades. No Nordeste já existia o "boia-fria".

Ângelo Arroyo, com o codinome de Jorge, foi o seguinte a se pronunciar. Estava de acordo com o informante, mas discordava da análise que apontava os Estados Unidos por trás do acordo atômico entre Brasil e Alemanha. Havia divergências, enfatizou. Pulou para o trabalho de massas, com as quais o PCdoB deveria se ligar para ter êxitos. Era preciso também dar continuidade ao trabalho eleitoral. Nas eleições de 15 de novembro, houve renovação, com muitos candidatos jovens. E alguns foram eleitos. Geisel perdera nos grandes centros operários e até militares, como Resende, no Rio de Janeiro.

No campo, as contradições se aguçavam. Muitas lutas estavam ocorrendo no "interior". Os jornais só davam vinte por cento. Nos últimos três ou quatro meses, mais de trezentos camponeses foram presos. Isso revelava a potencialidade do campo. E o centro daquela luta era a posse da terra, contra as arbitrariedades policiais. A morte de um padre em Diamantina, Minas Gerais, tivera enorme repercussão. A massa camponesa começava a lutar de modo mais organizado. As emboscadas em Perdidos eram um exemplo. A luta não era somente contra o grileiro e o jagunço, mas também contra a polícia. Em Água Branca, na região Norte do país, os posseiros prenderam quatro policiais. Os camponeses já contavam com advogados em alguns lugares.

Aldo Arantes, com o codinome Dias, falou em seguida . Para ele, era certo que, juntamente com a luta anti-imperialista, cada povo precisava combater a reação interna. Não se poderia dizer que a guerra fosse inevitável. No Brasil, a situação objetiva era favorável aos comunistas e a subjetiva, desfavorável. O PCdoB precisava realizar debates particularizados sobre questões como o campo, os operários e os estudantes. E combater o sectarismo.

Pedro Pomar encerrou o debate sobre o primeiro ponto da pauta dizendo que não havia grandes discordâncias. Era preciso sair das discussões gerais para ingressar no debate concreto. Cada passo concreto deveria ser valorizado, por pequeno que fosse.

***

O segundo item da pauta foi o *Informe* de Haroldo Lima. Relatou sobre a liberdade de Ozeas, que estava assessorando a seção internacional do jornal *Movimento* e cuidava do trabalho entre parte do clero em São Paulo. Falara até com o cardeal dom Paulo Evaristo Arns e estava ligado à Comissão de Anistia, a Therezinha Zerbini — liderança daquele movimento —, e mantinha contatos com os presos políticos.

Sobre as prisões de Luiz Vergatti, José Maria Cavalcante e Roberto Ribeiro Martins, informou que o comportamento fora inadequado. Disse também que Armando Frutuoso, preso no Rio de Janeiro, falhara, mas não entregara o essencial. E ainda que José Duarte, antigo militante, estava bastante doente na prisão, mantendo o comportamento exemplar.

De acordo com Haroldo Lima, a ideologia comunista teria vencido no caso de José Duarte, mas, em diferentes graus, mais ou menos graves, teria sido acanhada em outros. Evidenciava a necessidade de se fortalecer o nível ideológico do Partido. Propôs a expulsão de Luiz Vergatti, José Maria Cavalcante e Roberto Ribeiro Martins. Aguardassem novos dados sobre o caso Frutuoso e difundissem um folheto com a experiência da "posição firme" de José Duarte, como exemplo de comportamento comunista na polícia. Não há registro de manifestações sobre esse ponto da pauta.

***

O terceiro item foi o *Informe* que seria apresentado por Ângelo Arroyo sobre o Araguaia. Segundo o autor, era uma variação do documento publicado no jornal *A Classe Operária*, a primeira manifestação pública do PCdoB sobre o assunto. Era um documento limitado, não conclusivo. O objetivo seria dar certa satisfação ao Partido e ao povo. Outra finalidade seria capitalizar a luta. Até outros setores políticos estavam falando do Araguaia que, do ponto de vista político, continuava na ordem do dia. Era preciso destacar sempre aquele acontecimento. Fez um apanhado geral das ocorrências e relatou alguns episódios mais recentes, como os combates em Água Branca, Vila Rondon e São Geraldo, no Norte do país.

Haroldo Lima foi o primeiro a se manifestar. Disse que a repercussão do Araguaia começava a se propagar, impulsionada por duas coisas: as lutas dos camponeses e o documento da Comissão Executiva. A divulgação do texto foi resultado de acordo e de concessões mútuas. Cumpria o papel de dar uma primeira informação da direção sobre o Araguaia. Daí a sua superficialidade. O documento não respondia às exigências de uma avaliação mais acurada. Nele não havia lições, mas preenchia uma necessidade. Era preciso capitalizar as lutas camponesas.

João Batista Drummond avaliou que a situação era muito boa com o aumento dos conflitos no campo. Mas o PCdoB não estava em condições subjetivas de atuar. Se a crítica do Araguaia não fosse feita, não se podia abordar o movimento de massas em

andamento no país. Os comunistas não poderiam ser espontaneístas. A autocrítica teria de ser clara e corajosa. Era preciso ir fundo na questão. Como a Guerrilha fora descoberta? O documento nada falava a respeito e não refletia a média das opiniões existentes no Comitê Central. A luta de ideias no Partido era um reflexo da luta de classes. O Araguaia precisava de um exame profundo porque cada um estava imbuído da sua ideia.

Para Wladimir Pomar, o documento criava certos mitos. Havia dificuldades para se fazer autocrítica. Via o fenômeno, não a causa. Perdera-se tanta gente ingloriamente e quando as lutas camponesas assumiam vulto não havia quem as comandasse. As massas camponesas estavam procurando encontrar solução para os seus problemas e se organizavam. Era um processo que desembocaria na luta de guerrilhas de massas. O PCdoB deveria estar à altura daquela tarefa. Quem estava capitalizando aquelas lutas não era o Partido, mas a Igreja.

Elza Monnerat ponderou que outras lições surgiriam. Era preciso tirar ensinamentos do Araguaia. Os camponeses estavam começando a compreender que existia outra forma de luta. Estavam lutando. Antes eles fugiam. Em Água Branca, usaram métodos de guerrilha, segundo os jornais. Em Perdidos, emboscaram e mataram alguns. Após o Araguaia, os métodos de luta dos camponeses mudaram. A Guerrilha do PCdoB exercia enorme influência sobre todas as lutas dos camponeses. O trabalho de preparação no Araguaia fora bem feito.

Aldo Arantes apontou divergências em relação a alguns pontos do documento, mas avaliou que ele desempenhava o seu papel, já que o Partido precisava dar alguma explicação. A questão de fundo era realizar um balanço profundo do Araguaia. Era preciso não só ousar lutar, mas também saber lutar. O PCB se aproveitaria para dizer que o caminho (revolucionário) era pacífico. Daí a necessidade de se analisar o problema. No Brasil, estava sendo estabelecido um conflito geral. A guerrilha popular teria de ser diferente. O fato principal seria a luta pela liberdade porque existia a ditadura.

Pedro Pomar avaliou que o documento fora um esforço para responder a algumas preocupações e perguntas. O Exército foi para o Araguaia porque já sabia onde era a Guerrilha. O espírito, na Executiva, foi o de alcançar um acordo em torno do documento.

As conclusões da reunião, segundo as supostas anotações, foram as seguintes:

1 – Aprovar mensagem ao Partido Comunista da China, saudando Hua Kuo-feng por sua elevação ao cargo de presidente daquele partido.

2 – Aprovar mensagem de saudação ao Congresso do Partido do Trabalho da Albânia (PTA).

3 – Aprovar a expulsão das fileiras do Partido de Vergatti, Roberto e Zé Maria.

4 – O Comitê Central via com restrição a posição da Comissão Executiva ao publicar o documento sobre o Araguaia sem antes ouvi-lo.

5 – Encarregar a Comissão Executiva de elaborar um plano de trabalho do Partido para 1977.

***

Com o dever cumprido em dois dias de intensas discussões, chegara a hora das despedidas. O clima era de fim de ano. Só voltariam a se ver em 1977. De olhos fechados, sob a vigilância de Elza Monnerat, foram deixando o "aparelho" em duplas. No mesmo dia 15, no começo da noite, João Batista Drummond e Wladimir Pomar, acompanhados de Elza, responsável pela locomoção dos dirigentes do PCdoB em São Paulo, deixaram a casa da Lapa de olhos fechados a bordo de um Corcel azul dirigido por Joaquim Celso de Lima.

Pouco depois, ambos foram deixados a uma certa distância, nas imediações da Avenida Nove de Julho, e cada um seguiu para o seu lado. O Corcel retornou ao "aparelho". Duas equipes da repressão seguiram o carro desde que deixara a casa e, em locais diferentes, uma prendeu Drummond e outra, Wladimir Pomar. Encaminhados ao DOI-CODI, na madrugada de 16 de dezembro de 1976 Drummond morreu nas mãos dos torturadores. Durante as torturas, Wladimir Pomar ouviu referências a um pacote de biscoito contendo o jornal *A Classe Operária* que vira com Drummond na casa da Lapa.

O Corcel fez a segunda viagem ainda na noite do dia 15, com Aldo Arantes e Haroldo Lima a bordo. A viagem transcorreu dentro da normalidade e ambos foram deixados no local combinado. Mal sabiam que olhos atentos observavam cada movimento do carro. Aldo foi preso dentro da estação Paraíso do metrô, a caminho da sua residência no bairro de Itaquera, Zona Leste de São Paulo. Haroldo seguiu até a sua casa, na Avenida Pompéia, e foi preso somente no dia seguinte de manhã, quando deixava a residência.

No início da manhã do dia 16, o Corcel saiu da casa da Lapa com a última dupla – Jover Telles e José Gomes Novaes. Joaquim Celso de Lima conta que deixaram o "aparelho" às seis e quinze, mais ou menos. Logo na primeira curva, percebeu que um Fusca "estranho" o seguia. Fez manobras bruscas, entrou por ruas estreitas, imaginou que havia despistado o perseguidor, mas ele voltou a seguir o carro do PCdoB. Joaquim Celso de Lima avisou Elza Monnerat, que pediu à dupla conduzida para abandonar o Corcel. Outros carros apareceram. A perseguição cinematográfica terminou na Avenida Faria Lima. Ela e o motorista do PCdoB foram algemados e encaminhados ao DOI-CODI.

***

Enquanto Joaquim Celso de Lima fazia o Corcel do PCdoB bailar pelas ruas de São Paulo tentando fugir da repressão, a casa da Lapa fumegava. A fuzilaria começara por volta das seis e meia, após a comunicação via rádio de que Jover Telles e José Gomes Novaes já haviam desembarcado, e duraria aproximadamente vinte minutos. Equipes do DOI-CODI e do DOPS cercaram o local e fizeram pedaços de portas e janelas voar pelos ares com o peso do fogo despejado. Tampos do reboco do teto caíram, vidros se espatifaram e as paredes foram crivadas de balas. Estavam no "aparelho" Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Maria Trindade (encarregada das tarefas da casa). Os dois dirigentes se preparavam para começar a redigir a edição seguinte do jornal *A Classe Operária*.

Quando espocaram os primeiros estrondos, tentaram se falar para compreender o que estava acontecendo. Segundo Maria Trindade, a única sobrevivente, Arroyo saiu do banheiro e perguntou: "O que é isso?". Mal terminou de falar e foi atingido com violência. O impacto dos tiros o fez voar, bater a cabeça no teto e saltar para frente. Pedro Pomar constatou: "Que desgraça! Nos pegaram!" Voltava da cozinha para tentar destruir os documentos da reunião do Comitê Central que estavam na sala e foi violentamente fuzilado. Acabara de completar sessenta e três anos.

A vizinha da casa número 765, Guiomar Issa, conta que durante a fuzilaria a filha Nice ouvira gritos de uma mulher em meio a muitas vozes masculinas. "Para, para!", dizia Maria Trindade. "Atira, atira no pé dela", dizia um agente da repressão. Cessado o fogo, o chefe do DOPS, delegado Sérgio Paranhos Fleury, tocou a campainha da casa de Guiomar Issa. Pediu desculpas pelo susto e quis saber se estava tudo bem. Atrás dele, policiais trajando coletes à prova de bala chupavam laranja. Um deles explicou que a família não fora avisada da operação por precaução — poderia fazer parte da organização que ocupava a casa vizinha.

A repressão encomendou um laudo para oficializar a farsa montada na divulgação da morte de João Batista Drummond, que teria sido atropelado, e outros documentos seriam providenciados para forjar um "tiroteio" na casa da Lapa. Em nota oficial, o comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, disse que "durante a operação uma rua do bairro teve que ser interditada, travando-se um tiroteio na Rua Pio XI, em face da reação à bala dos sitiados, daí resultando dois subversivos mortos, havendo um terceiro morto, atropelado, quando de sua fuga".

Em ofício enviado à II Auditoria Militar, o general Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, informou os nomes dos prisioneiros: Aldo Silva Arantes, Haroldo Rodrigues Lima, Wladimir Ventura Torres Pomar, Elza de Lima Monnerat, Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade. Dos que estavam na casa durante a reunião do Comitê Central, faltavam Jover Telles e José Gomes Novaes.

Às doze horas do dia 16 de dezembro de 1976, o cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, Frederic Chapin, procurou dom Paulo Evaristo Arns na Cúria Metropolitana com a lista de nomes dos mortos e presos na mão. Estava arfante. Informou o sacerdote sobre a chacina e pediu para ele fazer gestões na busca de convencer os verdugos do DOI-CODI e do Dops a não matarem os que haviam sido detidos.

O cônsul-geral disse que sabia da reunião havia dias, mas não esperava que, com Dilermando Monteiro no comando do II Exército, fosse ocorrer uma chacina. Avisou o cardeal que a repressão preparava o cerco à casa da Lapa pouco antes da chacina. Dom Paulo Evaristo Arns não concordou com a avaliação do cônsul-geral e tentou falar com o PCdoB. Mas as barreiras do regime não permitiram que a informação chegasse a tempo de evitar a tragédia.

João Amazonas, Renato Rabelo e Dynéas Aguiar estavam na China quando receberam a notícia da Chacina da Lapa, como o episódio ficou conhecido. "Estávamos lá na China e recebemos uma chamada para ir à sala da casa onde estávamos hospedados. Veio um dirigente do Comitê Central do PCCh e disse que tinha uma notícia muito grave para nos transmitir. Eles tinham recebido da agência *Xinhua* a informação de que o Exército

havia atacado o Partido", conta Dynéas Aguiar. A informação inicial era de que havia muito mais prisões e assassinatos.

Para ter mais informações, João Amazonas e Renato Rabelo ficaram em Pequim e Dynéas Aguiar foi para a Albânia e, de lá, para a França. "Me encontrei com o Diógenes Arruda Câmara e, a partir daí, tentamos ver como a gente elucidava esse problema e como poderia voltar para o Brasil", diz ele. "Foi um duro golpe, e ficou logo a primeira dúvida: como isso aconteceu? Por que aconteceu? Nós só fomos esclarecer depois de um certo tempo, quando a gente conseguiu retomar o contato com o Partido", relembra.

Epílogo

Jover Telles confessa traição. Restos mortais de Pedro Pomar são sepultados sob vozes cantando Geraldo Vandré.

1976

Sérgio Miranda já era um dirigente experiente quando ocorreu a Chacina da Lapa. Entrara para o PCdoB pouco tempo depois da reorganização de 1962. Conhecera Pedro Pomar em 1969, quando ele esteve no Ceará para participar de uma reunião do Comitê Regional daquele estado. Antes, Wladimir Pomar fora deslocado pelo PCdoB para acompanhar o trabalho de preparação da luta armada na região do Cariri. Ele conta que a figura de Pedro Pomar ficou marcada em sua memória pelo aspecto físico. Era esguio, usava boina e falava suavemente, sempre com a voz firme, sem nenhum traço de arrogância, lembra. O capricho no preparo do café também não foi esquecido. Viera saber depois que era um ritual sempre repetido por Pedro Pomar.

A repressão fechou o cerco sobre o PCdoB no Ceará, obrigando os comunistas a se deslocarem para o estado da Bahia, onde também existiam áreas de preparação da luta armada. Mais uma vez cercado pela repressão, que mandara o delegado Sérgio Paranhos Fleury com a missão de desmantelar o PCdoB, fugiu. Desta vez para São Paulo, onde seria incorporado ao Comitê Central e se integrou à Comissão de Organização. Era o ano de 1973, pouco depois dos assassinatos de Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. Uma das primeiras tarefas da Comissão seria a preparação de normas de segurança com lições daquelas trágicas quedas.

Quando o Comitê Central começou a se reunir mais amiúde, ele estava bem familiarizado com a segurança. Cabia a Sérgio Miranda fazer o primeiro contato quando os dirigentes chegavam a São Paulo. Ele fazia a ponte até Elza Monnerat, que os conduzia ao "aparelho". No caso do Rio de Janeiro, onde ocorreram prisões significativas durante o ano de 1975, a comunicação estava comprometida e a Comissão de Organização decidiu que Sérgio Miranda deveria ir até lá para articular os caminhos que conduziriam o secretário político daquele Comitê Regional, membro do Comitê Central e da Comissão Executiva, Jover Telles, às reuniões em São Paulo.

Sérgio Miranda conta que na preparação da reunião de dezembro de 1976 o contato fora normal, mas estranhou quando, durante a caminhada que faziam para conversar, Jover

Telles decidiu mudar um trecho do trajeto habitual. Segundo ele, possivelmente os homens da repressão estavam a postos e Jover decidiu evitá-los. No mais, tudo foi feito como previsto. Na véspera da reunião do Comitê Central, da qual Sérgio Miranda não participou, já na casa da Lapa, Pedro Pomar e Haroldo Lima, pela Comissão de Organização, conversaram com Jover Telles sobre as "quedas" ocorridas naquele estado. Recomendaram que alguns procedimentos fossem adotados.

***

Jover Telles era um militante experiente. Fora destacado dirigente sindical no Rio Grande do Sul e deputado estadual naquele estado. No processo de reorganização do Partido Comunista do Brasil, tomou o caminho do novo PCB. Mais tarde entrou para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e depois para o PCdoB.

A Comissão de Organização sabia que desde 1975 muitas lideranças do PCdoB no Rio de Janeiro haviam sido presas, mas não tinha a dimensão do estrago feito pela repressão. Não fazia a menor ideia de que o Comitê Central se aproximava do precipício. Em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas, até uma militante que morava com Jover Telles, conhecida como Hilda, fora presa. A repressão montara um esquema engenhoso para desarticular o Partido. Segundo uma nota do PCdoB sobre a Chacina da Lapa, a operação fora montada pelo I Exército, sediado no Rio de Janeiro, com auxílio do Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e do II Exército, sediado em São Paulo.

O Rio de Janeiro estava marcado pela repressão ao PCdoB desde o início dos anos 1970 por conta das atividades voltadas para o Araguaia, quando fora criada a União da Juventude Patriótica (UJP). A operação que resultou nas prisões e mortes de quatro dirigentes na virada de 1972 para 1973 também se desenvolveu no Rio de Janeiro, apesar de ter sido iniciada no estado do Espírito Santo. Como era de se supor, a vigilância sobre o PCdoB usava todas as técnicas possíveis para acompanhar os passos dos comunistas. Uma delas foi a cooptação do principal dirigente do Partido no estado.

Jover Telles prestou depoimento a agentes da repressão em 8 de dezembro de 1976. Estava preso. Falou cordialmente da história do PCdoB e comentou o relatório de Ângelo Arroyo sobre a Guerrilha do Araguaia. Até detalhes do debate em curso foram revelados. "Minha posição os senhores já conhecem: eu acho que a guerra não se justifica. A guerra popular no Brasil é inviável", avaliou ele para a repressão. Era o tipo de luta que vingaria em nações ocupadas. Ou com economia estagnada. Ainda assim, que fizessem fronteiras com países interessados em colaborar. Não era o caso do Brasil.

O PCdoB, segundo depôs Jover Telles, errara ao tentar importar experiências estrangeiras. A Guerrilha do Araguaia seria um exemplo. Ironizou uma suposta comparação de Arroyo entre as três campanhas da repressão no Sul do Pará e os três enfrentamentos que as forças de Mao Tse-tung fizeram no processo da Revolução Chinesa. "Basta, é demais!", indignou-se. Em seguida, ele fez uma descrição da primeira reunião do Comitê Central com a participação de dirigentes da AP, realizada no final de 1974. Revelou nomes e codinomes. Deu detalhes do "aparelho" do PCdoB em São Paulo e se referiu a um dos agentes da repressão como "nosso amigo". Segundo ele, havia quatro anos que amadurecia a ideia de mudar de vida, afastar-se da militância e dedicar-se à família.

Segundo o PCdoB, Jover Telles participou pessoalmente da operação que prendeu e matou seus dirigentes. As divergências entre o Comitê Central e o Comitê Regional do Rio, que ele dirigia, eram antigas. Muitos documentos dos comunistas cariocas foram criticados pela direção nacional. Era um Comitê Regional que funcionava quase como um partido à parte. Elaborava seus próprios documentos de orientação, publicava seu jornal e, sob a batuta de Jover Telles, transmitia interpretações de certos acontecimentos que divergiam da verdadeira orientação do Partido. O espírito de grupo fechado, elitista, intelectualista, trouxe graves prejuízos, segundo o PCdoB. Com a debilidade ideológica, as concepções liberais e as práticas individualistas pequeno-burguesas, foi difícil resistir à ação da repressão.

***

Após a Chacina da Lapa, para o Comitê Central Jover Telles estava desaparecido. Com muito esforço, foi encontrado. Precisava prestar conta sobre o ocorrido, como de resto todos os envolvidos. Usando o codinome de Oliveira, ele fez um relatório dando a sua versão dos fatos. Disse que perdera o contato com a Comissão de Organização após a baixa do "Juca" (Armando Frutuoso) em 30 de setembro de 1975, retomado somente em maio ou junho de 1976, conforme informou na reunião da Comissão Executiva de agosto daquele ano. Uma "referência" fora definida — em todo primeiro domingo de cada mês haveria um contato. Falhara em agosto e setembro, que seria com João Amazonas no Rio de Janeiro, e ficara outra vez isolado.

A informação não bate com os fatos. Segundo o próprio Jover Telles, na reunião do Comitê Central de dezembro de 1976 Pedro Pomar informou que a combinação de Amazonas fora a seguinte: caso o intermediário não comparecesse aos dois "pontos", Jover deveria ir diretamente a São Paulo. "É possível que assim fosse o combinado, mas ou isto foi esquecido ou mal compreendido pelo Oliveira, que acabou cobrindo os 'pontos' em 25 de setembro, 23 de outubro e a 'referência' a 25 de outubro, sem maior êxito, ficando dependendo da próxima 'referência' a ser coberta no dia 25 de novembro, quando realmente verificou-se o contato e marcado o 'ponto' para o Oliveira em São Paulo, a ser coberto no dia 11 de dezembro de 1976", escreveu ele no relatório.

Jover Telles também relatou que no período de tempo abrangido pelos fatos descritos algo grave sucedera. No dia 3 de outubro de 1976, um domingo, saíra de casa às sete horas da manhã para comprar pão a uma distância de duzentos a trezentos metros, na mesma rua da sua residência. Ao tentar voltar, percebeu vários carros, alguns de chapa branca, outros não, estacionados nas proximidades da sua casa. Desembarcaram quinze ou vinte pessoas e cercaram o grupo de residências onde estava a dele. Outros homens ocuparam as esquinas, cercando totalmente a área. Com o pão e o jornal sob o braço, dirigiu-se no sentido contrário à área conflagrada, atravessou uma praça, tomou um táxi e saiu da região.

Sem explicar como nem por que, disse que estava com três mil e quinhentos cruzeiros no bolso. Distante do local do perigo, desembarcou, andou um pouco a pé e tomou um ônibus até o Méier. Deu voltas e mais voltas para ver se estava sendo seguido e, como nada notara, tomou outro táxi e rumou para Copacabana. Às quatorze horas, seguiu de ônibus até o Méier, onde tomou um táxi e foi para a área de sua residência. Notou que o "aparato" já não era tão ostensivo. Alguns "suspeitos" permaneciam plantados em algumas esquinas. Ficou certo que o assunto era com ele. Seguiu até Marechal Hermes,

tomou um ônibus para Nova Iguaçu, de lá foi para Caxias, perambulou pela cidade até às vinte horas, voltou para o Rio de Janeiro, onde pernoitou. No dia 4, pela manhã, tomou o trem com destino a São Paulo e à noite foi para Porto Alegre.

Em 6 de outubro, Jover Telles disse que foi para o interior do Rio Grande do Sul e no dia 21 embarcou de volta para o Rio de Janeiro, onde cobriu sem êxito o "ponto" de 23 de outubro e a "referência" de 25 de novembro. Teria um mês pela frente até a data combinada para o contato seguinte. Alugou um quarto "no beiço", adiantando parte do aluguel, e passou os dias girando pelas cidades vizinhas para não deixar pistas. Em 25 de novembro, compareceu à "referência", onde encontrou "baiano" (Sérgio Miranda), que marcou 11 de dezembro para estar em São Paulo no ponto em que só ele, Jover e Sérgio Miranda conheciam.

***

Jover Telles disse que, no "aparelho", conversou com Pedro Pomar e Ângelo Arroyo sobre os acontecimentos que descrevera. Combinaram que depois da reunião do Comitê Central eles três decidiriam sobre as medidas cabíveis. Estranhamente, Haroldo Lima, que era da Comissão de Organização e sobrevivera à chacina, não estava na conversa. Segundo Jover Telles, Pedro Pomar decidiu não tocar no assunto no curso da reunião para não desviar a atenção. O problema exigia medidas concretas que deveriam ser acertadas em âmbito restrito, afirmou.

Na conversa combinada para 15 de dezembro de 1976, após quase todos terem deixado o "aparelho", ficou decidido que Jover Telles iria ao Rio de Janeiro para tentar restabelecer ligações e voltaria para São Paulo no dia 26 do mesmo mês, com a perspectiva de não mais voltar a atuar naquele estado. Ao mesmo tempo, caso houvesse algum contratempo, foi marcada nova "referência" no Rio de Janeiro para 25 de janeiro de 1977. Além disso, procurando assegurar a continuidade do contato, caso sucedesse algo com Pedro Pomar — não explicou por que e o que poderia suceder —, Ângelo Arroyo cumpriria a missão em outra "referência". No final da conversa, Pedro Pomar entregou-lhe oito mil cruzeiros.

Jover Telles relata que na noite de 11 de dezembro de 1976, um sábado, todos os membros da Comissão Executiva — menos João Amazonas e Renato Rabelo, que estavam fora do país — entraram no "aparelho". No domingo, dia 12, ocorreu a reunião da Comissão Executiva dedicada aos assuntos que seriam levados para o Comitê Central. Na noite do dia 12, entraram os demais. A reunião de 14 e 15, segundo Jover Telles, desenvolveu-se normalmente, seguindo a ordem do dia estabelecida. Somente surgiram algumas divergências em torno da nota que a Comissão Executiva havia editado sobre as ocorrências do Araguaia. Diante dos acontecimentos do dia 16, ele diz que decidiu deixar o Rio de Janeiro e ir para Porto Alegre. Viajou de avião, por segurança, em 21 ou 22 de dezembro de 1976.

Escreveu também que tendo em conta as divergências em agravamento na Comissão Executiva em relação à avaliação do Araguaia, os problemas de menor importância discutidos e, mais importante, a ausência dos que haviam viajado para o exterior com perspectiva de voltar proximamente, a reunião era totalmente desnecessária. Chegara a essa conclusão, sem manifestá-la diante do fato consumado, no curso da própria reunião.

A localização da sua casa no Rio de Janeiro pela repressão, segundo Jover Telles, era um mistério, outra preocupação. Só ele conhecia o local. Durante o tempo em que lá morou, por mais de três anos, nunca notara nada de anormal. No local estavam livros — inclusive alguns que estava escrevendo —, documentos e objetos de uso doméstico. Relatou como estava sobrevivendo com dificuldades no Rio Grande do Sul, fazendo traduções de francês e espanhol para o português e à custa de ajuda da família. Reclamou da saúde e se considerou um "peso morto" para qualquer organização. "Vocês que seguem a Albânia, acham que estão certos, sigam o vosso caminho. O Oliveira seguirá seu próprio caminho, que, nesta altura da vida e nas condições de saúde em que se encontra, já não é um caminho, mas um ponto final. É só", finalizou.

***

Jover Telles seria oficialmente expulso no VI Congresso do PCdoB, em 1983. A resolução número 4, publicada no jornal *A Classe Operária* de fevereiro/março de 1983, diz:

O Congresso do Partido Comunista do Brasil (6º), depois de examinar o Relatório apresentado pela comissão encarregada de apurar as causas da queda da Lapa em dezembro de 1976, decide aprovar esse relatório e confirmar a expulsão de Manoel Jover Telles das fileiras do Partido, como traidor e colaborador direto dos órgãos de repressão. Foi ele que forneceu os dados e indicações do local e da reunião do Comitê Central, em meados de dezembro de 1976, participando pessoalmente do esquema montado pelo I e II Exércitos para prender e assassinar dirigentes do Partido. O Relatório deve descer a todos os organismos partidários, com as respectivas conclusões, a fim de estimular a vigilância de classe do Partido

Jover Telles passou seus últimos dias em Santa Catarina, onde era conhecido como "Manolo". Pertencia ao Grupo de Poetas Livres e à Academia Catarinense de Letras e Artes. Sofreu derrame cerebral, foi hospitalizado, mas não resistiu. Faleceu na noite de um sábado, dia 16 de junho de 2007.

***

O cemitério de Perus, onde os torturadores enterraram tantos heróis, vai ficar conhecido como a colina dos mártires. João Amazonas pronunciou essas palavras para definir o Cemitério dom Bosco, em Perus, um dos locais em que muitas vítimas fatais da barbárie que tomou conta do país com o regime de 1964 foram sepultadas em São Paulo. Os corpos de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo seriam descobertos ali em 1980.

Estavam sepultados na quadra dos indigentes. Carlinhos, o filho mais novo de Pedro Pomar, comprou duas lápides, uma para o pai e outra para Ângelo Arroyo. Em abril do mesmo ano, a família, com a ajuda do Comitê Brasileiro pela Anistia, iniciou a batalha para a remoção dos restos mortais de Pedro Pomar. Passados três anos do sepultamento, eles seriam jogados em uma vala comum de ossos de indigentes. Era a lei do cemitério.

Vencida a luta contra a tenebrosa burocracia do diretor da Divisão de Perícias Médicas — o sinistro Harry Shibata —, a pequena urna do que restou de Pedro Pomar foi levada para a sede da Associação Brasileira de Imprensa, na Rua Augusta número 555, onde

seria homenageado pelos seus camaradas e amigos. Na cerimônia, Elza Monnerat leu uma nota do Comitê Central do PCdoB. Em seguida, a urna viajou para Belém, no Pará. Foi recebida com emoção, sob palavras de ordem contra a ditadura assassina e conduzida ao som de vozes que entoavam a canção *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, símbolo da resistência democrática. Uma pequena multidão levava o esquife nos ombros.

A cerimônia de homenagem ocorreu na sede do MDB, na Rua Alcino Cacela, em um velório cívico. Ao lado da urna, coberta pela bandeira nacional, cortinas roxas adornavam o ambiente tomado pela emoção. Uma faixa dizia: "Pomar, teu nome é liberdade! Terrorista é a ditadura! Que mata e tortura!" No dia seguinte, debaixo da chuva diária de Belém, o esquife foi conduzido pelas ruas da cidade até o Cemitério Santa Isabel. Às dezesseis horas de 12 de abril de 1980, os restos mortais de Pedro Pomar desceram à sepultura, enquanto as vozes dos presentes cantavam unidas: Caminhando e cantando, e seguindo a canção. Somos todos iguais, braços dados ou não...

Esclarecimentos e agradecimentos

Não seria possível escrever a biografia de Pedro Pomar sem inseri-la no contexto de cada tempo e momento político em que ele viveu. O projeto tem pelo menos oito anos. A ideia inicial surgiu quando o ex-secretário de Formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em São Paulo, Altamiro Borges — um apaixonado pelo ofício de formar e informar —, sugeriu que eu escrevesse a biografia de Carlos Nicolau Danielli e, pouco depois, a de Maurício Grabois — ambos dirigentes revolucionários assassinados pela ditadura instaurada com o golpe de 1964. Ao percorrer a trajetória de uns, outros apareceram na história. E assim foi se formando a convicção de que a vida de Pedro Pomar também precisava ser contada com o máximo possível de minúcias.

Comecei a planejar o livro e fui juntando material, pesquisando fontes, entrevistando pessoas que conviveram com ele ou que conheciam bem a sua história. À medida que avançava, encontrava mais chão pela frente no universo que envolvia Pedro Pomar. É uma história tão vasta e extraordinária que por vezes surgia a dúvida sobre a possibilidade de abarcá-la. Precisava de tempo, de recursos, de auxílio. Ao saber da minha intenção, Adalberto Monteiro, secretário nacional de Formação do PCdoB e presidente da Fundação Maurício Grabois, se interessou pela causa. De pronto, falou-me da importância do livro e desde então se empenhou na sua publicação.

Adalberto Monteiro é piauiense de nascimento, goiano por adoção e, como eu, paulista por circunstâncias. Traz na índole o senso de justiça, a consciência da obrigação social e o compromisso com o futuro. Para ele, a história de Pedro Pomar andava obscurecida, distorcida por falsas versões sobre a sua trajetória, o que implicava fantasmas rondando a convivência desse notável personagem com os demais camaradas da sua contemporaneidade. Era imprescindível situá-lo em seu devido lugar, como um dos esteios que sustentaram o Partido Comunista do Brasil em sua longa história de notáveis feitos na busca de uma sociedade democrática, iluminada pelos princípios que norteiam a luta pelo socialismo.

Não era certo que a história desse personagem ficasse mais tempo sem ser contada. Ao relatar algumas passagens, Adalberto Monteiro incentivou o prosseguimento nas pesquisas. Com interregnos ditados pelos afazeres cotidianos, peguei a tarefa com determinação. Foram horas e horas de conversas, de entrevistas, de leituras, de exames de documentos de toda espécie. Aos poucos foram emergindo situações, segredos, detalhes. Finalmente, em 2011 a ideia ganhou corpo.

***

Inicialmente fiz uma lista de pessoas a ser ouvidas. Algumas são conhecidas, muitas não. A lista foi aumentando à medida que conversava com os listados. Um deles, Luiz Vergatti, morreu, vítima de infarto, logo após a primeira parte da conversa combinada. Ao procurá-lo para completar a entrevista, recebi a notícia. Outros não quiseram falar. Mas, pensei, a busca pela história tem seus reveses. Era na solidão da investigação que teria de fazer descobertas, encontrar informações e abrir caminhos. O ofício de escritor tomou conta inteiramente de mim. Passado e presente teriam de estar juntos nas conversas com pessoas da Bahia, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará e São Paulo. O resultado das peregrinações seria checado com outros personagens e assim a história foi surgindo.

Mas nem tudo saiu daí. As informações familiares, por exemplo, praticamente inexistem fora da memória dos parentes e amigos. Pedro Pomar e os dirigentes comunistas em geral não puderam registrar ou guardar detalhes de suas vidas porque seriam usados contra eles nos tribunais discricionários. Senti isso em Porto Alegre, quando bati de casa em casa na quadra em que ele morou, sem conseguir uma única referência. Recorri ao livro de Wladimir Pomar, *Pedro Pomar — uma vida em vermelho*, para obter parte desse tipo de informação. Outra obra importante sobre o cotidiano de Pedro Pomar foi o livro de memória do seu amigo Reynaldo Laforgia, com o título *Dezembro sangrento — a Chacina da Lapa*.

Apesar de falar resumidamente em cento de doze páginas somente da sua convivência com Pedro Pomar do final dos anos 1950 em diante, contém passagens reveladoras. Uma delas narra a impressão da empregada sobre Pedro Pomar. Poderia ser um padre querendo granjear simpatias para a sua igreja. Sempre sorrindo, ele lhe dava a mão e perguntava pelas crianças. Era o padre Anchieta, segundo pilhéria das crianças da casa. Quando Pedro Pomar morreu, Catharina confiou a Laforgia uma velha maleta com três revólveres antigos e umas caixas de bala. Pediu também que o amigo de Pedro Pomar procurasse saber alguma coisa sobre a Chacina da Lapa.

Em outra passagem, Laforgia diz que Pedro Pomar era afetuoso. Sua humanidade transpirava nos olhos, nos modos, na preocupação com os que o rodeavam. Tinha um apreço especial pelas crianças. Gravava sempre seus nomes e trazia recordação para elas, mesmo que fossem as mais simples. Sorria muito, um bom humor permanente. Era rigoroso nas questões de comportamento moral e possuía uma memória privilegiada. Dizia que as pessoas deveriam aprender não para elas, mas para os outros. Segundo Laforgia, ficaram com ele um *panô* que Pedro Pomar ganhou na Romênia, um rolo de seda que trouxe da China, uma espécie de pergaminho com poemas e alguns livros — entre eles o *Canto General*, de Pablo Neruda, com a seguinte dedicatória: “A Pomar, para toda nuestra gran família, fraternalmente, Pablo Neruda, Varsóvia, 1950”.

Laforgia também publicou trecho de uma carta de Pedro Pomar a um neto (Valter, filho de Wladimir), escrita em outubro de 1976:

Querido. Calculo como ficaste triste ao teres sabido que Vó adoeceu e, por isso, não conseguimos viajar para te abraçar pelo teu 10º aniversário. Mas não perdes por esperar. Vó está se comportando com muita coragem diante do que lhe aconteceu. Suporta com paciência e dignidade a dor, o sofrimento e as saudades. Dificilmente podemos saber o que pensa de tudo, mas sentimos que ela continua firme, confiante que haverá de sobreviver a esta doença. Aliás, sua Vó sempre foi valente tanto para a dor física como para a dor moral. Procura ser como ela. Nada temas, procura conhecer a verdade, por mais dura e desagradável que ela seja. É a verdade a coisa mais importante e mais bela da vida.

Outros livros consultados para a busca de informações do cotidiano de Pedro Pomar foram a coletânea *Brasil Memória* — que enfeixa textos de Luis Maklouf, João Amazonas, Clóvis Moura, Arnaldo Mendez, Wladimir Pomar e do próprio Pedro Pomar — e a reportagem *Massacre na Lapa*, de Pedro Estevam da Rocha Pomar, neto do aqui biografado. Mas o essencial das informações veio de documentos garimpados nos arquivos, alguns deles em estado precário.

Nessa tarefa, as pesquisadoras Sandra Costa e Vanilda Araújo Fatega prestaram uma ajuda inestimável. Sempre que recorri a elas, se mostraram prontas a ajudar. Sua dedicação e presteza foram fundamentais. A ajuda de Fernando Garcia, coordenador do Centro de Documentação e Memória (CDM) da Fundação Maurício Grabois, também foi fundamental. Grande parte do material de pesquisa passou pelas suas mãos para ser trilhado, degravado e sistematizado. Ainda na parte da pesquisa, agradeço pelas colaborações de Marcos Verlaine, Rodrigo Campos, Eder Bruno e Cláudio Bertolino Júnior.

***

Caberia a mim olhar tudo e transformar todo aquele material em uma narrativa profundamente política. Ao encontrar, na trilha de Pedro Pomar, personagens que se dispuseram a falar sobre a história, um sentimento misto de alegria e tristeza foi tomando conta de mim. Passei um bom tempo conversando com Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB; com Aldo Arantes, com Haroldo Lima, com Péricles de Souza, com Carlos Augusto Diógenes (conhecido como Patinhas), dirigentes do Partido; e com Dynéas Aguiar, que por muitos anos pertenceu ao Comitê Central e continua na ativa, militando com entusiasmo nas fileiras do PCdoB. Figuras admiráveis, foram peças-chave no enredo deste livro.

A tristeza decorre de histórias reais de vergonha nos quartéis, nos porões, na mídia, nas delegacias, nos fóruns judiciais, nas empresas que colaboraram com os governos em suas ações anticomunistas, nos institutos médicos legais, nas igrejas, nas escolas. A covardia, a tibieza, a pusilanimidade, o embuste e a mentira dos algozes da causa do Partido Comunista do Brasil ao longo da sua história me indignam profundamente. Muitas passagens foram escritas com amargura. Dar formato a elas equivaleu a uma catarse e consistiu em situações angustiantes pelos detalhes mórbidos.

Perguntador inveterado e, movido pela necessidade de imprimir verossimilhança à história, às vezes implacável, vi emoções aflorarem. A dor era da lembrança e, sobretudo, da saudade. Destaco três personagens-chave dessa história.

O primeiro deles é Sérgio Miranda, que lamentavelmente faleceu sem ver este livro, no começo de dezembro de 2012, vítima de câncer do pâncreas. Ele comentou que Pedro Pomar marcou sua vida por ter sido uma pessoa especial, com grande conhecimento intelectual. Lembrou que, deslocado para Minas Gerais com o codinome de Zecão, recebeu de Pedro Pomar o conselho para ler Guimarães Rosa e outros autores mineiros como forma de entender a realidade do povo local. Recordou que ele falava de Karl Marx citando Balzac e outros autores da época, que retratavam a realidade social de forma mais abrangente do que compêndios estatísticos.

Em São Paulo, Sérgio Miranda contou que dava aulas particulares de matemática, anunciadas nos principais jornais da cidade. Era uma forma de fazer renda e ocupar o tempo. Segundo ele, como despiste frequentava bibliotecas e fazia suas leituras clandestinas viajando de ônibus pela linha paulistana Penha-Lapa, famosa por sua longa extensão. Recordou também que quando soube da morte de Drummond, leu referência a uma caixa de biscoitos contendo o jornal *A Classe Operária*, uma de suas invenções para que o jornal do Partido fosse distribuído. Soube da morte de Pedro Pomar quando comprou *O Estado de S. Paulo*, como fazia todos os dias. Foi um choque tremendo, recordou.

Outro personagem importante é Haroldo Lima. Ele falou em detalhes sobre a trajetória de sua incorporação da AP ao PCdoB. Explicou que quando a AP se aproximou do PCCh, o PCdoB já mantinha relações com os comunistas chineses. Recebeu recomendações para procurar se articular com o Partido Comunista do Brasil. Os primeiros contatos com o PCdoB, segundo ele, foram com Pedro Pomar e Carlos Danielli. Haroldo Lima percorreu as etapas do processo de incorporação, esclarecendo pontos importantes dessa história.

De acordo com ele, nesse meio tempo, quando alguns militantes da AP já estavam no PCdoB — inclusive Drummond, na Bahia —, começou a luta no Araguaia. Fora comunicado do início dos combates por Renato Rabelo. Com a decisão da incorporação, eles dois participaram de uma reunião com Pedro Pomar e Amazonas no "aparelho" do PCdoB, conduzidos até lá por Elza Monnerat. Não sabiam quem era um e outro. Segundo Haroldo Lima, o único que saía da sala era Amazonas, para buscar e levar a bandeja de café, servido com o aviso: "Olha o preto!"

Foram recebidos com elogios por serem jovens entusiasmados com o projeto de lutar pela derrubada da ditadura — a AP também estava no campo, preparando a luta armada. Os dois históricos dirigentes comunistas disseram aos jovens da AP que eles estavam entrando no PCdoB em um momento de alto risco, quando a repressão promovia uma caçada aos comunistas em decorrência da Guerrilha do Araguaia. Estavam pondo a vida em perigo. O processo de incorporação foi concluído com um documento elaborado por ele — representando a AP — e João Amazonas, aprovado por unanimidade no Comitê Central.

Pedro Pomar e João Amazonas eram marxistas temperados, disse Haroldo Lima. Qualquer um que fosse preso seria trucidado. Por acaso, a fuzilaria na casa da Lapa

pegou Pedro Pomar. Existia — afirmou — muito apreço de um pelo outro. Discutiam às vezes com energia, mas nunca extrapolaram os limites da cordialidade. Segundo Haroldo Lima, a divergência que tiveram quanto ao Araguaia focava-se na questão de como foi feita a preparação dos trabalhos na área onde seria a Guerrilha. Não havia divergência quanto à necessidade de se preparar aquela frente de luta para o enfrentamento com o regime ditatorial, comentou.

Haroldo Lima lembrou que Amazonas dizia que erros haviam sido cometidos, como a permanência dos guerrilheiros quando a repressão preparava a terceira campanha, mas a luta armada mostrara que o povo não estava disposto a suportar a ditadura. A Guerrilha foi um brado de alerta. Em seguida, o regime entrou em declínio e começou a fazer promessas de concessões.

Ele lembrou também de um ponto de "reencontro" — a "referência", uma segunda tentativa quando a primeira falhava — com Pedro Pomar, em uma travessa da Avenida Lins de Vasconcelos, Zona Sul de São Paulo. Por algum motivo que não se recorda qual, o primeiro encontro não deu certo. Era uma noite escura, chuvosa. Caía uma garoa e ele o avistou vindo em sua direção, com o guarda-chuva aberto. A decisão de Pedro Pomar de ir ou não ao "ponto de reencontro" era política. Passava por uma avaliação individual das circunstâncias. Era preciso pesar a probabilidade do risco. Mas ele, segundo Haroldo Lima, teria se fiado na premonição de Catharina, que lhe assegurara a segurança do "reencontro".

Haroldo Lima descreveu, falando de outro encontro, um singelo comentário de Pedro Pomar sobre Elza Monnerat. Ele conta:

Chovia fraco, mas chovia sem parar, desde à tarde, e já era noite. Tinha um "ponto" com o Pomar, pela região da Saúde, bairro de São Paulo. A noite estava escura, e as ruas escolhidas para esses pontos eram, digamos, mal iluminadas, escuras, e de pouco movimento. Lembro-me de uma pequena ladeira pela qual eu teria que caminhar normalmente, descendo-a. Pelas circunstâncias do tempo, fui andando com certa lentidão. Até que vi uma figura, de guarda-chuva, subindo a mesma rua. Houve o encontro, tudo estava bem, horários rigorosamente cumpridos, a chuva. Teríamos que caminhar em direção a uma outra rua, nas proximidades, onde nós dois faríamos uma breve caminhada, no curso da qual deveríamos encontrar a Maria, que era a Elza Monnerat. Não tínhamos tempo a perder, mas, certa preocupação. Aquela chuva atrapalharia a Maria? Chegaria a tempo? Fazíamos o trajeto combinado, conversando baixo, sempre olhando discretamente o entorno, quando Pomar, fitando o vulto de uma mulher que vinha ao nosso encontro, abrigando-se da chuva com sua sobrinha, com um leve sorriso me diz: "Lá vem a nossa soldadinha!"

Ele comentou ainda a sua prisão, marcada por torturas excruciantes. Já no começo, levou uma coronhada na cabeça. O corte fez com que perdesse muito sangue. Encapuzado, foi levado para o Rio de Janeiro. No aeroporto e no avião se deu conta de que Elza Monnerat e Aldo Arantes também estavam naquele voo macabro. A repressão optou por apresentá-los primeiramente no I Exército, o mentor da operação. No Rio de Janeiro, em dado momento, insultado por um agente que proclamava o fim da "guerra" dos comunistas, Haroldo Lima conta que, algemado e nu, fez um "senhor discurso". "Pena que não foi gravado", pilheriou.

A plenos pulmões, disse poucas e boas sobre o regime. Com o esforço, desfaleceu. Fraco, sem comer e esquálido pela perda de sangue, além do pouco ar que respirava sob o capuz, perdeu os sentidos por alguns segundos. A reação foi impulsionada pela informação que constava da primeira página de um jornal — por estar no Rio de Janeiro e pela estridência das manchetes, avalia que era *O Globo* — mostrada a ele dando conta da Chacina da Lapa.

Em seguida, foi torturado por onze dias e onze noites. Queriam saber nomes, onde funcionava a gráfica do Partido e endereços de militantes. Segundo Haroldo Lima, há quem considere que foi salvo por uma iniciativa de dom Timóteo Amoroso, abade do Mosteiro de São Bento, em Salvador, Bahia, que se notabilizou por se insurgir contra a ditadura. O sacerdote enviara um telegrama ao presidente Geisel cobrando informações sobre suas condições. A presença do nome do abade, segundo ele, fez com que os torturadores tomassem mais cuidado com a sua vida. Perguntei-lhe o que achava da sua história. "Me sinto muito realizado e orgulhoso. Preciso me conter para não ficar expressando muito orgulho por aí", respondeu, entre risos.

Aldo Arantes é o terceiro personagem diretamente ligado aos fatos que resultaram na morte de Pedro Pomar. Foi um dos principais responsáveis pela decisão da AP de encarar o problema partidário. Esteve na China em 1966 e, do que viu e ouviu, produziu textos que, circunstancialmente encapados com papel amarelo, foram distribuídos para serem lidos e debatidos na organização. Os "Textos Amarelos", como ficaram conhecidos, desataram oficialmente o debate teórico e ideológico na AP sobre a questão partidária, que, segundo ele, conduziu o processo de ruptura com a visão idealista e a assunção da concepção marxista, sob o influxo do "Pensamento de Mao Tse-tung".

Ele conhecera Pedro Pomar já como integrante do Comitê Central e diz ter dele "a melhor impressão possível". Era uma pessoa de uma dedicação infinita ao Partido, com um compromisso muito sólido com o socialismo, e de uma sensibilidade humana muito grande, narrou. Sobre o debate do Araguaia, Aldo Arantes atesta que as divergências entre Pedro Pomar e João Amazonas não podem ser analisadas por aspectos tópicos. Citou o exemplo da avaliação de Marx da "Comuna de Paris", que, apesar das duras críticas, concluiu que fora uma experiência com muitos aspectos positivos.

Para Aldo Arantes, a Guerrilha do Araguaia tem como fator de alto significado a heroica resistência. Jovens deram a vida para construir uma nova sociedade. E, segundo ele, por meio de um processo conduzido com muita firmeza e dedicação pelo Partido — um detalhe importante, enfatizou. São essas as questões mais relevantes, destacou. Aldo Arantes explicou que, com o AI-5, não havia possibilidade de manifestações de massas. Ou era ação armada ou não existia ação. A AP ainda conseguia fazer alguma coisa por conta da grande influência que exercia sobre o movimento estudantil — um dos seus principais "capitais" transferidos para o PCdoB quando houve a incorporação.

Na prisão, Aldo Arantes diz que uma passagem marcante foi quando sua mãe, Maria de Lourdes Silva Arantes, acompanhada pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, se dirigiu ao cardeal dom Paulo Evaristo Arns para pedir ajuda na denúncia das torturas. O sacerdote respondeu que ela deveria fazê-la publicamente, correndo o risco de também ser torturada. Mas sua decisão estava tomada: para ajudar o filho, faria qualquer coisa. E foi para a imprensa informar sobre o que ocorria nas prisões.

Segundo Aldo Arantes, a intervenção de dom Paulo Evaristo Arns foi fundamental para a preservação da vida dos presos. Quando saiu da prisão, visitou-o para agradecer por sua coragem e desprendimento. Recebeu a informação de que fora avisado pelo cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, Frederic Chapin, do cerco da casa da Lapa, mas não houve como comunicar o fato ao PCdoB.

No começo de 2013, Aldo Arantes visitou o arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e se impressionou com as singelas peças de jogo de xadrez feitas de miolo de pão e cal por Pedro Pomar na prisão ainda em Belém, no Pará.

***

Os fatos descritos neste livro mostram Pedro Pomar como personagem inseparável dos demais responsáveis pelas duas reorganizações do Partido Comunista do Brasil — a de 1943, na Conferência da Mantiqueira, e a de 1962, quando houve o rompimento com o revisionismo proclamado no XX Congresso do PCUS — e dos camaradas integrados vindos da AP. Em nenhum momento se verifica encruzilhadas nas opções dos que formaram esses núcleos de dirigentes. Ao lado de seus camaradas, Pedro Pomar escreveu uma das mais belas páginas da história do Brasil, digna de ser propagada, amplificada e estudada a fundo.

Em todas as passagens da história aqui narrada, aparecem divergências circunstanciais de avaliação das condições políticas concretas para iniciativas da luta guerrilheira. Não há divergências com relação ao caminho geral que deveria ser trilhado naquelas condições brasileiras. Ele unificava a todos e estava expresso no documento do PCdoB *Guerra popular, caminho da luta armada no Brasil*. Pode-se dizer que a unidade em torno desse caminho geral, estratégico, era notável. Na avaliação das experiências desse período, sobretudo a da Guerrilha do Araguaia, Pedro Pomar não se eximiu das suas responsabilidades e apontou divergências com franqueza — sem, contudo, negar a justeza daquela opção.

A correção de sua atitude foi reconhecida na VII Conferência do PCdoB, de junho de 1979, que aprovou a versão de agosto de 1976 do documento *Gloriosa jornada de lutas* como ponto de partida para a sistematização daquela experiência de luta armada. Era um avanço do debate, naquele momento, com incorporações de opiniões de Pedro Pomar, como demonstram os documentos existentes que registram o debate que se travou nas reuniões de 1976.

Em entrevista ao jornal *Movimento*, edição de 13 de agosto de 1979, João Amazonas (que viveu até o dia 27 de maio de 2002, quando faleceu de causas naturais) comentou as opiniões de Pedro Pomar. “Não se pode dizer que esse documento (de Pedro Pomar, avaliando o Araguaia) seria a posição definitiva de Pomar e seria injusto polemizar com ele estando morto”, afirmou. O VI Congresso do PCdoB, realizado em 1983, completou o longo e intenso debate sobre a “violência revolucionária”, aprovando um extenso documento que sistematizou a opinião dos comunistas sobre o assunto.

Os detalhes da delação de Jover Telles também foram comentados por Amazonas em entrevista ao jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, em 1996. Segundo ele, o delator fora preso em setembro de 1976 e passara para o lado da repressão. A conclusão fora

apurada por uma comissão do Comitê Central (liderada por Renato Rabelo). Não foi difícil identificar quem havia entregado o "aparelho", revelou. Toda a investigação levava a Jover Telles como a pessoa que havia colaborado com o Exército e a polícia na localização da reunião do PCdoB. Mais tarde, notícias de fonte militar confirmaram o fato.

Segundo Amazonas, após a queda da Lapa o PCdoB perdeu o contato com Jover Telles — ao contrário de Novaes, com quem saíra da casa da Lapa, ele não procurou o Partido. Aparentemente, havia desaparecido. Tempos depois, por acaso um amigo do PCdoB o localizou em Porto Alegre. Em seguida, o delator enviou um relatório ao Partido, segundo Amazonas um amontoado de mentiras e infantilidades, tentando explicar porque somente ele (e acidentalmente Novaes) não fora preso. Na entrevista ao *Zero Hora*, Amazonas disse que escapara da Chacina da Lapa por sorte. Ele e Arroyo eram o alvo da repressão.

A informação de que ambos estariam na casa da Lapa fora passada por Jover Telles e confirmada por Dilermando Monteiro em entrevista à revista *IstoÉ* de 13 de dezembro de 1978. "Aquilo foi uma ação que veio se desenvolvendo com meses de antecedência, e nós acompanhávamos o movimento daquela gente que estava se reunindo com uma finalidade que nós considerávamos subversiva. Aquilo foi acompanhado por mais de cinco meses de antecedência. Nós descobrimos que naquele dia iria haver uma reunião em tal lugar, com a presença de tais e tais elementos, e aí fomos um pouco embromados, porque constava para nós que o João Amazonas estaria presente naquela reunião", disse o general.

No depoimento ao jornal *Tribuna da Luta Operária*, Amazonas disse que receber a notícia da morte dos companheiros na Chacina da Lapa foi um choque profundo. "Nessa ocasião mesmo eu disse que o Partido perdia um grande dirigente no Pomar. Um homem que dedicou toda sua vida ao Partido. Que não teve outras alegrias e outros anseios que não fossem aqueles que estavam intimamente ligados com a luta de nosso povo, com o socialismo e com a vitória do Partido e da revolução. Mas que, ao mesmo tempo, eu perdia um amigo de quarenta anos. Desde que nós nos encontramos, desde o primeiro momento criamos entre nós laços muito fortes de amizade. Durante quarenta anos sempre trabalhamos juntos em muitas oportunidades", afirmou.

***

Devo agradecimentos a todos os mencionados, mas alguns merecem ser lembrados com destaque. Começo por José Carlos Cordeiro, que conviveu com Pedro Pomar intensamente, principalmente no Vale do Ribeira. Meu primeiro contato com ele foi na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), onde ocupava o cargo de ouvidor. Ao saber do projeto, ficou entusiasmado. Dispôs-se a ajudar e foi um decisivo ponto de apoio para que a pesquisa entrasse por caminhos antes inimagináveis. Foram horas e horas, em diferentes ocasiões, de conversas. Se não bastasse essa base, teve a paciência de ler os pedregosos originais para, com sua perícia, lapidar importantes episódios aqui descritos.

Por intermédio da sua dedicação, consegui proveitosas conversas com Joran Pomar, Eduardo Pomar e Carlos Alberto. Joran e Carlos assumiram o sobrenome Villas Boas. Joran também assumiu o primeiro nome da clandestinidade, Jonas. Minhas conversas

com ele ocorreram do prédio do Itesp, quando ocupava a presidência daquela instituição. Com Eduardo Pomar, foram duas longas conversas em sua empresa do ramo de motocicletas, no Rio de Janeiro.

Quando este livro já estava praticamente terminado, recebi a lamentável e triste notícia da morte de Carlinhos em um acidente aéreo, no fim da tarde de 22 de dezembro de 2012, na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais. Ele era instrutor de voo e faleceu no exercício do seu trabalho. Carlinhos morreu sem reaver o sobrenome Pomar, como tanto queria — uma juíza de Uberlândia negara o seu pedido.

Devo ainda os seguintes agradecimentos especiais:

À Ediria Carneiro, esposa e companheira de João Amazonas, que foi uma paciente consultora quando minhas limitações eram desafiadas pela história. Conheci essa figura generosa e simpática na manhã fria e ensolarada de 5 de agosto de 2002, quando preparava a biografia de Carlos Danielli. Desde então, tornou-se, além de consultora, uma amiga carinhosa. As conversas com ela eram sempre agradáveis, permeadas por suas tiradas de humor e olhares no espaço, buscando recordações que em seus olhos apareciam como doces lembranças.

Ela se foi sem cumprir uma promessa que me fez quando iniciei a redação final deste livro. Em uma agradável noite de verão, dona Ediria me recebeu em sua casa para trocarmos ideias sobre alguns detalhes que surgiram no curso das pesquisas. Conversamos longamente. Sempre revelava algo novo em nossos contatos. Falou da admiração de Catharina por Pedro Pomar, comentou alguns episódios em que o aqui biografado agiu com exagerado rigor moral e falou da generosa cordialidade do casal.

Deixei com ela cópias da revista *Seiva*, na qual trabalhou como ilustradora nos anos 1940, gentilmente cedidas por João Falcão, seu diretor, com quem estive em sua residência na cidade de Salvador. Fiquei imaginando como reagiria ao ver seus trabalhos muitos anos depois. Pedi para ela ler os originais deste livro, como fez com as duas primeiras biografias que escrevi. Aceitou de pronto e com indisfarçável satisfação.

Seus olhinhos vivos, seu sorriso discreto quase permanente, sua voz pausada e suas ideias compunham uma doce criatura. Estive com ela pela última vez em 25 de agosto de 2011, no lançamento da sua exposição — era uma refinada artista plástica — no Hospital Oswaldo Cruz, em São Paulo.

Pouco mais de dois meses depois, recebi a notícia de que estava internada. Travou uma dura batalha pela vida, foi vencida e faleceu na noite de Natal de 2011. Perdi uma colaboradora e, mais que tudo, uma amiga que me cativou profundamente. O Brasil perdeu uma lutadora, uma socialista de raro brilho intelectual e artístico. Este livro ficou menos completo sem as suas preciosas observações.

Ao Eduardo Pomar, ao Jonas Villas Boas e ao Carlos Alberto Villas Boas, o Carlinhos, filhos de Pedro Pomar, que até o minuto final do prazo para o fechamento deste livro colaboraram, com a maior presteza, para precisar detalhes importantes. Foram pacientes, zelosos e diligentes. A cordialidade deles me impressionou profundamente. Não tenho mais palavras para agradecê-los.

Jonas conta que algumas vezes ajudou Pedro Pomar na rede de contatos clandestina, designado pelo pai para dar avisos quando ele estava em outras tarefas. Nunca fora cobrado para se envolver com a militância, mas era estimulado a compreender o alcance da missão do PCdoB. Sua ida para o Araguaia chegou a ser cogitada, hipótese que enfrentava ferrenha oposição de Catharina. Jonas e Osvaldão conversaram demoradamente nas ruas de São Paulo. No final das contas, desistiu da ideia.

Jonas e Carlinhos recordaram os tempos de trabalho duro no sítio em Pariquera-Açu. Era tarefa deles cuidar da propriedade. Puxavam enxada, roçavam, cuidavam das criações e vendiam o fruto do trabalho na cidade — uma rotina extenuante e repetitiva. Era dali que teriam de tirar o sustento da família. A mãe era um exemplo. Carlinhos conta que ela estava sempre ativa. Além de cuidar da casa e da família, participava de campanhas de finanças e outras atividades do Partido. Catharina faleceu em 1984, em decorrência do agravamento do aneurisma. Foi cremada e as cinzas depositadas por Carlinhos e Eduardo ao lado de Pedro Pomar, no cemitério Santa Isabel, em Belém.

Ao Adalberto Monteiro e ao Augusto Buonicore, pela paciência de ouvir minhas angústias, incertezas e incompreensões. Sobretudo, pelo incentivo. Quando as primeiras versões ficaram prontas, ainda se deram ao trabalho de examinar tudo com criteriosa precisão. Só posso agradecer, comovido, por tanta generosidade.

Ao Dynéas Aguiar, que também foi um consultor que me aturou desde quando iniciei a pesquisa da biografia de Carlos Danielli. Gravou entrevistas, me hospedou em sua casa, emprestou seu precioso arquivo e foi mais um que enfrentou a dureza de ler os originais deste livro para ajudar a eliminar minhas barbeiragens.

Ao Paulo Marcomini, que desde o início das pesquisas se prontificou a ajudar. Suas informações preencheram lacunas, enriqueceram a história e esclareceram pontos obscuros. Sem a sua preciosa colaboração, este livro não teria elucidado questões cruciais sobre a participação de Pedro Pomar na preparação da guerra popular pelo PCdoB.

Ao Renato Rabelo, que também foi um incentivador deste e de outros projetos. Suas palavras eram sempre antecedidas de indagações sobre como andavam as pesquisas, para quando era o livro e se havia algum outro projeto. Por curtas que fossem, suas lembranças demonstravam grande interesse pelo que estava sendo feito.

Ao Carlos Augusto Diógenes, o Patinhas, e ao Péricles de Souza, que, juntos com Sérgio Miranda, Haroldo Lima e Aldo Arantes, ajudaram a tecer, com suas informações, a parte final deste livro. Todos eles, tomados pelos afazeres, reservaram parte do precioso tempo para encarar as minhas martelantes perguntas.

Ao amigo Inácio Carvalho, que no apagar das luzes correu para corrigir importantes pontos, burilando ideias e melhorando conceitos.

À minha mulher, Candelaria Reyes, outra que leu os originais. Deu palpites, sugeriu modificações, propôs novos caminhos ao enredo. É sempre minha primeira e mais exigente leitora. Suas críticas são sempre valorosas. Por essas e outras, pelo amor e admiração, meu agradecimento é seguido de um beijo. Pelo companheirismo e pelo imenso amor, este livro é dedicado a ela.

Aos meus filhos Murilo, Isabela e Lais. Os dois primeiros, já grandinhos, suportam a reclusão do pai, reclamam do pouco tempo para passear e brincar, mas compreendem o meu dever. A Lais nasceu quando este trabalho entrava na reta final, em 25 de maio de 2010. Meu muito obrigado a ela, um toquinho de gente que, nos meses finais da elaboração do livro, quando se dava conta de que o pai estava trancado no escritório batucando nas teclas do computador protestava batendo na porta e exigindo, à sua maneira, que alguma parte do meu tempo lhe fosse dedicada.

À minha mãe, Encarnação Sampaio Bertolino, finalmente, que lá de Maringá, no Noroeste do Paraná, torceu para que mais essa empreitada do filho chegasse a bom porto.

São Paulo, março de 2013.

_____

Bibliografia consultada

ABREU, Hugo. **Tempo de crise**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
ALMEIDA, Francisco I. de. **O último secretário: a luta de Salomão Malina**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002.
AMAZONAS, João. **O revisionismo chinês de Mao Tsetung**. São Paulo: Anita Garibaldi, s.d.
AMEAÇA **neocolonialista ao Brasil: denúncia do plano de recolonização do país pelos imperialistas norte-americanos**. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1967.
ANDRUCCI, Álvaro G. A.; OLIVEIRA, Valéria G. de. **Cultura amordaçada: intelectuais e músicas sob a vigilância do DEOPS**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.
BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. São Paulo: Fulgor, vol. 3, 1968.
_____. **História Sincera da República: de 1961 a 1967**. São Paulo: Alfa-Ômega, vol. 4, 1975-76.
_____. **Uma vida em seis tempos: memórias**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
BERCHT, Verônica. **Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
BERTOLINO, Osvaldo. **Testamento de luta: a vida de Carlos Danielli**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
_____. **Maurício Grabois – Uma vida de combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Anita Garibaldi; Instituto Maurício Grabois, 2004.
BEZERRA, Gregório. **Memórias: Gregório Bezerra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

BICUDO, Hélio Pereira. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.
BUONICORE, Augusto. **Meu verbo é lutar — a vida e o pensamento de João Amazonas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo R. da (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
CABRAL, Severino; LIMA, Haroldo; PEREIRA, Duarte. **China: 50 anos da República Popular**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.
CAMPOS FILHO, Romualdo P. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1997.
CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.
CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1982.
_____. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Difel, vol. 2, 1982.
CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
CARVALHO, Luis M. et al. **Pedro Pomar**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
CASO, Antonio. **A esquerda armada no Brasil: 1967-1971**. Lisboa: Moraes Editores, s.d.
CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
_____; _____; SOARES, Glaucio Ary Dillon (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
_____; _____ (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato, vida e obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
CHILCOTE, Ronaldo H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922 a 1972**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
COMUNISMO no Brasil, *O*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967.
COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia**. São Paulo; Natal: Ensaio; Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.
DECLARAÇÃO sobre a política do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: s.n., 1958.
DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
DULLES, John W. F. **O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
_____. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
ESTUDO crítico acerca da violência revolucionária, s.n.t.
FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
FALCÃO, João da C. **Giocondo Dias: a vida de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
_____. **O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
GATTAI, Zélia. **Um chapéu para viagem**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GOMES, Angela Castro (coord.). **Velhos militantes: depoimentos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
GUERRA Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil: Partido Comunista do Brasil (M-L). Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
GUERRILHA do Araguaia. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
GUIMARÃES, Manoel L. S. et al (orgs.). **A Revolução de 30: textos e documentos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, t. I, 1982.
HISTÓRIA do Partido Comunista da União Soviética. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
HOMENAGEM aos 70 anos do Partido Comunista do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1992.
INFORME de Organização ao Congresso do PC do Brasil (6º). s.n.t.
INFORME político ao Congresso do PC do Brasil (6º) – 1981-1982. s.n.t.
JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.
KARAVAEV, A. **Brasil: passado e presente do "capitalismo periférico"**. Moscou: Edições Progresso, 1987.
KONDER, Victor M. **Militância**. São Paulo: Arx, 2002.
KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
LAFORGIA, Reynaldo. **Dezembro sangrento: a Chacina da Lapa**. Campinas: Pontes, 1988.
LAGOA, Maria Izabel; MAZZEO, Antonio Carlos (orgs.). **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.
LINHA Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L), A. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989**. Rio de Janeiro; Campinas: Revan; Editora da Unicamp, 1998.
MARTINS, Eloy. **Um depoimento político**. Porto Alegre: s.n., 1989.
MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília; São Paulo: Unesp-Marília-Publicações; Boitempo, 1999.
MÁXIMO, João. **João Saldanha, sobre nuvens de fantasias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
MELO FILHO, Murilo. **Testemunho político**. São Paulo: Elevação, 1999.
MIRANDA, Yvonne R. de. **Homens e fatos da Constituinte de 1946: memórias de uma repórter política**. Rio de Janeiro: Argus, 1982.
MORAES, Dênis de. **Prestes: lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982.
_____. (orgs.) **Prestes com a palavra**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
_____; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **História do Marxismo no Brasil – Volume I: O impacto das revoluções**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
_____. **A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994.
MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
MUGGIATI, Roberto. **Mao e a China**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

NEQUETE, Edison. **Herança da luta de Abílio de Nequete**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008.
NERUDA, Pablo. **Canto Geral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
OIKAWA, Marcelo Eiji. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
PALMEIRA, Sinval. **Liberdade de ser comunista**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.
PARTIDO Comunista do Brasil: Política e Revolucionarização do Partido. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977.
PARTIDO Comunista do Brasil na luta contra a Ditadura Militar. S.l.: s.n., 1967.
"PAU de Arara": la violencia militar en el Brasil. México: Siglo Veinteuno, 1972.
PCB: processo de cassação do registro (1947). Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.
PEDROSA, José Fernando de Maya. **A grande barreira: os militares e a esquerda radical no Brasil (1930-1968)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
POMAR, Pedro E. da Rocha. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.
_____. **Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB**. São Paulo: Busca Vida, 1987.
POMAR, Wladimir. **Pedro Pomar: uma vida em vermelho**. São Paulo: Xamã, 2003.
_____. **Araguaia: o Partido e a Guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
PRESOS políticos brasileiros: acerca da repressão fascista no Brasil. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1976.
PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, s.d.
REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAES, Pedro. **68: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
RISÉRIO, Antonio. **Adorável comunista: história política, charme e confidência de Fernando Sant'Anna**. Rio de Janeiro: Versal, 2002.
SALDANHA, João. **Futebol e outras histórias**. Rio de Janeiro: Record-MPM, 1988.
SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro; São Paulo: Universidade do Rio de Janeiro; Boitempo, 2001.
SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
SCHILLING, Flávia. **Querida liberdade**. São Paulo: Global, s.d.
SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich: triunfo e consolidação – 1933 a 1939**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
SILVA, Hélio. **A ameaça vermelha: O Plano Cohen**. Porto Alegre: L&PM, 1980.
_____. **Fim da Ditadura Vargas**. São Paulo: Editora Três, vol. 13, 1998.
_____. **O governo Geisel: 1975-1978**. São Paulo: Editora Três, 1998.
SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
SODRÉ, Nelson W. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
_____. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SOUZA, Persival de. **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Globo, 2000.
TAVARES, Rodrigo R. **O Porto Vermelho: a maré revolucionária (1930-1951)**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, módulo VI, 2001.
TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
3º GRANDE DEBATE do Movimento Comunista. Rio de Janeiro: Edições Futuro, s.d.
USTRA, Carlos A. B. **Rompendo com o silêncio: OBAN, DOI/CODI – 29 Set 70 a 23 Jan 74**. Brasília: Editerra Editorial, s.d.
VIANNA, Marly de A. G. (org.). **Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935**. Rio de Janeiro; São Carlos: Arquivo Nacional; Universidade Federal de São Carlos, 1995.
VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974**. São Paulo:Hucitec, 1982.
WIAZOVSKI, Taciana. **Bolchevismo e judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.
ZAIDAN Filho, Michel. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

Arquivos pesquisados

Jornal Tribuna Popular
Jornal Imprensa Popular
Jornal Voz Operária
Jornal Novos Rumos
Jornal Hoje
Jornal Notícias de Hoje
Jornal A Classe Operária
Jornal Movimento
Jornal Opinião
Jornal Tribuna da Luta Operária
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Estado de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal do Brasil
Revista IstoÉ
Revista Veja
Revista Princípios
Revista Problemas
Portal Grabois
Arquivo do Congresso Nacional
Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL/Unicamp)
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Arquivo Público do Estado de Minas Gerais
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Centro de Documentação e Memória (CDM) da Fundação Maurício Grabois
Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem/

Unesp)
Escritos pessoais de Elza de Lima Monnerat
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão